UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NARA LYA CABRAL SCABIN

MEDIAÇÃO COMO GÊNESE:

Uma análise da conformação de discursos midiáticos identitários a partir do debate sobre gênero em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* entre 1978 e 2018

SÃO PAULO

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NARA LYA CABRAL SCABIN

MEDIAÇÃO COMO GÊNESE:

Uma análise da conformação de discursos midiáticos identitários a partir do debate sobre gênero em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* entre 1978 e 2018

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração I (Teoria e Pesquisa em Comunicação), Linha de Pesquisa 2 (Linguagens e Estéticas da Comunicação), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP), como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutora em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes.

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Scabin, Nara Lya Cabral

Mediação como gênese: Uma análise da conformação de discursos midiáticos identitários a partir do debate sobre gênero em O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo entre 1978 e 2018 / Nara Lya Cabral Scabin ; orientadora, Mayra Rodrigues Gomes. -- São Paulo, 2020.

484 p.: il. + DVD - Banco de Matérias Jornalísticas do Corpus.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão original

1. Discurso 2. Jornalismo 3. Gênero 4. Identidade 5. Semântica global I. Gomes, Mayra Rodrigues II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Autora: SCABIN, Nara Lya Cabral.

Título: Mediação como gênese: Uma análise da conformação de discursos midiáticos identitários a partir do debate sobre gênero em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* entre 1978 e 2018

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes (orientadora)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aprovada em: ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, pela generosidade, dedicação e sabedoria com que me acolheu e conduziu ao longo de uma jornada que já completa uma década.

Às professoras que aceitaram o convite para compor a banca de avaliação desta pesquisa, por dedicarem seu tempo e atenção ao meu trabalho. À profa. Dra. Tânia Hoff e à Profa. Dra. Cristina Costa, agradeço também pelos apontamentos feitos durante minha de qualificação, os quais foram imprescindíveis ao desenvolvimento da tese.

Ao Rafael Scabin, pela compreensão e paciência ao longo dos últimos quatro anos. Sem seu companheirismo a cada dia em que o mundo parece mais nublado, certamente eu não teria chegado até aqui.

Aos meus pais, Eduardo e Lucília Caetano Cabral, e ao meu irmão, Arthur, pelos braços e corações sempre abertos.

Aos meus sogros, Cristina e Luiz Scabin, e à minha cunhada, Andressa, pelo carinho e doçura incondicionais.

Às grandes amigas desta e de outras vidas, Kerstin Muner e Fernanda Budag, pelas mulheres inspiradoras que são e por mostrarem sempre que nunca estamos sozinhas.

A todos os professores por cujas salas de aula passei nesta jornada que iniciei, em 2008, na Universidade de São Paulo. Agradeço especialmente aos docentes de quem tive a honra de ser aluna durante o curso de Doutorado e cujas aulas ecoam nas páginas desta tese: Prof. Dr. Adilson Citelli, Profa. Dra. Cláudia Lago, Profa. Dra. Maria Cristina Mungiolli e Prof. Dr. Vitor Blotta.

A todos os colegas do MidiAto, pelos diálogos inspiradores e paixão pela pesquisa há tantos anos partilhados. Agradeço especialmente à Profa. Dra. Rosana Soares, que lidera o grupo com afeto e afinco, pelos ensinamentos desde as aulas da graduação e pela oportunidade de fazer parte de uma equipe de pesquisadores tão brilhantes.

Aos amigos que a ECA me deu – Anderson Lopes, Andrea Limberto, Cíntia Liesenberg, Daniele Gross, Eduardo Paschoal, Eliza Casadei, José Ismar Petrola, Juliana Doretto, Thiago Venanzoni, Seane Melo, Sofia Franco –, sem os quais realizar esta pesquisa teria sido mais difícil e certamente muito mais triste. Agradeço especialmente aos queridos amigos Ivan Paganotti, que viu este projeto nascer e ajudou a imprimir-lhe forma; Andrea Limberto, pelo apoio carinhoso em tantos momentos difíceis da pesquisa; e Guto Lobato, pela escuta paciente – e bem-humorada – nos altos e baixos da vida acadêmica.

Aos companheiros de docência, pelo caminhar lado a lado neste ofício que nos faz ainda e sempre brilhar os olhos. Agradeço principalmente às coordenadoras e coordenadores imensamente inspiradores com quem tive a sorte de trabalhar – e aprender – neste meu tempo de profissão: Marcello Rollemberg, Nivaldo Ferraz, Alexandre Possendoro, Maria Cristina Rosa de Almeida, Guto Lobato e Max Milliano Melo.

Às minhas alunas e aos meus alunos, que talvez não saibam o quanto contribuíram para este trabalho ao compartilharem inquietações que muitas vezes me fizeram repensar diversos aspectos da tese. Agradeço especialmente à Eloíza Lopes, não só pela presença inteligente e carinhosa em sala de aula, mas sobretudo pelo trabalho que realizou, com competência e seriedade, na coleta e organização do *corpus* deste trabalho.

Aos funcionários da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, pelo suporte diário em todos os processos que fazem parte da vida de um pós-graduando.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro sem o qual não teria sido possível dedicar-me a esta pesquisa.

Cada uma dessas pessoas, como fios de uma trama delicada, foi fundamental, à sua maneira, à tessitura deste trabalho.

“ Onde formas tradicionais de proselitismo fracassaram, os meios de comunicação de massa foram em socorro das feministas, difundindo preocupações sobre sexualidade, contracepção, divisão de tarefas domésticas e igualdade de direitos. Há dois anos, esses temas eram característicos de uma minoria intelectualizada, diante de mulheres basicamente preocupadas com a inexistência ou precariedade de serviços públicos na periferia e a alta do custo de vida. Hoje, no que se tem notícia, um bom número dessas mulheres passa a discutir com igual interesse frigidez e creches, dupla jornada de trabalho e postos de saúde, discriminação no emprego e iluminação pública.

- *Editorial da Folha de S. Paulo de 8 de março de 1983.*

“ I see gender as a lens through which we view global storytelling. So that certainly means writing about feminism and women’s roles in politics and culture and economics, but it also means covering masculinity and sexuality and gender fluidity and race and class and looking at science and health and parenting and sport all through this lens.

- *Jessica Bennet, editora de Gênero do New York Times, em 2017.*

“ O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas.

- *Michel Foucault, em ‘A arqueologia do saber’.*

*Esta tese é dedicada a todas e todos que, nadando contra a corrente,
doam-se de corpo e alma à pesquisa e educação
de qualidade e livres de qualquer censura.*

RESUMO

A capacidade de enunciar de acordo com as restrições de uma formação discursiva específica depende de uma competência discursiva (MAINGUENEAU, 2008), de modo que a conformação de enunciados jornalísticos sobre um tema dado deriva tanto do dizível do campo discursivo quanto de uma sintonização com aspectos mais amplos das discursividades historicamente constituídas em que a própria instância midiática se inscreve. Entendendo que um ponto de virada decisivo da discursividade política contemporânea diz respeito à centralidade adquirida por categorias identitárias, esta pesquisa tem como objetivo compreender como se dá e a quais restrições atende a construção de enunciados sobre políticas identitárias em jornais de referência brasileiros, entre 1978 e 2018. Como referencial teórico-metodológico basilar a esta pesquisa, destacamos as considerações de Dominique Maingueneau (2008) sobre o primado do interdiscurso e sua proposta de análise discursiva baseada em um modelo de restrições globais; em nosso horizonte epistemológico, ancoramo-nos na perspectiva de Michel Foucault (2008, 2012) sobre o arquivo, a constituição de *a priori* históricos e o poder regulatórios dos discursos. Dessa forma, direcionamos nossas indagações à própria constituição do arquivo (FOUCAULT, 2012), horizonte último da análise discursiva, relacionado às leis que regem o aparecimento dos enunciados. Como *corpus* de investigação, selecionamos matérias jornalísticas vinculadas a um eixo identitário específico (gênero) publicadas em três dos principais veículos representantes de uma tradição jornalística fortemente ancorada em discursos constituintes da modernidade: *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Assim, as análises conduzidas a partir de um conjunto de 712 textos mostrou a existência de diferentes fases nas negociações entre modelos de restrição semântica como fator determinante à formação de enunciados sobre gênero e identidade nos jornais em foco. Na década de 2010, foi possível verificar a emergência de um novo posicionamento discursivo no campo jornalístico a partir do qual se passa a enunciar desde uma perspectiva identitária. Finalmente, defendemos a importância de se considerar a mediação como processo fundamental à gênese discursiva no campo jornalístico e em universos midiáticos em geral.

Palavras-chave: Discurso; Jornalismo; Identidade; Gênero; Semântica global.

ABSTRACT

The ability of proper enouncing in attendance to the restrictions of a specific discursive formation depends on discursive competence (MAINGUENEAU, 2008) in such a way that the construction of the journalistic enouncing on a given subject relates to what is sayable within the discursive field as much as to broader and historically established aspects of discursivities including the media sphere itself. Considering the centrality of identity categorization as a decisive turning point of contemporary political discursivity, this research aims at understanding how such change unfolds and which restrictions are present in Brazilian newspapers' enouncing on identity policies between 1978 and 2018. As founding theoretical-methodological framework, we highlight the work of Dominique Maingueneau (2008) on the primacy of interdiscursivity and his discourse analysis method based on a model of global restrictions; our epistemological approach is anchored in Michel Foucault's notions (2008, 2012) of archive, the constitution of historical a priori and the regulating power of discourses. As the last step of the discursive analysis, we are to question the construction of the archive itself (FOUCAULT, 2012) understood as the law that regulates the emergence of the enouncing. The *corpus* of this investigation gathers newspaper articles related to a specific identity axis (gender/sexuality) published in three of the main newspaper media representing a tradition strongly anchored in modernity founding discourses: *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. The analysis was performed over a total of 713 texts and revealed a determining factor in the formation of the enouncing on gender and identity in the newspapers: the presence of different phases of the negotiation among semantic restriction models. In the 2010s, we were able to identify the emergence of a new discursive standpoint in the journalistic field with the enouncing coming from an identity perspective. Finally, it is important to consider the relevance of mediation as fundamental process in the discursive genesis of the journalistic field and in media environments in general.

Keywords: Discourse; Journalism; Identity; Gender; Global semantic.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Presença da palavra-chave <i>mulher</i> nos jornais.....	p. 161
Gráfico 2. Presença da palavra-chave <i>mulheres</i> nos jornais.....	p. 161
Gráfico 3. Presença da palavra-chave <i>identidade de gênero</i> nos jornais.....	p. 163
Gráfico 4. Presença da palavra-chave <i>questões de gênero</i> nos jornais.....	p. 163
Gráfico 5. Presença da palavra-chave <i>orientação sexual</i> nos jornais.....	p. 164
Gráfico 6. Presença da palavra-chave <i>identidade sexual</i> nos jornais.....	p. 165
Gráfico 7. Presença da palavra-chave <i>LGBT</i> nos jornais.....	p. 168
Gráfico 8. Presença da palavra-chave <i>homossexualismo</i> nos jornais.....	p. 168
Gráfico 9. Presença da palavra-chave <i>homossexualidade</i> nos jornais.....	p. 169
Gráfico 10. Presença da palavra-chave <i>transsexual</i> nos jornais.....	p. 170
Gráfico 11. Presença da palavra-chave <i>transgênero</i> nos jornais.....	p. 170
Gráfico 12. Presença da palavra-chave <i>machismo</i> nos jornais.....	p. 171
Gráfico 13. Presença da palavra-chave <i>homofobia</i> nos jornais.....	p. 172
Gráfico 14. Presença da palavra-chave <i>transfobia</i> nos jornais.....	p. 173
Gráfico 15. Presença da palavra-chave <i>lesbofobia</i> nos jornais.....	p. 173
Gráfico 16. Presença da palavra-chave <i>assédio sexual</i> nos jornais.....	p. 174
Gráfico 17. Presença da palavra-chave <i>estupro</i> nos jornais.....	p. 174
Gráfico 18. Presença da palavra-chave <i>feminicídio</i> nos jornais.....	p. 174
Gráfico 19. Presença da palavra-chave <i>cultura do estupro</i> nos jornais.....	p. 175
Gráfico 20. Presença da palavra-chave <i>feminismo</i> nos jornais.....	p. 176
Gráfico 21. Presença da palavra-chave <i>feminista</i> nos jornais.....	p. 177
Gráfico 22. Eixo 1: distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i> , por jornal.....	p. 223

Gráfico 23. Eixo 1: distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i>	p. 224
Gráfico 24. Eixo 2: distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i> , por jornal.....	p. 225
Gráfico 25. Eixo 2: distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i>	p. 225
Gráfico 26. Eixo 3: distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i> , por jornal.....	p. 226
Gráfico 27. Eixo 4: distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i> , por jornal.....	p. 227
Gráfico 28. Eixo 5: distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i> , por jornal.....	p. 228
Gráfico 29. Eixo 5: distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i>	p. 229
Gráfico 30. Distribuição temporal das matérias do <i>corpus</i>	p. 229
Gráfico 31. Classificação das matérias por gênero jornalístico em cada jornal.....	p. 231
Gráfico 32. Classificação das matérias por gênero jornalístico em cada década.....	p. 232
Gráfico 33. Classificação das matérias por gênero jornalístico (Eixo 2).....	p. 232
Gráfico 34. Classificação das matérias por gênero jornalístico (Eixo 5).....	p. 232
Gráfico 35. Distribuição das matérias do Eixo 1 em função de editoria e década.....	p. 236
Gráfico 36. Distribuição das matérias do Eixo 2 em função de editoria e década.....	p. 237
Gráfico 37. Distribuição das matérias do Eixo 5 em função de editoria e década.....	p. 239
Gráfico 38. Distribuição do total de matérias do <i>corpus</i> em função de editoria e década.....	p. 240

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Composição do <i>corpus</i> em número de textos por eixo temático e veículo jornalístico.....	p. 222
Tabela 2. Aspectos editoriais do <i>corpus</i> : distribuição da totalidade de matérias em função de editorias.....	p. 233
Tabela 3. Aspectos editoriais do <i>corpus</i> : distribuição das matérias do Eixo Temático 1 por editorias.....	p. 235
Tabela 4. Aspectos editoriais do <i>corpus</i> : distribuição das matérias do Eixo temático 2 por editorias.....	p. 237
Tabela 5. Aspectos editoriais do <i>corpus</i> : distribuição das matérias do Eixo Temático 5 por editorias.....	p. 238
Tabela 6. Seleção de textos para análise com base na caracterização de planos discursivos.....	p. 301
Tabela 7. Marcas de intertextualidade: referências a campos discursivos em diferentes décadas.....	p. 336
Tabela 8. Fases da constituição de enunciados sobre gênero e identidade no jornalismo de referência.....	p. 347
Tabela 9. Semas obtidos pela operação de “Diferenciação” sobre eixos semânticos primitivos.....	p. 356
Tabela 10. Manifestação dos semas obtidos pela “Diferenciação” sobre diferentes planos discursivos.....	p. 356

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> de 8 de março de 1981.....	p. 249
Figura 2. Capa do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> de 8 de março de 2005.....	p. 250
Figura 3. Capa do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de 8 de março de 2005.....	p. 251
Figura 4. Capa do jornal <i>O Globo</i> de 8 de março de 2005.....	p. 252
Figura 5. Capa do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de 8 de março de 2017.....	p. 253
Figura 6. Capa do jornal <i>O Globo</i> de 8 de março de 2017.....	p. 254
Figura 7. Capa do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> de 8 de março de 2017.....	p. 255
Figura 8. Reportagem de <i>O Estado de S. Paulo</i> publicada em 8 de março de 1998.....	p. 310
Figura 9. Reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> publicada em 7 de junho de 2009.....	p. 312
Figura 10. Reportagem de <i>O Estado de S. Paulo</i> publicada em 8 de março de 2012..	p. 315
Figura 11. Reportagem de <i>O Estado de S. Paulo</i> publicada em 8 de março de 2018..	p. 317
Figura 12. Reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> publicada em 8 de março de 2018.....	p. 318
Figura 13. Reportagem de <i>O Estado de S. Paulo</i> publicada em 8 de março de 2017..	p. 320
Figura 14. Reportagem de <i>O Estado de S. Paulo</i> publicada em 18 de junho de 2006.	p. 328
Figura 15. Reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> publicada em 15 de junho de 2009.....	p. 329
Figura 16. Reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> publicada em 22 de junho de 2003.....	p. 330
Figura 17. Reportagem de <i>O Estado de S. Paulo</i> publicada em 8 de março de 2017..	p. 332
Figura 18. Reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> publicada em 8 de março de 2011.....	p.333
Figura 19. Reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> publicada em 13 de junho de 2004.....	p. 334
Figura 20. Reportagem de <i>O Globo</i> publicada em 13 de agosto de 2017.....	P. 344

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 27
------------------------	--------------

PARTE I: DO LUGAR DE ONDE FALA ESTA PESQUISA

Capítulo 1

Aportes teóricos para uma problemática discursiva.....	p. 37
---	--------------

1.1. Horizonte epistemológico.....	p. 44
1.1.1. O discurso e sua ordem.....	p. 46
1.2. Caminhos analíticos.....	p. 50
1.2.1. Na trilha do interdiscurso.....	p. 53
1.2.2. Por um olhar “global” sobre o discurso.....	p. 57

Capítulo 2

Recuperando vestígios, delimitando conceitos-chave.....	p. 61
--	--------------

2.1. A diversidade como emblema.....	p. 61
2.2. Identidades em crise, identidade em evidência.....	p. 65
2.2.1. A tríade identidade-identificação-subjetivação.....	p. 67
2.2.2. Representação e cultura na constituição identitária.....	p. 71
2.2.3. Fragmentações e deslocamentos.....	p. 76
2.3. “Reconhecimento” como palavra-chave de um “novo imaginário político”.....	p. 82

PARTE II: UM CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS DISCURSIVAS E REARTICULAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Capítulo 3

Das identidades na política às políticas de identidade.....	p. 91
--	--------------

.

3.1. Pontos de inflexão na paisagem política.....	p. 94
3.1.1. Tópicos sensíveis no debate público: a centralidade da linguagem e da cultura.....	p. 98
3.2. Condições de possibilidade: o estatuto político da representação.....	p. 104
3.2.1. Representar como “apresentar” o mundo.....	p. 107
3.2.2. Linguagem e ideologia.....	p. 109
3.2.3. Virada cultural.....	p. 115

3.3. Argumentos reposicionados: o debate sobre liberdade de expressão.....	p. 121
3.3.1. Os limites de concepções correntes em democracias liberais.....	p. 122
3.3.2. Perspectivas alternativas: pluralismo e dignidade, multiculturalismo e diferença.....	p. 128

Capítulo 4

Gênero como ‘front’	p. 135
4.1. Entre os estudos feministas e os estudos de gênero.....	p. 137
4.1.1. Pelo “direito de interpretar”.....	p. 142
4.1.2. Rumo à diferença e ao pensamento decolonial.....	p. 148
4.1.3. Manifestações no século XXI.....	p. 154
4.2. Presença de categorias de gênero/sexualidade no espaço público midiático.....	p. 159
4.2.1. Visão panorâmica: incidência de palavras-chave.....	p. 160
4.2.1.1. O que a incidência de expressões mostra.....	p. 177

PARTE III:

DELIMITAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO

Capítulo 5

Recortando um campo discursivo	p. 183
5.1. Jornalismo de referência no campo discursivo jornalístico.....	p. 184
5.2. Jornais em foco: <i>O Estado de S. Paulo</i> , <i>O Globo</i> e <i>Folha de S. Paulo</i>	p. 190
5.2.1. Trajetórias e aspectos editoriais.....	p. 191
5.3. O jornalismo entre discursividades.....	p. 200
5.3.1. Posicionamentos legitimados.....	p. 207

Capítulo 6

Mapeando a cobertura jornalística sobre temáticas de gênero	p. 213
6.1. Levantamento de matérias: critérios e procedimentos.....	p. 216
6.2. <i>Corpus</i> de pesquisa: visão panorâmica.....	p. 222
6.3. Tratamento editorial.....	p. 230

PARTE IV:

SOB A LENTE DO DISCURSO

Capítulo 7

Articulações discursivas na re(a)apresentação do debate público..... p. 245

7.1. Visibilidade negociada..... p. 248

7.2. Sentidos cristalizados em notícias e reportagens..... p. 258

7.2.1. Ações do poder público..... p. 258

7.2.2. Pautas, demandas, reivindicações..... p. 260

7.2.3. Representações problematizadas..... p. 267

7.2.4. Embates entre discursividades..... p. 272

7.3. Argumentos em disputa em comentários jornalísticos..... p. 280

7.3.1. Em torno de feminismo(s) e feminino(s)..... p. 280

7.3.2. Sobre o papel da linguagem, cultura e educação..... p. 283

7.3.3. Emergência de uma categoria semântica..... p. 288

Capítulo 8

Mediação como gênese:

Identidades negociadas e arranjos semânticos deslizantes..... p. 293

8.1. (Re)enquadramentos temáticos..... p. 305

8.2. Da diferença como alteridade à representação como estratégia afirmativa.. p. 321

8.3. Intertextualidade no deslocamento do universal e valorização do diverso.. p. 234

8.4. Tensionamentos de modelos canônicos de coesão..... p. 342

8.5. Síntese dos principais deslocamentos no intervalo 1978-2018..... p. 345

CONCLUSÃO

Da emergência de um “discurso identitário midiático”..... p. 351

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... p. 361

LISTA DE TEXTOS DO *CORPUS* CITADOS..... p. 377

ANEXO I – CATALOGAÇÃO DOS TEXTOS DO *CORPUS*..... p. 383

ANEXO II – QUADRO DE ANÁLISE DISCURSIVA..... p. 465

INTRODUÇÃO

A ponte entre individualidade e coletividade que sustenta a compreensão dos processos de identificação e constituição da identidade é objeto de reflexões em diversos campos teóricos. O delineamento do “eu” a partir da *diferença*, por exemplo, comparece na Psicologia Social em uma tomada cognitiva; nos Estudos Culturais, é tomado sob uma perspectiva cultural e política, sobretudo no que diz respeito ao foco privilegiado conferido por seus pesquisadores à questão da alteridade; na Psicanálise, componentes sociais vinculam-se ao “ego ideal” na constituição do ideal de eu, instância capaz de absorver ideais coletivos. No limite, a demarcação da diferença coloca-se desde o início, com a entrada do humano no simbólico, constituindo condição primeira da própria linguagem (GOMES, 2008).

Nessa leitura, os processos de construção da identidade e identificação – para além de sua imbricação com dinâmicas de poder amplas e capilarizadas – têm papel decisivo na esfera dos acontecimentos e jogos políticos, em sentido restrito: da influência de líderes populistas sobre multidões à mobilização de símbolos nacionais, sua importância é largamente difundida e conhecida. Mas, na contemporaneidade, alguns componentes novos devem ser considerados. Isso porque assistimos hoje a processos de fragmentação e politização das identidades, por um lado, e aquisição de centralidade por pautas e discussões identitárias no debate público, por outro. Tais fenômenos inscrevem-se como parte de um movimento mais amplo de deslocamento de categorias e narrativas hegemônicas da modernidade e produzem transformações decisivas em nossa paisagem político-discursiva.

Se a mobilização de elementos identitários por agentes do campo político não é novidade, o protagonismo conquistado pelas identidades em um “novo imaginário político” (FRASER, 2006) merece um exame mais demorado. É isto o que procuramos fazer nesta pesquisa. Mais especificamente, este trabalho tem como objetivo compreender como se dá e a quais restrições atende a construção de enunciados sobre políticas identitárias em jornais de referência brasileiros, entre 1978 e 2018.

Esse período de observação foi definido porque tem início em um ano decisivo da história da imprensa no país – 1978 marca o final da censura prévia a jornais que vigorou durante os anos de ditadura civil-militar brasileira – e estende-se tanto quanto possível à atualidade. Como universo de investigação, analisamos enunciados dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. É importante observar que, de modo a viabilizar o

levantamento de matérias jornalísticas que se conectassem a um contexto de mudanças discursivas tão amplas e profundas como o que focalizamos neste trabalho, foi preciso eleger um eixo identitário específico a partir do qual pudéssemos visualizar a formação e transformação de debates identitários nos enunciados jornalísticos.

Assim, escolhemos o eixo “gênero”, tendo em vista a própria visibilidade e centralidade que essa categoria adquire no espaço público dos últimos anos, mobilizando discussões densas e acaloradas que se espalham por diferentes mídias, de redes sociais digitais a jornais impressos tradicionais. É interessante observar que os usos mais recorrentes do conceito de gênero, desde sua consolidação e expansão, remetem à lógica das diferenças entre *feminino* e *masculino*, *mulheres* e *homens* e, mais recentemente, entre *homo* e *heterossexualidade*; neste último caso, como aponta Matos (2008), temos um segundo eixo fundamental do campo dos estudos de gênero: o das fronteiras da sexualidade.

Após a escolha de “gênero” como eixo identitário, definimos cinco grupos temáticos como ponto de partida ao levantamento de textos de interesse a este estudo, como veremos à frente. Com base nesses procedimentos metodológicos, conduzimos buscas junto aos acervos digitais dos jornais e, após a realização de diversos recortes no material localizado, chegamos a um conjunto de 712 matérias jornalísticas que constituem nosso *corpus* de análise.

Construídas – mas nunca fixadas – culturalmente, as identidades constituem-se no interior das fronteiras que marcam as diferenças – lugares, como aponta Hall (1997), de potenciais contestações dos sentidos, isto é, de *políticas de identidade*. Quando os padrões de representação não são vividos, por diferentes grupos sociais, como capazes de *representá-los*, estes reivindicam definições alternativas que proponham novos conjuntos de representações. Isso pode levar à contestação da autoridade cultural das representações já apresentadas e ao surgimento de um foco diferente de identificação (HALL, 1997). Ao lado da emergência de políticas de identidade, a virada linguística no século XX constitui elemento fundamental à compreensão dos deslocamentos epistemológicos que possibilitam a emergência de disputas e contestações a propósito das representações sociais/culturais vigentes (HALL, 1994).

Esses dados participam do que Nancy Fraser (2006) denomina como um “novo imaginário político”, em que a luta por reconhecimento torna-se a forma paradigmática de conflito político. Essas demandas em nome do “reconhecimento da diferença” alimentam lutas de grupos articulados em torno de eixos identitários, tais como raça, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, segundo Fraser, “a dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o

lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política” (FRASER, 2006, p. 231).

Ainda nesse contexto, questões que tradicionalmente eram consideradas como não políticas – como vida familiar, casamento, relações sexuais – adquiriram estatuto político. Como aponta Hall (1994), se, no passado, as principais contradições da vida social sob a ótica da esquerda estavam na exploração econômica e na existência de classes sociais, o contexto contemporâneo é marcado pela proliferação dos locais de conflito social, que passam a incluir questões de gênero, raça, sexualidade etc.

Considerando esse panorama, cabe observar que o recorte temporal adotado nesta pesquisa, conforme o citamos algumas linhas acima, permite abarcar justamente um momento decisivo como ponto de virada nas formas por meio das quais a identidade é tomada no debate público: “Enquanto, nos anos 70 e 80, a luta política era descrita e teorizada em termos de ideologias em conflito, ela se caracteriza agora, mais provavelmente, pela competição e pelo conflito entre as diferentes identidades, o que tende a reforçar o argumento de que existe uma crise de identidade no mundo contemporâneo” (WOODWARD, 2014, p. 26).

Como face da nova paisagem discursiva cujos tensionamentos estabelecidos em relação ao campo do jornalismo esta pesquisa busca compreender, interessa-nos a centralidade assumida não apenas pelas identidades, mas também pela dimensão da *representação*, da *linguagem* e do próprio *discurso*. Isso porque a preocupação com o *reconhecimento cultural* da diferença é um elemento recorrente não apenas em debates acadêmicos sobre justiça social e em argumentos e demandas endereçados à esfera política, mas também – e mais importante para nós – em discursos midiáticos sobre temas como diversidade, equidade, discriminação etc. Indo além, parece-nos plausível considerar que elementos de um imaginário de reconhecimento – a partir de uma compreensão muitas vezes simplificada a respeito da centralidade da representação como eixo fundamental de protesto ou reivindicação política – represente a face mais midiática – e midiaticizável – da paisagem política contemporânea que tem questões de identidade como ponto-chave de articulação.

Diante desse panorama inicial, as mídias não devem ser entendidas, na perspectiva que adotamos aqui, como mero reflexo dos acontecimentos socialmente relevantes, mas sim, como materialidade que ajuda a engendrar as discursividades que atravessam o campo do social. De forma ampla, esse foco remete à centralidade que a esfera midiática encerra nas trocas simbólicas que marcam a contemporaneidade e seu papel enquanto instância de mediação simbólica/cultural/social (SERELLE, 2016).

Sabemos que a capacidade de enunciar de acordo com as restrições de uma formação discursiva específica depende de uma *competência discursiva* (MAINGUENEAU, 2008), de modo que a conformação de enunciados jornalísticos sobre um tema dado deriva tanto do dizível do campo discursivo quanto de uma sintonização com aspectos mais amplos das discursividades historicamente constituídas em que a própria instância midiática se inscreve. Por isso, a compreensão de mudanças percebidas em formas de enunciar implica em considerar as reacomodações ou coerções discursivas mais profundas de que elas são simultaneamente indício e sintoma.

Como fundamentos do referencial teórico-metodológico desta pesquisa, destacamos as considerações de Dominique Maingueneau (2008) sobre o primado da interdiscursividade e sua proposta de análise discursiva baseada em um modelo de restrições globais; em nosso horizonte epistemológico, ancoramo-nos na perspectiva de Michel Foucault (2008, 2012) sobre o arquivo, a constituição de *a priori* históricos e o poder regulatórios dos discursos. Dessa forma, direcionamos nossas indagações, no limite, à própria constituição do arquivo (FOUCAULT, 2012), horizonte último da análise discursiva, entendido como a lei que rege o aparecimento dos enunciados.

Diferentemente de uma soma de textos em uma cultura ou de um espaço de memória das instituições de uma sociedade, o arquivo trata “do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias”:

[...] se há coisas ditas – e somente estas –, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz (FOUCAULT, 2012, p. 157).

Em *Gênese dos discursos*, principal referência à qual recorreremos para construir as ferramentas metodológicas deste trabalho, Maingueneau (2008), em constante diálogo com o pensamento foucaultiano, postula a hipótese do *primado do interdiscurso*, que valoriza a heterogeneidade como anterior e constitutiva do discurso. Nesse sentido, os discursos não existem previamente, sendo depois colocados em relação com outros; ao contrário, eles nascem justamente nas brechas de uma rede interdiscursiva. Em sentido restritivo, o interdiscurso diz respeito a um conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca. Em sentido amplo, o interdiscurso refere-se ao conjunto das

unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 286).

O autor propõe o conceito de competência discursiva como forma de integrar a dimensão histórica a uma noção cognitiva, além de restituir ao sujeito um papel relevante nos estudos de Discurso. A partir desse conceito, abre-se a possibilidade de constituição de *corpora* de análise a partir do que *pode ser dito*, e não apenas do que de fato *foi dito*. Isso porque a competência discursiva está ligada ao domínio das restrições de uma formação discursiva, a qual determina tanto enunciados efetivamente produzidos quanto aqueles virtualmente possíveis. Para Maingueneau (2008), os discursos são inscritos sócio-historicamente, o que passa pelo sistema de restrições de cada formação discursiva.

Além dos conceitos de Análise do Discurso apresentados, destacamos a importância para esta pesquisa de se considerar o *paradigma indiciário* descrito por Carlo Ginzburg. Próprio às ciências humanas, esse método pode ajudar-nos a elucidar dados significativos em meio a conjuntos aparentemente dispersos de fatos e evidências. Segundo Ginzburg (1990), *indícios* devem ser entendidos como zonas privilegiadas de uma realidade opaca, que pode ser melhor compreendida e analisada a partir da consideração de determinados *sintomas*.

É com base na ideia de indício que definimos os recortes desta pesquisa: a categoria “gênero” como *sintoma* de rearticulações discursivas mais amplas. É também enquanto indícios de processos discursivos complexos que os enunciados jornalísticos serão tomados. Finalmente, na impossibilidade de analisar todas as características de todos os planos discursivos existentes, alguns detalhes dos enunciados jornalísticos serão destacados – como veremos ao longo das análises discursivas empreendidas nesta tese.

Com base nos principais conceitos do quadro teórico de referência desta pesquisa, e entendendo que o campo jornalístico não se apresenta de modo isolado em relação a outros campos e que a interdiscursividade é um princípio constitutivo do próprio discurso, formulamos a principal hipótese desta pesquisa. Ela se fundamenta na afirmação de que, à emergência de novos discursos como parte da discursividade política contemporânea, vinculam-se regras de formação que exercem constrangimentos sobre as práticas jornalísticas, demandando delas novas formas de enunciar.

A partir desta hipótese, novas perguntas podem ser formuladas: como, exatamente, os enunciados jornalísticos constituem-se, respondem, comportam-se, nesse contexto, diante de novos modos de construção? Estaríamos diante de tensionamentos que desafiam os próprios princípios, crenças e valores em que se fundamentam as práticas jornalísticas? Para responder

a tais indagações, mobilizamos um conjunto de quatro hipóteses específicas cuja pertinência também será discutida ao longo da tese. São elas:

(a) Os enunciados jornalísticos respondem aos constrangimentos provenientes de discursos que integram a discursividade política contemporânea, especialmente discursos identitários, por meio de negociações entre grades semânticas diversas – negociações essas que deixam marcas sobre diversos *planos* discursivos.

(b) Dadas as negociações estabelecidas entre diferentes modelos de restrição, os arranjos semânticos presentes nos enunciados jornalísticos mostram-se deslizantes e passam por transformações ao longo do período observado.

(c) A identificação de quadros de maior estabilidade semântica nos enunciados jornalísticos sobre gênero e identidade em anos recentes indica a conformação de novos posicionamentos enunciativos no jornalismo de referência.

(d) Um modelo de análise discursiva baseado na priorização do espaço interdiscursivo entre duas formações polêmicas – conforme propõe Maingueneau (2008) – não atende ao exame das especificidades de dinâmicas discursivas no campo jornalístico e à complexidade do objeto de estudo em foco neste trabalho.

Esta pesquisa se organiza em oito capítulos dispostos em quatro partes. A primeira parte se destina à revisão de conceitos que embasam o trabalho. No capítulo 1, retomamos e aprofundamos proposições de Michel Foucault e, principalmente, Dominique Maingueneau, apontando de que modo serão trabalhadas ao longo da tese. No capítulo 2, recuperamos três grupos ou eixos conceituais que se mostram fundamentais à compreensão da problemática em foco: *diversidade, identidade e reconhecimento*.

Na segunda parte, em um esforço de contextualização do cenário em relação ao qual se dirigem os questionamentos desta pesquisa, construímos um breve mapeamento das emergências discursivas e rearticulações epistemológicas que caracterizam a contemporaneidade. Assim, no capítulo 3, focalizamos a emergência de políticas de

identidade e dos discursos que lhes dão sustentação. No capítulo 4, analisamos o surgimento e consolidação do conceito de “gênero”, buscando sintetizar as principais nuances que marcam sua tomada em diferentes campos do pensamento.

Na terceira parte, dirigimo-nos ao objeto empírico desta pesquisa, buscando descrevê-lo ao mesmo tempo em que indicamos os procedimentos metodológicos que possibilitam sua construção. No capítulo 5, discutimos o conceito de “campo discursivo” e a definição de “jornalismo de referência”. Buscamos caracterizar essa vertente da produção jornalística, justificando sua escolha como foco de atenção nesta pesquisa e apontando alguns impasses discursivos que se lhe colocam na atualidade. Já o capítulo 6 destina-se à descrição panorâmica do *corpus* de pesquisa; nesse momento, buscamos apontar aspectos gerais da cobertura jornalística sobre gênero a partir de um primeiro olhar sobre o material levantado.

A quarta parte, finalmente, destina-se à abordagem propriamente discursiva do *corpus*. Esta análise desenvolve-se em dois tempos: no capítulo 7, traçamos um panorama sobre as re(a)presentações do debate público presentes nas matérias jornalísticas sobre gênero, considerando a conectividade em relação a discursos circulantes que caracteriza os discursos midiáticos; no capítulo 8, analisamos as restrições semânticas que caracterizam enunciados do *corpus* com base em um olhar diacrônico que considera regulações exercidas globalmente sobre os diversos planos do discurso.

PARTE I:
DO LUGAR DE ONDE FALA ESTA PESQUISA

CAPÍTULO 1

APORTES TEÓRICOS PARA UMA PROBLEMÁTICA DISCURSIVA

Não é incomum presenciar debates mais ou menos acalorados sobre os desafios enfrentados atualmente pelo Jornalismo ao redor do mundo. A face mais popular desse discurso circulante talvez seja a que destaca a ameaça representada, para veículos de comunicação tradicionais, pelas mídias digitais, que acirram agora a disputa por verbas publicitárias e atenção do público. Não obstante, pesquisadores frequentemente apontam que estamos diante de uma crise “multidimensional, dinâmica e complexa”¹.

Além da necessidade de buscar meios criativos para atrair mais recursos a fim de custear suas práticas, aponta-se que os jornais precisam reconectar-se com suas audiências, mostrar sua utilidade cidadã e seu papel civilizador para toda sociedade que se pretenda democrática (CHRISTOFOLETTI, 2019). Esse impasse é visível no cotidiano brasileiro, em que se torna cada vez mais trivial a afirmação de que a mídia convencional estaria em desvantagem frente às redes sociais digitais, que cativam uma parcela significativa do público que prefere se informar pelo que aparece em seu *feed*.

É inegável que tais impasses participam de um contexto mais amplo de reconfigurações no modo como nos relacionamos com a informação. “Pós-ideia” (GABLER, 2011), “crise do conhecimento” (WEINBERGER, 2012) e “pós-verdade” – esta última eleita palavra do ano de 2016 pelo Dicionário Oxford² – são pontos-chave de algumas reflexões desenvolvidas para descrever um momento marcado pela superabundância de informações, indivíduos conectados e erosão do senso crítico.

Inovações tecnológicas que incluem, ao lado do advento e popularização das mídias sociais, a migração do analógico para o digital e, mais recentemente, a difusão dos *smartphones* e da tecnologia *mobile* (BELL, OWEN, 2017) parecem ter colocado em xeque, nas duas últimas décadas, o modelo de negócios do Jornalismo. É nesse contexto que o conceito de *curadoria informativa* passa a ser utilizado para descrever o papel do

¹ Ver “A crise do jornalismo é multidimensional, dinâmica e complexa”, entrevista de Rogério Christofolletti ao Observatório da Imprensa, publicada em 21 de maio de 2019. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/entrevista/a-crise-do-jornalismo-e-multidimensional-dinamica-e-complexa/>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

² Segundo o verbete da publicação, “pós-verdade” diz respeito às “circunstância nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal”.

comunicador na era digital (BERTOCCHI, CORREA, 2012). Nesse debate, a clássica interpretação do ofício de jornalista como baseado em um princípio de *gatekeeping* passa a ser tensionada pela figura de um *gatewatcher* (BRUNS, 2011).

Um dos mais tradicionais veículos do país, a *Folha de S. Paulo* revelou sua preocupação com esse cenário quando lançou, no dia 30 de março de 2017, uma nova versão de seu Projeto Editorial³. O texto de apresentação ressalta “a relevância do jornalismo profissional para manter nítida a distinção entre notícia e falsidade”, destaca o contraponto entre os “jornais pautados pelo diálogo pluralista” e a “intolerância que assola as redes sociais” e reconhece a existência de “uma demanda mal atendida por informações proveitosas e inspiradoras”, a qual o veículo propõe-se capaz de suprir.

Por meio de doze princípios editoriais, enunciados de modo sucinto e direto, o veículo reafirma seu compromisso com a difusão de informações “confiáveis” e opiniões “qualificadas”, pressupostos para o exercício da cidadania. Como todo enunciado deixa entrever sentidos implícitos, ensina Ducrot (1987), a defesa encampada pelo jornal implica, como condição de possibilidade, a assunção de uma posição diversa, possivelmente antagonica, em relação à suposta desinformação e intolerância vigente nas redes sociais.

Se o veículo se compromete a “confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la”, promover “os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos” e “abordar os assuntos com disposição crítica”, é porque se pressupõe que estes são aspectos universalmente compartilhados e desejáveis. Ao mesmo tempo, deixa-se entrever, como subentendido, que *apenas* o jornalismo profissional possuiria apreço por tais valores – marcação de uma *diferença* em relação aos espaços não profissionalizados de produção discursiva, como parte das mídias sociais.

A publicação da *Folha* é ilustrativa da tendência segundo a qual agentes do campo jornalístico têm produzido discursos autorreferentes que respondem a um contexto de complexos tensionamentos. De sólida institucionalização do “quarto poder”, “espelho” dos fatos ou repositório de relatos objetivos, os jornais passam hoje a um estatuto de crescente perda de credibilidade, apontada ora como causa, ora como efeito da disseminação de diferentes formas de desinformação, inclusive aquelas reconhecidas sob o tão em voga quanto impreciso termo *fake news*. Se, por um lado, os grandes meios de comunicação possuem claros interesses mercadológicos em promover campanhas contra notícias falsas, sites fraudulentos com interesses político-ideológicos favorecem uma “cultura de desconfiança e

³ Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

desinformação” a fim de diminuir a capacidade do público de distinguir a credibilidade das fontes de informação (PAGANOTTI, 2018).

Diante de tantos desafios, estudiosos do Jornalismo têm se dedicado a discutir diagnósticos e prognósticos em torno da “crise” do campo – assim referida no jargão profissional e em debates acadêmicos. Entre diversas transformações estruturantes,

[...] são destacadas mudanças de caráter “qualitativo”, como a crescente “tabloidização” da imprensa e o enfraquecimento de valores consagrados da regulação profissional jornalística, e outras de caráter “quantitativo”, como a queda de tiragem de jornais impressos e da popularidade de telejornais, o abalo financeiro do mercado jornalístico com o consequente corte de quadros profissionais, a redução da receita de empresas jornalísticas e mesmo a descontinuação de publicações tradicionais (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017, p. 3).

Como escrevem Manna, Jácome e Ferreira (2017, p. 3), as transformações que primeiro se tornaram perceptíveis a jornalistas e pesquisadores foram as do jornal diário impresso, “mídia que mais insiste em certos padrões tradicionais de jornalismo e que mais resistia às adaptações diante dos novos tempos”. Ao mesmo tempo em que estudos evidenciam a crise de princípios clássicos do Jornalismo, empresas jornalísticas buscam dar novas roupagens a seus produtos e rotinas produtivas, sem que isso configure, porém, uma forma de rompimento epistemológico. O que as “novas” práticas jornalísticas parecem fazer é reafirmar a legitimidade e hegemonia do campo, por meio do reforço de seus paradigmas tradicionais (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017).

Embora a assim chamada “crise” do Jornalismo não seja o objeto sobre o qual se debruça esta pesquisa, resgatar esse contexto possibilita colocar algumas questões importantes à delimitação da problemática que focalizamos. Em primeiro lugar, temos aí elementos gerais de um cenário mais amplo em que grande parte das empresas jornalísticas se encontra hoje – um cenário de abrangentes e significativos tensionamentos, rupturas e deslocamentos.

Ao falar nessas transformações, é preciso ter em mente a existência de algo que, como pressuposto, ao ser deslocado, é também reafirmado. Dito de outro modo, os debates em torno da ideia de “crise” trazem algumas pistas para compreender as dinâmicas envolvidas na construção dos discursos que alimentam e significam as práticas jornalísticas – “discursos constituintes”, para usar um conceito de Maingueneau (2010) ao qual retornaremos ao longo da pesquisa –, construindo uma identidade dominante para o Jornalismo⁴. Os jornais

⁴ Referimo-nos aqui ao discurso moderno do Jornalismo, muito atrelado a um certo modo de reconfiguração de práticas provenientes dos Estados Unidos e a um conjunto estável de valores (“sistema de crenças”), daí a incorporação do sufixo “-ismo” para diferenciar *jornais* e *jornalismo* (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017, p. 6). Voltaremos a esta discussão mais adiante, no quinto capítulo.

analisados neste trabalho – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – são exemplos de empresas que se filiam a essa identidade.

Ao mesmo tempo, é possível evidenciar a existência de disputas no interior do campo jornalístico, articuladas em torno da constituição de sua(s) identidade(s), e lançar luz sobre as lutas por legitimidade *no* campo e pela legitimidade *do* campo, sobretudo diante da complexidade do cenário midiático atual. Trata-se, nesse sentido, de compreender que toda crise – ou, ainda, toda *narrativa* de crise – implica uma disputa discursiva: uma disputa que é também *identitária* e *pela* identidade. Assim, quando falamos em *campo jornalístico*, referimo-nos a um espaço de atividade social atravessado por embates de ponta a ponta.

Um campo discursivo não constitui uma zona insular⁵ e, como tal, está sujeito ao atravessamento por discursos diversos que circulam em uma dada conjuntura histórica. Com as práticas jornalísticas, não seria diferente. Portanto, ao invocar a existência de narrativas que dariam conta da existência de uma “crise” atual do jornalismo, pretendemos evidenciar a necessidade de recolocar esse debate em termos mais amplos: mais do que simplesmente endossar ou questionar a aposta em uma coesão ou suposta “essência” jornalística colocada em xeque na atualidade, é preciso reconhecer o atravessamento do próprio campo por disputas internas e seu esgarçamento diante de forças externas, compreender a natureza discursiva de tais jogos de força e situá-los em um quadro mais amplo de transformações epistemológicas.

Dito de outro modo, procuramos discutir, ao longo desta tese, um aspecto que consideramos de fundamental importância à compreensão dos desafios vivenciados atualmente no campo jornalístico (ainda que menos abordado do que questões tecnológicas e/ou econômicas e/ou de público e/ou de mercado etc.), a saber: o fato de que o jornalismo, especialmente o chamado “jornalismo de referência”⁶, experimenta hoje significativos tensionamentos de caráter *discursivo*.

Como em todo campo, as práticas jornalísticas – não obstante a evidente diversidade entre elas abarcada – sempre estiveram inscritas em conjunturas históricas e depararam-se, em diferentes momentos, com transformações profundas nos saberes e valores de uma sociedade, as quais muitas vezes são acompanhadas pelo surgimento de *regras* específicas de formação dos discursos que condicionam, via mecanismos diversos, a produção de enunciados.

⁵ Referimo-nos à perspectiva de Dominique Maingueneau (2008), que retomaremos e aprofundaremos adiante.

⁶ Dedicamo-nos a uma caracterização mais detalhada dessa parcela do campo jornalístico no quinto capítulo.

Acreditamos, contudo, que a contemporaneidade⁷ traz desafios particularmente sensíveis às práticas desenvolvidas no campo jornalístico. Um dos exemplos mais atuais e ilustrativos é a recorrente deslegitimação do jornalismo como lugar de verdade, o que está na raiz de fenômenos como a disseminação irrestrita de boatos e *fake news*. Em outras palavras, discursos circulantes na sociedade contestam a posição ocupada, no campo jornalístico, por veículos de imprensa tradicionais enquanto aptos a enunciarem de acordo com as regras que remetem ao próprio surgimento do jornalismo como instituição moderna: racionalidade, apreço pelo método, pensamento lógico, separação entre sujeito e objeto. Alguns posicionamentos assumidos no debate público vão além e contestam essas regras, elas próprias, como adequadas à revelação da “verdade”⁸.

A delimitação do objeto desta pesquisa nasce da percepção acerca da emergência, na contemporaneidade, de uma discursividade que remodela concepções políticas e assume uma posição de concorrência em relação a compreensões próprias da modernidade sobre a origem das estruturas de opressão, o papel da nação, os objetos e temas passíveis de reivindicação etc. Trata-se de remodelações amplas, complexas e plurais, que se espraiam em múltiplas direções, de modo capilarizado, como é próprio de processos discursivos.

Destacamos, em especial, esses novos arranjos discursivos na medida em que se manifestam, no debate público, como discursos circulantes⁹ que levam a uma significativa aquisição de centralidade pelos embates identitários e a uma crescente politização das identidades. É nesse contexto que ganham força as chamadas políticas da identidade e

⁷ Por *contemporaneidade*, referimo-nos ao momento histórico presentemente em curso, marcado por singularidades cujas raízes podem ser associadas a deslocamentos e transformações na sociedade, na produção do conhecimento e nos discursos em circulação que remetem ao contexto que marca o mundo ocidental a partir da segunda metade do século XX. Neste trabalho, optamos pelo uso da expressão “contemporaneidade” – em lugar de termos correlatos como “pós-modernidade”, “modernidade tardia” ou “modernidade-mundo” – por se tratar de um termo mais abrangente, com limites mais elásticos e permitir a colocação de maior ênfase no momento concomitante ao de produção da presente pesquisa (não obstante o fato de ser talvez mais impreciso); ao mesmo tempo, ao utilizar o termo “contemporaneidade”, buscamos esquivar-nos das ressalvas e problematizações que podem ser feitas em relação aos demais conceitos, e cuja discussão, de caráter profundamente filosófico e sociológico, escapa aos propósitos e possibilidades desta tese. Cabe observar, porém, que os outros termos em questão serão citados ao longo deste trabalho nos momentos de apresentação e discussão de ideias de autores que os empregam, a fim de melhor preservar a integridade de seu pensamento.

⁸ Entendemos o conceito de “verdade”, a partir de Michel Foucault (2008). Nesse registro teórico, como veremos mais adiante, a verdade é entendida como algo produzido de acordo com “regras” discursivas historicamente inscritas e situa-se dentro de uma determinada “vontade de verdade”.

⁹ Referimo-nos à conceituação de Patrick Charaudeau, para quem “o discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2010, p. 118). Trata-se de um conceito útil a esta pesquisa na medida em que corresponde a uma unidade perceptível a “olho nu”, apreensível de modo imediato e com contornos evidentemente delimitados. Neste trabalho, será empregado em referência a tendências e posições evidenciadas no debate público nos momentos em que não for pertinente ou necessário delimitar um discurso a partir da identificação de suas regras de formação. Em outras palavras, esse conceito será mobilizado, segundo nossos propósitos, mais como ponto de partida que como ponto de chegada.

reivindicações direcionadas ao reconhecimento cultural da diferença. Embora nem todas as formas de mobilização política emergentes na contemporaneidade voltem-se a demandas de reconhecimento, esse “novo imaginário político” – para empregar os termos de Nancy Fraser (2006), autora a cujas ideias retornaremos no próximo capítulo – constitui uma das faces mais evidentes – e midiáticas – da paisagem discursiva contemporânea que aqui nos interessa.

Cabe ressaltar que essa discursividade política, que se configura e ganha força na contemporaneidade e cujas relações/interações com práticas discursivas e discursos produzidos no campo jornalístico interessam-nos enquanto objeto de estudo nesta pesquisa, manifesta-se, no espaço público midiático, em uma série de fatos discursivos diversos, muitas vezes dispersos e contrastantes entre si, que emergem via demandas, protestos, declarações e reivindicações oriundas de diferentes setores sociais, mas possuem, em comum, o fato de se articularem, de modo mais ou menos direto, em torno de questões que nascem desde pontos de vista identitários. Nesse sentido, consideramos a hipótese de que a emergência desses novos arranjos discursivos não ocorre sem o estabelecimento de regras específicas de formação dos enunciados – isto é, formações discursivas que condicionam modos específicos de enunciar.

Por mais que uma “formação discursiva”¹⁰ não seja apreensível a “olho nu” e constitua uma unidade analítica de difícil apreensão e delimitação *a priori*, os vestígios de sua existência podem ser mais concretamente captados. Por esses vestígios, entendemos os acontecimentos discursivos que têm sua existência determinada, regida e controlada por sistemas de formação que os conformam e constroem. Em uma dispersão de acontecimentos discursivos aparentemente aleatórios, é possível visualizar ordenamentos e regularidades. Pensemos no caso das disputas, pautas e reivindicações articuladas em torno do eixo identitário gênero/sexualidade, que focalizamos neste trabalho: a evidência de regularidades a reger a aparição desses enunciados funciona como indício da existência de discursos ligados a um/alguns modo/modos de formação específico(s) que determinam como enunciar em certos domínios e estabelecem relações, ora de aliança, ora de polêmica, com discursos outros diversos.

Uma primeira e mais evidente forma de identificar a presença de tais “vestígios discursivos” é a própria constatação da centralidade que o debate em torno de questões de gênero adquire na contemporaneidade, principalmente em redes sociais digitais, mas também em mídias massivas, e cuja face mais marcante talvez esteja nas discussões sobre os

¹⁰ Outro conceito da Análise do Discurso presente no universo foucaultiano que aprofundaremos adiante neste capítulo, a “formação discursiva” diz respeito a regularidades que regem a dispersão e produção dos enunciados.

feminismos. Essas discussões adquirem especial visibilidade quando se articulam em torno de temas ou pautas específicas, como acontece com o uso de *hashtags* no ambiente digital. Alguns desses casos alcançam repercussão mundial, a exemplo dos protestos contra assédio e violência sexual a partir do movimento #MeToo, que viralizou em outubro de 2017 após denúncias de atrizes e celebridades internacionais virem à tona no Twitter.

Os vestígios da existência de constrangimentos discursivos também se tornam evidentes a partir de episódios em que as próprias mídias convertem-se em objeto de crítica segundo reivindicações identitárias. Foi este o caso das postagens articuladas em torno da *hashtag* “belarecatadaedolar”, em 2016, que criticavam a representação feminina presente em um perfil de Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer, publicado pela revista *Veja* em 18 de abril daquele ano. Outro exemplo é a campanha #AgoraÉQueSãoElas, de 2015, que buscou fazer com que homens colunistas cedessem seus espaços em meios de comunicação a mulheres.

Ambos os casos, ao mesmo tempo em que representam fatos discursivos sintonizados com debates identitários, parecem evidenciar mais explicitamente a emergência de novos modos de enunciar – “regras” que condicionam a produção de enunciados e que, nesses exemplos específicos, são explicitadas em demandas que adquiriram visibilidade no debate público. Além disso, são episódios exemplares de discursos que se voltam ao plano da representação como eixo articulador de discursos que se pretendem politicamente engajados e que o fazem por meio da problematização das próprias mídias – seja por meio de críticas a enunciado midiáticos, como no caso #belarecatadaedolar, seja com críticas à enunciação, como na campanha #AgoraÉQueSãoElas –, questões que, tendo em vista suas implicações teórico-conceituais e relevância à Comunicação, interessam particularmente a esta pesquisa.

Diante de tudo isso, e partindo do princípio de que a contemporaneidade é marcada por deslocamentos epistemológicos e discursivos, os quais se manifestam, em uma de suas facetas mais significativas, na centralidade assumida por categorias identitárias no debate público midiático, buscamos entender, nesta pesquisa, como veículos representativos de uma parcela específica do campo jornalístico – a do chamado “jornalismo de referência” – comportam-se diante da emergência desses novos discursos e a partir da interação com eles, considerando como se configuram os enunciados jornalísticos aí produzidos.

Entendendo que o campo jornalístico não se apresenta de modo isolado em relação a outros campos e que a interdiscursividade é um princípio constitutivo do próprio discurso, a principal hipótese que procuramos discutir ao longo desta tese é a de que à emergência desses

novos discursos vinculam-se regras de formação que exercem constrangimentos sobre as práticas jornalísticas, demandando delas novas formas de enunciar. Mas como, exatamente, os enunciados jornalísticos constituem-se, respondem, comportam-se, nesse contexto, diante de novos modos de constrição? Estaríamos diante de tensionamentos que desafiam os próprios princípios, crenças e valores em que se fundamentam as práticas jornalísticas?

Como primeiro passo na trajetória investigativa em direção às respostas para tais questões, é preciso delimitar o horizonte epistemológico a que nos filiamos e os caminhos analíticos que possibilitam a construção de abordagens sob a ótica de uma problemática discursiva, objetivo a que se destina este capítulo.

1.1. Horizonte epistemológico

Ao delimitar alguns pontos nodais da paisagem político-discursiva que emerge na contemporaneidade, procuramos alcançar alguns objetivos: em primeiro lugar, era preciso delimitar com mais clareza alguns contornos de nosso objeto de estudo, já que a centralidade de embates identitários e a politização das identidades que ganham espaço no debate público hoje ocorrem justamente como parte do cenário descrito.

Ao mesmo tempo, ao identificar temáticas em evidência e modos de focalizá-las, argumentos consolidados e posicionamentos recorrentes em discussões acadêmicas, políticas e no debate público em geral, buscamos recuperar *acontecimentos discursivos* que, para nós, operam como *vestígios* da existência de modos específicos de organização/formação/dispersão de discursos, cujo poder de constrangimento pode fazer-se sentir em contextos enunciativos diversos.

Ao longo das análises do *corpus* de matérias jornalísticas que focalizamos nesta pesquisa¹¹, procuramos entender *se* e *como*, a partir dos debates em torno da centralidade de embates identitários e da politização das identidades, regras de formação específicas operam e manifestam-se sobre os enunciados jornalísticos. Estamos diante, por tudo isso, de uma problemática que se revela fundamentalmente discursiva.

Para abordá-la, filiamo-nos à tradição teórica aberta por Michel Foucault. Do autor, destacamos como inspiração primeira – não obstante as profundas diferenças entre os seus e o nosso objetos de análise – sua empreitada de compreender as rupturas epistemológicas que

¹¹ Apresentadas de modo detalhado na quarta parte desta tese.

são condição de possibilidade à emergência de novos saberes, novas práticas discursivas, novos modos de circunscrição dos campos e conceitos.

Na base do olhar original que Foucault lançou sobre a ciência e o conhecimento, está o interesse em descrever a *epistemê* ou solo de saber em que os conhecimentos estão imersos e nos quais embasam sua positividade, ou seja, traçar uma história das condições de possibilidade e de uso da verdade e do saber. Em outras palavras, o autor propunha analisar as formações discursivas que produzem as verdades que nos guiam em cada momento histórico (ARAÚJO, 2007).

Para ele, o sujeito é uma construção engendrada, historicamente, pelas práticas discursivas, e é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que se dão as mudanças nos saberes e sua consequente articulação com os poderes capilarmente instituídos. Assim, a história da subjetivação dos homens na cultura é constituída pelo próprio discurso, de modo que a relação entre linguagem, história e sociedade está na base do pensamento de Foucault (GREGOLIN, 2006, p. 55-59).

Em seus primeiros escritos, é possível localizar uma preocupação maior com os diferentes modos de investigação que pretendem alcançar o estatuto de ciência e produzem, dessa forma, a objetivação do sujeito. É nessa fase que o autor empreende uma investigação dos “saberes” que embasam a cultura ocidental.

O “método arqueológico” é buscado justamente como forma de se entender a história desses saberes, com trabalhos voltados para a história da loucura, da medicina e de “campos do saber que trataram dos temas da vida, da linguagem e do trabalho”, (GREGOLIN, 2006, p. 55). Nessa fase, segundo a leitura de Maria do Rosário Gregolin, é muito forte a ligação de Foucault com o estruturalismo, já que ele está preocupado com a explicitação metodológica, procurando evidenciar a “centralidade do discurso como fio condutor de suas investigações” (GREGOLIN, 2006, p. 59).

Em relação à primeira fase de seu trabalho, não se pode deixar de destacar a importância da obra *As palavras e as coisas*, de 1966. A respeito do título do livro, Foucault afirmou, em entrevista concedida à *Magazine Littéraire*, em 1969, tratar-se de um nome “completamente irônico”. A ironia residia no fato de que a obra não tratava de palavras ou de coisas; o objetivo do autor, ao contrário, era justamente deslocar a discussão sobre a relação entre as palavras e as coisas e empreender uma análise dos próprios discursos, ou seja, das práticas discursivas a partir das quais se torna possível situar o uso das palavras e definir o que são as coisas (GREGOLIN, 2006).

Já em 1969, com *A arqueologia do Saber*, aparecem novos direcionamentos, com o autor aproximando-se dos historiadores da *Nova História* em sua busca pelo método arqueológico. Em *A ordem do discurso*, de 1971, temos um limiar, um momento de passagem entre sua fase arqueológica e um segundo momento do trabalho de Foucault, voltado ao estudo da objetivação do sujeito em “práticas divergentes”, isto é, o sujeito entendido como sempre dividido, seja no interior dele mesmo, seja em relação aos outros por meio de técnicas disciplinares. Ele empreende uma análise das articulações entre os saberes e os poderes, firmando as bases para a ideia de que o poder, pulverizando-se na sociedade, dá-se enquanto relação, ou seja, consolida-se na forma de “micro-poderes” (GREGOLIN, 2006).

1.1.1. O discurso e sua ordem

Foucault nunca se vinculou à Análise do Discurso enquanto campo disciplinar. Apesar disso, em suas análises, procurou mostrar que há, nos discursos, “regras de formação de objetos, que não são as regras de utilização das palavras, regras de formação de conceitos, que não são leis de sintaxe, regras de formação das teorias, que não são regras de dedução nem regras retóricas” (FOUCAULT, 2001a, p. 140).

Como o objetivo do autor nunca foi estudar a “língua”, mas sim, os próprios “discursos”, o valor da noção de *discurso* em Foucault não é idêntico àquele fixado no campo da Linguística. Em sua perspectiva, *discurso* diz respeito às regras e às práticas que constroem representações sobre objetos e conceitos, definindo aquilo que se pode dizer sobre eles, em um momento histórico específico.

Entendemos, desse modo, que o *discurso*, em Foucault, diz respeito mais a um *modo de compreensão*, um *domínio* – poderíamos falar em um entendimento de certo número de fenômenos segundo uma lógica discursiva –, do que a uma unidade específica e bem acabada¹². Daí ser possível compreender porque, dentro do domínio do discurso, abrigam-se tanto conceitos “mais restritos” (como o de *enunciado*) quanto conceitos “mais abrangentes” (como o de *formação discursiva*). Entre os enunciados e as formações discursivas, o que os liga é a compreensão de ambos como pertencentes ao *domínio do discurso*.

Para Foucault, se há unidade em discurso, ela não se deve a uma coerência visível e horizontal entre os objetos, mas ao sistema que torna possível sua formação. Afastando

¹² Poderíamos citar, nesse sentido, o comentário que Paul Veyne tece sobre o pensamento de Foucault: “O termo discurso designa não uma instância mas uma abstracção, designadamente o facto do acontecimento ser singular; da mesma maneira que o funcionamento de um motor não é uma das peças desse motor, é a ideia abstracta de que o motor funciona” (VEYNE, 2009, p. 34).

termos como “ciência”, “ideologia”, “teoria” ou “domínio de objetividade”, Foucault emprega o conceito de *formação discursiva* em referência a um sistema específico de dispersão entre certo número de objetos e à existência de regularidades entre os objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2012, p. 47, grifos do autor).

O discurso é, em toda a sua extensão, histórico e pressupõe a ideia de “prática” – isto é, atos discursivos praticados por sujeitos historicamente situados, condicionados por regras anônimas e determinadas no tempo e no espaço, fixando as diretrizes que regem a produção dos enunciados (GREGOLIN, 2006, p. 95).

Na arqueologia de Foucault, a análise de enunciados e formações discursivas pretende compreender os princípios segundo os quais os conjuntos significantes efetivamente formulados puderam emergir. Esta é também, no fundo, a questão que buscamos responder nesta pesquisa a partir do manejo dos enunciados jornalísticos que compõem nosso *corpus*. Para responder a essa indagação, diz o autor, é preciso deixar de lado categorias que mantêm a continuidade. Deve-se “deixar falar” somente o discurso, “ficar no nível das coisas ditas”, de modo a definir os próprios discursos, entendidos como “práticas que obedecem a regras” (GREGOLIN, 2006, p. 86).

O método arqueológico, dessa forma, busca entender os “acontecimentos discursivos” – as sequências efetivamente formuladas –, investigando as condições histórico-sociais que tornam possível sua emergência. Os acontecimentos discursivos devem ser tomados como uma “população de acontecimentos dispersos”, de modo a explicar as novas configurações do saber (GREGOLIN, 2006, p. 87).

Ao mesmo tempo, se nos referimos a uma proposta analítica que busca compreender saberes e verdades assentados em nossa cultura, isso não se faz sem a compreensão das relações de poder engendradas via discurso.

[...] os discursos se erigem em fundamento e justificativa para as regras; enquanto as expressam também as legitimam, porque desde a origem no signo o efeito é o da produção de significações: as significações que conferem sentido ao mundo e a nós (GOMES, 2003, p. 41).

Some-se a isso o fato de que as práticas discursivas são, elas próprias, objeto de luta: elas determinam que nem tudo pode ser dito, e que as coisas que se podem dizer são regidas

por uma “ordem do discurso”. É assim que o poder se atrela também a mecanismos de controle e regulação sobre a própria produção dos discursos. Nesse sentido, o poder possui um aspecto produtivo: ele produz realidades, fixa verdades, condiciona rituais de fala. Determina-se o que pode e o que não pode ser dito não (somente) pela proibição explícita, mas pela produção de regimes de verdade (FOUCAULT, 2008).

Foucault nos ensina que “em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2008, p. 8). Entre esses procedimentos, que podem ser tanto *internos*¹³ quanto *externos* ao discurso, o autor destaca a *vontade de verdade* como forma de exclusão sobredeterminante em relação às demais¹⁴. Ela diz respeito à própria constituição histórica de uma institucionalidade em que a “vontade de verdade” distribui-se, delimitando as condições de afirmação do verdadeiro e do falso.

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso dado, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é, constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (FOUCAULT, 2008, p. 14).

Em *A ordem do discurso*, Foucault apresenta o programa de pesquisa que pretendia desenvolver em sua atuação no Collège de France. Esse programa deveria se fundamentar em uma dupla visada:

¹³ Entre os procedimentos internos, que dizem respeito a princípios de classificação, ordenamento e distribuição, Foucault (2008) elenca os princípios do *comentário* (desnível entre textos primeiros e textos segundos), do *autor* (agrupamento de um discurso, origem de suas significações e lastro de sua coerência) e das *disciplinas* (domínios de objetos, conjuntos de métodos, corpos de proposições verdadeiras, jogos de regras e definições, técnicas e instrumentos).

¹⁴ Para o autor, são três os grandes sistemas de exclusão que incidem sobre o discurso: a *interdição* (que abrange três tipos de interditos, os quais se cruzam: tabu de objeto, ritual de circunstância e direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala); a *oposição entre razão e loucura* (uma separação e uma rejeição da “palavra do louco”); e, finalmente, a *vontade de verdade*. Nas palavras de Foucault (2008, p. 19): “Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modifica-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável”.

[...] As análises que me proponho fazer se dispõem segundo dois conjuntos. De uma parte, o conjunto “crítico”, que põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação de que falava há pouco; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. De outra parte, o conjunto “genealógico” que põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação (FOUCAULT, 2008, p. 60).

As considerações de Foucault sobre as abordagens *genealógica* e *crítica*, fundamentais à compreensão das formas de restrição que se colocam tanto interna quanto externamente aos discursos e se ligam ao aparecimento destes, animam nossas perguntas de fundo. Embora não se trate de “aplicar” o programa apresentado pelo autor, descrever as regularidades que caracterizam a aparição dos enunciados jornalísticos de nosso *corpus*, procurando indagar sobre aquilo que determina sua emergência, é um dos objetivos deste trabalho.

Ao descrever o domínio do discurso como associado a regras e práticas historicamente inscritas e apontar o mapeamento de regularidades entre uma população de acontecimentos discursivos dispersos como caminho para a identificação de uma formação discursiva, Foucault oferece-nos pistas para a abordagem dos enunciados jornalísticos que compõem as matérias de nosso *corpus*. Trata-se de perguntar: o que permitiu a emergência destes enunciados que temos diante dos olhos? A que constrangimentos sua irrupção obedece? O que há de regular e ordenado nesta dispersão de enunciados que se nos apresenta?

Pensar em termos foucaultianos significa também afastar categorias associadas à causalidade: é preciso aceitar que os discursos circulam, eventualmente desaparecem, mas aparecem ao analista sempre como acontecimentos singulares em sua emergência material. Maingueneau (2008), como veremos, propõe uma abordagem voltada à discussão da *gênese* dos discursos, pertinente a esta pesquisa na medida em que aponta a interdiscursividade como condição de existência do próprio discurso; ainda assim, não se trata de procurar regredir até que se encontre o “início”, o “discurso primeiro” ou uma espécie de “continuidade” ou “linha evolutiva” dos discursos.

Em outras palavras, uma análise de enunciados e formações discursivas inspirada por Foucault deve se pretender radicalmente histórica: a partir da materialidade dos acontecimentos discursivos a que o analista tem acesso, torna-se possível descrever as sequências enunciativas efetivamente formuladas e, a partir delas, buscar compreender as regras de formação que, não como origem ou causa, mas como *condição de possibilidade*, engendram sua emergência.

Ao mesmo tempo, quando indagamos a que se devem a emergência e a organização dos enunciados jornalísticos analisados, dialogamos com a proposta de Foucault de examinar os mecanismos que constroem a irrupção dos discursos. Quando falamos sobre a constituição de saberes que dão sustentação à centralidade da identidade e à politização das identidades no mundo contemporâneo, não deixamos de nos referir a um tipo de partilha que parece reger nossa vontade de saber.

Peça-chave à compreensão da articulação entre saber e poder no/via discurso, dialogamos a todo momento com o conceito de *formação discursiva*. Como uma grade, a formação discursiva determina o que se deve e o que não se pode dizer nos enunciados que se apoiam sobre ela: forma de regulação que é, ela própria, condição de existência ou interdição fundante do discurso.

Noutro sentido, a relação saber/poder perpassa ainda os contextos institucionais – como será retomado por Maingueneau (2008) – e permite a constituição de uma tomada específica sobre a questão das *práticas discursivas*. A imbricação entre discurso e poder permanece como pano de fundo às discussões que traçamos sobre a função enunciativa – dada tanto pela historicidade, quanto pelo caráter institucional – do campo jornalístico¹⁵.

1.2. Caminhos analíticos

Não obstante a pertinência do pensamento foucaultiano como solo epistemológico e horizonte teórico nos quais se ancora e se situa esta pesquisa, algumas distinções devem ser traçadas. Diferentemente de Foucault, não empreendemos aqui um estudo que busca, como em uma história dos saberes, compreender a formação de uma nova ciência. Nossa proposta, portanto, é diversa daquela focalizada em *As palavras e as coisas*, tanto em profundidade, quanto no que concerne à delimitação de nosso objeto de estudo. Distinguímo-nos em profundidade, porque nosso recorte temporal é significativamente mais enxuto. Diferenciamos em termos de objeto, porque a problemática que abordamos é, além de mais modesta, bastante particular.

Embora recorramos a outros autores para traçar as especificidades de nosso quadro teórico e de nosso percurso metodológico, inspira-se em Foucault o interesse desta pesquisa em discutir e compreender um contexto marcado por rupturas epistemológicas e suas manifestações discursivas. De fato, seria equivocado dizer que pretendemos aplicar *ipsis*

¹⁵ Voltaremos à conceituação de *campo discursivo*, a propósito de uma discussão sobre aspectos específicos do jornalismo de referência, no quinto capítulo.

literis, na análise dos enunciados jornalísticos que constituem nosso *corpus*, o tipo de análise desenvolvida em *As palavras e as coisas* ou até mesmo o programa formulado em *A arqueologia do saber*; no entanto, é inegável que a delimitação da historicidade que aqui focalizamos inspira-se no interesse pelas discontinuidades que marca o trabalho de Foucault.

Em outras palavras, a principal questão de fundo deste trabalho parece emergir do contato com o universo foucaultiano. Ao mesmo tempo, trazemos da obra de Foucault os contornos gerais dos modos pelos quais tomamos os conceitos de *discurso* e *formação discursiva*, mas procuramos delimitar de modo mais preciso alguns de nossos construtos teóricos a partir do diálogo com autores da assim chamada Análise do Discurso de linha francesa que seguem a trilha de Michel Foucault. Destacamos, especialmente, algumas proposições de Dominique Maingueneau (2008), sobretudo na obra *Gênese dos Discursos*.

Essa escolha decorre, além do constante diálogo estabelecido por Maingueneau em relação ao universo foucaultiano¹⁶, do fato de suas proposições teóricas e apontamentos metodológicos mostrarem-se profícuos à transposição de conceitos-chave da obra de Foucault – em geral, preocupada com grandes plataformas epistemológicas e, até pela especificidade histórica de suas análises, difícil de ser operacionalizada – a outros contextos e *corpora*.

Ao mesmo tempo, *Gênese dos discursos* é, segundo Sírío Possenti, a obra mais importante do pensador francês. Em sua apresentação à edição brasileira, afirma Possenti que o livro trabalha com conceitos fundadores da Análise do Discurso, ao mesmo tempo em que – por não discutir a natureza do sentido e de sua relação com a língua – propõe um enfoque *menos linguístico* ou *menos gramatical* do que os analistas do discurso em geral. Por um lado, Maingueneau está mais próximo de Foucault do que de Althusser ou Lacan, por exemplo; por outro, por entender que todo discurso é caracterizado por uma *semântica global*, debruça-se sobre o enunciado – entendido não como uma sentença ou oral, mas como a própria superfície textual (POSSENTI, 2008).

Gênese dos discursos deu forma a um modo de fazer análise do discurso que levou em conta ao mesmo tempo os ganhos do grupo que trabalhou com Pêcheux (para cuja teoria a consideração dos fatores históricos que afetam o discurso é provavelmente o elemento principal) e acrescentou certos aspectos que afetam a discursividade para além da relação direta entre a língua e a história (POSSENTI, 2008, p. 9).

Como escreve o próprio Maingueneau no prefácio à edição brasileira da obra,

¹⁶ Como destacado por Possenti (2008, p. 8): “Provavelmente, o que mais importava era que, apesar de algumas diferenças, mesmo que fundamentais, Foucault e os adeptos da chamada AD francesa estavam do mesmo lado; principalmente, tinham os mesmos adversários. Maingueneau foi provavelmente o primeiro analista do discurso a ser marcado por essa influência”.

Para mim, este livro é particularmente importante porque, pela primeira vez, me arrisquei em uma empreitada teórica e metodológica. O risco era maior pelo fato de que a obra se apoiava em um *corpus* que, então, era particularmente exótico para os analistas do discurso. Na França, no início dos anos 1980, a conjuntura era muito diferente da de hoje, e nada favorável à análise do discurso. A análise de textos era dominada pela semiótica; a linguística, pela gramática gerativa, e a Escola Francesa de Análise do Discurso estava em crise, minada pelo refluxo do marxismo e da psicanálise. Foi somente na segunda metade da década que se produziu uma renovação, em particular graças ao concurso de correntes pragmáticas e à abertura a novas abordagens do discurso. *Gêneses do discurso* [sic] fez parte dessas obras que propunham outros conceitos, outras formas de pensar e estudar o discurso, além da que prevalecia no movimento althusseriano da análise do discurso, até então dominante na França. É em relação a esse contexto que se devem avaliar suas propostas. O fato de que tal trabalho se incluía hoje plenamente na análise do discurso, enquanto em 1984 ele era bastante atípico, mostra que se produziu uma remodelagem profunda no campo, da qual *Gêneses do discurso* [sic] participou (MAINGUENEAU, 2008, p. 12).

Embora não se trate de concepções incompatíveis ou antagônicas, a tomada que Maingueneau (2008) faz dos conceitos de *discurso* e *formação discursiva* possui especificidades em relação à proposta foucaultiana. De fato, como destaca aquele autor, a noção de “discurso” comporta grande diversidade de acepções, assim como sua correlata “análise do discurso”. O modo como Maingueneau delimita tais conceitos, como veremos, representa para nós um modo de “operacionalizar” construtos teóricos que, em Foucault, por vezes parecem demasiado abrangentes.

Seu objetivo declarado é distanciar-se tanto de uma visão que, ao analisar o funcionamento textual, privilegia as estruturas significantes quanto de abordagens que sacrificam a textualidade em prol de uma hermenêutica histórica e que, a fim de vislumbrar não-ditos que se busca interpretar, desmancham os enunciados. Maingueneau afirma, então, interessar-se em constituir um método de análise capaz de conciliar tanto historicidade e textualidade, já que os discursos constituem objetos ao mesmo tempo como “integralmente linguísticos e integralmente semióticos”:

As unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam (MAINGUENEAU, 2008, p. 16).

Como destaca o autor, a enunciabilidade de um discurso – o fato de ser objeto de atos de enunciação produzidos por um conjunto de indivíduos – não constitui elemento acessório, mas “algo de radical, que condiciona toda a sua estrutura”. Por isso, para Maingueneau, é preciso articular em um mesmo gesto analítico o exame dos enunciados e da enunciação, texto e contexto, de modo que não se apartem – e nem mesmo se distingam – as condições de

produção de um dado discurso e sua inscrição histórico-social de sua composição textual, das escolhas lexicais à sintaxe e às regras de coesão.

1.2.1. Na trilha do interdiscurso

É também em *Gênese dos discursos* que Maingueneau formula sua hipótese sobre o *primado do interdiscurso*: a heterogeneidade, para o autor, é constitutiva do discurso e vincula, de modo inseparável, o Mesmo do discurso e seu Outro. Nessa perspectiva, os discursos não nascem de maneira independente; ao contrário, já nascem em relação uns com os outros – ou, de modo mais específico, com o seu Outro. É da *alteridade* que o discurso extrai sua *identidade*. A propor tal formulação, o autor dialoga com diversas correntes das ciências humanas que colocam em cena a questão da relação entre diversos textos ou discursos – o que não se daria ao acaso:

[Essa convergência] Tem lugar no conjunto da problemática da enunciação e dá testemunho de um desses impulsos que atravessam todo um campo de pesquisas durante certo número de anos. Mesmo que seja mais do que duvidoso que entre o “Outro” da psicanálise lacaniana, por exemplo, e os “Outros” das teorias da enunciação, da ideologia ou do discurso existam pontos de coincidência precisos e interessantes, essas formulações aparentemente próximas quanto ao caráter “polifônico” da fala ou do descentramento do sujeito de enunciação contribuem para suscitar uma espécie de unanimidade (MAINGUENEAU, 2008, p. 32).

De modo mais específico, o autor dialoga com o pensamento do chamado “Círculo de Bakhtin”, para o qual a relação com o Outro é o fundamento da discursividade. Essa percepção baseia-se no entendimento de que o discurso é sempre *dialógico*, uma vez que constitui um dado social, nascido da interação entre indivíduos e orientado pelo princípio da *responsividade*. Assim, o trabalho de Bakhtin e seu círculo “radicalizou no entendimento da amplitude sócio-histórica da linguagem, permitindo que fosse desenvolvido um rico vetor para se pensar o signo segundo perspectiva não naturalizada” (CITELLI, 2008, p. 22).

Embora afirme sua filiação à perspectiva de Bakhtin e seu círculo, Maingueneau ressalta o caráter restrito do quadro em que opera, dado pela delimitação de um escopo metodológico e de um domínio de validade mais estritos do que a concepção do princípio dialógico do discurso. A fim de delimitar de modo mais preciso o conceito de interdiscurso e afirmar a especificidade de sua proposta, o autor diferencia os três componentes da interdiscursividade: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

Por “universo discursivo”, Maingueneau refere-se ao “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada”. Ainda que não possa ser

aprendido em sua totalidade, trata-se de um “conjunto finito” e, em geral, pouco útil ao analista do discurso, definindo apenas uma “extensão máxima”, um dado “a partir do qual serão construídos os domínios suscetíveis de ser estudados, os ‘campos discursivos’”. Este segundo conceito, por sua vez, corresponde a um “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, pp. 33-34). Em relação à ideia de *concorrência*, afirma ainda que:

[...] deve ser entendida da maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc.... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramático, gramatical etc.[...] (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

Da definição de campo discursivo e suas implicações, Maingueneau delimita o conceito de *espaço discursivo*,

[...] isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação. Tais restrições são resultado direto de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir (MAINGUENEAU, 2008, pp. 34-35).

Isso porque o analista do discurso, ao debruçar-se sobre campos discursivos, além de estar diante de jogos de força sempre desiguais, ligados a posições em certa medida movediças, depara-se com a necessidade de fazer escolhas, enunciar recortes, pois os limites entre campos não constituem dados óbvios ou “naturais”:

Esse recorte entre “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve abrir múltiplas redes de trocas [...] Como era de esperar, a delimitação de tais campos não tem nada de evidente, não basta percorrer a história das ideias para vê-los oferecer-se por si mesmos à apreensão do analista. Nesse nível, é forçoso fazer escolhas, enunciar hipóteses [...] (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

Ao discutir a hipótese do primado do interdiscurso, Maingueneau destaca que a identificação dos discursos “primeiros” e discursos “segundos”, articulados em uma relação polêmica, não é tarefa simples. Diferentemente do que possa parecer ao primeiro olhar, as polêmicas explícitas não são um sintoma seguro, de modo que a relação constitutiva é perceptível por poucos índices na superfície textual. Portanto, para que seja possível mapear

de modo preciso um *espaço discursivo*, é preciso considerar o que Maingueneau denomina como os “fundamentos semânticos do discurso”¹⁷.

Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro* [grifos do autor]. No nível das condições de possibilidade semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais de identidade fechada. Esse ponto de vista vai na direção contrária à adotada espontaneamente pelos enunciadores discursivos; estes, longe de admitir esse descentramento radical, reivindicam, de fato, a autonomia de seu discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 36).

Nesse sentido, o interdiscurso em Maingueneau, longe de constituir um conjunto de relações esparsas entre “intradiscursos” compactos, está presente desde o cerne do discurso. Seria equivocado, portanto, considerar o Outro como algo externo ao discurso, “um fragmento localizável, uma citação”; em lugar disso, é preciso encará-lo como estando “presente na raiz de um mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum possível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma”, pois constitui “aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37).

Dessa forma, a proposta do autor permite ir além da distinção entre *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*: o Outro está presente no mesmo independentemente de qualquer forma de alteridade marcada, de modo que é impossível dissociar a interdiscursividade do funcionamento da intradiscursividade. Maingueneau, a esse respeito, reconhece a tentação de se colocar em equivalência o Outro do discurso e o Outro da psicanálise lacaniana, mas aponta que empreender esse gesto seria pura “ilusão”. Isso porque, no caso da psicanálise, o inconsciente “dobra” a linguagem pelo avesso, de modo que a presença do Outro pode ser percebida apenas por suas lacunas; é em outro “palco”, dessa maneira, que se vai encontrar a alteridade. No caso do discurso, Outro e Mesmo encontram-se em um único palco.

Nessa perspectiva, ainda que, cronologicamente, o discurso dito “segundo” seja constituído a partir do chamado discurso “primeiro”, não é apenas o discurso “primeiro” que atua como Outro do discurso “segundo”, já que “o discurso primeiro não permite a

¹⁷ Na pesquisa que dá origem às reflexões teórico-metodológicas de *Gênese dos discursos*, Maingueneau se debruça sobre os discursos do “jansenismo” e do “humanismo devoto”, de modo que o *corpus* analisado privilegia o espaço discursivo entre duas formações discursivas *polêmicas*. É a esse tipo *corpus* que o autor se refere em grande parte da obra. Trata-se, porém, de uma escolha metodológica que, ao menos como recorte *a priori*, revela-se pouco pertinente à abordagem de nosso objeto. Não obstante, cabe observar que, embora se dedique mais detidamente às relações interdiscursivas assentadas em uma lógica de polêmica e delimitação mútua, o autor não reduz o interdiscurso a elas. Assim, deixa em aberto outros caminhos analíticos e possibilidades metodológicas, como a proposta que buscamos desenvolver nesta tese.

constituição de discursos segundos sem ser por eles ameaçado em seus próprios fundamentos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 39). Nesses termos, a gênese de um novo discurso implica em transformações interdiscursivas globais, as quais dizem respeito às condições de possibilidade do discurso “primeiro”. O discurso “primeiro” passa a apreender o discurso “segundo” como figura de seu Outro e tende mesmo a confundir em uma mesma recusa seus dois Outros – tanto o anterior, quanto o posterior.

A gênese discursiva como descrita por Maingueneau permite ao analista empreender um olhar que focalize mais do que rupturas e descontinuidades, já que o discurso “segundo” não faz desaparecer imediatamente o discurso “primeiro” – e não raro não o faz desaparecer de todo. Temos, portanto, um período de coexistência entre discursos, de duração variável e marcado por conflitos mais ou menos abertos.

O espaço discursivo tem então um duplo estatuto: pode-se apreendê-lo como um modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro representa totalmente ou em parte o seu Outro. É esse último aspecto, o de um processo de dupla tradução, que vai nos interessar essencialmente (MAINGUENEAU, 2008, p. 40).

Estudando a interação entre discursos de um mesmo espaço discursivo, o autor descreve a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas como derivada de um processo de *interincompreensão* generalizada, definida pela rede de interação semântica do espaço em questão. Essa concepção é fundamental, na medida em que permite afirmar não haver dissociação entre o fato de um enunciador produzir enunciados de acordo com as regras da formação discursiva em que se situa e sua impossibilidade de compreender os enunciados de seu Outro: trata-se, ao contrário, das duas faces de um único fenômeno.

Segundo a semântica global descrita pelo autor, cada discurso é delimitado por uma grade semântica que funda o “desentendimento recíproco”: “cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas ‘positivos’, reivindicados; de outro, os semas ‘negativos’, rejeitados” (MAINGUENEAU, 2008, p. 99). Uma vez que “a cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema”, a noção de “tradução” em Maingueneau diz respeito à “passagem de uma interpretação a outra, sem tocar na estabilidade do significante linguístico”, fenômeno ligado “à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irredutíveis” (MAINGUENEAU, 2008, pp. 100-101).

Essa concepção é particularmente relevante à análise de fenômenos de polarização discursiva, tão recorrentes no debate público contemporâneo, nas mídias tradicionais e redes sociais digitais, a exemplo de tópicos como o embate entre as etiquetas do “politicamente correto” e “politicamente incorreto” ou, de modo mais exemplar, o debate político-partidário brasileiro durante e após as eleições presidenciais de 2018. Discussões em torno de questões de gênero também assumem, por vezes, elementos de polarização, especialmente no debate político, em que ganham força expressões como “ideologia de gênero” – caso que nos parece sintomático do fato de que um discurso só pode falar de seu Outro por meio de um *simulacro* dele produzido.

Ao mesmo tempo, essa interincompreensão regulada de que fala Maingueneau tem, para este trabalho, dois papéis fundamentais. Em primeiro lugar, tomamo-la não como ponto de partida ou *a priori* à constituição de nosso *corpus*, mas sim, como premissa teórica a permanecer em nosso horizonte analítico: ao depararmos-nos com os enunciados jornalísticos em análise, buscamos considerar, a todo momento, a rede interdiscursiva em que se inserem e a alteridade que os constitui. Obviamente, ao iniciarmos nossas análises, não sabíamos com quais configurações discursivas iríamos nos deparar.

Em segundo lugar, a própria escolha da emergência de discursos ligados a lógicas identitárias como elemento central à constituição de nosso objeto de estudo nos obriga a considerar, como pressuposto, a existência de espaços discursivos marcados pelo que poderíamos chamar, grosso modo, *discursos identitários* e seu Outro (ou, ainda, *seus Outros* discursivos). Ainda que se trate de um posicionamento que não se pode encarnar em cada gesto analítico, sobretudo em virtude da natureza compósita e complexa do *corpus* analisado, é importante reforçar sua importância à construção teórica desta tese.

1.2.2. Por um olhar “global” sobre o discurso

Maingueneau propõe algumas distinções entre conceitos-chave: *formação discursiva*, *superfície discursiva* e *discurso*. Para ele, a formação discursiva corresponde a um “sistema de restrições de boa formação semântica” e opõe-se à superfície discursiva, que diz respeito ao “conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema”, isto é, o sistema de restrições da formação discursiva (MAINGUENEAU, 2008, p. 20).

Como o próprio autor destaca, é possível traçar uma analogia entre seu conceito de superfície discursiva e o discurso para Foucault, já que ambos compreendem um conjunto de

enunciados decorrentes de uma mesma formação discursiva. Maingueneau, por sua vez, utiliza o termo “discurso” em referência à relação entre a “formação discursiva” e a “superfície discursiva”, aproximando-se do uso coloquial que fazemos da palavra “discurso”. Em outros termos, trata-se do conjunto virtual de enunciados que podem ser produzidos a partir das restrições de uma formação discursiva dada.

Embora possa parecer, à primeira vista, um pormenor pouco relevante, a distinção verificada na tomada que Maingueneau faz do conceito de discurso em relação à proposta foucaultiana é indicativa de um aspecto fundamental da análise discursiva empreendida pelo autor. Para ele, o analista do discurso pode considerar, na constituição de seus *corpora*, não apenas do que de fato *foi dito*, mas também o que *pode ser dito* a partir da análise de uma formação discursiva, em seus aspectos semânticos próprios.

Se o jogo das restrições que definem a “língua”, a de Saussure e dos linguistas, supõe que não se pode dizer tudo, o discurso, em outro nível, supõe que, no interior de um idioma particular, para uma sociedade, para um lugar, um momento definidos, só uma parte do dizível é acessível, que esse dizível constitui um sistema e delimita uma identidade (MAINGUENEAU, 2008, p. 16).

A partir de sua concepção particular das formações discursivas, Maingueneau formula seu conceito de *competência discursiva*, que visa a integrar a dimensão histórica a uma noção cognitiva e discute o papel do sujeito nos fenômenos discursivos. A partir desse conceito, reforça-se a possibilidade de se analisar o que *pode ser dito*, e não apenas do que de fato *foi dito*, a partir da análise de uma formação discursiva, em seus aspectos semânticos próprios. O autor, nesse sentido, defende a hipótese de que os discursos são inscritos sócio-historicamente, inscrição essa que passa pelo sistema de restrições semânticas de cada formação discursiva.

Por isso, o foco principal do analista do discurso, para Maingueneau, deve ser a compreensão da *semântica global* de um discurso, cuja determinação advém das restrições da formação discursiva à qual se vincula cada discurso. Nas palavras do autor, “Um procedimento que se funda sobre uma semântica “global” não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus “planos”, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 75).

Em outras palavras, é preciso considerar que todo discurso é caracterizado por um sistema de restrições semânticas globais, que regula simultaneamente os diversos *planos discursivos*. Esse sistema de restrições regula o dizível de um espaço discursivo e deve ser

concebido como um modelo de competência interdiscursiva, donde decorre que os enunciadores de um discurso possuem domínio tácito das regras que permitem produzir enunciados resultantes de formação discursiva em que se inserem.

Os vários planos discursivos elencados pelo autor incluem:

(a) a intertextualidade, tanto a *interna* (memória discursiva interior a um campo), quanto a *externa* (relações que um discurso define sobre outros campos);

(b) o vocabulário, considerando-se que, embora as palavras tomadas isoladamente não constituam uma unidade de análise pertinente, é pertinente, em um registro discursivo, mapear redes lexicográficas fundadas em combinações sintagmáticas e paradigmáticas específicas, ligadas às restrições de um dado discurso;

(c) os temas, tendo em vista que, como no caso do vocabulário, o importante não é a identificação do tema em si mesmo tratado pelo discurso, mas sim, seu tratamento semântico;

(d) o estatuto do enunciador e do enunciatário, posto que cada discurso define o *estatuto* que os enunciadores devem atribuir a si mesmos e a seus enunciatários a fim de legitimar seu dizer;

(e) a dêixis enunciativa, considerada em sua dupla modalidade espacial e temporal, ligada à definição de uma instância de enunciação legítima e à delimitação da cena e da cronologia que o discurso mobiliza para legitimar sua própria enunciação;

(f) o modo de enunciação, isto é, uma maneira específica de dizer, ligada a um gênero e um tom, uma “corporalidade” espalhada por todos os planos discursivos, a qual faz o enunciador “encarnar-se” no corpo textual;

(g) e o modo de coesão, que se liga à interdiscursividade e recobre fenômenos como o recorte discursivo e os encadeamentos.

A partir do desenho geral de sua semântica global, o autor propõe, como caminho à análise discursiva, a identificação do que denomina como *isomorfismo*. Entendemos, dessa forma, a análise dos isomorfismos como meio para se compreender como e por que determinados discursos se tornam dominantes em determinado momento histórico. Nesse sentido, é preciso que olhemos as produções discursivas sem excluir-lhes as ligações sócio-históricas, mas também sem anular as singularidades de cada tipo de estrutura textual.

Maingueneau defende que o discurso não deve ser pensado simplesmente como conjunto de textos, mas como *prática*, resultante de restrições globais e institucionalmente situadas. Para o autor, as restrições globais de um discurso devem ser entendidas ainda como

um recurso que possibilita aprofundar o rigor da inscrição histórica da prática discursiva, pois permite identificar isomorfismos entre discurso e as outras séries históricas.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, as considerações de Maingueneau sobre a semântica global dos discursos representam um importante caminho à construção de ferramentas úteis à análise dos enunciados jornalísticos. Isso porque, não obstante a evidente distância entre o tipo de *corpus* analisado pelo autor e a análise que buscamos desenvolver neste trabalho, sua obra é fortemente metodológica e sugere como decompor um discurso em elementos “menores” e mais “palpáveis”, que podem ser efetivamente examinados.

Mais especificamente, interessa-nos conduzir uma análise dos enunciados jornalísticos que considere simultaneamente a caracterização diferentes planos discursivos. Ao analisar os enunciados de nosso *corpus* e entrar em contato com os elementos presentes em sua superfície textual, devemos indagar quais *regras* condicionam sua constituição. Segundo Maingueneau, essas regras – em geral, poucas e relativamente simples – atuam como uma grade de restrições e fazem com que uma determinada discursividade se concretize.

Finalmente, é preciso observar que, no caso desta pesquisa, e diferentemente da proposta traçada pelo autor em *Gênese dos discursos*, não focalizamos formação discursivas específicas delimitadas *a priori*; fazendo o percurso inverso, partimos de uma dispersão ampla de enunciados com temáticas em comum a fim de apreender, nas brechas de suas redes de restrição, as discursividades que neles se concretizam¹⁸.

¹⁸ Retornaremos a essa questão no oitavo capítulo, quando apresentaremos o modo como consideramos, relemos e enquadrados, nesta pesquisa, os planos discursivos concebidos por Maingueneau.

CAPÍTULO 2

RECUPERANDO VESTÍGIOS, DELIMITANDO CONCEITOS-CHAVE

Após delinear o solo epistemológico sobre o qual se firma esta pesquisa, podemos traçar um olhar mais abrangente sobre a paisagem discursiva emergente que focalizamos: nas próximas páginas, procuramos recuperar os pontos nodais das conjunções discursivas fundamentais ao delineamento de nosso objeto de estudo, ao mesmo tempo em que delimitamos alguns conceitos-chave que serão mobilizados ao longo de nossas reflexões.

Apontar os pontos nodais de uma paisagem discursiva emergente é seguir o traçado dos vestígios materiais deixados pela aparição de discursos ligados a modos de organização/formação/dispersão específicos: se, como dissemos, não é possível partir, *a priori*, da existência de uma nova ou novas formações discursivas, quaisquer que sejam elas, podemos, por outro lado, rastrear a presença de argumentos, observar a colocação de certos temas em evidência, identificar rearticulações na constituição dos saberes no mundo ocidental cujas reverberações fazem-se sentir no mundo contemporâneo e influem decisivamente na construção da problemática em foco nesta pesquisa.

Esses elementos compõem uma conjuntura discursiva formada por um quadro de enunciados dados, enunciados possíveis e modos enunciativos característicos, que dão sustentação, como é próprio da natureza regulatória dos discursos, a modos de constituição dos sujeitos, práticas sociais e formas de ação política. Como três pontos nodais desse quadro discursivo – que correspondem também a conceitos que operacionalizaremos ao longo desta tese –, destacamos a ressignificação da *diversidade*, o deslocamento e protagonismo das *identidades* e a emergência do princípio de *reconhecimento* como articulador de lutas sociais.

2.1. A diversidade como emblema

De caráter bastante abrangente e intimamente ligado à nossa problemática de estudo, assistimos à emergência de um sentido de *diversidade* como emblema do mundo contemporâneo, em entrelaçamentos complexos que reposicionam o princípio de *universalismo* da modernidade e as relações entre os dois termos. Nas palavras de Renato Ortiz (2015, p. 9), cuja perspectiva fundamenta-nos nesta reflexão, “existe atualmente um mal-estar do universalismo” ligado ao fato de que “o universal, como categoria política e

filosófica, perde densidade e em convencimento”. Por conseguinte, retoma-se o debate em torno do *relativismo*, embora sob outras roupagens: agora, ele aparece associado às “reivindicações identitárias, ao multiculturalismo, aos direitos indígenas, valorizando a diversidade cultural como traço essencial das sociedades humanas”. Como resultado, “as qualidades positivas, antes atribuídas ao universal, deslocam-se para o ‘pluralismo’ da diversidade” (ORTIZ, 2015, p. 9).

Não obstante a evidente polissemia dos termos, Ortiz (2015) propõe uma retomada dos sentidos de *universalismo* e *diversidade*. Como uma primeira acepção de *universal*, destaca a herança do Iluminismo a partir da preocupação com uma ideia de “natureza humana”; para os pensadores dos séculos XVII e XVIII, o interesse pelo diverso só era válido na medida em que se retornasse ao tema da universalidade do homem. “O objeto homem torna-se, então, passível de compreensão universal, propiciando generalizações sobre um conjunto historicamente diverso, mas filosoficamente homogêneo: a humanidade” (ORTIZ, 2015, p. 15). A razão e a liberdade do homem tornam-se peças-chave de tal linha argumentativa:

Postula-se a existência de um homem guiado pela razão (ele é capaz de sair do estado de tutela) e um conjunto de valores através dos quais ele age no mundo: espírito de liberdade, uso público da razão, responsabilidade. Natureza humana associa-se, assim, a valores políticos e morais cuja realização seria filosoficamente necessária (ORTIZ, 2015, p. 16).

A tradição sociológica, por outro lado, a partir da premissa de que o homem existe em contexto, desloca a ênfase do primeiro para o segundo: o ser humano passa a ser compreendido como ser social, moldado por circunstâncias históricas. A pressuposição de uma exterioridade na constituição do humano comparece desde o pensamento de Durkheim – como evidencia o conceito de *fato social*, por exemplo – e deságua no ensinamento sociológico – fundamental ao pensamento weberiano – de que “existem vários universais que se contradizem e competem entre si” e que “não existem em abstrato, devem ser qualificados e situados historicamente” (ORTIZ, 2015, p. 21).

Em relação à *diversidade*, cabe observar que também se trata de um termo polissêmico e que remete a uma temática presente em diferentes vertentes do campo das Ciências Sociais. Exemplo disso é a Antropologia: não obstante algumas correntes teóricas de cunho universalista, como o estruturalismo, o pensamento antropológico é marcado pela valorização da unicidade de cada cultura e por uma tomada da diversidade enquanto associada à ideia de alteridade (ORTIZ, 2015). A discussão sobre a diversidade ocupa espaço privilegiado também no estudo sociológico das sociedades modernas, entendidas e definidas a partir de um

princípio *diferenciador* – encarnado, por exemplo, no interesse de sociólogos de diferentes matrizes teóricas pela divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, a modernidade desenraiza os indivíduos da tradição, processo cuja máxima expressão parece encontrar-se nas dinâmicas da vida na metrópole, marcada pela impessoalidade e anonimato das relações e multiplicidade de estímulos (ORTIZ, 2015).

Essas reflexões, como salienta Ortiz, evidenciam que a própria noção de diversidade existe sempre em contexto e tem seus sentidos delimitados historicamente, de modo que “não é tanto a oposição em relação ao universal que interessa, mas como a mudança de contexto incide sobre nossa compreensão desses termos” (ORTIZ, 2015, p. 24). Para o autor, o contexto em que nossa percepção sobre esses termos deve ser tomada é aquele da situação de *globalização*¹, marcado por uma profunda “mudança de humor dos tempos” (ORTIZ, 2015, p. 25). Como exemplo dessa transformação, cita o fim do otimismo em relação ao “monolinguismo” (ou às apostas em uma “língua universal”) no século XXI, com a ressignificação do diverso linguístico, que passa a ser visto como riqueza e patrimônio.

Outro aspecto significativo desse contexto pode ser encontrado nas discussões sobre a crise do Estado-nação:

[...] o Estado-nação é pensado como o lugar ideal para a realização do *universal da modernidade* (cidadania, democracia, liberdade). Entretanto, na situação atual, a conjunção entre nação e modernidade se cinde, a modernidade-mundo transborda as fronteiras do nacional. Se até então a nação era considerada espaço privilegiado dos valores universais, ela torna-se, agora, apenas uma “diferença”, um “local” no âmbito planetário. No fundo, o falso dilema sobre o “fim do Estado-nação” encobria esta evidência: sua desclassificação de uma posição hierárquica antes inquestionável. Dito de outra forma, o Estado-nação perde em centralidade, como havia acontecido anteriormente com as crenças religiosas (ORTIZ, 2015, p. 29).

O tema do “fim do universal”, vastamente presente na literatura pós-moderna, comparece, por exemplo, na obra de Jean-François Lyotard em sua discussão sobre a crise das “metanarrativas” – narrativas totalizadoras que teriam sido substituídas pelos pequenos relatos, de vocação localizada e particularista. Entre as metanarrativas universalistas da modernidade que parecem entrar em colapso, destacam-se, além do caso já mencionado do Estado-nação, os relatos e propostas das grandes ideologias políticas, “que cultivaram ao

¹ Refutando a existência de uma “sociedade global” análoga às sociedades nacionais (ou uma “metassociedade” a englobar as demais), Ortiz caracteriza o processo de globalização como definidor de uma “nova situação” – sendo “situação” uma “totalidade no interior da qual as partes que a constituem são permeadas por um elemento comum” (ORTIZ, 2015, p. 24) – marcada pelo entrecruzamento de diferentes temporalidades e pela coexistência de um conjunto diferenciado de unidades sociais (nações, regiões, tradições, civilizações etc.). Neste trabalho, filiamo-nos a essa definição, com a qual o autor busca rejeitar dicotomias recorrentes no debate atual, tais como as oposições “moderno/pós-moderno”, “global/local” e “homogêneo/heterogêneo”, e procura pensar simultaneamente o comum e o diverso.

longo dos séculos XIX e XX a ilusão de constituírem uma força intelectual e social capaz de organizar coletivamente as vontades individuais”² (ORTIZ, 2015, p. 28).

A emergência da diversidade na contemporaneidade – e sua celebração em discursos em circulação – pode ainda ser problematizada segundo alguns aspectos. Em primeiro lugar, há que se observar que as diferenças não são equivalentes, isto é, são diferentes entre si e devem ser contextualizadas para que sejam adequadamente discutidas. Nesse sentido, é possível também problematizar uma visão relativista sobre a diversidade, já que “toda diferença é produzida socialmente, sendo portadora de sentido histórico” (ORTIZ, 2015, p. 31). Uma vez que cada cultura ou sociedade não deve ser abstraída de suas condições reais ou entendida como autocentrada, é preciso observar que as diferenças, embora não sejam relativas, são relacionais – isto é, constituem-se umas em relação às outras e muitas vezes têm suas fronteiras entrelaçadas.

Isso possibilita problematizar ainda o uso indiscriminado de “pluralismo” como sinônimo de “diferença” e o apagamento das relações de poder presente em discursos circulantes atuais que promovem um ideal de mundo multicultural: “O pluralismo (visto sob o ângulo da democracia) pressupõe que toda diferença pode e deve ser harmonizada dentro de um *continuum*. Nesse sentido, seus múltiplos aspectos possuiriam a mesma validade social. Nessa perspectiva, a questão do poder se esvai” (ORTIZ, 2015, p. 33). Referindo-se a um tipo específico de literatura recente que celebra uma suposta passagem de um “mundo homogêneo” para um “mundo heterogêneo”, Ortiz questiona uma visão recorrente em que “diferença” e “pluralismo” são apresentados como termos intercambiáveis que se fundem no conceito de democracia:

Há nessa lógica muito de ideológico. Ela se esquece de dizer que o pluralismo hierarquizado organiza as diferenças segundo relações de força. O retrato de um mundo multicultural, formado por um conjunto de “vozes” distintas, é idealizado e falso. Dificilmente poderíamos percebê-lo como um caleidoscópio, imagem frequentemente utilizada na sua descrição; instrumento que combinaria os fragmentos coloridos de maneira fortuita, em função do deslocamento do olhar do observador. As interações entre as diversidades nada têm de arbitrárias (ORTIZ, 2015, p. 33).

Há, finalmente, um último aspecto que deve ser destacado em relação às redefinições que marcam os usos contemporâneos das noções de universalismo e diversidade: o surgimento de uma nova operação semântica, segundo a qual o diverso torna-se um “bem

² Para Ortiz (2015), a proposição de Lyotard é parcialmente verdadeira; isso porque, se, por um lado, algumas metanarrativas pareçam de fato estar em crise no mundo contemporâneo, a pós-modernidade é marcada também, por outro lado, pela emergência de relatos totalizadores e a atualização de grandes narrativas de vocação universal, a exemplo das religiões universais e da ecologia.

comum”. Esse dado – que subjaz a afirmações que defendem a preservação da diversidade dos povos, o respeito a todas as culturas e o direito ao reconhecimento da diferença e sustenta diversos documentos que orientam políticas culturais atualmente – repousa sobre uma carga de sentido até então inédita: a ideia de que a diversidade é um traço partilhado por todos. A teoria do reconhecimento de Charles Taylor e Axel Honneth – à qual voltaremos mais à frente neste capítulo –, ao apontar a dimensão do reconhecimento como traço fundamental à realização do ser humano, busca os elementos para legitimar a valorização do Outro em uma releitura da filosofia universalista de Hegel. Nessa perspectiva teórica, a exigência do reconhecimento torna-se um princípio universal (ORTIZ, 2015).

Na verdade, na discussão sobre políticas afirmativas o paradoxo entre o universalismo e a diversidade se manifesta com toda força. Pode-se considera-las como antagônicas às ações universalistas, republicanas, em princípio, dirigidas a todos; a crítica retém a dimensão restritiva que impede sua generalização. Nesse sentido, o particularismo levaria à fragmentação social, à incompreensão entre as pessoas, diriam os adeptos da língua universal. Não obstante, é visível que a valorização das diferenças se faz em nome de um ideal também universalista: democracia, igualdade, cidadania (ORTIZ, 2015, p. 35).

Nas palavras de Ortiz (2015, p. 35): “A ideia da diversidade como valor universal é um oxímoro. Ela combina termos de sentido contraditórios, mas que, em determinada situação, reforçam sua expressão”. Areladas à defesa da diversidade, reivindicações identitárias – como as que constituem nosso foco de atenção e interesse nesta pesquisa – fundamentam-se em princípios universais modernos, que legitimam discursos e ações. A partir desse entrelaçamento entre diversidade e universalismo, heranças da modernidade – como humanidade, democracia, cidadania e igualdade – são reanimadas, mantidas vivas, tornam-se partilhadas e ressignificam as diferenças.

2.2. Identidades em crise, identidade em evidência

Ao lado da *diversidade* como conceito-chave à compreensão dos deslocamentos epistemológicos que aqui procuramos circunscrever, é possível destacar a colocação em xeque das identidades sociais que vigoraram durante a modernidade, assim como a existência de transformações nos modos de produção de identidades e, especialmente, modificações profundas nas formas como as identidades e sua construção são *percebidas*. Antes de adentrarmos essa discussão, porém, faz-se necessário delimitar ao que, exatamente, nos referimos pelo conceito de *identidade*.

Não obstante sua complexidade, é possível distinguir duas grandes posições, desde as origens do pensamento filosófico, acerca da noção de identidade. A primeira delas corresponde a uma tomada essencialista, ou seja, que vê o termo *identidade*, qualquer que seja sua acepção, repousando sobre *essências*. Referimo-nos à herança do pré-socrático Parmênides. Nessa perspectiva, identidade é tomada como *mesmidade*, isto é, como aquilo que permanece idêntico a si. Para qualificar essas essências, coloca-se a necessidade de se agrupar todos os seres empíricos que teriam a mesma “essência” em categorias, de modo que cada categoria definiria o ponto comum, aquilo que seria tido como *essencial*, de todos aqueles nela agrupados.

Algumas vezes chamou-se *ipseidade* essa diferença específica concebida aqui como a essência comum a todas as outras essências, o que define seu ser específico. O essencialismo postula que essas categorias têm uma existência real: são essas essências que garantem a permanência dos seres, de sua *mesmidade* que se torna, assim, definida de maneira definitiva. A identidade dos seres existentes é o que faz com que permaneçam idênticos, no tempo, à sua essência (DUBAR, 2009, p. 12).

Em uma visão antagônica – e atualmente prevalente nas Humanidades –, a noção de identidade, na esteira dos aforismos do também pré-socrático Heráclito, é tomada a partir do entendimento de que não há essências eternas, já que tudo e todos estão sujeitos a mudanças. Isso equivale a dizer que a identidade de qualquer ser empírico é histórica, está ligada à época considerada e ao ponto de vista adotado. Nessa perspectiva, as categorias que permitem dizer algo sobre os seres, sempre em mutação, são nomes que dependem do sistema das palavras em uso e que funcionam, em dado contexto, como forma de nomear essas categorias. Esses modos de identificação, historicamente variáveis, remetem a uma visão *nominalista* (DUBAR, 2009, p. 13).

Essa é a perspectiva à qual nos filiamos neste trabalho. Essa abordagem não busca o que é *idêntico*, mas sim, entende a identidade como resultado de *identificações* contingentes. Ligada simultaneamente à delimitação de singularidades, o que permite a circunscrição de campos, e à construção de pertencimentos, o que permite a reunião e organização de categorias, a identificação só pode ser entendida se consideramos, em sua base, uma vinculação fundamental entre processos de *repetição* e demarcação da *diferença*, como nota Mayra Rodrigues Gomes (2008).

[A identidade] é o resultado de uma dupla operação linguageira: diferenciação e generalização. A primeira é aquela que visa a definir a diferença, o que constitui a singularidade de alguma coisa ou de alguém relativamente a alguém ou a alguma coisa diferente: a identidade é a diferença. A segunda é a que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos

diferentes de um mesmo outro: a identidade é o pertencimento comum. Essas duplas operações estão na origem do *paradoxo* da identidade: o que há de único é o que é partilhado. Esse paradoxo só pode ser solucionado enquanto não se leva em conta o elemento comum às duas operações: a identificação de e pelo outro. Não há, nessa perspectiva, identidade sem alteridade. As identidades, como as alteridades, variam historicamente e dependem de seu contexto de definição (DUBAR, 2009, p. 13).

Esses modos de identificação podem constituir-se como identificações atribuídas pelos outros e identificações reivindicadas por si mesmo – as quais Dubar (2009, p. 14) denomina, respectivamente, como *identidades para outrem* e *identidades para si*. Essa compreensão acerca das identidades remete ao objeto desta pesquisa: quando falamos na emergência de uma centralidade das disputas identitárias e de uma politização das identidades no debate público, referimo-nos a transformações em curso nos modos históricos de perceber a construção das identidades e tomá-las politicamente.

Além disso, coloca-se em questão a legitimidade do papel assumido por determinados agentes sociais na construção de identidades para outrem, com o crescimento de movimentos emergentes que demandam a necessidade de haver liberdade, autonomia e visibilidade para a construção de identidades para si por parte de grupos historicamente marginalizados.

Essas disputas, no limite, são disputas a propósito de processos de nomeação, ligados a sistemas de palavras em uso em diferentes contextos, que permitem a construção das categorias que organizam – e constroem – as identidades. Por isso, vale dizer, mais uma vez, que estamos diante de uma problemática fundamentalmente discursiva: os discursos que fazem a ponte entre as palavras e as coisas, que circunscrevem as coisas a serem nomeadas e constroem o estatuto de sua existência.

2.2.1. A tríade identidade-identificação-subjetivação

Quando se fala em *identidade*, outra distinção necessária é aquela entre termos que vêm à baila de maneira, muitas vezes, indistinta: é o caso dos conceitos de *identidade* e *identificação*. Para compreender essa distinção, retomamos aqui contribuições da Psicanálise, a partir da leitura de Mayra Rodrigues Gomes (2008), que possibilitam compreender a relação entre identificações individuais e a dimensão coletiva das identidades sociais.

De modo mais específico, a autora aponta a indissociabilidade entre componentes individuais e coletivos nos processos de identificação e na construção das identidades. Para tal, propõe um percurso que perfaz a distância entre o processo de identificação, em sua

acepção psicanalítica, e a construção da identidade social, a partir da perspectiva de outros campos, com destaque para os Estudos Culturais.

Seguindo os escritos de Freud, ela nos lembra de que a formação de um grupo baseia-se no estabelecimento de laços emocionais – traços libidinais, ainda que desviados do interesse sexual, que repousam sobre o desejo de proximidade e autossacrifício. Mas esses vínculos necessitam de um ponto específico de fixação, já que não se distribuem de todos para todos os indivíduos igualmente. Freud utiliza, então, a expressão “narcisismo das pequenas diferenças” para se referir ao fato de que, em contextos nos quais não há diferenças significativas entre indivíduos/subgrupos, criam-se diferenciações que marcam oposições.

Segundo Gomes (2008), essa dinâmica pode ser associada à demarcação dos campos próprios da ordem simbólica: sob a visada do significante ou do significado, todos os campos dependem da demarcação de diferenças/oposições para se formar. No contexto de formação do elo social, Freud introduz a figura do *líder*, objeto de um amor comum ao grupo e que, como tal, espraia-se a todos. Os grupos sociais, nesse sentido, constituem-se a partir de um amor partilhado por todos os seus membros em torno de uma ideia comum, em geral personificada na figura de uma liderança.

Para que se compreenda a formação dos vínculos sociais, é fundamental mobilizar o conceito de *identificação*:

A identificação implica um processo em que um menino, por exemplo, toma como modelo uma figura da estrutura familiar vivenciada, que pode ser o pai ou similar, e procura ser *tal como* a figura modelar. Este processo pede exame de outro conceito, o conceito de ideal de ego, para dar conta desta modelagem do indivíduo, segundo alguns parâmetros por eles eleitos como ideal [grifos da autora] (GOMES, 2008, p. 69).

Considerando que o *ideal de eu* nasce da interação com personagens que fazem parte do universo da criança, mas também abarca componentes ligados a circunstâncias sociais (referências de classe, religião, nacionalidade etc.), estamos diante de uma noção “duplamente social”. Os conceitos de identificação e de ideal de eu vinculam-se na medida em que “algo (sempre um traço e não o conjunto) do modelo criado como ideal de eu é visto em outro lugar, lugar então que atrai como função de realização do ideal” (GOMES, 2008, p. 70).

Do ponto de vista freudiano, as estruturações sociais correspondem sempre a uma remota expressão de laço social, isto é, das identificações, o que lhes confere um caráter universal; não obstante, as identificações dependem sempre de mecanismos de oposição para existirem. No limite, assim como a definição das fronteiras dos grupos instala-se a partir da

demarcação de oposições, o ideal de eu é, ele próprio, um jogo de oposições. É o princípio do ideal de eu que está na base, portanto, do narcisismo das pequenas diferenças.

Nessa perspectiva, as identificações desempenham um papel de defesa ou proteção, de modo que a preservação da coesão social requer a adoção de estratégias de fixação dos significados para que o limiar dos campos definidos – para além do qual reside o diferente, visto como potencialmente “contagioso” – não seja transposto:

Se considerarmos as reflexões da psicanálise, diríamos que elas [as identificações] começam por nos proteger de uma impossibilidade, a saber, da impossibilidade de equivalência entre termos, ou da impossibilidade de equivalência entre sujeitos, pois promovem a ideia de transponibilidade [...] Mas, para efeito do que examinamos neste momento, as identificações nos protegem dando-nos um respaldo social, o sentimento de pertencimento e as implicações, a partir dele, de todos os outros efeitos que vêm do berço. Dentre estas implicações, a mais forte e poderosa talvez seja o oferecimento de discursos prontos que são assumidos como legitimadores [...] As identificações nos protegem de nos vermos como somos porque por um traço, sempre dignificante, nos desenhamos no contorno dessa dignidade. Outras características serão excluídas [...] As identificações nos protegem de ver aquilo que realmente desejamos e que, ao mesmo tempo, não podemos assumir/adquirir na realidade da vida, por conta de variadas interdições. Freud nos diria que a identificação pode funcionar como um sucedâneo. Isso porque o ideal de ego, incorporando exigências impostas ao ego pelo meio ambiente, pode ver-se na função de realizar o que o ego não se encontra à altura (GOMES, 2008, pp.77-79).

O objeto de nosso desejo, noutros termos, conduz-nos em sua ausência. A autora sublinha, então, um duplo movimento que se encontra na raiz das identificações: o da presença e o da ausência – ou o da *identidade* e o da *alteridade*³. Com base em Lacan, Gomes (2008, p. 80) aponta que o ideal de eu diz respeito à “assunção de vetores fora de si, assumidos como de si pela identificação”. Mas, se tal processo é comum a todo ser humano, por um lado, seus efeitos são absolutamente particulares e individuados, por outro. Uma vez mais, podemos perfazer o trajeto que vai do indivíduo para o coletivo: embora as construções identificatórias sejam pessoais e únicas, é preciso considerar que o “ego ideal” – assunção de uma imagem de “inteireza” como de si – encontra-se desde o início ligado (ou virá a se

³ Podemos lembrar aqui, como faz Gomes (2008), a célebre reflexão de Jacques Lacan acerca do *estádio do espelho*. A expressão faz referência a uma fase na vida do infante, entre seis e dezoito meses, em que a construção do “eu” torna-se possível a partir da corporificação do reflexo da criança em uma superfície reflexiva. Representando a identidade construída, esse “eu” traduz-se na inteireza da imagem refletida. Ligado ao chamado *narcisismo primário*, esse momento corresponde à formação intrapsíquica, isto é, do “eu ideal”. Não à toa, o estágio do espelho corresponde ao momento de entrada do sujeito no campo da linguagem e, portanto, de sua edificação no “eu” dos enunciados. “Eu ideal” e “ideal de eu” relacionam-se porque a assunção de uma imagem como de si – o “eu ideal” – dá-se desde o ponto em que o sujeito detém um “ideal de eu”. No estágio do espelho, a criança reconhece uma imagem que lhe é *externa* como sendo *de si*. Ao mesmo tempo, o eixo que opera como garantia de identificação pelo infante na imagem refletida depende da presença de uma figura familiar, a qual “sustenta esse olhar e também o significado do reflexo” (GOMES, 2008, p. 81). Nesse sentido, para que a criança sinta esse momento como de reconhecimento de sua interioridade e que entenda o reflexo como uma emanção interna, é preciso que haja ali presente um *outro*, que funciona como referência para que o reflexo do infante seja identificado como o de si próprio.

combinar ao longo da formação do indivíduo) a componentes sociais. São esses elementos que constituem o ideal de eu, instância capaz de absorver ideais coletivos⁴.

Elementos dessa concepção psicanalítica estão presentes também em outros campos, como os Estudos Culturais e a Psicologia Social, em que a identidade é compreendida como conjunto das identificações de um indivíduo. A questão do delineamento do “eu” a partir da *diferença*, por exemplo, comparece na Psicologia Social em uma tomada cognitiva; já nos Estudos Culturais, é entendida de maneira significativa, sobretudo no que diz respeito ao foco privilegiado conferido por seus pesquisadores à questão da alteridade. No limite, a demarcação da diferença é correlata da condição primeira da própria linguagem: “o jogo de oposições que sustenta as circunscrições de campo, a inclusão e a exclusão, a alocação de valores” (GOMES, 2008, p. 107).

A ponte entre individual e coletivo que sustenta a compreensão dos processos de identificação e constituição da identidade ganha mais um pilar quando se considera a conjunção entre os conceitos de “ideal de eu” e “supereu” (ou “superego”), que se conectam a partir de um princípio de *normalização*. É ao lado dos princípios da formação grupal que operam, como processos primeiros de identificação, que essas noções intrapsíquicas operam. O supereu, mais especificamente, “funciona como uma lei internalizada a partir da qual ele [o supereu] se delineia como censor [...] Pode reduzir-se a duas dinâmicas: uma que é a da formação do ideal de eu, e outra que consiste na instalação de uma crítica, ou cobrança, que recai constantemente sobre o ego” (GOMES, 2008, p. 112).

Enquanto a lógica de identificação posta sob o ideal de eu está ligada a um princípio de *sanção*, a identificação primeira ligada ao supereu vincula-se a um princípio de *repressão*. No caso do supereu, coloca-se uma lógica de *temor*, ligada ao medo de falhar em relação à lei internalizada, que atua sobre os indivíduos ao longo de suas vidas. Já na origem do ideal de eu, estão os laços libidinais ligados ora a traços narcísicos, ora ao deslocamento do amor de si para figuras nas quais o indivíduo se vê refletido. Fica claro, em todo caso, que o supereu – como vimos anteriormente em relação ao ideal de eu – vincula-se a componentes de ordem social, uma vez que diz respeito à internalização pelo sujeito de dogmas, leis, princípios morais etc.

⁴ Podemos apontar como instância primeira a transcender o individual e vinculá-lo ao coletivo a linguagem, instância em que nos fazemos humanos. Baseando-se nas considerações de Freud e Lacan acerca da estruturação do inconsciente como linguagem, Gomes (2008) considera que talvez ele próprio, o inconsciente, guarde o princípio de formação de uma comunidade.

A noção de *habitus* é central ao supereu: *habitus* fundados numa cadeia de gerações, assentando modos de vida que marcam formações coletivas. A partir desta dimensão, uma “multidão psicológica” se equaciona em torno de um superego comum que enlaça os indivíduos na identificação de uns com os outros.

Se o supereu trabalha para a autopreservação do indivíduo, sua atuação deve ser estreitamente ligada ao âmbito social, pois a preservação de que falamos só se atualiza nas relações de uma comunidade e seus modos de vida. Se ele opera no campo da consciência moral é novamente a cultura e suas normas que lhe pesam, pois a consciência moral se constitui sobre o conjunto de valores morais que orientam um grupo social. E, finalmente, se ele funciona como formador de ideias é também porque se vincula ao que uma comunidade elege como valores, valores que determinarão aspectos e pontos desejáveis, a saber, os que são considerados ideais (GOMES, 2008, p. 114).

Tanto o supereu quanto o ideal de eu, para além de alimentarem-se de componentes externos ao indivíduo, também se desdobram sobre instâncias sociais a partir do estabelecimento de *normalizações*, as quais atuam por meio de dispositivos disciplinares. Cabe ressaltar que a normalização opera por meio da instalação, no campo social, de “campos a serem desejáveis” e dos “valores assumíveis como legítimos” (GOMES, 2008, p. 116). A lógica da normalização, nesse sentido, opera não apenas por meio de táticas restritivas ou repressoras – análogas ao princípio próprio do supereu –, como também a partir de componentes sociais do ideal de eu.

Com a normalização, expande-se a dupla indivíduo/sociedade em uma triangulação que abarca, em um de seus vértices, a questão do poder. No cerne da normalização, as operações de oposição próprias à instalação das posições-de-sujeito supõem a exclusão das formações indesejáveis, constituindo lugares a partir dos quais se pode falar. Trata-se, portanto, de um poder de constituição de *subjetividade*, que apresenta ao sujeito as posições subjetivas possíveis, vistas sempre como *únicas*. Nas palavras de Gomes (2008, p. 118), “uma identidade social, com todos os seus pontos de especificidade, sempre revela, antes de mais nada, o ideal de eu formado no ninho de agrupamentos sociais. Todas as hegemonias destes agrupamentos estão implicadas aí”.

2.2.2. Representação e cultura na constituição identitária

Uma vez delimitada a conexão entre o componente individual e a dimensão social nos processos de identificação e o atrelamento entre produção de subjetividades e os efeitos normalizadores da instalação de posições-de-sujeito desejáveis, as reflexões sobre a tríade identidade-identificação-subjetivação podem ser expandidas de modo a abarcar também o papel da *cultura* nos processos de constituição identitária. Para isso, é preciso considerar os processos de *representação*.

Fundamental à discussão proposta nesta pesquisa, tal conceito é peça-chave à compreensão das práticas comunicacionais e às dinâmicas de poder nelas implicadas. Em uma primeira acepção, a representação diz respeito ao mecanismo, intrínseco à linguagem, de (re)criação do mundo por meio de símbolos. Tal sentido estava presente já no pensamento clássico, nos apontamentos de Aristóteles em sua *Poética* (1990), a partir de releitura que propôs da noção de *mimese*: por meio da linguagem, o homem constrói outro tipo de ação, de laço com o mundo, que não o da experiência direta. A representação, nesse sentido, constitui um gesto de criatividade e, ao mesmo tempo, de descontinuidade em relação à coisa do mundo representada.

A noção de representação, nesse sentido, está subsumida na relação que o ser humano estabelece com o mundo material à sua volta. Para a psicanálise lacaniana, não temos acesso ao mundo senão por meio da representação que dele criamos por meio da linguagem. Para Jacques Lacan, são três os registros que conformam a experiência humana: Simbólico, Imaginário e Real. O Simbólico é o lugar fundamental da linguagem, a dimensão onde se estabelece a relação do sujeito e o grande Outro, uma vez que o aparecimento da linguagem pode ser correlacionado à emergência da “dimensão da verdade” (LACAN, 1998). É também por meio da linguagem que o sistema de representações, baseado em significantes, determina o sujeito à sua revelia. Simbólico e Imaginário compõem a realidade acessível ao homem, enquanto o Real é aquilo que escapa ao Simbólico. O Real é o impossível, aquilo que não pode ser simbolizado e permanece impenetrável ao sujeito. Em outros termos, só temos acesso ao mundo por meio de sua representação.

Como assinala Gomes (2003), o homem se destaca dos outros animais pela assunção da ordem simbólica, a qual se vincula a operações de *diferenciação* e *substituição*, condição necessária para se representar o mundo ao redor. “Trata-se de uma operação de *separação* que marca a passagem natureza/cultura, ou o momento em que se trapaceia a natureza: interdita-se o mundo como *continuum*, como indiferenciado” (GOMES, 2003, p. 17).

Segundo a autora, dados de que dispõem os estudiosos da aquisição da linguagem ao longo da evolução da espécie humana, como o aumento da caixa craniana e a presença de artefatos técnicos, indicam que a simbolização e a instrumentalização dependeram da capacidade de realização de uma mesma operação de raciocínio, a saber: a competência de tomar dado elemento não por ele mesmo, mas sim, por um outro, como que *valendo* por alguma outra coisa. Em outras palavras: um osso, desde que diferenciado dentre outros ossos, passa a poder ser utilizado como arma (ou seja, passa a poder *substituir* outra coisa e, ao

mesmo tempo, ser substituído), da mesma como um conjunto de sons pode remeter a algum elemento do mundo material. “Na linguagem, o elemento que opera a interdição de um *continuum* e organiza um dado a ver caracteriza-se pela propriedade de *estar em lugar de*, prescindindo da presença material, e recebe o nome de signo” (GOMES, 2003, p. 20).

O signo, se remontamos às proposições de Ferdinand de Saussure, é a entidade mínima da linguagem que produz significação e é formada por duas faces, arbitrariamente unidas: significante e significado. Nesse sentido, o signo linguístico é *artificial*, pois é constituído pela relação arbitrária entre um significado e um significante (SAUSSURE, 2012). Essa discrepância ou arbitrariedade é o que permite a Wittgenstein apontar que a representação deve ser pensada, na verdade, como uma *apresentação* do mundo: “Ele [o humano] é construção a partir de um corte que marca distanciamento e de uma ordenação que marca conjunção” (GOMES, 2003, p. 25). O distanciamento da natureza e a passagem à cultura como o interdito do indiferenciado implicam na *construção* do mundo. Representação é, por esse motivo, construção da realidade a ser vivida.

Estamos diante, portanto, de um conceito central à compreensão da relação do humano com a realidade que ele mesmo (re)elabora por meio de múltiplas linguagens. Se adentrarmos o terreno da Psicologia Social, por exemplo, uma segunda tomada do conceito pode ser delineada: a da representação no terreno das representações sociais. Elas possuem a mesma natureza que as representações feitas pelas palavras, mas dizem respeito a categorias em que individualidades se encaixam (GOMES, 2008).

Como aponta Serge Moscovici (2011) em seu estudo sobre as representações sociais, a busca por um sentido de continuidade e por marcos referenciais pelos indivíduos é constantemente dificultada pela presença da alteridade, que deve ser “trazida para perto”, por meio das representações que a traduzem, enquadrando-a em campos previamente delineados.

Motivadas justamente pela busca de familiaridade, as representações sociais são carregadas pela linguagem e operam por meio da convenção e da memória – e não pela razão. Pelas estruturas tradicionais – não pelas intelectuais. Logo, no terreno das representações sociais, a conclusão tem prioridade sobre a premissa e o veredicto se sobrepõe ao julgamento. Em sua empreitada redutora, as representações sociais estabelecem um processo valorativo, que implica na atribuição de significados (imaginários) positivados ou negativizados a

indivíduos, modos de vida etc. Elas atuam, dessa forma, sobre a definição das identidades, tanto individuais quanto coletivas (GOMES, 2008)⁵.

Pelo papel atribuído por Moscovici (2011) às práticas de linguagem na fixação e dispersão de representações sociais, podemos apontar que, na Psicologia Social, deixa-se entrever, ainda que sob uma perspectiva cognitiva, uma concepção que ganhará fôlego no âmbito dos Estudos Culturais: a conexão entre representação, discurso e identidade, já que são os discursos, em sua historicidade, que determinam as *posições-de-sujeito* possíveis, a um tempo e lugar, por meio das representações construídas.

Se enfatizamos aqui as reflexões desenvolvidas no âmbito dos Estudos Culturais, é porque se trata de uma escola com a qual dialogamos ao longo de todo este trabalho, tendo em vista não apenas a ênfase por ela dada ao papel dos meios de comunicação de massa na (re)produção cultural, mas também a preocupação de muitos de seus pensadores com as teorias do discurso. Vale destacar, em especial, a aposta feita no âmbito dessa perspectiva no entendimento da identidade como conjunto de identificações inacabadas, em constante deslocamento, por vezes ambivalentes ou contraditórias. Por detrás da ilusão de uma plenitude imaginária – e sempre imaginada –, a identidade surge como o preenchimento, *de fora para dentro*, da falta de inteireza que nos constitui como sujeitos.

Neste ponto, passamos pelo limiar que separa as dimensões individual e social da construção da identidade e das identificações, por um lado, e a dimensão *cultural* implicada nos processos de representação, por outro. Adentramos, também, um terreno de conceituações mobilizadas na construção de nosso objeto de estudo: ao propor investigar a constituição de uma discursividade/subjetividade política emergente na contemporaneidade e sua mediação pelo discurso jornalístico, buscamos discutir as *representações culturais* que fornecem as posições-de-sujeito que constituem essa nova subjetividade.

Ao lado da tomada das discussões sobre representação sob o foco da identidade e da diferença (GOMES, 2008), uma das principais contribuições dos Estudos Culturais à presente pesquisa reside na centralidade dada por seus pensadores ao papel da cultura, que é entendida, segundo essa perspectiva teórica, como formada pelos processos de atribuição de sentido à realidade e as dinâmicas de compartilhamento desses significados. Como aponta Stuart Hall

⁵ Como assinala Gomes (2008), vale notar que esta concepção apresenta interfaces significativas com elementos conceituais fundamentais da Análise do Discurso, perspectiva à qual nos filiamos nesta pesquisa. Isso porque as representações sociais atuam como “pacotes de discurso” que se inscrevem em formações discursivas mais amplas. Assim, a passagem do foco sobre processos de cognição individuais ao compartilhamento social das representações pode ser atribuída a processos de repetição que atuam como fixação de sentidos e como reduções semânticas, as quais estruturam campos de visibilidade (GOMES, 2008, p. 101).

(2000, p. 60), cultura “não é uma prática, nem é simplesmente a descrição da soma dos hábitos e costumes de uma sociedade. Ela atravessa *todas* as práticas sociais e constitui a soma de suas inter-relações”.

O objetivo dos *cultural studies* é definir o estudo da cultura própria da sociedade contemporânea como um âmbito de análise conceitualmente relevante, pertinente e fundado teoricamente. No conceito de cultura cabem tanto os *significados* e os *valores* que surgem e se difundem nas classes e grupos sociais, quanto as *práticas* efetivamente realizadas, por meio das quais valores e significados são expressos e nas quais estão contidos [grifos do autor] (WOLF, 2010, p. 103).

Ao mesmo tempo, a cultura não é vista como mero “acessório” ou “reflexo” das relações sociais e econômicas. Há, entre todas essas esferas, uma relação dialética: sistema social, sistema cultural e controle social (poder) influenciam-se mutuamente, de modo complexo. Nos Estudos Culturais, principalmente a partir da contribuição de Raymond Williams, “[...] é explicitada sobretudo a natureza padronizada, redutiva [das práticas de produção cultural], que favorece o *status quo*, mas que também é, ao mesmo tempo, contraditória e variável; a complexidade da reprodução cultural passa para primeiro plano” (WOLF, 2010, p. 104).

Dito de outro modo, formações sociais e formas culturais são vistas como interconstitutivas, de modo que a intervenção sobre formas culturais passa a ser compreendida como forma de transformação social. Fica evidente, diante disso, a razão pela qual os meios de comunicação tornam-se objeto de estudo privilegiado nessa perspectiva teórica, já que atuam como elementos ativos das construções de sentido que constituem a cultura.

De modo correlato, o conceito de representação também recebe atenção especial em pesquisas filiadas aos Estudos Culturais, já que se refere a parte fundamental do processo de produção e compartilhamento dos significados. Como aponta Hall (2014), o sentido depende da relação entre as coisas do mundo e o sistema conceitual (mental) que funciona como representação delas, sendo que cada cultura possui sistemas conceituais próprios e característicos. As representações, por sua vez, oferecem pontos de identificação para os sujeitos, a partir dos quais podem ser construídas suas (nunca fixadas) identidades.

Ao mesmo tempo, cabe destacar a dimensão discursiva das representações. Entra em cena a questão da construção do sujeito via discurso, já que este, ao *atravessar* os indivíduos, os constitui como sujeitos (sujeitos desse mesmo discurso). Considerando a relação entre discurso e sujeito segundo Michel Foucault, escreve Hall:

O discurso também produz um *lugar para o sujeito* (ou seja, o leitor ou espectador, que também está “sujeito” ao discurso), onde seus significados e entendimentos específicos fazem sentido. Não é inevitável, nesse sentido, que todos os indivíduos em um dado período se tornem sujeitos de um discurso em especial, portadores de seu poder/conhecimento. Mas para que eles – nós – assim façam/façamos, é preciso se/nos colocar na *posição* da qual o discurso faz mais sentido, virando então seus “sujeitos” ao “sujeitar” nós mesmos aos seus significados, poder e regulação. Todos os discursos, assim, constroem posições de sujeito, das quais, sozinhos, eles fazem sentido.

Essa abordagem tem implicações radicais para a teoria da representação porque sugere que os próprios discursos constroem as posições de sujeitos de onde eles se tornam inteligíveis e produzem efeitos. Os indivíduos podem se distinguir por suas características de classes sociais, gêneros, “raças”, e etnias (dentre outros fatores), mas não serão capazes de captar o sentido até que tenham se identificado com aquelas posições que o discurso constrói, *sujeitando-se* a suas regras, e então se tornando *sujeitos de seu poder/conhecimento* [grifos do autor] (HALL, 2014, p. 100).

Em suma, as representações tornam-se objeto privilegiado de atenção nos Estudos Culturais, pois, a partir delas, constituem-se as posições-de-sujeito que determinam os processos identificatórios. Frente a contextos de exclusão e opressão simbólica, e tendo em vista a abertura e mobilidade das identidades socioculturais, abrem-se caminhos para programas de pesquisa que visem à construção de perspectivas voltadas à redução das desigualdades por meio da crítica das representações (em suas formas midiáticas, principalmente) e da proposição de formas de resistência via formas diversas de afirmação/transformação identitária.

Nesse sentido, há mais um motivo que indica a pertinência de destacar aqui a perspectiva dos Estudos Culturais: a posição reivindicatória assumida por muitos trabalhos no âmbito dessa corrente teórica dialoga com a centralidade que as disputas identitárias assumem em discursos circulantes na contemporaneidade. Assim, a perspectiva crítica assumida nesses trabalhos contribui à compreensão de elementos do contexto sobre o qual nos debruçamos. É o caso, por exemplo, dos fundamentos epistemológicos que possibilitam a emergência de demandas em favor da formulação de políticas de identidade.

2.2.3. Fragmentações e deslocamentos

As Ciências Sociais, por meio do olhar de pesquisadores de diversas disciplinas e subáreas, tem se debruçado sobre a constituição das formações identitárias contemporâneas, apontando que os processos de construção das identidades são marcados por múltiplos deslocamentos e fragmentações. Sob um ponto de vista sociológico, por exemplo, a existência de deslocamentos e embates identitários é apontada como decorrente de transformações nas

relações de pertencimento dos indivíduos. Assim, para Dubar, estaríamos diante de uma *crise das identidades* decorrente das mudanças em curso nos modos de produção (DUBAR, 2009).

Não são insignificantes as diferenças entre o enquadramento proposto por Dubar e a interpretação traçada por Stuart Hall (2019) acerca do estatuto da identidade na contemporaneidade. Enquanto o primeiro prioriza o papel das instituições e a constatação de tensões constantes entre o *individual* e o *social*, o segundo apresenta uma abordagem centrada em uma perspectiva cultural a fim de refletir sobre a descentração do sujeito e seus constantes deslocamentos. Não obstante, ambos partem de uma visão dialética que concebe a identidade como complexa e inacabada, ligada a constantes tensões entre o sujeito histórico e suas condições materiais de vida. Entendemos, portanto, que as análises dos dois autores, longe de serem contraditórias, oferecem perspectivas cuja recuperação interessa a este trabalho.

Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2019) analisa a descentração do sujeito moderno como efeito de influências como a releitura de Marx, nos anos 1960, a linguística saussureana e o trabalho de Foucault sobre dispositivos disciplinares: “[...] o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2019, p. 28). Nesse processo, desconstrói-se a ideia de cultura nacional como identidade unificadora. As nações não passam de comunidades imaginadas, perpetuadas pela memória do passado e pelo desejo de viver em conjunto⁶.

Às discussões acadêmicas que veem esses processos de mudança como indícios de uma transformação da própria modernidade, o autor acrescenta um argumento específico:

⁶ Lembrando que a globalização não é um fenômeno recente e que a própria modernidade é inerentemente globalizante, Hall (2019) destaca que o alcance e o ritmo da integração global aumentaram significativamente desde os anos 1970, desde quando se intensificaram também as consequências desse processo sobre as identidades culturais, sobretudo a partir da remodelagem das relações espaço-tempo no interior dos sistemas de representação e seu impacto sobre como as identidades são representadas. É preciso também observar que, ao mesmo tempo em que entende a globalização como marcada por uma nova articulação entre o global e o local (ao invés de entender o global como substituto do local), o autor sublinha os limites existentes no alcance desse processo: além do caráter desigual com que é distribuída ao redor do mundo, entre regiões e entre diferentes camadas da população dentro de uma mesma região, a globalização caminha em paralelo com um reforço de identidades locais e constitui um fenômeno essencialmente *ocidental*, embora as sociedades periféricas tenham estado sempre abertas às influências culturais ocidentais. Hall destaca ainda, como “efeitos colaterais” da globalização, o reforço da etnia e o ressurgimento do nacionalismo no final do século XX – aspecto que temos tido, neste início de século XXI, amostras notáveis. Nas palavras do autor: “Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes. Entretanto, isto também sugere que, embora alimentada, sob muitos aspectos, pelo Ocidente, a globalização pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramentos do mesmo” (HALL, 2019, p. 56). Finalmente, devemos sublinhar que, embora dialoguemos, nesta pesquisa, com as considerações de Hall a respeito dos efeitos da globalização sobre a constituição das identidades culturais, é preciso considerar a posição periférica ocupada pelo Brasil no capitalismo global e mesmo nos processos de integração cultural próprios da globalização.

[...] Naquilo que é descrito, algumas vezes, como nosso mundo pós-moderno, nós somos também “pós” relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade – algo que, desde o Iluminismo, se supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos (HALL, 2019, p. 10).

É de modo a explorar tal afirmação que Hall apresenta sua famosa explanação sobre três concepções distintas de identidade, a partir das quais é possível vislumbrar paralelos em relação às transformações nos sentidos de universalismo e diversidade que recuperamos anteriormente com base no trabalho de Ortiz (2015): a identidade do sujeito iluminista – baseada em um entendimento da pessoa humana como um indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação e cujo centro consistia em um “núcleo interior”, que permaneceria idêntico a si mesmo ao longo de toda a existência do indivíduo; a identidade do sujeito sociológico – baseada na compreensão, como em um reflexo da complexidade crescente do mundo moderno, que o “núcleo interior” do sujeito não seria autônomo e autossuficiente, uma vez que a identidade passa a ser vista como formada da relação entre o “interior” e o “exterior”, isto é, entre o mundo pessoal e o mundo público; e, finalmente, a identidade do sujeito pós-moderno, que nos interessa fundamentalmente aqui, resultado de transformações nas concepções identitárias precedentes:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais (HALL, 2019, p. 11).

Para compreender o deslocamento das identidades culturais nacionais na contemporaneidade, é preciso considerar as complexas forças de mudança operadas na globalização, contexto no qual assistimos tanto à desintegração de identidades culturais quanto ao reforço de identidades pela resistência e processos de mutação, com a emergência de novas identidades híbridas.

O efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, acima e abaixo do nível do Estado-nação (HALL, 2019, p. 42).

É possível notar a existência de uma verdadeira dialética das identidades, com novas articulações entre novas identidades globais e novas identidades locais, ao lado do crescente interesse pelo local. As nações transitam entre, por um lado, manter as identidades estabelecidas (*tradição*) e, por outro lado, a aceitar que as identidades são históricas e estão

sujeitas aos planos da política e da representação, com o consequente gesto de transformação (*tradução*). Hall (2019) enxerga com otimismo esse cenário, atribuindo à globalização um efeito contestador e deslocador das identidades fechadas, próprias das culturas nacionais, capaz de lhes conferir um potencial pluralizante e torná-las mais diversas e políticas.

O autor descreve os efeitos da pós-modernidade ou modernidade tardia sobre a concepção do sujeito moderno em termos de um processo de *deslocamento*, destacando, como uma de suas forças motrizes, os impactos do feminismo⁷. Entendido “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (HALL, 2019, p. 27) e enquanto parte dos “novos movimentos sociais” que emergem nos anos 1960, o feminismo trouxe à tona questionamentos sobre a clássica divisão entre o “público” e o “privado” e enfatizou, como temática política e social, a forma como são produzidos sujeitos generificados, politizando a subjetividade. Isso porque, embora tenha iniciado como movimento de contestação da posição social da mulher, o feminismo expandiu-se para incluir a discussão sobre a formação das identidades sexuais e de gênero.

Em suma, Hall entende que as condições atuais da sociedade estão “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2019, p. 9). Esse diagnóstico pode ser visto como um ponto-chave para a construção de aproximações em relação à discussão proposta por Dubar (2009). Isso porque é possível observar a existência de correlações entre a emergência da subjetividade na construção das identificações e o estabelecimento de disputas em torno de identificações múltiplas, elementos que marcam a passagem do predomínio da identidade “para outrem” à identidade “para si” (DUBAR, 2009), e o processo de fragmentação identitária apontado por Hall (2019).

⁷ Destacamos aqui esse aspecto tendo em vista a sua particular relevância a esta pesquisa, já que, quando da constituição e análise de nosso *corpus* de matérias jornalísticas, priorizamos, dentre as discussões relacionadas a diversos eixos identitários possíveis, aquelas relacionadas a gênero e sexualidade. Mas cabe destacar que Hall (2019) situa os impactos do feminismo como parte de um conjunto de rupturas nos discursos do conhecimento moderno que levam ao deslocamento, na segunda metade do século XX, da concepção de sujeito vigente na modernidade. Essas rupturas incluem, além do feminismo dos anos 1960: (1) a releitura dos escritos de Max na década de 1960 a partir da ênfase dada ao esvaziamento das possibilidades de agência individual frente às condições históricas, como no marxismo estruturalista de Louis Althusser; (2) o impacto da teoria freudiana sobre o inconsciente, especialmente entre os anos 1960 e 1980, que erode o conceito de sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade unificada em fixa, como postulado no pensamento cartesiano; (3) a linguística de Ferdinand de Saussure e os desdobramentos da concepção de que a língua é um sistema social (e não individual) e os sujeitos podem produzir significados apenas posicionando-se no interior do conjunto de regras da língua e dos sistemas de significado da cultura; e (4) a genealogia do sujeito moderno concebida por Michel Foucault, com a descrição proposta pelo autor acerca do caráter capilarizado e regulatório das redes de poder e o enquadramento do processo de individuação no interior de regimes disciplinares.

Em outras palavras, a crise das identidades de que fala Dubar (2009, p. 14) refere-se a um “movimento histórico, ao mesmo tempo muito antigo e muito incerto, de passagem de certo modo de identificação a outro”, ou seja, um conjunto de processos que modificam o arranjo das *formas identitárias*, que constituem os modos de identificação. Nesse sentido, a partir de uma distinção basilar ao campo da Sociologia, o autor localiza dois arranjos principais: as primeiras formas identitárias, antigas e ancestrais, compreendem as *formas comunitárias de identificação*, enquanto as segundas formas identitárias, não apenas recentes, mas também emergentes, dizem respeito às *formas societárias*.

Elas supõem a existência de coletivos múltiplos, variáveis, efêmeros, aos quais os indivíduos aderem por períodos limitados e que lhes fornecem recursos de identificação que eles administram de maneira diversa e provisória. Nessa perspectiva, cada um possui múltiplos pertencimentos que podem mudar no decorrer de uma vida. Essas formas estão ligadas a crenças diferentes das precedentes, em particular as da primazia do sujeito individual sobre os pertencimentos coletivos e da primazia das identificações “para si” sobre as identificações “para outrem” (DUBAR, 2009, p. 15).

Embora possam produzir identidades para “outrem”, dependendo da natureza das categorias utilizadas, é a crença na identidade pessoal o que define os modos de identificação com os diversos grupos, sejam eles familiares, profissionais, religiosos, políticos etc. Isso significa que as identidades emergem como resultantes de “escolhas pessoais”, e não mais enquanto “designações herdadas”. A diferença, portanto, entre os dois modos de identificação destacados pelo autor não reside em um contraponto entre identidades *individuais* e *coletivas* – oposição que, aliás, não encontraria respaldo em uma perspectiva nominalista acerca da identidade –, mas sim, em diferentes modalidades de construção de categorias de identificação (DUBAR, 2009, p. 16).

Para Dubar, embora formas comunitárias e societárias de identificação possam coexistir em um mesmo contexto, há um processo histórico de passagem da primazia das primeiras para a hegemonia das segundas. Ao lado disso, o autor ressalta a importância da *identidade pessoal*, que marca a passagem de uma concepção objetivista e reificada da identidade “para outrem” à tomada, mais subjetiva, da identidade “para si”. Segundo a hipótese defendida por Dubar, a crise da identidade pessoal – crise de recursos linguísticos, cognitivos, éticos, reflexivos e narrativos – é uma dimensão da crise das identidades. Assim, a construção das identidades pessoais é cada vez mais afetada pelo abalo do arranjo das formas identitárias comunitárias e “para outrem”, o que impacta tanto as esferas privada e profissional, quanto as identificações simbólicas, éticas e políticas (DUBAR, 2009, p. 252).

Isso porque o sujeito é tanto social quanto pessoal, o que significa que, em suas interações cotidianas, depara-se a todo momento com a projeção das categorias objetivadas sobre si mesmo. Essas projeções, segundo Dubar (2009, p. 236), apresentam-se cada vez mais “múltiplas, incertas, provisórias, contestadas, em todos os domínios”. É justamente no ponto em que os processos de projeção identitária – ou, poderíamos dizer, de *categorização* das identidades – tornam-se múltiplos e contestados que emergem as disputas identitárias observadas na contemporaneidade

Considerando-se a importância da dimensão narrativa à construção da identidade pessoal, é fundamental destacar que toda disputa identitária significa, acima de tudo, uma disputa pelo discurso, pela legitimidade de construir e aplicar categorias, em suma, uma disputa em torno do poder de circunscrever campos na malha simbólica que se lança sobre um fundo imaginário:

As questões de identidade são fundamentalmente questões de linguagem [...] identificar-se ou ser identificado não é somente “projetar-se sobre” ou “identificar-se com”: é, antes de tudo, colocar-se em palavras. Identificar é colocar nomes em classes de objetos, categorias de fenômenos, tipos de processo etc. A linguagem não é uma “superestrutura”, é uma componente maior da subjetividade (DUBAR, 2009, p. 237).

É assim que Dubar (2011, p. 184) afirma que a crise das identidades vivida atualmente corresponde a uma “vingança do simbólico sobre o econômico”: ela é desencadeada pela imposição de uma identidade indesejada ou pela reivindicação de uma identidade negada. Por isso, trata-se de uma crise que toca a subjetividade das pessoas. A questão de fundo é sempre um ato de negação, uma política da identidade, que gera exclusões, imposições, desconfianças ou discriminações – a exemplo da xenofobia. A crise daí decorrente reconfigura as relações sociais e perturba a relação dos indivíduos consigo mesmos e com os outros. Podemos falar, nesses termos, em uma “crise subjetiva de não reconhecimento” ligada a negações e disputas identitárias (DUBAR, 2011, p. 183).

Trata-se de uma crise global ou de uma crise ordinária? Nem uma nem outra: nenhuma identidade é redefinida porque a Internet substitui a imprensa; as crises identitárias não são simples ajustes a uma conjuntura; elas marcam um período, uma população e um tipo de vínculo social. Trata-se de uma crise da relação com o outro, uma crise de um modo de dominação dos brancos sobre os negros, dos homens sobre as mulheres, dos ricos sobre os pobres, dos “normais” sobre os estigmatizados (DUBAR, 2011, p. 183).

Embora localize diferentes momentos históricos em que as identidades estiveram em crise, Dubar (2011) atribui maior gravidade à crise que começou em maio de 1968 e se

aprofundou durante os anos 1980 e 1990 – momento que de certo modo coincide com o movimento de fragmentação identitária localizada por Hall (2019) no contexto de adensamento da pós-modernidade. O desemprego em massa, a precarização dos empregos, o colapso das mobilizações e organizações sindicais, a financeirização do capitalismo – tudo isso acompanha a mudança da relação de forças entre capital e trabalho. As antigas identidades operárias ou militantes, assim como a mobilização em torno de partidos políticos como fator exclusivo ou prioritário de organização, convertem-se em identidades *negativas* ou indesejáveis.

É diante de tudo isso, e na esteira dos processos de descolonização, dos movimentos pelos direitos civis, das mobilizações pelos direitos de minorias, como mulheres, homossexuais, negros e imigrantes, que a crise das identidades descrita por Dubar (2009) e o deslocamento do sujeito moderno, de que trata Hall (2019), colocam no centro do debate a recusa das violências simbólicas e as lutas por *reconhecimento*⁸.

2.3. “Reconhecimento” como palavra-chave de um “novo imaginário político”

Segundo Axel Honneth e Nancy Fraser, as lutas por justiça social não se fundamentam mais centralmente em reivindicações por uma distribuição mais igualitária das riquezas, mas sim, em demandas pelo *reconhecimento* da diversidade (FRASER; HONNETH, 2006). Embora suas análises pareçam convergir no que diz respeito ao diagnóstico sobre o modo como as lutas por justiça social predominantemente se organizem na contemporaneidade, os autores apresentam divergências significativas em seus prognósticos. Assim, controvérsias se instauram a partir do debate entre Honneth e Fraser em torno da indagação sobre se é possível compreender o conjunto de injustiças existentes a partir do conceito de reconhecimento (posição defendida por Honneth) ou se é preciso recorrer, para isso, ao par conceitual redistribuição e reconhecimento (posição sustentada por Fraser).

A discussão sobre justiça social nesses termos já havia sido colocada por Fraser no artigo intitulado *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*, oito anos antes da abertura do debate com Honneth (BRESSIANI, 2011). A

⁸ Vale apontar que não queremos sugerir aqui que exista um apagamento das lutas por igualdade econômica ou que estas sejam simplesmente substituídas por demandas que se voltam a aspectos identitários/simbólicos – formas de ação que, aliás, não devem ser vistas como mutuamente excludentes. O que defendemos neste trabalho é que as lutas por reconhecimento têm alcançado destaque e visibilidade crescentes no debate público, chegando, inclusive, a receber/desempenhar importância central em muitas discussões. É inegável, ainda, que tais processos se desenrolem de forma desigual ao redor do globo e apresentem-se de modos singulares em diferentes momentos.

autora, como assinala Bressiani (2011, p. 331), diagnostica a existência de uma “polarização entre aqueles que veem na redistribuição de recursos e riquezas a solução para o conjunto de injustiças hoje existentes e aqueles que veem exclusivamente na obtenção do reconhecimento social essa mesma solução”. Essa polarização estaria ainda se encaminhando no sentido da substituição da preocupação majoritária com a redistribuição material por demandas em prol do reconhecimento das diferenças.

Dessa forma, Fraser (2006) aponta que a “luta por reconhecimento” tornou-se a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política. A esse processo, Fraser (2006) refere-se como o surgimento de um “novo imaginário político”.

Nesse cenário, com o fim da União Soviética e o desmantelamento da experiência do socialismo real, ao lado da globalização, Fraser identifica uma crescente despolitização da economia e uma politização das diferenças culturais e étnicas, tendência central aos chamados “novos movimentos sociais”. Com isso, “a luta por reconhecimento se torna a forma paradigmática de conflito” (BRESSIANI, 2011, p. 332). Para a autora, porém, essa tendência não resulta – como poderia parecer a um primeiro olhar desavisado – de uma redução objetiva das desigualdades econômicas ao redor do globo:

Lutas pelo reconhecimento ocorrem num mundo de exacerbada desigualdade material – desigualdades de renda e propriedade; de acesso a trabalho remunerado, educação, saúde e lazer; e também, mais cruamente, de ingestão calórica e exposição à contaminação ambiental; portanto, de expectativa de vida e de taxas de morbidade e mortalidade. A desigualdade material está em alta na maioria dos países do mundo – nos EUA e na China, na Suécia e na Índia, na Rússia e no Brasil. Ela também aumenta globalmente, de modo mais dramático, do outro lado da linha que divide norte e sul (FRASER, 2006, p. 231).

A polêmica instaurada com Honneth deve-se, justamente, à crítica feita pela autora em relação ao que ela entende como uma dissociação, na esfera acadêmica e na esfera política, entre duas visões distintas acerca do que seria necessário para alcançar a justiça social: de um lado, os que enxergam em fatores econômicos a causa última de todas as injustiças e, portanto, apontam a redistribuição como único caminho para solucioná-las; de outro, os que entendem as injustiças existentes como resultantes de “padrões hierárquicos de valoração

cultural”, propondo, então, o igual reconhecimento de todos em sua diversidade (BRESSIANI, 2011, p. 332). Dentro da segunda posição, Fraser situa, entre outros nomes, Charles Taylor e Axel Honneth, representantes da chamada *teoria do reconhecimento*⁹.

Integrante da terceira geração da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, Honneth vê o reconhecimento como chave para a obtenção de autonomia e liberdade individual. Nesse sentido, o reconhecimento é entendido pelo autor como caminho para a emancipação, já que a indignação perante a ausência de reconhecimento levaria à mobilização coletiva e, conseqüentemente, à transformação da sociedade e ao progresso moral. Como se vê, a perspectiva de Honneth abarca o entendimento dos conflitos sociais para além da visão marxista centrada na luta de classes, pois entende que a indignação moral que se coloca na base de todo conflito social teria como origem a negação do reconhecimento.

Para ele, o reconhecimento intersubjetivo que constitui a identidade individual dá-se tanto na esfera das relações pessoais com vinculação afetiva, quanto na esfera jurídico-moral e na esfera das relações sociais de solidariedade:

Independentemente, portanto, do que estariam especificamente reivindicando, os conflitos sociais teriam em comum o objetivo de ampliar as relações de reconhecimento existentes, que não estariam possibilitando, em alguma medida, a realização das expectativas morais de comportamento sustentadas pelos sujeitos frente a seus parceiros de interação.

Ao compreender o conjunto de injustiças sociais a partir do conceito de reconhecimento, Honneth não procura conceitualizar apenas as novas demandas dos movimentos sociais, mas desenvolver um modelo teórico que consiga justificá-los moralmente e possibilite, além disso, a identificação de uma tendência real à emancipação, isto é, à ampliação das relações recíprocas de reconhecimento (BRESSIANI, 2011, p. 335).

Para Fraser, porém, não é possível remeter o conjunto das injustiças sociais a uma única origem, já que as complexas sociedades contemporâneas são perpassadas por mecanismos sociais de ordem tanto econômica quanto social. A polarização denunciada pela autora na esfera acadêmica e no debate político está baseada no apontamento de um caminho de “mão única” como forma de se obter justiça: tanto na perspectiva que se posiciona a favor da redistribuição, quanto na visão de quem defende o reconhecimento, a ideia subjacente é que não seria necessário e, tampouco, possível, conciliar as duas demandas. Por isso, Fraser

⁹ Nesse contexto teórico, o conceito de reconhecimento, traduzido do termo alemão “anerkennung”, é empregado no sentido da busca por obtenção de respeito nas relações intersubjetivas. Retomando e reformulando o sentido filosófico de reconhecimento a partir da obra de Hegel – para quem o reconhecimento diz respeito a uma forma de reconhecimento pelo outro e de autorreconhecimento –, Honneth defende, situando sua reflexão no contexto social contemporâneo, que o reconhecimento é sempre alcançado intersubjetivamente e por meio de lutas, de modo que é sempre no encontro entre subjetividades que a autorrealização pode ser obtida. Decorre daí o subtítulo daquele que talvez seja seu trabalho mais célebre: *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (HONNETH, 2009).

considera que a antítese presente no debate redistribuição *versus* reconhecimento é falsa e que a busca por justiça social deve envolver redistribuição material e reconhecimento cultural. Para ela, portanto, a existência dos diferentes tipos de injustiça exige uma teoria social crítica que seja *dualista* (BRESSIANI, 2011).

Neste trabalho, porém, não nos cabe apresentar em profundidade a alternativa defendida por Fraser e a controvérsia estabelecida entre ela e Honneth, já que isso tornaria esta discussão desnecessariamente longa e afastada da abordagem teórica que propomos. Isso porque tratar dos possíveis prognósticos para sanar a injustiça social foge aos objetivos que aqui empreendemos. Interessa-nos, não obstante, compreender o diagnóstico feito pela autora acerca da crescente primazia, na esfera acadêmica e no debate público, das demandas por *reconhecimento*, bem como situar a perspectiva de Honneth como uma espécie de *indício* de tais reposicionamentos.

Isso porque, em sua leitura da teoria do reconhecimento, Fraser considera a perspectiva sustentada por Honneth como uma das principais representantes das teorias culturalistas, as quais identificam em fatores culturais a origem principal das injustiças sociais. Para ela, a própria teoria de Honneth é expressão “do deslocamento da centralidade antes atribuída ao paradigma distributivo de justiça para a de um paradigma em cujo centro estariam questões relativas à identidade e à diferença” (BRESSIANI, 2011, p. 334)¹⁰.

Na tentativa de compreender como se dá a emergência de um imaginário político que se constrói a partir de ideias-chave como *identidade, diferença e dominação cultural* em um mundo profundamente marcado por desigualdades econômicas, Fraser (2006) aponta duas maneiras distintas, mas inseparáveis nas dinâmicas sociais, de se entender a injustiça. Enquanto a primeira diz respeito à injustiça econômica, fundamentada na estrutura econômico-política da sociedade, a segunda remete à injustiça cultural ou simbólica, fundamentada nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação:

¹⁰ Como apontado por Bressiani (2011, p. 334), “Em sua primeira resposta à crítica de Fraser, Honneth procura mostrar que o dualismo de Fraser poderia ser abarcado pelo monismo proposto por ele, na medida em que tanto os movimentos sociais por redistribuição quanto os por reconhecimento se originam do sentimento de desrespeito e poderiam ser, portanto, reconstruídos como lutas por reconhecimento”. Para o autor, sua teoria não está preocupada com os tipos de injustiça, mas sim, com a origem dos conflitos sociais – sejam eles articulados em torno de demandas culturais ou econômicas –, a qual estaria vinculada, por sua vez, ao sentimento de negação de reconhecimento experimentado pelos atores sociais. Fraser, por sua vez, defende que a resposta oferecida por Honneth, além de não responder às questões por ela colocadas, revela-se insuficiente por priorizar a experiência subjetiva do não-reconhecimento, ou seja: “[...] toma o sentimento de desrespeito como o indicador da presença de patologias, sem, contudo, apontar para suas causas sociais, que precisariam ser devidamente identificadas para que ele pudesse elaborar uma teoria do poder apta a diagnosticar as relações de dominação presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas” (BRESSIANI, 2011, p. 336)

Seus exemplos [da injustiça cultural ou simbólica] incluem a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana) (FRASER, 2006, p. 232).

É às medidas – muito diversificadas entre si – que buscam sanar a injustiça econômica que a autora refere-se como medidas de *redistribuição*; já às medidas que visam à remediação da injustiça cultural ou simbólica, associa o termo *reconhecimento*. As segundas incluem, por exemplo, a revalorização das identidades culturais desvalorizadas e dos produtos culturais dos grupos difamados, o reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural, transformações abrangentes nos padrões de representação, interpretação e comunicação etc.

Enquanto lutas pela redistribuição buscam promover a “desdiferenciação” de grupos privilegiados, lutas pelo reconhecimento procuram chamar a atenção para a especificidade de algum grupo – ou, nas palavras de Fraser (2006), criar essa especificidade “performativamente” – a fim de afirmar seu valor. Lutas pelo reconhecimento tendem a promover, portanto, a *diferenciação* de determinados grupos. O resultado é que a política de reconhecimento e a política de redistribuição muitas vezes têm objetivos contraditórios. Desse modo, os dois tipos de luta estão em tensão; um pode interferir no outro, ou mesmo agir contra o outro (FRASER, 2006, p. 233).

Ao mesmo tempo, segundo Fraser (2006), existiriam também diferentes “tipos” de coletividade, que sofrem diferentes tipos de injustiça e, portanto, necessitam de diferentes soluções. Ela aponta, por exemplo, a existência de “tipos ideais”, em referência ao conceito weberiano, que encarnam apenas um tipo de injustiça: por um lado, há o tipo ideal da “classe trabalhadora explorada”, que representa injustiças distributivas que pedem soluções redistributivas; por outro, há o tipo ideal da “sexualidade desprezada”, que representa injustiças de discriminação negativas que necessitam de soluções de reconhecimento.

Quando nos afastamos das “extremidades” do espectro conceitual, no entanto, deparamo-nos com “tipos híbridos”, que combinam os dois tipos de injustiça – a que Fraser dá o nome de “coletividades bivalentes”:

[...] diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura. Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de

reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois (FRASER, 2006, p. 233).

Como exemplos paradigmáticos de coletividades bivalentes, a autora cita as categorias de *gênero* e *raça*: em ambos os casos, há dimensões de injustiça econômica, pois se trata de categorizações estruturantes da economia política, ligadas à divisão social do trabalho; ao mesmo tempo, as duas categorias encarnam elementos culturais valorativos, notadamente, o *androcentrismo*, no caso de gênero, e o *eurocentrismo*, no caso de raça.

No caso de gênero, soluções voltadas a sanar a injustiça político-econômica materializam-se em propostas que buscam o fim da diferenciação entre homens e mulheres que sustenta, por um lado, a divisão entre trabalho produtivo remunerado e trabalho reprodutivo não remunerado (trabalho doméstico) e, por outro lado, internamente ao trabalho remunerado, a destinação das ocupações de remuneração mais alta para os homens e aquelas de remuneração mais baixa para as mulheres. Em contrapartida, discursos filiados à perspectiva do reconhecimento exigem políticas que se voltem à mudança dos valores culturais que privilegiam a masculinidade e negam o respeito às mulheres (FRASER, 2006).

Para além dessa distinção, é possível identificar ainda duas grandes abordagens de combate à injustiça que atravessam a divisão redistribuição-reconhecimento, isto é, que podem aparecer tanto em discursos pró-redistribuição quanto em discursos pró-reconhecimento. Uma dessas abordagens, a da *afirmação*, diz respeito aos “remédios voltados para corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra”; no segundo tipo de abordagem, relativo à *transformação*, estão os “os remédios voltados para corrigir efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente” (FRASER, 2006, p. 237).

Em relação à categoria de injustiça cultural, Fraser aponta que as propostas afirmativas dizem respeito a demandas recorrentes em nossa sociedade no âmbito do multiculturalismo – ou ao “multiculturalismo *mainstream*”. Trata-se de propostas que buscam compensar a discriminação e o desrespeito por meio da valorização das identidades discriminadas, sem, no entanto, alterar “os conteúdos dessas identidades e as diferenciações grupais subjacentes a elas” (FRASER, 2006, p. 237).

Propostas transformativas, por outro lado, caracterizam-se pela busca da “desconstrução”, isto é, propõem subverter a estrutura cultural-valorativa que se encontra na base da discriminação e do desrespeito, “desestabilizando as identidades e diferenciações grupais existentes”, de modo não apenas a elevar a autoestima dos membros de grupos

desvalorizados, mas também a transformar o “sentido do eu de *todos*” [grifo da autora] (FRASER, 2006, p. 237).

As distinções e categorizações apresentadas por Fraser (2006), assim como o diagnóstico por ela apresentado sobre a centralidade assumida pelas demandas em prol do reconhecimento, possuem interesse especial a esta pesquisa. Eles são indicativos da emergência de determinados discursos – e não apenas em debates acadêmicos: também em discussões políticas e – mais importante para nós – no debate público midiaticizado.

PARTE II:
UM CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS DISCURSIVAS
E REARTICULAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

CAPÍTULO 3

DAS IDENTIDADES NA POLÍTICA ÀS POLÍTICAS DE IDENTIDADE

Uma vez tendo nos debruçado sobre os pontos nodais da paisagem discursiva emergente que focalizamos nesta pesquisa, podemos avançar à tentativa de compreender os contornos gerais de alguns reordenamentos epistemológicos que tornaram possível a centralidade assumida pelas categorias e lutas identitárias no espaço público midiático, com as especificidades que as caracterizam hoje, assim como os processos de politização das identidades que marcam a contemporaneidade, frequentemente associados a dinâmicas sociais e práticas discursivas que se voltam ao plano da representação como espaço privilegiado de contestação de opressões, regimes identitários e formas de (in)visibilidade.

A identificação desses deslocamentos permite a colocação das perguntas que animam este trabalho. Em outras palavras, entendemos que, às novas conjunções discursivas que caracterizam o debate público, associam-se reordenamentos mais profundos na ordem dos saberes e da produção do conhecimento. A partir de um olhar panorâmico que atravessa diferentes espaços do universo discursivo¹, este capítulo busca discutir algumas rearticulações epistemológicas – e as manifestações discursivas correlatas – que consideramos fundamentais à compreensão do contexto em que se coloca a problemática deste trabalho.

Passamos, ao longo do capítulo, dos arranjos discursivos aos deslocamentos epistemológicos e dos deslocamentos epistemológicos à identificação de arranjos discursivos, ao mesmo tempo em que procuramos compreender as concepções fixadas via práticas discursivas que servem de base e condição de possibilidade a novos modos de enunciar. Não obstante, longe de entender que se trata de uma relação de causalidade simples, é importante ressaltar que estamos diante de uma relação dialética, em que tanto saberes quanto discursos influenciam-se mutuamente – daí a estrutura buscada na organização do capítulo, cujas reflexões pretendem passar de um aspecto ao outro, continuamente.

¹ Como vimos no primeiro capítulo, o “universo discursivo”, segundo Dominique Maingueneau (2008), diz respeito ao conjunto das formações discursivas que interagem em uma dada conjuntura. Embora constitua um domínio finito e historicamente inscrito, o universo discursivo não pode nunca ser apreendido em sua totalidade, sendo, portanto, um conceito em geral pouco útil ao analista do discurso. Aqui, ao propor um olhar panorâmico sobre rearticulações epistemológicas e deslocamentos discursivos que caracterizam nossa época, optamos por empregar o conceito de universo discursivo porque não restringimos nossas considerações a um campo específico – recorte que fundamentará as reflexões apresentadas na terceira e quarta partes da tese. Além disso, como suposto lógico e espaço maior de concretização da interdiscursividade, o universo discursivo comporta aqueles fenômenos discursivos com os quais o analista do discurso, a partir de sua experiência como sujeito histórico e social, estabelece os primeiros contatos, antes mesmo de estabelecer cortes metodologicamente úteis, como o do campo discursivo; assim, optamos, nesta parte do trabalho, por perfazer esse percurso epistemológico.

Como nos lembra Michel Foucault, práticas discursivas podem originar figuras epistemológicas e mesmo ciências constituídas, da mesma forma que formações discursivas específicas comportam modos específicos de conhecer e de cientificidade. Tudo isso se conecta no que o autor denominou como *episteme*:

Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repetição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estarem defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mais distintas. A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2008a, p. 217).

Quando referimo-nos neste capítulo às rearticulações epistemológicas que conferem centralidade ao conceito de identidade nas ciências sociais, em movimentos políticos e no debate público midiaticizado em geral, não esperamos mapear rupturas da mesma magnitude daquelas identificadas por Michel Foucault em *As palavras e as coisas*, ou seja, rupturas em *nível arqueológico*, capazes de fazer emergir uma nova *episteme*. De fato, foge aos nossos propósitos e ao que se seria viável dentro das dimensões desta tese desenvolver uma análise arqueológica, aos moldes daquela traçada por Foucault, com foco na contemporaneidade, embora reconheçamos a pertinência e relevância que poderia ter um estudo desse tipo.

Ainda assim, como exercício reflexivo, não deixa de ser interessante retomar sua arqueologia das ciências humanas – que buscou evidenciar o longo processo que levou à emergência do Homem como categoria de conhecimento no pensamento ocidental – de modo a situar as rearticulações que aqui focalizamos, relacionadas ao estatuto da identidade e sua ligação com a representação, como processos que participam de um desenvolvimento e desdobramento internos – e inerentes – ao que Foucault (2000) denomina como *episteme moderna*. À diferença da era clássica, é na *episteme moderna*, cuja origem remonta à virada do século XVIII para o século XIX, que Foucault localiza o enraizamento do pensamento na história e a possibilidade de conformação de novos objetos, como a própria linguagem.

Nesse sentido, podemos assumir que a classificação em *epistemes* desenvolvida por Foucault, dada a singularidade do método arqueológico de que é fruto, possui maior fôlego e abrangência do que as terminologias “modernidade” e “pós-modernidade” como são empregadas no debate público e mesmo nas ciências sociais. Isso porque algumas categorias emergentes na contemporaneidade, ou no contexto que se costuma chamar “pós-

modernidade”, parecem ser, como dissemos, decorrentes do próprio desenvolvimento de reflexões realizadas no âmbito da episteme moderna de Foucault. Por outro lado, não podemos deixar de sugerir que algumas reflexões teóricas em torno do conceito de *gênero*, sobretudo em suas vertentes mais radicais, como as desenvolvidas no âmbito de um pensamento decolonial, podem representar, senão rupturas, ao menos *tensionamentos* em relação aos fundamentos arqueológicos da episteme moderna descrita por Foucault².

Não obstante, ainda que nosso enfoque seja obviamente mais modesto daquele desenvolvido por Foucault (2000) em sua proposta de construir uma arqueologia das ciências humanas, não deixa de ser interessante observar as disputas e movimentações discursivas que se conformam em torno do estatuto conferido às categorias identitárias, sobretudo no que diz respeito à sua centralidade nas lutas políticas e sua imbricação, evidenciada em discussões acadêmicas e no debate público, com questões de linguagem e representação, como encarnado nas demandas por reconhecimento simbólico.

Partindo, então, dessas considerações preliminares, as próximas páginas debruçam-se sobre a ideia de que há uma paisagem político-discursiva emergente na contemporaneidade que é conformada por formações discursivas ligadas a deslocamentos epistemológicos que se traduzem em alguns componentes principais. A fim de apresentá-los, procuramos, no primeiro momento do capítulo (tópico 3.1), destacar alguns dos principais pontos de inflexão verificados na paisagem e no debate políticos das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Entendendo esses pontos de inflexão como manifestações discursivas ligadas a rearticulações na ordem dos saberes, passamos, em um segundo momento do capítulo (tópico 3.2), às implicações conceituais decorrentes da virada linguística no século XX, as quais extrapolam o debate acadêmico e alcançam o debate público midiaticizado.

Para compreender esse deslocamento, é preciso recuperar as formulações teóricas que possibilitaram lançar luz sobre a opacidade da linguagem e sua constituição ideológica, até chegarmos à assunção do estatuto político da representação. Nesse momento, consideramos também, ao lado dos impactos da virada linguística, o papel desempenhado pela chamada *virada cultural* e a consequente centralidade adquirida pela cultura nas disputas identitárias e modos de luta política próprios da contemporaneidade.

Finalmente, em um terceiro momento (tópico 3.3), passamos às implicações, próprias da discursividade política contemporânea, a respeito do *que pode* e *o que não pode ser dito*,

² No próximo capítulo, propomos uma breve discussão sobre a construção do conceito de gênero, a consolidação do campo de estudos de gênero e algumas das complexificações que marcam as abordagens teóricas em torno do conceito em questão.

sobre o que se considera *ofensa*, sobre quais formas de expressão devem ser democraticamente toleradas e quais devem ser consideradas prejudiciais à própria democracia – enfim, procuramos compreender de que modo o próprio entendimento da liberdade de expressão em democracias liberais passa por tensionamentos discursivos. Para isso, partimos da recuperação de alguns argumentos e dissensos centrais à compreensão dos contornos do debate acadêmico – e suas remodelações – sobre o tema³.

3.1. Pontos de inflexão na paisagem política

Claro está, a essa altura de nossas reflexões, que a identidade é sempre relacional e que a diferença depende de marcações simbólicas relativas a outras identidades. Como afirma Kathryn Woodward, “na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados” (WOODWARD, 2014, p. 14). A construção da identidade requer, portanto, a marcação de algumas diferenças e o obscurecimento de tantas outras – no caso do exemplo anterior, a afirmação da identidade nacional pode omitir diferenças de classe ou de gênero.

Tais considerações filiam-se a uma concepção *construcionista* sobre a identidade e nos lembram de que uma das discussões centrais sobre esse tema na contemporaneidade refere-se justamente à tensão entre “essencialismo” e “não-essencialismo”:

O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de um passado partilhado seja a “verdades” biológicas. O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual. É necessário, entretanto, reivindicar uma base biológica para a identidade sexual? A maternidade é outro exemplo no qual a identidade parece estar biologicamente fundamentada. Por outro lado, os movimentos étnicos ou religiosos ou nacionalistas frequentemente reivindicam uma cultura ou uma história comum como o fundamento de sua identidade. O essencialismo assume, assim, diferentes formas [...] (WOODWARD, 2014, p. 15).

Embora a dimensão identitária tenha sido um aspecto fundamental à articulação de lutas e movimentos políticos em diferentes realidades e em diferentes momentos históricos, a identidade tem se mostrado cada vez mais central como conceito presente em diversas “preocupações contemporâneas”, como aponta Woodward:

³ Além de constituir um objetivo pertinente ao presente capítulo, como veremos mais adiante, a circunscrição da temática da liberdade de expressão como foco de atenção é relevante tendo em vista as reflexões que temos desenvolvido em uma longa trajetória de estudos (CABRAL, 2012; CABRAL, 2015).

Na arena global, por exemplo, existem preocupações com as identidades nacionais e com as identidades étnicas; em um contexto mais “local”, existem preocupações com a identidade pessoal como, por exemplo, com as relações pessoais e com a política sexual. Há uma discussão que sugere que, nas últimas décadas, estão ocorrendo mudanças no campo da identidade – mudanças que chegam ao ponto de produzir uma “crise da identidade” (WOODWARD, 2014, p. 17).

Neste momento em que “quase todo mundo fala sobre ‘identidade’”, “‘identidade’ e ‘crise da identidade’ são palavras e ideias bastante utilizadas atualmente e parecem ser vistas por sociólogos e teóricos como características das sociedades contemporâneas ou da modernidade tardia” (WOODWARD, 2014, p. 20). Já examinamos, em capítulo anterior, algumas dimensões da discussão sobre a crise das identidades a partir, principalmente, do trabalho de Hall (2019), procurando salientar o impacto dos processos associados com a globalização, os quais produzem diferentes resultados em termos de identidade.

A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou legar ao surgimento de novas posições de identidade (WOODWARD, 2014, p. 21).

Comumente invocado em discussões sobre a “crise das identidades”, um dos aspectos da globalização que possui impactos decisivos sobre a constituição identitária é a aceleração dos fluxos migratórios internacionais, processos que adquiriram notória visibilidade nos últimos anos da década de 2010. Como explica Woodward (2014, p. 22), “a migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades”; com efeito, as novas identidades “podem ser desestabilizadas, mas também desestabilizadoras”.

Em suma, sem alongarmo-nos muito na recuperação das forças motrizes que contribuem à existência de uma “crise das identidades”, é importante sublinhar, para a reflexão que aqui propomos desenvolver, que há identidades em conflito – localizadas dentro de mudanças sociais, políticas e econômicas, para as quais contribuem – e que as identidades construídas pela cultura passam a ser contestadas, de diferentes formas, no mundo contemporâneo, marcado “pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento” (WOODWARD, 2014, p. 25).

O que é importante para nossos propósitos aqui é reconhecer que a luta e a contestação estão concentradas na construção cultural de identidades, tratando-se de um fenômeno que está ocorrendo em uma variedade de diferentes contextos. Enquanto, nos anos 70 e 80, a luta política era descrita e teorizada em termos de ideologias em conflito, *ela se caracteriza agora, mais provavelmente, pela competição e pelo conflito entre as diferentes identidades*, o que tende a

reforçar o argumento de que existe uma crise de identidade no mundo contemporâneo [grifos nossos] (WOODWARD, 2014, p. 26).

Como temos buscado evidenciar ao longo deste trabalho, a contemporaneidade é marcada por especificidades significativas em relação ao papel desempenhado pelas identidades na luta política. Destaca-se, nesse sentido, o fato de que não mais a construção da identidade apenas, mas a *problematização de identidades estabelecidas* e dos *processos de construção das identidades*, com a contestação de regimes de identidade dominantes, torna-se elemento central à articulação de movimentos sociais e políticos e converte-se em tópico frequente de discussão no espaço público midiaticizado, sobretudo nas redes sociais digitais.

Partindo do princípio de que toda prática social é simbolicamente marcada, as políticas de identidade, entendida como forma de ação política que se concentra nas lutas em torno da identidade, são encampadas pelos “novos movimentos sociais” – não mais tão “novos” assim, já que sua origem no Ocidente remonta aos anos 1960 –, que se caracterizam pela busca do “apagamento das fronteiras entre o pessoal e o político” (WOODWARD, 2014, p. 34).

As lealdades políticas tradicionais, baseadas na classe social, foram questionadas por movimentos que atravessam as divisões de classe e se dirigiram às identidades particulares de seus sustentadores. Por exemplo, o feminismo se dirigia especificamente às mulheres, o movimento dos direitos civis dos negros às pessoas negras e a política sexual às pessoas lésbicas e gays. A política de identidade era o que definia esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada. A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica (WOODWARD, 2014, p. 34-35).

É possível diferenciar, não obstante, duas formas distintas por meio das quais os movimentos sociais apelam à identidade. Como aponta Woodward (2014), por um lado, a afirmação da singularidade de um grupo traduz-se, por vezes, em concepções *essencialistas* (seja a partir de apelos a dados biológicos, seja por meio de referências a aspectos históricos); por outro lado, há movimentos sociais que recorrem a uma visão não-essencialista baseada na afirmação de que as identidades não são fixas, mas sim, fluidas, e que não se prendem a diferenças permanentes, de modo que reivindicam o direito de construir as próprias identidades e assumir a responsabilidade por elas. É nessa segunda categoria que se enquadra, por exemplo, a luta de mulheres negras pelo reconhecimento de suas pautas específicas no interior do movimento feminista, a partir da recusa de uma categoria universal de “mulher”.

Endossando a ideia de que algumas das principais contribuições da política da identidade estariam, justamente, na historicização da experiência e na ênfase na

diferenças entre grupos marginalizados, a partir de Weeks (1994 apud WOODWARD, 2014), a autora destaca duas concepções fundamentadas no caráter fixo da identidade que são questionadas por esses movimentos: primeiro, uma concepção com base em classe social e, mais especificamente, no “reducionismo de classe”, a partir de Marx, segundo a qual as identidades (inclusive de gênero e classe) poderiam ser deduzidas da posição de classe; segundo, a concepção que assume a fixidez da identidade como algo “natural” ou “biológico”.

Todas essas articulações discursivas que buscamos brevemente descrever conferem um estatuto politicamente estratégico à administração das identidades e vinculam-se à crise dos modelos modernos de ação política. Norman Fairclough (2003) descreve como, no final do século XX, a vinculação entre partidos políticos/governos e interesses específicos de classes sociais desapareceu. Os governos convertem-se, cada vez mais, em “sócios” próximos de empresários e boa parte de sua atribuição concentra-se em criar condições financeiras, de infraestrutura e recursos humanos voltadas ao sucesso da iniciativa privada no contexto altamente competitivo da economia global. Convertida em uma preocupação central, a educação transforma-se em uma forma de “governança cultural” – formação e transformação de identidades e valores⁴.

Nesse quadro, os grupos identificados como “de esquerda”, incapazes de responder ao avanço da chamada Nova Direita, no contexto do neoliberalismo, tornam-se fragmentados. Nas palavras de Fairclough, as políticas de esquerda “não se encontram mais centradas em partidos políticos e classes sociais, mas sim, orientadas para ‘questões específicas’ e políticas de reconhecimento, identidade e diferença”⁵ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 19).

Stuart Hall localiza nesse contexto marcado pela crise das apostas no socialismo e no Estado de bem-estar social a emergência das políticas de identidade (*identity policies*), nas quais o fator de mobilização reside em identidades sociais compartilhadas (como mulher, negro, *gay* etc.). Esse deslocamento reflete, segundo o autor, a expansão do fazer político da esfera pública para a esfera privada, espaço das interações sociais informais e dos cenários da vida cotidiana. Com isso, questões que, historicamente, não costumavam ser tratadas no campo da política – como vida familiar, casamento, relações sexuais – adquiriram estatuto

⁴ Embora a discussão proposta por Fairclough (2003) refira-se, principalmente, ao mundo anglo-saxão dos anos 1980 e 1990, seu diagnóstico pode ser útil para pensarmos outros contextos e realidades nacionais, guardadas as ressalvas que esse tipo de extrapolação requer. Mais especificamente, seus apontamentos sobre a administração da educação e da cultura em contextos neoliberais guardam significativas similaridades com o Brasil do início do século XXI, especialmente a partir da segunda metade dos anos 2010 e nesta virada de década, após o primeiro ano da gestão do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

⁵ Tradução nossa. No original: “[The left politics] are no longer centred upon the political parties and social classes but oriented to ‘single issues’ and to a politics of recognition, identity and difference”.

indiscutivelmente político. Se, no passado, as principais contradições da vida social sob a ótica da esquerda estavam na exploração econômica e na existência de classes sociais, o contexto contemporâneo é marcado pela proliferação dos locais de conflito social, que passam a incluir questões de gênero, raça, sexualidade etc. (HALL, 1994, p. 167).

No Brasil, a partir das transformações sociais ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, principalmente com a desmobilização dos movimentos sociais e a implementação de políticas neoliberais, ganham destaque na cena pública novas formas de mobilização, que deslocam os modos de ação política tradicionais da modernidade, a exemplo das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Mais recentemente, assiste-se também à formação de coletivos no interior de diferentes instituições, cuja atuação costuma vir atrelada a páginas e perfis em redes sociais digitais. A pesquisadora Maria da Glória Gohn (2013), em seu estudo sobre os movimentos sociais no Brasil do século XXI, destaca a constituição de grupos organizados de mulheres, ligados à defesa de direitos dos homossexuais e movimentos negros, que se voltam à afirmação identitária como forma de combate à discriminação.

3.1.1. Tópicos sensíveis no debate público: a centralidade da linguagem e da cultura

Stuart Hall (1994) e Norman Fairclough (2003) são dois dos autores que oferecem elementos para a compreensão da discursividade política que se conforma na contemporaneidade. Seus trabalhos embasam parte das reflexões apresentadas neste capítulo, escolha esta que se deve a dois fatores: em primeiro lugar, a incontestável proeminência desses pensadores em seus campos de estudo; em segundo lugar, pesam o interesse e a pertinência das filiações teóricas de ambos não apenas para o campo da Comunicação, mas, principalmente, para as discussões em torno do objeto desta pesquisa.

Enquanto um dos fundadores dos chamados Estudos Culturais, Hall é representante de uma tradição de pensamento influente nas Ciências da Comunicação, sobretudo no que concerne aos estudos de recepção, ao mesmo tempo em que tem na questão da *identidade cultural* uma das preocupações centrais de sua obra. Fairclough, por sua vez, está ligado ao campo da Linguística e é fundador da corrente conhecida como Análise Crítica do Discurso (ACD), que se pretende diferenciar da Análise do Discurso francesa pela proposta de assumir uma postura mais engajada e voltada especificamente ao desvelamento das relações de poder que marcam o acesso ao discurso e o tornam desigual; assim, são recorrentes nessa vertente estudos voltados a temas que têm questões de identidade como pano de fundo, como aqueles

em torno da construção de estereótipos, por exemplo. Em outras palavras, destacamos as análises de dois autores que, além de serem importantes estudiosos da contemporaneidade, estão também imersos e imbricados na malha discursiva que aqui analisamos.

Por isso, paralelamente ao olhar que lançamos aos dois autores enquanto teóricos de *referência*, tomamo-los, ao mesmo tempo, como *indícios* da discursividade emergente que propomos investigar. Não queremos com isso esgotar a complexidade das obras de cada um dos pensadores ou reduzir a multiplicidade de posicionamentos de seus campos de estudo a algumas poucas variáveis. Em lugar disso, o que pretendemos afirmar é que Hall e Fairclough – ou, ainda, os Estudos Culturais e a Análise Crítica do Discurso – apresentam algumas posições e conceitos-chave que participam dos deslocamentos epistemológicos fundamentais à emergência da paisagem discursiva cujo interesse, para nós, reside no deslocamento do papel atribuído às identidades e à representação para o centro da arena das lutas políticas.

Nascidos nos anos 1950, os Estudos Culturais, com as reflexões que propõem em torno de questões de gênero e raça, entendem como fundamental a participação de aspectos culturais ou identitários nas dinâmicas políticas de dominação e emancipação. Nessa disciplina, adquire papel fundamental o estudo da cultura, e a identidade passa a ser compreendida como um construto sempre em curso, um produto constantemente reelaborado e reelaborável à luz da história e das práticas culturais. Foi com esse olhar que Hall debruçou-se sobre a criação de políticas de identidade da diáspora negra. Nesse sentido, os Estudos Culturais representam uma abertura teórica à ideia de resistência política por meio de manifestações culturais, sobretudo, pela valorização das identidades subalternas.

A Análise Crítica do Discurso de Fairclough, que remonta aos anos 1980, parte de uma concepção de sujeito distinta daquela da Análise do Discurso de linha francesa. Não se trata, nessa vertente, de pensar o sujeito como atravessado (ou “assujeitado”) pelas formações ideológicas ou formações discursivas, mas sim, de uma concepção de sujeito que ora se conforma às formações ideológicas, ora contesta e reestrutura a dominação que se materializa em seu discurso, transformando as próprias práticas discursivas. Para Fairclough, o discurso é uma prática social transformadora de realidades sociais, e os teóricos da ACD preocupam-se mais com prognósticos do que com diagnósticos. À luz de uma postura de engajamento, autores dessa corrente – a exemplo, para citar outro nome, de Van Dijk – voltam-se às produções das mídias, às relações de dominação e aos interesses dos grupos oprimidos e de minorias, assumindo e defendendo, explicitamente, uma posição social/política.

A assunção de uma postura crítica nesses termos, bem como a escolha dos objetos e problemáticas de estudo, aproxima os autores da ACD do debate político contemporâneo no que diz respeito à preocupação com o acesso dos diversos grupos ao discurso a partir do papel desempenhado pelas representações sociais e ao entendimento da comunicação tecnologicamente mediada como espaço de disseminação de representações e, portanto, de cristalização/desconstrução de relações de poder. A questão que se coloca, desse modo, é a da possibilidade de “empoderamento” – para utilizar uma palavra recorrente no debate público contemporâneo – de indivíduos ou grupos por meio da contestação de estereótipos e representações hegemônicas e da afirmação de práticas discursivas contra hegemônicas. Também aqui, o critério para a identificação dos grupos oprimidos ou minoritários vai muito além do recorte econômico e busca abarcar aspectos simbólicos, culturais e identitários.

Talvez um dos “sintomas” mais evidentes dos reposicionamentos verificados na paisagem política ainda nos anos 1980 seja o surgimento e crescimento, naquela época, das polêmicas em torno do “politicamente correto”, que ganham força inicialmente no contexto anglo-saxônico. Hall (1994) associa o fenômeno, em sua ocorrência no início daquela década, ao “empoderamento”⁶ de grupos de militantes em universidades, especialmente no debate sobre questões acadêmicas, como grade curricular. A esse processo, somava-se o crescente isolamento dos grupos engajados nas pautas do “PC” perante o cenário político mais amplo. Assim, as controvérsias em torno do “politicamente correto” se tornariam emblemáticas do debate público que se conformaria no início dos anos 1990:

O que parecia mais característico da questão do PC era a forma como ele cortava a tradicional divisão esquerda/direita e separava algumas seções da esquerda de outras. De todas as formas, o PC era e permanece prototípico do tipo de questões que passaram a caracterizar a paisagem política em rápida remodelação dos anos 1990 e, portanto, vieram a ser sintomáticas de certas tendências históricas mais amplas (HALL, 1994, p. 166).⁷

Em sua proposta de situar o “politicamente correto” em um contexto político mais abrangente, Hall (1994) contesta a ideia corrente de que o “PC” seria um fenômeno essencialmente americano. Segundo ele, a hipótese de uma “americanidade” do “PC” não se sustenta porque ele constitui uma estratégia ou estilo político que se fazia presente, já no início dos anos 1980, no cenário político britânico – ainda que sem uma denominação específica, como a que lhe foi atribuída por meio da rubrica “*political correctness*”. De

⁶ No original, *empowering*.

⁷ Tradução nossa. No original: “What seemed most characteristic of the PC issue was the way it cut across the traditional left/right divide, and divided some sections of the left from others. In all these ways, PC was and remains prototypical of the kinds of issues which have come to characterise the rapidly shifting political landscape of the 1990s, and thus to be symptomatic of certain broader historical trends”.

maneira mais ampla, a pretensa “americanidade” do “politicamente correto”, segundo Hall, é reveladora de como todas as sociedades pós-industriais passavam por mudanças nos anos 1980 e 1990 e de uma conjuntura, do ponto de vista político, então vivenciada pelas democracias liberais ao redor do globo.

Em outros termos, a emergência do “politicamente correto” deveria ser vista como um reflexo da fragmentação da paisagem política, da quebra de coesão social e da recusa à integração em categorias identitárias coletivas mais amplas, como as de *classe* ou *trabalho*.

De fato, o “PC” parece ser típico daquelas sociedades em que tem havido uma erosão do partido de massa como forma política, um declínio da participação ativa em movimentos políticos de massa e um enfraquecimento na influência e poder dos “velhos” movimentos sociais da classe trabalhadora e trabalho industrial. Ele tomou posse em lugares onde a iniciativa política passou aos “novos movimentos sociais”, a qual é certamente o solo no qual o “PC” se desenvolveu. Ele reflete, assim, uma mudança sísmica na topografia política (HALL, 1994, pp. 166-167).⁸

A era do “PC”, diz Hall (1994), é marcada pela emergência das “políticas de identidade”, nas quais, segundo o autor, identidades sociais compartilhadas (como mulher, negro, gay ou lésbica) tornam-se fator de mobilização, em lugar de interesse material ou exploração de classe. Ao mesmo tempo, o “PC” é sintomático de um contexto em que a cultura invade a política (“culturing of politics”), como reflexo do impacto dos Estudos Culturais e da percepção de que nossa relação com a realidade é sempre mediada pela linguagem e que a linguagem e o discurso são centrais às operações de poder (HALL, 1994).

Esse cenário, segundo Hall (1994), possui características marcantes. Para ele, as contestações públicas cada vez mais alcançam e interpelam os espaços e dinâmicas da vida privada. Surge uma perspectiva de certo modo “nominalista”, segundo o autor, de modo que ganha força a crença de que alterações no plano linguístico – especialmente, lexical – seriam suficientes para alterar a realidade material/social. Ao mesmo tempo, ganha espaço uma perspectiva altamente individualista de política – a política como o indivíduo solitário, preparado para o combate, que testemunha, sozinho, a “Verdade”, diz Hall (1994).

Não obstante, para compreender esse contexto é preciso considerar a predominância da nova direita política nos Estados Unidos e Reino Unido dos anos 1980 e 1990⁹. Os regimes

⁸ Tradução nossa. No original: “In fact, PC seems to be typical of those societies where there has been an erosion of the mass party as a political form, a decline in active participation in mass political movements and a weakening in the influence and the power of the ‘old’ social movements of the working class and industrial labour. It has taken hold in places where the political initiative has passed to the ‘new social movements’, which is of course the soil in which PC has been nurtured. It therefore reflects a seismic shift in the political topography”.

⁹ É possível traçar paralelos com o contexto político brasileiro naquela época, fortemente marcado pela influência estadunidense, mas também com o Brasil pós-2018, marcado pela polarização dos debates, pelo

de Reagan-Bush e Thatcher tiveram participação decisiva no assentamento dos parâmetros da ação política e do debate moral, redefinindo, à luz de um discurso neoliberal, os contornos de noções publicamente partilhadas, como aquelas em torno do Estado de bem-estar social. Esses governos mostraram-se hábeis na luta ideológica, abordando publicamente questões como moralidade, sexualidade, educação etc. Nas palavras de Hall:

Eles [os governos Reagan e Thatcher] foram bem-sucedidos em formar um apelo sedutor de egoísmo, ganância e individualismo possessivo, encontrando uma espécie de aliança populista através das linhas tradicionais de classe e apresentando o postulado de que “as forças do mercado devem prevalecer” no interior do coração dos apoiadores tradicionais da esquerda. Eles exploraram os medos básicos das pessoas comuns em torno de criminalidade, raça, “alteridade”, da mudança em si (HALL, 1994, p. 169)¹⁰.

O que estava em jogo, segundo o autor, era a crise – e a pretensão de sepultamento, para a Nova Direita – de toda uma era histórica, assentada no pós-guerra e baseada na crença no Estado de bem-estar social, nas proposições keynesianas, no pleno emprego etc. No caso dos governos Reagan e Thatcher, houve a implantação de um programa de reforma fundamentado em uma concepção de ação política baseada em diversas frentes simultâneas, com estratégias de cunho (anti)intelectual, moral, cultural e filosófico, ao lado de uma proposta propriamente econômica. Não obstante o autor aborde apenas o mundo anglo-saxônico, a Nova Direita não é um fenômeno exclusivo desses países e, guardadas as idiossincrasias próprias de cada realidade nacional, fez-se presente, conservando muitos dos traços identificados por Hall, no debate em diversos países do mundo Ocidental.

É interessante notar, como assinala Hall (1994), que, paradoxalmente, embora os apoiadores do “politicamente correto” e a Nova Direita representassem forças adversárias, ambos compartilhavam um mesmo entendimento fundamental sobre o jogo político. Para ambos os lados, a disputa política se dá principalmente no terreno de questões morais ou culturais – o que distanciaria o debate contemporâneo das concepções modernas de “política”. Esse traço, identificado por Hall, parece integrar a subjetividade política que emerge na contemporaneidade e está intimamente ligado à centralidade que questões identitárias, entendidas em uma perspectiva cultural, assumem no debate político.

avanço de políticas neoliberais e pela abordagem pública, pelos governos e outros agentes políticos, de questões ligadas à moralidade, à sexualidade e à educação como espaço privilegiado à disputa ideológica.

¹⁰ Tradução nossa. No original, “They successfully fashioned a seductive appeal to selfishness, greed and possessive individualism, striking a sort of populist alliance across the lines of traditional class alignments and introducing the gospel that ‘market forces must prevail’ into the very heart of the left’s traditional support. They exploited ordinary people’s basic fear of crime, race, ‘otherness’, of change itself”.

Também a propósito do “politicamente correto”, Fairclough (2003) reforça e complementa a análise de Hall. Para o teórico da Análise Crítica do Discurso, as polêmicas em torno do “PC” revelam o engajamento em políticas ligadas a representações, valores e identidades. Nessa perspectiva, podemos entender as polêmicas sobre o “politicamente correto” como sintomas de um contexto político mais amplo: elas lançam luz sobre a dimensão política de todo discurso e evidenciam um entendimento segundo o qual a mudança cultural é vista como estratégia de mudança social. Como pano de fundo a essas posições, está o entendimento de cultura como “sistema significante”, composto pela articulação de representações, valores e identidades¹¹.

Para Fairclough (2003), as discussões em torno do “PC” participam de um contexto de crescente visibilidade de políticas voltadas à obtenção de transformação social por meio de modificações sobre a cultura e a linguagem. Assim como Hall (1994), o teórico da ACD entende o contexto político contemporâneo como marcado pela fragmentação da esquerda, que se torna incapaz de oferecer uma proposta contra hegemônica às intervenções discursivas buscadas pelo neoliberalismo.

Como ressalta o autor, não se pode esquecer que o engajamento em políticas de linguagem não é exclusividade da esquerda. Há uma vasta série de intervenções culturais engajadas em modificar representações, valores e identidades (algumas, inclusive, por meio de intervenções diretas sobre as palavras) que permeiam a vida social contemporânea. Essas intervenções atravessam práticas econômicas (com o surgimento de novos glossários para descrever novas formas de trabalho, bem como as novas subjetividades que correspondem a essas formas, por exemplo) e práticas políticas, aparecendo também na mediação da política pelos meios de comunicação (FAIRCLOUGH, 2003).

¹¹ Diante desse complexo cenário, Fairclough (2003) acredita que há uma conexão dialética entre as práticas e a representação das práticas: uma forma específica da vida social corresponde a um arranjo de práticas sociais, que incluem aspectos da cultura e da linguagem. As práticas, nesse sentido, são conformadas pelas representações, as quais, por sua vez, também refletem algo das práticas, em processos de internalização dialética. Apoiando-se nas teorias de “construtivismo social”, o autor defende que, por meio da modificação dos discursos, pode-se chegar a mudanças em outros elementos das práticas sociais – não se trata, porém, de uma empreitada fácil. Há resistências às transformações, advindas das rigidezes das estruturas sociais e dos *habitus*. Por isso, para que as políticas de cultura e linguagem tenham alguma chance de sucesso, Fairclough acredita que seria preciso que elas trabalhassem de modo integrado com políticas voltadas à modificação de estruturas e do *habitus*, ou seja, atuassem como “política hegemônica”.

3.2. Condições de possibilidade: o estatuto político da representação

Sabemos que toda disputa política comporta uma disputa semântica. Essa premissa – discutida exaustivamente em trabalhos que se dedicam a analisar as escolhas lexicais de coberturas jornalísticas, como nas muito debatidas ocasiões em que as mídias optam, por exemplo, pela palavra “invasão” em lugar de “ocupação” (ou vice-versa) para referir-se a determinadas práticas sócio-políticas – não é novidade para pesquisadoras da Comunicação, das Ciências Sociais ou da Linguística.

Em uma perspectiva histórica, podemos também retomar os apontamentos de Robert Darnton, que analisa como, após a Revolução Francesa, 1400 nomes de ruas que continham referências a um rei, a uma rainha ou a um santo foram substituídos por denominações mais afeitas à atmosfera republicana. A Place Luis XV, por exemplo, tornou-se Place de La Révolution, Notre Dame tornou-se o templo da Razão e Montmartre passou a se chamar Mont Marat. Mas esses não foram casos isolados na França do século XVIII: três dezenas de cidades foram rebatizadas com o nome de Marat – “trinta entre as seis mil que tentavam apagar o passado mudando de nome” (DARNTON, 2010, p. 25).

São muitos os episódios, em diferentes épocas, que evidenciam o fato de embates ou processos de mudança políticos costumarem ser acompanhados por negociações travadas no plano simbólico. As últimas décadas, não obstante, foram marcadas pela emergência de novas configurações epistemológicas e discursivas relacionadas ao modo como se percebem as imbricações entre linguagem e poder. Segundo essa perspectiva, o plano simbólico – ou discursivo – representa hoje não mais um elemento acessório ou complementar do fazer político, mas um componente fundamental às suas estratégias e disputas. É nesse sentido que podemos dizer que a representação é desde sempre política, mas se torna particularmente politizada (e politizável) na contemporaneidade.

Partimos, nesta reflexão, do entendimento de que a comunicação é lugar do comum – como o define Muniz Sodré (2014) –, do vínculo fundante do sujeito, ou seja, de uma dimensão política, em sentido amplo, a qual, embora abarque a atividade das mídias e da esfera da comunicação tecnologicamente mediada, vai além destas. Quando falamos em comunicação, estamos no terreno da constituição do comum, articulado pelo domínio discursivo, que abarca “desde o laço intersubjetivo inerente à coesão comunitária até as relações sociais regidas pela mídia” (BARBOSA, 2015, p. 270).

Podemos pensar, jogando com as palavras, que um importante componente político da comunicação reside no fato de ela promover uma “partilha do representável”¹², ligada às possibilidades de “dar a ver”, por meio do discurso, em suas diferentes formas de codificação. Seguindo a trilha de Rancière (2009), a *partilha* é entendida aqui como participação e divisão: pergunta-se, nesse sentido, de quais relações simbólicas e imaginárias os indivíduos são convidados a participar e, ao mesmo tempo, como é distribuído o poder de determinar o que se deve representar. Visibilidade, nessa perspectiva, diz respeito à possibilidade de reconhecimento nos discursos sociais. Regimes discursivos determinam quem pode tomar parte no comum e quem pode ser representado nesse comum. Representar é um ato político.

Associada à ação política, a transformação de *ruído* em *fala* encontra potencial de realização na comunicação, inclusive no terreno das mídias, em que se pode dar voz a diferentes grupos sociais a partir de sua representação nos discursos produzidos. A representação, nesse sentido, não é entendida meramente como premissa conceitual da atividade linguageira, mas como forma de intervir no sistema de enunciabilidade – conforme o conceito foucaultiano de arquivo¹³ – de um tempo e lugar.

Como aponta Pierre Bourdieu, o campo de produção simbólica é parte da luta entre as classes, e a classe dominante busca legitimar sua dominação por meio da própria produção simbólica. Nesse percurso intelectual, surge como fundamental o conceito de *violência simbólica*, aquela “que é exercida sobre um agente social com sua cumplicidade” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.167). Trata-se da imposição de categorias de pensamento, percepção e apreciação sobre agentes sociais dominados, que passam a entender a ordem social como legítima. Por isso, dar voz a grupos marginalizados e promover sua representação nos discursos sociais significa pensar uma redistribuição do poder simbólico.

Em outro registro teórico, se consideramos a capilaridade do poder e o atrelamento deste às práticas discursivas, devemos lembrar as palavras de Foucault, para quem a linguagem e o discurso constituem mais do que somente elementos legitimadores de estratégias políticas: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2015, p. 85).

¹² Aqui, propomos um jogo de palavras a partir das ideias de Jacques Rancière em *A partilha do sensível* (2009).

¹³ Segundo Foucault: “O arquivo é, de início, a lei do que poder ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade” (FOUCAULT, 2012, p. 158, grifos do autor).

Seguindo a trilha de Foucault, o discurso é objeto de luta, em maior ou menor medida, em todas as sociedades. No contexto contemporâneo, entre as rearticulações que transformam os modos de conhecer, a produção de discursos e as possibilidades de ação política, a linguagem e a representação adquirem o estatuto de elementos estratégicos no interior das disputas políticas que se travam na ordem do discurso. Nas últimas décadas, esse reconhecimento tornou-se elemento constitutivo de discursos circulantes que compõem o debate público, transbordando os limites da discussão acadêmica.

Hoje, nos países ocidentais, os agentes engajados no jogo de forças do campo político – marcado pela entrada de novas vozes na esfera pública, novos modos de associativismo e a crise das instituições e processos políticos tradicionais – não só reconhecem o caráter fundamental da dimensão simbólica às lutas políticas, como alçam esse reconhecimento a papel de destaque no debate público, convertendo-o, com frequência, em base e fundamento para solicitações encaminhadas à esfera pública. Os debates em torno do chamado “politicamente correto”, que citamos há algumas páginas, são exemplo desse processo.

A centralidade atribuída à representação traduz-se ora na problematização de representações correntes, ora na reafirmação de representações já estabelecidas. Retomando o pensamento de Hall (1994), essa preocupação sobre o papel das palavras na propagação de ideologias e preconceitos que emerge no mundo ocidental no final do século XX só pode constituir-se como tal devido ao deslocamento, ao menos três décadas antes, do foco da filosofia e de outras humanidades para a linguagem, com a chamada “virada linguística”.

Responsável por uma profunda ruptura epistemológica, esse processo está ligado a uma ampla rearticulação de discursos no Ocidente, a qual possibilitou o direcionamento de um olhar para a linguagem como central à organização da vida social. Com esse gesto, que caracteriza a virada linguística na filosofia, a linguagem deixa de ser vista como transparente e passa a ser entendida como agente estruturador da realidade – tese apropriada, com diferentes graus de simplificação ou complexidade, por políticas identitárias e linguísticas que ganham visibilidade no debate público.

À virada linguística, corresponde uma revolução na forma como entendemos a relação entre a “realidade” ou os objetos do mundo e as palavras que utilizamos para descrevê-los. Fundamentalmente, essa revolução trouxe à tona a ideia de que o significado emerge não das coisas em si, mas sim, a partir dos sistemas de classificação que utilizamos para classificá-los. A produção do sentido e nossa percepção do mundo surgem, portanto, dos *jogos da*

linguagem – expressão empregada por Wittgenstein, um dos filósofos responsáveis por desencadear as rearticulações no conhecimento de que tratamos aqui.

Ao mesmo tempo, às mudanças representadas pela virada linguística na academia, correspondem mudanças na vida social. Afirma Norman Fairclough: “A ‘virada cultural’ e a ‘virada linguística’ são, antes de mais nada, ‘viradas’ na própria vida social, e apenas em segundo lugar viradas na filosofia e teoria social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 19)¹⁴. O autor localiza indicadores dessa mudança no papel desempenhado pelas indústrias culturais, com seus vínculos cada vez maiores com outros domínios da prática social (economia, política, vida familiar etc.). Embora as indústrias culturais correspondam a uma atividade econômica – como, aliás, todas as outras indústrias –, elas se diferenciam por sua especialização enquanto sistemas significantes (segundo a terminologia de Raymond Williams), de modo que as representações, valores e identidades por elas produzidos e postos em circulação influenciam decisivamente outros domínios da vida social.

Outro indicativo apontado por Fairclough (2003) diz respeito ao fato de que os domínios da cultura e do discurso são cada vez mais expressivos, do ponto de vista econômico, para a produção e o consumo. Isso se deve não apenas ao fato de que bens sejam agora consumidos primeiro não por seu valor de uso, mas por seu valor cultural ou simbólico, mas também porque as economias se tornam cada vez mais informacionais e os aspectos relativos à vivência ou formação cultural dos trabalhadores são cada vez mais decisivos do ponto de vista do *business*. Em todos esses casos, o que temos são indicativos empíricos de que a questão da identidade se converte, nas últimas décadas do século XX, em uma preocupação central da vida social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 19).

Considerando esse cenário, buscamos, nas próximas páginas, discutir os deslocamentos epistemológicos ligados à virada linguística que estão na base das rearticulações discursivas sobre o papel da linguagem e da representação que emergem em diversos espaços do universo discursivo na contemporaneidade.

3.2.1. Representar como “apresentar” o mundo

Como primeiro deslocamento epistemológico ligado à virada linguística, destacamos o entendimento de que nosso relacionamento com a realidade e a vida social é sempre mediado pela linguagem e se dá dentro dela, e que a linguagem e o discurso são fundamentais às

¹⁴ Tradução nossa. No original, “The ‘cultural turn’ and the ‘language turn’ are first of all ‘turns’ in social life itself, and only secondarily turns in philosophy and social theory”.

operações de poder. Em outras palavras, as coisas só se tornam objeto de luta política porque se assume que elas são *representadas* (HALL, 1994).

Como sintetiza Hall (2014), dentre uma vasta gama de teorias sobre a linguagem, é possível destacar três principais correntes: *reflexiva*, *intencional* e *construtivista*. Segundo o primeiro enfoque, o sentido é entendido como imanente ao mundo real, de modo que a linguagem apenas o refletiria. Também chamada de “mimética” – vale lembrar a concepção dos gregos antigos sobre a linguagem e a arte como *mimesis* da natureza –, a abordagem reflexiva comporta hoje muitas críticas, sobretudo por não dar conta da diversidade de códigos existentes entre as várias culturas (o que remete ao caráter arbitrário do signo) e dos casos em que a linguagem refere-se a conceitos fantasiosos ou mesmo assumidamente fictícios (HALL, 2014).

Uma segunda abordagem é aquela que entende o autor como fonte última do sentido; dessa forma, ele imporia sua perspectiva individual pela linguagem. Denominada por Hall como “intencional”, essa abordagem também comporta muitas falhas. Isso porque, embora saibamos que o autor de todo ato de fala busque comunicar seu ponto de vista e até mesmo produzir efeitos de persuasão sobre seu interlocutor, não é possível desconsiderar que a linguagem só possibilita a comunicação porque se baseia em códigos partilhados socialmente: “nossos sentidos particularmente intencionados, ainda que pessoais, têm que *entrar nas regras, códigos e convenções da linguagem para serem compartilhados e entendidos*” [grifos do autor] (HALL, 2014, p. 48). Em outras palavras, a abordagem intencional levaria ao equívoco de sustentar que cada um se expressa por linguagens inteiramente particulares.

Já uma terceira abordagem é aquela que reconhece o caráter público e social da linguagem. Denominada como “construtivista”, essa perspectiva é a que possui impacto mais significativo nos estudos culturais e discursivos em anos recentes. Enquanto uma das marcas da virada linguística, essa percepção defende que os significados não são fixados pelos objetos do mundo e, tampouco, pelos usuários individualizados da linguagem: “As coisas não *significam*: nós *construímos* sentido, usando sistemas representacionais – conceitos e signos” (HALL, 2014, p. 48, grifos do autor).

Disso decorre que, embora não se possa negar a existência do mundo material, não devemos confundi-lo com as práticas e processos simbólicos por meio dos quais a representação, o sentido e a linguagem operam. Estes não constituem “duplos” dos objetos do mundo, pois não é o mundo material que transmite sentido, mas sim, os diversos sistemas representacionais de uma cultura, atualizados pelos atores sociais que deles fazem uso em sua

empreitada de tornar o mundo compreensível e comunicar sobre ele, de modo inteligível, para outros indivíduos (HALL, 2014, p. 49).

[...] a representação envolve fazer sentido ao forjar ligações entre três diferentes ordens de coisas: o que nós devemos chamar amplamente de mundo das coisas, pessoas, eventos e experiências; o mundo conceitual, os conceitos mentais que carregamos em nossas cabeças; e os signos, arranjados nas linguagens, que “respondem por” esses conceitos ou os comunicam (HALL, 2014, p. 109).

À perspectiva construtivista, vinculam-se, direta ou indiretamente, as abordagens sobre linguagem que, destacando sua *opacidade* nos processos de representação, surgiram no bojo da virada linguística do século XX ou foram reabilitadas e ganharam prestígio nesse contexto (no segundo caso, podemos citar o pensamento desenvolvido pelo Círculo de Bakhtin, ao qual voltaremos a seguir). A partir desses pressupostos teóricos e diante da fluidez dos sistemas de referência que testemunhamos hoje e do alcance dos discursos postos em circulação pelas mídias, as representações têm sua importância e papel maximizados em diversos setores da vida social, sobretudo naqueles baseados em práticas discursivas.

3.2.2. Linguagem e ideologia

Se *representar* é, na verdade, *apresentar* o mundo, com o trabalho de construção de seus contornos aí implicados; se, portanto, o ato de representar implica em realização do poder, em sentido amplo; se esse estatuto político parece emergir, cada vez mais, como elemento central às disputas e debates que ascendem à esfera pública, torna-se evidente a existência de recortes de mundo embutidos nas operações de linguagem. Chegamos, neste ponto, ao segundo deslocamento epistemológico relacionado à virada linguística que gostaríamos de destacar: a emergência da relação entre linguagem e ideologia nos estudos de linguagem e discurso.

Assumindo uma linha cronológica, devemos remontar, inicialmente, ao trabalho do Círculo de Bakhtin. Em especial, destacamos a discussão proposta em *Marxismo e filosofia da linguagem*, obra publicada entre 1929 e 1930 e hoje atribuída a Volochinov, que busca refletir criticamente sobre a produção discursiva no interior da formação econômica e social capitalista e discute as proposições da Linguística de tradição saussuriana e do subjetivismo individualista. Recusando filiar-se às duas vertentes, o autor fundamenta sua análise na instância social e ideológica da formação do discurso, propondo um método marxista de

estudo da enunciação. Dessa forma, os signos compõem um universo particular, paralelo ao da realidade material, embora reflitam algo de uma outra realidade.

Volochinov localiza no signo ideológico um duplo processo de reflexão e refração da realidade, pois, ao mesmo tempo em que é reflexo de algo do mundo, ele também constitui fragmento material do mundo. Como aponta Gomes, no ponto em que uma língua reflete, ela é repetição sobre campos já dimensionados ou circunscritos em uma cultura. Nesse ponto, ela amarra as significações como efeito da reincidência. No ponto em que refrata, ela opera como uma espécie de tradução/conversão que incorpora novos vetores e faz irradiar a significação para outros espaços não contemplados pelos campos (GOMES; CABRAL, 2013).

Segundo essa perspectiva, a produção simbólica é sempre ideológica, pois tudo o que é ideológico remete a um significado situado fora de si mesmo. Sem signos, não há ideologia. É assim que objetos comuns podem revestir-se de ideologia se transformados em signos, como ocorre com objetos do cotidiano transformados em símbolos políticos ou religiosos.

Todo signo é ideológico [...] O signo e a situação social estão indissoluvelmente ligados [...] A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações da vida social. Para ele, a palavra veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia (YAGUELLO, 1988, p. 16).

Para Volochinov, há uma correspondência entre signo e ideologia, pois a última não existe senão encarnada no primeiro. O autor critica, por exemplo, o idealismo e o psicologismo que entendem a ideologia como prévia à linguagem, situando-a na consciência, já que a compreensão só pode manifestar-se por meio do discurso interior e a própria consciência só pode surgir e materializar-se mediante sua encarnação em linguagem.

Além disso, propõe a existência de uma vinculação entre palavra e situação social. Isso porque a palavra, por ser sempre ideológica, acompanha todos os atos de compreensão e interpretação da vida humana. A própria enunciação é de natureza social. Os enunciadores selecionam as palavras a partir de um “estoque social” de signos disponíveis, de modo que a própria utilização dos signos em situações concretas é determinada pelas relações sociais.

A partir da perspectiva marxista de luta de classes, Volochinov entende a palavra como elemento mediador dos diferentes interesses e forças sociais dentro de uma mesma comunidade linguística, pois membros das diferentes classes sociais utilizam a mesma língua. Assim, o signo ideológico comporta valores contraditórios, convertendo-se na grande arena de embates. Para Volochinov, portanto, as lutas sociais mantêm o signo – caracterizado por uma dialética interna que vem à luz em momentos de crise social – vivo e dinâmico.

Passando a outro registro teórico e a um contexto histórico bastante diverso, a relação entre linguagem e ideologia foi explorada também por aquele que é o fundador da Análise do Discurso em sua vertente francesa: Michel Pêcheux. Essa corrente teórica nasce com a proposta de colocar em relação a língua – a princípio, objeto de estudo da Linguística – e a sociedade – em termos históricos, considerando relações de força e dominação ideológica.

[...] Análise de Discurso aparece nos anos sessenta, sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo ainda pouco criticado na linguística, e triunfante por ser “generalizado”, isto é, exportado para as outras ciências humanas (por exemplo por Levi-Strauss ou Barthes), ou inspirador de reflexões mesmo quando não se declara explicitamente (por exemplo por Lacan, Foucault, Althusser ou Derrida); a linguística pode ainda ser chamada de ciência-piloto das ciências humanas (GADET, 1990, p. 8).

Componente fundamental dos deslocamentos epistemológicos decorrentes da chamada *virada linguística*, que marcou o pensamento ocidental no século XX, a própria emergência da Análise do Discurso é representativa da centralidade que a linguagem adquire nas reflexões filosóficas. Daí a imbricação entre as dimensões linguística e política, pois a Análise do Discurso nasce justamente da aposta em uma forma de intervenção política, associada à realização de uma crítica ideológica apoiada em uma “arma científica”, que se pretendia mais objetiva do que o exercício das Ciências Humanas até então (GADET, 1990, p. 8).

Com sua obra *Análise automática do discurso*, de 1969, que colocava em questão a prática isolada das Ciências Humanas à época, Pêcheux propôs entender o “discurso” como novo objeto de estudo. Nesse texto, ele chama a atenção para a necessidade de se colocar as disciplinas – em especial, a História, a Psicanálise e a Linguística – em confronto, de modo a gerar um espaço de compreensão (*entremeio*), no qual se pudesse propor a reflexão discursiva. Para isso, Pêcheux se apoia na releitura do materialismo histórico de Marx por Louis Althusser, que traz à tona a questão da ideologia, do assujeitamento e dos aparelhos ideológicos, e a Psicanálise, com o conceito de inconsciente e o descentramento do sujeito, a partir da leitura de Freud por Jacques Lacan.

Para Pêcheux, o estado das ciências sociais no final dos anos 1960 era ainda “pré-científico”, razão pela qual ele apostava na necessidade de se conferir a elas um instrumento capaz de representar uma contrapartida ao que enxergava como uma abertura teórica no campo. Era preciso, então, constituir um instrumento adequado a uma análise do discurso. Esse instrumento, para que fosse verdadeiramente científico e eficiente, não poderia ser concebido independentemente de uma teoria que o incluísse e, tampouco, poderia ser simplesmente “emprestado” de outro campo de conhecimento sem ser “reinventado”. Por isso, o autor rejeitava as meras aplicações da análise linguística à análise de textos. Enquanto

filósofo fascinado pelas máquinas, Pêcheux via em uma análise “automática” o caminho para renovar a crítica filosófica das ciências sociais. Mas o instrumento por ele concebido nessa proposta analítica pretendia-se radicalmente diverso dos instrumentos utilizados pelas ciências sociais, os quais, para o autor, deveriam ser criticados pela mesma razão que as ciências sociais em si mesmas: sua ligação com o político (HENRY, 1990).

Em seu primeiro texto, publicado três anos antes de *Análise automática do discurso*, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux critica a concepção de prática científica enquanto “continuidade” das práticas técnicas. Essa vinculação, que decorre da ausência de autonomia dos campos de conhecimento, é problemática na medida em que impede que a ciência vá além das ideologias pré-científicas. Em sentido mais amplo, o autor defendia que a epistemologia e a filosofia do conhecimento empiricista não conseguiam superar plenamente sua vinculação com a divisão do trabalho entre trabalhadores e não trabalhadores em uma sociedade dividida em classes. O que permite essa vinculação é a ideologia, descrita como um processo de “dupla-face” no segundo texto de Pêcheux, assinado ainda como Thomas Herbert, de 1968.

Por um lado, a ideologia permite que conceitos técnicos operatórios, cuja função primeira remonta aos processos de trabalho, sejam destacados e recombinaos em processos originais. Por outro, a ideologia produz e mantém as diferenças requeridas pelo funcionamento das relações de produção em uma sociedade dividida em classes, fazendo com que os agentes da produção reconheçam seu lugar nas relações sociais (HENRY, 1990). Para Pêcheux, as ciências sociais constituíam continuidades das ideologias que se desenvolveram em contato com a prática política:

Elas [as ciências sociais] consistem, em seu estado atual, ele acrescenta, na aplicação de uma técnica a uma ideologia das relações sociais tendo em vista a adaptação ou a “re-adaptação” das relações sociais a prática social global, considerada como uma invariante do sistema. Mas Pêcheux acrescenta ainda algo concernente à prática política que, enfim, nos faz retornar à análise do discurso. Ele diz que o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social (HENRY, 1990).

Debruçando-se sobre as ciências sociais Pêcheux, vislumbra uma vinculação entre prática política e ideologia, cujo instrumento seria o discurso. O autor recusa a concepção de linguagem enquanto instrumento de comunicação e de significados que existiriam previamente ou “prontos” no mundo. Para ele, a compreensão da linguagem como mero instrumento de *informação* ou *comunicação* é, por si mesma, ideológica, já que possui como objetivo justamente mascarar a ligação do discurso com a prática política, como que

colocando as ciências sociais enquanto prolongamento das ciências naturais. Sintetizando, é por meio do discurso que a ideologia opera, de modo velado, no sentido de apagar as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção.

É por isso que o autor escolhe justamente o discurso e análise do discurso como os espaços em que é preciso intervir teoricamente, por meio de uma teoria do discurso e de um dispositivo ou instrumento experimental, a fim de provocar uma ruptura no campo epistemológico das ciências sociais.

Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social. Ele afirmava, no momento da publicação de *A análise automática do discurso*, que ali se encontrava seu objetivo profissional principal (HENRY, 1990).

Obviamente, a trajetória de Pêcheux não se deu sem embates internos e reformulações de seu pensamento, decorrentes de rearticulações que delinearam os debates teóricos e políticos diante de crises que atingiram as reflexões em torno das relações entre linguagem e ideologia. Como aponta Gregolin, a fase iniciada com a publicação da *Análise automática do discurso* corresponde à primeira época de Pêcheux. Naquele momento, o autor trazia uma proposta teórico-metodológica a partir de sua releitura de Saussure – entendendo a língua, em sua sistematicidade, como base dos processos discursivos – e da retomada das teses althusserianas sobre os aparelhos ideológicos e o assujeitamento, que propunham um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. A metodologia proposta, por sua vez, visava a “colocar em evidência traços do processo discursivo, a fim de determinar os enunciados de base produzidos pela ‘máquina discursiva’” (GREGOLIN, 2006, p. 61).

Não obstante, como o próprio Pêcheux, mais tarde, reconheceria, o princípio metodológico de sua “análise automática” privilegiava a busca das repetições, das paráfrases, de enunciados que, por se repetirem, seriam identificáveis em sua “positividade”. Daí decorrem as reformulações buscadas em um segundo momento, quando Pêcheux volta-se à heterogeneidade e à reinterpretação do conceito de formação discursiva de Foucault. Nessa fase, o autor refina a análise das relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito a partir da teoria dos “dois esquecimentos”: no primeiro esquecimento, sob ação da interpelação ideológica, o sujeito pensa que é “dono” de seu discurso, apagando os elementos que remetem à sua exterioridade; no segundo esquecimento, o sujeito toma o seu dizer como “evidência”, acreditando que aquilo que formula possui apenas um sentido e será compreendido, de modo unívoco, por seu interlocutor.

É dessa época a publicação daquela que talvez seja a obra mais importante de Pêcheux: *Semântica e discurso*, de 1975. Ao propor uma “teoria materialista do discurso”, Pêcheux aponta que os processos discursivos se desenvolvem sobre a base linguística, mas, ao mesmo tempo, inscrevem-se em relações ideológicas de classe. A discussão proposta pelo autor leva à crítica da ilusão da transparência da linguagem e da evidência do sentido, a qual não passa de uma artimanha da ideologia para mascarar o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2009).

O autor também retoma a tese da interpelação ideológica de Althusser, explorando a relação entre formação discursiva e formação ideológica. Segundo ele, as formações discursivas, que interpelam os indivíduos em sujeitos-falantes, representam a materialização, na linguagem, de formações ideológicas a que correspondem. Como sublinha Gregolin, nessa segunda fase, que se estende até 1979, Pêcheux acentua o papel da luta ideológica de classe na produção dos sentidos. Não por acaso, nesse momento, ocorrem as maiores tensões entre Pêcheux e Foucault, que coincidem com uma crise teórica e política que transcorria no campo da Análise do Discurso na França. Mais tarde, em uma terceira fase de sua obra, de 1980 a 1983, em um contexto de crise das esquerdas francesas, Pêcheux encontra-se com a Nova História e aproxima-se das teses foucaultianas (GREGOLIN, 2006, p. 64).

Espraiando-se a partir de Pêcheux, o campo da Análise do Discurso, como se sabe, tem nos conceitos de ideologia e formação ideológica noções-chave. Nas palavras de Helena Hathsue Nagamine Brandão,

O discurso é um dos lugares em que a ideologia se manifesta, isto é, toma forma material, se torna concreta por meio da língua. Daí a importância de outro elemento fundamental com que a Análise do Discurso trabalha, o de formação ideológica. O discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente (BRANDÃO, s./d., p. 6)

A definição mais corrente ou consagrada de formação ideológica na Análise do Discurso, segundo Brandão, remete a um “conjunto de atitudes e representações ou imagens que os falantes têm sobre si mesmos e sobre o interlocutor e o assunto em pauta” (BRANDÃO, s./d., p. 6). Essas representações estão relacionadas com a posição social de onde se fala e inscrevem-se em relações de poder. Para a autora, uma formação ideológica – como, por exemplo, a formação ideológica capitalista ou a formação ideológica colonialista – pode compreender diversas formações discursivas, em relação de aliança ou polêmica. Nesse sentido, as formações discursivas, remetendo sempre a formações ideológicas, determinam o

que pode ser dito, por que falantes, de que modos e em quais circunstâncias. Vemos, portanto, uma vez mais, emergir a relação entre discurso, ideologia e poder.

3.2.3. Virada cultural

Entre as rearticulações epistemológicas relacionadas às rearticulações discursivas que focalizamos neste trabalho, destaca-se também a crescente *centralidade* assumida pela cultura¹⁵ no mundo ocidental. A fim de compreender essa afirmação de modo mais consistente, resgatamos as considerações de Stuart Hall¹⁶, que aponta a existência de um processo de expansão de tudo o que tem relação com a cultura na segunda metade do século XX. Por conseguinte, a cultura ganha importância constitutiva em todas as áreas da vida social e adquire poder analítico e explicativo na teoria social.

[...] no seu sentido epistemológico, a centralidade da cultura repousa nas mudanças de paradigma que a “virada cultural” provocou no interior das disciplinas tradicionais, no peso explicativo que o conceito de cultura carrega, e no seu papel constitutivo ao invés de dependente, na análise social. Um aspecto disto é a expansão da “cultura” a um espectro mais amplo, mais abrangente de instituições e práticas (HALL, 1997, p. 32).

Hall lembra, nesse sentido, que as ciências humanas e sociais há muito tempo reconhecem a importância da cultura, mas nem sempre lhe atribuíram o mesmo peso:

Nas humanidades, o estudo das linguagens, a literatura, as artes, as idéias filosóficas, os sistemas de crença morais e religiosos, constituíram o conteúdo fundamental, embora a idéia de que tudo isso compusesse um conjunto diferenciado de significados – uma cultura – não foi uma idéia tão comum como poderíamos supor. Nas ciências sociais, em particular na sociologia, o que se considera diferenciador da “ação social” – como um comportamento que é distinto daquele que é parte da programação genética, biológica ou instintiva – é que ela requer e é relevante para o significado. Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação (HALL, 1997, p. 16).

¹⁵ Tomamos o conceito de *cultura*, aqui, no sentido comumente empregado nos Estudos Culturais, isto é, enquanto conjunto de “significados compartilhados”. Segundo essa concepção, como aponta Hall: “Argumenta-se que a cultura não é tanto um conjunto de *coisas* – romances e pinturas ou programas de TV e histórias em quadrinhos –, mas sim um conjunto de práticas. Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos – o ‘compartilhamento de significados’ – entre os membros de um grupo ou sociedade” [grifos do autor] (HALL, 2014, p. 20).

¹⁶ Ver *Centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time* – quinto capítulo do livro *Media and Cultural Regulation*, organizado por Kenneth Thompson, em 1997.

As transformações na importância atribuída à cultura, explica o autor, residem na percepção de aspectos substantivos – o lugar da cultura nas estruturas empíricas e na organização das atividades, instituições e relações na sociedade – e de aspectos epistemológicos – a posição da cultura em termos de conceitualização, isto é, sua influência sobre modelos teóricos e nossa compreensão de mundo.

Em relação aos aspectos substantivos, como assinala o autor, “o domínio constituído pelas atividades, instituições e práticas culturais expandiu-se para além do conhecido” (HALL, 1997, p. 17) durante o século XX. Os meios de produção, circulação e troca cultural, por exemplo, têm vivido grande expansão graças ao desenvolvimento das tecnologias de informação. Na “sociedade moderna tardia” – expressão utilizada por Hall (1997) –, a cultura assume importância inigualável ao desenvolvimento do meio ambiente global, influenciando, inclusive, a disposição de recursos econômicos e materiais.

A velha distinção que o marxismo clássico fazia entre a “base” econômica e a “superestrutura” ideológica é de difícil sustentação nas atuais circunstâncias em que a mídia é, ao mesmo tempo, uma parte crítica na infra-estrutura material das sociedades modernas, e, também, um dos principais meios de circulação das idéias e imagens vigentes nestas sociedades (HALL, 1997, p.17).

Em uma sociedade marcada pela constituição de um mercado único de valores e créditos, o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria-prima e marketing de produtos e ideias depende de circuitos globais de trocas econômicas sustentadas pelas mídias. As tecnologias da comunicação impactam também nossa percepção de mundo – e o fazem de maneira *democrática*, isto é, atingindo enormes contingentes humanos. As mídias promovem uma síntese do tempo e do espaço, encurtam a velocidade com as imagens veiculadas e diminuem as distâncias para obtenção de bens. Encurtam-se a taxa de realização de lucros e os intervalos entre os tempos de abertura das diferentes bolsas de valores ao redor do mundo (HALL, 1997).

É especialmente em relação ao enredamento em uma mesma teia de sociedades com realidades profundamente diversas, diz Hall “que as revoluções da cultura em nível global causam impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações para o futuro – sobre a ‘cultura’ num sentido mais local” (HALL, 1997, p. 18). Segundo o autor, tais mudanças têm provocado rápidas transformações sociais, mas, também, “sérios deslocamentos culturais” – dentre os quais, a subordinação da identidade local a um sentido de global e a homogeneização cultural – embora as consequências desses processos não sejam sempre uniformes e, tampouco, fáceis de serem previstas. Nas palavras

de Hall, “a cultura global necessita da ‘diferença’ para prosperar – mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial”, de modo que, mais provável do que o surgimento de uma única cultura global e homogênea, é a constituição de “novas identificações locais” e “novas identificações globais” (HALL, 1997, p. 19).

Surgem, ao mesmo tempo, reações às mudanças culturais globais, muitas das quais “negativas”, traduzidas em uma postura de “fechamento”. Hall cita, por exemplo, o fundamentalismo cristão nos Estados Unidos e o fundamentalismo islâmico no Oriente Médio, o renascimento de nacionalismos étnicos na Europa Central e Oriental, a xenofobia contra imigrantes e refugiados e o nacionalismo cultural em forma de reafirmação de valores de herança e tradição – fenômenos que, no final desta segunda década do século XXI, parecem tão ou talvez mais evidentes do que o eram quando escreveu o autor. Não obstante a diversidade de casos, estamos diante, em geral, do que Hall descreveu como “reações culturais conservadoras” que fazem parte de um “retrocesso causado pela disseminação da diversidade efetuada pelas forças da globalização cultural” (HALL, 1997, p. 20).

É considerando esse contexto que Hall faz uma observação que esclarece, de maneira sintética, a influência que a centralidade assumida pela cultura exerce sobre as configurações emergentes da paisagem política contemporânea

Queiramos ou não, aproveamos ou não, as novas forças e relações postas em movimento por esse processo estão tornando menos nítidos muitos dos padrões e das tradições do passado. Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma “política cultural” (HALL, 1997, p. 20).

Ainda em relação aos aspectos substantivos que se vinculam à centralidade assumida pela cultura, Hall (1997) destaca a emergência de transformações na vida local e cotidiana. Segundo o autor, há uma verdadeira revolução cultural em aspectos microcósmicos da vida das pessoas envolvendo o declínio do trabalho na indústria e a emergência de outras formas de ocupação – com em especial ênfase para a famigerada “flexibilidade no emprego” –; mudanças na constituição das famílias – tamanho e número de filhos, por exemplo, além de modificações nos padrões de diferença entre as gerações e na autoridade parental, assim como o surgimento de novos arranjos familiares –; o envelhecimento da população e os desafios sobre a manutenção da vida, em termos financeiros, bem como a questão dos cuidados na terceira idade; a expansão de valores consumistas; etc.

Estes são apenas alguns dos deslocamentos das culturas do cotidiano. Mas há também mudanças e transformações na vida local e no cotidiano que foram precipitadas pela cultura. O ritmo da mudança é bastante diferente nas diferentes localidades geográficas. Mas são raros os lugares que estão fora do alcance destas forças culturais que desorganizam e causam deslocamentos. Pensemos na variedade de significados e mensagens sociais que permeiam os nossos universos mentais; tornou-se bastante acessível obter-se informação acerca de – nossas imagens de – outros povos, outros mundos, outros modos de vida, diferentes dos nossos; a transformação do universo visual do meio urbano – tanto da cidade pós-colonial (Kingston, Bombaim, Kuala Lumpur) quanto da metrópole do ocidente – através da imagem veiculada pela mídia; o bombardeio dos aspectos mais rotineiros de nosso cotidiano por meio de mensagens, ordens, convites e sedução; a extensão das capacidades humanas, especialmente nas regiões desenvolvidas ou mais “ricas” do mundo, e as coisas práticas – comprar, olhar, gastar, poupar, escolher, socializar – realizadas à distância, “virtualmente”, através das novas tecnologias culturais do estilo de vida *soft* [grifo do autor] (HALL, 1997, p. 22).

A expressão “centralidade da cultura”, portanto, representa a penetração da cultura em todas as dimensões da vida social contemporânea, produzindo uma *mediação* de tudo:

A cultura está presente nas vozes e imagens incorpóreas que nos interpelam das telas, nos postos de gasolina. Ela é um elemento-chave no modo como o meio ambiente doméstico é atrelado, pelo consumo, às tendências e modas mundiais. É trazida para dentro de nossos lares através dos esportes e das revistas esportivas, que freqüentemente vendem uma imagem de íntima associação ao “lugar” e ao local através da cultura do futebol contemporâneo. Elas mostram uma curiosa nostalgia em relação a uma “comunidade imaginada”, na verdade, uma nostalgia das culturas vividas de importantes “locais” que foram profundamente transformadas, senão totalmente destruídas, pela mudança econômica e pelo declínio industrial (HALL, 1997, p. 22).

Nesse sentido, a cultura aprofunda-se nos processos de construção da identidade, pois os sujeitos são interpelados pelos apelos da publicidade e da comunicação a realizarem práticas de consumo como forma de moldarem suas imagens; eles também estão sujeitos a instrumentos de vigilância, como as câmeras de segurança dos *shoppings*, as pesquisas sobre consumo e cartão de crédito e, mais recentemente, os dados fornecidos nos acessos à internet. Em suma, “tem ocorrido um processo de sofisticação e intensificação dos meios de regulação e vigilância: o que alguns têm denominado ‘o governo pela cultura’” (HALL, 1997, p. 23).

A cultura torna-se, nesse cenário, um fator decisivo à constituição da vida interior dos indivíduos, ou seja, à constituição da subjetividade, da identidade e da “pessoa como um ato social” (HALL, 1997, p. 24). Segundo Hall, toda a nossa percepção acerca do processo de construção das identidades precisou ser reconstruída à luz de nosso interesse pela cultura e da centralidade assumida pela cultura. Nesse sentido, ele defende que se torna cada mais vez desafiador manter a divisão tradicional entre o social e o psíquico, ou seja, entre o “exterior” e o “interior”, quando consideramos o papel da cultura.

Mais adiante, procuraremos discutir o conceito de “política de identidade”; no momento, porém, cabe resgatar uma citação de Hall que ilustra a relação entre a centralidade assumida pela cultura e a constituição das subjetividades:

Até recentemente, isto [a constituição da identidade] era visto como uma separação convencional entre as disciplinas da sociologia e da psicologia, embora se tivesse sempre admitido que todo modelo sociológico carregava dentro de si certas pressuposições psicológicas acerca da natureza do sujeito individual e da própria formação do “eu” – e vice-versa. Entretanto, de uma forma significativa, esta linha divisória tem sido enfraquecida e abalada pelas questões da “cultura”. Até os mais céticos têm se obrigado a reconhecer que os significados são subjetivamente válidos e, ao mesmo tempo, estão objetivamente presentes no mundo contemporâneo – em nossas ações, instituições, rituais e práticas. A ênfase na linguagem e no significado tem tido o efeito de tornar indistinta, senão de dissolver, a fronteira entre as duas esferas, do social e do psíquico (HALL, 1997, p. 24).

Passemos, agora, aos aspectos epistemológicos ligados à centralidade da cultura. Como vimos, foi a revolução conceitual voltada à ampliação da importância concedida à cultura nas ciências humanas e sociais vivida desde as últimas décadas do século XX que gerou a mudança de paradigma conhecida como “virada cultural”. Mas é preciso lembrar que essa transformação teve início como uma mudança de atitude em relação à linguagem, ou seja, “um interesse na linguagem como um termo geral para as práticas de representação, sendo dada à linguagem uma posição privilegiada na construção e circulação do significado” (HALL, 1997, p. 28).

Por tudo isso, a virada cultural e a virada linguística constituem fenômenos epistemológicos intimamente interligados:

A “virada cultural” está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas. O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (HALL, 1997, p. 29).

O que a virada cultural faz, em síntese, é ampliar a compreensão acerca da linguagem herdada da virada linguística para a vida social como um todo. Nessa perspectiva, os processos econômicos e sociais dependem do significado a eles atribuído e possuem consequências em nossas formas de viver que dependem de nossas identidades; assim, também devem ser considerados como *práticas culturais* ou *discursivas*.

Trata-se de uma perspectiva inovadora, mas que, para Hall (1997), não deve ser vista de maneira “apocalíptica” ou exagerada, como se representasse uma “ruptura total”. Isso

porque sempre existiram perspectivas, mesmo na sociologia dos anos 1950 e 1960, que privilegiaram questões ligadas ao plano do significado. Portanto, a virada cultural deve ser compreendida como uma reconfiguração que associa elementos sempre presentes na tradição sociológica a novos elementos: o grande deslocamento está no foco que atualmente se atribui à linguagem e à cultura como área substantiva, e não apenas mais como uma área que simplesmente servia de integração para o restante do sistema social (HALL, 1997).

Ao lado dos impactos gerados pelas revoluções culturais, no final do século XX, sobre as sociedades globais e a vida cotidiana, há mais um fator que evidencia a expressiva importância adquirida pela cultura na contemporaneidade: seu impacto em relação à “vida interior”, tópico que remete à “centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p. 23). Esse dado, que vem sendo trazido à luz nas discussões acadêmicas e políticas impactadas pela virada cultural, está ligado à percepção acerca da conexão entre a constituição das identidades e os processos de representação/identificação. Nas palavras de Hall:

[...] a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles [...] O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (HALL, 1997, p. 26).

São as posições de sujeito construídas no interior dos discursos de nacionalidade, gênero, raça, classe social etc. que dão origem à identidade. Em outras palavras, as identidades se constituem no interior das fronteiras que marcam as diferenças – lugares, como aponta Hall (1997), de potenciais contestações dos sentidos, isto é, de políticas de identidade. Quando estamos diante de possibilidades binárias de representação – homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, imagens alternativas de nacionalidade etc. –, os indivíduos podem não se sentir perfeitamente “representados”, e algo relacionado a “quem eles são” *escapa*, permanece de *fora*. Em certas condições, essa “sobra” se torna objeto de reivindicação/constituição de uma definição alternativa, um terceiro conjunto de representações, o que pode levar à contestação da autoridade cultural das representações já apresentadas e ao surgimento de um foco diferente de identificação – ou seja, uma nova “política de identidade” (HALL, 1997).

É nesse sentido que se pode considerar a visibilidade e a centralidade adquiridas no debate público por disputas em torno de representações e padrões identitários como decorrência – e, dialeticamente, como motor – das rearticulações epistemológicas ligadas à virada cultural, no contexto da virada linguística. A malha discursiva donde brotam essas disputas – às quais Hall (1997) refere-se como “políticas de identidade” – constitui objeto de nosso interesse nesta pesquisa. Se estamos diante de uma problemática que nasce do estatuto – percebido, reivindicado, contestado – das representações em uma cultura, parece-nos coerente considerar que, no limite, trata-se de um tensionamento entre os discursos de base que sustentam um ou outro regime representacional, bem como as verdades construídas em torno do que se entende por *político* e *não-político*.

3.3. Argumentos reposicionados: o debate sobre liberdade de expressão

Na esteira dos deslocamentos discursivos e epistemológicos que temos buscado discutir, a percepção da liberdade de expressão e os argumentos em torno desse princípio também passam por rearticulações. Na representação que as mídias constroem do espaço público, pode-se observar a existência de disputas e deslocamentos entre as posições que procuram definir quais formas de expressão são aceitáveis e quais devem ser protegidas, como definir os limites entre uso legítimo do direito à livre expressão e formas de expressão que ferem outros direitos fundamentais, o que é ofensa e como defini-la etc. Tópicos como o discurso de ódio e a discriminação de grupos historicamente marginalizados, sobretudo por motivos de raça, gênero e sexualidade, assim como a existência de choques entre direitos fundamentais – como a liberdade de expressão e o direito à dignidade humana, por exemplo –, também se tornam correntes nos debates sobre liberdade de expressão.

Propomos, diante desse cenário, abordar a rearticulação dos discursos sobre liberdade de expressão a partir da recuperação de reposicionamentos de argumentos presentes tanto em debates jurídico-políticos quanto na discussão teórico-conceitual sobre esse princípio. Apoiamo-nos, para isso, em uma revisão das ponderações apresentadas por Eric Barendt (2007) e Anshuman Mondal (2014), autores que nos interessam na medida em que se dedicam a recuperar argumentos em disputa no debate sobre liberdade de expressão. Enquanto a leitura de Barendt favorece a compreensão, desde perspectivas filosóficas que atravessam o campo jurídico, dos conflitos em curso na contemporaneidade entre liberdade de expressão e outros direitos democráticos, bem como as posições em jogo nesse tipo de ponderação, Mondal

fornece contribuições importantes ao entendimento das formações discursivas que entram em disputa no debate sobre liberdade de expressão e das problemáticas que emergem nesse contexto à luz do multiculturalismo e das questões da diversidade e da identidade.

O escritor sulafricano J. M. Coetzee, em um conjunto de ensaios que tratam da censura nas últimas décadas do século XX, defende uma ideia que pode ser interessante para pensarmos o quadro aqui em discussão. Segundo o autor, a atualidade é marcada pelo fim do consenso liberal sobre liberdade de expressão. Coetzee afirma que, até os anos 1980, a opinião de que tanto melhor seria quanto menos restrições fossem aplicadas à expressão humana era compartilhada, em linhas gerais, pelos intelectuais da época. Hoje, já não se pode mais formular tal suposição: “Há renomados intelectuais que defendem sanções legais e institucionais contra publicações e filmes do mesmo tipo daqueles que, na África do Sul do passado, pretendia-se qualificar como ‘indesejáveis’ e que agora, em geral, são denominados como ‘ofensivos’” (COETZEE, 2008, p. 23).

Essa percepção de Coetzee, ainda que careça de precisão científica, é sintomática de discursos que circulam no debate público contemporâneo sobre liberdade de expressão. Mais do que isso, a partir da consideração do escritor, fica evidente a pertinência de se apontar os limites da concepção liberal sobre liberdade de expressão, bem como assinalar a existência de rearticulações discursivas que reposicionam os argumentos em torno desse princípio. A esses objetivos, dedicam-se as próximas páginas.

Em relação à existência de rearticulações discursivas, destacamos dois aspectos centrais à compreensão do debate público contemporâneo sobre liberdade de expressão: 1) a colocação em evidência de problemáticas outras para além da resistência às diversas formas de censura estatal que marcaram o século XX, como a defesa da dignidade e da diversidade, o combate à marginalização de minorias sociais e a representatividade dos diversos grupos em instituições públicas e no campo midiático; e 2) a emergência da categoria de *ofensa* – correlata da ideia de *discurso de ódio* – a circunscrever as manifestações discursivas que ferem indivíduos ou grupos em sua dignidade, com ênfase em recortes identitários.

3.3.1. Os limites de concepções correntes em democracias liberais

A discussão apresentada pelo professor de Media Law na University College London Eric Barendt, na obra *Freedom of Speech*, é representativa de uma série de impasses da

compreensão liberal sobre liberdade de expressão. É por isso que, para o autor, a liberdade de expressão configura um verdadeiro “quebra-cabeça liberal” (BARENDT, 2007, p. 3).

É preciso iniciar essa discussão lembrando que as constituições dos países ocidentais tendem a proteger a liberdade de expressão como uma das liberdades fundamentais contra supressão ou regulação estatal. Isso significa que os governos precisam produzir argumentos fortes para justificar restrições no exercício da liberdade de expressão. De modo correlato, filósofos políticos defendem um princípio de livre expressão protegido por um grau maior de imunidade diante de possibilidade de regulação do que outras formas de conduta que causem agressão ou ofensa similares. Não obstante, filósofos e advogados discordam com frequência sobre as justificativas para um princípio de livre expressão ou sobre se há boas razões para tratar a liberdade de expressão como portadora de um grau *especial* de imunidade.

O debate público em democracias liberais, por outro lado, costuma limitar-se às discussões em torno do escopo da liberdade de expressão, deixando de lado a questão sobre se a liberdade de expressão deve ser plenamente protegida. Vemos emergir, nesse sentido, conflitos entre direitos (como, por exemplo, entre violação da privacidade e regulação da publicidade midiática) com o envolvimento do Judiciário. Em circunstâncias assim, ao menos na Europa e Estados Unidos, Barendt (2007) aponta que os tribunais tendem a priorizar a proteção da liberdade de expressão. Se, por um lado, as leis determinam que não haja restrição à livre expressão, a exemplo da Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos, resta aos tribunais o papel de decidir o que constitui liberdade de expressão e mesmo se leis locais/estaduais que protegem os direitos da privacidade podem ser invocadas contra a mídia sem ferir os princípios constitucionais.

Em parte devido à complexidade dessas resoluções, o autor defende que as constituições devam ser vistas como encampando conceitos morais e políticos, e não concepções específicas. As cortes devem considerar o que pode ser entendido, em um julgamento, do conceito expresso no texto, refletindo sobre as razões morais das disposições.

Nessa abordagem, uma constituição pode refletir comprometimento a um conceito geral de liberdade de expressão, mas os entendimentos ou concepções particulares dessa liberdade são melhor elucidados pelo exame das razões morais e políticas que justificam sua proteção e pela apreciação do seu significado na Constituição como um todo (BARENDT, 2007, p. 3)¹⁷.

Isso significa que, para um julgamento adequado, é preciso considerar a historicidade dos conceitos e sua inserção na estrutura geral das constituições. No caso da proteção da

¹⁷ Tradução nossa.

liberdade de expressão na maioria das constituições modernas, por exemplo, é mais provável que ela esteja ligada com a ideia de permitir a todos os cidadãos um direito igual de participar do debate público do que com os argumentos de Mill sobre a verdade. Por isso, a interpretação constitucional pode ser vista como um processo sutil no qual argumentos abstratos de princípio se misturam com fatores históricos, institucionais e legais.

Por conta disso, Barendt (2007) destaca que argumentos da teoria política são frequentemente centrais à disposição em casos de liberdade de expressão. Eles são especialmente relevantes quando tribunais determinam o conteúdo da *expressão* e o alcance da *liberdade*, como em casos em que é preciso decidir se a liberdade de expressão implica também na proteção de discurso de ódio ou se a defesa da dignidade humana justifica a proibição desse tipo de expressão. As respostas para questões desse tipo, segundo o autor, não estão nos textos das constituições, mas devem ser obtidas com base nos argumentos morais e políticos subjacentes à relação estabelecida pelo texto com a liberdade de expressão¹⁸.

O autor apresenta, então, quatro argumentos comumente utilizados, nas democracias liberais ocidentais, para justificar um *princípio de livre expressão*, ou seja, um princípio sob o qual a fala, o discurso ou a expressão tem direito a proteção especial perante regulação ou supressão, constituindo um princípio político independente, distinguível de reivindicações libertárias genéricas. A justificação desse princípio permite argumentar que a livre expressão deve ser protegida de formas de regulação governamental porque a comunicação ou expressão possui valores ou qualidades reconhecidamente “especiais”.

Esse princípio, portanto, só é coerente se a expressão puder ser distinguida de outras áreas da atividade ou conduta humana. Por isso, mesmo quando comparada a outras formas de conduta que produzem formas de ofensa/agressão, entende-se que a liberdade de expressão deve ser mais protegida. Para os defensores de um princípio de livre expressão, este deve ser restringido apenas em casos específicos, como nas situações em que a expressão provavelmente levaria à iminência de violência – e, mesmo assim, o governo deve apresentar argumentos fortes para sustentar tal interferência.

¹⁸ Cabe assinalar, a esse respeito, a existência de diferenças profundas entre as estruturas jurídicas dos países, e especialmente as diferenças existentes entre o Brasil (baseado em um sistema de *civil law*) e outros países citados por Barendt (2007), como os Estados Unidos (que possuem um sistema de *common law*). Por isso, não queremos sugerir que as considerações do autor possam ser simplesmente transpostas ao caso brasileiro, mecanicamente. Elas devem ser tomadas em seu sentido geral, principalmente a partir da recuperação proposta pelo autor dos principais argumentos em disputa no mundo ocidental sobre liberdade de expressão. Tomados como tipos ideais, esses posicionamentos pode ajudar a esclarecer e ser relacionados a aspectos mais amplos dos discursos contemporâneos sobre liberdade de expressão, inclusive no Brasil.

De acordo com esse argumento, seguindo a tradição herdada do pensamento de John Stuart Mill, um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, entende-se que, se restrições à liberdade de expressão forem toleradas, a sociedade impedirá a averiguação e publicação de fatos precisos e opiniões de valor. Em uma visão baseada em Mill, é justamente pelo confronto de ideias contrárias e pela exposição de ideias falsas que uma opinião/ideia verdadeira pode se mostrar como tal. Em outros termos, trata-se da hipótese do *livre mercado de ideias*: a verdade emergirá a partir de um livre comércio de ideias ou da competição intelectual (BARENDT, 2007).

Muitos problemas podem ser apontados na construção desse primeiro argumento, segundo o autor. Isso porque essa perspectiva leva a uma supervalorização da discussão intelectual a longo prazo. Além disso, o argumento traz a ideia implícita de que a liberdade de discussão necessariamente leva à descoberta da verdade ou à tomada de melhores decisões, individual e coletivamente; embora essa ideia possa ser válida em alguns ambientes, ela não se aplica a todos os cenários, como mostram casos históricos, a exemplo da ascensão do nazismo. Para Barendt (2007), a liberdade de expressão é necessária, ainda que não suficiente, para a emergência da verdade. Além disso, a proposição de Mill não se adéqua à defesa da liberdade de expressão para formas de expressão em relação às quais não se coloca a questão da verdade, tais como propaganda, pornografia etc. Por fim, não se pode considerar que todas as formas de manifestação no mercado de ideias se dão com base na racionalidade.

O segundo argumento citado por Barendt (2007) diz respeito à crença na livre expressão como forma de autorrealização. De acordo com essa perspectiva, deve ser assegurado um direito individual à liberdade de expressão, ainda que seu exercício possa ser hostil ao bem-estar da sociedade. Nesse sentido, a liberdade de expressão é entendida como um bem *em si* ou como um caminho para o melhor desenvolvimento individual. Do ponto de vista filosófico, porém, seria razoável perguntar por que a liberdade de expressão é particularmente importante para a auto-realização pessoal.

Para o autor, é difícil identificar, nessa argumentação, o que define a liberdade de expressão como algo especial entre outras faculdades ou direitos humanos. Isso porque, dentre outras razões, a livre expressão é geralmente entendida como uma liberdade contra o Estado, isto é, como uma *liberdade negativa*, que é mais propícia a gerar interpretação judicial do que direitos positivos. Além disso, o argumento da liberdade de expressão baseado em uma ideia de autorrealização – ou seja, com base em princípios de dignidade/igualdade – é

posto em cheque quando certas formas de expressão, como o discurso de ódio, ofendem justamente esses princípios – ou seja, a dignidade humana e o direito à igualdade.

O terceiro argumento descrito por Barendt (2007) invoca a importância da participação cidadã na democracia. Nas palavras do autor, “esta é provavelmente a mais compreensível, e certamente a mais elegante, teoria sobre a livre expressão nas democracias ocidentais modernas” (BARENDT, 2007, p. 18)¹⁹. Apesar disso, o autor aponta uma série de pontos problemáticos desse argumento. Em primeiro lugar, trata-se de um entendimento da livre expressão relacionado à necessidade de expor os cidadãos a uma grande variedade de visões e fornecer-lhes informação, a fim de fazer os governos prestarem conta de seus atos; ou seja, uma cláusula de livre expressão baseada nesse argumento protegeria apenas a expressão política. Além disso, jamais cobriria conteúdos que desafiassem a existência dos governos e instituições democráticos. Ainda assim, os sistemas legais liberais, na prática, protegem formas de expressão não políticas, embora críticas ao governo e seus representantes acabem gozando de maior grau de proteção do que a expressão comercial.

Além disso, em suas formas mais simples, o argumento com base na democracia possui caráter nitidamente utilitário. Nessa concepção, uma repercussão problemática desse argumento reside na possibilidade de fornecer embasamento para os governos decidirem proteger os valores da democracia pela supressão de certas formas de expressão. Esse aspecto, segundo o autor, é o ponto central da fraqueza da forma simplista desse argumento: “Se a manutenção da democracia é o fundamento para a livre expressão, como alguém poderia argumentar contra a regulação ou mesmo a supressão de certas expressões por uma democracia que atue através de seus representantes eleitos?” (BARENDT, 2007, p. 19)²⁰.

O principal problema estaria, portanto, em um entendimento de democracia que passa pela ideia de “maioria”. Barendt (2007) defende, então, uma concepção alternativa de democracia, mais complexa: para ele, o direito de grupos minoritários de participarem do debate público não pode ser sufocado pelos poderes de uma maioria eleita: “Seria errado a maioria suprimir o direito das minorias de expressarem seu dissenso” (BARENDT, 2007, p. 19)²¹. Assim, mesmo ataques difamatórios a autoridades públicas e discursos extremistas, por exemplo, os quais desafiam a legitimidade das instituições estabelecidas, deveriam ser tolerados, pois o Estado não é livre para determinar os contornos do debate público.

¹⁹ Tradução nossa.

²⁰ Tradução nossa.

²¹ Tradução nossa.

O quarto e último argumento diz respeito à suspeição do governo. Segundo essa teoria, “há razões particularmente fortes para se ter desconfiança do governo nesse contexto; trata-se de um argumento negativo no qual se destacam os malefícios da regulação, mais do que os benefícios da livre expressão” (BARENDT, 2007, p. 21)²². Nesse argumento, costumam-se destacar as investidas autoritárias por parte de governos e outras autoridades em suprimir a livre expressão, assim como a dificuldade em se traçar uma linha divisória entre o que deve ser adequadamente regulado e as formas de expressão que devem ser toleradas em uma sociedade liberal. Está em jogo também a ideia de que o governo apresenta interesse natural em conter a circulação de ideias subversivas ou que desafiem seu poder, o que pode fazer com que ele aplique leis que proíbam conteúdos extremistas, como discurso de ódio e pornografia, para conter críticas e manifestações que de algum modo subvertam a ordem estabelecida. Em suma, trata-se de um argumento baseado em uma desconfiança na capacidade dos governos de fazer distinções adequadas.

Apesar de se tratar de um argumento muito difundido, pelo menos dois questionamentos podem ser colocados, segundo Barendt (2007). O primeiro, segundo o autor, indaga se o governo deve ser menos confiável nessa área do que, por exemplo, na regulação da atividade econômica; ou seja, uma teoria puramente negativa não mostra por que a livre expressão seria especial e não fornece argumentos para explicar por que certas formas de conteúdo devem ser protegidas. Em lugar disso, é preciso haver uma teoria que forneça condições para que os tribunais, legisladores e comentaristas possam distinguir quais formas de expressão devem ser cobertas pelo princípio da liberdade de expressão. Já o segundo questionamento, mais frequente na Europa, indaga se há motivos para se desconfiar mais da regulação estatal do que de outras formas de regulação, provenientes de outros órgãos da sociedade, como igrejas, empresas e conglomerados midiáticos.

Como se vê, o autor busca evidenciar os principais pontos problemáticos dos argumentos mais consagrados em defesa da liberdade de expressão como um princípio autônomo em democracias liberais. Com base nisso, ele defende a importância de se construírem propostas de justificação para a defesa da liberdade de expressão que busquem complexificar as posições liberais mais recorrentes no debate público. Nesse sentido, o autor é representativo de uma tendência observável no debate público segundo a qual se defendem visões *alternativas* de democracia, as quais se pretendem mais inclusivas, pluralistas ou representativas da diversidade de cada sociedade.

²² Tradução nossa.

3.3.2. Perspectivas alternativas: pluralismo e dignidade, multiculturalismo e diferença

Os argumentos em defesa da liberdade de expressão apontam, como nos lembra Barendt (2007), explícita ou implicitamente, uma vinculação entre esse princípio e os direitos de se produzir e receber ideias e informações. Os interesses dos vários agentes envolvidos – tanto na instância de produção, quanto na recepção de conteúdos – recebem proteção, de modo que o Estado não pode suprimir a expressão ou comunicação, ainda que tal restrição pudesse atender aos anseios de um grande número de membros de uma sociedade.

Muitos debatedores, não obstante, propõem uma mudança de foco e enfatizam a necessidade de se construir uma justificação mais complexa sobre liberdade de expressão, segundo a qual ela “deve ser protegida porque é um bem público, e não porque os indivíduos a valorizam ou têm forte interesse no seu exercício” (BARENDT, 2007, p. 30)²³. Essa perspectiva se baseia na defesa de um princípio de *pluralismo* – em outros termos, a liberdade de expressão é importante e deve ser valorizada porque valida diferentes estilos de vida, que podem até ser conflituosos entre si, mas devem tolerar-se – e em um princípio de *tolerância* – já que o que está em jogo é a aceitação de diferentes formas de vida. Nesse sentido, a liberdade de expressar determinado estilo de vida é de importância crucial ao bem-estar das pessoas que adotam esse estilo. É por isso que, para Barendt (2007, p. 31), “a liberdade de expressão estabelece e representa uma cultura pública de aceitação e tolerância”²⁴.

Esse argumento remete às conexões entre liberdade de expressão e outros valores, que ajudam a justificá-la (BARENDT, 2007). Nesse ponto, cabe levantar dois tópicos em relação aos quais as conexões entre livre expressão e outros valores constitucionais criam problemas para filósofos e tribunais: a questão da diversidade e a articulação entre dignidade e igualdade, o que remete às recorrentes polêmicas em torno do discurso de ódio. Destacar a visão de Barendt (2007) acerca desses dois tópicos é relevante na medida em que a perspectiva traçada pelo autor é representativa de uma importante rearticulação discursiva, à luz dos direitos humanos, de uma posição – historicamente predominante no discurso liberal sobre liberdade de expressão – que entende os direitos como *excludentes*. Em lugar dessa visão, os argumentos que valorizam a diversidade e a dignidade defendem que a liberdade de expressão

²³ Tradução nossa.

²⁴ Tradução nossa.

pode ser limitada a fim de preservar seus valores subjacentes, o que significaria não *menos* liberdade, mas sim, *mais* liberdade de expressão²⁵.

As palavras de Barendt são significativas dessa concepção (2007, p. 34):

A liberdade de expressão reflete e reforça o pluralismo, assegurando que diferentes tipos de vida sejam validados e promovendo a autoestima daqueles que seguem estilos de vida específicos [...] A partir de uma perspectiva alternativa, a liberdade de expressão não apenas confere direitos, mas também reflete os valores pluralísticos de diversidade e variedade. Liberdade de expressão de fato se vincula à ausência de censura, mas também significa um debate público verdadeiramente consistente (BARENDT, 2007, p. 35).²⁶

A afirmação se fundamenta na comparação entre a liberdade de expressão e outros bens públicos, como artes e educação: para garantir um elevado padrão de consumo de artes, por exemplo, não bastaria não impedir as pessoas de irem a exposições e museus. A diferença de posicionamento e justificação estaria em pensar a liberdade de expressão apenas como interesses e direitos individuais, segundo o argumento consagrado na tradição liberal, ou entendê-la como um bem ou valor público em uma sociedade pluralística, segundo uma perspectiva que prioriza os direitos coletivos ou sociais²⁷.

Em relação à problemática do discurso de ódio, é evidente a presença de ao menos dois argumentos em disputa: por um lado, temos os que combatem discurso de ódio como forma de proteger os direitos à igualdade e dignidade de membros dos grupos ofendidos; por outro lado, estão os autores de discurso de ódio e seus defensores, que sustentam que restrições a esse tipo de manifestação infringiriam os seus próprios direitos a serem tratados com igual respeito e consideração, já que, se suas contribuições ao discurso público fossem suprimidas, sua autoestima seria prejudicada, uma vez que praticar discurso de ódio seria parte de seu estilo de vida. Por outro lado, ainda, os governos se veem no meio de polêmicas nas quais devem assumir um lado. Nesse sentido, críticos de leis que tipificam o discurso de ódio apontam que os governos poderiam abusar de seus poderes para proibir expressões

²⁵ Obviamente, esse ideal encontra limites em contextos, como o brasileiro, marcados por elevada concentração midiática e nos quais a mídia hegemônica é controlada por indivíduos particulares ou empresas que negam a membros de minorias a oportunidade de expressarem suas visões, se comunicarem com outras pessoas que compartilham do mesmo estilo de vida ou persuadirem outros a adotarem suas opções. Esse argumento fundamenta propostas de regulação das mídias como um caminho para a democratização da sociedade. Barendt (2007) defende que deve haver regulação, baseada em leis, como em diversos países europeus que já adotaram medidas para assegurar o exercício do pluralismo, em contraponto aos Estados Unidos, que resistem a medidas desse tipo sob o argumento de que interfeririam em direitos individuais.

²⁶ Tradução nossa.

²⁷ É interessante observar que Barendt (2007) não representa uma ruptura radical à visão liberal de liberdade de expressão, embora procure problematizá-la e apresentar seus limites: para ele, o governo de fato pode fazer muito sem interferir no direito individual à livre expressão; a internet, por sua vez, parece ter enfraquecido as reivindicações de regulação midiática, já que ela abre mais espaço a minorias e indivíduos; e até o mercado pode, em alguns casos, como na Inglaterra, promover diversidade.

extremistas e acabar proibindo, por exemplo, discursos impopulares ou que desafiassem os políticos. Além disso, esse tipo de lei poderia ter um “efeito inibidor”, em relação aos quais os tribunais tendem a manter aversão (BARENDT, 2007)²⁸.

Para além de apontar impasses que levantam questionamentos complexos cuja discussão, embora interessante, foge aos objetivos deste trabalho, interessa-nos recuperar as ideias apresentadas por Barendt (2007) na medida em que sistematizam os argumentos que representam pontos de crise do pensamento liberal sobre liberdade de expressão. Em especial, é importante evidenciar o posicionamento segundo o qual dignidade e igualdade – não obstante sua complexidade e dificuldade em definir seu alcance geral e seu peso em limitar o exercício da liberdade de expressão – constituem valores que não podem ser ignorados, sobretudo quando reconhecidos pelas constituições. Esse argumento, corrente no debate contemporâneo, possui pontos de contato fundamentais com a discursividade política que emerge na contemporaneidade, como a valorização da diversidade e do pluralismo, e não raro aparece em discussões centradas em recortes identitários.

Ao mesmo tempo, há ainda outros posicionamentos “alternativos” à concepção liberal sobre liberdade de expressão, muitos deles inclusive mais radicais, que podem ser citados. É o que evidencia a discussão proposta por Anshuman Mondal, pensador britânico de origem indiana e autor de livro *Islam and Controversy* (2014). Embora a obra tenha como objetivo discutir as transformações no debate público sobre o islamismo após a publicação dos *Versos Satânicos*, em 1988, o autor traz contribuições pertinentes à compreensão dos dissensos contemporâneos em torno da liberdade de expressão no Ocidente ao discutir os limites do que considera como um discurso “absolutista” sobre esse princípio. Além disso, ao trazer à tona uma preocupação ética face à problemática da alteridade, o próprio texto do autor é sintomático e representativo dos deslocamentos que emergem na atualidade em relação à concepção do princípio da livre expressão como consagrado nas democracias ocidentais.

Para construir sua argumentação, Mondal (2014) parte da constatação de que o Islã, desde os *Versos Satânicos*, foi convertido em inimigo implacável da civilização ocidental. Desde então, cada polêmica rapidamente se converte em uma contenda entre o Ocidente

²⁸ Em casos de legislações específicas para discurso de ódio, uma justificação possível seria, como explica Barendt (2007), sustentá-las como forma de assegurar a dignidade e a igualdade humanas, especialmente quando elas constituem garantias constitucionais – no entanto, estaríamos diante de um conflito entre princípios constitucionalmente válidos. O peso de cada um precisaria ser definido pela especificidade de cada circunstância. Para Barendt (2007), porém, não é claro que a liberdade de expressão deva ter sempre prioridade – como, por exemplo, nos casos em que formas de expressão colocam a vida em risco, nos quais o direito à vida deve ter prioridade. Por isso, ainda que “dignidade” seja um conceito difícil de ser delineado, dadas sua abrangência e sua indeterminação, há casos evidentes de violação.

defendendo a liberdade de expressão e o Islã perseguindo-a. Essa convicção liberal contra o Islã que nasce no final dos anos 1980, segundo o autor, recrudescer com a reação contra o multiculturalismo e resultou em um alinhamento entre alas liberais da direita (no discurso neoliberal, o Islã é um inimigo geopolítico que deve ser combatido a fim de manter a superioridade econômica e militar do Ocidente) e da esquerda (para quem o Islã constitui um supressor das liberdades), que se unem contra um inimigo comum. Com base nessa constatação, Mondal afirma sua hipótese sobre uma “fetichização” da liberdade de expressão, baseada em uma conceituação “absolutista” (abstrata, universalizante e idealista) que se oporia à legislação que combate crimes de ódio, à proibição da negação de genocídios e aos argumentos críticos à pornografia como forma de degradação das mulheres.

É interessante assinalar, em relação às disputas identitárias que perpassam a discursividade política contemporânea, que Mondal (2014) situa nesse contexto a emergência do repúdio ao multiculturalismo (“integração” convertida em sinônimo de “assimilação”) e de uma recusa ao chamado “politicamente correto”. O multiculturalismo, nesse cenário, passa a ser visto como projeto “autoritário”. Como efeito das polêmicas envolvendo a publicação dos *Versos Satânicos*, na visão do autor, liberais passam a ver o multiculturalismo como forma de promover agendas não liberais. Ainda que possam ser feitas objeções à identificação da gênese de dissensos e polêmicas amplos e complexos em um caso tão pontual, as considerações de Mondal são pertinentes na medida em que permitem identificar traços argumentativos recorrentes no discurso liberal sobre liberdade de expressão.

Um desses traços remete à repetição do entendimento de liberdade enquanto liberdade de afrontar o poder, donde decorre a atribuição de um sentido heroico àquelas ações que, baseadas em liberdades supostamente frágeis, ousam colocar-se contra o autoritarismo. Outro traço comum, segundo o autor, é a acusação frequentemente dirigida por liberais contra outros liberais a fim de denunciar-lhes o comprometimento com imperativos do poder social, cultural e religioso. O suposto lógico de todas essas afirmações, diz Mondal, é a ideia de que o poder constituiria uma ameaça “externa” ao liberalismo – ou seja, a ideia de que o liberalismo não constituiria um discurso que também se vincula ao engendramento de relações de poder.

Nesse sentido, interessa-nos o mapeamento que o autor propõe de padrões discursivos em polêmicas envolvendo a liberdade de expressão que vieram à tona, em diversos contextos ocidentais, desde o final dos anos 1980. Entre outros elementos, destaca-se o predomínio de um discurso legalista de direitos, com argumentações pobres que remetem a posições extremas: “um absolutismo em relação à liberdade de expressão que ganhou enorme impulso

desde o absolutismo assassino do aiatolá Khomeini exerce sua intervenção decisiva há mais de um quarto de século” (MONDAL, 2014, p. 32)²⁹.

O autor identifica, inclusive, paralelismos entre as estruturas de pensamento que caracterizariam tanto a perspectiva liberal quanto a posição islâmica nesse debate: a) defesa de valores preciosos e frágeis que devem ser defendidos conta um “inimigo comum”; b) identificação de inimigos internos que devem ser combatidos (ou eliminados); c) invocação da estratégia argumentativa conhecida como “*slippery slope*”, baseada na suposição de que qualquer cessão ao “inimigo” no que diz respeito à liberdade de expressão resultaria em um caminho sem volta, como em uma “ladeira escorregadia”.

Dentre as críticas tecidas por Mondal (2014) a esse discurso de caráter “absolutista”, interessa-nos ressaltar as que se conectam mais diretamente às rearticulações de discursos sobre liberdade de expressão ligadas à emergência das disputas identitárias que marcam o debate público contemporâneo. Destaca-se, por exemplo, a ideia de que o discurso liberal apagaria as implicações da distribuição do poder, o que possuiria a função ideológica de mascarar a existência de relações de poder e serviria à manutenção da posição de poder do próprio liberalismo enquanto regime de verdade predominante nas democracias ocidentais.

O autor destaca também a carga política contida em todo ato de fala, de acordo com uma visão que entende toda forma de expressão como *interpelativa*, ou seja, como capaz de construir ações e relações na materialidade da vida. Trata-se de um argumento recorrente em polêmicas envolvendo a representação de grupos historicamente marginalizados no universo das mídias, por exemplo. É nesse sentido que, para Mondal (2014), algumas formas de discurso – como a pornografia e o discurso de ódio – levam não apenas à subordinação, mas ao silenciamento de seus objetos. Sob essa ótica, a liberdade de expressão de alguns poderosos suprimiria a liberdade de expressão das minorias.

O autor defende, no limite, que o discurso liberal absolutista sobre liberdade de expressão na verdade oculta a inferiorização de alguns grupos sociais e a naturalização da violência simbólica contra eles imposta. Em outros termos, a separação entre fala e ação leva ao esvaziamento das relações de poder, pois desconsidera que falar também é uma forma de exercer poder. Ao mesmo tempo, o argumento liberal de que a expressão não produz consequências pressupõe uma inutilidade/ineficiência da fala: a liberdade de falar livremente se tornaria mera liberdade de produzir ruído sem qualquer valor.

²⁹ Tradução nossa.

Outro aspecto importante do pensamento de Mondal (2014) diz respeito à emergência da categoria de “ofensa”³⁰. A ofensividade, defende o autor, não é inerente às palavras – diferentemente do que pressupõem comentaristas liberais e manifestantes muçulmanos –, mas sim, está ligada às relações que governam cada situação específica de fala. Ou seja, nessa perspectiva, ofender ou ofender-se constitui um ato “performativo” – nesse ponto, Mondal (2014) invoca a discussão de gênero proposta por Judith Butler –, que constrói relações de poder e possui a capacidade de interpelação.

A fim de se identificar a ofensividade de determinado ato de fala, seria preciso levar em conta a dimensão do discurso – história, memória, atravessamento dos sujeitos – e as posições de poder em jogo nos atos de fala específicos. É a partir da identificação de onde se deposita o poder que o autor localiza a possibilidade de se responder sobre a validade ética de determinado ato de fala: “A liberdade de expressão não é o mesmo que liberdade de falar, e as palavras e ações dos poderosos não são equivalentes, moral ou politicamente, àsquelas dos desprovidos de poder” (MONDAL, 2014, p. 31)³¹.

Tais problemáticas evidenciam como, à luz das discussões sobre alteridade e diferença cultural, a liberdade de expressão é cada vez mais vista – parafraseando as palavras de Mondal (2014) – como uma “liberdade difícil”. Talvez o argumento mais decisivo para pensarmos os embates identitários que se traduzem em disputas em torno da representação e de padrões linguísticos e discursivos, bem como os argumentos a eles subjacentes, seja este: para o autor, há uma profunda inseparabilidade entre indivíduo e comunidade, o que implica na necessidade de se pensar a liberdade de expressão para além de um direito individual.

Nesses termos, a polarização do debate *indivíduo versus comunidade* reflete a ausência de um conceito de liberdade de expressão adequado ao objetivo de mediar ideais liberais e não-liberais de liberdade, restrição e bem comum. Parece-nos que é nesse espaço de entremeio que Mondal (2014) vislumbra a possibilidade de construção de um conceito de liberdade de expressão capaz de articular dialogicamente perspectivas tradicionalmente dicotômicas, de modo a se construir reflexões que possa dar conta da complexidade de um cenário marcado pelos desafios da diversidade e da diferença.

³⁰ A partir da problemática da ofensa, Mondal (2014) defende que há uma inconsistência fundamental no argumento de que a tolerância a todas as formas de expressão é fundamental à democracia. Isso porque, por um lado, se a liberdade de expressão é um bem em si, sua defesa não deveria se ancorar na proteção da democracia; por outro lado, se a liberdade de expressão é vista sob uma ótica consequencialista, como defender que, por exemplo, discurso de ódio ajuda a promover valores democráticos? Além disso, o discurso da liberdade de expressão irrestrita falharia, segundo o autor, em desconsiderar que o próprio discurso, para emergir como tal, depende de limites e restrições.

³¹ Tradução nossa.

CAPÍTULO 4

GÊNERO COMO ‘FRONT’

“Gênero é uma lente sobre o mundo”. A frase é da jornalista Jessica Bennet, primeira editora de gênero do *New York Times* – função criada pelo jornal em outubro de 2017. Dada em entrevista concedida a Paula Cesarino Costa¹, então ombudsman da *Folha de S. Paulo*, a declaração ilumina o estatuto conferido à categoria “gênero” em discursos circulantes na contemporaneidade e cada vez mais enfatizado no espaço público midiático.

Ao assumir a editoria de gênero, Bennet declarou que seu objetivo não seria apenas priorizar a cobertura de temas como a violação dos direitos das mulheres ou movimentos feministas, mas sim, passar a abordar os diversos assuntos já tratados pelo NYT sob uma ótica de gênero. Dito de outro modo, a categoria em questão passaria a operar como chave de leitura, interpretação, organização e produção discursiva.

Na profusão de discursos que transitam pelas mídias, gênero converte-se em tópico privilegiado na hierarquia de temas e questões postos em evidência. Com a repetição, sobreposição e negociação de ditos em torno da categoria (como também em torno de *sexualidade*, apresentada geralmente como expressão-irmã no arranjo próprio do espaço público midiático), ela se converte em “palavra-chave” – termo de visibilidade amplificada, que opera assinalando e indexando sentidos no universo discursivo – cuja mobilização traz consigo camadas sedimentares de memória discursiva prenes de potencialidades enunciativas. Mas a lógica aqui é dialética: gênero torna-se palavra-chave porque assinala zonas onde se acumulam ditos e travam-se disputas discursivas, e por se tornar palavra-chave é que se torna cada vez mais falada, disputada, contestada, reivindicada, controlada.

Categoria reiteradamente sublinhada e rasurada, arena de disputas no discurso e pelo discurso, *gênero* ocupa posição estrategicamente privilegiada na economia discursiva do espaço público midiático. Funcionando como espécie de princípio regulador, sua potência é maximizada por aquilo a que ela, enquanto significante, remete, como significado: corte fundante do humano, marca da entrada na cultura e na linguagem, elemento primordial de constituição de identidade e subjetividade.

¹ Ver: “‘Gênero é uma lente sobre o mundo’, diz editora em função pioneira”. **Folha de S. Paulo**, 19/11/2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/11/1936211-genero-e-uma-lente-sobre-o-mundo-diz-editora-em-funcao-pioneira.shtml>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

Filiando-nos aos alicerces teóricos que nos guiam neste trabalho, é essa dimensão discursiva que gostaríamos de realçar aqui: “gênero” como categoria não apenas organizadora, mas também geradora de discursos; categoria cristalizadora de posições enunciativas e, como tal, tópico estratégico à negociação de identidades discursivas e disputas em torno dessas identidades. Nesse sentido, não apenas gênero como também sexualidade se apresentam como categorias discursivas fortemente medidas/tradutoras de sentidos e posições enunciativas.

Um exemplo dessa centralidade – e consequente polarização – pode ser encontrado na existência de polêmicas, que ganharam visibilidade nas mídias tradicionais e redes sociais digitais nos últimos anos, em torno da realização de discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, proposta cujos detratores denunciam como forma de “doutrinação” e “ideologia de gênero”. Outra evidência está no destaque conferido a pautas identitárias, especialmente de gênero e sexualidade, como um dos principais objetos aos quais se opõe o fenômeno em escala global que pesquisadores têm denominado como “virada conservadora”². Em um cenário fortemente polarizado, parece-nos significativo o fato de que a *Folha de S. Paulo*, ao se inspirar no exemplo do *New York Times*, tenha dado à nova editoria criada em 2019 o nome de “Editoria de Diversidade”³ – e não “de gênero” –, menos *marcado* discursivamente do que a nomenclatura adotada pelo veículo estadunidense.

Diante desse quadro e em consonância com o objetivo que nos orientou no capítulo 3, as próximas páginas dedicam-se a mapear, em uma visada panorâmica, emergências discursivas e rearticulações epistemológicas em torno da categoria “gênero”. Mais especificamente, focalizamos o surgimento, afirmação e expansão dessa categoria no debate acadêmico, processos fundamentais à centralidade adquirida por temáticas relacionadas às comumente ditas “questões de gênero” no atual debate público midiático. Interessam-nos,

² O recente fortalecimento de setores conservadores em diversos países é discutido na teoria do *cultural backlash* (NORRIS, INGLEHART, 2019), que diz respeito a uma reverberação de discursos que emergem como resposta ao novo ordenamento social construído desde fins do século XX. Esse novo arranjo social reflete demandas de pautas progressistas, que incluem a valorização da diversidade, lutas por ampliação dos direitos de grupos minoritários e a defesa das possibilidades de expressão dos sujeitos. Defendendo a volta de um desenho social anterior, a “virada conservadora” ganha força no início do século XXI, especialmente na década de 2010, vinculando-se a uma percepção, por parte dos grupos dominantes, de perda de hegemonia frente ao avanço das lutas identitárias e dos movimentos em defesa dos direitos das minorias. Uma consistente análise sobre os contornos desse fenômeno no contexto brasileiro foi apresentada por Bruna Silveira e Pedro Camelo (UFMG) na 42ª edição do Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), realizado entre 2 e 7 de setembro de 2019 na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Para consultar as análises apresentadas pelos pesquisadores, ver: SILVEIRA; CAMELO, 2019.

³ Anunciada em 5 de maio de 2019, o objetivo da editoria, segundo o diretor de redação Sérgio Dávila, é analisar matérias já publicadas, verificando quais foram as fontes ouvidas (se, entre elas, havia apenas pessoas heterossexuais e brancas, por exemplo), sugerir fontes para novas pautas e incentivar a diversidade no processo de contratação de profissionais (FOLHA DE S. PAULO, 28/04/2019, *online*).

especialmente, as complexificações e interpelações à noção de gênero e os dissensos a ela adjacentes, bem como a consolidação do campo dos estudos de gênero.

Dessa forma, mantemos aqui nossa proposta de compreender rearticulações abrangentes e transversais ao universo discursivo, já que não é possível restringir as manifestações e desdobramentos dos deslocamentos relacionados à emergência da categoria “gênero” a um único campo discursivo. Por outro lado, privilegiamos, neste momento, como objeto de nossas reflexões, a constituição de um campo específico – o dos estudos de gênero –, sujeito às regras do campo científico, como tantos outros, embora marcado por uma particular e evidente permeabilidade a movimentos sociais e políticos.

Esperamos, em especial, compreender as rearticulações epistemológicas que deságuam em arranjos discursivos próprios da contemporaneidade nos debates sobre gênero. Buscamos, para tanto, recuperar elementos da formação dos estudos de gênero e compreender a peculiar relação, própria da atualidade, entre os movimentos feministas e campos midiáticos, sobretudo a partir do uso das redes sociais digitais como ferramenta de mobilização. Também esperamos adentrar aquele que é nosso foco central de atenção nesta tese – o jornalismo brasileiro de referência –, a partir de um levantamento preliminar de indícios da coerção exercida por discursos contemporâneos sobre gênero, na profusão e centralidade que lhes são próprias em nossa época, sobre enunciados jornalísticos.

Ao longo do capítulo, baseamo-nos no recorte adotado por Heloísa Buarque de Holanda (2019) a fim de abarcar um contexto próximo ao corte temporal que estrutura esta pesquisa. Assim, privilegiamos o contexto da assim chamada “terceira onda” do feminismo⁴, destacando, mais adiante, tendências verificadas nos feminismos do século XXI. Mais especificamente, remontamos a articulações processadas a partir dos anos 1980, década que marca justamente a consolidação da passagem de uma ideia de identidade, central ao pensamento feminista dos anos 1960, para a noção de gênero, considerada “mais relacional e cultural” (HOLLANDA, 2019, p. 10).

4.1. Entre os estudos feministas e os estudos de gênero

Historicamente, mulheres foram apartadas da produção científica e da vida universitária: a própria origem ascético-religiosa da universidade, que surge na Europa como uma espécie de extensão do conhecimento religioso, pode ser vinculada à exclusão das

⁴ A expressão “terceira onda” tem um de seus primeiros usos atribuído a Rebecca Walker, no artigo *Becoming third wave*, publicado em 1992 na revista *Ms.* (WALKER, 2011).

mulheres – por muito tempo proibidas de estudar, pesquisar e receber instrução profissional. Com isso, a formação da ciência e da filosofia modernas caracteriza-se por uma tendência androcêntrica, que não se pode afirmar estar plenamente superada (MATOS, 2008).

Como destaca Marlise Matos, foi apenas no início do século XX que movimentos organizados de mulheres, em um momento inicial, e grupos feministas de diferentes vertentes, posteriormente, conseguiram implementar transformações profundas no modo de se perceber a produção do conhecimento:

Após arrombarem as portas do saber acadêmico e universitário ao longo dos séculos XVIII e XIX, foi no alvorecer do século XX, especialmente entre os anos 30 e 70, que surgiram grupos de acadêmicas que problematizaram a produção do conhecimento a partir de um viés crítico, gerando os estudos feministas (*feminist studies*) ou os estudos de mulheres (*women studies*) (MATOS, 2008, p. 336).

Como se vê, muito antes da tendência contemporânea à amplificação da presença de temáticas identitárias no terreno das mídias e no debate público em geral, com destaque para as redes sociais digitais, a perspectiva feminista começava a produzir transformações no campo científico. Mas foi na década de 1970 que uma reformulação fundamental se processou nas ciências: a diferenciação entre sexo (categoria biológica que se volta a uma abordagem essencializante da natureza) e gênero (categoria que remete à construção histórica, social e política e implica uma abordagem relacional) (MATOS, 2008).

No seu uso mais recente, “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 2019 [1986], p. 50).

Essa diferenciação foi fundamental para que pensadoras feministas, em um momento em que já haviam conquistado espaços importantes no debate científico e produzido transformações nas ciências humanas e sociais a partir de críticas a seus vieses “androcêntricos” e a um “fetichismo da objetividade”, ampliassem o escopo de suas reflexões a partir de uma nova proposta teórico-conceitual. Nasceram assim os chamados estudos de gênero (MATOS, 2008). Heloisa Buarque de Hollanda escreve sobre esse momento de decisivas reconfigurações epistemológicas:

No quadro no qual se desenvolviam os estudos feministas, os discursos sobre identidade foram progressivamente conquistando posições mais flexíveis, passando agora a se assumir como estudos de gênero. Essa mudança se dá por volta de 1975, quando a antropologia começava a questionar as narrativas de Marx, Engels, Freud e Lacan. Foi nesse impulso que Gayle Rubin enfrenta Lévi-Strauss e usa, pela primeira vez, o termo gênero, afirmando a existência de um sistema de sexo-gênero associado à própria passagem da natureza para a cultura. Gayle oferecia ali elementos para a futura elaboração do conceito de gênero e, mais perturbador ainda, já enfrentava o pressuposto da heteronormatividade (HOLLANDA, 2018, p. 16).

Já na década seguinte, ou seja, nos anos 1980, a categoria “gênero” se consolidaria e expandiria⁵. Como anota Holanda (2019), data dessa época a entrada dos *women’s studies* ou *gender studies* nas universidades e centros de pesquisa e sua afirmação como campo legítimo de saber. Com base no conceito de campo proposto por Pierre Bourdieu, Marlise Matos (2008) também defende que os estudos de gênero constituem um “campo legitimador de saber científico”, marcado por uma “autonomia relativa” em torno de um consenso mínimo, assim como regras e padrões gerais responsáveis por informá-lo. Trata-se, segundo a autora, de um “novo campo multicultural científico” (MATOS, 2008, p. 342), marcado por uma perspectiva crítica e reflexiva. Nesse sentido, a consciência crítica feminista possuiria um papel decisivo à conformação do campo de estudos de gênero.

Desde sua consolidação e expansão, os usos mais recorrentes da categoria “gênero” remetem à lógica das diferenças entre feminino e masculino, mulheres e homens e, mais recentemente, entre homo e heterossexualidade. Neste último caso, como aponta Matos (2008), constitui-se um segundo eixo fundamental do campo dos estudos de gênero, relacionado às fronteiras da sexualidade. Não obstante muitos desses usos busquem demarcar “binarismos”, esse tipo de lógica tem sido cada vez mais contestado pelo pensamento feminista como forma de desestabilizar, entre outras tradições de pensamento, a atribuição de lugares fixos e naturalizados para os gêneros.

⁵ No caso brasileiro, a trajetória de consolidação do espaço dos estudos feministas e, mais especificamente, dos estudos de gênero apresenta singularidades significativas em relação àquela verificada no caso dos Estados Unidos e Europa. De acordo com Heloisa Buarque de Holanda, muitas mulheres que participavam de movimentos estudantis, da UNE, dos Centros de Cultura Popular (CPCs) e de movimentos de oposição à ditadura não aderiram diretamente às pautas feministas estadunidenses e europeias porque muitas de suas bandeiras – como o direito ao corpo, ao aborto e à liberdade sexual – confrontavam diretamente dogmas da Igreja Católica, uma das principais instituições progressistas à época. Algumas iniciativas feministas, não obstante, conseguiam se articular com a Igreja e o Partido Comunista, especialmente na oposição à ditadura, embora este último também fosse um fator complicador para o movimento de mulheres por defender uma luta mais ampla na qual não caberiam as demandas específicas das feministas. Com efeito, o feminismo brasileiro vivenciou um período inicial de fragilização, se comparado ao feminismo internacional, acabando por concentrar-se, ao longo dos anos 1970, em questões trabalhistas, na luta por creches e no combate à violência doméstica. Nesse cenário, como assinala Holanda, a maioria das feministas brasileiras da terceira onda teve contato com o pensamento radical que se processava no âmbito dos estudos de gênero de então somente após um período fora do país, por razões de estudo, trabalho ou exílio. Já na época da transição democrática, por outro lado, entre as décadas de 1980 e 1990, o feminismo brasileiro conseguiu construir fortes articulações com instituições políticas e organizações não governamentais em busca de ferramentas institucionais capazes de pressionar a criação e aprovação de políticas públicas favoráveis aos direitos da mulher. Nesse sentido, houve uma forte atuação feminista na campanha pelas Diretas Já, em 1985, na formação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, nas eleições de 1985 (quando a maioria dos partidos apresentou propostas encaminhadas por grupos feministas) e no que ficou conhecido como “lobby do batom”, em 1988, por ocasião da Assembleia Constituinte, que se desdobrou em mobilizações por todo o país (HOLLANDA, 2018).

É nesta brecha aberta pelos estudos de gênero que podemos situar sua proposta de descentramentos da razão universal constituída como produto da dominação masculina, elemento fundante da epistemologia ocidental:

Através de significados e re-significações produzidos e compartilhados na nova perspectiva analítica e que transversalizam dimensões de classe, etárias, raciais e sexuais, gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas (MATOS, 2008, p. 336).

Como aponta Joan Scott, a própria adoção do termo “gênero” entre pesquisadoras feministas se dá como forma de defender a ideia de que a pesquisa sobre mulheres deveria transformar os paradigmas de diferentes disciplinas. Para essas pensadoras, “o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 2019 [1986], p. 51). Nesse sentido, é possível citar, por exemplo, o trabalho de Sandra Harding, que, em 1986, contestava a associação patriarcal entre saber e poder e defendia que as experiências das mulheres deveriam ser valorizadas como ferramenta de análise. Como aponta Heloisa Buarque de Hollanda (2019, p. 12), a defesa de Harding sobre a “instabilidade” das categorias de gênero teve impactos em diferentes disciplinas e contextos, como evidenciado, hoje, pela presença de “conceitos contraepistemológicos” nos trabalhos de diversos(as) autores(as).

Nesse sentido, a importância do desenvolvimento e consolidação da categoria “gênero” e dos estudos de gênero, especialmente em suas conformações contemporâneas, traduz-se em seu potencial de desencadear rupturas epistemológicas significativas às ciências humanas como um todo – e para além delas:

Mais recentemente o que evidenciamos é o novo campo de gênero na medida em que bem acionado e articulado, colocar [sic] em xeque a univocidade de sentido dos binarismos de toda ordem – e não apenas aquele entre masculino e feminino – e dessa forma expandir imensamente seu potencial analítico, tornando possível sua incorporação em áreas que durante séculos foram impermeáveis a críticas nesse sentido [...] É inegável que também os resultados da adoção de gênero como instrumento analítico e empírico se encontram consolidados e em áreas imprevisíveis tais como a física, a teologia, a economia, a educação física, o direito, a política etc. (MATOS, 2008, p. 339).

Obviamente, a expansão do conceito de gênero não se deu sem a abertura de dissensos. Abrindo espaço analítico para o questionamento das categorias de “masculino” e “feminino”, “homem” e “mulher”, estudos articulados em torno do conceito tornaram-se objeto de críticas por parte importante do feminismo, inclusive no Brasil, que acreditava que a categoria, embora mais inclusiva, pudesse gerar um efeito desmobilizador, já que, ao

multiplicar as diferenças de gênero, acabaria levando a um apagamento da situação específica de opressão vivenciada pelas mulheres e ao esvaziamento de agendas feministas.

O conceito também abriu espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução. No mesmo compasso dos avanços empreendidos pelo movimento feminista, numa primeira visada e tentando substituir a categoria analítica dos “estudos de mulher” ou os “estudos feministas”, gênero pretendia tornar explícita tal subordinação feminina e acompanhar o movimento no sentido da busca da igualdade no exercício dos direitos e das oportunidades, mas destacando a importância do contrapeso relacional de tais interações dinâmicas: incluindo na visada o ponto de vista do(s) masculino(s), bem como outros pontos de vista que não fossem definíveis pelo binarismo estrito entre masculinidades e feminilidades ou mesmo entre homem e mulher (MATOS, 2008, p. 337).

Como se vê, o conceito de gênero marca uma mudança significativa dentro da própria reflexão teórica sobre a condição política da mulher. Enquanto a primeira onda do feminismo, a partir da luta pelo sufrágio universal, buscava questionar relações e instituições em que se reproduzia a dominação masculina e pautava-se na afirmação da igualdade política entre os sexos como elemento universal e democrático, o conceito de gênero favorece a valorização da diferença e a afirmação política das diferenças identitárias (MATOS, 2008).

Ao mesmo tempo, e apesar do avanço da “onguização” do movimento feminista (um dentre inúmeros caminhos adotados pelos então chamados “novos movimentos sociais”), o temor de um possível esvaziamento institucional do feminismo não se confirmou completamente, e a expansão dos estudos de gênero

[...] atravessou fronteiras disciplinares de forma verdadeiramente surpreendente, conformando-se à experiência (para muitos incômoda e inconveniente) de um tipo de ‘feminismo difuso’ que foi capaz de fazer com que demandas fossem incorporadas, desta vez, por largas parcelas dos discursos e propostas sociais, políticas e até econômicas na atualidade (inclusive no âmbito do próprio Estado e também na sociedade civil) (MATOS, 2008, p. 339).

A propósito da existência de um “feminismo difuso”, expressão cunhada por Céli Regina Jardim Pinto (2003) há mais de uma década, temos aí uma noção cara ao entendimento da profusão de discursos em torno do feminismo e temáticas de gênero a que assistimos hoje no debate público midiático: trata-se de um “feminismo” de caráter fragmentado, defendido por mulheres e homens que muitas vezes não se identificam como feministas, fora do escopo de movimentos militantes ou organizações, que transita em diversas arenas e não possui um conjunto articulado de demandas e posturas em relação à vida privada ou à vida pública.

4.1.1. Pelo “direito de interpretar”

Profundamente marcada pela emergência da categoria “gênero”, a assim chamada *terceira onda feminista* nasce em um contexto de disputas e dissensos internos ao próprio feminismo nos Estados Unidos, especialmente em relação a temas como sexualidade e pornografia. Em linhas muito gerais, esse feminismo busca desafiar concepções essencialistas que teriam embasado as feministas da segunda onda de modo a abarcar a diversidade – étnica, racial, religiosa, nacional, cultural – inerente às experiências das mulheres. Foi neste momento que ganhou força, no âmbito teórico-conceitual, grande riqueza de discussões em torno de ideias como interseccionalidade e decolonialismo, além da teoria queer.

Trata-se de um momento em que se processam rupturas em relação a aspectos fundamentais do pensamento feminista da segunda onda. Em mais de uma ocasião, Heloisa Buarque de Hollanda (2003, 2019), partindo da definição proposta por Jean Franco, descreve a terceira onda como aquela em que as mulheres conquistam o “direito de interpretar”:

Nos anos 1960, diria, prestando o devido tributo à Gramsci, que o feminismo atuou no diapasão de uma “guerra de posição”. Ou seja, seus esforços voltaram-se prioritariamente para a marcação de território, para a demanda agressiva da “igualdade” entre os sexos. Já nos anos 1970/ 1980, época na qual o pluralismo pós-moderno começa a dar o tom, assistimos, ainda *apud* Gramsci, a uma “guerra de manobra”, ou, melhor dizendo, a um claro movimento de valorização da “diferença” como importante elemento de negociação social e cultural e, particularmente, elemento vital de interpelação da episteme totalizante da modernidade e seus discursos falo/etnocêntricos. É a época de ouro do debate teórico feminista (HOLLANDA, 2003, s./p.).

Uma das principais pensadoras desse período, Joan Scott (2019), em texto originalmente publicado em 1986 (*Gender: a useful category of historical analysis*), conceitua gênero como uma forma primeira de compreender as relações de poder tendo em vista seu papel constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. A própria incorporação da palavra “gênero”, inicialmente proposta por feministas estadunidenses, indicava uma preocupação em sublinhar, no vocabulário analítico, o caráter relacional das definições normativas de feminilidade. Como citamos há pouco, essas pensadoras buscavam não apenas ampliar o leque de temas estudados a fim de abarcar a história das mulheres, como também, e sobretudo, inaugurar uma avaliação crítica do trabalho científico no seio de diferentes disciplinas (SCOTT, 2019 [1986]).

Embora nem sempre seu uso na academia comporte tal densidade analítica, o termo “gênero” pode ser pensado, além de uma forma de rejeição às justificativas biológicas da dominação masculina, como uma forma de indicar que a criação das ideias sobre os papéis

próprios aos homens e às mulheres pertence inteiramente à ordem das “construções sociais”: “É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 2019 [1986], p. 54).

A “utilidade” do conceito se torna ainda mais evidente diante da expansão, nos anos 1980, dos estudos sobre sexo e sexualidade, já que

[a palavra “gênero”] oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, Apesar do fato de os(as) pesquisadores(as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) “os papéis sexuais”, eles(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca ênfase sobre o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 2019 [1986], p. 54).⁶

Diante da busca de historiadoras feministas por uma via teórica própria e do espaço aberto pelo debate em torno do gênero – em um momento, vale lembrar, de grande efervescência epistemológica entre cientistas sociais, marcada pela crise do humanismo e pela problematização da transparência dos fatos diante de uma perspectiva construtivista sobre a realidade –, Scott (2019 [1986], p. 67) apresenta uma definição composta por “duas partes e várias subpartes”, ligadas entre si, mas analiticamente distintas.

A primeira parte dessa definição repousa sobre a ideia de que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos. Como componentes dessa proposição, a autora destaca quatro aspectos: a) os símbolos culturais disponíveis que se relacionam a representações múltiplas relacionadas a gênero (mais especificamente, à representação da mulher); b) os conceitos normativos que evidenciam as interpretações possíveis do sentido dos símbolos; c) o fato de que as relações de gênero são constituídas politicamente, bem como no interior de instituições e organizações sociais; d) a

⁶ Apesar das potencialidades teórico-analíticas do conceito de gênero, Joan Scott defende que, ao menos entre historiadores sociais, essa categoria teria ficado restrita a temas como “as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias do gênero”, ou seja, seu uso teria sido fortemente vinculado aos domínios que implicam relações entre os sexos e, portanto, apartado da reflexão de historiadores que trabalham com “o político e o poder” (SCOTT, 2019 [1986], p. 54). Historiadores, conscientes dessa situação, teriam, então, investido forças no sentido de empregar teorias capazes de conciliar o conceito de gênero, de um lado, e a mudança histórica, de outro – esforço cujos resultados seriam profundamente “eccléticos”. Em relação às abordagens na análise do gênero utilizadas por historiadores(as) feministas, Scott (2019 [1986]) resume-as em três posições teóricas: primeiro, um esforço inteiramente feminista no sentido de explicar as origens do patriarcado; segundo, uma posição comprometida com a tradição marxista; e, terceiro, uma perspectiva vinculada ao pós-estruturalismo francês e às teorias anglo-americanas das relações de objeto que, a partir de uma inspiração em várias escolas de psicanálise, buscava explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. Em relação à última abordagem, destacam-se, no contexto anglo-saxão, os trabalhos de Nancy Chodorow e Carol Gilligan, teóricas vinculadas à terceira onda feminista.

identidade subjetiva, que, para Scott (2019 [1986]), deveria ser considerada de maneira mais “histórica” e menos universalizante do que pretenderia a perspectiva psicanalítica.

Além de evidenciar o papel da representação na construção das relações de gênero pela ênfase conferida aos símbolos e aos conceitos normativos que orientam sua interpretação, o caráter inovador da definição proposta por Scott (2019 [1986], p. 59) reside no fato de que o processo por ela descrito “poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnia, ou, por assim dizer, qualquer processo social”, apesar das especificidades evidentes de cada um desses vetores.

Não obstante, é a segunda proposição da definição de Scott (2019 [1986], p. 69) que revela a especificidade do conceito: segundo a autora, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Isso porque, embora não represente o único campo por meio do qual o poder é articulado, o gênero “parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder, no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”. Disso decorre que a construção social de gênero desempenharia um papel de legitimação de arranjos de poder em contextos diversos.

A questão do poder e sua legitimação é também trabalhada por Monique Witting (2019 [1980]), uma das primeiras teóricas feministas a considerar a heterossexualidade como regime político. Segundo ela, o “contrato heterossexual” pode ser relacionado à opressão das mulheres pelos homens e à produção de uma doutrina da diferença entre sexos que serviria, justamente, para justificar essa opressão. Em última análise, Witting postula a existência de uma heterossexualidade politicamente compulsória que serviria à administração dos corpos e à gestão da vida em um âmbito biopolítico (HOLLANDA, 2019).

Defendendo a construção de um enfoque materialista, Witting (2019 [1980], p. 83) escreve que “por sua própria existência, a sociedade lésbica destrói o fato (social) artificial que constitui as mulheres como um ‘grupo natural’”. A autora parte da premissa de que “mulheres” não compõem um “grupo natural” – a ideia de natureza feminina seria uma construção social e ideológica, pela qual corpos e mentes femininos seriam submetidos e manipulados a ponto de se considerar como “natural” um corpo que, na verdade, seria “deformado”. A própria existência das mulheres lésbicas, grupo em que a autora se inclui, seria a prova dessa inexistência. Com base nessa perspectiva, a autora questiona concepções de caráter essencialista correntes entre pensadoras feministas:

[...] A maioria das feministas e das feministas-lésbicas na América e em outros lugares ainda acredita que a base da opressão das mulheres é tanto *biológica quanto histórica*. Algumas até afirmam encontrar suas fontes em Simone de Beauvoir. A crença no matriarcado e numa “pré-

história” em que as mulheres criam a civilização (em decorrência de uma predisposição biológica) enquanto os homens grosseiros e brutais caçam (devido a uma predisposição biológica) é equivalente à interpretação de viés biológico da história produzida até agora pela classe dos homens. É ainda o mesmo método de encontrar em mulheres e homens uma explicação biológica para sua divisão, fora de fatos sociais. Para mim, isso jamais poderia constituir um enfoque lésbico da opressão das mulheres, já que pressupõe que a base da sociedade ou o começo da sociedade está na heterossexualidade. O matriarcado não é menos heterossexual do que o patriarcado: só o gênero do opressor é que muda (WITTING, 2019 [1980], p. 84, grifos da autora).

Para Witting, o “mito da mulher”, com seus efeitos e manifestações (materiais) na consciência e nos corpos de mulheres, é a “marca” – e não causa ou origem – da opressão, como seria o conceito de raça uma marca da realidade socioeconômica da escravidão negra. Daí o caráter de resistência implicado na recusa em se tornar/continuar heterossexual: “Para uma lésbica, isso vai além do que a recusa do *papel* de ‘mulher’. É a recusa ao poder econômico, ideológico e político do homem” (WITTING, 2019 [1980], p. 86, grifos da autora). Como tarefa histórica do próprio feminismo, a autora defende a necessidade de se evidenciar que a categoria “mulher” (como a categoria “homem”) corresponderia a uma classe, isto é, uma categoria política e econômica, em nada “eterna” ou “universal”.

Por conseguinte, para que se tornasse possível destruir a classe de mulheres dentro da qual os homens se apropriam das mulheres, Witting (2019 [1980], p. 91) defende a necessidade de se destruir a própria heterossexualidade como “sistema social baseado na opressão das mulheres pelos homens”:

[...] digamos que uma nova definição pessoal e subjetiva para toda a humanidade só pode ser encontrada fora da categoria de sexo (mulher e homem), e que o advento de sujeitos individuais exige primeiro a destruição das categorias de sexo, o fim do uso dessas categorias e a rejeição de todas as ciências que ainda usam essas categorias como base (praticamente todas as ciências sociais).

Destruir a “mulher” não significa que queiramos, sem falar na destruição física, destruir o lesbianismo junto com as categorias de sexo, porque o lesbianismo oferece no momento a única forma social em que podemos viver livremente. Lésbica é o único conceito que eu conheço que está fora das categorias de sexo (homem e mulher), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente (WITTING, 2019 [1980], p. 91).

A teórica do cinema Teresa de Lauretis (2019 [1987]) também problematiza a diferenciação sexual e, principalmente, a tomada do conceito de gênero como diferença sexual, recorrente em escritos feministas e práticas culturais dos anos 1960 e 1970 e base para a criação de espaços “gendrados” (ou seja, marcados por especificidades de gênero), nos quais se buscava afirmar a própria diferença sexual. Segundo a autora, o conceito de gênero como diferença sexual e noções dele derivadas (como as ideias de feminilidade, maternidade etc.) teriam se tornado uma “limitação” ou “deficiência” do pensamento feminista.

Com sua ênfase no sexual, a “diferença sexual” é antes de mais nada a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino; e mesmo os conceitos mais abstratos de “diferenças sexuais”, derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos (e a ênfase aqui é menos no sexual e mais nas diferenças como “*différance*”), acabam sendo, em última análise, uma diferença (na mulher) em relação ao homem – ou seja, a própria diferença no homem (LAURETIS, 2019 [1987], p. 122).

Duas limitações da noção de “diferença sexual” poderiam ser destacadas: primeiro, o fato de que ela limitaria o pensamento crítico feminista a um arcabouço conceitual baseado em uma oposição universal do sexo, o que tornaria muito difícil, senão impossível, articular as diferenças entre/nas mulheres; segundo, o fato de que essa conceituação limitaria o potencial epistemológico radical do pensamento feminista.

Por potencial epistemológico radical, quero dizer a possibilidade, já emergente nos escritos feministas dos anos 1980, de conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a sociedade de outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não apenas na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 2019 [1987], p. 122-123).

Considerando essa concepção de sujeito e a fim de desfazer a imbricação entre gênero e diferença(s) sexual(is), Lauretis invoca a perspectiva de Michel Foucault de modo a caracterizar a sexualidade como uma “tecnologia sexual”⁷, abordagem que se revelaria profícua à discussão sobre a relação entre gênero e mídias:

[...] dessa forma, seria possível propor que também o gênero, como representação e como autorrepresentação, fosse produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas culturais institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 2019 [1987], p. 123).

Em relação à contestação de essencialismos identitários e do binarismo sexual, não se pode deixar de destacar a importância do trabalho de Judith Butler, cujo pensamento representa, como afirma Heloisa Buarque de Hollanda (2019, p. 12), “um ponto decisivo dos estudos de gênero”, e tornou-se a grande referência dos estudos queer⁸. De Butler, destaca-se

⁷ Cabe assinalar que Teresa de Lauretis (2019 [1987], p. 123) entende que sua concepção de gênero como produto e processo de tecnologias sociais e aparatos biomédicos caminha para além do pensamento de Michel Foucault. Para ela, Foucault, em sua compreensão sobre tecnologia sexual, não teria considerado “os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos”, de modo que sua teoria, “ao ignorar os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e nas práticas da sexualidade, de fato exclui, embora não inviabilize, a consideração sobre gênero”.

⁸ Como anota Heloisa Buarque de Hollanda (2019), o termo “queer” foi criado em 1990 por Teresa De Lauretis como forma de enfatizar o lado fluido, socialmente construído e performado do gênero. Nas palavras de Hollanda (2019, p. 19): “Assim como a categoria gênero procurou desconstruir a categoria identidade, a categoria queer caminha na direção da desconstrução da noção de sexo biológico”. Na teoria queer, destacam-se os estudos da própria Lauretis, de Donna Haraway (a partir de sua metáfora híbrida do ciborgue) e de Judith

o conceito de “performatividade de gênero”, proposto em *Problemas de gênero (Gender Trouble)*, seu livro mais conhecido.

Em diálogo com conceitos foucaultianos, Butler (2018 [1990]) assinala que a existência de uma “verdade” do sexo estaria ligada a práticas reguladoras que gerariam identidades de acordo com “normas de gênero”. Da mesma forma, a heterossexualização do desejo implicaria na produção de oposições assimétricas entre “feminino” e “masculino”. Com efeito, a identidade de gênero se tornaria inteligível por meio de uma “matriz cultural”, capaz de determinar quais identidades podem existir. Mais precisamente, haveria tipos de identidade cuja existência a matriz cultural busca impedir: justamente aqueles tipos em que o *gênero* não decorre do *sexo*, e/ou o *desejo* não decorre do *sexo* ou do *gênero*.

Assim, para a autora, enquanto gênero seria uma categoria *performativamente* construída (ou seja, não é algo que nós somos, mas sim, algo que *fazemos*), o sexo também passa a ser visto como social e culturalmente construído.

[...] um gênero não é de forma alguma uma identidade estável do qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma *repetição estilizada de certos atos*. Os gêneros são instituídos pela estilização do corpo e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu imbuído de gênero imemorial. Essa formulação retira a produção do gênero de um modelo essencial de identidade e a coloca em relação a uma determinada *temporalidade social* (BUTLER, 2019 [1998], p. 213-214, grifos da autora).

É esse raciocínio que, em linhas gerais, sustenta a crítica construída por Butler (2018 [1990]) em relação à *identidade*, um dos pilares do movimento feminista, já que, para ela, não é possível que exista uma identidade, mas sim, *identidades*, pensadas sempre de modo plural.

Judith Butler, ao longo de seu pensamento sobre gênero, interroga todo e qualquer essencialismo identitário através de uma análise filosófica sobre a tensa relação entre sexo, gênero e desejo [...] Para Judith Butler, o gênero não tem estatuto ontológico fora dos atos que o constituem. Um dos aspectos importantes desta noção é que quando percebemos que o gênero é construído na linguagem e pela linguagem, e como se mantém nessa mesma construção a heteronormatividade, abre-se todo um universo novo, no qual proliferam as mais variadas configurações culturais de sexo e gênero (HOLLANDA, 2019, p. 12-13).

Seguindo a trilha desse pensamento, seria tarefa do feminismo subverter a própria identidade: em outras palavras, uma libertação da mulher requereria, antes de qualquer coisa, a subversão da identidade de mulher.

Butler, autora do livro canônico *Problemas de gênero*. Em relação a Butler, deve-se reconhecer o caráter seminal de seu pensamento para a teoria queer, especialmente pela contribuição da noção de *performance* que introduziu, apesar das críticas a ela dirigidas por sua abordagem dos processos de transformação dos corpos transexuais e transgenéricos.

4.1.2. Rumo à(s) diferença(s) e ao pensamento decolonial

Hollanda (2019) denomina como “primeiras interpelações” as contestações que emergiram, sobretudo nos anos 1980, ao caráter pretensamente “universalizante” dos estudos feministas de então. De modo geral, são trabalhos que buscam chamar a atenção para a existência de mulheres excluídas da categoria de “mulher” – branca, ocidental, primeiro-mundista – que fundamentava o feminismo europeu e estadunidense e incluir a *diferença* no seio do próprio pensamento feminista.

Uma voz que ganha destaque nesse contexto é a da teórica indiana Gayatri Spivak, uma das pensadoras mais influentes dos estudos pós-coloniais. Trabalhando fortemente com a ideia de “classe” e invocando o conceito gramsciano de “subalternidade”, a autora se preocupa essencialmente com a construção e negociação das narrativas históricas em contextos de descolonização.

[...] a maior parte das áreas pós-coloniais tem acesso, por meio de uma classe específica, à sociedade da telemática inscrita pelo transnacionalismo microeletrônico. E com certeza o discurso da especificidade cultural e da diferença embalado para o consumo transnacional é frequentemente desenvolvido por essa classe específica. O que é dissimulado por esse quadro apenas esboçado é a tremenda complexidade do espaço pós-colonial, em especial o espaço da mulher (SPIVAK, 2019 [1989], p. 257).

É a partir da colocação da célebre questão “Pode o subalterno falar?” que Spivak busca acessar a subjetividade subalterna. Seu artigo *Quem reivindica a alteridade* confronta a filosofia construtivista, grande referência dos estudos de gênero naquele momento, e foi fundamental ao feminismo de então ao levantar questões e oferecer chaves de leitura em torno de um tópico frequentemente invocado no debate feminista até hoje: o lugar de fala – ou seja, as discussões sobre autorização discursiva (HOLLANDA, 2019, p. 14).

É também a esse contexto de complexificação dos estudos feministas e de gênero que remonta a questão da interseccionalidade⁹, assunto hoje central às pautas feministas, que nasce como uma reação ao ambiente “branco e universal” do feminismo da Europa e Estados Unidos. Como assinala Hollanda (2019), no terreno dos estudos de gênero, a primeira grande contestação nesse sentido veio com a publicação, em 1981, de *This Bridge Called My Back*:

⁹ Heloísa Buarque de Hollanda observa que a primeira vez que o termo “interseccionalidade” foi utilizado com o sentido com que o feminismo o mobiliza se deu na área jurídica, a partir do trabalho de Kimberlé Crenshaw, advogada e professora da Universidade da Califórnia de Los Angeles. A partir da função do Centro de Estudos em Interseccionalidade e Políticas Sociais da Universidade de Columbia, ela introduziu a teoria interseccional no Direito, entendida como “o estudo de como a sobreposição ou a intersecção de identidades sociais, particularmente das identidades minoritárias, são diretamente relacionadas aos sistemas e estruturas da dominação e da discriminação” (HOLLANDA, 2019, p. 15).

Writings by Radical Women of Color, livro organizado por Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa que reunia “mulheres de cor”, ou seja, “não brancas” – negras, latinas, chicanas, judias, asiáticas, terceiro-mundistas em geral – para contar suas experiências e diferenças.

A pretensa “universalidade” do feminismo encontra um importante ponto de questionamento e interpelação no trabalho da escritora e ativista caribenha-americana Audre Lorde, que chama a atenção para as “hierarquias de opressão” a partir de sua experiência pessoal como “negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças – uma delas, um garoto – e parte de um casal inter-racial”:

[...] aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades; e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão. Eu aprendi que sexismo (a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, assim, seu direito de dominar) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de uma forma de amar sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar) vêm, os dois, do mesmo lugar que o racismo – a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar (LORDE, 2019 [1983], p. 235).

Defendendo a necessidade de se reconhecer a existência da diferença entre as mulheres, a autora questiona a aposta do feminismo em uma suposta sororidade “universal”, que não passaria de uma ilusão:

De modo geral, dentro do movimento das mulheres hoje, as mulheres brancas se concentram em sua opressão como mulheres e ignoram diferenças de raça, preferência sexual, classe e idade. Existe a falsa aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra *irmandade* que de fato não existe (LORDE, 2019 [1984], p. 241, grifo da autora).

Por conseguinte, defende Lorde (2019 [1984]), as mulheres brancas ignoram a condição privilegiada que lhes garante sua branquitude, definindo a mulher com base apenas em sua própria experiência. As mulheres de cor sentem-se, então, exiladas e convertem-se em “outras” cuja experiência se tornaria “exótica” demais para ser compreendida. Entre as mulheres negras, por outro lado, as lésbicas negras também seriam muitas vezes incorretamente rotuladas e ignoradas. Em suma, a autora constrói seu pensamento no sentido de multiplicar os lugares de diferença e denunciar as relações de exclusão e opressão direcionadas a esses vários “diferentes”.

Entre os estudos raciais, destaca-se o trabalho de Patricia Hill Collins, que aprofunda a noção de interseccionalidade. A autora chama a atenção para o papel da representação na luta contra a opressão ao defender a potência política da “autodefinição” da mulher negra e seu alcance como demanda de justiça social frente a sistemas de poder em que se inter-relacionam

diferentes opressões, como aquelas de raça, gênero, classe, sexualidade e nacionalidade (HOLLANDA, 2019, p. 15).

Para Collins (2019 [1990]), a questão da autodefinição das mulheres afro-norte-americanas não poderia se resumir à simples substituição de imagens negativas por imagens positivas, já que uma troca desse tipo não reconheceria necessariamente a função controladora dos estereótipos. Em outras palavras, não basta trocar um conjunto de imagens controladoras por outro. O que a autora defende, para além do teor específico das representações construídas/contestadas, é que as mulheres negras percebam e subvertam a própria estrutura de poder que autoriza a construção de definições externas sobre elas:

Ao insistir na autodefinição, as mulheres negras questionam não só o que tem sido dito sobre as mulheres afro-americanas, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que têm o poder de definir. Quando nós, mulheres negras, nos definimos, claramente rejeitamos o pressuposto de que aqueles em posição que lhes garante autoridade para interpretar nossa realidade têm legitimidade para tanto. Mesmo sem levar em conta o conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição da mulher negra valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos (COLLINS, 2019 [1990], p. 295).

Entre os feminismos brasileiros, também se destacam importantes pensadoras da interseccionalidade, como Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra¹⁰. Referência dos estudos feministas negros no país, Carneiro, a partir de uma releitura do trabalho de Patricia Hill Collins, defende que o

[...] pensamento feminista negro seria um conjunto de interpretações teóricas sobre experiências e ideias compartilhadas sobre questões específicas da realidade das mulheres negras, como a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o impacto de estereótipos ou “imagens de autoridade” sobre esta realidade (HOLLANDA, 2019, p. 15-16).

Nesse sentido, a autora considera que a categoria “gênero”, enquanto variável teórica, não pode ser apartada de outros eixos de opressão que, no caso latino-americano, devem incluir determinantes coloniais. Por isso, ela se dedica ao exame da experiência histórica de mulheres negras e indígenas e o fator da miscigenação como elemento estruturante das construções da identidade brasileira. Em um contundente questionamento do mito da democracia racial, Carneiro (2019 [2003]) descreve a violência sexual colonial como “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça nas sociedades latino-americanas:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscência do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social

¹⁰ Além de Carneiro, Heloisa Buarque de Hollanda (2019a) inclui Lélia Gonzalez (que citaremos mais adiante, a propósito de suas contribuições ao feminismo decolonial) e Beatriz Nascimento como pensadoras pioneiras da interseccionalidade no Brasil.

supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres (CARNEIRO, 2019 [2003], p. 313).

Essa concepção, ao lançar luz sobre determinantes da lógica colonial na opressão das mulheres, deixa antever elementos do chamado *feminismo decolonial*, perspectiva relativamente nova, nascida na América Latina e fortemente influenciada pelo feminismo negro estadunidense e pelas discussões sobre interseccionalidade. Referido também, em linha espanhola, como “*feminismo periférico*”, consiste em um pensamento que busca analisar a imbricação entre os conflitos de gênero, raça e classe, colocando-os em relação com as categorias culturais e instituições impostas pelo colonialismo e neocolonialismo. Como expoentes dessa corrente, destacam-se as obras de Gloria Anzaldúa, escritora americana de ascendência mexicana, da brasileira Lélia Gonzalez e o trabalho da argentina María Lugones, considerado um “ponto de virada” do pensamento decolonial (HOLLANDA, 2019)¹¹.

O modo como Lugones descreve a proposta do feminismo decolonial, enfatizando sua aposta na problematização de categorias analíticas da modernidade ocidental, é elucidativo do potencial epistemologicamente radical buscado por essa vertente de pensamento:

A crítica das mulheres de cor e do Terceiro Mundo ao feminismo universalista coloca como central o fato de que a intersecção de raça, classe, sexualidade e gênero extrapola as categorias da modernidade. Se *mulher* e *negra* são categorias homogêneas, atômicas, separáveis, sua intersecção nos mostra a falta de mulheres negras; ver mulheres não brancas é extrapolar essa lógica categórica. Analisando o sistema moderno, colonial e de gênero, acredito eu, conseguimos produzir uma teoria mais profunda sobre a lógica opressora da modernidade colonial, o uso de dicotomias hierárquicas e de uma lógica categorizante (LUGONES, 2019 [2010], p. 358).

Em relação ao trabalho de Anzaldúa, pensadora chicana, mestiça e lésbica, Hollanda (2019) o descreve como ápice da complexificação das narrativas teóricas sobre gênero. Sobre o texto *La conciencia de la mestiza*, publicado originalmente em 1987, afirma:

[...] sua narrativa teórica confronta os paradigmas da produção de conhecimento, baseando-se não apenas em seu depoimento pessoal, mas também no próprio uso simultâneo de várias línguas, oscilando entre o inglês, o espanhol e suas variações regionais, como a língua asteca *nahuatl* [...] A nova identidade, *mestiza*, é representada, portanto, em uma linguagem híbrida, exibindo um discurso polifônico, proferido por múltiplas vozes, como em uma luta de fronteiras. A contribuição de Anzaldúa é da ordem do estímulo às imensas possibilidades políticas e conceituais da experimentação e da interpelação aos modelos de saber ocidentais (HOLLANDA, 2019, p. 16-17).

¹¹ Além dessas autoras, cujos trabalhos são destacados por Hollanda (2019), outros expoentes do feminismo decolonial poderiam ser citados, como a mexicana Karina Ochoa, a colombiana Diana Gómez Correal, a guatemalteca Gladys Tzul Tzul, a dominicana Yuderlys Espinosa e a boliviana Adriana Guzmán.

A partir da ideia de que a *mestiza*, enquanto produto híbrido, resultado da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro – “a que coletividade pertence a filha de uma mãe de pele escura?” (ANZALDÚA, 2019 [1987], p. 324) –, desenvolve grande tolerância às contradições e ambiguidades, a autora defende a necessidade de se extirpar qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva como “início de uma longa luta, que poderá, com a melhor das esperanças, trazer o fim do estupro, da violência, da guerra” (ANZALDÚA, 2019 [1987], p. 326). Nesse sentido, afirma a importância de se transformar a consciência como terreno primeiro de combate: toda mudança no mundo real deve ocorrer, antes, “nas imagens em nossas mentes” (ANZALDÚA, 2019 [1987], p. 333).

A marca das teorias decoloniais também está presente em *A categoria política-cultural da Amefricanidade*, texto de Lélia Gonzalez publicado originalmente em 1988¹² que defende a necessidade de uma abordagem capaz de interligar o racismo, o colonialismo, o imperialismo e seus efeitos. Para isso, desenvolve a categoria de “Amefricanidade”, que “experimenta pensar ‘de dentro’ as culturas indígenas e africanas em contraposição às interpretações históricas eurocêtricas, centradas na visão de mundo do pensamento moderno europeu” (HOLLANDA, 2019, p. 16). No mesmo texto, a autora pretendeu também desafiar paradigmas da produção acadêmica ao misturar elementos linguísticos africanos ao português, apontando a discriminação racial existente na definição da própria língua materna brasileira.

[...] [o Brasil] é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o *t* pelo *d* para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: *Améfrica Ladina* (não é por acaso que a *neurose cultural* brasileira tem no *racismo* seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são *ladino-amefricanos* (GONZALEZ, 2019 [1988], p. 341, grifos da autora).

Mais recentemente, as obras tardias de María Lugones – pesquisadora argentina, ativista e professora da Universidade de Binghamton, em Nova York – destacam-se como representantes do feminismo decolonial do século XXI. Nessa fase de seu trabalho, a autora se concentra em temas relacionados ao colonialismo e seu impacto sobre a formação de gênero, bem como as formas de resistência contra as diferentes formas de opressão colonial.

¹² Lélia Gonzalez escreveu ainda outros textos em que pretendeu articular as categorias de gênero e raça, como *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, apresentado em 1980 no Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), o capítulo *A mulher negra na sociedade brasileira* (parte do livro *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*, organizado por Madel T. Luz e publicado em 1982) e *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*, artigo publicado na revista *Raça e Classe* em 1988 em que defende o uso de novas nomenclaturas para se referir ao movimento de mulheres negras, como o termo “mulheridade” em substituição a “feminismo”.

No livro *Heterossexualism and the Colonial/Modern Gender System*, proponho uma leitura da relação entre colonizador e colonizado no que se refere a gênero, raça e sexualidade. Eu não queria acrescentar mais uma leitura de gênero e de raça nas já conhecidas relações coloniais; minha intenção era fazer uma releitura da modernidade colonial capitalista. Isso porque a imposição colonial dos gêneros atravessa questões ecológicas, econômicas, governamentais, atravessa relações com o mundo dos espíritos, o conhecimento, bem como as práticas diárias que nos ensinam ou a cuidar do mundo ou a destruí-lo. Proponho esse quadro não como uma abstração da experiência vivida, mas como os óculos que nos permitem enxergar o que está escondido dos nossos entendimentos sobre raça e gênero e a relação de ambos com a heteronormatividade (LUGONES, 2019 [2010], p. 357).

Problematizando as análises racializadas e capitalistas sobre opressão de gênero desenvolvidas pelo feminismo ocidental, a autora elabora o conceito de “colonialidade de gênero” (“*colonialidad de género*”, em espanhol), o qual propõe que gênero seja entendido como uma imposição colonial. Em *Rumo a um feminismo decolonial*, texto que aborda o papel da colonização na formação das noções de gênero e sexo em grupos colonizados, a autora aponta que o estabelecimento de uma hierarquia dicotômica entre seres humanos e não humanos é a dicotomia central da modernidade colonial, a partir da qual os povos indígenas das Américas e africanos escravizados eram vistos como “não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (LUGONES, 2019 [2010], p. 358).

[...] se eu estiver certa sobre a colonialidade dos gêneros, na distinção entre o humano e o não humano, o sexo deveria ficar sozinho. O gênero e o sexo não poderiam ser inseparavelmente ligados e racializados. O dimorfismo sexual se tornou a base do entendimento dicotômico dos gêneros, uma característica humana. É possível dizer que o sexo que estava sozinho na bestialização do colonizado era, no fim das contas, atribuído de gênero. Mas o importante para mim é destacar que o sexo foi pensado para estar sozinho na caracterização do colonizado. Esse me parece ser bom ponto de entrada para uma pesquisa que encare a colonialidade de maneira séria e que tem como objetivo estudar a historicidade e o significado da relação entre sexo e gênero (LUGONES, 2019 [2010], p. 360).

Lugones (2019 [2010]) procura pelo que denomina como sociedades “não modernas”, ou seja, formas de organização do social, do econômico, do cosmológico e do espiritual que resistem à modernidade capitalista e estão em atrito com essa lógica: “[...] uso o termo ‘não moderno’ para lembrar que tais formas não são pré-modernas; o aparato da modernidade opera para reduzi-las a formas pré-modernas” (LUGONES, 2019 [2010], p. 358). Esta seria, segundo a autora, a chave para compreender a resistência à colonialidade dos gêneros:

À medida que passo metodologicamente dos feminismos de mulheres de cor para um feminismo decolonial, começo a pensar no feminismo a partir de sua origem e da diferença colonial, com forte ênfase no seu solo, na sua intersubjetividade historicizada e encarnada. Mais do que respondendo, estou, aqui, formulando a questão da *relação* entre resistência (ou a resposta resistente à colonialidade dos gêneros) e decolonialidade. Ainda assim, minha intenção

é entender a resistência à colonialidade dos gêneros sob a perspectiva da diferença colonial (LUGONES, 2019 [2010], p. 363, grifos da autora).

Para a autora, descolonizar os gêneros é, necessariamente, uma práxis – daí a distinção entre os termos: “Eu chamo a análise dessa opressão racializada, capitalista e de gênero de ‘colonialidade dos gêneros’; a possibilidade de superar a colonialidade dos gêneros é o ‘feminismo decolonial’” (LUGONES, 2019 [2010], p. 363). Nesse sentido, seu trabalho valoriza o exame de negociações, do lócus fraturado que constitui a subjetividade dos colonizados. Afastando toda concepção essencialista e universalizante de mulher, seu trabalho assume a forma de uma convocação para que enxerguemos (nós, colonizados), uns aos outros, como resistentes à colonialidade dos gêneros a partir da diferença colonial¹³.

4.1.3. Manifestações no século XXI

O feminismo deste século é descrito por Hollanda (2019) como atravessando um “momento particularmente intenso”, ligado à consolidação do feminismo decolonial e da teoria queer, aos estudos gays e lésbicos, transgênero e de lógica binária, além das discussões sobre o pós-feminismo e o pós-humanismo. Assim,

[...] Um ponto que se tornou fulcral nos caminhos do feminismo neste século é a visibilidade que ganharam as políticas pós-identitárias e as vivências das mulheres trans, das travestis e das pessoas não-binárias e toda uma multiplicidade de fatores que se conjugam na conformação das identidades (HOLLANDA, 2019, p. 19).

Não é de nosso interesse, como tampouco seria viável, recuperar, neste momento, todos esses fatores e aprofundar as diversas vertentes dos estudos de gênero no século XXI, dada inclusive a novidade de boa parte desses fenômenos. Cumpre-nos, porém, delinear alguns dos contornos gerais das remodelações mais recentes desse pensamento a fim de compreender melhor o cenário em que emergem e circulam os acontecimentos discursivos mais tardios que buscamos analisar nesta pesquisa.

Em relação à origem da teoria e da expressão “queer”, que têm ganhado força e projeção nos últimos anos, Teresa de Lauretis escreve:

¹³ Entendida como localização, física e imaginária, onde atua o poder colonial, a perspectiva da “diferença colonial” diz respeito a conseguir perceber “o ser que está em um mundo de significados sem dicotomias, e também a besta, as duas partes reais, as duas competindo para sobreviver, sob a influência de diferentes poderes. Assim, ver a colonialidade é revelar a própria degradação que nos dá duas rendições da vida e um ser tornado possível através delas. A única possibilidade de tal ser está na sua plena habitação dessa fratura, dessa ferida, em que o sentido é contraditório e dessa contraditoriedade novos sentidos aparecem” (LUGONES, 2019 [2010], p. 369).

Minha ideia para a teoria queer era a de começar um diálogo crítico entre lésbicas e homens gays sobre sexualidade e nossos respectivos históricos sexuais. Eu queria que, juntos, quebrássemos os silêncios que tinham sido erguidos nos “estudos de gays e lésbicas” sobre questões da sexualidade e suas relações com gênero e raça (por exemplo, o silêncio em volta de relacionamentos inter-raciais e interétnicos). Na minha cabeça, as palavras teoria e queer juntavam em uma expressão o objetivo político da crítica social com o trabalho conceitual e especulativo envolvido na produção dos discursos. A teoria queer tinha a possibilidade de desenhar outro horizonte discursivo, outra maneira de pensar o aspecto sexual (LAURETIS, 2019 [2010], p. 399).

Em um balanço sobre 20 anos de teoria queer escrito em 2010, a autora avalia que, na atualidade, uma identidade queer seria ainda mais radical do que uma identidade gay ou lésbica. Isso porque, para Lauretis (2019 [2010]), os termos empregados no ocidente em referência a identidades sexuais não normativas – como “LGBT” – acabam por privilegiar gêneros (ou identidades sociais) em detrimento de sexualidades (ou seja, sexualidade em sentido freudiano, como terreno de pulsões sexuais conflitantes). Sua reflexão a respeito dos usos da expressão “queer” é bastante elucidativa: “O termo queer atualmente, mesmo ainda carregando alguma coisa de sua conotação histórica de desvio sexual, passou a se apresentar como gênero-inclusivo, democrático, multicultural e multiespécie, o que o faz deixar o terreno das especificidades sexuais” (LAURETIS, 2019 [2010], p. 400).

Como representante de um pensamento radical sobre gênero no século XXI, Hollanda (2019) destaca o trabalho de Paul B. Preciado por sua proposta de releitura crítica da literatura da segunda onda feminista e da filosofia pós-estruturalista. De sua autoria, ressalta a ideia de “contrassexualidade” e a concepção de sexo como tecnologia biopolítica de dominação heterossocial, desenvolvida a partir do pensamento de Michel Foucault. Em diálogo com as reflexões de Lauretis sobre “desidentificação” enquanto desontologização das identidades, Preciado trabalha com a noção de “multidão queer” – e a conquista de voz por essas minorias como inversão da força performativa dos discursos e oposição às epistemologias sexopolíticas heteronormativas. Segundo Hollanda (2019, p. 20): “Preciado revoluciona em vários campos. Faz política quando produz ‘contraconceitos’, faz política quando procura formas de transformar estes conceitos-ação, faz teoria quando relata politicamente sua própria experiência de redesignação sexual”.

No Brasil, os estudos feministas da segunda década do século XXI – ao contrário daqueles dos anos 1990 e 2000, quando, apesar de se ampliarem em termos de pautas e terrenos disciplinares, passaram por certo refluxo entre as gerações mais jovens – ganham força diante dos estímulos das novas formas de ativismo jovem nas mídias sociais digitais e nas ruas. As universidades também testemunham essa expansão, com a proliferação de

coletivos de mulheres e trabalhos acadêmicos em diversas áreas (além das ciências sociais, comunicação, letras, artes, arquitetura etc.) voltados à desconstrução de noções de gênero e sexualidade, ao lugar de fala (ou seja, a questão da autorrepresentação de minorias e segmentos feministas) e à própria diversidade dos feminismos, entendidos agora de modo muito mais plural (HOLLANDA, 2019a).

A partir de sua experiência pessoal como intelectual e ativista, Hollanda faz um relato significativo – e otimista – sobre seu contato com o fenômeno transcorrido nos últimos anos a que se refere como “explosão feminista”:

Há pouquíssimo tempo, por volta de 2015, eu acreditava que a minha geração teria sido, talvez, a última empenhada na luta das mulheres. Até que um vozerio, marchas, protestos, campanhas na rede e meninas na rua se aglomeraram, gritando diante da ameaça de retrocesso que representava a aprovação do Projeto de Lei 5069/2013, que dificultaria o acesso de vítimas de estupro ao aborto legal. Levei um susto. Um susto alegre. Mais alegre ainda ao perceber que aqueles não seriam gritos passageiros. A novidade era tão repentina quanto forte. Pelo menos, ninguém precisava disfarçar seu feminismo, como era a tônica das simpatizantes do movimento no meu tempo. Elas chegaram e falaram, quiseram, exigiram. O tom agora é de indignação. E, para meu maior espanto, suas demandas feministas estão sendo ouvidas como nunca (HOLLANDA, 2018, p. 11).

O depoimento nos ajuda a compreender alguns elementos centrais das mobilizações feministas mais recentes, ao menos no Brasil, cuja conformação de características parece ainda em curso: primeiro, o papel central desempenhado pelas mídias nessas mobilizações, especialmente, as redes sociais digitais; em segundo lugar, o caráter jovem e plural dos movimentos; terceiro, um caráter aparentemente mais “disseminado” desses posicionamentos, ao menos entre algumas parcelas da população.

No caso das manifestações no ambiente digital, muitas delas adquirem a conformação de “campanhas” articuladas em torno de temas ou episódios específicos, muitas vezes motivadas por polêmicas que adquirem projeção na esfera pública midiaticizada, contando com a adesão espontânea de números elevados de usuários conectados que apresentam diferentes históricos de envolvimento e engajamento em causas feministas. Frequentemente, são utilizadas hashtags que ajudam a identificar e vincular conteúdos em torno de temáticas ou pautas específicas e, graças à visibilidade conferida aos conteúdos publicados, favorecem a agregação de novos apoiadores às movimentações que representam.

Um exemplo evidente desse tipo de mobilização se deu durante a última corrida eleitoral brasileira, em que grupos liderados por mulheres criaram a hashtag #EleNão em redes sociais digitais como forma de marcar sua oposição ao candidato à presidência Jair Bolsonaro. Durante o mês de setembro de 2018, o grupo de Facebook “Mulheres contra

Bolsonaro” foi invadido e sofreu ataques cibernéticos – ações que tiveram como resposta, como mostra uma pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo, a multiplicação de grupos na rede social e eventos convocatórios de atos nas ruas em oposição ao então candidato pelo PSL. Foi logo após o ataque cibernético também, no final de semana de 16 de setembro, que as citações às hashtags da campanha #EleNão alcançaram seu maior pico no Twitter, ultrapassando espaços de discussão de partidos e movimentos sociais específicos e chegando a aparecer inclusive em *timelines* de celebridades (BECKER, 30/09/2018).

Outro episódio que evidencia a força e projeção alcançada por manifestações feministas e de mulheres em redes sociais digitais aconteceu em 2016, com o uso da hashtag #belarecatadaedolar em postagens de redes sociais que ironizavam um perfil publicado em 18 de abril daquele ano pela revista *Veja* sobre Marcela Temer, esposa do então vice-presidente da República, Michel Temer. O artigo de Juliana Linhares, intitulado “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar”, gerou polêmica por valorizar uma representação de mulher enquanto submissa e voltada à vida doméstica. As publicações buscavam questionar a imagem feminina presente na matéria de *Veja*, especialmente as escolhas lexicais de seu título, a partir do uso de fotos que reafirmavam outros possíveis papéis sociais femininos. Assim, as ressignificações mais recorrentes nas postagens seguiam três eixos principais: a questão dos padrões de beleza; a temática do comportamento moral ou sexual da mulher; e sua participação na vida pública¹⁴.

A relação com a tecnologia e o uso de mídias digitais também é apontado por pesquisadores e jornalistas como elemento distintivo de uma possível “quarta onda” do feminismo – grosso modo, um momento marcado pelo reaquecimento e popularização do interesse em pautas feministas, com destaque para a denúncia da desigualdade de gênero, violência contra a mulher e assédio sexual, iniciado por volta de 2012. Segundo Prudence Chamberlain (2017), que defende a existência de uma nova fase do feminismo, uma postura recorrente nesse contexto seria a incredulidade diante do fato de certas atitudes de discriminação e injustiça continuarem a existir. Alguns comentaristas destacam também o caráter radical e anticapitalista dessa geração de feministas, o que estaria inclusive na base de episódios de conflito com o movimento LGBT¹⁵:

¹⁴ Apresentamos uma análise detalhada desse caso em: SCABIN, Nara Lya Cabral; GUILHERME, Sofia Franco. “Diálogo e engajamento no caso #belarecatadaedolar”. In: SERELLE, Márcio; SOARES, Rosana de Lima (Orgs.). **Mediações críticas**: representações na cultura midiática. São Paulo: Kritikos, 2017, p. 55-67.

¹⁵ É importante assinalar que, nos últimos anos, o movimento LGBT também vive singularidades significativas, que incluem uma forte movimentação por parte das marcas para atrair a atenção e simpatia do público gay, cujo

O feminismo e o mundo gay, antes companheiros de viagem, hoje estão se estranhando. Muitos já sabem, mas nem todos querem reconhecer publicamente. Não se trata apenas da questão das barrigas de aluguel, apesar de esse assunto ter aberto uma lacuna que não se fecha – no caso, só aumenta. O que já se reconhece como quarta onda do feminismo – aquela que atualmente leva à rua milhões de mulheres, organiza o revolucionário MeToo, tenta mudar a política, abraça a ecologia e rejeita o capitalismo em sua versão mais dura – é uma onda que não se compadece de certos comportamentos do mundo gay. E fica chocada com algumas formas de vida do G de LGBTI.

Nos últimos anos, algumas feministas viravam a cara diante da ostentação do carro alegórico que defendia a liberação das barrigas de aluguel na parada do Orgulho Gay de Madri. Uma prática, a mercantilização do corpo da mulher, que em boa medida irrita o feminismo. “O que nós, feministas, podemos fazer com esse orgulho de mercado? A quarta onda do feminismo é marcadamente anticapitalista, muito crítica com o neoliberalismo como fonte de desigualdade e exploração inesgotáveis. Não se trata só das barrigas de aluguel. O mercado tem uma capacidade infinita de articular as demandas patriarcais: barrigas, prostituição, pornografia, a indústria do sexo em geral (BREÑA, 17/11/2018, *online*).

No Brasil, o feminismo tem sido associado, nos últimos anos, a um potencial de resistência diante da guinada conservadora vivenciada no país. Na apresentação de um dossiê sobre a quarta onda feminista publicado pela revista *Cult* em 6 de junho de 2017, a pesquisadora Carla Rodrigues destaca

[...] a importância decisiva, o caráter insurgente dos feminismos que, desde a #primaveradasmulheres, em setembro de 2015, desde as manifestações de rua de 2013, desde a Marcha das Vadias, em 2011, vieram se consolidando como força política fundamental no cenário da resistência (RODRIGUES, 06/06/2017, *online*).

A expansão de mobilizações de mulheres no contexto do século XXI se dá também em outros países da América Latina, como destaca Cecília Palmeiro, uma das fundadoras do movimento argentino Ni Una Menos: para ela, a quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana e tem conquistado apoio entre amplos setores da população nesses países.

O que eu acho mais interessante desta chamada quarta onda do feminismo é que ela é tipicamente latino-americana, de base latino-americana. Não houve um país latino-americano que não aderiu à Greve Geral e ao Paro Interacional de Mulheres. Estávamos todas ligadas nas mesmas questões, crescemos muito com esse diálogo e conseguimos ampliar vozes que não tinham um lugar privilegiado no feminismo [...]

As mulheres latino-americanas fizeram parte da Women’s March em protesto à eleição de Donald Trump. Quando imaginaríamos que as indígenas do Paraguai estariam nas ruas pelos mesmos motivos que as mulheres brancas de Nova York, por exemplo? Mas eu não vejo as mulheres do hemisfério norte se solidarizarem com a luta das venezuelanas contra o golpe de Nicolás Maduro, por exemplo. É importante reconhecermos a luta de outras mulheres como lutas próprias. A greve de mulheres, que teve adesão de mais de 30 países, foi o primeiro passo. Nossas palavras de ordem, “nem uma a menos”, foram traduzidas e usadas na Coreia e na

poder de compra – o chamado “pink money” – desperta o interesse de empresas, por um lado; e a cobrança por parte desses movimentos por maior diversidade nas organizações. No Brasil, têm ganhado força e evidência as reivindicações de maior espaço no mercado de trabalho para a comunidade trans, que enfrenta situações de forte discriminação e maiores dificuldades para ingressar no mercado formal (ROSSI, 17/06/2017).

Polônia, por exemplo. Estamos travando diálogo com os movimentos feministas em todos os continentes para trocar experiências e aprender umas com as outras (CECÍLIA PALMEIRO apud GONZALEZ, 14/11/2017, *online*).

Em relação à criação de uma ampla rede internacional, Palmeiro vê na quarta onda um caminho para a consolidação do que Nancy Fraser denomina como “feminismo dos 99%”, ou seja, “um feminismo sem lideranças, feito pela maioria e para a maioria”, em que as forças do feminismo de base possam estar interligadas a outros movimentos sociais (ambientalistas, negros, indígenas, LGBTs etc.) a fim de “abolir as hierarquias e criar formas não-capitalistas de fazer política” (CECÍLIA PALMEIRO apud GONZALEZ, 14/11/2017, *online*).

Redes horizontais de colaboração, uso das tecnologias digitais, busca de novas linguagens (como a da poesia e das artes), ausência de lideranças e recusa à participação no sistema político (partidário/eleitoral) tradicional: estes são alguns dos elementos que parecem caracterizar as mobilizações identificadas pela etiqueta da “quarta onda feminista” em diferentes contextos nacionais ao redor do globo.

4.2. Presença de categorias de gênero/sexualidade no espaço público midiático

Com o desenvolvimento e expansão dos estudos de gênero e feministas, a própria categoria “gênero” e categorias analíticas correlatas passaram por ampla difusão em discursos acadêmicos, nos últimos anos. Esse processo reflete sobre o modo como movimentos politicamente organizados estruturam suas demandas e as encaminham à esfera pública, ao mesmo tempo em que se relaciona à ampliação da visibilidade de discussões relacionadas a gênero/sexualidade no debate público e nas mídias.

Um primeiro passo para compreender como essa visibilidade se articula é considerar o recorte do espaço público construído por discursos midiáticos – e, mais especificamente, jornalísticos –, os quais, se não podem evitar refratar aquilo que reportam, também não deixam de refletir algo do mundo social à sua volta. Assim, a fim de mapear, exploratória e panoramicamente, os contornos gerais da emergência de categorias relacionadas a gênero e sexualidade, elegemos alguns recortes que permitem também aproximarmo-nos do universo de investigação desta pesquisa e tatear algo de sua materialidade empírica: a partir dos acervos digitalizados de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, pesquisamos

pela incidência de palavras-chave específicas nas edições impressas desses jornais, considerando todo o período coberto pelos acervos consultados, até a década de 2010¹⁶.

Abarcamos, desse modo, um intervalo que corresponde não apenas ao período de investigação que guia a etapa de análise de material empírico desta pesquisa (cujos resultados serão apresentados na quarta parte desta tese), como também o momento de consolidação dos estudos de gênero, do pensamento da terceira onda feminista e de emergência de manifestações consideradas como parte da quarta onda, no início deste século. Ao mesmo tempo, ao considerar os três jornais brasileiros em questão, torna-se possível visualizar a emergência de categorias relacionadas a gênero e sexualidade em um espaço de representação¹⁷ do debate público relativamente tradicional e que conta com número significativo de leitores entre os jornais diários atualmente em circulação no país¹⁸. Trata-se de uma escolha, portanto, que oferece uma mostra representativa de discursos em circulação em uma parcela ampla da sociedade.

Mais do que observar os números absolutos de ocorrências e compará-los entre os jornais – o que seria não apenas pouco relevante para as finalidades deste levantamento, mas também equivocado, já que diferentes jornais possuem diferentes tamanhos, e também têm suas estruturas modificadas ao longo dos anos –, o que nos interessa são tendências gerais, como curvas de crescimento marcantes e presenças evidentemente contrastantes, como saltos quantitativos entre os anos. Assim, os números serão considerados *grosso modo*.

4.2.1. Visão panorâmica: incidência de palavras-chave

Um primeiro modo de conduzir nossas buscas junto aos acervos jornalísticos se deu a partir da categoria *mulher*. Reconhecemos que esta é uma palavra demasiado vaga e abrangente, cujos usos não necessariamente se referem a debates relacionados a temáticas de gênero; ainda assim, consideramos ser interessante incluí-la neste olhar panorâmico na medida em que sua incidência quantitativa nos jornais pode ser considerada, se não como

¹⁶ Os dados que apresentamos nos gráficos ao longo das próximas páginas foram atualizados até o dia 30 de dezembro de 2019.

¹⁷ Dialogamos aqui com Patrick Charaudeau (2010), quando esse autor aponta que não se pode dizer que as mídias transmitem o que ocorre de fato na realidade social. Elas, em lugar disso, impõem o que constroem do espaço público. Isso porque a linguagem apresenta sua própria opacidade. Por conseguinte, as notícias constroem uma “imagem fragmentada do espaço público”, “uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel”. Por isso, Charaudeau diz que as mídias compõem “vários espelhos deformantes ao mesmo tempo”, cada um mostrando, embora com deformações, fragmentos simplificados do mundo social (CHARAUDEAU, 2010, p. 20).

¹⁸ Aspectos do histórico, assim como informações sobre tiragem e circulação dos veículos jornalísticos *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, serão discutidos no capítulo 5.

evidência incontestável, ao menos como indício de uma maior ou menor presença de pautas que tratam da condição feminina ou, pelo menos, conferem visibilidade a figuras ou personalidades femininas. A fim de construir um olhar mais acurado sobre os dados, levantamos também a incidência da palavra-chave “mulheres”, já que o uso do plural poderia indicar uma tomada mais coletiva do termo.

Os gráficos 1 e 2 mostram a presença das palavras-chave nos três veículos considerados, dos anos 1870 à década de 2010:

Gráfico 1. Presença da palavra-chave *mulher* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 2. Presença da palavra-chave *mulheres* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

No caso de *O Estado de S. Paulo*, o acervo digitalizado disponível online¹⁹ abarca todas as edições da publicação desde sua fundação, em 1875. Por essa razão, incluímos, nos gráficos anteriores, todas as ocorrências da palavra *mulher* dos anos 1870 aos anos 2010, compilando os dados a cada década. No caso de *mulher* e *mulheres*, como se pode visualizar, é possível verificar um aumento significativo no número de menções a partir dos anos 1980,

¹⁹ Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>.

embora as ocorrências diminuam, nos três jornais, na última década. Considerando os números *grosso modo*, porém, o que se destaca é uma curva ascendente de crescimento.

Tendência similar pode ser observada em *O Globo*. Fundado em 1925, o acervo digitalizado do jornal disponibiliza, online²⁰, todas as suas edições desde o primeiro número. Como os gráficos evidenciam, em *O Globo*, embora a curva de crescimento da presença das categorias *mulher* e *mulheres* seja menos acentuada na passagem para os anos 1980 e 1990, verifica-se um aumento gradual na concentração de menções ao longo do período considerado – com exceção apenas, como já mencionado, da década de 2010.

No caso da *Folha de S. Paulo*, seu acervo digitalizado disponibiliza online²¹ todas as edições desde 1960, ano em que o jornal começa a circular, com esse nome, a partir da fusão da *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. As buscas pelas palavras-chave *mulher* e *mulheres* mostram as duas categorias bem distribuídas ao longo de todo o período considerado, com maior presença na década de 1980 e pico de crescimento nos anos 2000.

Um segundo modo de construir um olhar panorâmico sobre a presença de categorias relacionadas a gênero/sexualidade nos acervos jornalísticos diz respeito à busca de expressões que articulam, de maneira explícita, a palavra “gênero”, cuja importância teórica e analítica buscamos evidenciar na primeira parte deste capítulo.

Assim, optamos por realizar buscas a partir de duas palavras-chave que, embora pouco específicas, correspondem a categorias amplamente mobilizadas no debate público, como categorias nativas, e por isso poderiam abarcar ocorrências mais intimamente ligadas aos debates sobre gênero propriamente ditos. Pensando nisso, escolhemos as palavras-chave *identidade de gênero* e *questões de gênero*. Esperamos, com essa escolha, fugir à imprecisão e polissemia que seriam inevitáveis caso pesquisássemos apenas pelo termo “gênero”.

Os resultados dessa segunda etapa de buscas são apresentados nos gráficos 3 e 4:

²⁰ Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>.

²¹ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>.

Gráfico 3. Presença da palavra-chave *identidade de gênero* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 4. Presença da palavra-chave *questões de gênero* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

O Gráfico 3 mostra que a categoria *identidade de gênero* aparecia pontualmente nos jornais ao longo dos anos 1970 (com apenas uma ocorrência no *Estadão* e uma no *Globo*), 1980 (novamente, com uma ocorrência no *Estadão* e uma no *Globo*) e 1990 (com duas ocorrências no *Estadão* e quatro no *Globo*); apresenta pequeno aumento no número de menções nos anos 2000 (quatro no *Estadão*, 12 no *Globo* e duas na *Folha*); e parece entrar de maneira muito significativa no vocabulário dos veículos pesquisados na década de 2010. Nesse período, os três jornais apresentam números próximos a 200 menções à palavra-chave em questão. Chama a atenção, portanto, o papel que a última década parece ter tido no que diz respeito à emergência, nos jornais considerados, de discursos circulantes que, de algum modo, referem-se a ou integram discussões sobre gênero.

Essa percepção pode ser corroborada pelos achados apresentados no Gráfico 4. Ele mostra que também a categoria *questões de gênero*, um pouco menos específica, parece entrar maciçamente para a cobertura jornalística nos anos 2010, período em que é mencionada 244 vezes no *Estado*, 259 no *Globo* e 253 na *Folha*. Nas décadas anteriores, o número de ocorrências é bem menos significativo, embora, na década de 2000, tenhamos encontrado um número maior de menções do que aquelas verificados no caso de *identidade de gênero*: foram 51 ocorrências no *Estado*, 26 no *Globo* e 15 na *Folha*. Ao mesmo tempo, causou-nos estranhamento a presença de algumas referências à categoria pelo *Globo* nos anos 1940, 1950 e 1960 (mais especificamente, quatro ocorrências em cada década); mas, consultando esses achados de modo individualizado, foi possível verificar que todos dizem respeito a utilizações da palavra “gênero” que não compõem a expressão “questões de gênero” e tampouco são empregadas no sentido que aqui nos interessa²².

Passemos, agora, a uma terceira rodada de palavras-chave: a fim de detectar vestígios da presença de debates relacionados a sexualidade nos jornais, sobretudo no que diz respeito à sua intersecção com discussões desenvolvidas a partir de um enfoque de gênero, consideramos as palavras-chave *orientação sexual* e *identidade sexual* (gráficos 5 e 6). Reconhecemos que as duas palavras-chave podem ser um tanto inespecíficas, mas acreditamos que, combinadas entre si, elas podem levar a resultados interessantes.

Gráfico 5. Presença da palavra-chave *orientação sexual* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

²² Acreditamos que tais ocorrências são apresentadas entre os resultados de pesquisa junto ao acervo de *O Globo* devido a alguma falha técnica do próprio motor de busca, provavelmente decorrente da menor qualidade de digitalização em função da antiguidade das edições. A consciência de que esse tipo de falha pode existir é mais uma razão para que os números sejam considerados aqui *grosso modo*.

Gráfico 6. Presença da palavra-chave *identidade sexual* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Observemos primeiro o Gráfico 6. O que ele mostra é que a expressão *identidade sexual*, possivelmente devido à especificidade que carrega, é relativamente recente no vocabulário dos jornais: nos três veículos pesquisados, suas primeiras ocorrências datam da década de 1970, e foi apenas nos 1990, 2000 e 2010 que o uso da categoria se tornou significativamente mais recorrente. É interessante também observar que os números totais de ocorrências em cada década são bastante parecidos entre os três jornais, provavelmente devido, uma vez mais, à especificidade do termo. Também não é impossível que os jornais tenham coberto basicamente as mesmas pautas e ouvido praticamente as mesmas fontes, daí a proximidade entre os números apresentados no período.

Por outro lado, se voltarmos ao Gráfico 5, veremos que ele evidencia que as primeiras ocorrências da expressão *orientação sexual* datam dos anos 1950 e 1960 e tornam-se cada vez mais numerosas ao longo das décadas, apresentando crescimento particularmente significativo entre os anos 1990 e 2010. Dada a riqueza dos achados para essa categoria, cabe aqui abrir um não tão breve parêntese para mostrar como sua utilização pelos veículos apresenta claras transformações ao longo do tempo, o que não deixa de ser indicativo da própria transformação de discursos circulantes sobre sexualidade e sua influência sobre o jornalismo.

Em relação a *O Estado de S. Paulo*, o primeiro dado relevante a ser destacado diz respeito ao fato de que as primeiras ocorrências de *orientação sexual*, nos anos 1950 a 1960, consistem exclusivamente em usos da expressão com o sentido de “educação sexual”. Em 1972, localizamos a primeira ocorrência da expressão *orientação sexual* com o sentido de uma identidade sexual que fugisse ao padrão de heterossexualidade. O uso aparece em uma matéria científica de 30 de dezembro daquele ano intitulada *A ciência de hoje nos aproxima do mundo de Orwell*, de Judith Randal, que faz referência a um experimento científico em que

eletrodos foram implantados no cérebro de um indivíduo homossexual com a finalidade de tentar alterar sua “orientação sexual”. Durante a década de 1980, nota-se mais uma vez a prevalência da abordagem educacional do termo. Já nos anos 1990, torna-se cada vez mais frequente o uso da expressão em sentido identitário, aparecendo inclusive em textos que abordam a questão da discriminação. Em 10 de fevereiro de 1994, por exemplo, um artigo intitulado *As minorias e a revisão constitucional*, assinado por Fabio Feldmann, apresenta uma contundente denúncia da persistência do preconceito motivado por “orientação sexual”.

No caso de *O Globo*, em 1º de agosto de 1957, a expressão *orientação sexual* aparece no anúncio de um ciclo de conferências, promovido pelo Departamento da Mocidade da Associação Cristã de Moços (evento que contava com patrocínio do jornal). Dentre os temas das palestras, que incluem títulos como “A formação de hábitos higiênicos na infância e na juventude” e “O desajustamento na adolescência”, cita-se “A orientação sexual dos filhos”. Como se vê, assim como no caso de *O Estado de S. Paulo*, as primeiras ocorrências da expressão *orientação sexual* em *O Globo*, nos anos 1950 e 1960, referem-se na verdade à educação sexual, em sentido disciplinarizante. Já na década de 1970, a expressão começa a aparecer com o sentido identitário em que costuma ser empregada hoje. Em uma notícia de 2 de junho de 1974, anuncia-se a realização de um curso ministrado por um especialista em psiquiatria infantil que pretendia discutir, entre suas aulas, “o que os pais precisam saber sobre homossexualismo infantil”. No texto, é evidente a prevalência de uma tomada médica, que atribuía um caráter desviante e patológico à homossexualidade.

No mesmo ano, o *Globo* publicou uma nota da France Press intitulada *Homossexuais defendidos na Polônia*, que fazia referência a um artigo originalmente publicado no semanário *Zyckle Literackie*, da Cracóvia, que denunciava a discriminação sofrida por homossexuais naquele país. Segundo a nota, datada de 1º de maio de 1974, esse tipo de defesa constituía “fato raro na imprensa socialista”. Os pressupostos em jogo nessa ocorrência da expressão *orientação sexual* se confirmam ao longo da década de 1980, período em que ocorrências da expressão em referência a propostas “educativas”, embora continuassem existindo, tornaram-se cada vez mais raras, cedendo lugar a matérias que abordavam questões relacionadas aos direitos de minorias sexuais. É o caso, por exemplo, da matéria intitulada *Constituintes gastam 4 horas discutindo frase*, de 3 de setembro de 1989, que aborda as discussões no âmbito da constituinte estadual do Rio de Janeiro sobre o conteúdo do Artigo 1º, Parágrafo 9, segundo o qual ninguém seria discriminado “em razão de nascimento, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho, religião, orientação sexual, convicções políticas ou deficiência física”.

Trajetória similar àquela verificada nas transformações dos usos da expressão *orientação sexual* em *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* pode ser encontrada na *Folha de S. Paulo*. No jornal, todas as ocorrências da expressão localizadas nos anos 1960 apresentam o sentido de “educação sexual”, grande parte em referência a cursos que abordavam essa temática. São frequentes também as vezes em que *orientação sexual* aparece ao lado de expressões como “orientação alimentar” ou em anúncios de cursos de “higiene e orientação sexual”. Na década de 1970, essa perspectiva educativa permanece. Em 1º de março de 1977, porém, já encontramos uma ocorrência da expressão associada à palavra “homossexual”.

Nos anos 1980, especialmente na segunda metade da década, tornam-se frequentes as ocorrências de *orientação sexual* na *Folha* em referência à ideia de identidade sexual. Surgem notícias que apontam ações encabeçadas por grupos organizados da sociedade civil em prol da defesa da “livre orientação sexual”. Uma matéria que ilustra bem o tom das discussões na época foi publicada em 27 de janeiro de 1988 sob o título *Paulistano está mais tolerante com os homossexuais mas teme a Aids*. Embora aponte a maior tolerância em relação à população homossexual como um “avanço”, a reportagem, ao vincular a homossexualidade ao estigma da AIDS, associa esse grupo a uma sexualidade desviante e “perigosa”. O uso da palavra “homossexualismo”, apontado atualmente como preconceituoso por incorporar um sufixo patologizante, também é sintomático do teor da matéria.

É interessante ainda notar que alguns posicionamentos hoje considerados inequivocamente preconceituosos apareciam de maneira “naturalizada” na matéria da *Folha* de 1988. Em um box ao lado do texto, apresentam-se os resultados de uma enquete do tipo “fala-povo” realizada pelo jornal com o público paulistano. Entre as perguntas feitas aos entrevistados, encontram-se questões como: “Em sua opinião, nos dias de hoje, existe alguma razão para se temer o homossexualismo?” e “Toda pessoa tem direito a suas preferências sexuais?”. O box apresenta ainda gráficos indicando as respostas apresentadas pelos entrevistados quando indagados sobre como reagiriam em caso de terem um colega de trabalho homossexual ou um filho ou filha homossexual.

Assim como nos demais jornais considerados, foi apenas a partir dos anos 1990 que se tornaram mais recorrentes na *Folha* ocorrências da expressão *orientação sexual* em textos que focalizam a identidade sexual a partir de uma ótica de direitos, ação política e mobilização social – tendência que se confirma e acentua nos anos 2000 e 2010.

Há ainda outras possibilidades de termos que podem ser pesquisados a fim de se explorar a presença de categorias de gênero/sexualidade nos jornais considerados. Um caminho interessante, por exemplo, é considerar, como palavras-chave, categorias associadas a identidades sexualmente desviantes em relação à heterossexualidade. Apresentamos, a seguir, uma série de seis gráficos que se dedicam a esse recorte.

Gráfico 7. Presença da palavra-chave *LGBT* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 8. Presença da palavra-chave *homossexualismo* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 9. Presença da palavra-chave *homossexualidade* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Os dados apresentados nos gráficos 7, 8 e 9 devem ser lidos conjuntamente, e seus cruzamentos sugerem diversas percepções interessantes. Em primeiro lugar, cabe observar que o Gráfico 7, ao mostrar a presença da expressão LGBT²³ nos jornais, diz respeito a uma categoria abrangente no que diz respeito à diversidade sexual e recorrente no espaço público atual. Observando-se os gráficos 8 e 9, é interessante analisar a incidência das palavras *homossexualismo* – hoje considerada preconceituosa e “politicamente incorreta” – e *homossexualidade* – defendida como mais adequada por movimentos sociais – em cada jornal. Em primeiro lugar, quando consideramos os três gráficos acima (7, 8 e 9), é possível notar que *homossexualismo* é o termo que possui ocorrências mais antigas nos jornais: seus primeiros usos remetem aos anos 1940, em *O Estado de S. Paulo*; aos anos 1950, em *O Globo*; e aos anos 1960, na *Folha de S. Paulo*. Além disso, seu uso segue uma curva ascendente até os anos 2000 (*Estadão*), 1990 (*Globo*) ou 1980 (*Folha*). Ao mesmo tempo, seu uso decai significativamente na década de 2010. Já a expressão *homossexualidade*, também antiga no vocabulário dos jornais, mantém um número inferior de menções em relação a *homossexualismo* até os anos 1990, com exceção apenas da *Folha* na década de 1960.

A partir dos anos 2000, o número de ocorrências de *homossexualidade* praticamente se equipara (*O Globo*) ou ultrapassa (*O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) as menções a *homossexualismo*. É justamente nesse contexto, em que *homossexualidade* emerge como a forma revista e atualizada de *homossexualismo* – como efeito de demandas e reivindicações que ascendem à esfera pública com vistas à construção de representações que não mais

²³ Embora existam hoje outras siglas inclusive mais abrangentes em termos de diversidade sexual, optamos por utilizar “LGBT” porque, não sendo viável abarcar, neste breve levantamento preliminar, todas as siglas existentes, selecionamos aquela mais popular nos discursos circulantes e mais aceita pelos movimentos militantes no Brasil.

cristalizassem uma ideia “patologizante” de sexualidade, isto é, que inspirasse “reparação” ou “cuidados médicos” –, que a categoria *LGBT* entra para o vocabulário dos jornais. Relacionada ao discurso de setores politicamente engajados e movimentos sociais, a expressão torna-se mais recorrente do que *homossexualismo* e *homossexualidade*, nas três publicações, na década de 2010.

Gráfico 10. Presença da palavra-chave *transexual* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 11. Presença da palavra-chave *transgênero* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Os gráficos 10 e 11 mostram a incidência, nos jornais, de outras duas palavras-chave relacionadas à identidade de minorias de gênero/sexuais. O Gráfico 10 mostra que, nos três jornais observados, uma mesma tendência se manifesta: a expressão *transexual* começa a aparecer nos anos 1960, no *Estado de S. Paulo* e na *Folha*, e nos anos 1970, em *O Globo*, com crescimento significativo no número de menções a cada década e pico de concentração nos anos 2010. Já a expressão *transgênero* mostra-se mais recente no vocabulário dos jornais:

na *Folha* e no *Globo*, suas primeiras ocorrências datam dos anos 1990, enquanto, no *Estado*, remetem aos anos 2000. Além disso, nos três veículos, a presença da palavra *transgênero* apresenta uma significativa tendência de crescimento, com elevado número de menções na década de 2010, ainda que sua concentração total mantenha-se inferior à de *transsexual*.

O que esses dados sugerem é que as três publicações incorporam cada vez mais, nos anos mais recentes, expressões que remetem a discussões e pautas identitárias que reivindicam políticas de identidade capazes de desestabilizar as representações binárias de gênero e sexualidade. Se voltarmos aos dados apresentados nos gráficos 1 e 2, vemos que, ao mesmo tempo em que a categoria *mulher* parece adquirir visibilidade crescente nos jornais, os debates identitários relacionados sobre gênero parecem se refletir na ampliação do uso de palavras como *transsexual* e *transgênero* no vocabulário dos veículos em foco.

Mais uma forma de considerar a incidência de categorias relativas a gênero e sexualidade na cobertura jornalística pode se dar por meio de palavras-chave que fazem referência a formas de violência e discriminação contra mulheres e outras minorias de gênero e sexuais. Começemos pela palavra-chave *machismo*. Ainda que não se possa afirmar que todas as ocorrências dessa categoria evidenciem um posicionamento crítico por parte dos textos, deve-se considerar que seu emprego revela a constituição de um diálogo com discursos circulantes que afirmam a presença de tais formas de violência na sociedade.

Gráfico 12. Presença da palavra-chave *machismo* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

No caso de *machismo*, temos algumas ocorrências bastante pontuais anteriores aos anos 1970 (um uso nos anos 1900, um em 1910 e sete em 1960, no *Estadão*; dois usos na

década de 1920 e cinco na de 1960, em *O Globo*; e quatro ocorrências nos anos 1960, na *Folha*), década que marca a entrada maciça dessa palavra para o vocabulário dos jornais, provavelmente como reflexo da efervescência do pensamento e manifestações feministas. Os anos 1980 também revelam um uso expressivo da categoria pelos veículos, que chega a superar, em número, as ocorrências dos anos 1990 no *Globo* e na *Folha*.

Mais uma categoria relativa à violência e discriminação de gênero/sexual, a palavra-chave *homofobia* permite a localização de resultados interessantes quando utilizada como critério à busca de ocorrências junto aos acervos jornalísticos (Gráfico 13).

Gráfico 13. Presença da palavra-chave *homofobia* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Como mostra o gráfico acima, a expressão *homofobia* é razoavelmente recente no vocabulário dos jornais: seus primeiros usos remetem à década de 1980. Ela se torna significativamente mais presente nos três jornais analisados a partir dos anos 1990, com pico de concentração nos anos 2010. O caso da palavra *homofobia* é particularmente interessante porque, dado seu caráter recente no vocabulário dos jornais e no debate público como um todo, parece-nos plausível relacionar sua presença diretamente à visibilidade adquirida na contemporaneidade pelos debates identitários e políticas de identidade.

Assim como no caso da expressão *machismo*, os usos da palavra-chave *homofobia*, largamente empregada em debates travados em redes sociais digitais atualmente, pressupõe a circunscrição do campo da discriminação contra integrantes da chamada comunidade LGBT como um campo específico e, portanto, digno de nota. Além disso, o emprego da expressão – seja como afirmação de uma ocorrência discriminatória ou como refutação do caráter homofóbico atribuído a determinada ocorrência – pressupõe o reconhecimento do caráter intolerável das diversas formas de discriminação sexual.

Por esses motivos, a presença do termo *homofobia* nos jornais considerados é particularmente relevante para este levantamento: por meio de buscas empregando tal palavra-chave, torna-se possível identificar a visibilidade concedida pelas publicações não apenas à existências de formas de sexualidade para além da heterossexualidade, mas também a discursos que questionam formas de representação e atitudes consideradas preconceituosas e quase sempre reivindicam outras formas de representação das minorias sexuais em questão.

Nos últimos anos, começam a surgir também referências a formas discriminação específicas contra as identidades representadas pelas demais letras da sigla “LGBT”, como mostram os gráficos 14 e 15:

Gráfico 14. Presença da palavra-chave *transfobia* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 15. Presença da palavra-chave *lesbofobia* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Quando comparadas às ocorrências da palavra-chave *homofobia*, as referências a *transfobia* e a *lesbofobia* chamam atenção pelos números significativamente menores em que

se apresentam: somando-se os achados dos três jornais, foram localizadas apenas quatro menções a *transfobia* e seis a *lesbofobia* nos anos 2000, enquanto, na década de 2010, foram 286 citações a *transfobia* e 17 a *lesbofobia*.

Vejamos agora os gráficos para a incidência de outras categorias relacionadas à violência de gênero (*assédio sexual*, *estupro* e *feminicídio*):

Gráfico 16. Presença da palavra-chave *assédio sexual* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 17. Presença da palavra-chave *estupro* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Gráfico 18. Presença da palavra-chave *feminicídio* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

O Gráfico 16 mostra que, embora a palavra-chave *assédio sexual* esteja presente, em pequenos números, desde a década de 1930, no *Estadão*, e a década de 1970, no *Globo* e na *Folha*, é a partir dos anos 1990 que ela se torna mais recorrente nos veículos, provavelmente como reflexo da projeção crescente que as demandas feministas contra a violência sexual, de maneira geral, adquiriram no Brasil daquela época. Mais tarde, nos anos 2010, a concentração de ocorrências dessa categoria nos jornais tem novo pico de crescimento (exceto no caso de *O Globo*, cujos números das décadas de 1990 e 2010 mantêm-se praticamente equiparados).

No caso da palavra-chave *estupro*, o Gráfico 17 mostra que ela está presente, nos três jornais, por todo o período coberto pelos acervos digitalizados e em números totais mais elevados do que aqueles verificados no caso de *assédio sexual* – indício, talvez, da presença antiquíssima e arraigada do estupro como categoria decisiva à sociabilidade e ao cotidiano brasileiros. Não obstante, há um crescimento mais significativo das ocorrências da palavra *estupro* a partir das décadas de 1970 (*O Globo* e *Folha de S. Paulo*) e 1980 (*O Estado de S. Paulo*), com picos de concentração nos anos 1990 (*Folha*) e 2010 (*Estadão* e *Globo*).

Os achados apresentados no Gráfico 18, por sua vez, não são diferentes do que já poderíamos imaginar sobre a categoria *feminicídio*: o caráter recente de seu uso pelos jornais, impulsionado pela aprovação da Lei do Feminicídio, em 2015, e o número relativamente baixo de ocorrências nos três jornais. Isso não quer dizer, no entanto, que mulheres já não fossem assassinadas por sua condição de gênero antes disso, mas, provavelmente, esses crimes eram noticiados com outras denominações, como *homicídio*, *assassinato* ou *crime passionai*. O uso recente da expressão *feminicídio*, por outro lado, evidencia que a discussão sobre a violência contra a mulher sob uma ótica de gênero, que localiza a origem desse tipo de crime em estruturas patriarcais, parece adquirir visibilidade na cobertura jornalística.

Gráfico 19. Presença da palavra-chave *cultura do estupro* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Finalmente, o Gráfico 19 evidencia a presença, nos jornais, de uma categoria incorporada ao vocabulário de movimentos feministas do século XXI como forma de denunciar a persistência e conivência em relação à violência sexual: *cultura do estupro*. Carregada de forte viés crítico e contestador, a expressão começa a aparecer nos veículos, ainda que de modo pontual, entre 2012 (*Estadão*), 2013 (*Globo*) e 2016 (*Folha*).

Uma última forma de mapear a presença de categorias de gênero/sexualidade no espaço público representado pelos jornais brasileiros focalizados diz respeito à utilização de palavras-chave que se referem diretamente à militância e ativismo político: *feminismo* e *feminista* (gráficos 20 e 21).

Gráfico 20. Presença da palavra-chave *feminismo* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Em relação à palavra-chave *feminismo*, o gráfico acima mostra que ela está presente desde 1890 no vocabulário de *O Estado de S. Paulo*, 1920, no caso de *O Globo*, e 1960, na *Folha de S. Paulo*. Isso significa que acontecimentos e debates relativos às diferentes ondas do feminismo foram cobertos pelos veículos. Apesar dessa presença constante na imprensa ao longo do século XX, é possível perceber também que o número de menções à expressão *feminismo* entra em uma curva de crescimento mais acentuada a partir dos anos 1980 (ou 1970, no caso do *Globo*), com pico na década de 2010.

Gráfico 21. Presença da palavra-chave *feminista* nos jornais. Fonte: dados coletados pela autora.

Tendências semelhantes podem ser observadas no caso da palavra-chave *feminista* (Gráfico 21), especialmente no que diz respeito aos anos 2010 como momento de maior concentração de ocorrências. Algumas particularidades, apesar disso, podem ser destacadas, como o fato de que *Globo* e *Folha* apresentam um número menor de menções à expressão *feminista* ao longo da década de 2000 em comparação com o observado nos anos 1990 e 1980. Além disso, os números totais de ocorrências à palavra *feminista*, em todos os anos, é significativamente maior do que aqueles constatados no caso de *feminismo*. Isso sugere que os jornais provavelmente qualificam (pessoas, obras, comportamentos etc.) como “feministas” com mais frequência do que se referem ao “feminismo” como movimento político-social.

4.2.1.1. O que a incidência de expressões mostra

Segundo Dominique Maingueneau (2008), embora as palavras, isoladamente, não sejam relevantes para a análise de discurso, elas interessam a essa proposta analítica na medida em que, consideradas em conjunto com outros planos discursivos, podem indicar pontos de cristalização semântica de discursos. Por isso, para além de sua evidente conveniência prática, o fato de a construção do breve panorama que apresentamos nas últimas páginas ter se baseado em palavras-chave procura atender a uma preocupação teórico-metodológica fundamental desta pesquisa.

Ao escolher termos que se referem a categorias de gênero/sexualidade, buscamos observar incidências temáticas e indícios da presença de discursos em circulação – ainda que, neste momento, não tenhamos nos dedicado a analisar de forma detalhada os discursos em si. Embora as palavras-chave que nos conduziram nesse panorama exploratório não sejam

consideradas de forma sistemática (de modo que seria arriscado entendê-las como “específicas” de determinados discursos), elas têm pertinência se consideradas em sua redundância e no cruzamento entre si, como buscamos evidenciar.

Pensando nisso, algumas observações complementares podem ser feitas. Em primeiro lugar, cabe observar que apenas as palavras-chave *mulher/mulheres*, consideradas isoladamente, não seriam dados significativos para a investigação da presença de indícios da possível influência exercida por discursos engajados no debate sobre gênero/sexualidade sobre o jornalismo. Isso porque, embora a curva de concentração do termo *mulher* ao longo das décadas pareça indicar uma ampliação da visibilidade concedida à categoria, não podemos afirmar ao certo a natureza dessa visibilidade, assim como poderíamos conjecturar se não se trata apenas de um efeito da ampliação do espaço conquistado por mulheres em diversos espaços sociais – ainda que não possamos esquecer que todo “reflexo” do mundo construído pela linguagem é sempre efeito de uma angulação escolhida.

Não obstante, se considerados ao lado dos dados obtidos com as demais palavras-chave pesquisadas, os resultados obtidos para a categoria *mulher* tornam-se mais reveladores. Tanto as palavras-chave *transsexual* e *transgênero*, por exemplo, quanto as palavras-chave *machismo* e *homofobia* têm seu uso profundamente ligado a discursos engajados no questionamento, mais ou menos contundente, de regimes políticos, identitários e representacionais de gênero/sexualidade. Enquanto *transgênero* e *transsexual* buscam afirmar e conferir visibilidade à existência de subjetividades que escapam à lógica binária hegemônica dos gêneros/sexos, as palavras *machismo* e *homofobia* vinculam-se à constatação, em geral problematizadora, de práticas (sociais, culturais, institucionais, econômicas etc.) que levam à opressão da mulher pelo homem e à discriminação de minorias sexuais.

Parece-nos significativo, portanto, que as curvas de crescimento e os picos de concentração das diferentes expressões que pesquisamos sejam, em grande parte, semelhantes. É relevante também constatar que a grande maioria das categorias pesquisadas parece indicar os anos 1980/1990 como um momento de virada no vocabulário dos jornais, efeito possível de coerções exercidas por regimes discursivos emergentes sobre os enunciados jornalísticos. Ao mesmo tempo, as duas últimas décadas, com destaque para os anos 2010, parecem configurar-se como momentos decisivos à consolidação desses arranjos discursivos.

Em suma, há dois aspectos que gostaríamos de ressaltar. Primeiro, como já dissemos, há o fato de que pudemos constatar um crescimento na recorrência, ao longo das últimas décadas, de categorias relacionadas a debates sobre gênero/sexualidade nas páginas dos

jornais brasileiros pesquisados. Longe de se tratar de uma constatação conclusiva, interessa-nos compreender como se estabelecem, nesse contexto, trocas interdiscursivas entre os enunciados jornalísticos e discursos ligados à politização das identidades e à centralidade das identidades no debate político.

Em segundo lugar, o breve panorama que buscamos construir sinaliza a pertinência do período de observação adotado para a constituição de nosso *corpus* de pesquisa – a saber, o intervalo de 1978 a 2018. Isso porque, como vimos, os anos 1980 e 1990 parecem constituir momentos decisivos à ampliação da presença de expressões relacionadas aos debates sobre gênero/sexualidade no vocabulário dos jornais, enquanto as décadas de 2000 e 2010 representam a consolidação dessa tendência.

Cabe indagarmo-nos, nesse sentido, de que modo os enunciados jornalísticos engatam-se em discussões sobre gênero nesse período, quais discussões são aí visibilizadas – e quais são invisibilizadas –, bem como se tal engate se dá na chave de discursos políticos tradicionais da modernidade ou em consonância com discursos atrelados à valorização das diferenças, de vinculações identitárias, da representação e do reconhecimento – ou seja, discursos atrelados ao “imaginário político” que emerge na contemporaneidade, para retomar os termos de Fraser (2006). Com esses questionamentos, acreditamos abrir caminho para as discussões dos próximos capítulos.

PARTE III:
DELIMITAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO

CAPÍTULO 5

RECORTANDO UM CAMPO DISCURSIVO

Seguindo a perspectiva proposta por Lopes (2010), o modelo metodológico da pesquisa possui componentes de ordem “paradigmática” (níveis ou instâncias) e “sintagmática” (fases ou etapas). Os níveis metodológicos associam-se à “estrutura”, enquanto as fases metodológicas estão ligadas ao “processo”. O desenvolvimento de uma pesquisa requer a estruturação, ao mesmo tempo, em níveis e fases. Ainda segundo Lopes (2010), os componentes paradigmáticos do modelo metodológico contemplam as instâncias epistemológica, teórica, metódica e técnica. Da mesma forma, a pesquisa compõe-se de diversas fases ou etapas, as quais abarcam a definição do objeto, a observação, a descrição e a interpretação dos dados.

O objetivo principal da terceira parte deste trabalho – desenvolvido nos capítulos 5 e 6 – diz respeito à explicitação, com base nos critérios de estruturação da pesquisa implicados na instância técnica que fundamentam os procedimentos metodológicos da etapa de observação, do processo de construção dos dados da investigação. Em relação à instância técnica, lugar de construção do objeto empírico, pode-se afirmar que ela compreende “os procedimentos de coleta das informações e das transformações destas em dados pertinentes à problemática geral” (LOPES, 2010, p. 110-111).

À instância técnica, pertencem as operações que constroem os dados de modo relacionado à teoria: a observação, por meio da qual a informação se transforma em dado; a seleção de dados, que implica em processos teóricos de redução a um objeto de conhecimento verificável; e a operacionalização, que compreende um conjunto de operações técnicas dedutivas que conectam o conceito e o fato empírico.

Já a etapa de observação da pesquisa – a qual pretende “coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial” (LOPES, 2010, p. 123) – corresponde à concretização, na prática do pesquisador, da ruptura epistemológica que possibilita a construção do objeto de estudo e a identificação do problema de investigação. Trata-se do momento em que a ruptura entre o objeto científico e o objeto real ou concreto – isto é, a ruptura entre o fato científico e o saber imediato – pode ser verificada nas escolhas relativas à delimitação e à composição do universo a ser considerado na pesquisa e às técnicas de observação implicadas, com base no quadro teórico adotado.

Lopes (2010) defende a perspectiva de que os dados científicos devem ser *construídos* pelo pesquisador, processo que abrange duas operações distintas: a amostragem e as técnicas de coleta – com todas as ressalvas, porém, que podem ser feitas ao termo “coleta”, já que as informações a investigar não estão prontas ou disponíveis para serem simplesmente *recolhidas* pelo pesquisador; como dissemos, elas são antes construídas a partir do enquadramento teórico-metodológico da pesquisa. A delimitação da amostragem, nesse sentido, implica a construção de um universo de investigação, enquanto as técnicas de coleta dizem respeito aos “instrumentos por meio dos quais são obtidas ou coletadas as informações ou dados brutos da pesquisa”, os quais diferem das técnicas de análise que lhes sucedem (LOPES, 2010, p.146).

Neste capítulo, dedicamo-nos à caracterização do campo discursivo e seus recortes que constituem nosso universo de investigação, em um diálogo estreito com conceitos da Análise do Discurso que alicerçam este trabalho; em seguida, no capítulo 6, passamos aos meios pelos quais construímos o material empírico a ser analisado, momento em que passaremos também à etapa de descrição do *corpus* desta pesquisa.

5.1. Jornalismo de referência no campo discursivo jornalístico

Dominique Maingueneau (2008) afirma que, no conjunto finito – ainda que inapreensível em sua totalidade – de formações discursivas em uma conjuntura histórico-social dada, é possível delimitar campos discursivos sobre os quais irá se debruçar o analista do discurso. Situado em uma região específica do universo discursivo, o campo é descrito como caracterizado por um conjunto de discursos de mesma função social (podemos falar, por exemplo, em discursos políticos, econômicos, científicos, filosóficos etc.), que concorrem – em sentido amplo – entre si. Delimitando-se mutuamente, a concorrência entre as formações discursivas de um mesmo campo pode ser da ordem da polêmica, aliança, neutralidade aparente etc. Neste trabalho, nosso objeto e o universo de investigação que permite cotejá-lo remetem ao *campo jornalístico*, que tomaremos aqui como um *campo discursivo*, no sentido proposto por Maingueneau (2008).

Para esse autor, o conceito de campo discursivo possui importância central à compreensão da interdiscursividade, já que constitui, ao lado do universo discursivo e do espaço discursivo, um dos três níveis em que ela se concretiza. A troca interdiscursiva se

processa não apenas entre os discursos de um campo específico, como também *entre campos*¹ que o analista do discurso constrói enquanto domínios suscetíveis de análise². Nesse sentido, a própria definição dos recortes dos campos constitui em si um gesto de análise, assim como o conceito de campo discursivo corresponde mais a uma categoria analítica – construída pelo pesquisador – do que a categoria nativa – “disponível” no mundo à espera do olhar do analista. Nas palavras de Maingueneau:

Esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas [...]

Como era de esperar, a delimitação de tais campos não tem nada de evidente, não basta percorrer a história das ideias para vê-los oferecer-se por si mesmos à apreensão do analista. Nesse nível, é forçoso fazer escolhas, enunciar hipóteses [...] (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

É evidente o paralelo existente entre a noção de campo discursivo e a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que, como destaca Bernard Lahire, procurou desenvolver um modelo geral para pensarmos as sociedades diferenciadas. Cada campo, para o autor, é um microcosmo do espaço social, relativamente autônomo, com um *habitus* próprio, estruturado a partir das posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo e marcado pelas lutas decorrentes da concorrência entre esses mesmos agentes, que disputam a obtenção do capital específico do campo, desigualmente distribuído. Cada campo, nesse sentido, possui suas regras e desafios específicos (LAHIRE, 2017).

A partir da transposição do conceito bourdiano de campo aos estudos de discurso, Maingueneau (2010) destaca a pertinência de se pensar relações entre atores, posições e lutas pela autoridade em termos de “identidade enunciativa”, ou seja, diferentes posicionamentos em interação que constituem fontes de enunciados que devem assumir os embates próprios do campo, definindo e legitimando seu próprio lugar de enunciação³. Em ensaio sobre o campo literário apresentado ao público brasileiro na coletânea *Doze conceitos em análise do discurso*, o autor explica:

¹ Esse aspecto é particularmente importante a esta pesquisa, já que o jornalismo é um campo que pretende, justamente, reportar o que acontece em outros campos sociais/discursivos, referindo-se a discursos provenientes deles, em uma tentativa, muitas vezes, de traduzir discursos altamente especializados para um público leigo. É interessante, nesse sentido, refletir sobre a hierarquia de discursos dentro de um campo, como também sobre a hierarquia entre diferentes campos discursivos e o poder de interdição que seus discursos estabelecem uns sobre os outros.

² O próprio Maingueneau, a propósito da análise desenvolvida em *Gênese dos Discursos*, se propõe a desenhar, no oitavo capítulo da obra, correspondências entre dois campos distintos (no caso, entre o que ele denomina como “campo do discurso devoto” e o campo científico).

³ Maingueneau (2010) assume o conceito de “posicionamento discursivo” em substituição ao de “formação discursiva”, como apontado por ele próprio no prefácio à edição brasileira de *Gênese dos discursos* (2008).

Esse campo discursivo, onde os diversos posicionamentos estéticos investem cada um à sua maneira gêneros de textos e variedades linguísticas, não é uma estrutura estática, mas um jogo de equilíbrio instável. Os diversos posicionamentos estão em relação de concorrência em sentido amplo, isto é, sua delimitação recíproca não passa necessariamente por um confronto aberto (MAINGUENEAU, 2010, p. 50).

Ainda partindo da análise do campo literário, Maingueneau afirma, a respeito das modalidades de concorrência no interior desse campo discursivo:

A concorrência implica minimamente a existência de uma pluralidade de produtores que procuram ser reconhecidos como os mais legítimos por um público – muito restrito – que tem a possibilidade de preferir alguns a outros e de recompensá-los materialmente e/ou simbolicamente em função dessa preferência. Mas esse princípio pode se acomodar a situações muito diversas. Acontece assim, frequentemente, que os diferentes grupos ou indivíduos em concorrência não correspondem a posicionamentos associados a manifestos e doutrinas estéticas, mas, partilhando a maior parte de pressupostos estéticos e investindo mais ou menos os mesmos gêneros, diferem somente por seus “estilos”, suas temáticas (MAINGUENEAU, 2010, p. 58).

No caso do jornalismo, entendemo-lo aqui como um *campo discursivo* aos moldes do que conceitua Maingueneau (2008; 2010). Nesse campo, encontramos diversos posicionamentos (ou identidades enunciativas) que entram em concorrência a propósito tanto de questões propriamente jornalísticas – ou seja, questões técnicas, éticas, deontológicas, estéticas etc., como aquelas relacionadas à objetividade, à delimitação do que seria de interesse público, à conduta e papel do repórter na prática de apuração e aos diferentes estilos de reportagem, por exemplo – quanto de questões mais abrangentes, relacionadas à delimitação de identidades políticas no interior do campo – temos, por exemplo, jornais que se assumem conservadores, liberais, progressistas, socialistas etc.

Entre essas diversas posições ou identidades enunciativas, destacamos como foco de atenção desta pesquisa os ditos “jornais de referência”, que ocupam uma posição privilegiada na disputa pelo capital do campo jornalístico – capital sobretudo simbólico ligado à credibilidade de empresas e agentes individuais e capaz de se converter em capital econômico –, ainda que esses veículos atravessem uma crise cada vez maior de recursos e confiança por parte das audiências. Não obstante, para além das dimensões de mercado e público, essa crise remete a disputas que têm início na “própria maneira de compreender e legitimar o jornalismo”, do qual os jornais de referência “se postulam como os verdadeiros representantes” (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017, p. 2).

Entendemos que o que se toma comumente como “jornalismo de referência” corresponde a uma forma de inserção em uma matriz jornalística que desempenha papel decisivo no processo histórico de institucionalização do jornalismo e sua afirmação como

campo profissional e epistemologicamente autônomo; é importante também dizer que essa matriz se fundamenta em uma concepção de jornalismo moderno e em um modelo de jornalismo estadunidense (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017). Assim, longe de constituir uma categoria analiticamente bem delimitada ou unívoca⁴, optamos por utilizar a expressão “jornalismo de referência” justamente por se tratar de uma categoria nativa amplamente mobilizada no campo jornalístico e que reflete a luta por afirmação e legitimação dentro do próprio campo.

Dentre as tomadas possíveis do termo em pesquisas científicas, há uma compreensão que se destaca como denominador comum a diversos estudos: constitutivos de um espaço de significação, os jornais de referência podem ser entendidos como, ao mesmo tempo, produtores de uma instância enunciativa no plano simbólico (mediações simbólicas), instituições sociais que se relacionam com um quadro mais amplo de instituições (mediações sociais) e entidades empresariais (ZAMIN, 2014). De modo mais específico,

[...] pode-se objetivar o Jornalismo de referência como aquele que serve interna e externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público, qual seja, o país ao qual se dirige (ZAMIN, 2014, p. 939).

Embora não se trate de elementos consensuais, há ainda outras características gerais que costumam ser associadas ao jornalismo de referência por pesquisadores que se debruçam sobre o tema. Alguns exemplos são: gozar de prestígio e tradição; voltar-se para a economia, assuntos internacionais e política, com ênfase nesta última; pressupor, como público, leitores competentes do mundo público; possuir índices elevados de tiragem e circulação; e conceder importância e espaço significativos para artigos opinativos (ZAMIN, 2014).

Ao considerar o jornalismo de referência como uma “parte” ou “região” do campo jornalístico⁵, dialogamos com Maingueneau (2010) sobre a ausência de homogeneidade do campo discursivo. De acordo com o autor, os campos possuem centros, periferias e fronteiras, sendo que, entre os posicionamentos centrais, há dominantes e dominados, assim como os posicionamentos periféricos são dominados pelos centrais.

⁴ Segundo pesquisa de Angela Zamin (2014), investigações brasileiras e estrangeiras realizam diferentes usos da expressão “jornalismo de referência”, que se manifestam como delimitação de objetos de estudo, justificativa à constituição de *corpora*, estratégia metodológica ou construção teórica.

⁵ Optamos aqui por referirmo-nos ao jornalismo de referência como uma parte ou região do campo jornalístico e não como um “subcampo” porque entendemos que a segunda opção sugeriria a ideia de busca de autonomia dentro do campo. É também essa tomada do uso de “subcampo” que fica implícita em Maingueneau (2010, p. 50), quando este, ao se referir às possibilidades de posicionamento periférico no interior do campo discursivo, distingue aqueles casos em que se pretende “constituir um subcampo relativamente autônomo em relação ao centro”. Não é o que ocorre no caso do jornalismo de referência, que, ao contrário, parece caracterizar-se pelo exercício de hegemonia dentro do campo discursivo jornalístico.

Essa “geopolítica” do campo discursivo é fundamental aos nossos propósitos aqui, pois nos permite situar os jornais de referência como aqueles que ocupam posições ao mesmo tempo centrais e dominantes no campo jornalístico: centrais, porque representam os modelos mais consagrados ou ortodoxos de se fazer jornalismo dentro do campo; dominantes, porque são eles – devido à sua distribuição/presença geográfica, condições econômico-financeiras, antiguidade e/ou prestígio frente ao público – que se encontram em posição de determinar e encarnar o que caracteriza o que se entende por “verdadeiro” jornalismo, de modo que outros veículos que desejam ocupar posicionamentos centrais no campo acabam por imitar suas práticas, estilo, modelos produtivos etc.

Outro aspecto fundamental à caracterização do campo discursivo reside, segundo Maingueneau (2010), em se considerar o papel de sua(s) instituição(ões). No caso do campo discursivo literário, por exemplo, a instituição deve ser colocada “no coração da instância criadora”, o que vai de encontro à doxa ainda dominante no campo, profundamente centrada na valorização do gênio criativo individual (MAINGUENEAU, 2010, p. 50). Para o autor, o campo é uma dimensão da instituição literária – lógica que pode ser transposta também ao campo discursivo jornalístico e, particularmente, ao jornalismo de referência: dado seu caráter institucional, ele é formado por “aparelhos” em que se constituem os agentes do campo (no caso, as próprias empresas jornalísticas, além das escolas, faculdades e cursos voltados à formação de jornalistas) e um “arquivo”, ou seja, uma memória interna, constituída por narrativas e intertextos, constantemente assumida e reformulada nos conflitos do campo (MAINGUENEAU, 2010, p. 51).

Esse caráter institucional traduz-se também, como aponta Patrick Charaudeau (2010)⁶, na natureza compósita das mídias⁷, que são atravessadas por diferentes forças: sua função cidadã ou simbólica; a demanda comercial que caracteriza as empresas de mídia; o atravessamento por interesses, pressões e influências políticas. Enquanto suporte organizacional, as mídias integram as noções de “informação” e “comunicação”, que remetem a fenômenos sociais, às diversas lógicas que as caracterizam simultaneamente: lógicas

⁶ Embora o autor refira-se ao “discurso midiático”, suas colocações dizem respeito, sobretudo, ao campo jornalístico, sobretudo em suas vertentes centrais ou dominantes, a exemplo do jornalismo de referência a que aqui nos referimos.

⁷ Na verdade, o próprio espaço público, de acordo com Charaudeau (2010), é compósito, comportando práticas diversas, sendo algumas de linguagem, algumas de ação, outras de troca e organização em grupos de influência. Isso ocorre em todas as esferas que caracterizam as sociedades democráticas, isto é, nas esferas do político, do civil e das mídias. Os atores de cada uma delas constroem uma visão parcial do espaço público, como uma representação que tomaria o lugar da realidade. Ao mesmo tempo, essas três esferas interferem, continuamente, umas sobre as outras.

econômica (“fazer viver uma empresa”), tecnológica (“estender a qualidade e a quantidade de sua difusão”) e simbólica (“servir à democracia cidadã”) (CHARAUDEAU, 2010, p. 15).

Nesse sentido, a relação estabelecida com as instituições e valores da democracia é evidente: nas palavras do autor, “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade” (CHARAUDEAU, 2010, p. 20). Construída como constante representação nas páginas da imprensa, a democracia é necessária à sobrevivência das mídias – que encontram sua razão principal de ser no exercício de sua função cidadã.

A função informativa, essencial ao papel do jornalista, é pressuposta no contrato de comunicação midiática e integrada ao que Charaudeau chama de “instância de produção”:

Se falamos de instância é porque o que preside a produção da comunicação midiática é uma entidade compósita que compreender vários tipos de atores: os da direção do organismo de informação que cuidam da saúde econômica da empresa e de sua organização competitiva; os da programação, ligados aos precedentes de maneira a fazer com que as informações escolhidas tenham um certo sucesso junto ao público; os da redação das notícias e os operadores técnicos, que escolhem tratar a informação conforme sua linha editorial. Todos contribuem para fabricar uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático, uma coenunciação, cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto comum a esses atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação (CHARAUDEAU, 2010, p. 73).

Ao lado da instância de produção, o contrato de comunicação midiática pressupõe também uma “instância de recepção”, cuja identidade social é uma incógnita para a instância de produção. Assim, a instância de produção elabora constantemente previsões sobre os movimentos de avaliação do público quando este recebe uma informação, o que se pode dar segundo a identidade de um “público alvo ideal”, por um lado, ou por meio de estudos de suas recepções, por outro (CHARAUDEAU, 2010, p. 79). Considerar o contrato de comunicação midiática nesses termos é fundamental à caracterização do campo discursivo jornalístico porque, longe de constituir um elemento estático, ele nos ajuda a compreender a identidade discursiva constantemente negociada/disputada por suas instituições.

Outra implicação da natureza compósita de instituições jornalísticas diz respeito à finalidade do contrato de comunicação midiática, que, em contextos com o do jornalismo de referência, é marcado pela tensão entre duas visadas:

[...] uma visada de *fazer-saber*, ou visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão; uma visada de *fazer sentir*, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência (CHARAUDEAU, 2010, p. 86).

Ainda considerando a importância da institucionalidade – e historicidade – à compreensão do campo discursivo, dedicamo-nos, nas próximas páginas, a apresentar aspectos históricos e materiais implicados no desenvolvimento das empresas jornalísticas que constituem nosso universo de observação e que influem nas identidades sociais reivindicadas/negociadas por esses veículos. Ao mesmo tempo, esperamos, no restante deste capítulo, refletir sobre elementos centrais do “arquivo” do campo discursivo jornalístico – e, mais especificamente, do jornalismo de referência – e dos “discursos constituintes”⁸ que o fundamental e legitimam.

5.2. Jornais em foco: *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*

Como universo de investigação, adotamos nesta pesquisa textos publicados nas edições impressas dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 1978 e 2018. Esses três veículos representam atualmente os maiores jornais de referência brasileiros em termos de circulação impressa e digital, razão pela qual optamos por focalizá-los neste trabalho.

Segundo dados de março de 2019 apurados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação)⁹, os números de circulação diária paga total (que inclui tanto circulação digital quanto impressa) da *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* foram de 332.415, 319.785 e 245.022 exemplares, respectivamente. Nesse *ranking*, a *Folha* aparece como líder nacional de circulação. Quando se considera apenas a circulação digital, dados de 2018 do IVC¹⁰ mostram que *Folha*, *Estado* e *Globo* também ocupam o topo do *ranking* nacional, nessa ordem, seguidos pelo tabloide *Super Notícia*, publicado desde 2002 em Belo Horizonte pela Sempre Editora, do Grupo SADA, e o tradicional *Zero Hora*, de Porto Alegre.

Apesar de os dados do IVC indicarem um crescimento significativo, nos últimos anos, da circulação digital dos jornais escolhidos, optamos por considerar como universo de

⁸ Referimo-nos aqui ao conceito de Maingueneau (2010). Relacionada às problemáticas do interdiscurso, uma teoria do discurso constituinte busca dar conta do caráter heterogêneo do universo discursivo, que deve ser entendido como formado por zonas com propriedades específicas. Trata-se, portanto, de uma concepção que se opõe a tomadas que, ao tratar da interdiscursividade, situam em um mesmo plano diferentes gêneros e tipos de discurso. Os discursos constituintes correspondem, então, a uma zona discursiva específica e dizem respeito a falas que se constituem como “autoridade”, reivindicando para si uma forma de transcendência, pois se autorizam a partir de si mesmas. O próprio Maingueneau (2008), no prefácio à edição brasileira de *Gênese dos discursos*, reconhece que o conceito de discurso constituinte ajudaria a sanar, mais tarde, uma insuficiência que ele identificaria nesse livro: a falta de reflexão sobre a especificidade dos *corpora* estudados.

⁹ Informações disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

¹⁰ Informações disponíveis em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/01/30/circulacao-digital-dos-grandes-jornais-cresce-no-brasil.html>>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

observação desta pesquisa apenas suas versões impressas. Isso porque, com essa escolha, podemos abarcar de modo contínuo um amplo intervalo de tempo, o que não seria possível se considerássemos as edições digitais dos jornais, dado seu caráter recente. Ao mesmo tempo, pesa o fato de que a versão impressa ainda constitui o produto de maior prestígio no caso do jornalismo de referência. Não obstante, entendemos que o fato de *Folha*, *Globo* e *Estado* serem os três jornais com maior circulação digital atualmente no Brasil, dado indicativo da relevância que possuem no ambiente *online* e no debate público como um todo, só reforça a pertinência de serem escolhidos como foco de atenção neste trabalho.

5.2.1. Trajetórias e aspectos editoriais

Publicado desde o final do século XIX, *O Estado de S. Paulo* – o mais antigo dos três veículos jornalísticos que integram nosso universo de observação – é também o mais longo jornal atualmente em circulação na capital paulista. Ligado à elite cafeicultora de São Paulo, foi fundado em 4 de janeiro de 1875, por um grupo de republicanos liderados por Manuel Ferraz de Campos Salles – que se tornaria presidente do estado de São Paulo, de 1896 a 1897, e presidente da República, de 1898 a 1902 – e Américo Brasiliense de Almeida Melo – governador do Estado de São Paulo, de março a dezembro de 1891, e primeiro presidente do estado de São Paulo – com o nome original de *A Província de S. Paulo*.

A importância da fundação de *A Província* deve-se ao fato de ser o primeiro grande jornal engajado no ideário republicano e abolicionista, por meio dos textos contundentes de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, seus primeiros redatores.

Sua tiragem inicial era de 2.000 exemplares, bastante significativa para a população da cidade, estimada em 31 mil. Pode-se dizer que a partir de então o jornal foi crescendo com a cidade e influenciando cada vez mais a evolução política do país, com a enorme responsabilidade de ser o principal veículo da mais republicana das cidades brasileiras (PONTES, s./d, *online*).

A proposta de criação do jornal teria surgido na Convenção de Itu, conhecida como a primeira convenção republicana do Brasil, realizada em 1873 na residência de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado. Já em 1888 – mesmo ano em que Euclides da Cunha, sob o pseudônimo de Proudhon, passava a colaborar com o jornal –, *A Província* atingiria quatro mil assinantes. Dois anos depois, já com seu nome atual, *O Estado de S. Paulo*, a publicação alcançaria oito mil assinantes, número que chegaria a dezoito mil em 1896. Em 1902, Júlio Mesquita, redator do jornal desde 1885 e genro de José Alves de Cerqueira César, um dos fundadores, tornou-se proprietário de *O Estado de S. Paulo*.

Em sua história oficial, o *Estado* declara ter sido crítico ao sistema de voto vigente durante a República Velha, bem como ter apoiado a chamada Campanha Civilista, em 1909, e a candidatura de Ruy Barbosa para a presidência da República. Declara também ter apoiado, em 1926, a fundação do Partido Democrático, em São Paulo, e, em 1930, a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Dois anos depois, aliou-se à oposição para articular a Revolução Constitucionalista de 1932. Nesse contexto, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita seriam expatriados para Portugal, de onde retornariam um ano depois.

Essa breve reconstituição histórica evidencia o protagonismo político assumido pelo *Estado* em diversos momentos da vida nacional. Além disso, a ligação do jornal com a elite política do país vai além da vinculação de seus fundadores com os movimentos republicanos. Em agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira, genro do então já falecido Júlio Mesquita, era convidado por Vargas a ocupar o cargo de interventor federal em São Paulo. Foi nesse momento Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita retornaram ao país: como condição para aceitar o cargo, Salles Oliveira impôs como condição a anistia aos revoltosos e a convocação de uma assembleia constituinte. Mais tarde, em 1934, Armando de Salles Oliveira assinava o decreto de criação da Universidade de São Paulo, ideia lançada em 1927 pelo jornal a partir de uma campanha liderada por Júlio de Mesquita Filho.

Em 1964, o Estadão figurava entre os apoiadores do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart. Segundo a história oficial do jornal, essa decisão foi tomada “ao constatar que o mesmo [Goulart] já não tinha autoridade para governar. No entanto, entendia que a intervenção militar deveria ser transitória” (PONTES, s./d., *online*). Com a radicalização política nos anos seguintes, o jornal passou a se fazer abertamente oposição ao regime militar, como evidencia o editorial *Instituição em frangalhos*, escrito por Júlio de Mesquita Filho em 13 de dezembro de 1968, data em que foi baixado o Ato Institucional nº5, o AI-5. Em resposta ao editorial, a edição do jornal foi impedida de circular por ordem do governo militar. A censura prévia ao jornal perduraria até 4 de janeiro de 1975.

Como toda organização jornalística, *O Estado de S. Paulo* buscou construir para si uma identidade perante seus públicos vinculada ao que se declara, no discurso oficial, como uma “linha de apoio à democracia representativa e à economia de livre-mercado” (PONTES, s./d., *online*). Do ponto de vista econômico, essa identidade traduz-se, por exemplo, no apoio conferido pelo jornal à deposição de João Goulart em 1964, por exemplo. A defesa da democracia representativa, por sua vez, constitui em uma afirmação consideravelmente vaga, já que o próprio sentido do conceito de democracia encontra-se frequentemente em disputa

entre os diversos agentes sociais e atores políticos. Em geral, a defesa da democracia é invocada de maneira conceitualmente imprecisa como forma de justificar desde decisões editoriais tomadas por veículos de imprensa até ações conduzidas nas altas esferas do poder político. No caso do *Estadão*, seu constante esforço, evidenciado em diversos canais institucionais, em vincular sua imagem à resistência à censura, em diversos momentos históricos, ilustra como a publicação busca construir a si mesma como defensora incondicional dos princípios democráticos. Os sentidos de democracia e liberdade de expressão, nesse sentido, seriam aproximados de uma ideia de “ausência de intervenção estatal” – ou seja, de uma perspectiva liberal também em sentido político.

É possível lembrar, a esse respeito, da visibilidade conferida pelo *Estado*, em julho de 2009, à decisão judicial pela qual ficou proibido de publicar informações sobre o filho do então senador José Sarney, Fernando Sarney, investigado pela operação Boi Barrica, da Polícia Federal. No mês seguinte, o jornal publicou reportagem denunciando a ligação do desembargador Dácio Vieira, responsável pela decisão judicial, com a família Sarney. Em novembro daquele ano, após um Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal ter rejeitado o recurso do *Estado* e mantido a decisão do desembargador, o jornal recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Diante da negativa do STF, já que o advogado de Fernando Sarney havia apresentado à Justiça um pedido de desistência da ação, o *Estado* declarou não aceitação da desistência e pediu julgamento do mérito da questão pelo Supremo.

Durante a tramitação do julgamento, o *Estadão* publicava, todos os dias, em sua primeira página, uma faixa indicando há quantos dias o jornal estava sob censura. Um extenso especial sobre o caso foi publicado em seu site¹¹, ao qual comparece o resgate da memória da repressão sofrida após o AI-5, durante a ditadura civil-militar. Além disso, na página online que disponibiliza seu acervo digitalizado, é possível encontrar diversas referências a episódios de censura ao jornal: no menu superior, é possível encontrar um link para as “Páginas Censuradas” do Estadão; no motor de busca, é possível selecionar, entre os filtros de pesquisa, a opção “Somente material censurado”.

Sediado no Rio de Janeiro, o segundo jornal a compor o universo de observação desta pesquisa pertence ao Grupo Globo, de propriedade da família Marinho, que detém também canais de rádio e televisão, além de editora e outros veículos. O jornal *O Globo* foi fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho. Como ele faleceu poucos dias depois da fundação, o jornal foi herdado por seu filho, Roberto Marinho, que atuava como repórter,

¹¹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/censura/>>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

embora o comando da empresa tenha ficado nas mãos do jornalista Eurycles de Matos, amigo próximo de Irineu Marinho, até o seu falecimento, em 1931. Mas a criação de *O Globo* não era a primeira empreitada midiática dos Marinho.

Já em 1911, Irineu Marinho, após sair da *Gazeta de Notícias*, fundou o jornal vespertino *A Noite*, que circulou até ser extinto, em 1957. Em 1944, era inaugurada a Rádio Globo, também no Rio de Janeiro, e, em 1965, passava a ser transmitida a Rede Globo, a partir da concessão do canal 4 de televisão do Rio de Janeiro. Com a emissora, a empresa tornou-se líder no segmento de mídia no Brasil. Em 1969, o Grupo Globo fundava a gravadora Som Livre; em 1977, a Fundação Roberto Marinho; em 1991, nascia a tevê por assinatura Globosat; nos anos 2000, foram criados o Portal Globo.com e o G1. Foi também em 2014 que a empresa passou a adotar o nome “Grupo Globo”, em substituição ao anterior “Organizações Globo”, em vigor desde a fundação do jornal *O Globo*, na década de 1920.

Atualmente, o grupo Globo é o maior conglomerado de mídia da América Latina. Segundo sua página institucional¹², o grupo detém atualmente a propriedade das empresas Infoglobo (responsável pela publicação dos jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso*), Sistema Globo de Rádio (com as marcas Rádio Globo, CBN, Sound! E BHFM), Editora Globo (juntamente com Edições Globo Condé Nast), Rede Globo (com cinco emissoras próprias e 119 afiliadas), Som Livre, Agência O Globo, Globosat (com 33 canais por assinatura), Globo.com e Grupo Zap. O Grupo Globo também foi responsável, em parceria com o Grupo Folha, pela criação do jornal *Valor Econômico*, em 2000. Em 2016, a participação do Grupo Folha no jornal foi vendida para o Grupo Globo, que se tornou a única controladora da empresa que publica o *Valor*.

Assim como no caso de *O Estado de S. Paulo*, a atuação de *O Globo* durante a ditadura militar é polêmica, e até hoje há contestações ao posicionamento assumido pelo veículo. No entanto, diferentemente do *Estado*, que deixou de apoiar o regime em 1968, *O Globo* manteve o apoio editorial aos militares até o final da ditadura. Em 7 de outubro de 1984, Roberto Marinho publicou um artigo assinado em que reconhecia que o jornal havia apoiado o regime militar durante toda a sua duração, desde o golpe de 1964, em nome da defesa da democracia. Assim afirma o texto:

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas antirrevolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde

¹² Disponível em: <<http://grupoglobo.globo.com>>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente (MARINHO, 1984, *online*).

Foi somente em 31 de agosto de 2013 que o grupo Globo reconheceu como um “erro” o apoio editorial ao golpe civil-militar de 1964 – invocando, uma vez mais, o zelo pelos valores democráticos – em texto publicado no portal do jornal *O Globo*:

Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. De fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura.

Já há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro.

Há alguns meses, quando o Memória estava sendo estruturado, decidiu-se que ele seria uma excelente oportunidade para tornar pública essa avaliação interna. E um texto com o reconhecimento desse erro foi escrito para ser publicado quando o site ficasse pronto.

Não lamentamos que essa publicação não tenha vindo antes da onda de manifestações, como teria sido possível. Porque as ruas nos deram ainda mais certeza de que a avaliação que se fazia internamente era correta e que o reconhecimento do erro, necessário.

Governos e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas.

De nossa parte, é o que fazemos agora, reafirmando nosso incondicional e perene apego aos valores democráticos, ao reproduzir nesta página a íntegra do texto sobre o tema que está no Memória, a partir de hoje no ar:

“Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964”.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais [...]

Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966 (O GLOBO, 2013, *online*).

O documento *Princípios Editoriais do Grupo Globo*, formalizado em 2011 e disponível online¹³, apresenta, dentre outros aspectos da política editorial que a empresa afirma seguir desde 1925, um tópico intitulado “Os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo”. Seu conteúdo é revelador não apenas da imagem institucional que o Grupo Globo busca construir para si, como também do ideário por meio do qual o jornalismo de referência brasileiro busca se legitimar. Após afirmar a importância da defesa da independência, correção, isenção, agilidade e apartidarismo pelo jornalismo, o documento declara que o Grupo Globo:

¹³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza [...]

A afirmação destes valores é também uma forma de garantir a própria atividade jornalística. Sem a democracia, a livre iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento, e é imperioso defendê-lo de qualquer tentativa de controle estatal ou paraestatal. Os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva.

Esta postura vigilante gera incômodo, e muitas vezes acusações de partidarismos. Deve-se entender o incômodo, mas passar ao largo das acusações, porque o jornalismo não pode abdicar desse seu papel: não se trata de partidarismos, mas de esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar aqueles valores. Este é um imperativo do jornalismo do qual não se pode abrir mão (O GLOBO, 2011, *online*).

Assim como faz *O Estado de S. Paulo*, é interessante notar que o Grupo Globo busca filiar sua imagem à ideia de uma adequação entre as práticas editoriais adotadas nos diversos produtos jornalísticos da empresa e uma matriz jornalística valorizada como central às democracias liberais, ligada a princípios republicanos, democráticos e liberais, com destaque para a defesa da liberdade de expressão. Na perspectiva do Grupo e da imagem que ele busca construir para si, o apoio editorial à ditadura militar constitui apenas um “deslize”, um erro de medida e não de princípios, justificado pela retórica da luta pela defesa da democracia.

O terceiro – e último – jornal a compor o universo de observação desta pesquisa é, como sabemos, a *Folha de S. Paulo*. Recuperar sua trajetória significa deparar-se um percurso descontínuo, repleto de rupturas e marcado por constantes redefinições. Como observa Nicolau Sevcenko,

Um dos aspectos mais marcantes da história da *Folha de S. Paulo* é o de que se trata de um jornal em constante reformulação. E isso em todos os aspectos, desde as mudanças sucessivas na direção da empresa até a linha editorial, os recursos tecnológicos, os tipográficos, os critérios jornalísticos e a feição de conjunto do jornal. A história da *Folha* é por isso muito mais a trajetória de muitas mudanças do que o desdobramento linear de uma identidade permanente, estável, resolvida (SEVCENKO, 2000, p. 9).

Por isso, até chegarmos ao projeto editorial em vigor nos dias de hoje, que é o que centralmente interessa-nos aqui, retomaremos algumas passagens importantes da trajetória da *Folha de S. Paulo*, a fim de compreender melhor as diversas reformulações que marcam seu percurso. Como veremos, ao longo desse trajeto, o veículo adotou diferentes posicionamentos em função da conjuntura histórica de cada momento.

Remontemos, pois, às raízes da *Folha*, que datam da fundação da *Folha da Noite* em 19 de fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha. Com uma linha mais “localista”, o

jornal voltava-se sobretudo para questões da administração da cidade. Esse mesmo direcionamento seria adotado pela *Folha da Manhã*, criada em 1925. A partir dessas duas publicações, firmavam-se as bases para a constituição da Empresa Folha da Manhã Limitada, que seria fundada em 1931 (SEVCENKO, 2000, p. 9).

Após um período de empastelamento por conta da Revolução de 1930, quando saiu vitoriosa a Aliança Liberal de Getúlio Vargas (vale lembrar que as Folhas haviam apoiado a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República), a empresa foi comprada, em 1931, por Octaviano de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, assumindo um posicionamento alinhado aos interesses dos cafeicultores paulistas. Nessa fase do jornal, como observa a pesquisadora Gisela Black Taschner, “teve primazia o liberalismo oligárquico, com sua face excludente e autoritária. [...] Mas a preocupação maior das *Folhas* nesse período foi com o café. O resto era considerado secundário” (TASCHNER, 1992, p. 52).

Em 1945, a direção da empresa passou às mãos de José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Medeiros Queiroga, sendo transformada em uma sociedade anônima sob o nome de “Empresa Folha da Manhã S.A.”. Ao mesmo tempo, na esteira dessa mudança, o jornal adotava uma postura de identificação com o discurso desenvolvimentista então em voga (SEVCENKO, 2000, p. 9). Foi também nessa fase, sob o comando de Nabantino Ramos, que teve início uma maior integração entre os jornais do grupo Folha, que passaram a assumir mais claramente uma postura enquanto empresa capitalista. Ou seja:

Não se trata mais de um jornal cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma empresa que tem atividade jornalística [...] E a concepção das *Folhas* como empresa, que visa ao lucro, foi também claramente assumida por seus diretores nessa fase, ao declararem que nada justifica que a indústria jornalística impere em bases de lucros inferiores às normais (TASCHNER, 1992, p. 67).

Na mesma época, foi criada a *Folha da Tarde*, em 1949. Somente mais tarde, em 1960, as três *Folhas* seriam reunidas sob o título de *Folha de S. Paulo*, mantendo-se, porém, o sistema de três edições (matutina, vespertina e noturna). Foi quando surgiu também o *slogan* “um jornal a serviço do Brasil”. Em 1962, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem a direção da Empresa Folha da Manhã S.A., então em sérias dificuldades financeiras, tendo como preocupação inicial a “reestruturação econômica, tecnológica e comercial do diário” (SEVCENKO, 2000, p.9).

Foi com o início dos anos 1970, de acordo com Nicolau Sevcenko, que o jornal assumiu uma nova linha de atuação, “visando pressionar no sentido da ‘distensão’ e da ‘abertura’ do regime militar e lançando-se a seguir em campanha aberta pela Nacional

Constituinte e pelas eleições diretas em todos os níveis” (SEVCENKO, 2000, p. 9). Apesar dessa linha, que redundaria na implantação do Projeto Folha durante os anos 1980, o posicionamento da Empresa Folha da Manhã durante a ditadura militar remete a episódios de franca cooperação com os órgãos de repressão.

Esses episódios, protagonizados pela *Folha da Tarde* (que ressurge como tal em 1967), foram estudados por Beatriz Kushnir em seu doutorado desenvolvido na Unicamp e publicado como o livro *Cães de guarda: jornalistas e censores*. Como demonstrou a pesquisadora, a *Folha da Tarde* caracterizou-se, a partir de 1968, por uma grande quantidade de policiais que compunham sua redação e por reproduzir notas divulgadas pela Polícia Federal, conferindo-lhes a aparência de verdadeiras matérias jornalísticas. Existiram censores que eram jornalistas e jornalistas que eram policiais. Graças a essa linha de atuação, a *Folha da Tarde* ficou conhecida como o “diário oficial da Oban” (sigla para “Operação Bandeirante”, temido centro de investigação e tortura do Exército Brasileiro sediado em São Paulo) (KUSHNIR, 2004).

É importante notar que esse percurso da *Folha da Tarde* parece sofrer um apagamento, pelo próprio Grupo Folha, de sua narrativa e memória oficiais¹⁴. Nesse sentido, Elaine Muniz Pires, em artigo baseado em sua pesquisa de mestrado, afirma que a emergência da *Folha de S. Paulo* como um dos principais jornais do país, a partir de 1986, está vinculada à construção de uma “auto-imagem” voltada à defesa da democracia, com base na “rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído” (PIRES, 2007, p. 311).

Nesse cenário, o ano de 1984 teve importância fundamental à consolidação da *Folha de S. Paulo* como a conhecemos hoje, com o posicionamento pró “Diretas-Já” assumido pelo jornal, que incluiu uma ampla cobertura da campanha, e a implantação do Projeto Folha. O que estava em jogo, naquele momento, era a demarcação e publicização de um posicionamento de defesa do projeto democrático que se buscava construir no país – o que significa falar na afirmação de um discurso acerca do próprio jornal e de sua inserção na

¹⁴A atuação da *Folha da Tarde* na ditadura militar, segundo Elaine Muniz Pires, é excluída da memória oficial da *Folha de S. Paulo* desde os anos 1980, pois “a atuação colaboracionista e de defesa explícita das políticas governamentais e da repressão estatal não se encaixa bem à imagem em construção do principal jornal do Grupo e, como consequência, à imagem da própria empresa”. (PIRES, 2007: 312). Atualmente, ainda é possível notar marcas desse apagamento. No acervo *on-line* da *Folha*, por exemplo, é possível acessar todas as edições digitalizadas da *Folha de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* publicadas desde 1921, mas não há edições da *Folha da Tarde* disponíveis. De modo correlato, o livro *Primeira página* (que analisamos em sua quinta edição, lançada no ano 2000), editado pela Publifolha e destinado a reunir as primeiras páginas consideradas mais importantes da história da *Folha*, desde a fundação da *Folha da Noite*, não inclui qualquer capa da *Folha da Tarde* (FOLHA DE S. PAULO, 2000).

sociedade. Embora adotado anos antes, o *slogan* da *Folha*, utilizado até os dias de hoje, dá conta de resumir essa ideia: tratava-se, justamente, de consolidar o veículo como “um jornal a serviço do Brasil”. No mesmo ano, surgiria também o *Manual da Redação*. Todas essas iniciativas de reformulação, para além da discussão sobre seu caráter mercadológico¹⁵, representam um marco no jornalismo brasileiro como possivelmente a primeira vez que um jornal comercial apresentou um tratado sobre suas convicções, difundindo-o publicamente.

A construção do Projeto Folha foi fortemente influenciada pelo modelo adotado no jornal *USA Today*. Assim, Carlos Eduardo Lins da Silva, que participou da elaboração do Projeto Folha, reconhece, no livro *O adiantado da hora*, a influência exercida pelo jornalismo estadunidense sobre o projeto editorial da *Folha*. Segundo Luiz Carlos Azenha, no prefácio à obra de Lins da Silva, dentre os princípios consagrados nos Estados Unidos que inspiraram o Projeto Folha, incluem-se aspectos de apresentação gráfica, a ênfase no papel de “cão de guarda” da imprensa, em sua vigilância do poder, a autocrítica pública (por meio do *ombudsman*) e o estreitamento das relações com o mercado (AZENHA, 1991, p. 16).

Para além desses aspectos, o projeto editorial da *Folha de S. Paulo* engloba também outras propostas, atualmente fundamentais à sua configuração. Segundo o discurso sustentado pela própria empresa, o Projeto Folha teria sido implantado “com o objetivo de produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário” (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p. 10). Trata-se de uma concepção de jornalismo – crítico, pluralista, apartidário – que, segundo o *Manual de redação* da *Folha*, teria acabado adquirindo uma característica doutrinária, impregnando-se na personalidade do jornal e ajudando a moldar a imprensa brasileira nas últimas décadas (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p. 17).

Outro aspecto importante do projeto editorial da *Folha* diz respeito ao princípio da “objetividade”. Embora o jornal assuma que “não existe objetividade em jornalismo”, já que toda a atividade do jornalista é pautada por decisões subjetivas, aponta-se para “a obrigação de ser o mais objetivo possível” a partir do relato fiel dos fatos, o que depende de uma postura

¹⁵ Para muitos autores, a linha de defesa das Diretas-Já assumida pela *Folha* constitui uma forma oportunista de se lançar como veículo democrático por meio da afirmação de uma proposta que, na verdade, já era conduzida pelo governo como parte da estratégia de promover uma abertura lenta e segura (PIRES, 2007). Beatriz Kushnir, por exemplo, entende o engajamento do jornal nas Diretas-Já e a implementação do Projeto Folha como “jogadas” de marketing. Para ela, o novo projeto editorial adotado pela *Folha* visava à “difusão e venda do jornal como um produto mercadológico” (KUSHNIR, 2004, p. 339). Na mesma linha, podemos citar a visão de José Arbex Júnior, para quem o Projeto Folha representa o programa político e ideológico de uma “revolução” introduzida pela *Folha* no jornalismo brasileiro que levou à rápida implantação no país de uma lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista havia construído ao longo de décadas. Para ele, “o *Projeto Folha*, sinteticamente, significou a adoção do discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial” (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 141).

de “afastamento” e “frieza” por parte do profissional (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p. 46). Desse modo, fica claro o princípio, recorrente no jornalismo de referência como um todo, de separação entre informação e opinião, sendo que os textos de caráter informativo devem ficar restritos a seções específicas das publicações.

Por tudo isso, a escolha da *Folha de S. Paulo* como universo de investigação desta pesquisa, para além de sua representatividade em termos de circulação, permite-nos abarcar um veículo com forte histórico de jornalismo comercial e uma proposta editorial que se insere como referência significativa ao cenário da produção jornalística brasileira atual. Como procuramos mostrar, a *Folha* assumiu papel de destaque nas discussões sobre a redemocratização do país, procurando construir para si uma imagem de jornal defensor e porta-voz dos valores do novo regime democrático, posicionando-se de modo incisivo – embora não desinteressado – nos debates sobre a liberdade de expressão.

5.3. O jornalismo entre discursividades

As trajetórias dos jornais de referência que focalizamos nesta pesquisa, como procuramos mostrar, evidenciam aspectos importantes do arquivo, no sentido proposto por Maingueneau (2010), em que estão imersas as práticas do campo discursivo jornalístico. Incluem-se aí narrativas sobre a criação e episódios da história dos veículos, inclusive aquelas “oficiais”, alimentadas institucionalmente pelas empresas de comunicação; memórias constantemente reformuladas à luz de novos e velhos conflitos no campo; documentos editoriais, como o Projeto Folha, em suas várias edições, os Princípios Editoriais do Grupo Globo e os manuais de redação adotados por *Folha* e *Estadão*, além da profusão dispersa de textos produzidos cotidianamente no contexto das redações.

Ao mesmo tempo, o jornalismo de referência fundamenta-se em discursos constituintes, também no sentido proposto por Maingueneau (2010) para esse conceito, isto é, discursos que dão sentido aos atos de uma coletividade e que fiam outros discursos, atuando como fontes legitimadoras:

O papel que [os discursos constituintes] desempenham na sociedade os leva a se construírem em referência a um ponto que está além do espaço social, um Absoluto que, na realidade, é, ao mesmo tempo, construído por cada posicionamento e o que mantém esse mesmo posicionamento. Por um paradoxo constitutivo, o Absoluto a partir do qual se autorizam é suposto como exterior ao discurso por lhe conferir sua autoridade, mas deve ser construído por esse mesmo discurso para poder fundá-lo (MAINGUENEAU, 2010, p. 61).

No campo discursivo jornalístico, encontramos discursos constituintes que correspondem a alguns dos principais discursos constituintes da civilização ocidental. Falamos, por exemplo, de discursos sobre a democracia, a liberdade – especialmente, a liberdade de expressão –, a racionalidade, a verdade e o Estado-nação. Consideremos aquela que nos parece a ideia principal ao modo como os veículos jornalísticos em foco buscam legitimar sua posição no campo a partir da referência a um ideal “absoluto” (ao mesmo tempo externo a esses veículos e construído/reforçado pelo discurso que eles próprios sustentam): a questão da democracia.

Para jornais como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, filiar sua imagem institucional a princípios democráticos significa reforçar o imaginário do qual a imprensa se alimenta e, ao mesmo tempo, buscar legitimação a partir dele. O ideário da liberdade, tal como o conhecemos hoje, surge como princípio a ser afirmado como parte do projeto de organização política e social da República, a partir da Revolução Francesa, e da democracia moderna. Naquele momento, liberdade de expressão era entendida como liberdade de crítica ao Antigo Regime. Já no século XX, os contornos do ideário de liberdade de expressão complexificam-se à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

[...] A velha ordem era degolada e outra nascia, não mais baseada na finura dos tratos, mas nos direitos dos novos cidadãos incultos. Era o terror. Onde a etiqueta silenciava, a ética lançava perguntas que penetravam como lâmina o pescoço dos monarcas. Indagava sobre a justiça, sobre a verdade histórica, sobre a dominação e sobre a liberdade. A imprensa é fruto das revoluções que forjaram a democracia moderna (BUCCI, 2000, p. 10).

É na herança desse ideário que os jornais de referência buscam afirmar-se. Referimo-nos a um pensamento profundamente influenciado pelos ideais iluministas, que remete ao nascimento do Estado de direito moderno. A defesa da liberdade de expressão é um ponto-chave à legitimação do/no campo discursivo jornalístico, com base na percepção de que a livre circulação de informações é um pressuposto necessário à própria existência da imprensa.

A democracia guarda, nos seus fundamentos, o princípio de que o poder emana do povo e em seu nome é exercido. Disso resulta que, sem o livre fluxo de informações e opiniões, o regime democrático não funciona, a roda não gira. A delegação do poder e o exercício do poder delegado dependem do compartilhamento dos temas de interesse público entre os cidadãos. Quanto mais inclusiva, mais a democracia se empenha em expandir o universo dos que têm acesso à informação e garante transparência na gestão da coisa pública (BUCCI, 2009, p. 113).

Entra em questão, no ethos jornalístico, o papel de mediação assumido pela imprensa no debate público, sua função social e a filiação ao interesse público. Todos esses princípios

buscam ser atrelados por empresas jornalísticas, como as que aqui focalizamos, às suas imagens institucionais, como forma de endossar a si próprias como instituições da democracia e legitimar seu lugar na sociedade. Ao lado disso, é preciso sublinhar também que a perspectiva de democracia à qual os jornais em questão buscam se filiar é a da democracia representativa moderna¹⁶, baseada em princípios como o do cálculo da maioria e da necessidade de publicização do poder. Finalmente, a perspectiva democrática defendida pelos veículos é também a de uma democracia liberal, vinculada a pressupostos liberais de livre mercado – o que se traduz no sentido de um “livre mercado de ideias”.

Outro elemento fundamental aos discursos constituintes do campo discursivo jornalístico é a pressuposição de um sujeito racional como sujeito-modelo tanto da instância de produção quanto da instância de recepção. Pressupõe-se esse sujeito uno, aos moldes do sujeito iluminista, como o repórter que deve apurar, racionalmente e de forma independente, as matérias que serão publicadas no jornal; pressupõe-se esse sujeito também como o leitor que, em meio a uma grande diversidade de opiniões, declarações e pontos de vista, será capaz de selecionar as afirmações mais verdadeiras e adequadas. É correlata dessa compreensão de sujeito uma concepção de verdade baseada na ideia de que, a partir da livre concorrência entre pontos de vista, as ilações verdadeiras seriam capazes de emergir e afirmar-se como tal.

Destacam-se ainda, enquanto ideias-chave do campo discursivo jornalístico, outros pilares de discursos constituintes que estruturam a modernidade ocidental. É o caso da ideia de nação como espaço privilegiado à concretização do ideal de universalidade próprio da modernidade. Elemento fundamental ao jornalismo de referência, essa concepção está embutida, por exemplo, no *slogan* utilizado pela *Folha de S. Paulo* até hoje: “um jornal a serviço do Brasil” – representativo também da ideia de serviço público reivindicada pelo veículo como pilar de sua identidade. A afirmação da centralidade da nação fica implícita também no caso do *Globo*, com suas pequenas faixas verde-amarelas ilustrando o cabeçalho das edições impressas do jornal.

Todos esses elementos integram uma concepção moderna de jornalismo, fortemente inspirada em modelos estadunidenses e fundamental à profissionalização do campo e à constituição do jornalismo enquanto “-ismo”, ou seja, como sistema de crenças (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017). Obviamente, a afirmação desses valores se dá dentro da lógica das disputas do campo jornalístico, daí a necessidade de discursos autorreferentes que

¹⁶ As perspectivas e impasses da democracia moderna são discutidos por Norberto Bobbio em *Futuro da democracia* (2000).

descrevem o que seria o “verdadeiro” jornalismo e das razões pelas quais cada veículo seria digno de se enquadrar nessa etiqueta.

[...] um discurso base da modernização sustenta que um pequeno grupo de indivíduos foi capaz de transformar radicalmente a prática jornalística no país, na medida em que introduziu uma série de mudanças técnicas, bem como foi capaz de alavancar a profissionalização e institucionalização deste campo. Assim, de um jornalismo doutrinário, partidário e literário, teríamos subitamente passado a outro, profissional, imparcial e objetivo. Nesse discurso, podemos perceber uma ressemantização do jornalismo a partir de uma normatividade que busca padronizar as formas pelas quais os fatos deveriam ser apurados, escritos e apresentados (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2007, p. 8)

Ao mesmo tempo, como sabemos, a contemporaneidade é marcada pela emergência de contestações aos discursos modernos que sustentam a matriz jornalística característica dos jornais de referência. Referidas comumente como sintomas “pós-modernos”, essas contestações atingem desde a suposta “transparência” ou objetividade da linguagem até o ideal de universalidade, o papel da nação como principal *locus* identitário e a concepção de um sujeito racional e autocentrado, aos moldes do sujeito do Iluminismo. Buscamos abordar esses deslocamentos em capítulos anteriores. Interessa-nos agora situar tais rearticulações em um contexto específico do jornalismo contemporâneo, marcado por disputas internas ao campo e tensionamentos em relação à matriz jornalística (moderna, dominante) em que se fundamentam os jornais de referência:

[...] não apenas a dita imprensa de referência pode nos indicar as marcas de uma matriz jornalística em processo de recontextualização. Ao contrário, é justamente na disputa com outros agentes midiáticos que um diagrama de forças é constituído em torno da noção de jornalismo. Quando nos deparamos com os discursos autorreferentes proferidos pelos agentes “de fora” do grupo hegemônico no Brasil, podemos perceber de que modos e com que consequências a matriz em questão é tensionada.

Fugiria à proposta desta pesquisa caracterizar detalhadamente esse contexto que muitos comentadores e pesquisadores têm denominado como “crise do jornalismo”. Não obstante, é importante considerar que atravessamos um momento em que agentes do campo jornalístico se deparam com a necessidade de se atualizar e repaginar frente a demandas variadas; ao mesmo tempo, muitos jornais buscam reforçar práticas e valores já consagrados como forma de legitimar seu próprio lugar de prestígio:

[...] em geral, por mais que a prática jornalística tenha passado por mudanças em suas rotinas, ela continua operando por uma mesma retórica. Além disso, a crença na primazia dos fatos foi reforçada com o advento do jornalismo on-line, que teria sacramentado o discurso da objetividade, da síntese e da imediaticidade com sua linguagem telegráfica. O jornalismo

impresso tampouco teria feito qualquer ruptura radical nas repetidas maneiras de produzir a notícia. [...]

Não existiria, nesse sentido, um rompimento epistemológico nas novas práticas jornalísticas. Um exemplo disso é a atualização de vocábulos associados a essa normatividade como possíveis respostas a essa crise. Afinal, imparcialidade, independência, neutralidade, isenção etc. frequentemente surgem para substituir o significante objetividade, sem que haja qualquer problematização do seu significado (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017, p. 5).

Em relação à problemática em foco nesta pesquisa e sob a perspectiva discursiva que adotamos, interessa-nos compreender como os jornais de referência brasileiros focalizados situam-se entre diferentes discursividades políticas que se tensionam no universo discursivo: de um lado, uma discursividade moderna, associada a discursos constituintes de uma matriz prestigiada do próprio campo jornalístico; de outro, uma discursividade emergente que desloca concepções tipicamente modernas e na qual se destaca a valorização da cultura, da representação e da diferença, bem como a centralidade assumida por categorias identitárias no debate público, em relação às quais adotamos como recorte discussões articuladas em torno de gênero e sexualidade.

Entender como esse jornalismo se comporta discursivamente – ou seja, como ele *enuncia*, quais grades semânticas determinam a produção de seus enunciados – é o objetivo central desta pesquisa. Procuramos responder a esse questionamento de modo mais sistematizado a partir das análises apresentadas na quarta parte desta tese, mas algumas “pistas” podem ser apontadas desde já. É notável, por exemplo, a existência de iniciativas no âmbito de jornais de referência que buscam marcar aproximações em relação a questões identitárias no bojo de um imaginário de diversidade.

Esse parece ser o caso do blog #AgoraÉQueSãoElas, da *Folha de S. Paulo* – “um espaço para mulheres em movimento”, como a própria página o apresenta¹⁷. Acessível a partir do portal da *Folha de S. Paulo*, o blog pode ser localizado dentro da seção “Opinião” >> “Colunas e blogs”, e é apresentado como “uma tribuna de muitas vozes femininas e feministas”, “produzido por Alessandra Orofino, 26, Ana Carolina Evangelista, 37, Antonia Pellegrino, 35, e Manoela Miklos, 32”. Além disso, o perfil do blog informa que seu objetivo é abordar “política, cotidiano e cultura narrados do ponto de vista feminino e feminista”¹⁸. Diversas autoras, todas mulheres, produzem textos para a página, que nasceu a partir do

¹⁷ Apresentamos um estudo sobre o blog na 42ª edição do Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), realizado entre 2 e 7 de setembro de 2019 na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém.

¹⁸ Informações disponíveis em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/perfil/>>. Acesso em: 29 Dez.. 2019.

movimento de mesmo nome que, em 2015, propôs que colunistas homens cedessem seus espaços a mulheres em jornais e blogs.

Um rápido exame das publicações do blog oferece algumas percepções interessantes a respeito dos modos pelos quais diferentes discursividades são relacionadas. O texto “Quem tem medo das mulheres no audiovisual? A resposta das mulheres”¹⁹, por exemplo, apresenta uma articulação relevante entre as questões de gênero e a discussão sobre os rumos da democracia, tomada em um sentido moderno bastante convencional. O texto aborda um ciclo de debates realizado entre 17 e 20 de março de 2016, em Campinas e São Paulo, que teve como objetivo discutir a participação de mulheres na criação e na representação de obras audiovisuais. Na parte inicial do texto, lemos a seguinte afirmação: “apesar de uma grande quantidade de pessoas, mais de 300, os homens eram a imensa minoria”. O artigo sublinha, então, a partir de trechos de falas durante as palestras e mesas que compuseram o evento, que, embora não seja dever das mulheres “sair catando homens por aí” para participarem das lutas feministas, é preciso mostrar que essa causa não é só das mulheres – que ela é de “*todas as pessoas* que acreditam na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, em que a diversidade de escolhas e experiências esteja contemplada” (COLETIVO VERMELHA, 25/03/2016, *online*).

Os grifos no trecho acima são nossos e têm a finalidade de explicitar que a passagem recorre a um princípio de universalismo para justificar a importância da luta feminista. Ao mesmo tempo, cita também a palavra “diversidade”. Com essa articulação, procura demonstrar que a defesa da possibilidade de acesso ao diverso aparece como conquista que beneficiaria não apenas um grupo identitário, mas toda a sociedade. Mais adiante, esse argumento ganha estofamento por meio da afirmação da importância das lutas que buscam “o respeito mútuo, o diálogo e a diversidade” em um cenário de crise da democracia.

O sentido com que a discussão sobre liberdade de expressão comparece no artigo também é particularmente interessante: ela aparece na citação de um trecho de uma fala da diretora do Instituto Sueco de Cinema (Anna Serner) em um vídeo exibido durante o evento de que trata o texto: ao citar ações afirmativas adotadas na Suécia a fim de reduzir a subrepresentação de mulheres na indústria cinematográfica, ela refuta o argumento recorrente de que “não devemos fazer isso [construir ações afirmativas] porque limitamos a criatividade, a liberdade de expressão e a qualidade artística dos filmes”. Em outras palavras, a referência à liberdade de expressão no texto tem como pressuposto a existência de discursos

¹⁹ Disponível em: <<https://agoraequasaelas.blogfolha.uol.com.br/2016/03/25/resposta-das-mulheres/>>. Acesso em: 29 Dez. 2019.

circulantes que contrapõem a própria liberdade de expressão (princípio democrático, entendido como calcado em valores como universalismo, razão, ausência de censura etc.) a lutas identitárias, especialmente quando sob a forma de ações afirmativas.

Mais interessante ainda é notar que, ao longo de todo o texto, percebe-se um esforço em desconstruir essa oposição: o que se busca é demonstrar que a igualdade de gênero e o incentivo à diversidade são importantes não apenas à livre expressão, como também à preservação de valores democráticos, de modo geral. Nesse sentido, o que o artigo parece fazer é encampar argumentos que problematizam o entendimento tradicional de liberdade de expressão como simplesmente associada à ausência de censura, complexificando o conceito de modo a abarcar também os ideais de pluralismo e diversidade, sem, porém, romper com um princípio de universalismo.

Outro caso que merece destaque é o de uma publicação de 2016 do blog, intitulada “Provas de respeito”²⁰. Nessa postagem, encontramos críticas contundentes às ofensivas conservadoras contra a prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) em nome do combate à assim chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Nesse texto, a referência que se faz à ideia de censura parte de uma compreensão tradicional dessa expressão, ou seja, entende-se censura como decorrente de constrangimentos provenientes de grupos ou ações autoritárias que restringem a liberdade de expressão: “a educação deve ser aberta ao diálogo, sem censuras e interdições. A escola não é apartada do mundo e é também atravessada pelas várias desigualdades sociais, incluindo a existente entre homens e mulheres” (LOPES, 13/11/2016, *online*). Ao lado dessa referência a um entendimento absolutamente moderno de censura, figuram de modo recorrente no texto palavras como “gênero”, “igualdade” e “diversidade”, tão em voga no imaginário político que emerge na contemporaneidade.

Sentido similar de censura está presente no texto “Bafo Queer: a desobediência sexual sempre incomoda a ordem”²¹, de 2017, que aborda o episódio, ocorrido naquele ano, de cancelamento da exposição *Queermuseu*, em Porto Alegre. O acontecimento é qualificado pela autora do texto como ato de “censura”, entendida enquanto cerceamento arbitrário da liberdade artística. Ao lado desse sentido de censura, uma vez mais bastante tradicional, o artigo aponta critérios de gênero e de identidade sexual como força motriz de processos censórios na atualidade: “a pauta dos feminismos e dos ativismos *queer*, a desobediência

²⁰ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/11/13/provas-de-respeito/>>. Acesso em: 29 Dez. 2019.

²¹ Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/09/16/bafo-queer-a-desobediencia-sexual-sempre-incomoda-a-ordem/>>. Acesso em: 29 Dez. 2019.

sexual e outras coalizões não normativas incomodam profundamente os que policiam a ‘ordem’” (FARKAS, 16/09/2017, *online*).

Argumento parecido surge no texto “Mulheres on-line: um ato de resistência”²², de 2019, em que se defende a tese de que mulheres seriam particularmente vulneráveis a ataques diversos – vigilância, assédio, ameaças, extorsão, violação da privacidade etc. – e mais sujeitas do que homens a ter sua liberdade de expressão restringida no ambiente digital (GIMÉNEZ, 02/05/2019). A publicação busca, dessa forma, construir uma articulação entre pautas de gênero e o debate clássico sobre liberdade de expressão. Em outras palavras, defende-se a ideia de que a liberdade de expressão, na prática, assim como outros direitos fundamentais, acabaria não sendo assegurada de modo igualitário a todos os indivíduos, e que a desigualdade de gênero operaria como um elemento capaz de restringir o acesso ao que deveria ser uma garantia democrática para todos. Trata-se de um argumento interessante: ao mesmo tempo em que parte de uma premissa *universal* – o suposto acesso à liberdade de expressão –, o texto apresenta uma problematização com base em um recorte *identitário*.

5.3.1. Posicionamentos legitimados

Embora sejam aqui tomados principalmente em suas semelhanças como representantes do jornalismo de referência, *Estado*, *Globo* e *Folha* apresentam particularidades importantes no modo como se relacionam com aspectos da discursividade política que caracteriza a contemporaneidade. Como veremos no capítulo 8, os três veículos passam por transformações enunciativas, entre 1978 e 2018, no sentido de incorporar elementos dos quadros de restrição semântica de discursos identitários emergentes. Não obstante, há diferenças nos modos como as empresas incorporam, em seus discursos institucionais, elementos desse novo imaginário.

Assim, *Estado* e *Globo* apresentam uma aproximação institucional mais tímida em relação a esse quadro discursivo do que verificamos no caso da *Folha*. Tanto os *Princípios Editoriais do Grupo Globo* quanto o manual de redação do *Estado*, em suas várias edições, não estão preocupados em afirmar a filiação de suas políticas editoriais a questões de diversidade em uma perspectiva identitária. O documento do *Globo*, por exemplo, ao afirmar que a empresa “é entusiasta do Brasil, de sua diversidade, de sua cultura e de seu povo, tema principal de seus veículos”, insere-se em uma perspectiva de valorização da identidade nacional e de um ideal de universalismo, o que é característico de discursos constituintes da

²² Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2019/05/02/mulheres-on-line-um-ato-de-resistencia/>>. Acesso em: 29 Dez. 2019.

modernidade. Isso não impede que, “na prática”, ambos os jornais discutam questões de gênero em suas páginas, inclusive em editoriais, ao longo dos anos observados nesta pesquisa.

Já no caso da *Folha*, encontramos marcações mais evidentes no discurso da própria empresa que sinalizam um empenho institucional em construir uma imagem de aproximação em relação a elementos de um imaginário político voltado a pautas identitárias, afirmação da diferença e valorização da diversidade. E não se trata apenas de iniciativas recentíssimas, como a criação do blog #AgoraÉQueSãoElas, que citamos anteriormente. Em 1992, ao lançar a terceira edição de seu *Manual da Redação*, o jornal declarou que a nova publicação preocupava-se em orientar os jornalistas em relação à escolha de palavras de modo a evitar preconceitos cristalizados na linguagem, inclusive aqueles contra grupos vulneráveis; ao mesmo tempo, buscava marcar um posicionamento de cautela e distanciamento em relação ao debate sobre o “politicamente correto” que aportava em terras brasileiras:

É melhor escrever “casa” em lugar de “residência”, “marido” e não “esposo”, “criança” em vez de “menor”. São palavras diretas, que designam pessoas e coisas sem conotação pretenciosa ou pejorativa.

O novo manual recomenda, por exemplo, que não se usem os verbos “judiar” e “denegrir”. Talvez ninguém mais tenha consciência disso, mas os dois implicam preconceito contra judeu e negros. Para escapar, porém, dos exageros do “politicamente correto”, o novo manual (página 270) descarta os eufemismos ou termos pseudo-afirmativos advogados por grupos de pressão.

Na *Folha*, uma pessoa de cor negra continuará sendo qualificada pelo adjetivo “negro” – equidistante de “crioulo” como de “afro-brasileiro”. Em benefício da clareza, o jornal dá também preferência a “deficiente físico (ou mental)” a “portador de deficiência” (FOLHA DE S. PAULO, 01/05/1992).

Quando analisamos textos de *ombudsman* publicados no jornal, deparamo-nos com outra dimensão da materialização de posicionamentos legitimados no campo discursivo jornalístico. Entre 24 de setembro de 1989 – data de início do mandato do primeiro *ombudsman* da *Folha*, Caio Túlio Costa – e 4 de maio de 2019 – data de término do mandato de Paula Cesarino Costa, último mandato completo de um *ombudsman* no jornal, a *Folha* teve doze *ombudsmans*, sendo cinco mulheres e sete homens. Nesse intervalo, é possível localizar pelo menos dezessete textos, publicados entre 1993 e 2018, assinados por seis autores(as), que, de algum modo, trazem a discussão sobre gênero como foco central.

Do total de colunas localizadas, metade foi assinada por Paula Cesarino Costa, que responde por textos publicados entre junho de 2016 e dezembro de 2018. Há também quatro textos escritos por Suzana Singer entre 2011 e 2014, além de um de autoria de Marcelo Beraba (2004), um de Marcelo Leite (1995) e um de Mario Vitor Santos (1993). O que esses dados mostram é que temáticas de gênero aparecem em espaços de autocrítica do jornal há

pelo menos 27 anos, embora haja um adensamento significativo da presença de tal temática nos últimos anos. Mas a mudança mais significativa aqui é qualitativa e diz respeito ao tratamento semântico conferido a “gênero” ao longo dos anos. A coluna de Mario Vitor dos Santos para o jornal em 27 de junho de 1993 é representativa de como o tema aparecia entre os *ombudsmans* naquela época. Assim começa a argumentação do autor:

Vem bem a calhar a chamada “polêmica das saias”, criada a partir de uma coluna na página 1-2 do diretor-executivo da Sucursal de Brasília, Josias de Souza. O assunto, na verdade, foi trazido ao debate por uma decisão do congresso do PT, segundo a qual o partido deveria reservar 30% de seus postos de direção para serem ocupados por mulheres (SANTOS, 27/06/1993, *online*).

O autor prossegue discutindo a atenção e o enquadramento conferidos pelo jornal a tudo o que possuía relação com o PT – reflexão que ocupa a maior parte do texto. Ao abordar a polêmica aberta por Josias de Souza – a própria alcunha “polêmica das saias” indica que a baixa representatividade de mulheres em diversas áreas era vista de forma caricata –, afirma que as ações afirmativas que teriam inspirado o PT na proposta em questão seriam uma importação dos Estados Unidos. Vale observar, ainda, que, a todo momento, o autor não se debruça sobre a especificidade da categoria “gênero”: ao tratar de ações afirmativas, por exemplo, refere-se a medidas voltadas a reduzir a estrutura discriminatória de modo geral ou enfatizando a questão racial, sobretudo quando cita o contexto estadunidense.

O autor segue destrinchando a polêmica, até que, no 9º parágrafo, cita as reações registradas no Painel do Leitor contra a defesa de Josias de Souza de um assim referido “critério de eficiência”. Entre os críticos do jornalista, o *ombudsman* dá conta de que Fábio Conder Comparato manifestou-se defendendo a ampliação da participação de mulheres em cargos de direção em geral, inclusive, no jornalismo. Mas será apenas no 10º parágrafo que Santos esboçará a possibilidade de uma crítica ao jornalismo a partir de uma perspectiva de gênero. Ainda assim, trata a baixa presença de mulheres em cargos de liderança em redações dentro da chave da representatividade de minorias em geral e apresenta a possibilidade de adoção de políticas afirmativas como uma questão a se pensar:

Não é exagero dizer que as mulheres ainda ascendem nas redações com mais lentidão do que os homens, ou seja, que em condições de igualdade a prioridade é em geral dada aos profissionais do sexo masculino. Quanto aos negros, nem dizer. Assim, é melhor pensar. Quem sabe, dessa vez aquilo que é bom para os EUA não ajude também a melhorar o jornalismo do Brasil (SANTOS, 27/06/1993, *online*).

A coluna *Top models, topless, top quarks*, de 5 de março de 1995, assinada por Marcelo Leite, apresenta tratamento similar sobre o tema. Aqui, o *ombudsman* trata da exposição do corpo feminino na imprensa, conduzindo uma linha argumentativa que critica a imprensa como praça pública que incentiva um “novo comércio de mulheres”. Mas o texto não se destina exatamente a discutir o direito das mulheres; na verdade, a crítica do autor não se baseia em uma chave identitária, mas sim, na denúncia da suscetibilidade do jornalismo às pressões do mercado. O autor prossegue lamentando o que classifica como um efeito da “violência impregnada na sociedade brasileira”: o assassinato e suposto estupro de uma turista dinamarquesa, durante o carnaval. Novamente aqui, o *ombudsman* não baseia sua análise em um corte de gênero: o caso é sintoma de um problema nacional. E mais: entre a “mercantilização de corpos femininos” denunciada e o episódio do estupro, não aponta mais do que uma relação de trágica coincidência:

Diante desse quadro de engano trágico, um jornalista que não esteja completamente obliterado deveria perguntar-se sobre o que, em seu trabalho, contribui para melhorar ou piorar esse estado de coisas, em que os corpos de algumas mulheres valem tanto e a vida de outras, tão pouco (LEITE, 05/03/1995, *online*).

Por outro lado, todas as colunas de Paula Cesarino Costa mostram que, em anos mais recentes, os textos de *ombudsman*, quando abordam o tema “gênero”, deixam de fazê-lo de modo colateral e passam a apresentar essa categoria como chave para a crítica jornalística, articulando-a a critérios e valores fundamentais desse campo. Dessa forma, na coluna *Beijos fora de lugar*, de 12 de agosto de 2018, Costa cita críticas enviadas por leitores sobre uma reportagem que, ao tratar do assassinato de uma policial, teria narrado de modo contestável as ações da vítima que antecederam o crime. A autora traz um questionamento significativo:

O leitor Bruno Lages afirmou que o texto cria uma relação implícita de causa e efeito: se a mulher não tivesse dançado e beijado, talvez não tivesse sido morta. “Os desdobramentos não ditos são funestos: mulher que dança e beija talvez tenha parte da culpa na própria morte.” Se fosse homem, o texto publicado seria igual? (COSTA, 12/08/2018, *online*).

Ainda segundo Costa, embora justificável e relevante como pauta, a matéria teria passado, em seu resultado final, “mensagem equivocada na construção jornalística ambígua, popularesca e sexualizada com que noticiou os atos da policial antes do crime”, de modo que “o caso deveria aprofundar a discussão sobre gênero nas Redações”. A conclusão da *ombudsman* – de que a maioria das editoras e repórteres mulheres não permitiria a veiculação

de uma reportagem como aquela – parece indicar uma mudança discursiva em relação à percepção dos próprios valores e critérios jornalísticos por pelo menos parte da empresa.

Vale lembrar que o espaço do *ombudsman* não representa a posição institucional de um jornal. Ainda assim, pode ser considerado como uma espécie de “termômetro” de visões críticas altamente legitimadas no campo do jornalismo sobre o próprio fazer jornalístico. Além disso, os *ombudsmans* desempenham importante papel regulatório de práticas jornalísticas, e seus textos destacam-se como espaço privilegiado de interface, negociação e diálogo com discursos circulantes na esfera da recepção midiática.

CAPÍTULO 6

MAPEANDO A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE TEMÁTICAS DE GÊNERO

É provável que, para um consumidor frequente de notícias, não seja difícil lembrar-se de conteúdos recentes de caráter jornalístico que abordem, de algum modo, questões de *gênero* – seja quando noticiam os trágicos índices de violência contra mulheres e LGBTQs, ainda persistentes em muitos países, inclusive no Brasil, por exemplo; seja quando adotam recortes de gênero para tratar de assuntos mais abrangentes, como em uma reportagem de Economia que destaque a vulnerabilidade de pessoas trans no mercado de trabalho. Mais evidentes quando pensamos em veículos especializados/segmentados e nos meios digitais, tais abordagens compõem também na cobertura do jornalismo de referência – como sugere o mapeamento de palavras-chave apresentado no capítulo 4.

Dito de outro modo, temos neste momento uma questão de partida: sabemos que se estabelecem, possivelmente em diferentes graus e modalidades, trocas interdiscursivas entre jornais de referência brasileiros e a discursividade emergente ligada a posições enunciativas em diferentes campos do universo discursivo articuladas em torno de pautas, demandas e discussões identitárias, como aquelas de gênero e sexualidade. Mas como se conforma essa interdiscursividade? Um primeiro e mais evidente caminho para responder a essa pergunta parte do levantamento de matérias publicadas por veículos de imprensa nas quais se materializem referências a *temáticas* específicas – no caso, temáticas de gênero.

Isso porque, segundo a concepção de Maingueneau (2008) sobre a semântica global do discurso, como vimos no primeiro capítulo, os *temas* e *enquadramentos temáticos* constituem uma das dimensões a partir das quais é possível definir especificidades dos sistemas de formação próprios de cada discurso. E mais: quando falamos na complexidade dos enunciados midiáticos, o plano temático é certamente um dos mais imediatamente apreensíveis.

Não se trata de uma tarefa simples, porém; falamos de um leque vastíssimo de temas possíveis, cuja presença na cobertura jornalística se dá, muitas vezes, de forma difusa. Foi preciso, portanto, estabelecer alguns recortes que consideramos representativos da cobertura jornalística produzida por veículos de referência sobre gênero; são também esses recortes que informam o *corpus* fundamental desta pesquisa, cujas análises apresentaremos a partir do próximo capítulo. Referimo-nos ao estabelecimento de cinco eixos temáticos básicos em

relação aos quais buscamos rastrear menções junto aos acervos dos jornais pesquisados, segundo procedimentos específicos para cada caso.

Os quatro primeiros eixos correspondem a algumas das principais datas que simbolizam a luta pelos direitos de mulheres e LGBTs no Brasil, assim como ao maior evento de celebração do orgulho LGBT do Brasil:

- Eixo 1: Dia internacional da mulher.
- Eixo 2: Parada do orgulho LGBT de São Paulo.
- Eixo 3: Dia internacional do orgulho LGBT.
- Eixo 4: Dia nacional de combate à homofobia¹.

A partir desses quatro eixos, pesquisamos tanto matérias que abordam explícita e diretamente as datas/evento em questão quanto textos, publicados a propósito dessas mesmas datas/evento, que se voltam a discussões mais amplas sobre gênero e sexualidade. Ou seja: buscamos abarcar, ao mesmo tempo, a cobertura de fatos específicos diretamente ligados às datas e ao evento escolhidos e coberturas mais abrangentes sobre temáticas de gênero que tomem as datas/evento em foco como “ganchos” à sua veiculação.

No caso do quinto eixo temático adotado como ponto de partida à constituição do *corpus* de pesquisa, buscamos levantar matérias jornalísticas – das mais factuais às potencialmente mais interpretativas – sobre ações do poder público voltadas à garantia de direitos de minorias de gênero e sexuais ao longo do período observado nesta pesquisa. Com essa escolha, objetivamos assegurar a inclusão em nosso *corpus* de matérias mais propensas à abordagem de debates diretamente relacionados ao campo político institucional, de modo a visualizar como os jornais se situam entre diferentes discursividades políticas e como articulam – e se articulam – discursos tradicionais desse campo e outros relacionados à imbricação entre questões como identidade, diferença/diversidade e representação.

Obviamente, não seria possível abarcar nesta pesquisa a totalidade de políticas públicas de gênero já implementadas no Brasil. Por isso, optamos por selecionar apenas políticas em esfera federal, selecionando marcos distribuídos de forma a cobrir o intervalo de

¹ Cabe observar que optamos por considerar quatro eixos relacionados a datas e um evento voltado à população LGBT a fim de constituir um levantamento mais representativo, já que o número de referências localizadas nos jornais para cada um desses marcos foi relativamente baixo; mesmo somados, os achados dos três eixos são menos numerosos do que aqueles obtidos em função do eixo temático 1 (Dia internacional da mulher).

1978 a 2018. Também buscamos priorizar ações do poder público que tenham repercutido de maneira significativa junto à cobertura jornalística.

Com base nesses critérios, foi definida uma lista de 11 marcos decisivos aos avanços das políticas públicas de gênero em escala federal no Brasil:

- Eixo 5: Marcos das políticas públicas de gênero no Brasil:
 1. Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985) – integrado em 2003 à Secretaria de Políticas para Mulheres.
 2. Lançamento do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual (1996).
 3. Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2001).
 4. Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (2003).
 5. Lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia (2004).
 6. Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2005 (2006).
 7. Instituição das diretrizes nacionais para o processo transexualizador no SUS (2008).
 8. Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – “Plano LGBT” (2009).
 9. Instituição da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT no âmbito do Sistema Único de Saúde (2011).
 10. Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar (2011)².
 11. Lei do Feminicídio – Lei nº 13.104/2015 (2015).

² Embora não se trate de uma política pública *stricto sensu*, optamos por incluir este marco na pesquisa considerando sua expressiva repercussão junto à cobertura jornalística e ao debate público midiático em geral e a relevância que possui como concretização de uma demanda de parte significativa do movimento LGBT.

Com base nos cinco eixos temáticos apresentados, procuramos construir um *corpus* de pesquisa representativo da cobertura produzida por jornais de referência sobre discussões, pautas e demandas associadas às categorias de gênero e sexualidade em curso no Brasil dos últimos quarenta anos. A representatividade almejada na constituição do *corpus* não diz respeito apenas à quantidade de textos jornalísticos levantados, mas também – e sobretudo – à diversidade desses textos: além de abarcar diferentes gêneros textuais jornalísticos, a escolha dos eixos temáticos descritos pretende criar a possibilidade de acesso tanto a matérias potencialmente mais “quentes” – mais factuais e ligadas ao *hard news* – quanto coberturas mais “frias” – voltadas mais a “temas” do que a “fatos” e possivelmente mais interpretativas.

Neste capítulo, além de apresentar os critérios e procedimentos adotados ao longo do processo de levantamento, seleção, coleta, organização e catalogação de matérias jornalísticas, esperamos construir uma visão panorâmica sobre o conjunto de textos que integra nosso *corpus* de pesquisa. Para isso, buscamos descrever tendências gerais observadas em relação ao conjunto de matérias a partir de recorrências quantitativas. Por isso, e reconhecendo as limitações inerentes a esse tipo de abordagem, é importante ressaltar que, neste primeiro momento de apresentação do material empírico da pesquisa, não esperamos ir além de uma breve descrição do *corpus*. Ainda assim, esforçamo-nos por integrar reflexões qualitativas à leitura de tendências gerais evidenciadas no conjunto de textos.

6.1. Levantamento de matérias: critérios e procedimentos

Nos eixos temáticos 1, 2, 3 e 4, o levantamento centrou-se na busca de matérias que têm, como focu ou como gancho, as datas e/ou eventos focalizados em cada caso, publicadas por *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, entre 1978 e 2018. Consideramos, para cada eixo, duas datas-chave: o dia do evento/data em si e o dia a ele(a) posterior. Essa escolha teve como objetivo priorizar, na coleta de matérias, textos que se vinculassem diretamente à cobertura de acontecimentos relacionados às datas em foco e suas repercussões imediatas, bem como reportagens especiais e cadernos temáticos cuja publicação tenha se dado a propósito das datas em questão. Com isso, buscávamos incluir em nosso *corpus*, além da cobertura de aspectos cotidianos relacionados aos eventos em si, textos que fizessem referência a discussões mais amplas sobre gênero e sexualidade e possibilitassem a visualização dos enquadramentos construídos sobre essas categorias identitárias.

Com essa escolha, as buscas consideraram, no caso do eixo 1 (Dia Internacional da Mulher), as edições de *Estado*, *Globo* e *Folha* publicadas nos dias 8 e 9 de março de cada um dos quarenta anos abarcados no intervalo entre 1978 e 2018³; no caso do eixo 2 (Parada do Orgulho LGBT de São Paulo), foram abarcadas as edições correspondentes à data específica de realização do evento e ao dia subsequente em cada ano⁴, entre 1997 (ano de sua primeira edição) e 2018⁵; no caso do eixo 3 (Dia Internacional do Orgulho LGBT), o levantamento considerou as edições de 28 e 29 de junho de cada ano⁶; no eixo 4 (Dia Nacional de Combate à Homofobia), finalmente, a pesquisa se concentrou nas edições dos dias 17 e 18 de maio dos anos entre 2004 (quando se deu a inclusão do marco no calendário brasileiro) e 2018.

É importante observar também que a seleção de matérias, nesses quatro primeiros eixos, foi realizada a partir da observação das capas publicadas pelos jornais nas duas datas-chave consideradas para cada marco em cada ano. Assim, foram selecionadas todas as matérias que tenham recebido algum destaque, incluindo aquelas publicadas em cadernos

³ São exceções algumas datas nas quais o jornal *O Estado de S. Paulo* não circulou ao longo do período considerado, a saber: 9 de março de 1981; 8 de março de 1982; 9 de março de 1987; e 9 de março de 1997. Também houve situações excepcionais no caso de *O Globo*: localizamos algumas matérias sobre o Dia internacional da mulher que não puderam ser coletadas para composição do *corpus* porque as páginas em que foram publicadas se encontravam ausentes do acervo digitalizado do jornal no momento da pesquisa (nesses casos, tomamos conhecimento sobre a existência das matérias por meio das chamadas nas capas das respectivas edições); as datas em que verificamos esse tipo de ocorrência foram as seguintes: 8 e 9 de março de 2015; 8 de março de 2016; 8 de março de 2017; e 9 de março de 2018.

cujas chamadas de capas pudemos localizar, mas que não puderam ser localizadas porque as páginas em que se encontram não estavam disponíveis, no momento da pesquisa, no acervo digitalizado do jornal;

⁴ Embora costume acontecer em junho ou próximo ao início desse mês, a data de realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo varia de ano para ano. Partindo da data em que ocorreu o evento a cada ano, consideramos, em nossas buscas sobre o eixo de pesquisa 3, os seguintes dias: 1997 – 28 e 29 de junho; 1998 – 27 e 28 de junho; 1999 – 27 e 28 de junho; 2000 – 26 e 27 de junho; 2001 – 17 e 18 de junho; 2002 – 2 e 3 de junho; 2003 – 22 e 23 de junho; 2004 – 8 e 9 de junho; 2005 – 29 e 30 de maio; 2006 – 17 e 18 de junho; 2007 – 10 e 11 de junho; 2008 – 28 e 29 de maio; 2009 – 14 e 15 de junho; 2010 – 7 e 8 de junho; 2011 – 27 e 28 de junho; 2012 – 10 e 11 de junho; 2013 – 6 e 7 de junho; 2014 – 4 e 5 de maio; 2015 – ; 2016 – 28 e 29 de maio; 2017 – 18 e 19 de junho; 2018 – 3 e 4 de junho. Como se vê, há alguns anos em que o período de pesquisa para o eixo 3 coincidiu, total ou parcialmente, com o do eixo 2 (Dia Internacional do Orgulho LGBT). Nesses casos, quando encontramos menções separadas aos dois eventos, a coleta foi realizada normalmente; para casos de matérias que se referissem simultaneamente aos dois eventos, optamos realizar a catalogação do texto apenas no eixo que corresponde ao foco principal da matéria. A listagem de datas de realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo se baseou em informações disponibilizadas pela Associação da Parada do Orgulho LGBT em: <<http://paradasp.org.br/quem-somos/>>.

⁵ É exceção uma data em que o jornal *O Estado de S. Paulo* não circulou (29 de junho de 1997). Também houve situações, nos três jornais, em que matérias sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo não puderam ser coletadas para composição do *corpus* porque as páginas em que foram publicadas se encontravam ausentes, no momento da pesquisa, dos acervos digitalizados dos veículos (nesses casos, tomamos conhecimento sobre a existência das matérias por meio das chamadas nas capas das respectivas edições); as datas em que verificamos esse tipo de ocorrência foram as seguintes: 11 de junho de 2012, no caso de *O Estado de S. Paulo*; 2 de junho de 2013, no caso da *Folha de S. Paulo*; e 8 de junho de 2015, em *O Globo*. Finalmente, cabe registrar que a capa da edição de 18 de junho de 2017 da *Folha de S. Paulo* não se encontrava disponível no acervo do jornal.

⁶ São exceções algumas datas nas quais o jornal *O Estado de S. Paulo* não circulou ao longo do período considerado, a saber: 29 de junho de 1981 e 28 de junho de 1982; e 29 de junho de 1987. Cabe registrar também que não as capas das edições do *Estado* dos dias 28 e 29 de junho de 2012 não se encontram disponíveis no acervo digitalizado do jornal.

especiais e/ou comemorativos, nas capas das edições consideradas⁷. Com esse critério, buscamos priorizar, na composição de nosso *corpus*, os textos considerados mais relevantes segundo a hierarquização construída pelas próprias publicações. Ao mesmo tempo, sabemos que a capa de um jornal constitui um dispositivo privilegiado de visibilidade, dado significativo à análise dos discursos aí materializados.

No caso do eixo 5, a coleta de matérias seguiu algumas especificidades, com a definição de critérios adequados ao levantamento de matérias voltadas à cobertura de políticas públicas. Isso porque a cobertura sobre a implantação dessas ações, bem como sobre suas repercussões, a avaliação crítica de sua eficiência e outras discussões relacionadas, extrapola os limites de datas pré-fixadas. Por outro lado, tampouco seria viável, dentro do tempo disponível para a realização de uma pesquisa de doutorado, proceder à leitura de todas as edições dos jornais publicadas entre 1978 e 2018 à procura de menções aos marcos focalizados. Para se ter uma ideia, ao longo do período de 40 anos abarcado nesta pesquisa, cada um dos três jornais publicou aproximadamente 14.600 edições impressas – ou cerca de 43.800 edições ao todo.

Por esses motivos, optamos por trabalhar com uma palavra-chave ou um conjunto sucinto de palavras-chave para cada um dos marcos considerados no eixo 5, a partir das quais foi possível utilizar as ferramentas de busca disponíveis nos acervos digitalizados dos próprios jornais. Nessa etapa, optamos por não restringir cronologicamente o intervalo de busca para além do recorte de 1978 a 2018, já que era de nosso interesse localizar textos que abordassem discussões a respeito de políticas públicas de gênero e sexualidade sob a ótica tanto da criação e implantação de iniciativas quanto de suas repercussões, reverberações ou revisões tardias etc.

Para alguns marcos, adotamos apenas uma palavra-chave, enquanto para outros foi necessário incorporar mais de uma expressão no momento de realização das pesquisas via motores de busca⁸. Isso porque, em alguns casos, apenas uma palavra-chave não retornaria

⁷ Nos eixos 1 a 4, houve situações em que localizamos, a partir das chamadas de capa, matérias jornalísticas relacionadas aos temas considerados, que potencialmente seriam de interesse para esta pesquisa, mas que acabaram ficando de fora da constituição do *corpus* porque se apresentavam ilegíveis nos acervos digitalizados dos jornais. Foram casos minoritários, mas cuja ocorrência cumpre-nos assinalar. Cabe ainda observar, em relação a esses casos, que a exclusão de textos de legibilidade precária aconteceu também no caso do eixo 5, no qual trabalhamos com pesquisas de palavras-chave junto aos motores de busca dos sites dos jornais; como as ferramentas de busca não conseguem “ler” o conteúdo de páginas que se apresentam ilegíveis “a olho nu”, matérias que estejam nessa condição certamente não foram localizadas.

⁸ Para alcançar esse objetivo, foram utilizadas, para cada marco integrado ao eixo 5, as seguintes palavras-chave: a) *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* – palavra-chave: “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”; b) *Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual* – palavras-chave: “Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual”; “Programa de prevenção da violência

resultados satisfatórios de pesquisa. Dessa forma, a(s) palavra(s)-chave adotada(s) em cada caso foi(foram) definida(s) em função de percepções obtidas a partir do próprio manuseio das ferramentas de busca. Em todos os casos, tivemos como objetivo elaborar um conjunto reduzido de palavras-chave, a fim de não abrir demais o escopo de achados possíveis e, ao mesmo tempo, priorizar o modo como as políticas públicas de gênero costumam ser referidas na cobertura jornalística.

Após as etapas de levantamento e coleta dos textos jornalísticos⁹, passamos à organização e arquivamento das matérias selecionadas. Nesse momento, tivemos como objetivo organizar um banco de dados que apresentasse, de modo claro e facilmente acessível, todos os achados de pesquisa. Para além de organizar especificamente os textos de nosso *corpus*, buscamos também construir um acervo de matérias capaz de ajudar a construir um retrato, ainda que parcial, da cobertura jornalística sobre o debate de gênero no Brasil ao longo dos anos de 1978 a 2018 – acervo esse que pode contribuir futuramente para a realização de outras pesquisas sobre o tema. Assim, tanto as páginas no interior dos jornais quanto as capas contendo chamadas para matérias selecionada foram salvas em formato PDF em pastas organizadas em função de eixo temático e jornal. Os arquivos foram nomeados

doméstica”; “Programa de combate à violência doméstica”; “Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual”; “Combate à Violência Doméstica e Sexual”; c) *Conselho Nacional de Combate à Discriminação* – palavra-chave: “Conselho Nacional de Combate à Discriminação”; d) *Secretaria de Políticas para Mulheres* – palavra-chave: “Secretaria de Políticas para Mulheres”; e) *Programa Brasil Sem Homofobia* – palavra-chave: “Brasil Sem Homofobia”; f) *Lei Maria da Penha* – palavra-chave: “Lei Maria da Penha”; g) *Diretrizes nacionais para o processo transexualizador no SUS* – palavras-chave: “processo transexualizador no SUS”; “processo transexualizador”; h) *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT* – palavras-chave: “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT”; “Plano LGBT”; i) *Política Nacional de Saúde Integral de LGBT no âmbito do Sistema Único de Saúde* – palavras-chave: “Política Nacional de Saúde Integral de LGBT”; “Política Nacional de Saúde LGBT”; “Política de Saúde LGBT”; j) *Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar* – palavra-chave: “união homoafetiva”; l) *Lei do Feminicídio* – palavras-chave: “Lei do Feminicídio”. No caso da palavra-chave utilizada para rastrear referências ao reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar pelo STF (“união homoafetiva”), cabe observar que, embora se trate de uma expressão mais abrangente e de sentido menos circunscrito do que as demais, optamos por adotá-la com base na percepção, obtida a partir do contato direto com as ferramentas de busca dos acervos jornalísticos, de que ela representaria o caminho mais eficaz para chegar a matérias que sobre o marco em questão, já que, nesses textos, encontram-se diversas combinações entre as expressões “união homoafetiva”, “entidade familiar”, “Supremo Tribunal Federal”, “STF” etc. Não obstante, a partir dos resultados de busca localizados a partir da palavra-chave “união homoafetiva”, filtramos apenas as matérias diretamente relacionadas com a decisão do STF em favor do reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar no Brasil ou suas repercussões.

⁹ Nessa etapa, foram considerados, para efeitos de composição do *corpus*, textos publicados em editoriais fixas dos jornais pesquisados, cadernos especiais, suplementos semanais etc., desde que veiculados como parte dos títulos em questão. Ou seja: ficaram de fora da constituição do *corpus* apenas casos de publicações que, embora distribuídas junto com os jornais e editadas pelas mesmas empresas, constituem produtos separados, contando inclusive com títulos específicos; é caso, por exemplos, de guias de programação cultural e revistas distribuídas ao leitor junto com as edições impressas dos veículos em foco.

conforme código de identificação próprio¹⁰, a fim de facilitar a localização e manuseio dos textos dentro do conjunto de achados.

Paralelamente à organização dos arquivos, procedeu-se à catalogação¹¹ das matérias do *corpus* em tabelas específicas para cada eixo e jornal¹². Para cada texto¹³, foram levantadas e registradas as seguintes informações: a) código utilizado para identificação do PDF; b) título; c) data de publicação; d) gênero jornalístico; e e) presença ou ausência de chamada de capa para cada matéria. A escolha de tais categorias de classificação teve como objetivo produzir um conjunto de dados que pudesse, ao mesmo tempo, fornecer uma visão geral sobre a constituição do *corpus*, facilitando o manejo das unidades de análise a partir de metadados dos textos, e indicar tendências gerais do tratamento editorial conferido pelos veículos às matérias jornalísticas em foco, como veremos no item 6.3. Para além desses fatores, a organização e catalogação das matérias ajudaram-nos a apreender os contornos de nosso *corpus* em sua totalidade.

¹⁰ Cada matéria coletada foi nomeada por meio de um código de localização indicativo das seguintes informações: [eixo em que se insere_jornal em que foi publicada_ ordem dentro da pasta em que foi arquivada]. No caso dos eixos 1 a 4, foram criadas pastas para cada eixo, dentro das quais as matérias foram organizadas em subpastas correspondentes aos achados de cada jornal. Na primeira parte do nome dos arquivos, indicamos: “Mulher”, para textos relacionados ao eixo 1 (Dia internacional da mulher); “Orgulho”, para textos relacionados ao eixo 2 (Dia internacional do orgulho LGBT); “Parada”, para textos relacionados ao eixo 3 (Parada LGBT de São Paulo); e “Homofobia”, para textos relacionados ao eixo 4 (Dia nacional de combate à homofobia). Na segunda parte do nome dos arquivos, foi indicada a primeira letra do nome do jornal em que as matérias foram publicadas, assim: “E”, para *O Estado de S. Paulo*; “G”, para *O Globo*; e “F”, para *Folha de S. Paulo*. Finalmente, na terceira parte do nome do arquivo, indicamos a numeração do arquivo dentro de sua pasta de destino: “001”, “002”, “003” – e assim por diante. O resultado foram códigos de identificação dos arquivos com a seguinte estrutura: “Mulher_F_001”, “Orgulho_G_003”, “Parada_E_025” etc. No caso do eixo 5, a mesma lógica de nomeação dos arquivos foi mantida, porém, com algumas particularidades: como foram criadas pastas para organizar separadamente, dentro de uma pasta única para o eixo 5, as matérias relacionadas a cada um dos marcos de políticas públicas de gênero considerados, os nomes dos arquivos incluem, em sua primeira parte, a palavra “Marcos” separada por hífen da indicação da política em questão, por exemplo: “Marcos-Conselho Mulher_E_013”, “Marcos-Programa Violência_G_001”, “Marcos-Maria da Penha_F_006” etc. Finalmente, no caso das capas contendo chamadas para matérias selecionadas para a composição do *corpus*, elas foram organizadas separadamente em pastas montadas em função dos eixos 1 a 5, dos jornais correspondentes e, no caso do eixo 5, de cada um dos marcos específicos, e nomeadas com a indicação “CAPA” separada por hífen do(s) código(s) da(s) matéria(s) a cuja(s) chamada(s) correspondem. Assim, temos, por exemplo: “CAPA-Mulher_F_001-Mulher_F002”, “CAPA-Orgulho_G_003” etc.

¹¹ Em relação às chamadas de primeira página relacionadas às matérias selecionadas para a composição do *corpus* (situação que caracteriza todos os achados relacionados aos eixos 1 a 4 e ocorre ocasionalmente no caso do eixo 5), cabe observar que as capas contendo-as foram arquivadas em formato PDF, em pastas específicas, mas não entraram nas tabelas destinadas à catalogação das matérias, já que as categorias utilizadas para a classificação dos textos não seriam aplicáveis a esses casos.

¹² As tabelas de catalogação das matérias jornalísticas que constituem o *corpus* de pesquisa são apresentadas no Anexo I desta tese.

¹³ No caso de achados que correspondem a cadernos especiais temáticos publicados por ocasião de datas específicas (situação muito comum no caso do Dia internacional da mulher, por exemplo), estes foram arquivados e catalogados como um registro único, de modo que foi gerado um código único de localização para cada especial; nesses casos, portanto, não se aplicou a classificação por gênero, nas tabelas de catalogação.

Finalmente, em relação à etapa de levantamento e coleta de matérias jornalísticas, cabe uma última observação sobre os procedimentos adotados no caso do eixo 5. Seguindo os critérios de busca anteriormente descritos, chegamos, para alguns dos marcos considerados, a conjuntos excessivamente numerosos de matérias, cujo manejo seria inviável nas dimensões desta pesquisa. Por isso, deparamo-nos com a necessidade de estabelecer filtros para selecionar, dentre um vasto universo de textos, aqueles em que as discussões sobre gênero aparecessem de modo relevante. Com esse objetivo, optamos por selecionar apenas os textos em que os marcos de implantação de políticas públicas de gênero no Brasil aparecem como tema central ou associados ao tema central.

Para tal, recorremos aos conceitos de “valor-notícia de seleção” e “valor notícia de construção”. A noção de valor-notícia diz respeito ao grupo de critérios que indicam se um determinado fato merece receber tratamento jornalístico – ou seja, se possui valor como notícia: “os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2005, p. 63). Trata-se de critérios que se desenrolam ao longo de todo o processo de produção das notícias. Eles atuam no momento de seleção das pautas e estendem-se aos procedimentos de elaboração posteriores, operando de duas maneiras:

São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de ser incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas-guias para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público (GOLDING-ELLIOT, 1979, p. 114 apud WOLF, 2009, p. 203).

A divisão dos valores-notícia em duas categorias é proposta por Traquina, que toma como ponto de partida o trabalho de Wolf (TRAQUINA, 2005, p. 78). No caso dos valores-notícia de seleção, estão implicados os critérios relativos à avaliação da importância e interesse de um determinado acontecimento (critérios substantivos) e ao contexto de produção da notícia (critérios contextuais) – isto é, os fatores que determinam se um determinado acontecimento será noticiado. Já no caso dos valores-notícia de construção, o que está em jogo são os critérios que determinam a construção do fato como notícia, a partir da hierarquização dos vários aspectos de um determinado acontecimento a ser noticiado – ou seja, os fatores que determinam como a notícia será apresentada.

Levando em conta essa definição, priorizamos, na coleta dos dados relacionados ao eixo 5, matérias jornalísticas em que as ações do poder público focalizadas e as discussões

correlatas sobre gênero e sexualidade aparecem, de algum modo, atreladas a valores-notícia de seleção da matéria – ou seja, casos em que a abordagem de tais temas constitui a justificativa para a existência da pauta, correspondendo a seu enfoque principal.

6.2. *Corpus* de pesquisa: visão panorâmica

Com base nos critérios descritos de levantamento e seleção de matérias jornalísticas, chegamos a um *corpus* formado por 712¹⁴ ocorrências de conteúdos publicados em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, entre 1978 e 2018, assim distribuídos:

EIXO/JORNAL	<i>Estado</i>	<i>Globo</i>	<i>Folha</i>	TOTAL
Eixo 1. Dia internacional da mulher	100 textos	69 textos	93 textos	262 textos
Eixo 2. Parada LGBT de São Paulo	54 textos	10 textos	60 textos	124 textos
Eixo 3. Dia internacional do orgulho LGBT	3 textos	5 textos	3 textos	11 textos
Eixo 4. Dia nacional de combate à homofobia	-	1 texto	3 textos	4 textos
Eixo 5. Políticas públicas	100 textos	146 textos	67 textos	311 textos
TOTAL	257 textos	231 textos	224 textos	712 textos

Tabela 1. Composição do *corpus* em número de textos por eixo temático e veículo jornalístico.

Em relação ao número total de achados em cada jornal, temos pequena predominância do *Estado* (257 textos), seguido pelo *Globo* (231 textos) e pela *Folha* (224 textos), com estes dois últimos praticamente empatados. No cômputo total, o eixo temático 5 representa o maior número de achados (311 textos nos três jornais), seguido de perto pelo eixo 1 (263 textos) e,

¹⁴ Este total corresponde à soma do número de textos e especiais localizados durante a etapa de construção do *corpus* de pesquisa, sendo que cada um foi contabilizado como uma unidade do *corpus*. Essa observação é importante considerando que, no caso do eixo 1, localizamos nove cadernos especiais sobre o Dia internacional da mulher, publicados em *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, em diferentes anos; para efeitos de tabulação e catalogação do *corpus*, cada especial foi contabilizado como um único achado, independentemente de sua extensão e conteúdo. Neste capítulo, para efeitos de descrição do *corpus*, seguimos a lógica adotada na tabulação das matérias, de modo que cada especial será considerado, juntamente com as demais unidades do *corpus*, como um “texto”.

com um número menor, pelo eixo 2 (124 textos); no caso dos eixos 3 e 4, foram localizados números expressivamente menores de matérias, com 11 e 4 achados, respectivamente.

No que diz respeito às matérias localizadas em virtude do eixo 1, a Tabela 1 mostra o *Estado* concentrando o maior número de matérias, seguido de perto pela *Folha*. No eixo 2, temos um contraste maior entre os números de cada jornal devido à própria natureza do evento em foco: embora possua alcance nacional, o *Globo*, enquanto veículo sediado no Rio de Janeiro, apresenta uma cobertura reduzida sobre a Parada LGBT de São Paulo. No eixo 5, os números também apresentam um contraste significativo: nesse caso, o total de matérias do *Globo* ultrapassa em quase 50% a quantidade de textos do *Estado* e corresponde a mais do que o dobro do número de achados da *Folha*.

No geral, o que mais chama a atenção em um primeiro olhar sobre o *corpus* é o espaço conferido pelo *Globo* a matérias sobre políticas públicas de gênero – em contraste principalmente com a *Folha*, que parece apresentar uma cobertura significativamente mais enxuta do tema. O *Estado* também se destaca com o maior número de textos no total.

Gráfico 22. Eixo 1: distribuição temporal das matérias do *corpus*, por jornal. Fonte: dados da autora.

Do ponto de vista de sua distribuição temporal, as matérias relacionadas ao eixo temático 1 apresentam presença constante durante todo o período de 1978 a 2018. Como o Gráfico 22 (acima) mostra, a *Folha* publicou mais matérias relacionadas ao Dia internacional da mulher do que *Estado* e *Globo* até o início dos anos 1990; desse momento em diante, o *Estado* parece liderar em número de achados até o final da primeira década dos anos 2000,

período em que a *Folha* passa à frente em alguns anos. A partir de meados da década de 2010, o *Globo* se destaca com números superiores aos apresentados pelos outros dois veículos.

Em relação à distribuição temporal do total das matérias relacionadas ao eixo 1 – ou seja, quando consideramos a soma dos achados relativos aos três jornais –, percebemos um crescimento na média anual de matérias sobre o Dia internacional da mulher a partir do início dos anos 2000. É o que evidencia o Gráfico 23:

Gráfico 23. Eixo 1: distribuição temporal das matérias do *corpus*. Fonte: dados da autora.

No caso do eixo temático 2, as matérias relacionadas à Parada LGBT de São Paulo distribuem-se por todo o período considerado, a partir de 1998 (a primeira edição do evento, aconteceu em 1997). O Gráfico 24 (abaixo) mostra que os dois veículos paulistanos apresentam números aproximados de achados ao longo de todo o período, com destaque para a *Folha* na primeira metade dos anos 2000 e em meados da década de 2010; o *Estado*, por sua vez, apresenta picos de concentração de matérias sobre o tema em momentos pontuais, como ocorre nos anos 2008, 2009 e 2013. Não deixa de ser curioso observar o caso do ano 2001, em que o *Globo* apresentou o mesmo número de matérias sobre a Parada do que a *Folha* e superou a quantidade de achados do *Estado*.

Eixo 2 - Parada LGBT de São Paulo

Gráfico 24. Eixo 2: distribuição temporal das matérias do *corpus*, por jornal. Fonte: dados da autora.

Em relação aos achados totais do eixo 2, o Gráfico 25 evidencia que a década de 2000 corresponde ao momento de maior publicação de matérias sobre a Parada LGBT de São Paulo, com picos de incidência particularmente elevados em anos específicos:

Gráfico 25. Eixo 2: distribuição temporal das matérias do *corpus*. Fonte: dados da autora.

De um ponto de vista quantitativo, os achados relacionados aos eixos 3 e 4 fornecem leituras menos consistentes, já que o número de matérias localizadas nesses dois casos foi significativamente mais baixo. Não obstante, alguns apontamentos poder ser feitos. No caso do eixo 3 (Gráfico 26, abaixo), por exemplo, não deixa de ser significativo que todas as menções ao Dia internacional do orgulho LGBT presentes na capa de pelo menos um dos Ojornais analisados foram localizadas em anos nos quais os dias pesquisados para esse marco

(ou seja, 28 e 29 junho) não coincidem ou coincidem apenas parcialmente com a realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e com as datas pesquisadas no caso do eixo 2¹⁵.

Esse dado pode ajudar a explicar o baixo número de achados relacionados ao eixo 3. Seria plausível supor, nesse sentido, que, nos anos em que a data de realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo coincide com o Dia internacional do orgulho LGBT, os veículos jornalísticos priorizem a cobertura do primeiro, tendo em vista a elevada popularidade que o evento alcançou ao longo dos anos e seu impacto direto no cotidiano da cidade, em detrimento do segundo. Não obstante, mesmo antes da existência da Parada – ou seja, entre 1978 e 1997 – o Dia internacional do orgulho LGBT não fazia parte da agenda dos jornais pesquisados (ou pelo menos não recebia a relevância suficiente para ser destacado em capa). Todas as menções à data que localizamos em nossos levantamentos correspondem a matérias publicadas nos anos 2000 e 2010 – justamente no momento em que a Parada do Orgulho LGBT alcança maior presença na cobertura jornalística.

Gráfico 26. Eixo 3: distribuição temporal das matérias do *corpus*, por jornal. Fonte: dados da autora.

No caso do eixo 4 (Gráfico 27, abaixo), o pequeno índice de achados pode ser explicado pelo caráter recente da data, incorporada ao calendário nacional em 2004. Ainda assim, não deixa de ser notável o fato de que tenha demorado quase uma década para a primeira menção aparecer na capa de um dos veículos analisados.

¹⁵ No entanto, cabe observar que houve também anos nos quais as datas de pesquisa de menções aos dois marcos não coincidiram e, mesmo assim, não localizamos menções nas capas dos jornais ao Dia internacional do orgulho LGBT.

Uma hipótese que pode ser traçada com base nos achados dos eixos 2, 3 e 4 é que os jornais de referência em foco, atendendo a critérios de noticiabilidade jornalística e talvez como efeito de um hábito já enraizado nas redações, priorizem a concentração dos esforços de cobertura de temáticas ligadas à comunidade LGBT em uma única ocasião por ano – no caso, a Parada do Orgulho LGBT. Essa hipótese parece válida principalmente para os casos da *Folha* e do *Estado*, que realizam coberturas mais extensas sobre o evento¹⁶. Ao mesmo tempo, parece-nos válido afirmar que os achados de pesquisa para os eixos 1, 2 e 3 de algum modo se completam, permitindo-nos construir um panorama representativo da cobertura produzida por jornais de referência, ao longo de vários anos, sobre temáticas ligadas à comunidade LGBT.

Eixo 4 - Dia nacional de combate à homofobia

Gráfico 27. Eixo 4: distribuição temporal das matérias do *corpus*, por jornal. Fonte: dados da autora.

Em relação ao eixo temático 5, pudemos localizar um número expressivo de matérias jornalísticas, distribuídas entre 1985 – ano de implantação da primeira política pesquisada – e 2018. Como o Gráfico 28 (a seguir) mostra, a distribuição temporal dos achados da *Folha* destoa significativamente em relação aos demais jornais, com um pico de maior concentração nos anos 1980 – momento em que discussões de gênero, sobretudo relacionadas aos direitos e

¹⁶ Obviamente, os jornais publicam notícias sobre questões relacionadas à comunidade LGBT para além da cobertura dos marcos que consideramos em nossos levantamentos; porém, esses casos em geral correspondem a pautas “quentes”, mais ligadas ao chamado jornalismo *hard news*. A hipótese que traçamos aqui diz respeito à cobertura mais “fria” ou menos factual de temas ligados à comunidade LGBT, representada por datas/eventos regulares, fixados em calendário – embora, no caso da Parada do Orgulho LGBT, seu impacto no cotidiano de São Paulo justifique a realização de notícias e reportagens mais “quentes”, o que ajuda a explicar inclusive o fato de a abordagem jornalística sobre o evento ser muito maior do que aquela a propósito do Dia internacional do orgulho LGBT e do Dia nacional de combate à homofobia.

à participação da mulher, ganhavam fôlego no contexto de redemocratização e da Constituinte. Nos anos 2000, o *Estado* e o *Globo* se destacam com números expressivos de matérias sobre políticas públicas de gênero, enquanto a *Folha* volta a apresentar números crescentes de matérias somente a partir do início da década de 2010.

Eixo 5 - Políticas públicas

Gráfico 28. Eixo 5: distribuição temporal das matérias do *corpus*, por jornal. Fonte: dados da autora.

Quando consideramos os números totais relativos ao eixo 5 (Gráfico 29, a seguir), algumas tendências se tornam evidentes. Em primeiro lugar, é marcante o esvaziamento da presença de discussões sobre políticas públicas de gênero nos jornais durante os anos 1990, especialmente na primeira metade da década. A baixa presença de matérias sobre o tema permanece até a primeira metade dos anos 2000. De modo mais específico, após 2006 temos um ponto de virada, com um aumento expressivo no número de textos que abordam ações do poder público ligadas a demandas e pautas de minorias de gênero e sexuais.

Em 2011, encontramos a maior concentração de achados, o que parece ser devido à vasta cobertura jornalística sobre o reconhecimento da união homoafetiva como unidade familiar pelo STF. Em 2016, temos um novo pico quantitativo, que reflete as repercussões na cobertura jornalística da aprovação da Lei do Feminicídio, um ano antes. O ano de 2018, finalmente, também apresenta números expressivos, com destaque para textos publicados no *Globo* e na *Folha* dando conta da preocupação, por parte de setores sociais diversos, quanto à garantia de direitos de mulheres e LGBTs diante do avanço de forças políticas conservadoras.

Eixo 5 - Total de matérias

Gráfico 29. Eixo 5: distribuição temporal das matérias do *corpus*. Fonte: dados da autora.

Finalmente, com base em uma visão panorâmica sobre a distribuição temporal de todas as matérias do *corpus* (Gráfico 30, abaixo), alguns apontamentos gerais podem ser feitos. Em primeiro lugar, o relativo esvaziamento do debate sobre temáticas de gênero observado na década de 1990 em relação aos achados do eixo 5 mantém-se no cômputo geral. É interessante observar como a década de 1980 parece ter sido mais profícua à difusão de debates sobre gênero no jornalismo do que a década seguinte, ao menos de um ponto de vista quantitativo. Ao mesmo tempo, os anos 2000 e 2010 representam momentos decisivos à profusão de temáticas de gênero e sexualidade nos jornais brasileiros de referência. Em especial, o final dos anos 2000 e início de 2010 destacam-se com números expressivos de achados, por vários anos consecutivos, sendo que 2017 concentra o maior número anual de matérias dentre todo o *corpus*.

Gráfico 30. Distribuição temporal das matérias do *corpus*. Fonte: dados da autora.

6.3. Tratamento editorial

Uma primeira forma de apreender as características do tratamento editorial conferido a um determinado tema é observar por meio de quais gêneros textuais o assunto em questão é abordado. Obviamente, a opção de explorar um tema de maneira mais “factual” ou mais “reflexiva” não é em nada natural, dependendo de escolhas editoriais realizadas pelos agentes que integram a instância de produção dos enunciados midiáticos. É evidente também que tais escolhas se dão a partir de uma ampla variedade de formatos disponíveis no campo jornalístico, que incluem notas curtas, notícias, reportagens – que podem ser mais ou menos aprofundadas, assim como investigativas ou interpretativas –, textos reflexivos e eventualmente de caráter mais literário – como as crônicas –, artigos de opinião etc.

No panorama deste capítulo, interessa-nos uma distinção genérica mais simples. Para tanto, apoiamo-nos na categorização dos gêneros jornalísticos proposta por Manuel Carlos Chaparro (2008). Como aponta o autor, não é possível separar a opinião da informação no jornalismo, pois todo o processo de produção de notícias, por mais que se busque obter efeitos de objetividade, é permeado por opções subjetivas. Por essa razão, Chaparro rejeita a divisão entre “jornalismo informativo” e “jornalismo opinativo”: “Há opinião em todas as decisões e em cada momento de atribuição de valor aos factos e às coisas” (CHAPARRO, 2008, p. 115).

Assim, para esse autor, os dois principais vieses de atuação da imprensa dizem respeito a “relatar” e “comentar” a atualidade, de modo que são dois os gêneros do discurso jornalístico: o “comentário” e o “relato”, dentro dos quais existem ainda subtipos textuais, chamados pelo autor de “espécies”. Assim, o gênero “relato” comporta a reportagem, a notícia, a entrevista e a coluna, que constituem “espécies narrativas”, enquanto roteiros, indicadores, agendamentos, previsões meteorológicas, cartas-consulta e outras informações úteis correspondem às “espécies práticas”. No gênero “comentário”, insere-se o artigo, a crônica, as cartas e a coluna, que são “espécies argumentativas”, além da caricatura e da charge, que correspondem a “espécies gráfico-artísticas” (CHAPARRO, 2008, p. 123).

Para além de sua pertinência teórica, adotamos a classificação proposta por Chaparro (2008) tendo em vista seu caráter sucinto e, portanto, metodologicamente viável. Dessa forma, os textos coletados foram classificados como “relato” ou “comentário” durante o processo de catalogação, ao longo do qual não nos preocupamos com a subdivisão de cada gênero em “espécies”. Isso porque o que nos interessa centralmente é compreender se as matérias de nosso *corpus* abordam temáticas de gênero de modo *narrativo* ou de modo

argumentativo. A partir da resposta a essa questão, torna-se possível compreender as maneiras fundamentais pelas quais aspectos próprios da discursividade contemporânea são “encenados” na representação do espaço público construída pelos jornais de referência. Ademais, a distinção entre “relato” e “comentário” representa uma ferramenta útil à estruturação das análises discursivas desenvolvidas nos próximos capítulos.

Quando olhamos para a totalidade do *corpus*, a imensa maioria de textos classificados como “relato” – são 623 achados desse tipo, contra 80 registros de comentários¹⁷ – não surpreende, tendo em vista que a presença majoritária do gênero é uma característica própria do jornalismo moderno, fortemente ancorado em uma diferenciação entre “informação” e “opinião”, com ênfase na primeira como produto principal. É interessante também observar que, em nosso *corpus*, a proporção entre relatos e comentários é bastante aproximada nos casos de *Globo* e *Folha*, enquanto o *Estado* possui uma presença relativamente menor de comentários em relação ao número de textos classificados como “relatos” (Gráfico 31).

Gráfico 31. Classificação das matérias por gênero jornalístico em cada jornal. Fonte: dados da autora.

O Gráfico 32 (a seguir) mostra que a proporção entre relatos e comentários passa por pequenas modificações ao longo das décadas de 1980 a 2010. Considerando a razão entre textos classificados como “relatos” e “comentários”, verificamos que, nas décadas de 1990 e 2010, a cobertura adquire entonação mais argumentativa. No caso da década de 1990, esse dado parece ser influenciado pelo número relativamente elevado de matérias ligadas ao eixo 1 (Dia internacional da mulher), enquanto nos anos 2010 pesam decisivamente os achados relacionados ao eixo 5 (Políticas públicas de gênero).

¹⁷ Excluímos desta contagem os casos de especiais jornalísticos publicados a propósito do eixo temático 1 (Dia internacional da mulher), pois, como já apontado anteriormente, tais ocorrências foram tabuladas e catalogadas como unidades únicas, de modo que não as categorizamos em função de gêneros jornalísticos.

Gráfico 32. Classificação das matérias por gênero jornalístico em cada década. Fonte: dados da autora.

A seguir, nos Gráfico 33 e 34, vemos ainda que o eixo 2 (Parada LGBT de São Paulo) apresenta a menor concentração, absoluta e relativa, de textos classificados como “comentário”, o que evidencia o caráter predominantemente factual da cobertura do evento em questão; por outro lado, o eixo 5 (Políticas públicas de gênero) representa a maior presença desse gênero, indicando que os jornais priorizam, em espaços destinados ao debate crítico entre pontos de vista de diferentes colunistas, assuntos relacionados ao campo da política institucional – tendência condizente com o perfil de jornais de referência.

Eixo 2 - Parada LGBT de São Paulo

Relato Comentário

Eixo 5 - Políticas públicas

Relato Comentário

Gráfico 33 (à esq.). Classificação das matérias por gênero jornalístico (Eixo 2).

Gráfico 34 (à dir.). Classificação das matérias por gênero jornalístico (Eixo 5).

Fonte: dados da autora.

Para além dessas observações, um segundo – e mais revelador – modo de aproximarmo-nos do tratamento editorial conferido pelos jornais de referência às temáticas de gênero diz respeito à identificação das editoriais em que foram publicadas as matérias do

corpus. Isso porque o enquadramento de uma pauta em uma editoria não corresponde a uma escolha aleatória; trata-se de uma opção feita em função da angulação efetiva e/ou pretendida no momento de planejamento da pauta. Isso porque diferentes editorias caracterizam-se pela priorização de fontes, estilos de escrita e enquadramentos temáticos igualmente distintos. Portanto, o exame das editorias em que se inserem as matérias jornalísticas focalizadas nesta pesquisa pode ajudar-nos a levantar indícios de diferentes materializações discursivas – aspecto relevante às análises dos próximos capítulos.

Ao longo do processo de catalogação do *corpus*, identificamos as editorias em que cada texto foi publicado. Cabe observar, porém, que não basta identificar o nome da editoria de cada matéria, pois cada jornal adota nomenclaturas diferentes para seus cadernos. Por esse motivo, adotamos um sistema padrão de identificação das editorias, com nomes que podem ser aplicados aos três veículos em correspondência aos títulos dos cadernos identificados em cada caso. Assim, foram consideradas as seguintes categorias: “Cidades/Cotidiano”; “Política/Nacional”; “Internacional”; “Economia”; “Cultura”; “Comportamento”; “Especial” (correspondente a cadernos especiais/comemorativos, que correspondem basicamente a cadernos publicados por ocasião do Dia internacional da mulher, no caso de nossos achados); “Ciência/Saúde”; “Esportes”; “Opinião”; e “Outros” (nesta última, temos, por exemplo, cadernos de gastronomia, veículos, TV, voltados ao público adolescente etc.).

TOTAL - Editoria/Jornal	<i>Estado</i>	<i>Globo</i>	<i>Folha</i>	TOTAL
Cidades/Cotidiano	144 textos	84 textos	130 textos	358 textos
Política/Nacional	17 textos	79 textos	17 textos	113 textos
Internacional	6 textos	8 textos	8 textos	22 textos
Economia	3 textos	14 textos	12 textos	29 textos
Cultura	26 textos	12 textos	16 textos	54 textos
Ciência/Saúde	6 textos	1 texto	6 textos	13 textos
Comportamento/Bem-estar	22 textos	-	3 textos	25 textos
Esportes	-	3 textos	6 textos	9 textos
Especial	26 textos	1 texto	3 textos	30 textos
Opinião	3 textos	25 textos	18 textos	46 textos
Outros	3 textos	5 textos	5 textos	13 textos

Tabela 2. Aspectos editoriais do *corpus*: distribuição da totalidade de matérias em função de editorias.

A Tabela 2 mostra que a cobertura produzida pelos jornais brasileiros de referência sobre os eixos temáticos pesquisados concentra-se principalmente nas editorias de “Cidades/Cotidiano”, com larga prevalência sobre as demais. Em seguida, embora com números bem mais reduzidos, aparecem os cadernos de “Política/Nacional” – presente, sobretudo, no *Globo* – e “Especial” – representado por matérias sobre o Dia internacional da mulher publicadas, principalmente, no *Estado*. Na sequência, aparecem “Cultura”, “Economia”, “Internacional” e “Opinião”, enquanto os demais cadernos representam números menores de achados.

Esse olhar panorâmico, embora forneça uma visão interessante sobre o conjunto de nosso *corpus*, pode ser refinado se considerarmos os achados de cada eixo temático separadamente. As tabelas e gráficos a seguir buscam atender a esse objetivo, discriminando, por jornal e editoria, os números de textos relacionados aos eixos 1, 2 e 5; os resultados dos eixos 3 e 4 não serão apresentados separadamente neste momento tendo em vista o baixo número de matérias localizadas nesses dois casos, embora tenham sido computados junto aos números apresentados na Tabela 2.

No caso do eixo temático 1 (Tabela 3, próxima página), em que pesquisamos ocorrências nos jornais sobre o Dia internacional da mulher, destaca-se uma prevalência geral de matérias de “Cidades/Cotidiano”, seguidas por aquelas de “Política/Nacional” e textos publicados em cadernos especiais ou comemorativos. Cabe observar, no entanto, que “Política”, categoria com o segundo maior número de matérias, representa o equivalente a apenas um terço do número de textos de “Cidades/Cotidiano”. Em seguida, com números um pouco mais baixos, aparecem matérias de “Cultura”, “Economia”, “Internacional”, “Opinião” e “Comportamento”, nessa ordem. As demais editorias concentram números de textos que não chegam à casa dos dois dígitos.

Quando consideramos os achados totais de cada jornal para o eixo 1, algumas especificidades se destacam. Em primeiro lugar, o *Globo* apresenta o maior número de matérias de “Política/Nacional” (23 textos, contra 5 no *Estado* e 4 na *Folha*), enquanto a *Folha* se destaca com pautas de “Cultura” (13 achados, contra 8 no *Estado* e 4 no *Globo*) e “Opinião” (11 ocorrências, contra 2 no *Globo* e nenhuma no *Estado*). O *Estado*, por sua vez, apresenta elevado número de matérias em cadernos especiais sobre o Dia internacional da mulher: foram 26 achados desse tipo, contra 1 e 3 no *Globo* e na *Folha*, respectivamente.

EIXO 1 - Editoria/Jornal	<i>Estado</i>	<i>Globo</i>	<i>Folha</i>	TOTAL
Cidades/Cotidiano	38 textos	20 textos	38 textos	96 textos
Política/Nacional	5 textos	23 textos	4 texto	32 textos
Internacional	5 textos	5 textos	8 textos	18 textos
Economia	3 textos	9 textos	8 textos	20 textos
Cultura	8 textos	4 textos	13 textos	25 textos
Ciência/Saúde	4 textos	1 texto	1 texto	6 textos
Comportamento/Bem-estar	9 textos	-	1 texto	10 textos
Esportes	-	3 textos	2 textos	5 textos
Especial	26 textos	1 texto	3 textos	30 textos
Opinião	-	2 textos	11 textos	13 textos
Outros	2 textos	1 texto	4 textos	7 textos

Tabela 3. Aspectos editoriais do *corpus*: distribuição das matérias do Eixo Temático 1 por editorias.

O Gráfico 35 (próxima página) apresenta a distribuição temporal das editorias que concentram a maior parte das matérias do eixo 1. Do ponto de vista editorial, a cobertura dos jornais de referência parece se diversificar significativamente nas décadas de 2000 e 2010, com textos presentes em diferentes cadernos. Na década de 2010, por outro lado, deixam de aparecer em nosso *corpus* textos de “Ciência/Saúde” (mais frequentes nos anos 1990), “Comportamento” (presentes, sobretudo, na década de 2000) e editorias especiais.

Ao mesmo tempo, a presença de matérias de “Cidades/Cotidiano” apresenta crescimento significativo – fato que pode sinalizar uma tendência a que notícias e reportagens sobre o Dia internacional da mulher deixem o espaço “compartimentado” de cadernos comemorativos e passem a ser apresentadas ao lado de temas ligados ao cotidiano dos cidadãos. Do ponto de vista da noticiabilidade jornalística, esse dado sugere a atribuição de maior relevância ao tema.

Por fim, embora os números absolutos de matérias de “Cultura” não tenham caído – e até aumentaram em relação a períodos anteriores –, sua presença em relação aos achados totais cai significativamente nos anos 2000 e 2010.

Número de matérias por editoria/década - Eixo 1

Gráfico 35. Distribuição das matérias do Eixo 1 em função de editoria e década.

No caso do eixo temático 2 (Tabela 4, próxima página), em que pesquisamos ocorrências nos jornais sobre a Parada LGBT de São Paulo, destaca-se a prevalência de matérias de “Cidades/Cotidiano”, bem à frente da segunda editoria mais numerosa (“Política/Nacional”). Encontramos também um número reduzido de textos distribuídos entre “Economia”, “Cultura”, “Esportes” e “Opinião”.

Quase todas as ocorrências situadas em “Política/Nacional” para esse eixo dizem respeito a achados do *Globo*, dado que pode ser explicado pela própria estrutura do jornal. Nesse veículo, temas locais (ou seja, relacionadas ao contexto fluminense) são abordados em editorias correlatas de “Cidades/Cotidiano”, enquanto assuntos de interesse nacional e/ou relacionados a outras localidades do país aparecem em seção equivalente a “Política/Nacional”; neste segundo caso, enquadra-se a cobertura da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, vinculada a “Política/Nacional” mais pelo interesse nacional do evento do que por um enfoque “político” da cobertura.

Da mesma maneira, o fato de a editoria de “Cidades/Cotidiano” ser prevalente entre as matérias do *Estado* e da *Folha* é sugestivo do tipo de cobertura desenvolvida por esses veículos sobre a Parada LGBT, isto é, uma cobertura fortemente ancorada nos aspectos factuais do evento, baseada em notícias que priorizam a ligação da Parada enquanto “fato”

pontual à atualidade imediata e ao dia a dia da cidade. São recorrentes as matérias sobre público e programação da Parada, com declarações de organizadores e participantes etc.

EIXO 2 - Editoria/Jornal	<i>Estado</i>	<i>Globo</i>	<i>Folha</i>	TOTAL
Cidades/Cotidiano	52 textos	-	53 textos	105 textos
Política/Nacional	2 textos	10 textos	-	12 textos
Internacional	-	-	-	-
Economia	-	-	1 texto	1 texto
Cultura	-	-	1 texto	1 texto
Ciência/Saúde	-	-	-	-
Comportamento	-	-	-	-
Esportes	-	-	4 textos	4 textos
Especial	-	-	-	-
Opinião	-	-	1 texto	1 texto
Outros	-	-	-	-

Tabela 4. Aspectos editoriais do *corpus*: distribuição das matérias do Eixo Temático 2 por editorias.

A partir do Gráfico 36 (próxima página), observa-se que os anos 2000 representam não apenas o período com maior quantidade de matérias sobre a Parada LGBT de São Paulo, como também o momento de maior diversidade no tratamento editorial conferido ao tema, com textos distribuídos entre as editorias de “Cidades/Cotidiano”, “Política/Nacional”, “Economia”, “Cultura” e “Esportes”. Por esse motivo, trata-se de uma década decisiva à compreensão da cobertura jornalística sobre o tema.

Gráfico 36. Distribuição das matérias do Eixo 2 em função de editoria e década.

No caso do eixo temático 5 (Tabela 5, a seguir), percebemos algumas tendências similares àquelas observadas nos demais eixos, com “Cidades/Cotidiano” concentrando o maior número de matérias sobre políticas públicas de gênero; em seguida, aparece “Política/Nacional”, “Opinião” e “Cultura” – que aqui englobam mais matérias do que nos casos anteriores. As demais editorias representam números menores de textos. Não deixa de ser significativo o fato de os cadernos de “Política/Nacional”, apesar de representarem um número de matérias substancialmente maior do que o observado no caso dos eixos 1 a 4, ainda corresponder a menos de 50% do número de textos publicados em “Cidades/Cotidiano”.

Também vale sublinhar a elevada presença de textos publicados em cadernos de “Opinião”, tradicionalmente considerados, no jornalismo de referência, como espaços “nobres” de reflexão e discussão de ideias. É interessante observar que a cobertura jornalística sobre políticas públicas de gênero parece mobilizar, nos veículos considerados, um espaço de debate e confronto de pontos de vista mais amplo do que aquele observado nos demais eixos pesquisados. Essa percepção parece-nos plausível quando lembramos que, nos os espaços de opinião do jornalismo de referência, destaca-se a discussão de temas relacionados ao campo e aos agentes políticos, inclusive como forma de construção de uma representação da esfera pública como espaço plural, crítico e racional.

EIXO 5 - Editoria/Jornal	<i>Estado</i>	<i>Globo</i>	<i>Folha</i>	TOTAL
Cidades/Cotidiano	54 textos	59 textos	35 textos	148 textos
Política/Nacional	9 textos	46 textos	13 textos	68 textos
Internacional	-	2 textos	-	2 textos
Economia	-	5 textos	3 textos	8 textos
Cultura	18 textos	8 textos	2 textos	28 textos
Ciência/Saúde	2 textos	-	5 textos	7 textos
Comportamento	12 textos	-	-	12 textos
Esportes	-	-	-	-
Especial	-	-	-	-
Opinião	3 textos	23 textos	6 textos	32 textos
Outros	1 texto	4 textos	1 texto	6 textos

Tabela 5. Aspectos editoriais do *corpus*: distribuição das matérias do Eixo Temático 5 por editorias.

Tal tendência, como o Gráfico 37 (a seguir) evidencia, parece acentuar-se nas décadas de 2000 e, principalmente, 2010, refletindo o aumento do número geral de matérias sobre políticas públicas de gênero, mas também como possível efeito da visibilidade crescente adquirida pela categoria “gênero”, ao longo dos últimos anos, no debate público midiático. É sintomático também que a maior parte dos textos de “Opinião” tenha sido localizada na *Folha de S. Paulo*, justamente aquele, entre os três veículos considerados, que mais valoriza a prática do colunismo como parte de seu discurso institucional.

Ainda em relação à distribuição temporal das editoriais que concentram maior número de matérias relacionadas ao eixo 5, chama atenção o aumento, nas duas últimas décadas, de matérias de “Economia” e “Cultura”. Além disso, embora o número absoluto de textos de “Política/Nacional” tenha crescido nesse período, é notável que, proporcionalmente à totalidade de achados, sua presença diminua significativamente.

Número de matérias por editoria/década - Eixo 5

Gráfico 37. Distribuição das matérias do Eixo 5 em função de editoria e década.

Neste momento, após olhar para os achados de cada eixo individualmente, podemos finalmente considerar o *corpus* de pesquisa em sua totalidade. A partir do Gráfico 38 (a seguir) e das reflexões apresentadas ao longo das últimas páginas, algumas percepções gerais podem ser traçadas. Em primeiro lugar, reitera-se a prevalência significativa de matérias publicadas em “Cidades/Cotidianos” – como mencionamos mais de uma vez. Esse dado

sugere que a cobertura jornalística sobre temáticas de gênero seja conduzida segundo certo grau de indeterminação editorial, sendo enquadrada em cadernos que funcionam como amplos “guarda-chuvas” para temas diversos ligados ao dia a dia dos cidadãos, ao lado de pautas sobre violência, trânsito enchentes etc.

Ao mesmo tempo, é possível identificar uma inclinação relativamente pequena ao enquadramento dos temas sob a ótica da cobertura política. Reforçamos aqui que, embora “Política/Nacional” corresponda à segunda editoria mais presente nos anos 2000 e 2010, seus números são muito inferiores aos de “Cidades/Cotidiano” no mesmo período. Na década de 1990, a presença de matérias de “Política/Nacional” é ainda menor. Somente na década de 1980 encontramos uma presença proporcionalmente mais expressiva dessa editoria. Vale lembrar que, mesmo entre as matérias relacionadas ao eixo 5, que têm como foco justamente a cobertura de discussões relacionadas a políticas públicas, a categoria “Política/Nacional” encontra-se sub-representada em relação a “Cidades/Cotidiano”.

Gráfico 38. Distribuição do total de matérias do *corpus* em função de editoria e década.

Por outro lado, chama a atenção o aumento contínuo das matérias de “Cultura” ao longo de todo o período, dado que parece acompanhar uma tendência à diversificação das editorias a partir das quais são enquadradas temáticas de gênero na cobertura jornalística. Da mesma forma, textos de “Comportamento” apresentam pico de concentração nos anos 2000, representando a terceira categoria mais presente no período, exatamente como ocorre na década de 2010 com “Opinião”. Como já apontado algumas páginas atrás, o crescimento paulatino da presença de textos de caráter argumentativo ao longo dos anos parece constituir uma tendência entre as matérias de nosso *corpus*. Por fim, o enquadramento de temáticas de gênero em cadernos econômicos constitui uma tendência recente – embora significativa – na cobertura jornalística, com os primeiros achados de “Economia” remontando aos anos 2000.

Prevalência quantitativa de textos que se buscam construir a partir de efeitos de neutralidade (caso do gênero “relato”), priorização de enquadramentos próprios do chamado *hard news* e presença reduzida de discussões identitárias em espaços tradicionalmente reservados à cobertura política – todos esses aspectos apontam para uma manutenção de elementos tradicionais do jornalismo moderno na cobertura sobre temáticas de gênero.

PARTE IV:
SOB A LENTE DO DISCURSO

CAPÍTULO 7

ARTICULAÇÕES DISCURSIVAS NA RE(A)PRESENTAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO

Em sentido moderno, a noção de espaço público remete aos processos de representação, compartilhamento e discussão da cidadania. Em sociedades marcadas pela onipresença midiática, como destaca Patrick Charaudeau (2010), as dinâmicas de encenação da informação no espaço público estão ligadas ao contrato de comunicação no qual se inscrevem os processos pelos quais acontecimentos em “estado bruto” (mas já interpretado) passam ao estado de mundo midiático construído (ou seja, “notícia”), o que se dá em face da imagem que a instância midiática possui da instância receptora – a qual, por sua vez, reinterpreta os conteúdos, textos e mensagens à sua maneira. É no próprio quadro do contrato de comunicação que se constrói uma “opinião pública”.

Quanto à natureza do espaço público, esta pode ser definida a partir do conceito de *discurso circulante*, ou seja, “uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2010, p. 118). Segundo o autor, é por meio desses enunciados que os membros de uma comunidade reconhecem-se, assim como podem ser atribuídos a eles diferentes funções, que incluem a instituição de poderes/contrapoderes – caso do discurso do poder político institucionalizado, mas também de discursos de contestação, como aqueles produzidos por movimentos sociais –, a regulação do cotidiano social – caso de discursos do senso comum que fixam limites para o normal/anormal, a ordem/desordem, o bem/mal – e a dramatização presente em relatos, histórias, narrativas, mitos etc.

A definição desses conjuntos de enunciados, tal como formulada por Charaudeau, interessa-nos aqui, para além da evidente dimensão discursiva do conceito, porque permite compreender o espaço público de maneira complexa, chamando a atenção para sua característica multifacetada e fragmentária:

Essas funções [do discurso circulante] se entrecruzam de maneira permanente, construindo um espaço público que não pode ser considerado um lugar homogêneo, posto que atravessado por movimentos e discursos de socialização e publicização [...] O espaço público não é único, nem um fato, nem um ponto de partida. Ele resulta da conjunção de práticas sociais e das representações. As práticas sociais constituem o motor das representações, e estas são a razão de ser daquelas, atribuindo-lhes valores que tendem a confirmá-las ou a modifica-las. Essa

interação dialética constrói um espaço público plural e em movimento (CHARAUDEAU, 2010, p. 118-119).

Nesse sentido, as mídias atuam como uma força de publicização de discursos, valores, representações etc., participando daquilo que constitui, reconstitui e transforma o espaço público. Para Charaudeau (2010, p. 119), os veículos midiáticos representam a principal forma de “publicização do espaço público” na contemporaneidade. Essa definição é fundamental à condução das reflexões propostas neste capítulo, sobretudo porque, a partir dela, torna-se possível assumir uma concepção de “opinião pública” que a considere como resultado de um “entrecruzamento entre conhecimentos e crenças de um lado, opiniões e apreciações de outro”:

Os casos de corrupção, os problemas de sociedade (o véu islâmico), as grandes questões internacionais (as catástrofes, as guerras) são tratados pela imprensa, pelo rádio e pela televisão utilizando-se, em graus variáveis, de hipóteses (não necessariamente conscientes) ora sobre as possíveis opiniões e argumentos que circulam numa sociedade a respeito desses temas, ora sobre os imaginários relativos a apreciações e crenças, como, por exemplo, os sentimentos de generosidade, de justiça e de honestidade (CHARAUDEAU, 2010, p. 123).

No caso do chamado “jornalismo de referência”, é importante observar que o contrato de comunicação assumido pelos veículos situados nessa parcela do campo discursivo jornalístico, não obstante evidentes particularidades, caracterizam-se por considerar uma instância receptora imaginada como *universal* – limitada apenas pelas fronteiras da nação e da língua; em outras palavras, no caso desta pesquisa, o receptor projetado pelos jornais de referência e construído no quadro de sua enunciação é o “cidadão brasileiro”.

A palavra “cidadão” aqui não é ocasional: para os jornais diários de referência sintonizados com os valores do jornalismo moderno, o espaço público é construído como espaço de discussão segundo a perspectiva de valores democráticos – o que determina tanto a escolha dos temas noticiados, quanto os modos de encenação das informações. Evidentemente, ao lado de chaves de leitura de mundo pautadas pelo ideário da democracia – tomado em sentido amplo e frequentemente maleável –, atuam projeções que a instância midiática elabora sobre argumentos e opiniões, crenças e apreciações presentes na sociedade, com ênfase àquelas aderentes à linha editorial de cada veículo.

Por tudo isso, é importante considerar que o processo de publicização/representação do espaço público, no jornalismo de referência, visa a constituir-se e legitimar-se como

representação por excelência do debate público democrático¹. Parafraseando Charaudeau (2010, p. 20), as mídias jornalísticas são – e precisam ser – o “espetáculo da democracia”. Ancorada em discursos constituintes do campo discursivo jornalístico em sua forma moderna, tal ambição traduz-se em estratégias de encenação da informação que incluem, por exemplo, o imperativo de objetividade, que se traduz em padrões textuais capazes de gerar efeitos de sentido de realidade; a representação de uma suposta pluralidade de pontos de vista por meio da prática, difundida em redações e escolas de jornalismo, de dar voz aos “dois lados” envolvidos em uma matéria; a diversificação de colunistas contratados e a promessa de autonomia dos espaços dedicados a textos de opinião em relação ao noticiário geral e à linha editorial dos veículos; a separação organizacional, nas empresas jornalísticas, entre os departamentos comercial e editorial; a publicização ao leitor de manuais de redação e projetos editoriais, assim como a presença do *ombudsman* em algumas publicações; etc.

Considerando o processo de publicização do espaço público pelo jornalismo e sua busca por legitimação enquanto representação – sempre uma nova apresentação/construção – do debate público, este capítulo registra observações sobre diferentes aspectos da conexão entre a materialidade discursiva das matérias jornalísticas de nosso *corpus* e discursos historicamente situados. Ao mesmo tempo em que não podemos desconsiderar os enquadramentos e escolhas que norteiam essa representação como *reapresentação* do debate público, interessa-nos recuperar aquilo de que os enunciados jornalísticos são simultaneamente registro, testemunho e indício: discursos circulantes que cristalizam valores, argumentos e crenças em torno de temáticas de gênero e discussões identitárias.

Em outras palavras, as páginas dos jornais se nos oferecem, por um lado, como mundos construídos segundo a lógica do contrato de comunicação midiática; por outro lado, apresentam-se como evidência de posicionamentos existentes em diferentes campos no universo discursivo, uma vez que documentam a existência de discursos assumidos publicamente por diferentes atores sociais. Vale lembrar que a própria representação/construção dos mundos noticiados segundo a lógica do contrato de comunicação só pode se dar em face de projeções construídas pela instância midiática a

¹ Essa aposta encontra-se condensada no ideário do jornalismo moderno, do qual a afirmação de Walter Lippmann (2008, p. 275) é exemplar: “Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior no qual estamos interessados”.

respeito da identidade da instância de recepção, o que significa falar em projeções construídas a respeito dos discursos que circulam no espaço público instituído pelos jornais.

7.1. Visibilidade negociada

Como primeira forma de aproximação das representações do debate público construídas por veículos jornalísticos, focalizamos capas de edições em que foram publicadas matérias de nosso *corpus*. Vale lembrar que, no jornalismo impresso, as primeiras páginas dos jornais funcionam como sínteses da agenda de notícias e enfoques selecionados diariamente como “relevantes” por cada publicação. Como sabemos, tal seleção se dá com base nas regras do campo discursivo jornalístico e do contrato de comunicação midiática. Dessa forma, torna-se possível perceber como diferentes pautas e enquadramentos são hierarquizados no jornalismo de referência. Ao mesmo tempo, as capas dos jornais atuam como dispositivos privilegiados de visibilidade, o que reforça sua pertinência como objeto de análise.

Como sabemos, o levantamento de textos jornalísticos a partir dos eixos de pesquisa 1 a 4² pautou-se pela seleção de matérias, publicadas em datas específicas, que contassem com chamadas nas capas dos jornais; no caso do eixo 5³, o crivo à inclusão de matérias no *corpus* não foi a presença de chamadas de capa, já que utilizamos, nesse caso, palavras-chave que guiaram nossos levantamentos junto às ferramentas de busca dos acervos jornalísticos, mas isso não impediu a localização, também nesse eixo, de algumas matérias com menções em capa. Com base nesses procedimentos, localizamos um total de 178 capas publicadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* entre 1978 e 2018. A partir da leitura desse conjunto de achados, foram identificadas algumas recorrências presentes, em maior ou menor grau, durante todo o período analisado.

De modo a apresentar as regularidades encontradas, optamos por destacar aqui alguns exemplos de capas publicadas pelos três jornais em foco, adotando para isso um recorte: focalizaremos apenas exemplos de capas publicadas por ocasião do dia internacional da mulher, já que este eixo de pesquisa corresponde ao maior número de matérias com chamada de capa dentro do *corpus*. Não obstante, as recorrências apontadas para este eixo em termos de composição das capas e hierarquização das pautas aparecem também em outros eixos

² Eixos temáticos referentes, como sabemos, a matérias publicadas a cada ano por ocasião, respectivamente, do Dia internacional da mulher, da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, do Dia internacional do orgulho LGBT e do Dia nacional de combate à homofobia.

³ Eixo temático referente a políticas públicas de gênero implantadas em escala federal no Brasil entre as décadas de 1980 e 2010.

pesquisados. Além disso, sabendo que as regularidades identificadas estão presentes ao longo de todo o período de observação, priorizamos capas publicadas nos anos 2000 e 2010, embora citeamos também exemplos mais antigos. Finalmente, privilegiamos capas com chamadas para reportagens e cadernos especiais relacionados ao dia internacional da mulher, já que esse tipo de conteúdo não apenas costuma receber destaque diferenciado dentro das publicações, como também é mais propício à abordagem de discussões de gênero que extrapolem os aspectos cotidianos e imediatos da data.

Figura 1. Capa do jornal *Folha de S. Paulo* de 8 de março de 1981.
Fonte: Acervo Folha.

Como primeiro exemplo selecionado, a capa da *Folha de S. Paulo* de 8 de março de 1981 (Figura 1) apresenta, encabeçando um box localizado na primeira coluna à esquerda

com os destaques da edição, uma chamada para uma edição especial do caderno *Folhetim* em comemoração ao dia internacional da mulher. O título *A mulher*, acompanhado pela miniatura da ilustração que se encontra na capa do especial, introduz a breve chamada que destaca os desafios vivenciados pela mulher no mercado de trabalho e “as redefinições do casamento e da maternidade”. Trinta e seis anos depois, a capa da *Folha* de 8 de março de 2005 (Figura 2) não apresenta um arranjo muito distinto: a chamada para o especial sobre o dia internacional da mulher – em um box colorido, que traz imagens e um pequeno gráfico – também aparece na coluna da esquerda do jornal, dessa vez subordinado à principal manchete da capa.

Figura 2. Capa do jornal *Folha de S. Paulo* de 8 de março de 2005.
Fonte: Acervo Folha.

Vale aqui abrir um parêntese para observar que muitas semelhanças podem ser traçadas entre os especiais publicados pela *Folha* em 8 de março de 1981 e em 8 de março de 2005: o título do caderno de 1981 é *O que as mulheres tanto procuram*, enquanto o especial de 2005 intitula-se *O que elas querem?*. Em ambos os casos, os títulos enfatizam um aspecto misterioso do desejo feminino, não obstante o conteúdo interno de cada especial apresente diferenças de temas e abordagens.

Figura 3. Capa do jornal *O Estado de S. Paulo* de 8 de março de 2005.
Fonte: Acervo Estadão.

Na capa de *O Estado de S. Paulo* de 8 de março de 2005 (Figura 3), logo abaixo do cabeçalho e na última coluna da direita, uma vinheta intitulada *Dia internacional da mulher* abriga as chamadas *Brasil tem mais mestras e doutoras* e *Católicos aceitam aborto e camisinha*; um pouco mais abaixo, a chamada *Homem é ciência; mulher é arte* destaca a coluna de Arnaldo Jabor para o dia 8 de março. Todas as chamadas, embora estejam alocadas

na porção superior da página, recebem destaque inferior do que matérias do Primeiro Caderno associadas a temas políticos convencionais: o arquivamento, pelo STF, do caso Lula-FHC e a renúncia do então presidente boliviano, Carlos Mesa. Nenhuma das chamadas sobre o dia internacional da mulher na capa do *Estadão* é acompanhada por imagem.

Na capa de *O Globo* de 8 de março de 2005 (Figura 4), encontra-se, na última coluna da direita e quase no pé da página, a chamada *Mulheres já são maioria em mestrado em doutorado*. À diferença da capa do *Estadão*, não há aqui vinheta relacionando a manchete ao dia internacional da mulher. A chamada, que também não possui imagem, recebe ênfase menor na capa do que matérias do cotidiano da cidade e violência, tais como *Leblon, entre o público e o privado* e *Cariocas ajudam a proteger turistas*, e notícias consideradas de economia e política tradicionais – *Descontos de até 70% acirram guerra por passageiros de avião* e *Bolívia: Mercosul pressiona por uma solução democrática*.

Figura 4. Capa do jornal *O Globo* de 8 de março de 2005.
Fonte: Acervo Globo.

Na capa da *Folha* de 8 de março de 2005, observa-se tendência similar àquela verificada nos outros dois jornais: a chamada para o caderno especial sobre o dia internacional da mulher recebe destaque menor do que notícias de política nacional – *STF rejeita pedido do PSDB para acionar Lula*, política internacional e cotidiano. Apesar disso, a chamada *Caderno avalia mulher no país* encontra-se em um box colorido situado nas duas primeiras colunas à esquerda da página, localizado para baixo da capa. O box apresenta um pequeno infográfico, uma ilustração e a vinheta *Dia internacional*. No breve texto localizado no box, enfatizam-se aspectos da colocação da mulher no mercado de trabalho, formação, desigualdade salarial e comportamento na internet.

Figura 5. Capa do jornal *O Estado de S. Paulo* de 8 de março de 2017.
Fonte: Acervo Estadão.

Em 8 de março de 2017, o *Estadão* publicou, no topo da capa, a vinheta *Dia internacional da mulher: o mundo segundo as brasileiras*, acompanhada de cinco fotos de mulheres que representam características étnicas e culturais diversas (Figura 5). Abaixo desse painel multicultural, legendas destacam declarações das cinco personagens que, como traço unificador, enfatizam diversas formas de violência e assédio por elas vivenciadas em diferentes países. É interessante observar que, embora ocupe o topo da primeira página do jornal, a chamada para a reportagem especial do dia internacional da mulher aparece separada das demais manchetes, por um traço, o que produz uma quebra no sentido produzido pela justaposição das notícias. Logo abaixo dessa linha, o título *Cenas do fundo do poço*, sob o qual se reúnem manchetes de economia, recebe ênfase privilegiada na composição da página.

Figura 6. Capa do jornal *O Globo* de 8 de março de 2017.
Fonte: Acervo Globo.

Já o *Globo*, na mesma data, publicou, em sua capa, um box quase centralizado na página que apresenta a imagem de uma mulher vítima de violência que esconde o rosto sobre o título *Crimes covardes*; ao lado, duas chamadas com menor destaque: uma para a coluna de Maria Ribeiro no Segundo Caderno, com o texto “Não quero parabéns, mas uma realidade melhor”, e outra para uma matéria, na mesma editoria, sobre mais um caso de violência contra a mulher (Figura 6). Embora a presença da imagem confira destaque ao box em relação a chamadas menores presentes na coluna mais à esquerda da página, a hierarquização dos elementos da capa prioriza duas manchetes principais, de economia e política, respectivamente: *Retomada lenta após pior crise da História e STF decide que caixa 1 não legaliza propina*.

Figura 7. Capa do jornal *Folha de S. Paulo* de 8 de março de 2017.
Fonte: Acervo Folha.

Finalmente, a *Folha de S. Paulo*, em 8 de março de 2017, publicou, na última coluna à direita, praticamente no pé da página, duas chamadas para notícias que focalizam questões da mulher: *1 em cada 3 brasileiras declara ter sido alvo de violência* e *Para pesquisadora, preconceito contra candidatas atinge direita e esquerda* (Figura 7). As duas chamadas, embora obviamente ligadas ao dia internacional da mulher, não são acompanhadas por vinheta que faça referência à data. Além disso, não há qualquer recurso visual acompanhando-as. No topo da página, uma manchete de economia recebe a maior ênfase entre todas as chamadas da página: *Pior recessão da história abate 9,1% da renda média*.

Com base nos elementos descritos, a observação das capas permite-nos apontar aspectos recorrentes em toda a cobertura jornalística. Em especial, há dois pontos que podem ser destacados:

a) Em primeiro lugar, as chamadas para matérias relacionadas ao dia internacional da mulher recebem em geral menor destaque na composição das páginas do que notícias tradicionais das editoriais de política e economia.

b) Em segundo lugar, na composição gráfica das páginas, as chamadas relacionadas ao dia internacional da mulher apresentam-se quase sempre circunscritas a espaços, visual e editorialmente, delimitados, em geral apartados do restante da agenda diária dos jornais, como indica o uso de recursos como quadros, traços e vinhetas. Essa tendência – que também pode ser observada em grande parte das capas que destacam matérias sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo –, para além de corresponder a uma escolha editorial corrente na cobertura de datas e eventos celebrativos, gera, como efeito de sentido, a ideia de uma não-integração plena de temas identitários em relação ao restante da agenda jornalística.

Em relação aos dois pontos destacados, cabe observar que, no conjunto total de capas levantadas quando da construção do *corpus*, encontramos exceções em casos de chamadas de capa que destacam não reportagens ou cadernos especiais, mas sim, notícias de protestos e manifestações realizadas por ocasião do dia internacional da mulher. O mesmo ocorre com algumas chamadas para notícias sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo que abordam, por exemplo, número de participantes, ocorrências policiais registradas durante o evento etc. Nas duas situações, não obstante, temos matérias cujo enfoque se dá a partir da lógica da

cobertura de assuntos cotidianos da cidade – e não da abordagem de pautas ou temáticas específicas de discussões sobre gênero.

No caso do levantamento de matérias sobre o eixo 5, em que pesquisamos textos sobre marcos importantes da história de políticas públicas de gênero no país, os achados confirmam mais uma vez nossas percepções gerais: há poucas matérias sobre o assunto com chamada de capa; nos casos em que identificamos chamadas em capa, elas recebem destaque quase sempre menor do que o atribuído a outras pautas políticas. Essa última observação é muito relevante, pois mostra que, mesmo quando falamos de matérias sobre políticas públicas de gênero, a categoria “gênero” parece pesar mais do que a palavra “política” na hierarquização de temas apresentada pelos jornais. Ou seja: em relação a pautas políticas tradicionais – como assuntos ligados aos partidos políticos, a disputas de poder, denúncias de corrupção etc. –, a cobertura de políticas públicas de gênero tem menos espaço na visibilidade engendrada nas capas dos jornais de referência.

Tais percepções não surpreendem: elas são absolutamente coerentes com valores do jornalismo moderno que alimentam o jornalismo de referência. Como sabemos, há uma valorização institucional, nesse campo discursivo, de discursos constituintes da modernidade política, o que explica o destaque atribuído pelos veículos a assuntos relacionados ao papel do Estado, de instituições políticas em geral e da nação, por exemplo. Ao mesmo tempo – e aqui temos um dado importante –, não podemos desconsiderar que os jornais analisados buscam se aproximar cada vez mais de aspectos da discursividade política que emerge na contemporaneidade, como evidencia a presença crescente de chamadas de capa sobre temáticas de gênero em anos recentes. Essa constatação será reforçada ao longo do capítulo, por meio da observação de recorrências em relação aos textos jornalísticos do *corpus*.

Em suma, o que se percebe, a partir do exame de capas, é a construção de uma visibilidade *negociada*: por um lado, os jornais de referência conferem visibilidade a temas mais próximos de um imaginário político emergente na contemporaneidade, em que as identidades conquistam espaço e tornam-se politizadas, o que não deixa de sugerir uma tentativa de adaptação frente a arranjos discursivos relativamente novos; por outro lado, trata-se de uma visibilidade desde sempre limitada, construída quase como concessão, o que é sintomático do desafio enfrentado pelos veículos em um contexto de negociações e tensionamentos discursivos.

7.2. Sentidos cristalizados em notícias e reportagens

Após traçar um olhar panorâmico sobre a hierarquização de temáticas nas capas dos jornais, devemos examinar as recorrências semânticas⁴ presentes nos textos de nosso *corpus* como forma de compreender a representação do debate público sobre gênero e sexualidade construída pela cobertura jornalística⁵. Neste momento, focalizamos os textos classificados como “relatos” – basicamente, notícias e reportagens. Como correspondem ao gênero jornalístico presente em maior número na cobertura jornalística, essas matérias oferecem um panorama significativo sobre representações que se mostram mais ou menos constantes e aquelas deslocadas, ao longo do período coberto pelo *corpus*, a respeito de ações do Estado, reivindicações articuladas a partir de pertencimentos identitários, inclusive aquelas direcionadas à linguagem e à cultura, e embates e negociações discursivas.

7.2.1. Ações do poder público

Na representação do debate público construída pelas matérias jornalísticas de nosso *corpus*, algumas medidas do poder público voltadas a pautas identitárias destacam-se em número de ocorrências e espaço nos jornais: é o caso das ações empreendidas no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (com ocorrências publicadas entre 1985 e 2008, mas concentradas principalmente nos anos 1980 e início dos 1990) e da implantação e repercussão da Lei Maria da Penha (com matérias datadas de 2006 em diante).

As razões pelas quais esses marcos se destacam na cobertura jornalística, bem como os enquadramentos temáticos a eles conferidos, parecem diferir significativamente. O CNDM prevalece ao longo dos anos 1980 e 1990 no espaço público dos jornais de referência como protagonista das discussões de políticas públicas de gênero, naquele momento centradas basicamente na questão da mulher, com ênfase no enfrentamento da violência doméstica e sexual. Trata-se, por esse motivo, de um caso singular em nossos levantamentos, cuja

⁴ Útil à identificação de reiterações, respaldamo-nos no conceito de *isotopia*, inicialmente relacionado ao domínio da semântica estrutural e posteriormente vulgarizado em análise de discurso. Como assinalam Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, a isotopia diz respeito aos procedimentos que compõem a coerência de uma sequência discursiva: “Fundada na *redundância* de um mesmo traço no desenvolvimento dos enunciados, tal coerência diz respeito principalmente à organização semântica do texto” [grifo dos autores] (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 292). Dentre as possibilidades conceituais compreendidas pela tipologia das isotopias, referimo-nos aqui às isotopias semânticas estritas, que se referem à recorrência de uma mesma categoria de sentido.

⁵ Vale esclarecer que não objetivamos, neste momento, abordar as especificidades da cobertura de cada jornal, tendo em vista que a proposta do capítulo é recuperar regularidades e sentidos que se reiteram entre as matérias do *corpus*.

projeção no debate público pode ser atribuída principalmente à atuação do órgão nas discussões sobre a inclusão de pautas feministas na Constituição de 1988.

Em todo o período coberto pelas matérias que abordam a atuação do Conselho, são temas recorrentes o aborto, a representação da mulher em diversas mídias, especialmente na propaganda, e a violência, sobretudo, doméstica. Até a primeira metade dos anos 1990, porém, destacam-se discussões sobre saúde reprodutiva (além da questão do aborto, o acesso a métodos contraceptivos e à esterilização cirúrgica de mulheres), a participação feminina na Constituinte, a atuação das delegacias da mulher e a necessidade de implantação de creches, em paralelo com os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho.

No caso da Lei Maria da Penha, sua elevada presença na cobertura jornalística parece sinalizar um centramento, ao longo dos anos 2000 e 2010, dos discursos circulantes sobre o combate à violência contra a mulher em torno desse marco. De fato, como sabemos, a Lei se torna amplamente conhecida, e grande parte das matérias que a focalizam abordam dados e estatísticas que evidenciam sua eficácia (ou não), os índices de violência contra a mulher, especialmente doméstica, no Brasil, e medidas ligadas à fiscalização e garantia do cumprimento da lei.

Mas o destaque recebido por esse marco na cobertura dos jornais parece se relacionar também ao enquadramento e tratamento editorial a ele conferidos: a maioria das matérias sobre a Lei Maria da Penha localizadas foi publicada em editoriais voltadas a assuntos do cotidiano urbano, nas quais, tradicionalmente, pautas relacionadas a crimes e violência têm espaço cativo. Este é um aspecto que perpassa todo o *corpus* analisado: nos principais jornais de referência brasileiros, o enfrentamento da violência contra a mulher, mesmo quando empreendido no âmbito de políticas públicas, é enquadrado mais como assunto policial que como pauta política.

Os enquadramentos temáticos presentes na cobertura jornalística sobre o Programa Brasil Sem Homofobia, embora esse marco corresponda a um número menor de matérias em nosso *corpus*, também merecem algumas considerações. Em primeiro lugar, há textos que se referem a esse marco no contexto de episódios e denúncias de violência, a exemplo do texto *Não foi uma briga de bar*⁶, publicado no caderno Aliás, do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 9 de outubro de 2011, e assinado pelo antropólogo Peter Fry:

⁶ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Brasil sem Homofobia_E_001.

Há uma certa sugestão no ar de que essas agressões são novidade e estão aumentando em frequência e gravidade [...] Mas estatísticas só podem ser interpretadas quando se sabe o que medem. No caso em questão, pode ser que meçam também a crescente disposição de agressões desse tipo a se queixar na polícia e a nomear a homofobia como fator da violência (FRY, 03/10/2011).

O combate à violência contra a população LGBT também é citado como motivação à criação do Programa Brasil sem Homofobia na única matéria que localizamos, em nossas buscas, sobre seu lançamento, publicada em *O Estado de S. Paulo* de 26 de maio de 2004⁷. Cabe observar, no entanto, que é pouco significativo o destaque conferido à matéria – organizada como conteúdo de “Sociedade” dentro do caderno “Geral”, ela divide o espaço de uma página (da qual não é a matéria principal) com textos de Educação e Ciência e não possui chamada de capa.

Esse dado reforça a percepção, fundamentada na observação de nosso *corpus*, de que há uma diminuição, a partir da segunda metade dos anos 2000, da visibilidade e protagonismo conferido pelos jornais pesquisados ao papel das políticas públicas na garantia dos direitos de mulheres e LGBTs e no enfrentamento da violência e discriminação contra esses grupos. Esse aspecto torna-se particularmente evidente quando comparamos a cobertura desse período àquela construída nos anos 1980 e início dos anos 1990 sobre a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

7.2.2. Pautas, demandas, reivindicações

Ao lado de referências a ações do poder público, é possível identificar também, em todo o período analisado, pautas, demandas e reivindicações cristalizadas em discursos circulantes que constituem debates identitários articulados em torno de categorias de gênero e sexualidade. Tais demandas serão aqui tomadas não em função de suas articulações político-sociais-institucionais – abordagem que fugiria à proposta de análise discursiva deste trabalho –, mas sim, como indícios da existência de discursos que transitam no espaço público.

Até a primeira metade dos anos 1990, é possível verificar uma diversidade significativa de discursos circulantes atrelados às principais pautas femininas/feministas na época, como sugerem as observações anteriormente apresentadas a respeito da cobertura

⁷ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Brasil sem Homofobia_E_002.

sobre a atuação do CNDM. Durante os anos 1990, ganham espaço discussões sobre o acesso à saúde pública em um momento de ampliação do número de casos de AIDS entre mulheres.

Ao lado da reivindicação de medidas preventivas e penas mais severas para coibir a violência contra a mulher, denúncias de estupro e assédio sexual também se mostram recorrentes ao longo do período analisado. Em nosso *corpus*, a primeira referência a uma proposta de “criminalização do assédio sexual” aparece em uma matéria publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 8 de março de 1997⁸, a propósito de um documento entregue pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso:

A presidente do Conselho Nacional de Defesa da Mulher [sic] (CNDM), Rosiska de Oliveira, entregou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso um documento intitulado Estratégias de Igualdade que propõe, entre outras coisas, a criminalização do assédio sexual. O conselho quer ainda que o aborto deixe de ser considerado crime e o Congresso aprove, o mais rápido possível, o projeto que transforma o estupro em crime contra a pessoa, com penas mais duras (MONTEIRO, 08/03/1997).

Embora mais recorrente em matérias dos anos 1980 e 1990, a defesa do aborto legal aparece também pontualmente em alguns textos mais recentes, a exemplo da notícia *No dia da mulher, a defesa do aborto legal*, publicada em 9 de março de 2009 no jornal *O Globo*⁹, que relata a realização de protestos em São Paulo, em função do dia internacional da mulher, contra Dom José Cardoso Sobrinho, arcebispo de Olinda e Recife, que havia excomungado a mãe e os médicos que interromperam a gravidez de uma menina de 9 anos estuprada pelo padrasto. Ainda na mesma edição, foram publicadas matérias focalizando índices de crianças e adolescente estupradas que dão entrada em hospitais e histórias de mulheres que interromperam gestações resultantes de estupro e não se arrependem¹⁰.

Os exemplos citados de matérias sobre estupro e aborto evidenciam uma tendência recorrente em todo o conjunto de matérias que abordam a condição feminina, especialmente aquelas publicadas a propósito do dia internacional da mulher: enquanto nos anos 1970, 1980 e em parte dos 1990, eram recorrentes discursos reivindicatórios que se dirigiam a instâncias do poder público, encaminhavam propostas a órgãos do Estado ou avaliavam medidas implantadas por setores governamentais, esse tipo de abordagem torna-se cada vez mais raro.

⁸ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_023.

⁹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_G_038.

¹⁰ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, os textos em questão podem ser identificados por meio dos códigos: Mulher_G_037 e Mulher_G_39.

Em lugar disso, o que vemos, nos anos 2000 e 2010, são denúncias ou reivindicações muitas vezes desinstitucionalizadas, com pouco ou nenhum trânsito na esfera política.

O enquadramento jornalístico construído no período, por sua vez, prioriza reportagens construídas a partir de pesquisas, dados e índices, assim como relatos e histórias individuais. Enfoque similar caracteriza a abordagem de outros temas que ganham espaço no mesmo período em relação à condição da mulher. É o caso da discussão sobre o acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade salarial e a baixa participação feminina na política. Como exemplo, podemos citar a reportagem *Salário mais baixo para mulheres reduz o crescimento*, publicada pela *Folha de S. Paulo*¹¹, que apresenta os resultados de um estudo que teria calculado como “o preconceito de gênero no mercado de trabalho freia a geração de riqueza em cidades do Brasil” (FRAGA, 08/03/2018).

No caso de pautas relacionadas à comunidade LGBT, uma palavra de ordem recorrente na cobertura do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, principalmente em matérias sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, era a defesa da “tolerância” (ou combate à “intolerância”) – referida, naquele momento, de modo quase sempre vago: no recorte construído pelos jornais, tais discursos não se direcionavam a formas específicas de discriminação ou violência.

A partir da segunda metade dos anos 2000, é possível notar um ponto de virada, quando o debate representado na cobertura jornalística ganha contornos mais precisos com a referência a discursos circulantes que se posicionam contra a homofobia. A emergência dessa categoria em discursos referidos nos jornais é significativa: ao demarcar discursivamente um novo campo, a palavra “homofobia” coloca em evidência a existência de formas específicas de violência e discriminação contra LGBTs. Não à toa, é neste momento que surgem as primeiras matérias relacionadas a ações do Estado no combate à homofobia.

Um dos primeiros usos da expressão entre as matérias de nosso *corpus* aparece em uma notícia publicada pela *Folha de S. Paulo* no dia 18 de junho de 2006 sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (na época, referida simplesmente como “Parada Gay”). Na abertura do texto, intitulado *Parada Gay resiste à Copa e supera recorde de público*¹², o sentido predominantemente “festivo” atribuído ao evento – um dos traços mais recorrentes nas matérias analisadas sobre o evento – é acompanhado por uma referência à reivindicação

¹¹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, os textos em questão podem ser identificados por meio dos códigos: Mulher_G_037 e Mulher_F_090.

¹² Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_030.

de criminalização da homofobia: “Nada melhor do que beijos, muitos beijos, para comemorar o recorde de público nos dez anos da Parada Gay e levantar a bandeira de que a homofobia é um crime que precisa ser punido” (TÓFOLI, 18/06/2006).

Em 2008, quando a Parada teve como tema “Homofobia mata! Por um Estado Laico de Fato”, a cobertura sobre o evento concedeu espaço relativamente maior – em comparação aos anos anteriores – sobre a discussão da homofobia. Na *Folha* de 26 de maio daquele ano, por exemplo, ao lado de uma matéria principal sobre a “popularização” da Parada, é possível encontrar um pequeno box, intitulado *No país, combate à homofobia tem pouco apoio legal*¹³. Nele, apresenta-se um panorama sobre projetos de lei e medidas de combate à homofobia já implantadas, em esferas municipal e estadual. O texto aponta, não obstante, que a aprovação de uma legislação de criminalização da homofobia, “reivindicação central da comunidade GLBT”, estava longe de se concretizar, já que dois projetos de lei com esse objetivo – um em trânsito no Congresso e outro, na Câmara – encontravam-se “parados pelo lobby religioso” (FOLHA DE S. PAULO, 26/05/2008).

Já no início da década de 2010, discursos relacionados ao combate à homofobia e à reivindicação de medidas efetivas para coibir essa prática na cobertura sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo parecem constituir uma exceção em um momento em que a abordagem de políticas públicas parece perder destaque em boa parte das matérias de nosso *corpus*, como vimos algumas páginas atrás. Uma notícia publicada pela *Folha* sobre a Parada Gay de 2010, publicada em 7 de junho de daquele ano, tem como título *Menos cor no arco-íris*, seguido da linha-fina: “Em ano eleitoral, Parada Gay evitou colorido para defender projeto que torna homofobia crime; nenhum pré-candidato à Presidência apareceu”¹⁴.

É evidente, neste caso, a construção de um enquadramento pelo jornal que aproxima a pauta defendida pela comunidade LGBT de aspectos tradicionais da cobertura de temas políticos, como a conexão estabelecida com o calendário eleitoral e a referência à ausência de pré-candidatos no evento. Ao lado da matéria, um box, intitulado *Projeto contra a homofobia está parado no Senado*¹⁵, contextualiza as discussões sobre o projeto de lei em questão:

A criação de um crime específico para coibir a homofobia é discutida desde 2001 no Legislativo. [...]

¹³ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_038.

¹⁴ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_043.

¹⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_044.

O projeto torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando a situação à discriminação de raça, cor, etnia e religião. [...] Se aprovada, a lei criará uma pena específica para cada tipo de discriminação, com prisão prevista de até cinco anos. O projeto tem oposição de setores mais conservadores do Congresso, como da bancada evangélica (FOLHA DE S. PAULO, 07/06/2010).

Em meados dos anos 2010, a reivindicação pela criminalização da homofobia incorpora expressões ligadas a outras letras da sigla “LGBT”, ainda que modo pontual – indício da emergência de discursos que defendem maior visibilidade para as diversas identidades sexuais e de gênero dentro dos próprios movimentos. Em *Parada Gay chega aos 18 com apelo contra a violência*, matéria publicada em 4 de maio de 2014 pela *Folha*¹⁶ que apresenta dados sobre assassinatos de LGBTs no país, lemos a seguinte declaração:

“Precisamos criminalizar a ‘homossexualidade’ [fobia contra as diversas orientações sexuais] e vamos usar a parada deste ano para cobrar isso. Ninguém aguenta mais os relatos de crimes cruéis praticados contra gays no Brasil”, afirma Fernando Quaresma, presidente da associação que organiza o ato (MARQUES, 04/05/2014).

A segunda metade dos anos 2010 representa também um momento em que ganham evidência, no espaço público dos jornais de referência, reivindicações pela visibilidade de pessoas trans, além de pautas específicas ligadas a esse grupo. Em 2016, a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo teve como tema “Lei de Identidade de Gênero Já- Todos Juntos Contra a Transfobia”, em referência ao projeto de lei dos deputados federais Jean Willys e Érika Kokay, então em trâmite no Congresso, que buscava facilitar a mudança de nome de homens e mulheres transexuais. Um ano antes, a matéria *Trans se dizem excluídos da Parada*, publicada pela *Folha* em 7 de junho de 2015, já parecia evidenciar essa tendência:

Aos poucos, elas ganham destaque. Na última semana, Caitlyn Jenner foi o centro das atenções ao aparecer publicamente pela primeira vez na capa de uma revista, a “Vanity Fair”. Jenner é mais conhecida por ser medalhista olímpica e ex-padrasto da midiática Kim Kardashian. Laverne Cox foi eleita pela “Time” uma das pessoas mais influentes do mundo em 2015. Trata-se da atriz da série “Orange is the New Black”, fenômeno de audiência. A executiva mais bem paga dos Estados Unidos, Martine Rothblatt, e a ex-babá do presidente Barack Obama, Evie, têm algo em comum com elas. Todas são mulheres transexuais. Pode parecer que, para esse grupo, representado na sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), tudo vai muito bem. Não é o que dizem as ativistas brasileiras. Apesar de contempladas no nome oficial da Parada Gay – na verdade, Parada do Orgulho LGBT –, elas se dizem excluídas do evento. Até mesmo o tema deste ano – “Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim, respeitem-me” – está longe de ser consenso (SANT’ANNA; MOLA, 07/06/2015).

¹⁶ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_049.

Outra pauta LGBT que aparece de maneira recorrente nas matérias de nosso *corpus* diz respeito à reivindicação de regulamentação da união civil homoafetiva¹⁷. Esse tema aparece, principalmente, na cobertura da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. É o caso da matéria *Parada gay reúne 180 mil em SP*, publicada em 18 de junho de 2001 pelo jornal *O Globo*¹⁸, em que consta uma rápida referência ao projeto de lei proposto em 1995 por Marta Suplicy (prefeita de São Paulo na época de publicação da notícia) que previa a “união civil homossexual” (SILVA, 18/06/2001).

O projeto de lei é também abordado em matérias publicada em 26 de junho de 2000 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Intitulado *Marta chama Congresso de “farisaico”*¹⁹, o texto focaliza declarações feitas por Marta Suplicy durante a – assim chamada na época – Parada Gay de São Paulo: ““O Congresso é tão farisaico que está demorando mais tempo que a burocracia do Instituto do Seguro Social (INSS) para votar esse projeto”, disse Marta. ‘Se não fosse a hipocrisia e o farisaísmo, já teríamos essa proposta aprovada’” (ROSA, 26/06/2000).

O tema voltou à cobertura dos jornais em 2004, quando a Parada do Orgulho Gay adotou o mote “Temos família e orgulho”. Na ocasião, a *Folha* publicou a reportagem *Gays sonham com casamento tradicional*²⁰, com foco em histórias de famílias formadas por pessoas não cisgêneras ou não heterossexuais. Na mesma data, o *Estado* publicou reportagem intitulada *Direito à família, a bandeira da parada*²¹, em que foram abordadas vitórias de pautas LGBTs na Justiça e as expectativas dos organizadores do evento naquele ano:

“Todos costumam ligar a questão gay apenas ao sexo e esquecem que, assim como em qualquer outro relacionamento, existe amor, respeito e o sonho de construir algo com a pessoa que se ama”, explica Reinaldo Pereira Damião, presidente da Associação do Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) de São Paulo (MANSO, 13/06/2004).

¹⁷ Essa percepção é confirmada quando se considera que, entre os achados do levantamento de matérias sobre políticas públicas, o reconhecimento da união homoafetiva pelo STF, em 2011, é um dos marcos que recebe maior destaque na cobertura jornalística.

¹⁸ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_G_001.

¹⁹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_E_003.

²⁰ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_015.

²¹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_E_007.

No ano seguinte, o evento teve como tema oficial “Parceria civil já! Direitos iguais: nem mais, nem menos”. Na ocasião, o *Globo* publicou, na matéria *Parada gay reúne uma multidão em São Paulo*²², um parágrafo em referência à reivindicação:

Aproveitando a enorme movimentação e atenção pública dada às festividades, foram colocadas listas em estações de trem, de metrô e de ônibus para colher assinaturas em prol do projeto de lei de parceria civil registrada (que reconhece legalmente a união de pessoas do mesmo sexo), que tramita há mais de dez anos no Congresso. São necessárias um milhão e duzentas mil assinaturas para que o projeto seja colocado em pauta (O GLOBO, 30/05/2005).

Por fim, aparecem em nosso *corpus*, ainda que de maneira menos significativa, temáticas ligadas à saúde da população LGBT. Além de menos frequentes, tais referências constam quase sempre em notas curtas²³ ou de modo pontual em notícias que apresentam outras temáticas como foco principal. Chama a atenção também o enquadramento de questões relacionadas à saúde pública ao longo do período coberto pelo *corpus*, principalmente em anos mais recentes: em geral, elas aparecem dissociadas do encaminhamento de demandas à esfera política, do apontamento de problemas e necessidades concretas e da cobrança de ações por parte do poder público. Mesmo nos anos 1980, em que a AIDS era um tema frequente, seu enquadramento voltava-se mais a questões comportamentais do que à discussão de políticas públicas. Observam-se, nesse sentido, diferenças significativas em relação ao modo como pautas ligadas à saúde da mulher são abordadas na representação do debate público construída pelos jornais de referência.

Como forma de ilustrar essa tendência, podemos citar a edição de 2011 da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, que teve como tema “Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia” e contou com cartazes com a inscrição “Nem santo te protege [use camisinha]”. Nas matérias jornalísticas sobre o evento, o aspecto de saúde pública implicado nas manifestações realizadas por participantes não recebeu atenção para além do registro do conteúdo dos cartazes – abordados mais pela polêmica aberta com a Igreja Católica do que pela referência à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Esse dado parece-nos

²² Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_G_006.

²³ Em 18 de junho de 2001, por exemplo, o jornal *O Globo* publicou, por ocasião de sua cobertura sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, duas notas intituladas *Pesquisa sobre AIDS* – a respeito do fato de o coordenador de uma pesquisa sobre a síndrome ter aproveitado o evento para realizar entrevistas com 100 participantes sobre o assunto – e *Campanha por doentes* – sobre um evento realizado em Teresina, na mesma data da Parada, com o objetivo de arrecadar fundos que seriam doados para o financiamento do tratamento do vírus HIV. Nota-se, nesses dois casos, que as referências à AIDS se dão mais com base em uma suposta “afinidade temática” entre o assunto e a cobertura da Parada LGBT do que como forma de dar visibilidade a discussões e demandas relacionadas à saúde pública, combate à discriminação dos portadores do vírus HIV etc.

sintomático da ênfase relativamente pequena conferida a discursos relacionados a pautas de saúde LGBT na cobertura dos jornais de referência, sobretudo nas duas últimas décadas.

7.2.3. Representações problematizadas

Se, até este momento, referimo-nos à cobertura jornalística de reivindicações por direitos direcionadas ao poder público por grupos articulados em torno de pertencimentos identitários, não podemos deixar de citar também casos de matérias que abordam demandas relacionadas ao modo como esses grupos são representados em diferentes discursos. Direcionadas ao poder público ou não, essas reivindicações dizem respeito mais diretamente a demandas por reconhecimentos de grupos historicamente marginalizados e remetem a tentativas de construção de políticas identitárias propriamente ditas.

Assim, desde o final dos anos 1980, existem, em nosso *corpus*, registros de discursos circulantes que dão conta da existência de problemáticas relacionadas à representação da mulher nas mídias, na cultura e nas artes. É o caso, por exemplo, de uma matéria intitulada *Dia da mulher, dia de avanços*, publicada em 9 de março de 1988, no jornal *O Estado de S. Paulo*²⁴, a propósito de mobilizações em torno do dia internacional da mulher. O lide da notícia destaca declarações de Jacqueline Pitanguy, presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que defende que “além da discriminação do dia-a-dia, é preciso enfrentar o problema na propaganda e até no livro didático” (O ESTADO DE S. PAULO, 09/08/1988).

De fato, o enfrentamento de representações consideradas preconceituosas na propaganda aparece com destaque entre as bandeiras levantadas pelo órgão na época. Uma notícia publicada pela *Folha de S. Paulo* em 28 de fevereiro de 1988, por exemplo, aborda uma manifestação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher contra uma propaganda voltada à prevenção da AIDS. Intitulado *Mulheres criticam cartaz contra AIDS*²⁵, o texto informa que um cartaz de uma campanha do Ministério da Saúde voltada à prevenção da síndrome gerou protestos por apresentar a imagem de um rosto feminino acompanhado dos dizeres “Quem vê cara, não vê Aids”.

Chama a atenção a declaração apresentada pela presidenta do Conselho, Jacqueline Pitanguy, para justificar as críticas endereçadas ao cartaz: além da ideia de que a propaganda reforçaria o estereótipo da mulher enquanto “mensageira do mal”, ela afirmou em ofício que

²⁴ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_002.

²⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Conselho Mulher_F_009.

“não se justifica o uso de um rosto feminino para veicular a campanha de Aids, uma vez que a mulher não pertence aos grupos de risco mais visados pela doença” (FOLHA DE S. PAULO, 28/02/1988). Se observarmos a propaganda em questão, verificamos que ela de fato mobiliza regimes de representação – cristalizados em cadeias de discursos circulantes – em que o feminino é aproximado das ideias de ambiguidade, sedução, traição, inconstância. Ao mesmo tempo, é interessante observar que a declaração de Jacqueline Pitanguy revela, como pressuposto, um sentido corrente em discursos circulantes da época, a saber: a ausência de preocupação em integrar a crítica feminista a uma perspectiva identitária mais ampla, tendência que, nos anos 2010, torna-se recorrente em discursos circulantes que atravessam a cobertura jornalística. Este será, como veremos, um dos pontos de virada verificados nos sentidos sobre gênero que perpassam o debate público midiático.

A questão da representação da mulher em livros didáticos já havia aparecido em uma pequena notícia da *Folha* de 31 de março de 1986 intitulada *Debate discute a imagem da mulher no livro didático*²⁶. A matéria trata da decisão anunciada por Zuleide Araújo Teixeira, coordenadora da Comissão de Educação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de reivindicar participação na Comissão Nacional do Livro Didático com o objetivo de “mudar a imagem da mulher transmitida nos livros escolares” (FOLHA DE S. PAULO, 31/03/1986). O texto aborda ainda as discussões realizadas durante um debate na Universidade de Brasília (UnB) que teriam levado à decisão do órgão. Entre os tópicos debatidos, destaca-se a existência de “impedimentos simbólicos” ao ingresso de mulheres em certas profissões.

Sobre tema correlato, o jornal *O Globo* publicou a notícia *Conselho combate os preconceitos contra a mulher*²⁷, em 12 de maio de 1986, que dava conta da preocupação do Conselho sobre a discriminação contra a mulher no ambiente escolar e o modo como ela era representada em materiais didáticos:

Agora, na sua gestão, Jacqueline [Pitanguy] pretende analisar os livros didáticos, que, a seu ver, são os instrumentos com os quais se começam a construir os estereótipos da discriminação: – Eles sugerem a mulher como figura passiva e submissa, com componentes de histeria e emoção, enquanto o homem aparece como uma figura racional, agressiva, que toma as iniciativas, explica Jacqueline (O GLOBO, 12/05/1986).

É também do *Globo* uma das ocorrências mais antigas de nosso *corpus* a abordar a relação entre mídias e políticas identitárias. Publicada em 7 de julho de 1985, a notícia

²⁶ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Conselho Mulher_F_021.

²⁷ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Conselho Mulher_G_008.

*Direitos da mulher, uma batalha de Ruth Escobar*²⁸ anuncia a implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e aborda a trajetória e opiniões da deputada responsável por elaborar o projeto de criação do órgão. Segundo a matéria, Ruth Escobar considerava a sociedade brasileira conservadora, razão pela qual defendia a necessidade de criação de campanhas nacionais precedendo os programas do Conselho com o objetivo de conscientizar as mulheres sobre seus direitos e para que “os homens encarem com seriedade a questão”:

– Nós sabemos que não vamos conseguir muito – disse ela – se não tivermos uma alavanca de transformação. Por isso, vamos pedir ao Governo o espaço diário de dez minutos que ele tem nas emissoras de rádio e televisão. Acho que, a partir de 1º de setembro, teremos nossos filmes no ar, abrindo um debate nacional sobre a questão feminina (O GLOBO, 07/07/1985).

Já em 4 de abril de 1987, uma notícia do *Globo* dá conta de uma nota de repúdio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher dirigida, dessa vez, ao modo como a imprensa teria construído, em uma cobertura de assassinato, a imagem de figuras femininas. Ao final do texto, não apenas o jornalismo, como também o poder judiciário tornam-se objeto da crítica divulgada pelo órgão: “Verifica-se, mais uma vez, que perante a Justiça e a imprensa brasileiras a mulher, mesmo quando é vítima, continua colocada como ré”. Na abertura da matéria, a posição do Conselho assume contornos mais precisos:

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou ontem nota repudiando o modo como estão sendo veiculadas as notícias sobre o inquérito da morte de Elizabeth Araújo Bezerra. Segundo a entidade, “em vez de os acusados terem sua vida esmiuçada, é o oposto que tem ocorrido. Investigam-se as fontes de renda de Vera Lúcia Bezerra” [irmã da vítima] (O GLOBO, 04/04/1987)²⁹.

Outro caso interessante que evidencia a centralidade atribuída ao papel da representação nas lutas identitárias é o da notícia *A imagem da mulher reformulada pelo vídeo*, publicada em 18 de março de 1987 pelo *Globo*³⁰. O texto aborda o evento “I Vídeo Mulher”, que seria realizado em poucos dias no Teatro Nacional de Brasília, com promoção do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Fundação Cultural do Distrito Federal. Aberto à exibição de conteúdos audiovisuais cuja única exigência era a de abordarem “uma temática feminista”, a mostra competitiva incluía premiação em dinheiro aos melhores vídeos,

²⁸ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Conselho Mulher_G_003.

²⁹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Conselho Mulher_G_006.

³⁰ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Conselho Mulher_G_021.

selecionados em função de seu “valor artístico e a contribuição que o trabalho traz para a formação e o enriquecimento da real imagem da mulher”. Paralelamente, aconteceria também um Encontro de mulheres profissionais de vídeo, com o objetivo de garantir um espaço para a “reflexão sobre o papel da mulher na produção videográfica, além do exame de questões concretas como as ligadas à produção e distribuição” (O GLOBO, 18/03/1987).

Esta última matéria representa um exemplo bastante característico de uma tendência observada nos anos 1980 no modo como questões relacionadas à representação são abordadas nas matérias jornalísticas do *corpus*. Em primeiro lugar, é evidente a centralidade assumida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no debate da época, assim como o fato de os jornais – em maior ou menor grau – conferirem espaço e visibilidade relativamente significativos às discussões propostas pelo órgão. Nesse sentido, a década de 1980 é marcada por discursos circulantes que apontam a representação e a cultura como tópicos fundamentais à discussão sobre pautas identitárias. Ao mesmo tempo, trata-se de discursos fortemente institucionalizados, que gozam de espaço significativo na cobertura da imprensa – possivelmente, por seu caráter institucional – e que, no que diz respeito ao debate sobre gênero, parecem voltar-se exclusivamente à representação da mulher em detrimento da discussão sobre a representação de LGBTs.

Nos anos 1990, a cobertura jornalística é marcada por um relativo arrefecimento do debate sobre o papel da representação em lutas identitárias, enquanto os anos 2000 e 2010 apontam para uma rearticulação dos contornos dessa discussão, que assume manifestações bastante diversas daquelas identificadas na década de 1980. O que se nota, em anos mais recentes, é uma tendência à desinstitucionalização dos discursos circulantes sobre a representação da mulher e LGBTs referidos na cobertura jornalística; com isso, esses discursos se tornam transversais a muitas discussões – ainda que nem sempre apareçam como foco central das matérias –, ao mesmo tempo em que assumem arranjos mais difusos.

Como exemplo, podemos citar matérias que abordam polêmicas geradas por declarações de figuras políticas consideradas de caráter machista. Em 9 de março de 2005, o *Estado* publicou uma notícia intitulada ‘*Não sejam tão desafortadas*’³¹, sobre uma “brincadeira” do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso a propósito do dia internacional da mulher realizado em Apodi, município do Rio Grande do Norte. A fala de Lula – que pediu que as mulheres se contentassem com os espaços até então conquistados na política – repercutiu negativamente entre as presentes. Duas delas –

³¹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_063.

Raimunda Celestino, coordenadora de política das mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e Maria Gerusa Costa, representante das quebradeiras de coco de babaçu do Nordeste – manifestaram críticas em relação à fala de Lula, ressaltando o preconceito nela contido e defendendo a importância da ampliação da participação de mulheres na vida pública. No limite, o que está em jogo, na matéria, é o limite, fixado por discursos em circulação, entre representações sobre a mulher tidas como aceitáveis e aquelas consideradas inadequadas – ainda que tais posicionamentos não possuam o grau de institucionalização que notamos em relação a matérias dos anos 1980.

Situação semelhante é registrada pela notícia *Temer polemiza ao ligar mulher e tarefa de casa*³², publicada em 9 de março de 2017, pelo *Estado*. A matéria cita a repercussão negativa a uma declaração do então presidente da República, Michel Temer, em discurso de homenagem ao dia internacional da mulher:

Ao falar da participação da mulher na economia, ele afirmou que ninguém é mais capaz do que elas para “indicar desajustes nos preços do supermercado” e que ninguém é melhor para “detectar flutuações econômicas, pelo orçamento doméstico maior ou menor”.

Depois, ao comentar as perspectivas do governo para a melhora do mercado de trabalho, Temer disse que, quando a economia voltar a crescer, a mulher, “além de cuidar dos afazeres domésticos”, terá mais oportunidades de emprego.

O presidente ressaltou também que a formação dos filhos em casa não fica a cargo dos homens, mas sim das mulheres (ROCHA; MONTEIRO, 09/03/2017).

Embora dê espaço a declarações de parlamentares que se manifestaram contra e a favor do então presidente, a matéria não apresenta detalhes sobre a repercussão do discurso de Temer nas redes sociais. Na mesma data, o *Globo* noticiou o caso em matéria intitulada *Dia da mulher e de gafes*³³; no texto, ao lado do comentário do senador Renan Calheiros sobre as declarações do presidente, são apresentadas falas de Ana Paula Souza, responsável pelas hashtags #NãoQueroFlores e #NãoSouObrigada, e Carol Patrocínio, da comunidade de mulheres Comum.Vc, que criticam, entre as ideias presentes na fala de Temer, tanto a imagem de submissão feminina quanto a responsabilização da mulher pela criação dos filhos.

Os textos de 2017 sobre a polêmica criada pelo pronunciamento de Temer – assim como a matéria de 2005 a respeito da repercussão negativa do discurso de Lula – lançam luz sobre o caráter difuso e não institucionalizado assumido, nos anos 2000 e 2010, por discursos circulantes que se voltam para a problematização, sob óticas identitárias, de representações

³² Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_090.

³³ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_G_065.

consideradas preconceituosas, estereotipadas e/ou ofensivas. Parece-nos sintomático ainda que os dois exemplos evidenciem não apenas a mobilização de tais discursos a partir de lugares externos à política institucional, como também o direcionamento de críticas e contestações a representações produzidas justamente na esfera da política institucional.

7.2.4. Embates entre discursividades

Como procuramos evidenciar em capítulos anteriores, o jornalismo de referência situa-se, na contemporaneidade, entre diferentes discursividades políticas que se tensionam no universo discursivo: de um lado, discursos modernos sobre a democracia baseada no cálculo da maioria, o papel do Estado e da nação, a razão e a universalidade, o papel das instituições etc.; de outro, uma discursividade emergente que desloca discursos fundantes da modernidade e confere importância central à cultura, à representação e a lutas identitárias.

São embates entre discursividades como essas que nos interessam aqui. Focalizamos, especialmente, como eles são representados na cobertura jornalística construída pelas matérias de nosso *corpus*³⁴, assumindo a forma ora de confronto entre argumentos, ora de impasse entre atores sociais e instituições, ora de choque entre “culturas” ou “épocas”. Em todo caso, tais embates ocupam posição de destaque na cobertura jornalística sobre temáticas de gênero, atuando como *locus* estratégico à produção de sentidos nas narrativas diárias da imprensa.

Entre as formas de oposição em relação a discursos identitários, destaca-se aquela materializada no papel desempenhado por diferentes instituições. Tais conflitos são fixados em discursos circulantes que apontam posições institucionais como locais de contraponto em relação à defesa de pautas de gênero, sendo apresentados de modo, muitas vezes, polarizado. Presente desde os primeiros anos cobertos pelas matérias do *corpus*, a representação de conflitos com instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica, é um desses casos.

Em relação à mulher, o aborto representa o foco mais recorrente de dissensos. Publicada em 8 de março de 1990 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a notícia intitulada *Católica defende aborto*³⁵ evidencia a existência de discursos circulantes em que o contraponto “Igreja” x “aborto”, ou ainda “Igreja” x “feminismo”, cristaliza-se. Mais do que

³⁴ No próximo capítulo, retomamos a questão da relação entre discursividades a partir de um segundo nível, mais profundo, de análise, quando focalizaremos não mais a *representação* de embates discursivos, mas sim, os modos pelos quais diferentes discursividades resultam em *negociações* entre diferentes *sistemas de restrição semântica* cuja coerção deixa marcas sobre planos discursivos apreensíveis a partir do exame da constituição dos enunciados jornalísticos.

³⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_009.

isso, pode-se inferir que o jornal assume que, ao menos no espaço público de que faz parte, tais discursos são de conhecimento geral, como fica claro quando consideramos a mobilização de sentidos implícitos operada na manchete em questão – se o jornal noticia uma católica que defende o direito ao aborto, é porque se pressupõe que o mais recorrente seja existirem católicas que se opõem ao aborto, de modo que se pode subentender o grau de novidade do assunto em foco na matéria. Já no primeiro parágrafo do texto, a polêmica pressuposta no título é referida de maneira direta:

Misógina e manipuladora. Com esses adjetivos pouco gentis, a médica uruguaia Cristina Grela, coordenadora na América Latina do movimento Católicas pelo Direito de Decidir, caracterizou a relação da cúpula de sua Igreja com fiéis do sexo feminino. “Existem [sic] um ódio ancestral contra a mulher”, afirma ela. Em visita a São Paulo para participar de debates sobre o Dia Internacional da Mulher, Cristina explicou por que um movimento católico defende um dos temas mais polêmicos do ideário feminista – o direito ao aborto –, considerado uma heresia pela parcela majoritária dos integrantes de sua fé (PORTELA, 08/03/1990).

Embora o contraponto representado pela Igreja Católica em relação a ideais feministas permaneça durante todo o período de observação – a exemplo das matérias, citadas anteriormente, sobre um caso de excomunhão dos envolvidos na interrupção da gestação de uma menina de 9 anos estuprada pelo padrasto, em 2009 –, os últimos anos são marcados pelo surgimento de discursos circulantes que situam outros grupos religiosos como polo opositivo de pautas de gênero. É o caso de grupos evangélicos, notadamente neopentecostais, em relação a reivindicações da comunidade LGBT.

Não obstante, o modo como esse contraponto aparece no espaço público dos jornais, a partir das matérias jornalísticas analisadas, possui algumas particularidades relevantes. Isso porque, nos discursos circulantes aí representados, a grande força de oposição a pautas como a união civil homoafetiva e a criação de leis criminalizando a homofobia não são as igrejas *em si*, mas sim, a interpenetração entre os campos religioso e político materializada, principalmente, na figura da “bancada evangélica”.

Tal polarização é pressuposta, por exemplo, na manchete *Dilma defende LGBT mas evita ataques à cura gay*, publicada em 29 de junho de 2013 em *O Estado de S. Paulo*³⁶. A matéria aborda a reunião realizada pela então presidenta da República, Dilma Rousseff, com representantes de movimentos LGBTs, durante a qual a chefe do Executivo teria evitado se pronunciar sobre o projeto de “cura gay”, que tramitava no Congresso à época e propunha que homossexuais pudessem ser “tratados” por psicólogos como “doentes”. Segundo o texto, o

³⁶ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Orgulho_E_002.

“silêncio de Dilma” devia-se “ao temor de desgastes com as bancadas católica e evangélica” (MOURA, 29/06/2013).

Em anos recentes, torna-se recorrente também a referência à existência de pressões religiosas, de forma vaga, sem que se especifique sua origem exata, dado que pode ser indicativo de uma maior dispersão dos discursos que se contrapõem a reivindicações identitárias, os quais se apresentam agora fragmentados, sendo produzidos a partir de igrejas e grupos religiosos diversos. Ao mesmo tempo, trata-se de discursos amplamente generalizados, com presença fortemente institucionalizada em setores do Estado. Quase ao final da matéria do *Estadão* citada acima, logo após a retransa “Queixas”, lê-se:

Nos últimos anos, o governo Dilma adotou atitudes que provocaram críticas de militantes, como a suspensão, em maio de 2011, de um kit anti-homofobia para escolas do ensino médio. Pressionada por religiosos, Dilma disse então que o governo não faria “propaganda de opções sexuais” nem iria interferir “na vida privada das pessoas” (MOURA, 29/06/2013).

Como esse último exemplo evidencia, o próprio Estado assume uma posição de contraposição em relação a demandas identitárias na representação do debate público construída pelos jornais. Não obstante algumas matérias relatem casos de figuras políticas ou ações do poder público favoráveis a pautas de gênero, essas situações constituem mais exceção do que regra: um sentido recorrente na cobertura jornalística diz respeito à demarcação de uma relação de tensão entre os poderes executivo, legislativo e judiciário (especialmente, os dois primeiros) ou seus integrantes e discursos encampados por movimentos sociais, entidades ou grupos que representam os interesses de mulheres e LGBTs. Tal oposição é apresentada como resultado ora de lentidão e burocracia excessivas, ora do descaso de integrantes da máquina estatal, ora de articulações próprias do jogo político.

Há muitos exemplos que poderíamos citar para ilustrar essa representação. Além de casos que mencionamos – como as articulações lideradas pela banca evangélica no Congresso e declarações polêmicas por parte de figuras políticas –, a crítica à resistência em relação à ampliação da participação feminina na política é um aspecto recorrente no *corpus*, sobretudo no final dos anos 2000 e anos 2010. Publicada em 8 de março de 2017, a reportagem da *Folha de S. Paulo* intitulada *Crítica feminina é igual na direita e esquerda*³⁷ aborda o machismo no campo político institucional e remete à existência de um contraponto entre sua estrutura e funcionamento e reivindicações de mulheres por maior inclusão e representatividade:

³⁷ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_084.

“As reclamações das mulheres são as mesmas na direita e na esquerda”, diz a professora e pesquisadora da UFPR Luciana Panke à Folha. [...]

De acordo com a professora, a necessidade de provar que tem condições de governar é mais forte nas mulheres do que nos homens. “Todas as mulheres que eu entrevistei tinham uma ótima formação, melhor do que muitos dos seus pares homens, e mesmo assim elas tinham que se provar o tempo todo”.

Essa seria, diz a pesquisadora, uma das razões para a baixa presença de mulheres na política. No Brasil, por exemplo, a porcentagem de mulheres na Câmara dos Deputados não chega a 10% (BOLDRINI, 08/03/2017).

No caso da cobertura da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma reiteração semântica também chama a atenção, principalmente na década de 2010: a referência ao caráter político de protestos realizados durante o evento contra figuras políticas específicas, sobretudo integrantes do poder executivo, ou ao campo político de modo geral. É interessante observar que esse sentido surge justamente em um momento em que a cobertura jornalística começa a sinalizar a existência de tentativas de aproximação por parte da esfera da política institucional em relação ao contexto dos discursos identitários, dada pela presença de políticos na Parada, por exemplo; no entanto, tais tentativas são muitas vezes tomadas com desconfiança em discursos referidos nas matérias. Vejamos alguns exemplos:

Política, balada e beijos na Parada

[...]

A 14ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, que ocorreu ontem entre 10 e 20 horas, teve intervenções políticas. Com o tema “Vote contra a homofobia”, a manifestação – com público estimado em 3 milhões de pessoas – repudiava senadores, vereadores e candidatos que são contra gays. Porém, no fim, a maioria que estava lá foi mais para badalar, beijar, ver e ser visto. E a política acabou em segundo plano (VILIC; SAMPAIO, 07/06/2010)³⁸.

Parada Gay tem ‘Amar sem Temer’ e SP tomada

[...]

A crise política foi lembrada pelos participantes. Embora os coros de “Fora, Temer” tivessem sido escassos e durado pouco em meio ao barulho da festa, havia muitos cartazes e faixas com críticas ao governo e grande quantidade de pessoas portavam bôtons e cartazes com frases como “Amar sem Temer” e “Não me venha com indiretas” (ARREGUY, 19/06/2017)³⁹.

Parada LGBT de São Paulo tem faixas e gritos de ‘Fora, Temer’

[...]

Apesar do discurso de organizadores do evento e da Prefeitura de São Paulo para que os trios elétricos não trouxessem mensagens contra políticos, a 20ª Parada do Orgulho LGBT foi

³⁸ Matéria publicada no jorna *O Estado de S. Paulo*. Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_E_034.

³⁹ Matéria publicada no jornal *O Globo*. Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_G_010.

marcada neste domingo (29) por manifestações, cartazes e faixas contrários ao presidente interino, Michel Temer (PMDB) (FOLHA DE S. PAULO, 30/05/2016a)⁴⁰.

Pela 1ª vez desde 2013, Haddad não comparece

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), não compareceu à Parada LGBT deste ano. É a primeira vez que Haddad não vai ao evento desde que assumiu o cargo, em 2013. [...]

Na edição do ano passado, militantes LGBT cobraram de Haddad e do governador Geraldo Alckmin (PSDB) mais verbas para o evento e maior atuação dos respectivos governos contra a homofobia (FOLHA DE S. PAULO, 30/05/2016b)⁴¹.

Parada Gay de SP tem tom político e pedidos de ‘intervenção do amor’

Cartazes dizem ‘Menos Bolsonaro, mais Beyoncé’; prefeito Bruno Covas (PSDB) é vaiado (SALDAÑA, 04/06/2018)⁴².

Os exemplos ilustram com clareza não apenas a representação de tensões entre Estado e reivindicações LGBT que marca a cobertura jornalística, como também o fato de que, na representação do debate público construída pelos jornais, há uma evidente polarização entre a discursividade política tradicional (representada pelo campo da política institucional) e a discursividade política emergente na contemporaneidade, fortemente ligada a questões identitárias. Essa polarização fica particularmente clara no primeiro excerto, publicado no *Estadão* de 7 de junho de 2010: nele, pressupõe-se uma cisão entre o sentido de “política” – associado, em discursos circulantes aos quais ao jornal se conecta neste caso, à política institucional – e a intenção dos participantes da Parada, que queriam “ver e ser vistos”. Em outros termos, pressupõe-se aí uma oposição entre o que seria de “político de fato” e a busca por visibilidade como é proposta em discursos identitários, inclusive naqueles encampados pela organização do evento.

Os desafios enfrentados à concretização de demandas de gênero também são representados, em nosso *corpus*, em matérias que abordam a presença feminina nos esportes. Um exemplo claro pode ser encontrado na matéria intitulada *Sempre em frente*, publicado pelo *Globo* em 8 de março de 2016⁴³:

Além de atletas de sucesso, elas são, antes de tudo, mulheres. E, como tais, vivem na pele as situações diversas por quais todas passam: desde o preconceito no ambiente de trabalho a cantadas nas ruas. Na última reportagem da série #OJogoDelas, em homenagem ao Dia

⁴⁰ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_057.

⁴¹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_058.

⁴² Matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*. Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_060.

⁴³ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_G_055.

Internacional da Mulher, que se comemora hoje, destacamos algumas de suas opiniões sobre machismo, medo, vaidade, sonhos.

– Ser mulher é ser o que bem entender, é oportunidade, é libertação – diz a nadadora Joanna Maranhão, eu tem um sonho em comum a muitas mulheres. – Quero ser mãe e empoderar meu filho/filha.

Se em alguns esportes homens e mulheres caminham juntos, em outros, como o futebol, ainda há um longo caminho a se percorrer. Quem está nele não pensa em desistir, mas enfrenta diariamente o olhar enviesado de quem acha que ainda existem lugares em que a presença feminina não é bem-vinda:

– Algumas pessoas ainda têm aquilo de que é algo de menino, que menina não pode fazer ou ter – lamenta a atacante da seleção brasileira de futebol Cristiane. – Sonho com o dia em que minha modalidade seja reconhecida como merece.

Todas se espelham em mulheres fortes para seguir adiante. Seja a própria mãe ou atletas consagradas, o exemplo vem de quem, do jeito que for, ajuda a escrever novos capítulos da história feminina no mundo (FURTADO, 08/03/2016).

O tom de superação presente no texto remete a outra forma de tensionamento em relação a discursos identitários representada no espaço público dos jornais de referência: histórias de trajetórias de sucesso que operam como negociações, mais ou menos eficientes, entre discursividades. É o caso, por exemplo, da entrevista publicada em 8 de março de 2010, pela *Folha de S. Paulo*, com a então presidente do Flamengo, Patrícia Amorim:

Meu técnico dizia: ‘Você e homem’. E isso era um elogio pra mim

A ex-nadadora e atual presidente do Flamengo diz que, para ser aceita como cartola, não precisa usar lógica masculina

Dois meses após chegar à presidência do clube mais popular do país, Patrícia Amorim, 41, ainda não se deu conta do que representa simbolicamente ser mulher e prosperar em um universo tão marcadamente masculino – e machista – quanto o futebol. “Não parei para pensar nisso. Não deu tempo. Acho até bom. Se parasse, talvez chegaria à conclusão de que, de repente, cheguei longe demais, e essa não é a ideia”, afirma (BASTOS, 08/03/2010)⁴⁴.

Ainda em relação ao esporte, também se destacam iniciativas que procuram construir espaços de abertura a demandas identitários no ambiente, reconhecido como tradicionalmente machista e homofóbico, de diversas modalidades. É este o foco da notícia *Gays se organizam para tirar esporte do armário*, publicada em 29 de maio de 2005 na *Folha*⁴⁵:

Os gays brasileiros apontam para um novo alvo para ganhar pontos na luta contra o preconceito e aumentar a participação na sociedade: tirar o esporte do armário.

Impulsionados pela intenção de São Paulo em sediar os Out Games de 09, defensores das causas GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) e atletas começam a traçar a criação de uma entidade controle o esporte gay (LAJOLO, 29/05/2005).

⁴⁴ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_057.

⁴⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_023.

A família também aparece, na representação do debate público, como um espaço potencialmente conciliatório: embora a instituição do casamento vincule-se historicamente à hegemonia da heterossexualidade como sexualidade normatizada, reivindicações por parte de movimentos LGBTs pelo direito à união civil homoafetiva ganharam espaço desde os anos 1990 no Brasil, mostrando-se engajadas na construção de um outro regime de representação para sexualidades tradicionalmente consideradas “desviantes”. Além disso, há matérias em nosso *corpus* que relatam histórias de famílias que representam espaços de acolhimento e aceitação de membros não heterossexuais, frequentemente sob a forma de narrativas de reconciliação e superação de preconceitos:

“Vivo feliz com meus dois pais”

Aldo e Pedrinho estão juntos há 20 anos. Formam uma família, por isso queriam filhos, como toda família quer. Então adotaram Isabella, que tinha três meses.

Quando Isabella fez cinco anos, eles adotaram Ninna, que tinha 48 horas quando veio para a casa.

As leis que regem a adoção exigem que os pais, ou o pai e a mãe, tenham condições de cuidar da criança. Casais homossexuais são sempre vistos como suspeitos, por preconceito, e por isso quase não têm chances de adotar.

Para driblar esse preconceito, o pai Pedrinho Fernandes adotou Isabella Karoline Fernandes, hoje com 15 anos. E o pai Aldo Sobral adotou Ninna Victoria Sobral, hoje com 10 anos.

Os dois, que têm 40 anos, são chamados de pais, o pai Aldo e o pai fofô, porque Pedrinho “é mais gordinho”, diz Isabella (FOLHA DE S. PAULO, 13/06/2004a)⁴⁶.

Transformista tem apoio materno

De dia ele é Jeferson Ribeiro, 27, um bem-sucedido cabelereiro, até mesmo assediado pelas mulheres. À noite ele é Flávia Monteiro, 1m80, que desperta tentações nos homens.

Em casa, o guarda-roupa é dividido igualmente: metade para Jeferson, metade para Flávia.

Jeferson é transformista, não quer ser visto como travesti e não se imagina como heterossexual.

Débora Ribeiro, 61, a mãe de Jeferson, hoje é uma amiga a acompanhá-lo em boates e torcer “pela Flávia” nos desfiles em que participa como transformista.

Mas nem sempre foi assim. “Meu pai, mineiro conservador, dizia que botaria no paredão todos os gays. Minha mãe falava que preferia qualquer coisa na vida, menos um filho homossexual. Eu ouvia aquilo e ficava pensando o que seria de mim”.

Quando tinha 16 anos, alguém contou para a mãe que ele freqüentava [sic] boates gays. Débora Ribeiro mudou-se com o filho para o norte de Minas. “Era uma cidade pequena, a mãe achava que assim ia me curar”, diz Jeferson.

Ele chegou a fingir que tinha vida heterossexual, mas quando a mãe descobriu colocou-o para fora. Jeferson deixou o salão de cabeleireiros onde ele e a mãe trabalhavam juntos e se tornou um bem sucedido profissional, num dos mais caros salões da cidade.

Diante do convite do filho, a mãe foi conhecer a boate e os amigos. “Agora, a grande maioria dos seus amigos são gays. Nós criamos uma menina juntos. E ela morou na mesma casa onde eu vivia com meu namorado” (FOLHA DE S. PAULO, 13/06/2004b)⁴⁷.

⁴⁶ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_016.

⁴⁷ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_017.

Finalmente, uma última forma de encontro entre discursividades representada nas matérias jornalísticas diz respeito à apresentação do mercado, fortemente ancorada em ideais econômicos neoliberais, como local privilegiado de realização de reivindicações identitárias. É o caso da reportagem intitulada *Abrindo portas*, publicada pela *Folha* em 7 de junho de 2009 no caderno Dinheiro⁴⁸, que tem como subtítulo o seguinte enunciado: “Com sacrifício, executivos rompem preconceito, saem do armário e conquistam espaço no mercado de trabalho”. Como se pode imaginar, a matéria enfatiza aspectos do mundo corporativo e dá visibilidade a trajetórias individuais de sucesso profissional e ascensão econômica:

Quando começou sua carreira na Caixa Econômica Federal, há oito anos, a publicitária Mariana Tavares, 31, não tinha se assumido como lésbica no departamento de marketing, onde atuava como analista. Acabou suportando piadas preconceituosas feitas por um colega de repartição.

“Ele vivia repetindo que o banco estava cheio de gay e sapatão se alastrando que nem erva daninha”, diz. “Repetia também que isso [a homossexualidade] era uma peste e que tinham de encontrar um pesticida bom. Também falava que o problema das lésbicas era não ter arrumado um homem que desse conta do recado”.

Hoje, Mariana é coordenadora de projetos especiais da Caixa, cargo executivo superior ao do colega. Quando se encontram pelos corredores do banco, ele evita cumprimentá-la.

Servidor do Banco do Brasil há 34 anos, Augusto Andrade, hoje gerente da ouvidoria interna da instituição, diz que, no começo de sua carreira, quase perdeu uma promoção por ser “assumidamente” gay. “O que me salvou foi um ‘piti’ de um dos representantes do banco, que decidia as promoções. Na minha frente, ele disse que os outros não queriam me premiar só porque eu era gay. Acabei conseguindo o cargo” (WIZIACK; ROLLI, 07/06/2009).

Outro exemplo claro de abordagem altamente “economicizada” sobre gênero, como ela aparece principalmente a partir dos anos 2000 na cobertura dos jornais de referência brasileiros, pode ser encontrado em uma matéria publicada pela *Folha* em 8 de março de 2018, já citada anteriormente neste capítulo, que apresenta os resultados de um estudo sobre desigualdade salarial realizada pelo pesquisador Rafael Ribeiro dos Santos, que teve como ponto de partida a situação da própria esposa:

Ciente do impacto da desigualdade sobre o orçamento do casal – que ainda não tem filhos –, o estatístico começou a refletir sobre esse custo para a sociedade e resolveu pesquisar o tema durante o mestrado em Economia no Insper.

Os resultados da tese recém-concluída confirmam: a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho reduz o crescimento econômico.

Segundo o estudo, entre 2007 e 2014, cada 10% de aumento na diferença entre salários – que tenha relação com o preconceito de gênero – reduziu em cerca de 1,5% a expansão do PIB per capita dos municípios brasileiros. [...]

⁴⁸ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Brasil Sem Homofobia_F_001.

“É uma descoberta importante. Mostra que a injustiça contra a mulher não é apenas questão de injustiça social. Também gera ineficiência econômica”, diz Regina Madalozzo, que orientou a dissertação de Santos (FRAGA, 08/03/2018)⁴⁹.

Como o texto evidencia, mesmo quando consideramos casos de matérias que chamam a atenção para problemas sociais – como a desigualdade salarial entre homens e mulheres, por exemplo –, não raro a justificativa para a necessidade de superação das injustiças é apresentada a partir de discursos do campo econômico. Esse dado será retomado ao longo das análises apresentadas no próximo capítulo.

7.3. Argumentos em disputa em comentários jornalísticos

Além de notícias e reportagens, a identificação de reiteraões de sentido pode considerar também os textos de nosso *corpus* classificados como “comentários” – ou seja, artigos de opinião, colunas, crônicas etc.⁵⁰ Para isso, concentramo-nos na observação de argumentos recorrentes nesse gênero jornalístico. Ao mesmo tempo em que representam um recorte dos argumentos em disputa no debate público, os comentários jornalísticos operam, na lógica do contrato de comunicação dos jornais de referência, como espaço privilegiado de encenação do diálogo social.

Há ainda mais um motivo que justifica o direcionamento de um olhar mais detido sobre esses textos: é que a própria natureza dissertativa do gênero “comentário” – em contraposição à organização narrativa do gênero “relato” – favorece a visualização de argumentos posicionados em debates sobre disputas identitárias. Assim, nas próximas páginas, destacamos, dentro de um universo de 81 comentários que integram nosso *corpus*, os textos em que a discussão sobre questões identitárias se apresenta de modo mais aprofundado.

7.3.1. Em torno de feminismo(s) e feminino(s)

Em nosso *corpus*, identificamos argumentos recorrentes em artigos publicados nos anos 1980 e início dos 1990 a respeito sobre o estatuto do movimento feminista e o próprio

⁴⁹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_090.

⁵⁰ Considerando sua especificidade enquanto expressão das posições institucionalmente sustentadas pelos jornais, excluimos nosso horizonte, neste momento, os editoriais coletados segundo os critérios de composição do *corpus*.

significado do feminismo. Em texto de 8 de março de 1992⁵¹, por exemplo, Marta Suplicy escreveu para o *Estado* a respeito do que a autora definiu como “três fases” do feminismo ao longo dos trinta anos anteriores. Em referência ao primeiro momento, correlato do que se costuma denominar como primeira onda feminista, Suplicy critica a busca de igualdade em relação ao masculino:

O primeiro momento se caracterizou pela luta pela igualdade de direitos, o que, no Exterior, nos anos 60, levou a uma briga com o homem/inimigo e, no Brasil, nos anos 70, não deu mais do que alguns números do jornal O Pasquim (festejado e influente jornal carioca que teve seu sucesso na época da ditadura), *chamando as feministas de mal-amadas e sapatonas, mas que determinou a coloração pejorativa do feminismo no Brasil por muitos anos* (SUPLICY, 08/03/1992, grifos nossos).

A referência à existência de sentidos negativos correntemente associados ao feminismo aparece também em outros textos da mesma época. Um dos artigos mais antigos de nosso *corpus*, intitulado *Mulheres subversivas*, foi escrito por Carmen Barroso para a *Folha* de 10 de fevereiro de 1986⁵² e discute o processo de institucionalização do movimento feminista durante a transição democrática, focalizando especialmente o papel e a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). No início das reflexões propostas pela autora, lemos o seguinte trecho:

O que assistimos no momento é paradoxal. A crescente aceitação de idéias [sic] feministas – ainda que diluídas – por contingente cada vez mais amplo das mulheres brasileiras processa-se paralelamente à relativa desmobilização dos grupos históricos que resistiram vigorosamente *quando o termo feminista era considerado pejorativo, às vezes, até pelas próprias organizações que não ousavam definir-se como tal* (BARROSO, 10/02/1986, grifos nossos).

É interessante notar que tanto o texto de Suplicy quanto o artigo de Barroso referem-se à presença de sentidos negativos correntemente associados ao feminismo no Brasil assumindo-os como um dado superado. O que verificamos, a partir da análise das matérias jornalísticas, é que tais sentidos são mais frequentemente apontados ao longo dos anos 1980 e início dos 1990, embora seja possível encontrar referências a discursos circulantes que os cristalizam também em textos recentes. É o caso da crônica *Eu não quero parabéns*, escrita

⁵¹ Texto intitulado *Reflexões da fase pós-feminista*. Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_011.

⁵² Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Conselho Mulher_F_023.

por Maria Ribeiro e publicada no *Globo* em 8 de março de 2017⁵³, na qual a existência de estereótipos negativos em torno da categoria “feminista” aparece como pressuposto:

Eu não quero parabéns, muito obrigada. Também dispense a rosa vermelha, e olha que eu amo rosa. Principalmente vermelha. Amarela também, acho lindo. Talvez até prefira, na verdade. Menos óbvio. Não, não tem a ver com feminismo, *não precisa ficar tenso*. Quer dizer, talvez tenha, sim. A ver. Com feminismo. *Mas, juro, não precisa ficar tenso. Não precisa. Mesmo. Não é nada com você. Não é nada contra você. Não é sobre você, na verdade* (RIBEIRO, 08/03/2017, grifos nossos).

Ao lado das referências a estereótipos negativos associados ao feminismo, é possível observar o surgimento, especialmente nos anos 2010, de empenhos no sentido de deslocar tais concepções por meio da afirmação de sentidos positivos, como evidencia o desfecho da crônica citada de Ribeiro no *Globo*: “Eu quero a sua mão estendida, companheiro. Um outro tipo de flor. Feminismo não é contra você. É a favor de nós dois. Pra que a gente tenha os mesmos direitos” (RIBEIRO, 08/03/2017).

Além das disputas em torno do sentido de feminismo/feminista, aparecem em textos de comentário mobilizações diversas da ideia de “feminino”. Voltando ao texto de Suplicy, a autora aponta que uma contribuição fundamental das reflexões da segunda fase do feminismo está na valorização do feminino como diferença – aspecto-chave da discursividade política emergente em que ganham força a luta pelo reconhecimento e políticas identitárias. Suplicy chega a referir-se à elaboração de uma visão mais complexa e cultural das categorias de gênero entre o final dos anos 1970 e início dos 1980: “algo muito importante ocorre: é quebrado o consenso ideológico do que é ser homem e mulher, abrindo-se o caminho para a transformação dos comportamentos vigentes, muitos considerados, até então, ‘inerentes’ à condição feminina” (SUPLICY, 08/03/1992).

Apesar desse posicionamento, o texto apresenta um ponto de virada: embora enfatize os papéis sociais de gênero, a autora defende também a importância da vivência do “corpo feminino” e de “valores e comportamentos femininos”, que não podem ser descartados em virtude da concorrência com o homem. O que vemos, portanto, é um argumento recorrente também em outros textos de nosso *corpus*: a valorização da *diferença* com base na afirmação de caracteres identitários de algum modo *essencializados*.

Em anos recentes, especialmente a partir da década de 2000, ganham destaque nos jornais referências a uma ideia de “diversidade” comportada pela categoria de “feminino”. É o

⁵³ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_G_064.

que fica evidente, por exemplo, na crítica cinematográfica intitulada *O feminino em questão*, assinada por Luiz Carlos Merten para o *Estado* de 8 de março de 2018⁵⁴. Com foco em estreias de filmes “de mulheres, para mulheres”, as obras citadas abordam experiências muito diversas entre si: desde um filme brasileiro sobre a história de uma pajé até longas sobre mulheres em diferentes contextos urbanos, com suas vivências profissionais, sexuais etc.

Entre trechos de declarações de diretoras dos filmes analisados, a crítica traz a seguinte fala de Tonie Marshall, quando indagada sobre se se considera uma “diretora feminista”: “[...] O que me interessa é o outro. Se eu não conseguir expressar o homem, ou a diversidade, estarei me limitando. A dialética me interessa menos como confronto do que como possibilidade de compreensão mútua” (MERTEN, 08/03/2018).

7.3.2. Sobre o papel da linguagem, cultura e educação

Desde os primeiros anos cobertos pelo *corpus*, localizamos comentários jornalísticos que remetem a discussões sobre a representação da mulher, em relação às quais é possível observar temas recorrentes e momentos distintos. No final dos anos 1970 e início dos 1980, por exemplo, destacam-se questionamentos em torno de usos cotidianos da linguagem de forma discriminatória. Naquela época, também já se mostravam comuns discussões sobre expressões humorísticas – tendência que se mantém até anos recentes.

Um dos casos mais antigos entre os textos analisados é o da crônica *Os machistas reagem com as piadinhas de sempre*, publicada na *Folha* de 8 de março de 1979⁵⁵, em que o autor, Osmar Freitas Jr., aborda a reação masculina frente aos avanços do movimento feminista, descrita por ele como uma forma de “desviar a atenção do fato para o sarcasmo”, que seria a “maior arma machista” (FREITAS JR., 08/03/1979). Para o autor, a importância do feminismo é reduzida a piadas que expressam de diferentes formas o machismo vigente. Nesse sentido, elenca uma série de expressões machistas, a partir de falas de personagens anônimos e famosos, que cristalizariam esse preconceito. Quase ao final do texto, afirma:

A luta continua: Millôr Fernandes diz que embate entre homem e mulher deve ser sempre na horizontal. Resume assim a maneira com que os machista encaram a tal “luta”. Mas as maneiras de ataque são variadas. Uma das melhores armas do exército chauvinista é sem dúvida a “Grande Queima de Washington”. Foi quando a “mulherada” – como dizem os machistas – sob

⁵⁴ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_099.

⁵⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_004.

o comando do “general” Betty Friedman, flambou seus soutiens “em frente ao Capitólio”. “Uma grande mancada”, segundo Zé Carlos, um estudante de Administração de Empresas. Ele garante que o movimento feminista caiu muito em descrédito e que deu chance para o revide: “Vê se pode, por fogo em soutien. Claro que concordo com a queima, detesto essa peça íntima, são terríveis, mas como tática de movimento é de fazer rir”.

O folclore do feminismo faz com que sua importância fique reduzida à chacota. Sem dúvida esta é maior arma machista: desviar a atenção do fato para o sarcasmo. Por isso o surgimento de um sem números de piadas e ironias, tais como a frase de Millôr: “O melhor movimento feminino ainda é o dos quadris” (FREITAS JR., 08/03/1979).

Argumentos sobre o papel da linguagem na manutenção de preconceitos e estereótipos encontram um contraponto nas críticas ao “politicamente correto”, que ganham força no início dos anos 1990. Naquele momento, a expressão era empregada em sentido mais aberto do que o corrente hoje: em geral, “politicamente correto” era todo sujeito – ou grupo – exageradamente preocupado com as “minorias” ou grupos oprimidos, ligado a ortodoxias que lhe tirariam a capacidade de fazer avaliações perspicazes de conjuntura. Nesse sentido, o termo referia-se a uma forma abrangente de comportamento e era empregado de maneira destituidora⁵⁶. Portanto, embora não dissesse respeito exclusivamente à tentativa de transformar a linguagem como forma de combater discriminações arraigadas na cultura, a ideia de que haveria expressões consideradas “mais adequadas” e outras “menos adequadas” por certos grupos já estava embutida nesses primeiros usos do “politicamente correto”.

Um ensaio publicado em 8 de março de 1992 na *Folha*, assinado por Sérgio Augusto⁵⁷, é um exemplo desse tipo de uso da expressão. Em uma defesa apaixonada do trabalho e personalidade de Camille Paglia, o autor destaca seu caráter polemista, referindo-se a ela como “‘a bête noire’ do feminismo, a iconoclasta mais incômoda que os politicamente corretos já pegaram pela proa”; a referência ao terreno da linguagem (o terreno em que se discute “o que se diz”) como campo privilegiado de disputas identitárias, em relação especificamente a gênero e sexualidade, aparece mais adiante no texto:

As feministas lésbicas a odeiam com mais intensidade ainda [do que as outras feministas]. Menos por ela ter sido lésbica por uns tempos, e depois optado pela bissexualidade, do que por esta “boulade” politicamente incorretíssima: “Quando um homem assume a sua homossexualidade fica 20% mais inteligente: quando uma mulher vira lésbica fica 20% mais burra (AUGUSTO, 08/03/1992).

⁵⁶ Analisamos as transformações e disputas em torno do sentido e do valor da categoria “politicamente correto” em trabalhos anteriores (SCABIN, 2018).

⁵⁷ Texto intitulado *Fogo de Paglia*. Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_026.

A partir dos anos 2000, ganham espaço discussões envolvendo a representação não mais em falas ou posicionamentos individuais, ou na linguagem cotidiana, mas sim, em veículos midiáticos. É o que acontece no artigo de Mauro Ventura intitulado *Abaixo os clichês*, publicado no *Globo* de 9 de março de 2003⁵⁸. Com o subtítulo “Na música, na TV e nos livros, mulheres rompem tabus e anunciam novos tempos”, o texto destaca casos de artistas e personagens da ficção que representariam imagens mais autônomas e livres, sobretudo do ponto de vista amoroso/sexual, da mulher: “Um a um, elas vão demolindo os estereótipos, e quem sabe uma hora não precisem mais de um Dia Internacional da Mulher, como o comemorado ontem. Abaixo os clichês, dizem em coro” (VENTURA, 09/08/2003).

A representação da mulher na arte também se torna objeto de problematização, a exemplo do artigo *Ativismo nas ruas e nas artes*, assinado por Milú Villela e Nadine Gasman para a *Folha* de 8 de março de 2018⁵⁹: “Por muito tempo, a presença feminina nas artes visuais restringiu-se à representação de sua imagem, muitas vezes erotizada e reduzida ao fenótipo de indivíduos brancos” (VILLELA; GASMÁN, 08/03/2018). Esse texto merece uma análise particularmente detida porque exemplifica a articulação, presente em textos de nosso *corpus*, entre uma perspectiva de reconhecimento – no caso, a crítica à representação da mulher em obras de arte – e aspectos redistributivos da (in)justiça de gênero.

Nesse caso, as autoras referem-se a medidas redistributivas – representadas por medidas inclusivas assumidas por instituições de arte ao redor de todo o mundo – como forma de combater a “situação de sub-representação de mulheres em coleções públicas e privadas, sua desvalorização comparativa no mercado de arte e sua sub-representação na bibliografia e em cursos sobre história artística” (VILLELA; GASMÁN, 08/03/2018). Como esse caso sugere, argumentos articulados em torno de demandas ou problemas de reconhecimento passam a coexistir na cobertura jornalística, sobretudo em anos recentes, com argumentos pró-redistribuição ou articulados em torno da constatação de problemas redistributivos.

Finalmente, entre o final dos anos 2000 e início dos anos 2010, temos um último momento das articulações discursivas verificadas em comentários de nosso *corpus* em torno do papel da representação e sua relação com gênero. Em uma trajetória de complexificação dessas discussões – que partem de níveis mais simples/individuais de problematização –, vemo-las alcançando a esfera mais ampla das mídias e, finalmente, da cultura. Cabe observar que esses níveis mais complexos de discussão sobre o papel da representação relacionam-se

⁵⁸ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_G_028.

⁵⁹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_093.

diretamente à conformação de uma nova categoria semântica nesse período, como veremos no próximo item deste capítulo.

Assinado por Kátia Tavares e publicado no *Globo* de 1º de outubro de 2008, o artigo intitulado *Violência*⁶⁰ é um exemplo desse terceiro momento de discussão sobre o papel da representação. A partir de um enfoque mais amplo sobre essa questão, a autora defende que a Lei Maria da Penha foi bem-vinda porque resultou da necessidade de se repensar as “relações de gênero, construída [sic] sobre uma cultura secular de dominação machista, cuja perversa marca tem sido a violência doméstica” (TAVARES, 01/08/2008).

O apontamento de aspectos culturais como causa da violência aparece em outros textos do mesmo período. Um exemplo mais recente é o artigo *Combate à cultura da violência*, assinado por Flávia Piovesan e Silvia Pimentel para o *Globo* de 17 de agosto de 2017⁶¹. Nele, as autoras defendem que

[...] o efetivo combate à violência contra a mulher requer o combate à “cultura da violência contra a mulher”, fomentada pela injustiça cultural dos preconceitos, estereótipos e padrões discriminatórios, que constrói a identidade de homens e mulheres, atribuindo-lhes diferentes papéis na vida social, política, econômica, cultural e família (PIOVESAN; PIMENTEL, 17/08/2017).

A relação entre cultura e violência/preconceito aparece também na discussão de pautas LGBT no final dos anos 2000 e anos 2010. Ao desmentir a existência de um “kit gay” supostamente distribuído nas escolas, André Lázaro escreve, em artigo para o *Globo* intitulado *Repetir enganos não cria uma verdade*⁶², sobre a importância da educação como ferramenta da mudança cultural necessária para combater a homofobia no país: “A homofobia mata e precisa ser combatida nas escolas, nas igrejas, nas ruas, nas empresas. E também nas famílias. Há violência contra as pessoas em razão de sua orientação sexual. Para combater essa violência são necessários acolhimento e informação” (LÁZARO, 01/11/2018).

Em relação à condição da comunidade LGBT, encontramos também, entre os comentários de nosso *corpus*, dissensos a respeito da pertinência de se buscar medidas educativas como forma de combater a homofobia. É o que se verifica no texto *Totalitarismo e*

⁶⁰ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Maria da Penha_G_046.

⁶¹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Maria da Penha_G_075.

⁶² Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Brasil sem Homofobia_G_007.

intolerância, de Carlos Alberto Di Franco, publicado no *Globo* em 1º de junho de 2009⁶³. Embora defenda a necessidade de combate à homofobia por parte do Estado, o autor qualifica como “autoritárias” medidas como a distribuição em escolas públicas de materiais de conscientização que mostrem famílias formadas por pessoas LGBTs, assumindo argumentos próximos àqueles que buscam desqualificar medidas consideradas “politicamente corretas”:

Dois episódios recentes, em Brasília e São Paulo, desnudam a visão totalitária e a intolerância ideológica que dominam estratégias de longo alcance na formação das novas gerações.

Começemos por Brasília. O governo quer que sejam incluídos nos livros didáticos a temática [sic] de famílias compostas por lésbicas, gays, travestis e transexuais. Ainda na área da educação, recomenda cursos de capacitação para evitar a homofobia nas escolas e pesquisas sobre comportamento de professores e alunos em relação ao tema. Essas são algumas das medidas que integram o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) [...]

Na verdade, amigo leitor, uma onda de intolerância avança sobre a sociedade. Discriminados assumem a bandeira da discriminação. O tema da sexualidade passou a gerar novos dogmas e novos tabus (FRANCO, 01/06/2009).

Ao lado de discussões sobre o papel de ações de intervenção sobre a cultura como forma de combate à discriminação contra mulheres e LGBTs, as duas últimas décadas comportam também o posicionamento de argumentos em relação ao caráter “afirmativo” de diferentes medidas e ações. Como exemplo dessa tendência, podemos citar um artigo de Ellen Gracie Northfleet para o *Globo* intitulado *Dever de todos*⁶⁴. Defendendo a importância da Lei Maria da Penha, a autora afirma:

[...] a Lei Maria da Penha teve o enorme significado de produzir um corte no modelo tradicional de prestação de justiça revalorizando o espaço de proteção da vítima mulher, deu relevo à possível preservação das relações familiares e, principalmente, recuperou a noção de igualdade e não-discriminação entre os parceiros, fator cultural importante que naturalmente problematiza a aplicação da lei penal nas questões de gênero (NORTHFLEET, 08/03/2008).

Com base nessa leitura, a autora postula que a Lei representa um “patamar de referência processual afirmativa”, atuando no sentido de sensibilizar atores judiciais e a opinião pública a fim de impedir a reprodução da “representação ideológico/cultural de dominação do homem sobre a mulher”. Dito de outra forma, o texto exemplifica a emergência de argumentos, a partir do final dos anos 2000, que defendem medidas políticas, econômicas, legais e/ou judiciais não (apenas) por seus efeitos imediatos, mas (sobretudo) pela possibilidade que têm de favorecer mudanças culturais mais amplas.

⁶³ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Plano LGBT_G_001.

⁶⁴ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Maria da Penha_G_015.

7.3.3. Emergência de uma categoria semântica

O exame dos comentários jornalísticos do *corpus* evidencia ainda um último – e talvez o mais relevante – deslocamento discursivo, a saber: a conformação, perceptível sobretudo na década de 2010, de uma categoria semântica única a reunir demandas de diferentes grupos sob o traço compartilhado de referirem-se a pautas articuladas em torno de sentidos “identitários”, tomados de forma ampla. É a conformação dessa categoria semântica que favorece a abordagem de reivindicações e condições de grupos específicos sob a ótica da diferença e da diversidade. Esse dado, fundamental também às análises que apresentaremos no próximo capítulo, difere significativamente do que verificamos ao longo dos anos 1980 e 1990, durante os quais reivindicações de grupos diferentes (por exemplo, mulheres e LGBTs) eram demarcadas como campos semânticos distintos que não se comunicavam entre si.

A crítica de Luiz Carlos Merten que citamos anteriormente, publicada em 8 de março de 2018 no *Estado*, exemplifica muito bem esse deslocamento discursivo, pois relaciona pautas LGBTs à discussão sobre a mulher: ao descrever a realização de ações especiais pela ImmoVision a propósito do lançamento do filme *A número um*, o autor lembra que a produtora já havia feito “ações integradas à comunidade LGBT no lançamento de *Uma mulher fantástica*” (MERTEN, 08/03/2018). O que o artigo faz é evidenciar, como pressuposto, a existência de um campo semântico articulado em torno de uma ideia de “identitarismo”, o que possibilita colocar, lado a lado, demandas de grupos distintos como o das mulheres – tomadas em sua ampla diversidade – e a comunidade LGBT.

Essa concepção aparece em outros textos de opinião, publicados principalmente nos anos 2010, a exemplo do já citado artigo de Milú Villela e Nadine Gasman para a *Folha*, o qual se refere à “identidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual” (VILLELA; GASMAN, 08/03/2018) como noção essencial ao equilíbrio das sociedades contemporâneas. Esse tipo de associação representa uma diferença fundamental em relação à dissociação verificada entre demandas feministas e LGBTs nos primeiros anos cobertos por nosso *corpus*, como exemplos apresentados anteriormente neste capítulo mostraram.

A tomada de um campo semântico que abriga demandas de diferentes grupos sob um sentido identitário aparece em diversos comentários localizados nos anos 2010. Em artigo sobre liberdades individuais intitulado *É inexorável*, publicado pela *Folha* em 3 de julho de

2015⁶⁵, Marta Suplicy coloca lado a lado a ampliação do espaço ocupado por mulheres nas universidades e a conquista representada pela constitucionalidade da união homoafetiva, entre outros avanços. Já em 8 de novembro de 2018, no artigo *Ninguém volta para o armário*⁶⁶, Mariliz Pereira escreve para a *Folha* sobre conquistas de “movimentos identitários”, em sentido amplo. A autora questiona ainda a tentativa por parte da esquerda de “sequestrar” esses movimentos, o que pressupõe a ideia de que eles extrapolariam fronteiras partidárias, por um lado, e de que a própria divisão entre “esquerda” e “direita” estaria defasada em um contexto de transformações políticas profundas, por outro.

É também no mesmo contexto que termos e conceitos ligados a debates identitários ganham espaço nos jornais, como evidencia o artigo de Ana Paula Lisboa, *Todo mundo precisa falar sobre isso*, publicado em 9 de maio de 2018 no *Globo*⁶⁷:

É um tanto confuso quando a gente discute *representação, representatividade ou lugar de fala* e isso se confunde com “só quem sofre pode falar sobre isso”. Claro, em certos debates e lugares de decisão “a pessoa que sofre com isso” precisa, sim, ter fala e sua “legitimidade” sobre o tema. [...]

Ao mesmo tempo, é importante que todas as pessoas minimamente estejam dispostas a falar sobre racismo, feminicídio, machismo, homofobia, e não só os oprimidos (LISBOA, 09/05/2018, grifos nossos).

Como nos outros exemplos, o texto coloca lado a lado formas de violência – física ou simbólica – contra grupos distintos, reunidos sob uma categoria única de identitarismo que a referência aos termos “representação”, “representatividade” e “lugar de fala” parece assinalar. Mais à frente, o artigo refere-se à dimensão sócio-cultural do conceito de “gênero”, aspecto fundamental a esse debate: “[...] enquanto ‘raça’ é há tempos um espaço a ser assinalado, ‘gênero’ ainda continua sem sua devida caixinha, usamos ‘sexo’ como a palavra que define quem somos, a partir do seu órgão sexual” (LISBOA, 09/05/2018).

O texto destaca ainda outros aspectos relevantes às discussões que se processam no contexto de conformação do identitarismo como categoria semântica central ao debate político, como o cruzamento – ou interseccionalidade – entre diferentes formas de opressão a partir da marcação de caracteres identitários e o destaque conferido ao reconhecimento da diferença dentro de lugares identitários. Ao falar sobre um convite que recebera para mediar uma roda de conversa sobre violência contra a mulher no Rio de Janeiro, a autora relata: “O

⁶⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-União homoafetiva_F_008.

⁶⁶ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-União homoafetiva_F_001.

⁶⁷ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Feminicídio_G_002.

ponto mais importante daquela tarde foi Kátia, uma mulher trans e negra, reivindicando a contagem da sua violência, a contagem dos seus corpos. Porque se não existem dados, não existe visibilidade e, sem visibilidade, não há política” (LISBOA, 09/05/2018).

A diversidade de gênero também é destacada por Jairo Marques no artigo *Cultivando homofóbicos*, publicado na *Folha* de 17 de maio de 2017⁶⁸, no qual o autor chama a atenção para a multiplicação dos lugares de pertencimento e à demarcação da diferença entre eles:

Mesmo com algum avanço geracional e com o fortalecimento de em alguns setores sociais, que possibilitam a demonstração de diversos modos de expressar o gênero, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis continuam sendo empurrados para grupos identitários como forma de maior proteção e aceitação (MARQUES, 07/05/2017).

É importante notar ainda que é justamente nos anos 2010 que discussões sobre transgeneridade e transexualidade ganham espaço na cobertura dos jornais. Essa tendência pode ser percebida entre textos do gênero “relato” – como procuramos apontar anteriormente neste capítulo – e nos comentários que fazem parte de nosso *corpus*. Em relação ao segundo caso, destaca-se o texto publicado na coluna de Laura Carvalho, em 5 de novembro de 2015⁶⁹: como parte da campanha #AgoraÉQueSãoElas, que propunha que colunistas cedessem seus espaços em veículos de comunicação a vozes femininas. Aderindo à campanha, Carvalho afirma que optou por ceder seu espaço a mulheres que seriam menos ouvidas do que ela própria, tendo convidado assim a travesti, feminista e ativista Symmy Larrat a ocupar seu espaço semanal no jornal. A escritora convidada escreve sobre a condição de opressão e visibilidade vivenciada por mulheres lésbicas e, principalmente, mulheres trans.

As reiteraões semânticas e sentidos em disputa que procuramos discutir ao longo deste capítulo, ainda que abordados de forma panorâmica neste momento, terão papel fundamental ao desenvolvimento da análise discursiva proposta nesta tese: isso porque, ao sinalizar a existência de regularidades em nosso *corpus*, oferecem pistas à identificação de indícios das coerções discursivas e restrições semânticas que operam sobre a constituição dos enunciados jornalísticos.

⁶⁸ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Homofobia_F_001.

⁶⁹ Texto intitulado *AgoraÉQueSãoElas*. Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Processo Transexualizador_F_002.

Assim, entre as observações realizadas neste capítulo que se mostram decisivas à condução de nossas análises, destacamos a existência de uma interdição de discursos do campo econômico sobre discursos políticos que participam do “imaginário” – para retomar os termos de Fraser (2006) – que emerge na contemporaneidade em torno da centralidade das identidades, da valorização da diferença e dos ideais de reconhecimento. Ao mesmo tempo, verificamos uma hierarquia em que discursos do campo político tradicional sobrepõem-se a discursos identitários, como evidenciam a hierarquização entre pautas nas capas dos jornais e a alocação de matérias sobre gênero predominantemente (do ponto de vista quantitativo e considerando a média geral do *corpus*) fora de cadernos de Política.

Vale destacar também a menor presença de chamadas de capa relacionadas a matérias sobre marcos da história de políticas públicas de gênero. Ou seja: mesmo quando se fala sobre discussões relacionadas a gênero que se processam dentro do campo da política, e essa abordagem aparece em cadernos de política (o que é mais recorrente no caso desse eixo de pesquisa), tais pautas são considerados hierarquicamente menos relevantes, pelos jornais, em relação a pautas tradicionais do campo político. Em suma, é como se houvesse uma dissociação entre “gênero” e o que os jornais de referência consideram como “político”, cujo sentido se mostra profundamente vinculado ao campo da política institucional.

Finalmente, mais um aspecto que merece destaque é a predominância, principalmente em matérias publicadas nos anos 1980 e 1990, de saberes atrelados às discussões da segunda onda feminista, incluindo uma concepção essencializada e universal de mulher. Em anos recentes, principalmente na última década, verificamos o estabelecimento de tensionamentos em relação a concepções essencializadas da identidade em função da emergência de discussões sobre diferença e interseccionalidade, assim como referências à construção social/cultural do gênero. É justamente neste contexto que o “identitarismo” parece emergir como categoria semântica que é mobilizada nos textos analisados.

Não obstante, é importante reforçar que, em grande parte dos textos, principalmente aqueles publicados antes do final dos anos 2000, orientações sexuais e identidades de gênero eram retratadas simplesmente como efeito de uma “diversidade” existente no mundo. As discussões sobre transgeneridade também se mostram recentes em nosso *corpus* e muito ligadas, ainda hoje, à configuração genital do corpo e ao discurso médico. Em boa parte do período observado, o que predomina é a representação da transformista ou drag queen como ser “ambíguo”, cindido em dois – em uma demarcação da diferença como sinônimo exotismo.

CAPÍTULO 8

MEDIAÇÃO COMO GÊNESE: IDENTIDADES NEGOCIADAS E ARRANJOS SEMÂNTICOS DESLIZANTES

Em sua proposta de análise discursiva, Maingueneau afirma que é preciso “definir operadores de individuação” (2008, p. 48), ou seja, critérios que permitem distinguir certos textos como pertencendo a um determinado discurso – e não a outros quaisquer. Isso porque são justamente esses operadores que determinam o dizível de um campo discursivo por meio de sua incidência simultânea sobre *universos intertextuais* – espaços próprios de cada discurso em que se estabelecem relações, circulam actantes, apresentam-se textos e narrativas – e *dispositivos retóricos* disponíveis para a enunciação no âmbito de um discurso dado.

Para Maingueneau, o modo como um discurso mobiliza esses dois domínios é regido por um sistema de restrições único entendido como uma *competência discursiva*, que não deve ser entendida como meramente linguística ou gramatical:

Para Foucault, já que “a análise enunciativa pode aplicar-se apenas às coisas ditas”, o princípio de uma competência se encontraria excluído; para nós, o desvio por um modelo de competência, por aquilo que *pode* ser dito, permite justamente melhor dar conta do que foi efetivamente dito. A única coisa que importa é não ser levado da competência a uma combinatória a-histórica, ou, ao contrário, por respeito à coisa enunciada, naufragar na pura descrição (MAINGUENEAU, 2008, p. 49, grifos do autor).

Entendemos, não obstante a existência de particularidades em termos de ênfase e nomenclatura, que mais aproximações do que diferenças podem ser traçadas entre os pensamentos de Maingueneau (2008) e Foucault (2012) a respeito do que confere unidade a um discurso. Debruçando-se de fato sobre as “coisas ditas”, Foucault considera que nem tudo pode ser dito, como sugere a raridade dos enunciados; não obstante, como Maingueneau, também entende que os enunciados sob mesma formação discursiva encadeiam-se segundo uma identidade de formação que não é meramente gramatical ou temática. Assim, enfatizando a historicidade do discurso, Foucault chama de “*a priori* histórico” uma certa forma de positividade que, atuando ao lado das condições de exercício da função enunciativa, define um campo em que se desenvolvem “identidades formais, continuidade temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos” que caracterizam os enunciados de uma mesma formação discursiva (FOUCAULT, 2012, p. 155).

Definido a partir das regras que caracterizam uma prática discursiva – e, portanto, de natureza transformável, como qualquer formação discursiva –, o *a priori* deve ser analisado não como forma de encontrar a validade da asserção de um enunciado, mas sim

[...] isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas (FOUCAULT, 2012, p. 156).

Neste trabalho, focalizamos a emergência de enunciados no campo discursivo jornalístico que possivelmente refletem – segundo a hipótese que perseguimos – coerções estabelecidas pela discursividade contemporânea ligada à emergência de identitarismos. À semelhança de Foucault (2012), partimos da análise de *coisas ditas*, de enunciados efetivamente formulados como objeto de estudo, dada a natureza de nosso *corpus*. Do diálogo entre Foucault (2012) e Maingueneau (2008), procuramos traçar um percurso analítico capaz de dar conta tanto de rupturas quanto de invariâncias discursivas – em especial, desejamos identificar rupturas como *meio* para a descrição mais efetiva de invariâncias. Em outros termos, para identificar regularidades, é preciso mapear áreas limítrofes e processos de delimitação entre discursos.

Nesse trajeto, devemos levar em conta a especificidade de nosso objeto de estudo: não estamos diante de uma análise dos saberes, como propõe Foucault, o que no mínimo dificultaria uma proposta focada em grandes rachaduras epistemológicas; tampouco partimos de *corpora* representativos de uma formação discursiva coesa, delimitada/delimitável *a priori*, como o faz Maingueneau em *Gênese dos discursos*¹. Como destaca esse autor, são muitos os desafios envolvidos na constituição de *corpus* em uma análise que se volta à compreensão dos operadores de individuação que determinam a competência de enunciar de acordo com um discurso ou discursos específicos:

[...] A formação discursiva não seria um conglomerado mais ou menos consistente de elementos diversos que se uniriam pouco a pouco, mas sim a exploração sistemática das possibilidades e um núcleo semântico [...] Esse procedimento expõe-se ao risco de qualquer construto: seria decretado que pertencem a tal discurso os enunciados que estejam de acordo com o modelo estabelecido e seriam excluídos os que a ele não se conformassem. Essa dificuldade é inevitável e atinge até mesmo as práticas que se querem as mais empiristas e se limitam à exaustão metódica de um *corpus* bem delimitado. Nesse último caso, os resultados dos estudos podem dar conta apenas da totalidade dos enunciados da amostra, mas então é a

¹ Na obra em questão, o foco de atenção do autor recai sobre a caracterização dos sistemas de restrição semântica de duas formações discursivas que se delimitam reciprocamente no campo discursivo religioso, definidos de antemão pelo analista (a formação discursiva do jansenismo e a formação discursiva do humanismo devoto).

legitimidade da construção do *corpus* que está em jogo. O analista considerará como pertencendo a tal discurso textos que a história das ideias, certos critérios externos, sua intuição pessoal lhe dirão que são assim, mas, uma vez construído o *corpus*, qualquer recuo, qualquer pergunta sobre o pertencimento discursivo de seus elementos é praticamente impossível e tende a passar por uma manipulação indevida dos fatos.

Por outro lado, se não partirmos de um *corpus*, se não supusermos como dada a definição do que é um enunciado de tal discurso, mas se fizermos disso exatamente a finalidade da pesquisa, teremos os meios, cujo preço é esse desvio, de enfrentar a dificuldade (MAINGUENEAU, 2008, p. 62-63, grifos do autor).

Em nosso caso, analisamos um *corpus* compósito, interdiscursivamente complexo, que reflete restrições semânticas relacionadas a formações discursivas diversas. Dadas essas características, recorreremos a escolhas que articulam aspectos das duas estratégias descritas por Maingueneau (2008) no excerto transcrito acima. Por um lado, é preciso considerar que partimos da delimitação – institucional e histórica – de um campo discursivo regido por discursos constituintes, com seus respectivos sistemas de restrição, bem definidos: o campo discursivo jornalístico, em que se situa, mais especificamente, o jornalismo de referência. Ao mesmo tempo, para além de formações discursivas decisivas aos modos de enunciar predominantes no jornalismo moderno, discursos que atravessam diferentes campos também exercem coerção sobre os enunciados jornalísticos. Este é o objetivo do presente capítulo: compreender de que modo diferentes sistemas semânticos operam, são negociados e hierarquizados em enunciados que constituem nosso *corpus*.

Nesse ponto, dialogamos com o conceito foucaultiano de “arquivo”, horizonte último da análise discursiva, dentro do qual devem ser analisadas as formações discursivas e os enunciados a elas vinculados. Abarcando os diferentes sistemas de enunciados em um dado momento, o arquivo corresponde à lei que determina o que pode ser dito e rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares, podendo ser definido como “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2012, p. 159). Como se pode imaginar, não é possível apreender o arquivo em sua totalidade, sobretudo quando se trata do arquivo da sociedade em que estamos inseridos, já que somos atravessados, nós próprios, enquanto pesquisadores, por suas formações discursivas. Por isso, o arquivo só pode ser visualizado a partir de recortes, que elegem pontos focais específicos para análise.

Com os critérios que adotamos ao levantamento e seleção das matérias jornalísticas que integram o *corpus* de pesquisa – como procuramos descrevê-los no capítulo 6 –, partimos de um leque delimitado de temas. Vimos no primeiro capítulo que temas e enquadramentos temáticos correspondem a um dos planos discursivos sobre os quais atua o sistema de restrições globais que regula o dizível de um discurso (MAINGUENEAU, 2008); com a

escolha dos eixos temáticos de que tratam os textos de nosso *corpus*, procuramos abarcar um conjunto de enunciados sobre os quais possivelmente atuariam coerções decorrentes de formações discursivas que participam do imaginário político emergente na contemporaneidade. Não obstante, como lembra Maingueneau (2008), temas nem sempre são exclusivos de uma determinada formação discursiva, de modo que é preciso considerar outros aspectos em nossas análises.

É assim que os procedimentos analíticos voltados à caracterização do que o autor define como “semântica global” do discurso serão mobilizados aqui: isto é, como ferramentas úteis à identificação de sistemas semânticos que caracterizam identidades discursivas, movimento necessário à operacionalização de conceitos complexos que constituem nosso horizonte epistemológico. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a análise de um sistema de restrições semânticas globais deve considerar, de maneira integrada, a existência de diversos planos discursivos:

[...] a vontade de distinguir o fundamental do superficial, o essencial do acessório, leva a um impasse, na medida em que é a significância discursiva em seu conjunto que deve ser inicialmente visada. Não pode haver fundo, “arquitetura” do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões (MAINGUENEAU, 2008, p. 76).

Com base na relação de planos elencados por Maingueneau (2008), cabe aprofundar aqueles que se mostram mais relevantes ao objeto e à problemática em foco nesta pesquisa, esclarecendo as nuances específicas por meio das quais serão entendidos:

- a) Enquadramentos temáticos. Para Maingueneau (2008, p. 82), “o importante não é o tema, mas seu tratamento semântico”. Essa consideração nos é relevante porque, embora as matérias jornalísticas de nosso *corpus* abordem um conjunto pré-determinado de eixos temáticos, cabe identificar, ao longo da análise discursiva proposta, o(s) tratamento(s) semântico(s) conferido(s) aos temas em questão. Nesse sentido, uma primeira – e mais imediata – pista a ser levada em conta quando do exame de enquadramentos temáticos diz respeito à identificação das editoriais em que as matérias jornalísticas de nosso *corpus* foram publicadas. Em um olhar mais refinado, a seleção de dados e fontes de cada texto também é indicativa dos enfoques a partir dos quais questões relacionadas a gênero são abordadas. Finalmente, a identificação dos “subtemas” priorizados por cada matéria, dentro do conjunto de eixos temáticos comuns a todos os textos, constitui procedimento relevante. Diferentes

tratamentos semânticos podem referir-se a diferentes sistemas de restrição, indicativos de diferentes posições enunciativas materializadas em enunciados jornalísticos.

- b) Marcas de intertextualidade. Segundo Maingueneau (2008), a intertextualidade interna diz respeito à recuperação de discursos no interior do campo discursivo, enquanto a intertextualidade externa concerne ao estabelecimento de relações com outros campos; em ambos os casos, intervêm os sistemas de restrições próprios de cada formação discursiva. No caso de nosso objeto de estudo, a intertextualidade interna relaciona-se ao acionamento de textos e discursos constituintes fundadores do imaginário do jornalismo moderno; como pressuposto, tal acionamento está implicado em aspectos básicos da constituição dos enunciados jornalísticos, como a mobilização de estratégias voltadas à obtenção de efeitos de sentido de realidade, a estruturação de enunciados conforme modelos canônicos do jornalismo etc. Considerar a existência desse tipo de intertextualidade nos ajuda a diferenciar aquilo que, na constituição dos enunciados, decorre de regras enunciativas gerais do campo discursivo jornalístico e aquilo que emerge como efeito de coerções externas específicas. Da mesma forma, a identificação de deslocamentos nos padrões de acionamento da intertextualidade interna pode indicar não apenas transformações dos discursos constituintes do campo, como também a existência de rearticulações em relações estabelecidas com formações discursivas externas, cujo impacto pode fazer sentir-se em toda a economia discursiva do campo. Em relação à intertextualidade externa, sua importância é evidente: a partir da articulação, nos enunciados jornalísticos, de referências a campos discursivos outros, é possível verificar a existência de padrões, hierarquias e interdições possivelmente indicativas de diferentes modos de coerção discursiva e sistemas de restrição semântica.
- c) Modos de incorporação do discurso alheio relatado. Destacamos separadamente este item pela importância que representa à análise de matérias jornalísticas, mas os modos de incorporação do discurso alheio relatado constituem, na realidade, uma subcategoria de manifestação das marcas de intertextualidade. Por meio da identificação de referências à alteridade discursiva mostrada (isto é, textualmente marcada) e das formas pelas quais ela é apresentada – que podem implicar em diferentes modalidades de citação direta ou indireta –, torna-se possível compreender a

quais vozes os jornais analisados concedem visibilidade e que tipo de visibilidade lhes é atribuída. Uma vez mais, diferentes regimes de visibilidade são potencialmente indicativos de diferentes sistemas de restrição semântica.

- d) Representações do eixo identitário focalizado. Diferentes modos de acionamento de regimes representacionais de gênero nos enunciados jornalísticos podem representar indícios caros à caracterização de sistemas de restrição semântica; da mesma forma, em uma perspectiva sincrônica, a identificação de deslocamentos em termos da mobilização de regimes representacionais pode sinalizar a emergência de relações/coerções específicas entre formações discursivas. Assim, neste plano de análise, abarcamos aspectos que vão desde a questão do vocabulário apresentado nos enunciados jornalísticos como forma de representar os eixos identitários em foco. O léxico, segundo Maingueneau (2008), possui interesse para a análise discursiva quando, em sua reiteração, representa pontos de cristalização semântica de discursos. Dessa forma, torna-se possível apreender as imagens culturalmente cristalizadas que são mobilizadas pelos enunciados jornalísticos. De modo correlato, estruturas semióticas não linguísticas, tais como ilustrações e fotografias, devem ser considerados de modo a aprofundar a compreensão sobre representações construídas por enunciados jornalísticos. Isso porque, como aponta Maingueneau (2008, p. 137), a análise discursiva deve se construir como uma “prática intersemiótica”, já que o sistema de restrições semânticas da formação discursiva não recai unicamente sobre objetos linguísticos. Finalmente, vale lembrar que muitas reivindicações associadas a políticas identitárias dirigem-se justamente a diferentes formas de representação de grupos historicamente oprimidos, razão pela qual este plano discursivo revela-se fundamental a nossas análises.
- e) Modos de coesão. Segundo Maingueneau (2008), o “modo de coesão” de um discurso diz respeito às formas por meio das quais se constroem, nos enunciados jornalísticos, o *encadeamento* e o *recorte discursivos*, isto é, as redes de remissão internas de um discurso. Relacionam-se à divisão entre gêneros constituídos e à organização dos textos em frases, parágrafos, capítulos etc. A esse respeito, vale lembrar que a constituição do *corpus* analisado nesta pesquisa se baseia em um corte que selecionou, como ponto de partida, gêneros e estruturas textuais próprias do jornalismo de referência, com modos de coesão mais ou menos fixos e previamente concebíveis.

Seria pouco produtivo, portanto, caracterizar os modos de coesão presentes em cada um dos textos analisados. Não obstante, em momentos específicos do período de observação considerado, deparamo-nos com tensionamentos e deslocamentos parciais de modos de coesão presentes em matérias jornalísticas. Essa constatação possui interesse na medida em que pode ser indicativa de deslocamentos em face de coerções discursivas estabelecidas por formações discursivas emergentes.

Para além dos planos discursivos correspondentes a estes que elencamos, Maingueneau (2008) destaca ainda o *estatuto do enunciador e do enunciatário* – relativo às dimensões institucionais da enunciação, ao “estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer” (p. 87) –, a *dêixis enunciativa* – dimensão espaço-temporal a partir da qual um discurso se organiza – e o *modo de enunciação* – gênero e tom do discurso.

Tais aspectos, porém, não serão considerados na análise que apresentamos neste capítulo, já que dizem respeito a regras gerais do jornalismo de referência, distribuídas institucionalmente e fixadas nos discursos constituintes do próprio campo. Dessa maneira, seria pouco produtivo analisar como esses planos se caracterizam nos enunciados analisados, tendo em vista que as possibilidades de achados seriam, desde o início, determinadas pelos recortes adotados à própria constituição do *corpus*.

Não obstante, vale ressaltar que estatuto do enunciador e enunciatário, dêixis enunciativa e modo de enunciação permanecem como pano de fundo da análise discursiva que desenvolvemos nesta pesquisa, a partir da consideração de elementos do contrato de comunicação midiática e de políticas editoriais dos veículos em foco, bem como de critérios de noticiabilidade, gêneros discursivos e recursos estilísticos materializados nos textos.

De modo a viabilizar a realização de uma análise discursiva inspirada no modelo proposto por Maingueneau (2008), selecionamos, dentre a totalidade de matérias que compõem nosso *corpus*, um conjunto razoavelmente enxuto de textos publicados pelos três jornais pesquisados e distribuídos entre os cinco eixos temáticos adotados como ponto de partida à realização de levantamentos junto a acervos jornalísticos. Buscamos também selecionar textos publicados ao longo de todo o intervalo temporal considerado nesta pesquisa, embora priorizando a presença de matérias veiculadas nos períodos em que constatamos maior concentração de achados (décadas de 2000 e 2010).

Os textos foram escolhidos com base em critérios qualitativos. Em primeiro lugar, selecionamos matérias representativas de características gerais identificadas a partir do exame do *corpus* como um todo e que foram apresentadas no capítulo 7. Ao mesmo tempo, descartamos notas e outros textos curtos, de modo a privilegiar aqueles com enfoques que extrapolassem minimamente o relato imediato de fatos cotidianos; em outras palavras, priorizamos reportagens e notícias na constituição do recorte que será objeto de um olhar mais detido². Com tal escolha, buscamos concentrar nossas reflexões em matérias relevantes em termos de fontes consultadas, vozes alheias relatadas no texto, marcas de intertextualidade e interdiscursividade, imagens etc.

Por fim, também restringimos nossa seleção a textos classificados, durante a tabulação das unidades de nosso *corpus*, como pertencentes ao gênero “relato”. Isso porque, se abarcássemos comentários jornalísticos, estaríamos diante de uma diversidade de modalidades de organização textual que tornaria problemática a generalização de constatações obtidas a partir das análises; ao mesmo tempo, não teríamos uma contribuição efetiva à identificação de recorrências e rupturas nos sistemas semânticos que regem a produção de enunciados jornalísticos naquele que corresponde ao gênero textual mais valorizado dentro do jornalismo de referência: a reportagem.

Com base nesses critérios de seleção, chegamos a um conjunto de 54 textos e seis especiais – totalizando, portanto, 60 matérias jornalísticas –, considerado como ponto de partida e fundamento às reflexões apresentadas neste capítulo:

² Embasamo-nos aqui na clássica diferenciação proposta por Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986), para quem, enquanto a notícia corresponde ao “anúncio de um fato”, a reportagem constitui o “relato expandido” de um fato possivelmente já anunciado, estruturada a partir de elementos como forma narrativa mais desenvolvida, humanização de personagens/fontes, caráter impressionista do relato a partir da presença do repórter no local da apuração e objetividade.

Título	Data de publicação	Veículo
<i>Mulheres comemoram seu dia exigindo uma transformação</i>	8 de março de 1979	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>As feministas brasileiras</i>	9 de março de 1980	<i>O Globo</i>
Especial <i>O que as mulheres tanto procuram?</i>	8 de março de 1981	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Direitos da mulher, uma batalha de Ruth Escobar</i>	7 de julho de 1985	<i>O Globo</i>
<i>Mulheres criticam cartaz contra Aids</i>	28 de fevereiro de 1988	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Dia da mulher, “dia de avanços”</i>	9 de março de 1988	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Um milhão de adolescentes dão à luz por ano no Brasil, diz IBGE</i>	8 de março de 1991	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Feministas condenam ataque a Isabela</i>	22 de outubro de 1995	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres</i>	9 de março de 1996	<i>O Globo</i>
<i>Dia do Orgulho Gay reúne 2 mil em SP</i>	29 de junho de 1998	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Mulheres superam homens em escolarização</i>	8 de março de 1998	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>OIT: mulheres executivas são só 3% no mundo</i>	9 de março de 2001	<i>O Globo</i>
<i>Respeito à diversidade aprende-se na infância</i>	28 de junho de 2001	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Cai diferença de renda entre homem e mulher</i>	8 de março de 2001	<i>O Globo</i>

<i>O novo perfil da mulher brasileira</i>	8 de março de 2002	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Cada vez mais trabalham fora e pagam despesas</i>	8 de março de 2002	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Executiva ganha espaço nas empresas</i>	8 de março de 2002	<i>O Globo</i>
<i>Região da Frei Caneca vira “point” GLS</i>	22 de junho de 2003	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Psicólogo passará por ‘metamorfose’</i>	22 de junho de 2003	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Brasileiras conquistam vagas nas empresas</i>	8 de março de 2004	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Jeito feminino, o segredo do sucesso</i>	8 de março de 2004	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Gays sonham com casamento tradicional</i>	13 de junho de 2004	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Especial Sinal fechado para o preconceito</i>	8 de março de 2004	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Especial O que elas querem</i>	8 de março de 2005	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Vinte anos de luta</i>	13/14 de agosto de 2005	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Especial Mulheres</i>	8 de março de 2006	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Parada se assume como balada</i>	18 de junho de 2006	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Especial Que feminismo é esse?</i>	8 de março de 2007	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch</i>	10 de junho de 2007	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Governos contra o preconceito</i>	11 de março de 2008	<i>O Globo</i>

<i>Após 30 anos de luta, movimento gay quer mais que só um dia de Parada</i>	25 de maio de 2008	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Pesquisa: 99% têm preconceito contra gays</i>	8 de fevereiro de 2009	<i>O Globo</i>
<i>Abrindo portas</i>	7 de junho de 2009	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Sem trios de boates, política avança da Parada Gay de SP</i>	15 de junho de 2009	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Mulher empreendedora inova e retém mais talentos</i>	8 de março de 2011	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Quero ‘empoderar’ as mulheres de baixa renda</i>	8 de março de 2011	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Ainda à espera do Congresso</i>	7 de maio de 2011	<i>O Globo</i>
<i>Homossexualismo: debate nas escolas é alvo de críticas</i>	12 de maio de 2011	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Multidão contra a homofobia</i>	27 de junho de 2011	<i>O Globo</i>
<i>Especial Lugar de mulher é na cozinha... E na adega, no alambique e no terreiro de café</i>	08/03/2012	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Diversidade é maior entre casais gays</i>	2 de junho de 2013	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Lei Maria da Penha não reduz mortes</i>	26 de setembro de 2013	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>As lobas de Wall Street</i>	8 de março de 2014	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Longo caminho à igualdade</i>	9 de março de 2015	<i>O Globo</i>
<i>Trans se dizem excluídos da Parada Gay</i>	7 de junho de 2015	<i>Folha de S. Paulo</i>

<i>Morte de mulheres negras avança 54%</i>	9 de novembro de 2015	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Sempre em frente</i>	8 de março de 2016	<i>O Globo</i>
<i>Mudança de sexo demora até 10 anos no Brasil</i>	29 de maio de 2016	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>O fim do silêncio</i>	25 de julho de 2016	<i>O Globo</i>
<i>DPs não registram agressão à mulher; medida protetiva demora até 4 meses</i>	7 de agosto de 2016	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Como vivem as brasileiras pelo mundo</i>	8 de março de 2017	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Na mira de covardes</i>	8 de março de 2017	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Estudantes com identidade</i>	13 de agosto de 2017	<i>O Globo</i>
<i>SP registra 1 caso de feminicídio a cada 4 dias</i>	23 de agosto de 2017	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Quem não é homem?</i>	23 de agosto de 2017	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>O desafio de quem quer definir seu próprio destino</i>	8 de março de 2018	<i>O Estado de S. Paulo</i>
<i>Salário mais baixo para mulheres reduz o crescimento</i>	8 de março de 2018	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Fala para atendimento a trans no SUS impulsiona clínicas privadas</i>	28 de outubro de 2018	<i>Folha de S. Paulo</i>
<i>Casais gays antecipam casamento com medo de perder direitos sob Bolsonaro</i>	5 de novembro de 2018	<i>Folha de S. Paulo</i>

Tabela 6. Seleção de textos para análise com base na caracterização de planos discursivos.

A partir do conjunto de textos listados na Tabela 6, mapeamos traços constitutivos dos enunciados jornalísticos em função dos diferentes planos discursivos considerados, conforme apresentado no Quadro de Análise que integra o Anexo II desta tese. Nesse trajeto, tomamos o discurso em sua constituição semanticamente global e como prática intersemiótica, considerando as grades de restrição que – em constante negociação – condicionam a concretização do sentido nos diferentes planos discursivos examinados. É preciso notar que as descontinuidades identificadas sinalizam a existência de momentos diferentes no estabelecimento de trocas interdiscursivas entre os enunciados do jornalismo de referência e formações discursivas relacionadas à discursividade política contemporânea.

Sobre tais quadros deslizantes de trocas semânticas, influi ainda a coerção estabelecida por discursos provenientes de diversos outros campos – econômico, científico, político-institucional etc. Fica evidente, dessa forma, o caráter multifatorial e micropoliticamente complexo dos processos de negociação discursiva desenrolados nas mídias e, em particular, no jornalismo. Como veremos também, *mediação* será palavra-chave à compreensão de como se desenrolam processos de interação entre modelos de competência discursiva em um vasto período de tempo, bem como ao mapeamento de possibilidades de gênese discursiva para além do modelo descrito por Maingueneau (2008).

8.1. (Re)enquadramentos temáticos

Como afirma Maingueneau (2008, p. 81), “uma noção como a de ‘tema’ de um discurso é de manejo muito delicado, se se procura conferir-lhe um estatuto pouco preciso. Pode-se utilizá-la em múltiplos níveis: microtemas de uma frase, de um parágrafo...; macrotemas de uma obra inteira, de muitas obras...”. Ainda assim, a análise desse plano discursivo desempenha papel fundamental às leituras que traçamos neste capítulo: por se referir a aspectos talvez mais palpáveis do que todos os outros planos, o exame de enquadramentos temáticos oferece-nos indícios significativos da conformação de diferentes lógicas de mediação interdiscursiva que caracterizam os enunciados de nosso *corpus*.

Partindo de uma definição básica – tema como “aquilo de que um discurso trata” –, Maingueneau (2008, p. 81) destaca a importância de se considerar o tratamento semântico conferido tanto aos *temas impostos* pelo campo discursivo quanto aos *temas específicos* de um discurso, sendo que ambos os tipos são integrados semanticamente por um sistema de restrições. Naturalmente, trata-se de distinções complexas, especialmente quando falamos do

campo discursivo jornalístico e de *corpora* de pesquisa como o que consideramos neste trabalho, com sua natureza compósita. Em nosso caso, o conjunto de temas impostos – temas que o campo discursivo jornalístico não pode deixar de tratar – é extenso e de estabilidade inevitavelmente limitada. Isso porque a seleção de pautas nos jornais de referência baseia-se em um sentido de interesse público abrangente e profundamente ligado a ideários políticos modernos – universalismo concretizado no espaço da nação, centralidade do Estado e das instituições, racionalidade e busca da verdade etc. Não obstante, esse sentido de interesse público mostra-se constantemente remodelado – e remodelável –, além de profundamente tensionado, na contemporaneidade, pela emergência de um novo imaginário político. Dessa forma, temas impostos serão semanticamente trabalhados de modos distintos à luz de diferentes formações discursivas presentes no campo jornalístico, como ocorre quando observamos o contraste existente na cobertura de determinados assuntos e acontecimentos em veículos de diferentes linhas editoriais. De fato, é evidente a existência de múltiplas posições enunciativas internamente a esse campo discursivo, entendido em sentido amplo, e mesmo no jornalismo de referência, de modo específico; a cada posicionamento, correspondem sistemas de restrição específicos – ainda que sejam raros os temas exclusivos de qualquer discurso.

Para traçar uma análise com foco em enquadramentos temáticos, devemos resgatar a análise de capas de jornais que apresentamos no capítulo 7. Como vimos, embora a cobertura de temáticas de gênero compareça nos jornais desde fins dos anos 1970, sua presença em capas se dá quase sempre nos termos de uma “visibilidade negociada”³. Em outras palavras: por um lado, discussões identitárias, especialmente sobre gênero, têm adquirido visibilidade notória em discussões no espaço público midiático, razão pela qual os jornais diários não podem deixar de abordá-las. Desde pelo menos o final da década de 1970, portanto, discussões de gênero apresentam-se como temas *impostos* ao jornalismo de referência. Não obstante, essas mesmas temáticas recebem tratamento muitas vezes *marginal* nas capas dos veículos de imprensa. Dois fatores parecem determinar esse enquadramento temático: o caráter recente de “gênero” como pauta midiática – sobretudo, com os contornos identitários que esse tema adquire na virada do século XX para o século XXI – e sua filiação a um

³ Embora o aspecto de “negociação” que marca a visibilidade do tema “gênero” nas capas dos jornais permaneça ao longo de todo o período analisado, é importante lembrar, como vimos no capítulo 7, que há o estabelecimento de brechas em relação a essa lógica; de fato, no decorrer do período analisado, tornam-se mais comuns casos pontuais de matérias relacionadas a gênero que adquirem destaque significativo nas primeiras páginas de edições impressas dos jornais de referência, seja por meio da ocupação de posições de destaque na diagramação, seja por meio do uso de recursos gráficos, como fotografias e imagens em geral. Não obstante, interessa-nos destacar, neste momento, o que se manifesta como recorrência geral e tendência predominante na cobertura da imprensa.

imaginário político próprio da contemporaneidade – que desloca concepções políticas modernas às quais se vinculam discursos constituintes do jornalismo de referência.

Em outras palavras: podemos pensar em “gênero” como um tema – ou conjunto de (sub)temas – que se torna *imposto* pela natureza do campo jornalístico – que deve tratar de temas polêmicos e em evidência no debate público –, mas que, *a priori*, não se apresenta necessariamente afinado em relação aos sistemas de restrição semântica de discursos tradicionalmente encampados pelos jornais de referência. A mesma ilação pode ser feita se considerarmos reivindicações identitárias em geral como temas à disposição da imprensa. Além disso, é preciso lembrar que a capa de um jornal atua como dispositivo de visibilidade e, como tal, representa um espaço privilegiado de visualização e condensação de aspectos fundamentais das competências discursivas que regem os discursos constituintes tradicionais do campo discursivo jornalístico.

Nesse sentido, a constatação de que a visibilidade do tema “gênero” nas primeiras páginas de jornais de referência constrói-se como “visibilidade negociada” é relevante na medida em que opera como indício do papel *marginal* que temáticas identitárias desempenham em parte dos enunciados aí produzidos. Ao mesmo tempo, verificamos que, quanto mais os anos avançam, *menos* marginal se torna esse papel. Se o tratamento semântico conferido ao tema “gênero” em capas de jornais se transforma, temos aí um indício de uma possível conformação de posições enunciativas mais condizentes, semanticamente, com a temática em questão. A emergência de tais posicionamentos manifesta-se em deslocamentos nos modos por meio dos quais se constroem os enunciados sobre gênero no campo jornalístico, ao longo dos anos de 1980 a 2010, como veremos neste capítulo.

De um ponto de vista histórico, verificamos que o tratamento semântico conferido ao tema “gênero” e seus subtemas transforma-se não apenas na construção das capas, como também em reportagens publicadas em diferentes cadernos dos jornais. É o que mostra a análise detida das matérias listadas no início deste capítulo. Assim, em um primeiro momento, entre o final dos anos 1970 e anos 1980, destacam-se temáticas relacionadas a questões trabalhistas e direitos constitucionais, inserção da mulher no mercado de trabalho (e problemáticas correlatas, como a necessidade de ampliação do oferecimento de creches pelo Estado), histórico e divisões do movimento feminista (principalmente, em sua interface/tensão com o poder público), além de discussões sobre sexualidade, aborto, saúde e violência.

Dois aspectos principais devem ser apontados em relação a esse momento: primeiro, o fato de que temáticas de gênero correspondiam à discussão sobre a condição feminina –

exclusivamente –, de modo que o mais adequado, para a época, seria falar na concretização do tema “gênero/mulher”; segundo, o fato de que parte significativa das matérias centrava-se em subtemas nos quais se destacavam categorias próprias da discursividade política moderna, como a atuação do Estado, ações do poder público e instituições, reivindicações encaminhadas à esfera da política institucional etc. Obviamente, dada sua relação com temas impostos pelo campo discursivo jornalístico, a relação [gênero<->Estado] permanece em matérias publicadas ao longo de todo o período analisado; não obstante, o modo como essa relação é enquadrada semanticamente passa por transformações muito significativas, convertendo-se, à medida que os anos avançam, em tema cada vez menos central à organização dos enunciados.

Já na década de 1990, o enquadramento do tema “gênero” implica na mobilização de novos subtemas: além de pautas sobre estupro e violência contra a mulher, que ganham visibilidade naquele momento, aparecem as questões de desigualdade salarial entre homens e mulheres, formação e escolaridade feminina e qualificação da mulher no mercado de trabalho. Trata-se de um período marcado pela entrada em cena, no debate sobre gênero, de temas tradicionais do noticiário econômico, abordados principalmente a partir de dados estatísticos e pesquisas demográficas. Vemos aí mais continuidades do que rupturas em relação aos anos 1980: se, por um lado, discursos do campo econômico parecem, de fato, interditar discursos político-ativistas, mais recorrentes na década anterior, predomina o tratamento semântico fortemente ancorado em categorias políticas modernas, como “nação” e “Estado”, em estratégias de gestão da população e no reconhecimento do papel de instituições tradicionais próprias da modernidade.

Em 9 de março de 1996, por exemplo, o *Globo* publicou a matéria *FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres*⁴ sobre o discurso do então presidente por ocasião do dia internacional da mulher. É interessante observar, nesse exemplo específico, como atuam aspectos de restrições semânticas tradicionais do jornalismo de referência sobre os enquadramentos temáticos: a discussão sobre gênero – no caso, sobre a mulher – aparece como tema marginal, enquanto uma ação no campo da política institucional – representada pelo pronunciamento do então presidente da República brasileiro, Fernando Henrique Cardoso – ocupa posição central na construção da pauta. A própria manchete aparece como sintoma do protagonismo não apenas da política institucional, como também masculino, por meio da escolha do sujeito da oração (“FHC”) e do emprego da voz passiva (“salários pagos

⁴ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Programa Violência_G_001.

às mulheres”). Por um lado, o tratamento semântico conferido a “gênero” apresenta-se como continuidade daquele verificado nos anos 1980, isto é, em posição de subordinação em relação a lógicas da política institucional; ao mesmo tempo, a mobilização do subtema “desigualdade salarial” revela a centralidade que o tratamento semântico [gênero<->economia] adquiriria a partir de fins da década de 1990.

Representativa de uma série de textos publicados na época sobre o papel conquistado pelas mulheres no mercado de trabalho, assim como ganhos em termos de remuneração e poder de consumo, a matéria *Mulheres superam homens em escolarização*⁵, publicada em 8 de março de 1998 pelo *Estado*, apresenta a mulher em posição de relativo destaque e protagonismo. Cada vez mais, a relação [gênero<->Estado] perde a centralidade verificada em anos anteriores, e temas relacionados à esfera da política institucional passam a ceder espaço a discussões sob vieses econômicos. A matéria também é sugestiva de uma tendência que se consolidaria a partir do final da década de 1990 e anos 2000, a saber: a crescente centralidade conquistada pelo tema “gênero” na cobertura jornalística.

Essa tendência fica clara quando constatamos o crescimento paulatino do número de matérias que têm categorias identitárias como ponto-chave de articulação. Dito de outro modo, enquanto entre o final dos anos 1970 e 1980 predominava o enquadramento de ações de grupos politicamente organizados em torno de pautas de gênero como parte de um conjunto mais amplo de acontecimentos político-sociais, o final dos anos 1990 assinala a conversão de “gênero” em categoria de noticiabilidade autônoma, isto é, categoria motivadora da seleção de pautas pelos jornais e/ou definidora de seu tratamento. Nesse sentido, é sintomático o fato de o texto do *Estado* em questão, publicado em 1998, trazer um mosaico de declarações e fotos de diferentes mulheres sobre o significado do dia internacional da mulher e aspectos da condição feminina (Figura 8, próxima página).

A diagramação da matéria sinaliza a relevância que “gênero/mulher” adquiria como tema; além disso, a matéria extrapola a cobertura de eventos cotidianos relacionados ao dia internacional da mulher ou à abordagem imediata da data, seu histórico etc., abordagens recorrentes em anos anteriores. Com a seleção de declarações que acompanham fotografias de mulheres famosas, a reportagem remete a representações em alguma medida concorrentes e sugere a discussão sobre o que é “ser mulher”. Assim, nas legendas das imagens, lê-se: “Mylla Christie: ‘O poder da sexualidade feminina não vai morrer’”; “Marta: ‘Só 10% dos cargos executivos são ocupados por mulheres’”; “Carla Camurati: ‘O ideal seria criar o Dia

⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_026.

dos Seres Humanos””. Como se vê, a associação entre imagem e texto parece encarnar a instabilidade da categoria “mulher”, assinalando sua dimensão propriamente “identitária”. Essa dimensão é reforçada pelo sentido de subjetividade invocado pelo uso do discurso direto na construção das legendas e pela escolha de fotografias que valorizam o rosto e a expressão das mulheres retratadas.

A2 - O ESTADO DE SÃO PAULO GERAL SOCIEDADE DOMINGO, 8 DE MARÇO DE 1998

Mulheres superam homens em escolarização

Entre trabalhadoras, 27% têm o 2º grau completo, comparadas a menos de 23% dos homens

SÔNIA DEBILINA SILVA

BRASÍLIA - As mulheres estão superando os homens em nível de escolarização e ganhando espaço nas universidades. Entre as trabalhadoras, 27% têm o 2º grau completo, contra menos de 23% dos homens. A quota de analfabetismo tem sido mais reduzida entre as mulheres. Apesar da progressão, a brasileira ainda recebe 65% do salário da colega que exerce a mesma função.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inepi), do Ministério da Educação, mostrou um perfil da escolarização da mulher brasileira com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do censo e dos resultados do desempenho feminino no Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e do Exame Nacional de Cursos, o "prova" do ensino superior.

"O crescimento do nível de escolaridade das mulheres tem se revelado uma contradição: pois, que não tem provocado redução no desnível observado no mercado de trabalho", afirmou a presidente do Inepi, Maria Helena Guimarães. O estudo, divulgado pelo Estado, mostra a tendência de os homens tomarem a maioria entre a população analfabeta do País. Na faixa etária de 15 a 19 anos, por exemplo, a taxa de analfabetismo entre as jovens brasileiras é de 4,3%, enquanto o problema atinge 9,3% dos homens.

De acordo com a contagem populacional do IBGE de 1996, existem no Brasil 3,8 milhões de mulheres com 12 ou mais anos de escolarização, contra 3,6 milhões de homens na mesma situação. Embora no Brasil as taxas de escolarização anuais sejam muito baixas, a mulher também se destaca quanto ao nível de escolaridade de nível superior.

Destaques vão da política ao cinema

A deputada federal e pré-candidata do PT ao governo de São Paulo, Maria Ruy, ex-juiz, ganhou no ano passado o debate sobre os abusos da programação de TV. Defendeu a criação de mecanismos de controle por parte da sociedade e foi acusada até de querer a volta da censura.

Identificada com os direitos das minorias sexuais, a psicóloga e escritora ovelense, aos 59 anos, um capítulo sobre comportamento sexual no programa TV Mulher, da Globo.

Apresentar a condição de diretor de cinema, e atriz, Carla Camurati deu um toque a uma revista crítica e debochada da história brasileira. Sua primeira longa-metragem, *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, levou 200 mil pessoas às salas de exibição em dez semanas, estreando a corte portuguesa no Brasil imperial.

Depois de atuar em novela e apresentar o programa infantil Clube da Criança, na TV Manchete, a atriz Mylla Christie revelou sua sexualidade na série *Enxameado*, seus *Amores e seus Pecados*. Na adaptação da obra de Nelson Rodrigues, leida ao ar pela TV Globo em 1995, Mylla apareceu nua e exibiu os batimentos cardíacos dos telespectadores. No ano passado, após ter recusado convites anteriores, passou para a revista *Playboy* e pôde ser vista na edição de novembro.

Maria Ruy: "Se 10% das vagas universitárias são ocupadas por mulheres"

Mylla Christie: "O poder da sexualidade feminina não vai morrer"

Carla Camurati: "O ideal seria criar o Dia dos Seres Humanos"

Figura 8. Reportagem de *O Estado de S. Paulo* publicada em 8 de março de 1998. Fonte: Acervo Estadão.

A década de 1990 também representa o momento em que referências à comunidade LGBT começam a aparecer nas matérias do *corpus*. No entanto, a abordagem do tema restringia-se predominantemente a textos sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (na época, chamada de “Parada Gay” ou “Parada do Orgulho Gay”), com foco em aspectos cotidianos do evento, como número de participantes. Como se vê, categorias identitárias associadas à sigla “LGBT” não possuíam a mesma visibilidade, na cobertura jornalística, que a categoria “mulher”. Mais do que isso, não havia, na época, a conformação de uma categoria semântica “gênero” que fosse capaz de reunir, sob a mesma rubrica, questões relacionadas tanto à mulher quanto à comunidade LGBT. De fato, a emergência de “gênero” como

categoria semântica parece se dar apenas em anos recentes, como verificamos a propósito da análise de comentários jornalísticos apresentada no capítulo 7.

Um dos primeiros textos em que a temática LGBT extrapola a cobertura imediata de eventos da Parada é a reportagem *Respeito à diversidade aprende-se na infância*⁶, publicada pela *Folha de S. Paulo* em 28 de junho de 2001. A matéria, que se refere à homossexualidade como expressão de “diversidade sexual”, constitui materialização precoce de uma tendência que se consolidaria no final dos anos 2000 e 2010: a emergência de “diversidade” como tema presente em matérias sobre “gênero”, exemplo claro da incorporação, por enunciados do campo discursivo jornalístico, de um tema específico – ainda que não exclusivo – de discursos identitários. Não obstante, se, em 2001, o tema “gênero/mulher” já se ganhava centralidade nos enunciados jornalísticos, o mesmo não se pode dizer de “diversidade”.

No texto da *Folha*, aborda-se a discussão sobre educação sexual na infância e adolescência e combate à homofobia. Na matéria, “diversidade” emerge como tema em certa medida “estrangeiro” ou marginal, no que parece ser uma tentativa, por parte do jornal, de “traduzir” uma discussão até então alheia a restrições semânticas próprias a seus enunciados – efeito de coerções discursivas decorrentes da emergência de um imaginário político que, na passagem para o século XXI, adquiria projeção cada vez mais significativa. Isso fica evidente já na abertura da reportagem, em que a palavra “diversidade” é empregada com sentido pouco preciso e de maneira pouco usual no jornalismo: fala-se em diversidade, mas não se mostra que diversidade é essa ou dá-se voz a ela. A partir da referência a um episódio envolvendo a escritora Georgina da Costa Martins e seus filhos, o texto afirma: “Como muitos pais, a escritora sempre se preocupou em mostrar aos filhos a importância de conviver com a diversidade” (KLINGER, 28/06/2001). Mais adiante, a reportagem apresenta como “novas” ilações que seriam hoje óbvias – “A qualidade de vida de homossexuais depende, em grande parte, da educação dos heterossexuais” –, além de um “Teste para os atuais e futuros pais” sobre como lidar com a curiosidade e dúvidas dos filhos sobre sexualidade e, principalmente, homossexualidade. Por todos os esses elementos, o texto focaliza o tema “diversidade” a partir da demarcação de um ponto de vista “não homossexual”.

A partir da segunda metade dos anos 2000, verificamos um decréscimo expressivo na visibilidade e protagonismo conferidos pelos jornais de referência ao papel desempenhado pelo Estado e por políticas públicas na garantia dos direitos de mulheres e LGBTs, assim como no enfrentamento da violência e discriminação contra esses grupos. Esse aspecto torna-

⁶ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Orgulho_F_001.

se particularmente evidente se compararmos a cobertura desse período àquela construída nos anos 1980 e início dos 1990 sobre a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por exemplo. Em lugar da predominância da relação [gênero<->Estado], torna-se recorrente o enquadramento temático de questões, direitos e demandas de mulheres e da população LGBT a partir de uma lógica de *mercado* sintonizada com perspectivas *neoliberais*.

Nesse sentido, verificamos não um reforço ou aprofundamento de tendências identificadas nos anos 1990 – como o tratamento semântico [gênero<->economia] –, mas sim, um deslocamento fundamental. Como exemplo, podemos citar a reportagem *Abrindo portas*, publicada pela *Folha* em 7 de junho de 2009. Como sugere seu subtítulo – “Com sacrifício, executivos rompem preconceito, saem do armário e conquistam espaço no mercado de trabalho” –, a matéria enfatiza aspectos do mundo corporativo e dá visibilidade a trajetórias individuais – com direito a uma profusão de citações em discurso direto dos personagens entrevistados – de sucesso profissional e ascensão econômica. A composição da página e a imagem utilizada reforçam o tratamento semântico voltado à valorização de trajetórias individuais na construção da pauta (Figura 9).

B6 dinheiro DOMINGO, 7 DE JUNHO DE 2009 FOLHA DE S. PAULO

**JULIO WIZIACK
CLAUDIA ROLLI
DA REPORTAGEM LOCAL**

Quando começou sua carreira na Caixa Econômica Federal, há oito anos, a publicitária Mariana Tavares, 31, não tinha se assumido como lésbica no departamento de marketing, onde atuava como analista. Acabou suportando piadas preconceituosas feitas por um colega de repartição.

“Ele vivia repetindo que o banco estava cheio de gay e sapatinho se alastrando que nem erva daninha”, diz. “Repetia também que isso [a homossexualidade] era uma peste e que tinham de encontrar um pesticida bom. Também falava que o problema das lésbicas era não ter arrumado um homem que desse conta do recado.”

Hoje, Mariana é coordenadora de projetos especiais da Caixa, cargo executivo hierarquicamente superior ao do colega. Quando se encontram pelos corredores do banco, ele evita cumprimentá-la.

Servidor do Banco do Brasil há 34 anos, Augusto Andrade, 53, hoje gerente da ouvidoria interna da instituição, diz que, no começo de sua carreira, quase perdeu uma promoção por ser “assumidamente” gay. “O que me salvou foi um ‘piti’ de um dos representantes do ban-

Clovis Casemiro, da TAM

abrindo portas

Com sacrifício, executivos rompem preconceito, saem do armário e conquistam espaço no mercado de trabalho

sédio moral no trabalho estão aumentando. O assédio acontece quando uma pessoa é submetida a situações constrangedoras ou humilhantes, de forma frequente e intencional com o objetivo de atingir a honra e a dignidade do trabalhador.

Dois decisões recentes do TST (Tribunal Superior do Trabalho) mostram que o Judiciário tem punido, com indenizações que variam de R\$ 5.000 a R\$ 1 milhão, empresas em que o assédio pode ser comprovado.

O Bradesco foi condenado a pagar indenização que pode ultrapassar R\$ 1 milhão ao ex-gerente Antônio Ferreira dos Santos, 47, por assédio moral e discriminação sexual em sua demissão por justa causa. O banco vai recorrer.

“Só pude comprovar a humilhação e o constrangimento que um gerente regional me fez passar, na presença de colegas de trabalho, porque tive ajuda de testemunhas. Ele dizia que o Bradesco era um lugar para homens, não para bichas e veados. Também falava para eu parar com a ‘veadagem’ em outras situações”, diz Santos.

Há três semanas, o TST manteve uma decisão da Justiça Trabalhista de Sorocaba, que condenou a BCP (hoje Claro) a indenizar em R\$ 5.000 o atendente C.C.P., por ele ter recebido um uniforme feminino de

Figura 9. Reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 7 de junho de 2009. Fonte: Acervo Folha.

É importante destacar esse aspecto porque ele representa de modo emblemático traços semânticos que se repetem nos três jornais em foco ao longo de toda a década de 2000 e nos

anos 2010: as políticas públicas e entidades que atuam em defesa dos direitos da mulher e da população LGBT (sejam elas ligadas ao poder público ou não), bem como seus porta-vozes oficiais, têm seu protagonismo em certa medida esvaziado na construção dos enunciados jornalísticos. Na matéria da *Folha*, por exemplo, o Programa Brasil sem Homofobia é citado apenas no décimo parágrafo como um elemento secundário – e passivo – das conquistas obtidas pela comunidade LGBT: “Desde que o governo federal implementou o programa ‘Brasil sem Homofobia’, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) passou a receber mais reclamações sobre discriminação nas empresas” (WIZIACK; ROLLI, 07/06/2009).

Outros casos de enquadramentos temáticos correlatos puderam ser encontrados nos jornais. Em 9 de março de 2001 e 8 de março de 2002, por exemplo, o *Globo* publicou, respectivamente, as reportagens *OIT: mulheres executivas são só 3% no mundo* e *Executiva ganha espaço nas empresas*, que focalizam a questão do acesso de mulheres a espaços de liderança em grandes empresas. A “privatização” e “corporativização” do tema “gênero” aparecem também no *Estadão*, em reportagens como *Brasileiras conquistam vagas nas empresas*⁷ e *Jeito feminino, o segredo do sucesso*⁸, ambas veiculadas em 8 de março de 2004. Não à toa, é justamente a partir desse momento que começa a se firmar a centralidade de categorias e temas de gênero nos enunciados jornalísticos analisados, assim como se tornam recorrentes tratamentos semânticos construídos a partir de pontos de vista identitários.

No caso da matéria *Jeito feminino, o segredo do sucesso*, temos uma ilustração relevante desse movimento de aquisição de centralidade: no texto, o marcador identitário “jeito feminino” – associado a “capricho” e “dedicação” – recebe destaque na medida em que aparece vinculado à possibilidade de sucesso no/do mundo corporativo, bem como à conquista, pelas mulheres, de performances tão – ou mais eficientes – que aquelas normalmente atribuídas aos homens. Por outro lado, a matéria evidencia como, na primeira metade dos anos 2000, ainda eram recorrentes na cobertura jornalística concepções identitárias *essencializadas*, que apagavam qualquer possibilidade de diferença interna a um determinado grupo. Nesse sentido, o tema da “diferença” – ou da “diferença dentro da diferença” – não possuía ainda o papel discursivamente ordenador que veríamos na década seguinte. O que vemos na matéria é uma alternância dos sentidos de “afirmação da diferença” e “apagamento da diferença”. Isso porque o “jeito feminino”, embora se refira a caracteres

⁷ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_054.

⁸ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_055

específicos das mulheres, é apresentado como *meio* para a conquista de *igualdade* de gênero nas grandes empresas. Em outras palavras, o texto se organiza a partir do movimento *Demarcação da diferença* → *superação da diferença*.

Um tratamento semântico voltado à valorização de aspectos mercadológicos e conquistas individuais parece materializar-se também em matérias, publicadas ao longo dos anos 2000, que abordam temáticas LGBT a partir de uma perspectiva de “consumo”: é o caso, por exemplo, das reportagens da *Folha* intituladas *Região da Frei Caneca vira ‘point’ GLS*⁹ e *Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch*¹⁰, publicadas em 22 de junho de 2003 e 10 de junho de 2007, respectivamente. Não queremos dizer que tais abordagens não sejam relevantes do ponto de vista jornalístico; não obstante, é preciso observar que estamos diante de delimitações temáticas que, adotadas dentre muitas outras possíveis, são reveladoras de mecanismos de construção de sentido na cobertura do jornalismo de referência.

Isso porque é justamente no momento em que o tema “gênero” passa a ser tratado semanticamente de acordo com lógicas mercadológicas/corporativas/empresariais, que ele deixa de constituir, nos enunciados, um tema marginal, como vimos em grande parte dos anos 1980. Entendemos que, naquela época, “gênero” representava um tema imposto pelo campo discursivo jornalístico aos enunciados aí produzidos, dada sua projeção em discursos circulantes e o comprometimento de discursos constituintes do jornalismo com o imperativo do interesse público; ainda assim, “gênero” consistia em tema pouco compatível com os sistemas semânticos que regiam a produção dos enunciados no jornalismo de referência, daí o fato de ser incorporado marginalmente. Desde fins dos anos 1990, por outro lado, o recorte [gênero<->economia] e, mais tarde, o enquadramento [gênero<->mercado] passam a ocupar posições centrais na construção de enunciados dos jornais sobre temáticas de gênero, o que remete à existência de prováveis pontos de contato entre esse tipo de tratamento semântico e quadros de restrições do jornalismo de referência. Não à toa, é notável que tal tratamento semântico passe a reger a construção de enunciados tanto sobre a condição da mulher quanto sobre questões LGBT, marcando uma primeira forma de aproximação entre os modos a partir dos quais se constroem enunciados sobre ambas as categorias.

Nos anos 2010, novos aprofundamentos surgem em relação às tendências verificadas na década anterior. Em primeiro lugar, amplia-se o espaço para matérias que articulam gênero e questões de mercado, como aquelas relacionadas ao mercado financeiro (*As lobas de Wall*

⁹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_010.

¹⁰ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_035.

*Street*¹¹, da *Folha* de 8 de março de 2014) e empreendedorismo (*Mulher empreendedora inova e retém mais talentos*¹², da *Folha* de 8 de março de 2011); é também nessa época que a expressão “empoderamento” começa a aparecer na cobertura dos jornais, em geral associada a iniciativas individuais, à afirmação de traços identitários e, muitas vezes, à ascensão econômica, como na matéria *Quero ‘empoderar’ mulheres de baixa renda*, da *Folha* de 8 de março de 2011¹³. O (sub)tema do “empoderamento” e (sub)temas ligados ao sucesso individual apresentam evidente afinidade semântica: em ambos os casos, focalizam-se processos de superação de injustiças de gênero que não passam pela transformação de estruturas político-sociais.

Figura 10. Reportagem de *O Estado de S. Paulo* publicada em 8 de março de 2012.
Fonte: Acervo Estadão.

¹¹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_070.

¹² Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_059.

¹³ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_060.

O tema do “empoderamento individual” aparece de maneira bastante marcada no especial *Lugar de mulher é na cozinha... E na adega, no alambique e no terreiro de café*¹⁴, publicado pelo *Estado* em 8 de março de 2012. A capa da edição comemorativa do caderno *Paladar*, que apresenta perfis e entrevistas com mulheres que conseguiram se destacar no ramo da gastronomia, traz uma conjunção interessante entre texto e recursos visuais (Figura 10, página anterior). O título é apresentado à maneira de uma pichação sobre um muro – construção que alude, como efeito de sentido, a elementos ao mesmo tempo de “contestação” e “anonimato” (a pichação como “a voz das ruas”, a “voz de todas”). Com a utilização de diferentes fontes e cores, a escrita do título remete à ideia de “rasura”: de um lado, os papéis de gênero tradicionais, segundo os quais a mulher deve ter sua atuação restrita ao espaço doméstico; de outro, discursos que contestam esses papéis, reivindicam novos lugares sociais para a mulher e ressignificam, como subentendido, não apenas posições tradicionalistas sobre gênero como também discursos enraizados no imaginário feminista em torno do espaço da “cozinha” como símbolo de submissão. Isso porque o conector “e”, que introduz a sentença “e na adega, no alambique, e no terreiro de café”, deixa em aberto a possibilidade de a mulher “escolher” estar na cozinha, ao mesmo tempo em que preserva a ambiguidade acionada em torno do sentido de “cozinha” (trata-se da cozinha como espaço doméstico de cuidado com o cônjuge e os filhos? Ou a cozinha dos *chefs*, sinônimo de *status* e realização pessoal?).

Logo abaixo do título, a apresentação do especial destaca conquistas femininas em diversas áreas, assumindo, como ferramenta de crítica, uma estratégia *afirmativa* comum a mobilizações em redes sociais digitais:

Depois de dominar a física nuclear e pilotar jato, as mulheres querem agora conquistar... a cozinha! Mas não a doméstica, que sempre foi delas, mas a dos grandes restaurantes, um clube quase exclusivo para homens. No caminho, foram derrubando outras históricas fortalezas bigodudas, como os quartéis do café e da cachaça (O ESTADO DE S.PAULO, 08/03/2012).

À luz do que poderíamos chamar de relatos de “empoderamento individual”, ganham espaço entre as matérias jornalísticas histórias de vida e trajetórias de personagens. São inúmeros os exemplos de textos publicados nos anos 2010 que poderiam ser citados. Para ficar em apenas um deles, temos o caso da reportagem *O desafio de quem quer definir seu próprio destino*¹⁵, publicada em *O Estado de S. Paulo* de 8 de março de 2018 (Figura 11). O

¹⁴ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o especial pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_083.

¹⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_094.

texto do *Estado* aborda histórias de mulheres jovens em busca de sucesso a partir de formação educacional e colocação no mercado de trabalho. Além de fonte de realização pessoal, tal ambição é apresentada como forma de superação de injustiças de gênero vivenciadas pelas mães e avós das entrevistadas.

Metrópole

Congresso
Senado enterra projeto
que legalizava jogos de
azar. Pág. A22

Dia da Mulher. Cinco jovens relatam como quebraram o ciclo de limitações e violência imposto às suas mães e avós

O desafio de quem quer definir seu próprio destino

Sem filhos.
Gabriella Araújo
luta para não ceder
à pressão por uma
"família padrão"

Figura 11. Reportagem de *O Estado de S. Paulo* publicada em 8 de março de 2018. Fonte: Acervo Estadão.

Tratamento semântico semelhante aparece na reportagem *Mulher de números*, publicada pela *Folha de S. Paulo* em 8 de março de 2018¹⁶ (Figura 12, próxima página). O texto apresenta um perfil da primeira mulher a ocupar o cargo administrativo máximo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O enquadramento temático constrói-se conforme a lógica da história de vida que cristaliza a superação de diversas formas de preconceito de gênero vivenciadas pela personagem. É interessante notar que, tanto neste exemplo quanto na reportagem do *Estado* anteriormente citada, a composição das páginas e a escolha das imagens que acompanham o texto reforçam o tratamento semântico conferido ao tema “gênero”: por meio de fotografias das personagens, vemos a valorização de trajetórias pessoais – em lugar de trajetórias coletivas; por meio da relação texto/imagem, temos a ênfase na superação de injustiças de gênero pela via individual. No caso das fotos, as personagens

¹⁶ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_091.

olham diretamente para a câmera, em um gesto de performativização do reconhecimento de aspectos subjetivos, ao mesmo tempo em que os enquadramentos desfocam ou não valorizam o entorno da cena, ou seja, o contexto onde se encontram as mulheres fotografadas.

› dia internacional da mulher

Liedi Bernucci, 59, que assumiu a direção da Poli-USP

MULHER DE NÚMEROS

Liedi Bernucci, 59, é a **primeira** representante feminina, em 124 anos, a assumir a diretoria da Escola Politécnica da USP, uma das faculdades de engenharia mais **importantes** do país

Ainda hoje, mulheres são minoria na instituição. Dentre os professores titulares, apenas 11% são mulheres. O machismo na escola, segundo Liedi, diminuiu, mas ainda existe. Hoje, piadas como as que ela ouvia não são bem vistas. Para ela, portanto, o politicamente correto foi um grande avanço. "Tem gente que acha cha-

Figura 12. Reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 8 de março de 2018. Fonte: Acervo Folha.

É também na última década que identificamos um ponto de virada no tratamento semântico conferido ao tema “diversidade”, que deixa de ocupar uma posição marginal – como verificamos no início dos anos 2000 – para tornar-se central nos enunciados jornalísticos. Entretanto, mais do que simplesmente operar como tema imposto condizente com as regras de formação dos enunciados do jornalismo de referência, a “diversidade” – agora trabalhada segundo uma chave de afirmação da “diferença” – parece emergir como tema específico, dada a relação privilegiada que desempenha a partir de então em relação a restrições semânticas globalmente construídas nos textos analisados. Em outras palavras, a

lógica da /diferença/ desdobra-se em cascata, atuando simultaneamente sobre diferentes planos discursivos.

Para entender como e por que isso ocorre, é preciso considerar que uma transformação decisiva se processa porque o tema “diversidade” passa a ser enunciado em termos condizentes com o sistema de restrições semânticas dos jornais de referência. Não obstante, indo além, a possibilidade de se enunciar sobre um tema até então alheio a um sistema de restrições semânticas sem que dele se produza um simulacro só pode se dar em face da conformação de “novas” posições enunciativas no interior do campo discursivo. Esta é a hipótese que defendemos para explicar o que ocorre no caso de nosso objeto de estudo – como retomaremos ao longo do capítulo.

Novamente, muitos exemplos podem ser citados. Cabe destacar especialmente, o uso da palavra “diversidade”, assim como termos correlatos, que se torna frequente nos anos 2010. Em 2 de junho de 2013, o *Estado* publicou a reportagem *Diversidade é maior entre casais gays*¹⁷; em 8 de março de 2017, o mesmo jornal veiculou a matéria *Como vivem as brasileiras pelo mundo*¹⁸, que traz histórias de mulheres – brancas, lésbica, negra, muçulmana – vivendo em diversos contextos sobre o que é ser mulher e brasileira em diferentes países. Como se vê, o texto enfatiza não apenas a diversidade de perfis, como também a problematização da identidade à luz da diferença. Por isso, a reportagem ilustra uma tendência que apontamos já no capítulo 7: os anos 2000 e, principalmente, 2010 correspondem ao momento em que “gênero” se converte em categoria semântica capaz de extrapolar a compartimentação do tema “gênero/mulher” e passa a agregar questões ligadas tanto à condição feminina quanto à população LGBT; participam dessa construção de sentido componentes fortemente ligados à valorização da “diferença”, da “multiplicação das diferenças” ou da “diferença dentro da diferença”, princípios que se desdobram semanticamente sobre diferentes planos discursivos. Como evidencia a Figura 13 (próxima página), a composição do *layout* e as fotografias que ilustram a reportagem do *Estado* enfatizam a individualidade e a identidade das entrevistadas, construindo um painel multicultural em que a /diferença/ parece atuar como elemento semântico fundamental.

A exemplo da reportagem, os anos 2010 são marcados pela referência a marcadores identitários que tensionam a aparente estabilidade da categoria “gênero”. Nesse contexto, podem ser identificadas pelo menos duas tendências principais em relação ao modo como os

¹⁷ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_E_040.

¹⁸ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_088.

temas da “diversidade” e da “diferença” atuam nos enunciados. A primeira delas pode ser constatada a partir da reportagem do *Estadão* em questão: com o borramento de hierarquias político-sociais e a colocação de “diversas diferenças” lado a lado, em pé de igualdade, a manifestação da /diferença/ em muitos textos de nosso *corpus* revela estreita afinidade semântica com os (sub)temas do “empoderamento”, das “trajetórias individuais de sucesso” e com o enquadramento [gênero<->mercado]. Menos recorrente, uma segunda manifestação da /diferença/ pode ser identificada em textos nos quais as hierarquias de poder não são atenuadas, mas sim, evidenciadas: é o que ocorre nas (raras) reportagens sobre desigualdades existentes entre mulheres brancas e negras e a invisibilidade trans no interior da comunidade LGBT, por exemplo.

Reportagem especial*

Dia Internacional da Mulher

COMO VIVEM AS BRASILEIRAS PELO MUNDO

'Estado' coletou depoimentos de 25 mulheres que moram em diferentes países

Isabela Pinheiro
Juliana Diógenes

Nos Estados Unidos, Raquel se sente pressionada por sempre parecer uma “mulher perfeita”. Na Índia, Ana tem dificuldades para usar o preservativo e absorvente, pois a compra é feita praticamente de forma clandestina. Na África do Sul, Juliana não tinha coragem de sair à noite, mesmo que de carro. Já Luísa circulava sem problemas na Austrália, mas se incomodava-se de ser considerada “exótica”.

No Dia Internacional da Mulher, o *Estado* coletou depoimentos de 25 brasileiras que moram em diferentes países, de todos os continentes, para contar como é a vida da mulher nesses locais. O

que é permitido a uma mulher na Arábia Saudita? Como é a vida delas no Timor Leste? Qual o grau de liberdade feminina na França? Nesta página estão cinco desses relatos, e os demais compõem o especial que pode ser acessado no Estadão.

Hoje, mulheres vão sair às ruas em pelo menos 30 cidades brasileiras e outras 150 em todo o mundo e prometem fazer a história de uma paralisação internacional sem precedentes. A greve internacional de Mulheres (GIM), também denominada Paro Internacional de Mulheres e International Women's Strike, não pertence a coletivo ou país em específico. É um movimento organizado por mulheres de mais de 40 países.

No Brasil, o movimento é chamado de 8M, sigla para 8 de março. Inspirado na Women's March, ocorrida nos Estados Unidos em janeiro, surgiu no País

DUAS PERGUNTAS PARA...

Natalia Corazza, pesquisadora sobre gênero da Unicamp

1 Por que há comportamentos machistas em todo o mundo? Essa opressão não se dá porque a mulher é mais fraca. Tem a ver com construções culturais. O machismo é mais estrutural do que o que está aparente – como a liberdade de usar minissaias ou burca. Ele se refere também à produção de masculinidades esperadas. Atributos considerados femininos, como doer a ou cuidar

dos filhos, não podem ser vistos em homens pela construção machista.

2 Há fortalecimento do movimento feminista nos últimos anos? Há uma guinada à direita em todo o mundo. É em contrapartida a isso, a resistência se fortalece. A internet e as redes sociais também possibilitaram circulação maior e mais rápida do que acontece. /UFPA J.B.

convocando uma mobilização mundial. Há um mês, criou um grupo de discussão sobre o 8M no Facebook que, em dois dias, mobilizou 5 mil pessoas interessadas em organizar o ato de hoje em todo o Brasil.

'Primavera feminista'. “Estamos no auge da primavera feminista, com a juventude pautando. O feminismo está na ordem do dia. Portanto, no 8M, levantaremos bandeiras contra a violência doméstica, pela legalização do aborto, contra a pedofilia e a violência infantil e pela igualdade de gênero no local de trabalho”, afirma a criadora do movimento em São Paulo.

De acordo com Marina, quem não puder interromper o trabalho hoje, fica o convite para suspender as atividades domésticas. Outra sugestão do 8M para hoje é que as mulheres se reúnam para debater sobre desigualdades de gênero entre 12h30 e 13h30 (horário estabelecido pelo grupo no Brasil).

Natalia Corazza Padovani, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), conta que o movimento feminista se fortaleceu em reação à uma guinada conservadora em andamento ao redor do mundo. Para ela, a opressão das mulheres se manifesta de diversas formas e em vários países e, por isso, acredita, o combate ao machismo ganha com a ação conjunta.

Estados Unidos

Marina Segatti, Professora e ativista em São Francisco

'AQUI, NÃO SE ESTÁ IMUNE À VIOLENCIA'

França

Ana Laura Nascimento, atriz na capital francesa, Paris

'HÁ OS CLICHÊS NEGATIVOS COM O BRASIL'

Austrália

Luísa Cruz, Gerente de satisfação do cliente em Melbourne

'PERPETUA-SE O ESTEREÓTIPO DE SER SEXY'

Angola

Thais Justin, Analista internacional em Luanda

'É COMUM OUVIR CANTADAS NAS RUAS'

Arábia Saudita

Lamis Mazloum, Dona de casa na cidade de Jeddah

'VIVE-SE UMA LIBERDADE MODERADA'

Figura 13. Reportagem de *O Estado de S. Paulo* publicada em 8 de março de 2017. Fonte: Acervo Estadão.

Essa diferenciação mostra que diferentes estratégias de construção de sentido são possíveis dentro de um mesmo modelo de tratamento semântico. Ao mesmo tempo, temas baseados na diluição de hierarquias de poder parecem ocupar papel central na cobertura jornalística, tanto quantitativa quanto qualitativamente, sendo mais eficientemente integrados ao enquadramento [gênero<->mercado] e à perspectiva neoliberal nele implicada. Esse dado é para nós indiciário da emergência, nos anos 2010, de uma *competência discursiva* capaz de integrar alguns dos temas (gênero, diversidade, empoderamento individual, ascensão econômica), enquadramentos temáticos ([gênero<->mercado]) e tratamentos semânticos (/diferença/) que buscamos descrever.

Às negociações semânticas observadas a propósito dos enquadramentos temáticos presentes nos enunciados jornalísticos de nosso *corpus*, podem ser correlacionadas restrições que atuam sobre diversos planos discursivos. Em outras palavras, as diferentes fases e modalidades de mediação e negociação discursivas verificadas a propósito dos enquadramentos temáticos, em que pesem coerções estabelecidas por discursos provenientes de campos diversos, desdobram-se sobre as demais dimensões discursivas analisadas, como veremos nas próximas páginas.

8.2. Da diferença como alteridade à representação como estratégia afirmativa

Do ponto de vista das representações sobre o eixo identitário em foco presentes em matérias jornalísticas, é possível identificar, por um lado, resistências semânticas que se fazem presentes durante todo o período analisado – sintoma provável da não superação de lugares de gênero tradicionais que se cristalizam em textos dos jornais de referência; ao mesmo tempo, por outro lado, verificamos deslocamentos de representações mobilizadas nos enunciados jornalísticos, remetendo, como veremos, a deslizamentos em quadros semânticos que se desdobram sobre diferentes planos discursivos. Entendemos esse jogo entre invariância e descontinuidade como indício de negociações entre sistemas de competência discursiva a partir das quais se dá a produção de enunciados sobre categorias de gênero.

Entre as representações recorrentes em todo o período de observação, destaca-se a reiteração de uma ambiguidade indissolúvel: a representação da mulher dividida entre o mercado de trabalho e a dedicação à vida familiar. Mesmo em matérias que enfatizam a presença da mulher em áreas profissionais diversas, são frequentes as referências à dificuldade enfrentada pelas profissionais em conciliarem vida doméstica e trabalho. Até o

início dos anos 2000, essa representação era particularmente frequente em reportagens sobre a conquista de espaço pela mulher no mercado de trabalho e o rearranjo dos papéis desempenhados por homens e mulheres em muitas famílias. Não raro, porém, os textos acabam por legitimar representações tradicionais sobre os lugares e papéis destinados a cada gênero. É o que acontece na reportagem *Cada vez mais trabalham fora e pagam despesas*¹⁹, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 8 de março de 2002. Ao apresentar a história de uma das entrevistadas, a empresária Rosane Furtado Fernandes – que “vive a rotina que até há alguns era destinada exclusivamente aos homens” –, a matéria descreve como “privilegio” feminino situações que, para um homem, seriam tidas como naturais:

Rosane tem o privilégio de sair cedo para trabalhar e voltar para o almoço, preparado pelo marido, José Luiz Fernandez, de 46 anos. É ela também quem leva a filha Elisa, de 7 anos, para a escola todas as tardes. Estão sob sua responsabilidade as despesas de aluguel, água, energia elétrica e supermercado (OGLIARI; THOMÉ, 08/03/2002).

Presente sobretudo nos anos 1990 e início dos anos 2000, a representação da mulher como dividida entre trabalho e família torna-se menos recorrente na década de 2010, momento em que parecem predominar matérias voltadas à afirmação de conquistas femininas e histórias de superação, frequentemente na chave do “empoderamento” e da valorização de iniciativas individuais. Ainda nessa época, não obstante, há casos de matérias em nosso *corpus* em que a referência à dificuldade em conciliar vida profissional e vida pessoal aparece como ponto de amarração de representações cristalizadas sobre a mulher; essa imagem, entretanto, parece deixar de se apresentar simplesmente como resquício da pressuposição de papéis tradicionais de gênero e emergir cada vez mais sob perspectivas críticas ou contestadoras, guiadas pelo reconhecimento da existência de desigualdades entre homens e mulheres como causa do acúmulo feminino de responsabilidades ou da maior dificuldade, para mulheres, de ascensão na carreira.

É o que mostram o primeiro parágrafo e os seguintes trechos da já citada reportagem *As lobas de Wall Street*, publicada pela *Folha de S. Paulo* em 2014:

Quando encerra sua jornada de 13 horas de trabalho, Jolyne Caruso, que já passou mais de 30 dos seus 53 anos em Wall Street, o centro financeiro de Nova York, segue o mesmo ritual: senta-se à mesa com os filhos adolescentes e o marido, pergunta como passaram o dia e fala sobre seu cotidiano. [...]

Apesar de não trabalhar mais 15 horas por dia, como na época em que era diretora de Ações do JPMorgan para as Américas, ela ainda tem pouco tempo com a família.

¹⁹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_E_038.

O desafio de conciliar profissão e vida pessoal está longe de ser uma exclusividade feminina, ou das financistas.

Mas o alto nível de exigência e a concorrência acirrada na cena predominantemente masculina faz de Wall Street um ambiente ainda pouco aberto à ascensão feminina.

A percepção geral é que a crise iniciada em 2008 fez com que mulheres até perdessem parte do pouco espaço que haviam conquistado. [...]

Para ela [Caruso], as empresas poderiam permitir a suas funcionárias conciliar o trabalho com a família ao menos nos primeiros anos da maternidade. “As mulheres não precisam mais do que dois /ou três anos, até a pré-escola. Em troca, elas daria uma contribuição valiosa” (FLECK, 08/03/2014).

Outra representação recorrente se baseia na valorização de um *ethos* ao mesmo tempo de consumo e inclinação para a vida corporativa: a mulher que supera as dificuldades impostas por sua condição de gênero é a que prospera nos negócios e torna-se uma consumidora bem-sucedida e informada. Essa representação parece tornar-se mais evidente entre o final dos anos 1990 e a década de 2000, momento em que, como vimos, destaca-se a presença de temas e tratamentos semânticos voltados a aspectos mercadológicos/corporativos/empresariais. O especial *O que elas querem*²⁰, publicado pela *Folha* em 8 de março de 2005, por exemplo, traça um conjunto de representações da mulher que valorizam sua atuação ao mesmo tempo como consumidora – *Sexo frágil tem voz forte em 80% das compras* –, responsável por decisões financeiras familiares – *Escola é prioridade no orçamento doméstico* – e profissional qualificada – *Elas estudam mais, mas ganham muito menos*.

Em relação à valorização de um *ethos* corporativo, destaca-se a já citada matéria *Jeito feminino, o segredo do sucesso*, publicada pelo *Estado* em 2004. O texto aborda as “características femininas” que teriam levado mulheres – todas engenheiras – a ocuparem postos de destaque em suas carreiras. Nesse exemplo, é interessante observar que marcadores tradicionais de gênero são justapostos ao sucesso profissional a partir da pressuposição de uma relação antagônica entre esses dois termos: “Pulseiras, brincos e anéis, batom e unhas feitas, nada disso atrapalha Janaína na função de supervisionar a produção de aviões da Embraer, em São José dos Campos” (RIBEIRO, MENOCCHI, 08/03/2004). Dessa forma, ao partir de uma suposta contraposição entre elementos comumente associados ao universo feminino e elementos do universo corporativo, o texto termina por reforçar representações em que o lugar social da mulher aparece apartado do espaço público e do mercado de mão de obra qualificada, já que as trajetórias das personagens entrevistadas na reportagem são construídas como exceção – e não como regra.

²⁰ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Mulher_F_042.

É interessante observar, nesse sentido, que as matérias que reforçam a presença feminina no mercado de trabalho e abrem espaço à contestação da desigualdade salarial entre homens e mulheres, seja por meio de dados ou da recorrência a falas de especialistas, têm como pressuposto o questionamento de representações arraigadas no imaginário social acerca da mulher enquanto restrita à vida doméstica. Não se pode desconsiderar que essa representação diz respeito predominantemente à mulher das classes média e alta, para quem se coloca a possibilidade de escolha entre trabalhar fora ou cuidar da casa e da família; para as mulheres de classes baixas, ofertar sua força de trabalho em troca de salário não constitui opção, mas sim, necessidade. Em outros termos, a dimensão identitária ligada à classe social está fora da discussão proposta pelos jornais a respeito da condição feminina – ou melhor, ainda que a condição de classe não se explicita ao longo dos textos, a identidade implicada nas representações mobilizadas ou pressupostas é, predominantemente, a representação da mulher de classes média e alta.

Como último traço recorrente que gostaríamos de destacar em relação às representações construídas pelas matérias analisadas, temos a ausência de tensionamentos em relação a binarismos, principalmente o binarismo *homem vs. mulher*, mas também *heterossexual vs. homossexual*. Mesmo em textos que focalizam personagens e pautas do universo trans, publicados em anos recentes, observa-se a prevalência de pontos de vista médicos a respeito da vinculação corpo-identidade; além disso, a representação das possibilidades de identidade de gênero mantém-se vinculada a lógicas binárias do tipo “ou/ou”. Nesse sentido, ao longo de todo o período de observação, estão ausentes dos textos jornalísticos referências a discussões sobre propostas *transformativas*, ou seja, que questionam a própria lógica de categorização a partir da qual diferenciações e identidades são construídas. O que temos, em anos recentes, são enunciados que se constroem segundo lógicas *afirmativas*, isto é, voltadas à valorização das identidades discriminadas, como vimos a propósito de reportagens articuladas em torno de temas como “empoderamento” individual, histórias de vida e enquadramentos de “gênero” a partir de lógicas mercadológicas/empresariais.

Para além de recorrências semânticas, deslocamentos também podem ser observados quando comparamos diferentes momentos do intervalo coberto pelo *corpus* de pesquisa. Uma das discontinuidades mais evidentes diz respeito ao modo como grupos atuantes em defesa de direitos da mulher e enfrentamento da violência de gênero são representados no jornalismo de referência. Isso porque, a partir dos anos 1990 e, principalmente, 2000, as matérias

abandonam gradativamente o uso de categorias como “feminista” e “feministas” como origem das ações e reivindicações reportadas; em lugar disso, passam a utilizar “movimentos feministas” – em referência à pluralidade de grupos e divisões internas ao movimento. Além disso, tais grupos passam a ser focalizados cada vez menos em sua interface com o poder público e como fonte de ações propositivas. Em uma perspectiva cada vez mais identitária, os grupos feministas passam a ser representados como atuantes junto à sociedade civil e como fontes especializadas chamadas a opinar sobre temáticas de gênero.

Essas mudanças sugerem que a cobertura jornalística deixa de mobilizar representações muitas vezes reducionistas, baseadas em rótulos como “feminista” e na demarcação de alteridades, na mesma medida em que referências a pautas identitárias se disseminam e, simultaneamente, pulverizam, com o deslocamento de seu potencial articulador anteriormente restrito a interfaces com a política institucional. Como vimos, a combinação entre texto e imagem na capa do especial *Lugar de mulher é na cozinha... E na adega, no alambique e no terreiro de café*, publicado em 2012 pelo *Estado*, remete a uma conjunção entre “generalização” ou “anonimato” de reivindicações de gênero e ancoragem das lutas em espaços para além da esfera política institucional, com ênfase na constituição de subjetividades, experiências da vida cotidiana, mercado de trabalho e consumo, trajetórias e relatos individuais etc.

Nesse sentido, o momento entre fins dos anos 1970 e década de 1980 pode ser considerado como uma primeira fase das trocas interdiscursivas que marcam a constituição dos enunciados jornalísticos analisados. Se, em relação aos enquadramentos temáticos, vimos que “gênero” constituía um tema imposto, explorado de forma marginal nas matérias, o caráter negociado da visibilidade concedida a questões correlatas no período fica evidente também do ponto de vista das representações construídas sobre o eixo identitário em foco. Isso porque era recorrente a representação feminina e, sobretudo, de grupos e instituições engajados em causas feministas segundo a redução da diferença à lógica da alteridade, por meio do reforço de marcadores identitários em geral simplificadores, baseados em oposições reducionistas e muitas vezes discriminatórias. No caso da representação de indivíduos e grupos LGBT, sua entrada nos jornais de referência se dá de forma tardia, aparecendo apenas nos anos 1990; não obstante, verificamos que ela também se organiza, inicialmente, segundo a lógica de demarcação da diferença como alteridade, mobilizando fortemente componentes de exotismo e estereotipificação.

Dessa forma, o que constatamos é que os anos 1980 – no caso de representações da mulher – e 1990 – no caso de representações de LGBTs – correspondem a um momento de aproximação inicial dos jornais de referência em relação a discursos identitários. Por um lado, os veículos não podiam deixar de tratar de pautas convertidas, graças à relevância que adquiriam no espaço público, em temas impostos pelo campo jornalístico; por outro lado, ao fazê-lo, enunciavam segundo quadros semânticos a partir dos quais se construíam representações que inevitavelmente traduziam e reduziam o eixo identitário em questão ao terreno seguro de termos “familiares” a discursos do senso comum não engajados em pautas de gênero: a “feminista” como histérica, o “gay” como indivíduo exótico ou ambíguo, dividido entre aspectos de “masculinidade” e “feminilidade” etc. Em suma, vemos que os primeiros anos de cobertura jornalística analisados são marcados pela impossibilidade de compreensão de discursos identitários nos termos das posições enunciativas validadas no campo jornalístico. Esse dado sugere que o intervalo entre os anos 1980 e início dos 1990 corresponda a um momento decisivo à entrada, no jornalismo de referência, de coerções discursivas estabelecidas por debates de gênero e, mais amplamente, identitários. O olhar dos jornais, nesse contexto, seria sempre – e inevitavelmente – um olhar “de fora”.

Voltemos a um exemplo já citado: como intertítulo presente pouco antes da metade da matéria intitulada *FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres*, publicada pelo *Globo* em 1996, lê-se: “comercial de mulher nua irrita feministas” (no caso, o texto refere-se a um comercial de carro com a imagem de uma mulher seminua e as frases “Tá ficando excitado? Espere até ver os preços”). Percebemos na reportagem traços de sentido reiterados em matérias publicadas nos anos 1980 que encontram neste texto de 1996 uma reverberação tardia. O principal deles diz respeito à desqualificação de posicionamentos assumidos por entidades feministas por meio de verbos que indicam reações de caráter emocional – como, neste caso, “irritar”. Com esse tipo de construção, os jornais operam com algumas implicações, a saber: feministas poderiam ser reunidas em um único grupo homogêneo, sem divisões ou complexidades internas, cuja unidade se basearia principalmente em traços de comportamento passionais. Isso porque o uso da expressão remete à marcação de uma diferença do tipo *nós x outros, mulheres (“em geral”) x mulheres (“feministas”)* – oposição essa que, como toda lógica binária, implica em evidentes simplificações.

A presença reiterada de tal estratégia de representação evidencia a assunção de claro distanciamento, pelos enunciados jornalísticos, em relação a discursos ativistas/feministas, verificado sobretudo entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1990. Como já apontamos,

trata-se de um “olhar de fora” sobre debates de gênero e identitários, que produzia deles um simulacro. Tal construção atua por meio da tradução de traços semânticos da discursividade política contemporânea – como a afirmação da especificidade de um grupo discriminado, por exemplo – para os termos de um suposto confronto polarizado – no caso, “mulheres” vs. “homens” – e de uma suposta dissolução simplificada de ideais de universalismo – no caso, mulheres opondo-se a toda e qualquer prática e representação legitimada pela “tradição”.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar, uma vez mais, o caráter tardio da cobertura de discussões ligadas à população LGBT entre as matérias jornalísticas do *corpus*, inclusive no que diz respeito a questões de violência e discriminação. Tal notação é fundamental à compreensão das representações construídas sobre grupos e indivíduos LGBTs. Como apontamos no capítulo 7, a conformação de “gênero” como categoria semântica capaz de agregar ao menos parcialmente pautas relacionadas a diversos grupos consolida-se apenas na segunda metade dos anos 2010. Além disso, como vimos mais cedo neste capítulo, uma das primeiras reportagens construídas em torno do debate sobre homofobia – ainda que articulada a partir de um olhar estrangeiro – foi publicada em 2001, na *Folha de S. Paulo*, momento em que discussões sobre a condição feminina já adquiriam considerável centralidade em enunciados jornalísticos.

Não à toa, entre o final dos anos 2000 e início da década de 2010, ainda encontramos matérias no *Globo* e no *Estado* empregando a expressão “homossexualismo” – já amplamente refutada, na época, pelos movimentos LGBTs, dado o sentido de “patologização” implicado no uso do sufixo “-ismo”. O caso mais evidente entre as matérias analisadas é o da reportagem *Homossexualismo: debate nas escolas é alvo de críticas*²¹, publicada pelo *Estadão* em 12 de maio de 2011. Vale lembrar que o vocabulário constitui uma das dimensões de cristalização semântica do discurso (MAINGUENEAU, 2008), de modo que os usos de “homossexualismo” constituem um indício de que, até a virada para a década de 2010, pelo menos, jornais de referência ainda enunciavam sobre temáticas relacionadas a minorias sexuais e de gênero a partir do acionamento de posições enunciativas pouco compatíveis e em diferentes medidas “alheias” às restrições dos discursos identitários.

Há outras matérias de nosso *corpus* a partir das quais essa tendência pode ser verificada. Retomemos, por exemplo, o fato de que, ao longo dos anos 1990 e 2000, as referências a temáticas LGBT restringiam-se quase que exclusivamente à cobertura da então denominada “Parada Gay” de São Paulo. E não apenas isso: nesse período, todos os textos

²¹ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Plano LGBT_E_002.

sobre o evento apresentavam representações atreladas a ideias de “fantasia”, “ambiguidade” (o gay como aquele que leva uma “vida dupla”), “sexualidade exacerbada” e “promiscuidade” (a Parada como um espaço de nudez e “pegação”). Tais construções semânticas, amparadas por fotografias de *drag queens* cobertas de glitter e participantes da Parada em trajes mínimos, não apenas remetem a imagens reducionistas cristalizadas no senso comum, como também se ancoram em sentidos de carnavaização mobilizados pelos enunciados jornalísticos como opositivos a sentidos de “política”.

É o que acontece na reportagem *Parada se assume como balada*, publicada em 18 de junho de 2004 pelo *Estado*²² (Figura 14). Vale assinalar que tais representações, embora mais frequentes nos anos 1990 e primeira metade da década de 2000, não foram abandonadas por completo em anos recentes, ainda que compareçam de modo mais cada vez mais atenuado.

Figura 14. Reportagem de *O Estado de S. Paulo* publicada em 18 de junho de 2006. Fonte: Acervo Estadão.

²² Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_E_014.

Publicada em 15 de junho de 2009 pela *Folha*, a reportagem *Sem trios de boates, política avança na Parada Gay de São Paulo*²³ (Figura 15) pressupõe sentidos semelhantes: a “política” que avançava na Parada, como anuncia o título, era a política dos partidos e políticos profissionais, em sua constante interface com o Estado e as instituições; em outras palavras, se se afirma que a política institucional – descrita simplesmente como “política” – finalmente teria marcado presença no evento, é porque se pressupunha que a proposta de ampliação da visibilidade de minorias de gênero e sexuais empreendida desde as primeiras edições não era considerada “política” pelos jornais de referência. Em outras palavras, fica evidente a incapacidade – voluntária ou não – por parte desses veículos de enunciar em sintonia com restrições semânticas características da discursividade política contemporânea.

Figura 15. Reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 15 de junho de 2009.
Fonte: Acervo Folha.

²³ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_040.

Como exemplos de construção da diferença como exotismo, podemos citar a matéria *Psicólogo passará por ‘metamorfose’*²⁴, publicada na *Folha* em 22 de junho de 2003 (Figura 16). Como o título sugere, a visibilidade engendrada por enunciados jornalísticos que abordam o universo *drag queen* restringiu-se, por muitos anos, a representações baseadas em sentidos de “fantasia” e “ambiguidade”; a arte *drag* é assim reduzida ao ato de “fantasiar-se” do “sexo oposto”, levar uma “vida dupla” – em um claro reforço de binarismos de gênero e da prevalência do “sexo biológico” sobre outras identidades possíveis. Não à toa, no exemplo citado, a manchete reforça a identidade “diurna” do personagem, isto é, sua existência como “homem” e “psicólogo”. É como se, para assumir-se como *drag*, o personagem precisasse entrar em seu casulo, passar de um estado a outro e abandonar temporariamente a identidade que lhe confere prestígio e reconhecimento social. Impossível ser uma *drag queen* e um psicólogo ao mesmo tempo.

Figura 16. Reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 22 de junho de 2003. Fonte: Acervo Folha.

Não obstante, avanços no sentido de uma aproximação em relação a discursos identitários podem ser verificados ao longo dos anos, como temos procurado apontar. Durante o período observado na pesquisa, verificamos um movimento de paulatina aquisição de proximidade pelos enunciados jornalísticos em relação a discursos identitários; a partir da segunda metade dos anos 2000 e anos 2010, os jornais de referência respondem às coerções exercidas pela discursividade política contemporânea passando a enunciar conforme restrições semânticas mais condizentes com tais modelos de competência discursiva. Essa passagem é marcada tanto por aproximações graduais quanto por rupturas repentinas e manifesta-se em

²⁴ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_013.

diferentes planos discursivos, a exemplo do abandono – ou, pelo menos, distanciamento – em relação a representações ancoradas em imagens cristalizadas e frequentemente reducionistas sobre categorias de gênero.

À medida que o tema “gênero” e subtemas correlatos tornam-se centrais nos enunciados jornalísticos, como vimos no início do capítulo, ganham espaço representações *afirmativas* da diferença. Tais estratégias estão presentes principalmente em matérias articuladas em torno do enquadramento temático [gênero<->mercado], em que se apresentam temas como “diversidade”, “sucesso profissional”, “histórias de vida” e “empoderamento individual”. É também nas mesmas reportagens que identificamos o tratamento semântico /diferença/. Não se trata, porém, de uma coincidência fortuita: referimo-nos a textos jornalísticos que, na última década, evidenciam a emergência de uma competência discursiva capaz de integrar temas e representações relativamente mais afinados com discursos identitários. Esse dado é para nós indício da conformação de um novo posicionamento enunciativo no campo discursivo jornalístico a partir do qual emergem diferentes maneiras de enunciar sobre gênero, em sentido restrito, e sobre identitarismos, em sentido amplo.

Mais especificamente, é somente a partir desse novo posicionamento enunciativo no campo jornalístico que os enunciados dos jornais de referência incorporam restrições semânticas ligadas a perspectivas identitárias em sua formação. No plano das representações, a adoção de estratégias afirmativas remete a empenhos no sentido de compensar formas de opressão por meio da valorização das identidades discriminadas, ainda que sem necessariamente alterar os conteúdos dessas identidades. Sob a lógica da /diferença/, esse tipo de construção de sentido materializa-se nos textos analisados por meio da valorização de especificidades de determinados grupos. No início do capítulo, vimos que, nesse momento, tornam-se frequentes narrativas de sucesso individual, sobretudo do ponto de vista do mercado, e histórias de “empoderamento” – no sentido de aquisição de autoestima e valorização da subjetividade –, ao mesmo tempo em que decai a importância conferida à política institucional e ao Estado na resolução de conflitos sociais. Todos esses enfoques revelam evidente afinidade com uma perspectiva de representação afirmativa da diferença.

Algumas matérias citadas ao longo deste capítulo podem ser retomadas como exemplos de adoção de estratégias afirmativas. É o que acontece, para ficar em apenas dois casos, na reportagem *As lobas de Wall Street*, publicada em 2011 pela *Folha*, e nas matérias que integram o especial *Lugar de mulher é na cozinha... E na adega, no alambique e no terreiro de café*, publicado em 2012 pelo *Estado*. No segundo caso, a Figura 17 (próxima

página) ilustra um dos textos publicados como parte do caderno; nele, verifica-se a mobilização de uma ironia na construção do título como forma de afirmação do papel feminino na produção e indústria do café. Na parte debaixo da página, após o trecho evidenciado pela figura, há pequenos perfis contando as trajetórias de vida de mulheres que se destacam no ramo cafeeiro.

Figura 17. Reportagem de *O Estado de S. Paulo* publicada em 8 de março de 2017. Fonte: Acervo Estadão.

Para além desses casos, outros textos podem ser citados, como evidenciam as figuras 18 e 19 (próximas páginas). No primeiro caso, temos uma matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* em 8 de março de 2011 em que se busca valorizar a identidade feminina a partir da afirmação de seu potencial no mundo dos negócios e empreendedorismo. Já a reportagem seguinte, por sua vez, é ainda mais reveladora: trata-se de um texto publicado pelo mesmo

jornal, sete anos antes²⁵, em que tanto foto quanto texto valorizam a diversidade de identidades e enfatizam aspectos positivos das identidades representadas – no caso, o desejo por parte de LGBTs de constituir família e os diversos arranjos familiares existentes no interior dessa comunidade.

Mulher empreendedora inova e retém mais talentos

Sob o comando feminino, empresas crescem de forma mais estruturada

Estudo feito pela ONG Endeavor mostra que, quando lideradas por mulheres, empresas possuem menos sócios

MARIANA BARROSA
DE SÃO PAULO

Um estudo sobre diferenças de gênero entre empreendedores mostra que, quando elas estão no comando, a capacidade de atrair e reter talentos é maior.

A área de recursos humanos é um problema para 60% dos empreendedores, enquanto só 35% das mulheres enfrentam dificuldades nesse quesito, revela o estudo conduzido pela ONG Endeavor e que a *Folha* divulga com exclusividade.

O gênero, contudo, não é determinante para o desempenho do negócio. "Na prática, o desempenho [de homens e mulheres] é muito similar. A diferença está na forma", diz Juliana Seabra, diretora de pesquisa da Endeavor. "O homem está mais orientado para o alto crescimento e quer chegar lá mais rapidamente. A mulher também é ambiciosa, mas é mais conservadora e prefere crescer de forma mais estruturada."

Esse comportamento também explica o fato de as sociedades lideradas por mulheres terem menos sócios.

Só 26% das empresas lideradas por elas possuem três ou mais sócios, a falta mais que dobra (54%) no caso de negócios liderados por eles.

"O homem tende a abrir a empresa com o objetivo de crescer e começa mais capitalizado e com uma rede mais completa de sócios", diz Seabra.

Já elas abrem um negócio quase que por acaso, após

Sofia Esteves, presidente da empresa de seleção DMRH

DIFERENÇAS NO EMPREENDEDORISMO

■ Mulheres ■ Homens

Acesso a financiamento
Obteve financiamento governamental para suas inovações

Foto: Endeavor Brasil

Problemas na área de recursos humanos

35% 60%

Lidera empresas com 3 ou mais sócios

26% 54%

Valoriza mais a família que o trabalho

40% 40%

uma sugestão ou depois de desenvolver um conhecimento específico.

NEGÓCIOS PRÓPRIOS

Foi assim com Sofia Esteves, presidente da maior empresa nacional de seleção profissional, a DMRH, criada em 1988 e que fatura hoje R\$ 22 milhões. "Nunca imagi-

nei ser empresária nem sonhei ter uma empresa desse tamanho", diz Esteves.

Logo após se formar em psicologia, ela trabalhou em uma consultoria, visitando clientes. Quando deixou o emprego, recebeu a ligação de um desses clientes, o diretor de RH da Coldex Frigor.

"Ele disse: 'Monte sua em-

presa que vai dar certo'. Ele me indicou para outra empresa e em três meses estava envolvida em 14 projetos."

Leticia Solum, arquiteta e estudiosa da terra como material de construção, montou uma empresa de tinta mineral após se ver fabricando o produto sob demanda para seus projetos de arquitetura.

Hoje, ela se dedica totalmente à fabricação do produto, atendendo à crescente demanda por construções sustentáveis.

Leticia é quase uma exceção ao se dedicar a um produto industrial. A pesquisa mostra que os homens tendem a se concentrar nas áreas industriais, com inovação na área de produtos.

As mulheres são mais atraídas para o setor de serviços e inovam na implementação de processos e técnicas de marketing, de RH etc.

Com inovações menos visíveis, elas têm menos acesso a financiamento público ou privado. No estudo, 38,5% dos homens tiveram acesso a alguma linha de financiamento público. Entre as mulheres, só 19,2%.

A Endeavor ouviu 52 empreendedores, metade de cada sexo, que lideram empresas com altas taxas de crescimento (chamadas de alto impacto). São empresas cujo faturamento varia de US\$ 100 mil a US\$ 10 milhões.

Além de Brasil, foram realizadas entrevistas na Suécia, na Suíça, nos EUA, em Uganda e na Jordânia.

O resultado completo, com a comparação entre os países, será divulgado em julho.

Figura 18. Reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 8 de março de 2011.
Fonte: Acervo Folha.

²⁵ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Parada_F_015.

COMPORTAMENTO *Formação de família é vista como forma de inclusão; evento pretende reunir 1,5 milhão na av. Paulista*

Gays sonham com casamento tradicional

Figura 19. Reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 13 de junho de 2004.
Fonte: Acervo Folha.

AURELIANO BIANCARELLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Casais heterossexuais estão se separando, o casamento ortodoxo está em crise, a família está dispensando as bênçãos da igreja. Na contramão, pares homossexuais estão buscando tudo isso. Querem viver juntos, formar famílias, adotar filhos e casar de papel passado. Se possível, querem subir ao altar.

Alguns se sentem bem quando saem pela noite à procura de parceiros. Pode-se lembrar que existem "dark rooms", onde homossexuais fazem sexo no escuro sem saber com quem. Mas um universo cada vez maior da população homossexual está buscando um parceiro para dividir projetos e cuidar um do outro quando ficarem velhinhos —o mesmo que desejam os casais heterossexuais.

O tema da parada gay de hoje em São Paulo é justamente "Temos família e orgulho". O evento pretende reunir 1,5 milhão de pessoas e se tornar a maior parada do gênero já realizada no mundo.

"Gays e famílias não são opostos", diz Reinaldo Pereira Damiano, presidente da associação da parada. A palavra família aponta para direitos de cidadania, como parentela civil, pensão, divisão de bens, diz o texto da parada. A

cas, o casamento tem um significado político, de cidadania. "O importante é ter o direito de ter essa opção, pois defendemos leis iguais para todos", diz Miriam Martins, coordenadora-geral da ONG Um Outro Olhar, voltada para a saúde e os direitos das lésbicas. Enquanto essa igualdade não chega, gays e lésbicas procuram atalhos, como o reconhecimento da união estável.

"Igrejas não nos abraçam"

Pedro Almeida, da Associação GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), observa que o grupo "abraça todas as religiões". "Elas é que não nos abraçam." Ele considera que adaptar textos bíblicos para que enquadrem casamentos homossexuais pode soar como algo falso ou forçado.

O antropólogo Luiz Mott, 58, professor da Universidade Federal da Bahia, diz que pesquisas sobre o ritual do matrimônio revelam que as liturgias entre casais do mesmo sexo antecederam casamentos heterossexuais. "A descoberta foi feita por John Boswell, da Universidade da Califórnia", diz Mott, que é fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB).

Ele próprio é casado com Marcelo Cerqueira, 36, em cerimônia realizada por um pastor da Igreja Pacifista Cristã, "numa liturgia

Os movimentos de negociação e troca semânticas relacionados às representações construídas pelos jornais parecem desdobrar-se também sobre outros planos discursivos analisados. Assim, no próximo item, apresentamos as reflexões desenvolvidas a respeito das marcas de intertextualidade e modos de incorporação do discurso alheio relatado nos enunciados jornalísticos. Dadas as afinidades verificadas em relação a esses dois eixos de análise, optamos por apresentá-los conjuntamente a fim de tornar a exposição mais clara e menos redundante.

8.3. Intertextualidade no deslocamento do universal e valorização do diverso

Marcas de intertextualidade e modos de incorporação do discurso alheio relatado²⁶ são dois planos discursivos em relação aos quais se observam menos variações do que aquelas verificadas nos planos anteriormente descritos neste capítulo. São dimensões que dizem respeito a aspectos estruturais dos textos jornalísticos que costumam ser diretamente fixados

²⁶ Sabemos que a "heterogeneidade" — nos termos de Maingueneau (2008) — ou o "dialogismo" — nos termos do Círculo de Bakhtin (VOLOCHINOV, 2017) — são elementos constitutivos e mesmo fundantes de todo discurso e não apenas das formas de discurso relatado. Não obstante, adotamos aqui a nomenclatura "discurso alheio relatado" porque pretendemos, neste ponto de nossas discussões, referir-nos especificamente às "formas marcadas" de heterogeneidade, seguindo a terminologia empregada por Sheila Vieira de Camargo Grillo (2004, p. 76). A discussão que apresentamos nas próximas páginas a respeito dos modos de incorporação do discurso alheio relatado baseia-se, em grande medida, no trabalho da autora.

em manuais de redação; com efeito, a recuperação de discursos, internos e externos ao campo, em enunciados jornalísticos, assim como os modos por meio dos quais se dá essa recuperação em casos de alteridade mostrada, parecem variar conforme uma gama razoavelmente limitada de opções – ao menos, no caso do jornalismo de referência. Esses limites dizem respeito, eles próprios, ao acionamento de discursos interno ao campo discursivo, como aqueles que se traduzem na definição da tipologia e citação das fontes, em regras de estruturação dos enunciados etc.

Ao mesmo tempo, quando consideramos os textos jornalísticos analisados em sua distribuição temporal, é possível observar deslocamentos e inversões de ênfase, de uma década a outra, dentro do conjunto de padrões de intertextualidade verificados. Tais movimentos dizem respeito essencialmente a rearticulações em relações estabelecidas com formações discursivas externas ao campo jornalístico, embora seja preciso considerar sua interface com toda a economia discursiva do próprio campo, já que a passagem do estabelecimento de relações prioritárias com discursos de um campo a outro produz, não raro, tensionamentos de aspectos da intertextualidade interna ao campo. Como veremos no próximo item deste capítulo, os deslocamentos verificados em relação a modos de coesão se dão em face de negociações com modelos canônicos de estruturação dos enunciados jornalísticos, o que inevitavelmente implica no acionamento e negociação de discursos constituintes do jornalismo de referência.

Voltando à configuração da intertextualidade externa, um olhar diacrônico permite a observação de deslizamentos nas hierarquias e interdições que constituem a articulação de referências a diferentes campos discursivos nos enunciados jornalísticos de nosso *corpus*. Indicativas de respostas diversas às coerções representadas pela discursividade política contemporânea, tais mudanças permitem-nos identificar diferentes momentos das negociações entre modelos semânticos do jornalismo e modelos semânticos de discursos identitários. Veremos também que são evidentes as correspondências entre esses momentos e as diferentes “fases” verificadas a propósito da análise de enquadramentos temáticos e representações do eixo identitário “gênero”, reforçando a hipótese de que estamos diante de mediações discursivas que se desdobram em cascata sobre os diversos planos discursivos.

O quadro abaixo (Tabela 7) sintetiza os discursos que predominam, a cada década, entre as referências a campos discursivos externos presentes nos enunciados jornalísticos examinados. Tal seleção baseou-se não apenas em prevalências quantitativas, mas também – e sobretudo – no papel que as referências a cada campo/discurso desempenham na construção

dos sentidos dos enunciados em que são mobilizadas. Sabendo disso, cada coluna lista os discursos mais relevantes em cada década, por ordem decrescente de recorrência/importância:

Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010
<ul style="list-style-type: none"> • Discurso político institucional. • Discurso político: ativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discurso técnico-científico. • Discurso econômico. • Discurso político institucional. • Discurso político: ativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discurso corporativo/empresarial. • Discurso econômico. • Discurso técnico-científico. • Discurso político institucional. • Discurso acadêmico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discurso político: ativismo. • Discurso corporativo/empresarial. • Discurso acadêmico. • Discurso jurídico. • Discurso técnico-científico. • Discurso político institucional.

Tabela 7. Marcas de intertextualidade: referências a campos discursivos em diferentes décadas.

O quadro evidencia a perda de espaço, ao longo dos anos, das referências ao discurso político institucional, que predominava na década 1980, como parte de um processo de enfraquecimento verificado, a propósito dos demais planos discursivos analisados, no papel que o Estado e a interface com o poder público desempenham na discussão de pautas identitárias. De fato, o período entre final dos anos 1970 e anos 1980 corresponde ao momento de maior politização dos debates sobre gênero nos jornais, com forte sentido de coletividade – note-se a relevância que discursos ativistas desempenham na época – e cobrança de ações do Estado, a exemplo das discussões sobre implantação de creches, sobre demandas feministas na Constituinte e sobre a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão que desempenha papel de protagonismo nos debates de então.

Nos anos 1990, o discurso político institucional parece ser interditado à medida que ganham força o discurso técnico-científico – referido à exaustão em matérias que abordam a condição feminina no país a partir de resultados de levantamentos conduzidos por órgãos de pesquisa, com destaque para o IBGE – e o discurso econômico – no momento, referido em matérias que vinculam grandes temas econômicos, como emprego e remuneração, à discussão sobre a condição da mulher. Não raro, os discursos técnico-científico e econômico são

articulados simultaneamente, nas mesmas matérias. Uma vez mais, esse dado ajuda a compreender o tom da cobertura jornalística sobre gênero nos anos 1990, reforçando percepções anteriormente apresentadas: marcada pela entrada em cena de pautas sobre desigualdade salarial entre homens e mulheres, formação e escolaridade feminina e qualificação da mulher no mercado de trabalho, a década representa o momento em que “gênero” converte-se em categoria de noticiabilidade autônoma e tópico privilegiado de discussões no espaço público, daí a grande quantidade de matérias articuladas em torno de dados e levantamentos a respeito da condição sobretudo econômica da mulher no país.

Em relação às percepções relativas aos demais planos discursivos analisados, a mobilização recorrente de discursos do campo econômico reforça a percepção de que o enquadramento temático [gênero<->economia] adquire papel central nos enunciados jornalísticos a partir de fins dos anos 1990. Ao mesmo tempo, a análise de marcas de intertextualidade em textos do período reforça a existência de continuidades significativas em relação aos anos 1980. Isso porque a referência a discursos tanto técnico-científicos quanto econômicos se dá a serviço da apresentação de dados abrangentes sobre a realidade brasileira e recorre a informações divulgadas por órgãos e institutos de pesquisa, independentes ou ligados ao Estado brasileiro, responsáveis por realizar mapeamentos extensivos sobre a constituição da população e indicadores econômicos do país – em todos os casos, temos o reforço de sentidos de “nação” como lugar privilegiado de realização do “universal” e o reconhecimento, próprio da modernidade, do papel e legitimidade institucionais.

Nos anos 2000, a prevalência de discursos corporativo-empresariais inclusive em relação a discursos do campo econômico reforça a percepção sobre a emergência de um enquadramento [gênero<->mercado] no período, fortemente influenciado por perspectivas neoliberais. Perdem espaço e relevância tanto o discurso político-institucional quanto o discurso técnico-científico, evidenciando o apagamento, em matérias jornalísticas sobre debates de gênero, da busca de interfaces com o poder público, do papel do Estado, da preocupação com a realidade global-nacional, da luta por soluções coletivas. O tom da cobertura é de fragmentação, tanto quanto são fragmentadas as trajetórias individuais, narrativas de sucesso no mundo corporativo e casos de “empoderamento” pessoal que ganham as páginas dos jornais no período. Por isso, trata-se de um período de ruptura em relação ao observado nas décadas anteriores, representando um momento de virada nos modos por meio dos quais os jornais de referência brasileiros enunciam sobre gênero.

Será nos anos 2010, não obstante, que essas tendências se consolidam e adensam. Não à toa, é nesta década que os enunciados jornalísticos parecem assumir, pela primeira vez no intervalo analisado, uma perspectiva de fato identitária como eixo articulador. No caso das marcas de intertextualidade externa, os arranjos entre os discursos referidos nas matérias seguem os princípios do tratamento semântico da /diferença/, como fica evidente se consideramos a maior profusão de campos discursivos aos quais recorrem os enunciados jornalísticos no período, justapostos lado a lado como que em alusão à diversidade de perspectivas a partir das quais se enuncia sobre gênero. Indo além, a prevalência de discursos político-ativistas, longe de representar o principal local de ancoragem das matérias, opera no sentido de multiplicar os lugares de /diferença/ representados: em arranjos semânticos nos quais todas as vozes são válidas, esses discursos acabam relativizando-se uns aos outros e sendo relativizados na justaposição com campos discursivos outros.

Na verdade, no caso da década de 2010, sequer é possível identificar com clareza hierarquias, sejam elas quantitativas ou qualitativas, entre os discursos referidos pelas matérias jornalísticas: todos eles, de alguma forma, se equivalem. No caso dos três que poderíamos descrever como os mais recorrentes no período – discurso político-ativista, discurso corporativo-empresarial e discurso acadêmico –, é importante notar que sua mobilização e articulação se dão predominantemente como forma de comentar histórias de “empoderamento” individual e discussões sobre diversidade, temáticas que dão o tom da cobertura no período. Também nesse sentido, a recorrência à intertextualidade externa opera de acordo com a lógica da /diferença/, que se mostra determinante à organização dos enunciados jornalísticos em anos recentes.

Poderíamos citar diversos exemplos de tal articulação entre discursos na chave da “diversidade” e de narrativas de “empoderamento”. Na reportagem do Estadão *Como vivem as brasileiras pelo mundo*, de 2017, são mobilizadas declarações da criadora do movimento 8M em São Paulo, Marina Costin Fuser, de Natália Corazza, pesquisadora de gênero da Unicamp, e de mulheres brasileiras, de diferentes perfis, que deram seu depoimento sobre como é viver e ser mulher no exterior. Apesar da relevância das entrevistas realizadas com Fuser e Corazza, a chamada da matéria – inclusive na capa do jornal – enfatiza a perspectiva de diversidade implicada nos depoimentos individuais coletados para a reportagem.

Abordagem similar aparece na reportagem *O desafio de quem quer definir seu próprio destino*, publicado em 2018 pelo mesmo jornal e escrito por Isabela Palhares e Juliana Diógenes, mesmas autoras do exemplo anterior. No texto, uma declaração de Marlise Matos,

coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher da UFMG, aparece no último parágrafo como forma de comentário às histórias de vida de cinco jovens mulheres em torno das quais se articula a matéria como um todo: “Elas querem ter o poder de definir seu próprio projeto de vida” – frase que provavelmente inspirou o título da reportagem. É interessante notar, nesse sentido, que o discurso acadêmico aparece subordinado, na estruturação da matéria, ao relato de trajetórias pessoais, sendo enquadrado a partir da chave que estamos chamando de perspectiva do “empoderamento” individual.

Outro exemplo, dessa vez de *O Globo*, pode ser encontrado na reportagem *Estudantes com identidade*, publicada em 13 de agosto de 2017²⁷. Trata-se de um texto interessante porque estabelece estreito diálogo com discursos da militância LGBT em favor da luta pelo direito ao uso do nome social por pessoas trans em espaços públicos – ainda que tal referência apareça explicitamente apenas nos dois últimos parágrafos. Nesse sentido, a matéria se articula em torno de histórias de estudantes trans que voltaram para a sala de aula após conseguirem se matricular utilizando seu nome social; ao longo do texto, aparecem declarações de uma mãe de estudante trans, um chefe de orientação pedagógica e do então vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Faltando quatro parágrafos para o final da reportagem, introduz-se o parecer de uma especialista em educação do Instituto de Estudos Socioeconômicos, Márcia Acioli, e, dois parágrafos adiante, o leitor tem contato com a perspectiva do secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis. Não obstante, a mobilização de ambos os discursos – acadêmico e político-ativista – se dá simplesmente – uma vez mais – como forma de confirmação dos pontos de vista de personagens apresentados ao longo do texto, contribuindo para a consolidação de um sentido afirmativo buscado por meio da representação da diferença ao longo da reportagem.

Subcategoria de manifestação das marcas de intertextualidade, a observação dos modos de incorporação do discurso alheio relatado reforça a percepção de que os deslocamentos verificados na formação dos enunciados jornalísticos de nosso *corpus*, ao longo dos anos, seguem um movimento no sentido de estreitamento da proximidade estabelecida em relação a aspectos da discursividade política contemporânea. Nesse sentido, cabe notar que ao longo dos anos 1980 e início dos 1990, o número de citações em discurso direto de porta-vozes de movimentos e entidades em defesa dos direitos da mulher – que

²⁷ Nas tabelas de classificação dos textos apresentadas no Anexo I e no banco de dados contendo as matérias de nosso *corpus*, o texto em questão pode ser identificado por meio do código: Marcos-Conselho LGBT_G_006.

correspondiam basicamente, naquele momento, a representantes do CNDM – era substancialmente maior do que o que se observa em anos recentes.

Um modo óbvio de interpretar esse dado seria supor que o estilo jornalístico, de lá para cá, teria se transformado, razão pela qual os jornais utilizariam menos citações diretas de modo geral; de fato, não foram poucas as transformações estilísticas no intervalo em questão, mas o uso de declarações “entre aspas” de representantes de movimentos e entidades em defesa dos direitos da mulher nos anos 1980 e início dos 1990 destaca-se quando comparado também à recorrência média de citações em discurso direto de outros tipos de fontes no mesmo período. Portanto, parece-nos coerente considerar esse dado como indicativo da marcação e reforço intencionais, por parte dos enunciados jornalísticos, do caráter heterogêneo do tipo de citação em questão, estratégia que pode ser entendida à luz do distanciamento assumido na época por jornais de referência em relação a falas “militantes”.

Como aponta Sheila Grillo (2004, p. 82), com base no trabalho do Círculo de Bakhtin, o discurso relatado – entendido como o “discurso dentro do discurso” – expressa certo “sentimento de independência” em relação ao contexto transmissor, dado pela marcação da possibilidade de que as categorias de pessoa, tempo e lugar tenham referências distintas no contexto transmissor e no discurso relatado. Este dado é significativo à compreensão do sentido de “distanciamento” que visualizamos na citação de falas militantes por enunciados jornalísticos de nosso *corpus* nos anos 1980 e início dos 1990.

Ao mesmo tempo, outros aspectos devem ser considerados quando do exame dos modos de incorporação do discurso alheio relatado. Como assinala Grillo (2004, p. 83), com base em Bakhtin e Volochinov, “As inter-relações entre contexto transmissor e discurso alheio são condicionadas pela posição que um discurso a ser citado ocupada na hierarquia social de valores”. Ainda como observa a autora, alguns indícios do papel hierarquicamente eminente concedido à enunciação de outrem são o baixo grau de réplica ou comentário, no discurso transmissor, assim como a delimitação de fronteiras nítidas. É o que observamos em boa parte dos modos de incorporação de discurso alheio que chamamos aqui, *grosso modo*, de discurso direto.

Assim, de volta às matérias jornalísticas dos anos 1980 e início dos 1990, pode-se verificar que falas de representantes de órgãos do Estado também gozam de amplo espaço na cobertura, sendo incorporadas aos enunciados jornalísticos ora em discurso direto, ora em discurso indireto, embora com ampla prevalência da primeira modalidade de incorporação – tendência que se mantém para esse tipo de fonte ao longo de todo o período observado e,

como sabemos, no jornalismo de referência em geral, dado o elevado grau de autoridade representado por declarações provenientes desse tipo de fonte.

A partir da segunda metade dos anos 1990, falas de representantes de movimentos e entidades em defesa dos direitos da mulher perdem espaço na cobertura jornalística. A esse respeito, vale retomar a matéria do *Globo* intitulada *FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres*, que já citamos algumas vezes neste trabalho. Publicada em 1996, o texto noticia o lançamento do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, mas há nele um apagamento de vozes militantes e femininas em prol da voz da autoridade máxima do poder executivo nacional. Vale também assinalar que a própria manchete destaca uma manifestação do então presidente (“reclama...”), e não o lançamento do Programa, e que essa manifestação refere-se à desigualdade econômica/salarial entre homens e mulheres – tema que ganha cada vez mais espaço nos jornais a partir da segunda metade da década de 1990 – em detrimento da problemática da violência. Além disso, o período é marcado pelo aumento do espaço conferido a declarações de representantes de institutos de pesquisa e coordenadores de levantamentos citados nas matérias; em ambos os casos, as declarações remetem à autoridade de fontes especializadas e, até por isso, são incorporadas quase sempre em discurso direto.

Mas será nos anos 2000 e 2010 que verificamos as mudanças mais significativas em relação aos modos de incorporação do discurso alheio relatado pelos enunciados jornalísticos: em primeiro lugar, notamos um aumento na diversidade de fontes citadas nas matérias, consideradas individualmente e em sua totalidade; essas fontes incluem um número maior de personagens, especialistas e pesquisadores, porta-vozes de empresas e consultorias, representantes de organizações não governamentais, associações e movimentos sociais, médicos, autoridades jurídicas etc. Em segundo lugar, chama a atenção o fato de o uso do discurso direto passar a ser mais igualmente distribuído entre as diversas fontes citadas, em uma configuração que parece multiplicar as individualidades e os lugares de diferença – em sintonia com o princípio semântico da /diferença/.

Nessa última fase da cobertura jornalística, o uso do discurso direto desempenha ainda mais uma função, que deverá ficar mais clara a partir da análise dos modos de coesão nos enunciados jornalísticos. Mais do que atender a premissas de “transparência” ou “verossimilhança”, entendemos que a escolha disseminada de tal estratégia textual ao longo da última década (ou pouco mais) atende a uma função predominantemente estilística e corrobora o sentido de narrativização fortemente arraigado nos enunciados do período.

Essa hipótese torna-se particularmente plausível quando consideramos que, nos anos 2000 e 2010, embora o uso do discurso direto estenda-se a vozes de diferentes tipos de fontes citadas nas reportagens, seu uso mais extensivo se concretiza na incorporação de declarações de “personagens” – como sabemos, no jargão profissional, os “personagens” correspondem a fontes que ilustram o tema ou fato abordados em uma matéria, sendo muitas vezes testemunhas ou protagonistas de uma notícia, mas sua incorporação no texto nunca se dá conforme princípios de autoridade ou especialização. Em outras palavras: o uso do discurso direto parece atrelar-se à produção de efeitos de sentido de “subjetividade” por meio da afirmação da singularidade de diversas identidades que têm “voz” – e “rosto” – nas matérias.

8.4. Tensionamentos de modelos canônicos de coesão

Sabendo que o “modo de coesão” relaciona-se tanto à distribuição de um discurso em gêneros constituídos quanto à organização interna dos textos (MAINGUENEAU, 2008), e uma vez que nos restringimos, neste capítulo, à observação de reportagens jornalísticas, cabe neste momento apresentar algumas observações com foco em deslizamentos parciais de aspectos de encadeamento discursivo verificados nas matérias analisadas.

De fato, um olhar geral sobre nosso *corpus* aponta a existência de regularidades muito mais do que diferenças, tendo em vista as regras genéricas e do jornalismo de referência que fixam modos de coesão mais ou menos padronizados para seus enunciados. Não obstante, uma perspectiva diacrônica revela, uma vez mais, tensionamentos de modelos textuais estáveis, em anos recentes, que reforçam as percepções apresentadas a propósito dos demais planos discursivos analisados, em especial, a consolidação de um modelo de restrições semânticas baseado em um princípio da /diferença/.

De modo mais específico, o que verificamos é que, enquanto até a primeira metade dos anos 2000, as matérias analisadas estruturavam-se, em sua quase totalidade, a partir da tradicional lógica jornalística da pirâmide invertida, inclusive com recorrência, em muitos casos, ao lide noticioso como estratégia de abertura textual – respondendo às perguntas básicas sobre o fato ou assunto central: o quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? A partir de meados e, principalmente, final da década de 2000, é possível observar um ponto de virada nos modos de coesão textual das matérias: em lugar da pirâmide invertida e do lide, predominam estratégias de encadeamento baseadas na valorização de personagens e suas histórias de vida. Como abertura das reportagens, tornam-se recorrentes pequenas narrativas

ou personagens que ilustram as temáticas em foco. Essa tendência se apresenta nos três jornais de referência analisados²⁸.

Obviamente, entendemos que uma guinada tão significativa corresponde a processos discursivos complexos no interior do campo; dito de outro modo, sabemos que, em anos recentes, os jornais de referência têm buscado explorar, com maior frequência, modelos textuais “alternativos”, que incluem estratégias mais “narrativas”, como a que apontamos. Não obstante, a presença sistemática desse modo de estruturação nas matérias de nosso *corpus* a partir de fins dos anos 2000 torna inegável o fato de que, se não exclusiva de matérias sobre gênero, tal modo de coesão apresenta significativa afinidade com pautas identitárias. Isso fica mais claro se considerarmos que esse ponto de virada corresponde justamente a momentos decisivos na conformação atual dos enunciados de nosso *corpus* do ponto de vista de seus enquadramentos temáticos, representações e marcas de intertextualidade. Entendemos, em suma, que a prevalência absoluta da valorização de histórias pessoais como fator de organização interna das matérias só se torna possível porque afinada com a prevalência de temáticas como “diversidade” e “empoderamento individual” como temas específicos dos enunciados jornalísticos no período – e vice-versa.

Alguns exemplos citados a propósito da discussão sobre marcas de intertextualidade e incorporação do discurso alheio relatado evidenciam essa leitura. Um dos casos mais emblemáticos é o da reportagem *Estudantes com identidade*, publicada em 2017 pelo *Globo* (Figura 20, próxima página). Isso porque, neste caso, tanto texto quanto imagem reforçam a valorização da singularidade e diversidade de personagens, bem como suas dimensões subjetiva e identitária. As duas fotografias que acompanham a matéria apresentam entrevistados em ambiente escolar, sendo que a segunda imagem, publicada na metade de baixo da página, mostra o estudante Victor Oliveira escrevendo seu nome sobre uma lousa. Além do nome, o enquadramento da foto valoriza o rosto de Victor, que olha diretamente para a câmera. Temos, assim, foco privilegiado em rosto e nome – dois dos principais *loci* de inscrição da identidade no ocidente.

²⁸ Dos três jornais, o *Globo* é aquele em que essa tendência se manifesta de forma mais tardia e menos acentuada; ainda assim, como veremos à frente, é possível citar exemplos de matérias publicadas nesse veículo cuja estruturação segue o ponto de virada descrito.

Estudantes com identidade

Aumenta o número de matrículas com uso do nome social em escolas públicas do país

De volta. Os alunos Larissa, Felipe, Fernando e Erika, do Colégio Estadual Rodrigues Alves, em São Paulo, só se sentiram seguros para voltar à escola após a mudança que substituiu o uso do nome social no registro escolar

Larissa Soares
uma estudante transgênero

Victor Oliveira nunca foi de sentar na primeira fileira nem no fundo da sala de aula. Ficava no meio. Falante, sempre rindo com os colegas, não escondia a contrariedade na hora da chamada. O nome dele não constava da lista de presença, mas sim o de batismo, no feminino. Aquela, diz ele, não existe mais. Aos 18 anos, o estudante do primeiro ano do ensino médio do Colégio Pedro II, na Zona Norte do Rio, acaba de conquistar o direito de ser tratado conforme sua

identidade e identidade e respeito "pessoal".

A primeira mudança foi a do nome. No registro escolar, ele era conhecido como Larissa, em uma troca simples com seu nome verdadeiro, mas não era suficiente para mudar a realidade de seu nome social. O primeiro momento desse processo ocorreu por acaso: em uma reunião com a equipe de

gestão do Colégio Pedro II, o superintendente de Educação e Desenvolvimento e a equipe de Planejamento e Gestão de Recursos Humanos discutiam a possibilidade de aceitar o nome social dos alunos.

Em 11 de maio, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução nº 12, de 11 de maio, que estabelece a possibilidade de uso do nome social em escolas públicas de ensino médio, ensino fundamental e ensino infantil.

Em 11 de maio, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução nº 12, de 11 de maio, que estabelece a possibilidade de uso do nome social em escolas públicas de ensino médio, ensino fundamental e ensino infantil.

"Presente". O estudante Victor Oliveira, do Colégio Pedro II, no Rio, tem seu documento com seu nome em larissa

de educação de todos. Na prática, ele também quer ter a matrícula de todos, "quando for o caso", disse o superintendente. A primeira mudança foi a do nome. No registro escolar, ele era conhecido como Larissa, em uma troca simples com seu nome verdadeiro, mas não era suficiente para mudar a realidade de seu nome social. O primeiro momento desse processo ocorreu por acaso: em uma reunião com a equipe de

gestão do Colégio Pedro II, o superintendente de Educação e Desenvolvimento e a equipe de Planejamento e Gestão de Recursos Humanos discutiam a possibilidade de aceitar o nome social dos alunos.

Em 11 de maio, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução nº 12, de 11 de maio, que estabelece a possibilidade de uso do nome social em escolas públicas de ensino médio, ensino fundamental e ensino infantil.

Conselho quer padronizar os registros escolares

Nova norma deve ser entregue ao MEC até outubro com o objetivo de unificar escolas

O Conselho Nacional de Educação (CNE) está preparando uma norma para padronizar as informações referentes ao uso do nome social em todas as escolas do país. O texto está em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) e será entregue ao MEC até outubro com o objetivo de unificar escolas.

O texto quer padronizar as informações referentes ao uso do nome social em todas as escolas do país. O texto está em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) e será entregue ao MEC até outubro com o objetivo de unificar escolas.

O texto quer padronizar as informações referentes ao uso do nome social em todas as escolas do país. O texto está em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) e será entregue ao MEC até outubro com o objetivo de unificar escolas.

O texto quer padronizar as informações referentes ao uso do nome social em todas as escolas do país. O texto está em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) e será entregue ao MEC até outubro com o objetivo de unificar escolas.

Figura 20. Reportagem de *O Globo* publicada em 13 de agosto de 2017.
Fonte: Acervo Globo.

A dimensão de afirmação das identidades representadas fica evidente também na abertura da matéria:

Victor Oliveira nunca foi de sentar na primeira fileira nem no fundo da sala de aula. Ficava no meio. Falante, sempre rindo com os colegas, não escondia a contrariedade na hora da chamada. O nome dele não constava da lista de presença, mas sim o de batismo, no feminino. Aquela, diz ele, não existe mais. Aos 18 anos, o estudante do primeiro ano do ensino médio do Colégio Pedro II, na Zona Norte do Rio, acaba de conquistar o direito de ser tratado conforme sua

identidade de gênero. Agora, quando o professor chama Victor Oliveira, ele não esconde a felicidade e responde: “presente”.

– A gente já é julgado [sic] por 24 horas. Se o colégio não estivesse ao meu lado, eu não teria seguido em frente – emociona-se Victor, após chorar pelo corredor do colégio ao saber que o requerimento para a mudança tinha sido aceito e que os documentos com seu nome estarão prontos em breve (SOUTO, 13/08/2017).

Na citação transcrita, é interessante notar que o veículo manteve as marcas de oralidade presentes na fala do entrevistado – ocorrência rara em jornais de referência, em geral preocupados em zelar pela norma culta da língua, como nos lembra Grillo (2004). Para além de um sentido de “autenticidade” – duplicação do real –, entendemos que essa singularidade na incorporação do discurso alheio relatado vincula-se à produção de sentidos de “subjetividade” através de uma suposta “proximidade” com o personagem, o que favorece a narrativização assumida em matérias sobre gênero nos últimos anos, em uma perspectiva afirmativa de identidade e diferença.

8.5. Síntese dos principais deslocamentos no intervalo 1978-2018

Ao longo deste capítulo, descrevemos rupturas verificadas no campo jornalístico a partir do exame de diferentes planos discursivos em enunciados sobre temáticas de gênero, produzidos entre 1978 e 2018. A partir desse gesto analítico, procuramos identificar quadros semânticos – sempre negociados – ligados a diferentes modos de formação dos enunciados, formas de coerção e troca interdiscursivas. Entendemos que os diferentes arranjos identificados correspondem a momentos diversos na concretização de trocas entre o campo discursivo jornalístico – ou o jornalismo de referência, mais especificamente – e elementos da discursividade política contemporânea (discursos identitários, debates de gênero etc.).

Essa leitura se fundamenta na percepção de que há diferentes “fases” que correspondem a momentos mais ou menos estáveis de trocas entre modelos semânticos. As características de cada uma dessas fases puderam ser observadas nos diversos planos discursivos analisados. Com essa periodização, porém, não esperamos apagar a existência de diferentes nuances internas a cada uma das fases descritas, mas sim, apontar tendências gerais que facilitam a compreensão de processos discursivos desenrolados ao longo de um período extenso de tempo. Assim, reforçando a perspectiva diacrônica da análise proposta e considerando o caráter inerentemente histórico da (inter)discursividade, os achados apresentados ao longo deste capítulo são sintetizados na Tabela 8, à frente.

Nela, são apresentadas as principais fases em que podem ser agrupadas as restrições que caracterizam a formação de enunciados sobre gênero – e identidade – no jornalismo de referência brasileiro, entre os anos de 1978 e 2018. Os deslocamentos que determinam as fronteiras entre as diferentes fases não constituem passagens graduais ou sintomas de algum tipo de “evolução”; antes disso, correspondem a consequências de jogos de força travados ao longo do tempo entre diferentes grades de restrição semântica, cada qual com seu poder próprio de coerção.

Neste momento, devemos abrir um breve parêntese a respeito da observação de especificidades dos veículos jornalísticos estudados. Embora o objetivo desta pesquisa seja analisar aspectos discursivos do *jornalismo de referência* como um todo – e não de *veículos específicos* –, é preciso reconhecer que algumas tendências apresentadas de modo geral até eo momento mostram-se, na verdade, mais ou menos pronunciadas em cada publicação.

No caso do jornal *O Globo*, chama a atenção a maior presença em comparação aos demais veículos de matérias sobre discussões de gênero com foco na interface com o Estado e ações do poder público; parece-nos um achado coerente com o fato de que a publicação, ao longo de todo o período analisado, reservou farto espaço a pautas sobre violência de gênero e ao noticiário local. Some-se a isso o fato de que o *Globo* representa a maior incidência de textos publicados em cadernos de “Política” entre as matérias do *corpus*.

Em relação ao jornal *O Estado de S. Paulo*, por sua vez, a principal singularidade diz respeito a uma menor variação, em comparação aos demais veículos, em termos de fontes, discursos citados (intertextualidade), enquadramentos temáticos, representações e modos de coesão. De fato, o jornal parece ser, dentre os três analisados, o mais conservador no que diz respeito ao apeço por modelos enunciativos tradicionais do jornalismo moderno.

Já no caso da *Folha de S. Paulo*, observamos as maiores variações de um momento a outro, assim como os deslocamentos semânticos mais pronunciados. Esse dado se aplica principalmente aos achados relativos a anos recentes: dos três jornais de referência analisados, a *Folha* é aquele em que as particularidades identificadas na década de 2010 mostram-se mais pronunciadas. De fato, é neste veículo que a presença de um “discurso identitário midiático” – conforme o descreveremos mais à frente – apresenta contornos mais nítidos. Para compreender por que isso ocorre, é preciso considerar as especificidades do perfil e trajetória editoriais desse veículo em “constante reformulação” e a institucionalização promovida pela empresa Folha da Manhã, nos últimos anos, de uma preocupação com a valorização de um ideal de “diversidade”, como vimos no capítulo 5.

Não obstante a pertinência de se apontar as especificidades verificadas em cada um dos três jornais analisados por uma questão de precisão científica, é preciso observar que elas não invalidam o potencial de generalização das análises traçadas nas últimas páginas e sintetizadas no quadro abaixo. O que temos são modulações editoriais que não invalidam a existência de tendências gerais que caracterizam os deslocamentos em modos de construção dos enunciados jornalísticos ao longo dos anos.

FASE 1	Final dos anos 1970 até início dos 1990	Gênero na interface com a política institucional. Foco no Estado, nação e em categorias da modernidade. Posicionamento de exterioridade e distanciamento em relação a discursos de gênero. Gênero como tema imposto “marginal”.
FASE 2	Década de 1990 até início dos anos 2000	Arrefecimento do tom político-militante anterior. Manutenção do foco em categorias da modernidade (nação, Estado, população, instituições). Acomodação de temas de gênero a esquemas enunciativos do jornalismo de referência: cobertura de grandes temas econômicos. Gênero como tema imposto que começa a adquirir “centralidade”.
FASE 3	Década de 2000	Gênero na interface com o mercado. Enfoque corporativo-empresarial. Entrada substantiva em cena de histórias de sucesso pessoal/profissional e narrativas de “empoderamento” individual. Gênero consolidado como tema imposto “central”.
FASE 4	Década de 2010	Diversidade de pautas, temas/subtemas e identidades representadas. Foco em personagens. Tratamento semântico voltado à valorização da “diferença”. Aprofundamento da relação gênero/mercado, narrativas pessoais e histórias de “empoderamento” individual. Categoria semântica “gênero” relativamente consolidada. Consolidação de temas identitários como temas “específicos” de uma nova posição enunciativa que se conforma no campo jornalístico. Emergência de um “discurso identitário midiático”.

Tabela 8. Fases da constituição de enunciados sobre gênero e identidade no jornalismo de referência.

Visualizáveis na forma de rupturas como as que são elencadas no quadro acima, os resultados de tais embates discursivos correspondem a diferentes modos de interação entre

grades de restrição semântica. Em um primeiro momento, temos a delimitação de discursos de gênero e identitários como “corpos estranhos” pelo jornalismo, como forma de resistência à potência desestabilizadora desses discursos em relação a esquemas classificatórios e valorativos de nossa cultura e da modernidade, os quais não deixam de estruturar também toda a produção jornalística.

Em um segundo momento, vemos uma tentativa de “acomodação” de tópicos correntes em discursos de gênero e identitários a modelos de construção de enunciados estabilizados no campo jornalístico e, mais especificamente, no jornalismo de referência – como aqueles utilizados na cobertura de grandes temas econômicos e na divulgação de dados e levantamentos realizados por institutos tradicionais de pesquisa; não sendo possível ignorar a existência de tais discursos, busca-se ao menos controlar seu potencial disruptivo.

Em um terceiro momento, visualizamos o encontro entre novos tópicos de discursos de gênero e identitários e modelos de restrição semântica frequentemente acionados no jornalismo de referência. Atua neste momento a coerção exercida por discursos do campo econômico, mais especificamente, discursos corporativos/empresarias, discursos sobre mercado e consumo desde uma perspectiva neoliberal, discursos sobre empreendedorismo etc. Por se tratarem de discursos com trânsito privilegiado no campo jornalístico, sua atuação torna-se decisiva à construção de enunciados sobre gênero e identidade.

Nesse caso, as restrições de tais discursos atuam interditando possibilidades de construção de enunciados a partir de grades semânticas que, dentre o conjunto de discursos de gênero e identidade em circulação, apresentem potencial mais disruptivo ou radical – incluem-se aí parte significativa dos discursos feministas, discursos anticapitalistas, discursos engajados na defesa de propostas transformativas dos modelos de categorização sobre os quais se constroem as identidades etc.

Não obstante o caráter coercitivo e a realização de poder implicados nesse processo de interdição, é preciso observar que o que caracteriza este terceiro momento de nossas análises é, principalmente, a existência de afinidades entre as restrições semânticas dos discursos econômico-corporativos-neoliberais que transitam no jornalismo de referência e de parte dos discursos de gênero em circulação na contemporaneidade, caso chamado “feminismo mainstream”, de manifestações do “feminismo difuso” (PINTO, 2003), de vertentes do movimento LGBT direcionadas a questões de consumo (inserem-se aí discussões em torno do chamado “pink money”) etc.

Nos anos 2010, observamos a emergência e estabilização de um posicionamento enunciativo no campo jornalístico a partir do qual passam a ser produzidos enunciados sobre gênero e identidade conforme um conjunto de restrições semânticas mais ou menos estável e significativamente limitado. Neste período, podemos dizer que se constitui de fato uma nova formação discursiva no campo jornalístico; referimo-nos aqui ao conjunto material – e virtual – de enunciados produzidos – e produzíveis – como parte do que denominamos aqui como “discurso identitário midiático”.

Associado a relativa estabilidade na formação de enunciados no período, o posicionamento emerge do encontro e negociação entre diferentes modelos de restrição semânticos. Ao mesmo tempo, embora se trate de um discurso engendrado na interface complexa com outros tantos enunciados que circulam em campos diversos, devemos considerá-lo como um discurso especificamente “midiático”; como vimos, em Maingueneau (2008), só é possível falar na individuação de um discurso considerando que ele é sempre conformado pelas regras do campo em que está inserido.

Nesse sentido, defendemos a importância de se considerar uma noção de *mediação discursiva* – concebida, no sentido como aqui a propomos tomar, como abarcando processos de troca e negociação entre princípios semânticos de diferentes modelos de restrição. Na perspectiva de Nick Couldry, a mediação diz respeito à “heterogeneidade das relações e das transformações emergentes da relação midiática” (COULDRY, 2008).

Embora inserida em um contexto teórico bastante distinto do referencial a que nos filiamos neste trabalho, a proposição do autor, uma vez pensada nas especificidades do domínio discursivo, não deixa de ser útil à compreensão de processos de mediação que se desenrolam entre discursos. De fato, uma heterogeneidade de relações e transformações também está em jogo quando pensamos em trocas e interações estabelecidas entre diferentes modelos de restrição semântica, como procuramos mostrar ao longo das análises apresentadas ao longo deste capítulo.

Por tudo isso, é em um âmbito de mediação que podemos visualizar dinâmicas de interpretação/tradução/transformação entre formações discursivas diversas, segundo processos engendrados em face da materialidade e tessitura de discursos que possam atuar como agregadores, organizadores e distribuidores de posicionamentos enunciativos. É o caso do discurso jornalístico que, como sabemos, tem por função social promover formas de contato e articulação entre campos discursivos diversos.

Ao mesmo tempo – e mais importante –, propomos considerar o estabelecimento de processos de mediação discursiva como ideia central à compreensão de dinâmicas de gênese discursiva distintas daquelas descritas por Maingueneau (2008), que se dedica fundamentalmente à discussão da interdiscursividade enquanto fundada na polêmica entre formações discursivas que se delimitam reciprocamente. Não desconsideramos a relevância das proposições do autor, mas ressaltamos a importância de se considerar a existência de outros modelos de gênese que, como evidencia a análise de matérias jornalísticas apresentada nesta pesquisa, devem ser levados em conta para que possamos compreender, de fato, dinâmicas complexas e multidirecionais de trocas interdiscursivas em universos midiáticos.

CONCLUSÃO

DA EMERGÊNCIA DE UM DISCURSO IDENTITÁRIO MIDIÁTICO

Com o mapeamento de restrições semânticas que incidem sobre diferentes planos discursivos em enunciados jornalísticos, identificamos regularidades e deslocamentos que caracterizam o debate sobre gênero em jornais de referência brasileiros entre 1978 e 2018. Mais especificamente, buscamos tomar as invariâncias como *meio* para a descrição de rupturas discursivas no campo discursivo jornalístico.

Considerando a historicidade inerente ao discurso e afastando categorias relacionadas a ideias de progressão e linearidade, procuramos, com a descrição de descontinuidades manifestas em variadas dimensões dos textos jornalísticos, alcançar indícios da existência de diferentes arranjos semânticos que, em constante negociação, condicionam a formação dos enunciados. Com tal gesto analítico, voltamo-nos à dimensão do arquivo, tateando leis de enunciabilidade a partir de recortes específicos – o arquivo, como nos lembra Foucault (2012), jamais pode ser apreendido em sua totalidade.

Como sabemos, diferentes arranjos semânticos remetem a diferentes modos de formação dos enunciados, que, por sua vez, sugerem a materialização de diferentes formas de coerção e troca interdiscursivas; eventualmente, tais mediações levam à emergência de “novos” discursos, caracterizados por modelos coesos e minimamente estabilizados de restrições semânticas – ainda que não exista discurso *novo* fora da relação com discursos *outros*, e que a demarcação de uma identidade discursiva implique sempre em um corte em alguma medida arbitrário. A emergência de um posicionamento enunciativo dado deve ser considerada sempre à luz do campo discursivo em que se processa, podendo afetar toda a economia discursiva aí verificada.

Nesta pesquisa, identificamos elementos de trocas interdiscursivas estabelecidas entre o jornalismo de referência – com seus discursos constitutivos ligados a um ideário político moderno – e discursos filiados à discursividade política emergente na contemporaneidade – articulada em torno de pautas identitárias, do ideal de diversidade e de demandas por reconhecimento. Dada a especificidade do *corpus* e do objeto que focalizamos, nossos achados suscitam o estabelecimento de diálogos relevantes em relação a considerações de Maingueneau (2008). A esse respeito, destacam-se dois aspectos:

1. O mapeamento de traços semânticos constitutivos de enunciados jornalísticos a partir de diferentes planos discursivos sugere um cenário marcado não por identidades discursivas estabilizadas, mas sim, por *identidades abertas* e *arranjos semânticos deslizantes*. Em outras palavras, é preciso considerar que estamos diante de *mediações discursivas* – mais do que de identidades semânticas bem delimitadas no espaço discursivo, como sugere a análise desenvolvida por Maingueneau (2008) a propósito do discurso religioso.
2. Isso quer dizer que deslocamos a leitura proposta por Maingueneau (2008) em pelo menos dois pontos: em primeiro lugar, analisamos um contexto de trocas interdiscursivas que extrapola o que o autor descreve como *espaço discursivo* (ou seja, o espaço de interação entre duas formações discursivas polêmicas) e espalha-se em múltiplas direções no campo discursivo – dado que nos parece fundamental à abordagem da interdiscursividade no campo midiático; em segundo lugar, focalizamos o discurso e sua identidade sob uma ótica diacrônica, considerando seus movimentos de transformação, as coerções a que estão sujeitos, as trocas estabelecidas com sistemas semânticos diversos. Nesse sentido, focalizamos processos de mediação semântico-discursiva como caminho para a compreensão da(s) identidade(s) discursiva(s), o que abre a possibilidade de se pensar em diversas formas de gênese discursiva para além daquela abordada por Maingueneau (2008).

O fato de estarmos diante de achados que se mostram dinâmicos e deslizantes, em constante remodelação, não afasta a possibilidade de se pensar o discurso em termos de identidade e alteridade. Na verdade, o que fazemos é multiplicar os pontos de amarração dos jogos entre o Mesmo e o Outro, entendendo que o foco em mediações discursivas multidirecionais radicaliza a possibilidade de se construir uma análise discursiva capaz de tonar a interdiscursividade como aspecto constitutivo e fundante da discursividade.

Além disso, em relação ao trabalho de Maingueneau (2008), mudamos o ponto de partida a partir do qual olhamos para os discursos: em lugar de selecioná-los *a priori* para, então, descrever seus sistemas de restrição, partimos da identificação de restrições semânticas negociadas em um contexto enunciativo dado como forma de compreender as possíveis identidades aí engendradas. Nesse sentido, o foco em mediações semântico-discursivas

permite a realização de uma análise mais efetivamente preocupada com a historicidade dos processos de regulação interdiscursiva. Ao mesmo tempo, pode representar um caminho pertinente à investigação de trocas interdiscursivas em contextos midiáticos.

Nas análises desenvolvidas ao longo da tese, construímos uma periodização capaz de explicar as principais rupturas e os deslocamentos decisivos que caracterizam a formação de enunciados de jornais de referência sobre a identidade na política, políticas identitárias e perspectivas identitárias em geral. Identificamos quatro diferentes “fases” que correspondem a um processo de crescente incorporação de elementos semânticos de discursos identitários pela enunciação e enunciados jornalísticos.

Esse percurso sinaliza a passagem de um momento de demarcação de uma posição distanciamento e exterioridade entre os textos de jornal e a discursividade política contemporânea (final dos anos 1970 e anos 1980) a contextos de acomodação de elementos de discursos identitários a esquemas enunciativos próprios dos jornais (anos 1990) e crescente centralidade e visibilidade conferidas a tais discursos (anos 2000).

Nesse trajeto, o que se percebe é uma tentativa de aproximação, por parte dos enunciados jornalísticos, em diferentes graus e por diferentes mecanismos, em relação a discursos identitários em circulação na sociedade. Longe de encampar plenamente esse tipo de manifestação discursiva, os veículos parecem tentar traduzi-la e mediá-la, com a opacidade que lhe é própria, em sua cobertura. Ao mesmo tempo em que os espaços de discussão sobre questões de gênero e identitárias ampliam-se e generalizam-se nos jornais de referência, o modo com tais debates são articulados remete a um crescente esvaziamento de possibilidades coletivas de articulação e a uma paulatina colonização por discursos mercadológicos e comportamentais baseados em chaves de interpretação e respostas individuais.

Como ápice desse movimento discursivo, a década de 2010 corresponde ao momento em que se podem notar os indícios da conformação de um “novo” posicionamento enunciativo no campo jornalístico, a partir do qual passam a ser produzidos enunciados sobre gênero e identidade. Referimo-nos a esta posição enunciativa como *discurso identitário midiático*. Associada a ganhos em termos de estabilidade e uniformidade na produção de enunciados no período, essa formação discursiva emerge do encontro e mediação entre diferentes modelos de restrição semânticos. Apontamos alguns deles:

1. De um lado, atuam discursos constituintes do próprio campo discursivo jornalístico (materializados em aspectos de construção textual, noticiabilidade,

técnicas de apuração etc.), ancorados em um imaginário político moderno. É preciso lembrar que uma posição enunciativa está sempre sujeita às modulações decorrentes do dizível do campo em que está inserida.

2. De outro lado, temos a coerção exercida de forma decisiva – ainda que não exclusiva – por discursos econômico-corporativos, o que se reflete em uma valorização da ação individual, na minimização do papel do Estado e na diminuição da visibilidade conferida à interface com o poder público como espaço privilegiado de luta e ação política. Em lugar disso, ganham terreno traços semânticos como a valorização da iniciativa individual, de aspectos de autoestima e subjetividade, bem como do assim chamado “empoderamento” individual – entendido, quase sempre, conforme um vago sentido de “conscientização”.
3. Por fim, destaca-se a atuação de restrições semânticas próprias de discursos identitários em circulação, sobretudo aqueles relacionados à discussão da diversidade e do reconhecimento simbólico. Ganham assim espaço elementos de discursos identitários que encampam perspectivas *afirmativas* – ou do chamado “multiculturalismo mainstream”, nas palavras de Fraser (2006)

Como vimos ao longo das análises do *corpus*, há um sentido de /diferença/ se coloca como decisivo à conformação de um discurso identitário midiático. Entendemos que essa notação aponta para a existência de um operador (ou “núcleo semântico”) aplicado e aplicável a diferentes eixos semânticos:

[...] a formação discursiva não seria um conglomerado mais ou menos consistente de elementos diversos que se uniriam pouco a pouco, mas sim a exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico. Aliás, essa ideia se harmoniza plenamente com nossa hipótese do primado da interdiscursividade [...] (MAINGUENEAU, 2008, p. 62, grifos do autor).

O que identificamos como diferencial característico de um quarto momento de formação dos enunciados jornalísticos sobre gênero e identidade – o momento de emergência de um discurso identitário midiático – é justamente a consolidação de um *núcleo semântico* fundamental. É isso que favorece a existência de uma relativa estabilidade nas matérias encontradas nos três veículos jornalísticos analisados em anos recentes; para Maingueneau

(2008), a existência de núcleos semânticos assim constituídos possibilita aos enunciadores, à luz da competência discursiva, enunciarem de acordo com as restrições de uma formação discursiva dada.

Segundo o autor, em um modelo de interdiscurso composto por dois polos polêmicos, cada discurso possui funções que definem componentes de tradução do discurso oposto por meio de “simulacros”; para identificar o que caracteriza cada um dos polos da relação polêmica, é possível aplicar operações semânticas a eixos semânticos primitivos, o que resulta em *semas* – unidades mínimas de sentido – organizados em classes complementares (os positivos, que cada discurso reivindica para si, e os negativos, que cada discurso rejeita).

Obviamente, diferenças significativas existem entre a análise que desenvolvemos neste trabalho e a proposta de Maingueneau (2008), tendo em vista principalmente a natureza do *corpus* que exploramos. Justamente por isso, a construção de um modelo semântico ancorado em relações opositivas seria pouco produtiva neste momento, já que não passaria de uma compilação de projeções sobre polêmicas virtuais. Para ser possível construir um modelo desse tipo de forma consistente, seria preciso explorar um *corpus* que valorizasse, em sua própria constituição, a existência de relações polêmicas.

Não obstante, é importante lembrar que a lógica da interincompreensão regulada descrita pelo autor não deixa de colocar-se, como pano de fundo, a todas as formações do universo discursivo. No caso de nosso objeto de estudo, basta considerar que discursos identitários ancorados em uma premissa de /diferença/ são frequentemente traduzidos, por posicionamentos opositivos, segundo uma chave de /segregação/. Da mesma forma, um princípio de /igualdade/ reivindicado como sema positivo em discursos políticos constituintes da modernidade deverá ser rejeitado por discursos identitários, que poderão traduzi-lo nos termos de uma /generalização/ e/ou uma /massificação/.

No que diz respeito à caracterização do discurso identitário midiático segundo um modelo semântico capaz de evidenciar o caráter relativamente limitado dos sentidos de base em torno dos quais se organizam os enunciados produzidos no âmbito de sua formação discursiva, as proposições de Maingueneau (2008) representam alguns caminhos interessantes. Em primeiro lugar, é preciso observar que a operação semântica fundamental de um discurso identitário midiático pode ser descrita nos termos da “Diferenciação”.

Se aplicada a eixos primitivos de organização do discurso, teríamos os seguintes semas “positivos” ou “reivindicados” como fator de identidade dos enunciados filiados ao discurso em questão:

Eixos semânticos primitivos	Semas obtidos pela operação de “Diferenciação”
“Relação”	/individualização/, /afirmação/, /relativização/, /autonomização/
“Número”	/pluralidade/, /multiplicação/
“Espacialidade”	/distância/, /separação/, /fragmentação/

Tabela 9. Semas obtidos pela operação de “Diferenciação” sobre eixos semânticos primitivos.

Os semas obtidos a partir das operações de “Diferenciação” mostram-se surpreendentemente condizentes com as leituras de nosso *corpus* conduzidas a propósito dos diversos planos discursivos focalizados. A fim de ilustrar tal percepção, a tabela a seguir mostra como, para cada plano discursivo analisado, os semas relacionados a cada eixo semântico primitivo (“relação”, “número”, “espacialidade”) traduzem-se em características específicas de formação dos enunciados:

PLANOS + SEMAS	“Relação”	“Número”	“Espacialidade”
Enquadramentos temáticos	Enfoque na individualidade/ individualização. Autonomização das temáticas (em relação a editoriais/grandes temas tradicionais). Afirmação temática (diferença como “gancho”).	Multiplicação de enquadramentos e recortes temáticos.	Fragmentação temática (distribuição entre editoriais/grandes temas).
Representações	Afirmação da diferença. Individualização da diferença.	Pluralidade de identidades representadas	Distância entre realidades representadas. Descontextualização/ desterritorialização.
Intertextualidade/ Incorporação de discurso alheio relatado	Relativização de pontos de vista. Subjetivação (disseminação do uso de discurso direto).	Pluralidade de discursos referidos e fontes citadas.	Separação entre contexto transmissor e discurso relatado (uso abundante de “aspas”).
Modos de coesão	Autonomização de trechos encadeados.	Multiplicação de narrativas	Fragmentação textual (múltiplas narrativas).

Tabela 10. Manifestação dos semas obtidos pela “Diferenciação” sobre diferentes planos discursivos

Como os quadros anteriores mostram, as proposições de Maingueneau (2008) podem ser utilizadas como base útil ao desenho de modelos semânticos como o que examinamos nesta pesquisa, baseados não em relações polêmicas, mas em mediações entre diferentes esquemas de restrições.

Partindo de uma ideia de “mediação discursiva” como fundamental à compreensão dos processos de interação semântica no campo jornalístico, devemos considerar que um modelo semântico como o do discurso identitário midiático conforma-se a partir da sobreposição de semas oriundos de diferentes grades de restrição – como na constituição do DNA de um vírus, que consegue se apropriar de pedaços de informação genética de diferentes organismos, recombinando-os. Como os genes, semas podem ser trasladados de um discurso a outro.

Obviamente, não seria possível recuperar a origem de todos esses fragmentos semânticos – mais do que isso: à diferença do sequenciamento genético, a colocação de tal questão seria incoerente em uma perspectiva de mediação, que valoriza justamente a observação de contextos de hibridização e mobilidade, sob uma perspectiva relacional. É possível, não obstante, pensar em termos de afinidades, *trocas* e *negociações* entre modelos de restrição semântica, como buscamos fazer ao longo da tese.

É o que fica evidente quando consideramos, por exemplo, a afinidade e potencial de reforço semântico existentes entre discursos corporativo-empresariais de vertente neoliberal e discursos identitários de afirmação da diferença; da negociação entre ele, resultam articulações discursivas propícias à valorização de narrativas de “empoderamento individual”. Mas processos de troca semântica como este não se dão de forma mecânica ou matemática; trata-se de negociações complexas, construídas à luz do *dizível* de um campo discursivo dado – seu universo intertextual próprio e os dispositivos retóricos nele disponíveis (MAINGUENEAU, 2008) – e das relações de poder intrínsecas à organização, distribuição e controle da produção discursiva em um tempo e lugar.

É neste sentido que propomos entender aqui a *mediação* como processo fundamental à compreensão da gênese discursiva, especialmente em contextos midiáticos. Em nossas reflexões, buscamos atentar a esse aspecto por meio da observação do estabelecimento de hierarquias entre modelos semânticos na constituição dos enunciados jornalísticos. Em relação à discussão de conceitos de Análise do Discurso e da obra de Maingueneau (2008) no campo da Comunicação, tal abordagem pode constituir um caminho à superação de impasses

conceituais e metodológicos decorrentes da tentativa de transposição de conceitos que foram pensados para outros campos e universos discursivo-textuais.

Ainda em relação à mediação como elemento fundamental à compreensão de processos de interação e gênese discursiva, cabe destacar o papel que discursos constituintes do campo jornalístico desempenham na conformação de um discurso identitário midiático. Pensemos sobre os semas apresentados na Tabela 9: se o tratamento semântico da /diferença/ perpassa os enunciados jornalísticos analisados, com base em uma operação fundamental de “Diferenciação”, poderíamos supor que “Diversidade” constitui o objeto semântico em torno do qual se organiza o discurso em questão. Significa dizer que, no discurso identitário midiático do jornalismo de referência, um elemento só possui positividade se integrado a uma estrutura de “Diversidade”, responsável por reunir e justapor as diferenças.

Ora, esse princípio semântico ordenador parece ser garantido pela própria natureza do campo em que se situa o discurso em questão: como sabemos, é papel do jornalismo, em, sua vertente moderna e liberal, “catalogar” as diferenças que constituem a diversidade do mundo e colocá-las, de maneira objetiva e não hierarquizada, à disposição do leitor. Podemos ver claramente a coerência entre tal premissa e as políticas fixadas pelos jornais de referência analisados em seus documentos editoriais, por exemplo.

Essa observação é fundamental na medida em que nos permite ver a relação entre os discursos constituintes do jornalismo de referência e aspectos da discursividade política contemporânea para além de uma suposta – e definitiva – contradição. Não desejamos afirmar que não haja pontos de tensão entre os dois modos de enunciar, que remetem, de fato, a diferentes modelos de restrição; em lugar disso, esperamos mostrar que uma perspectiva de análise voltada à observação de processos de mediação discursiva possibilita a visualização também de negociações, aproximações parciais, tréguas temporárias ou definitivas.

É verdade que, para jornais como os que focalizamos nesta pesquisa, filiar sua imagem institucional aos princípios democráticos significa reforçar o imaginário do qual a imprensa se alimenta e, ao mesmo tempo, buscar legitimação a partir dele. É igualmente verdadeiro que a perspectiva de democracia à qual os jornais tradicionalmente se filiam é a da democracia representativa moderna, baseada em princípios o do cálculo da *maioria* e a necessidade de *publicização* do poder. Poderíamos ainda acrescentar que, para o modelo de jornalismo que se consolida e floresce no século XX, é fundamental um sentido de democracia liberal, vinculada ao ideal de livre mercado – que se traduz no sentido de *livre mercado de ideias*.

Não obstante, a própria concepção de democracia em discursos circulantes parece atualizar-se mediante a emergência de discursos identitários. Ideais de diversidade, debates em torno de direitos das minorias, reivindicações a propósito da visibilidade de grupos historicamente estigmatizados – todos estes tópicos, como tantos outros, ganham força no debate público contemporâneo, fenômeno de que as matérias jornalísticas de nosso *corpus* são ao mesmo tempo evidência e testemunho.

Neste cenário, os jornais de referência também precisam atualizar-se para sobreviver. É, portanto, na perspectiva de defesa dos ideais democráticos e valores liberais que se tornam possíveis a aproximação e acomodação verificadas, de 1978 a 2018, entre enunciados jornalísticos e elementos da discursividade política contemporânea.

Indo além, o *valor* e o *sentido* de democracia atuam decisivamente como fatores de mediação entre grades semânticas, tornando possível a conformação, no campo jornalístico, do discurso identitário midiático que buscamos descrever. No limite, trata-se de um posicionamento enunciativo perfeitamente condizente com o dizível do campo porque possibilita a manutenção e favorece a reelaboração de uma pretensa posição do jornalismo de referência como “guardião” dos valores democráticos – com todos os efeitos regulatórios e (micro)políticos implicados em tal estratégia de legitimação.

É nestas brechas abertas pela mediação entre modelos de restrição semântica que os jornais de referência visibilizam minorias de gênero e sexuais e focalizam alteridades por muitos anos negligenciadas na cobertura da imprensa. Trazem – estampados em suas páginas – vozes e rostos outrora silenciados e amplificam debates sobre a diferença a partir de pautas preocupadas com a diversidade.

Mas não devemos esquecer que a conquista deste espaço se dá – ainda hoje – nos termos de uma visibilidade negociada: para além de temas e feições (negras, indígenas, mestiças, asiáticas, periféricas...) que se fazem ausentes do debate público re(a)presentado como espetáculo democrático, é preciso lembrar que a formação discursiva atua rarefazendo o dizer e o dito mais do que multiplicando possibilidades expressivas.

Em brechas que se fecham como quadros fotográficos, há espaço para pouco mais do que cenografias individuais e *close-ups* em corpos e subjetividades que – à revelia de seu potencial crítico – enfileiram-se em vitrines de diferenças mais ou menos equivalentes, mais ou menos concorrentes, e absolutamente solitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. “La conciencia de la mestiza / Rumor a uma nova consciência”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 323-339.

ARAÚJO, Inês Lacerda. “Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault”. In: **Revista Aulas**, n. 3. Campinas, Unicamp, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/14.pdf>>. Acesso em: 29 Dez. 2019.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Eudoro de Sousa. 2ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

AZENHA, Luis Carlos. “Apresentação”. In: LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991, pp. 13-17.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARBOSA, M. C. “Comunicação: a ciência do século XXI”. In: **Matrizes**, v. 9, n. 1. São Paulo, ECA/USP, p. 267-271, 2015. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/viewFile/635/pdf>>. Acesso em: 27 Jan. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARENDT, Eric. **Freedom of speech**. Oxford: Oxford University, 2007.

BECKER, Fernanda. “#EleNão: Após tomar as redes, movimento liderado por mulheres contra Bolsonaro testa força nas ruas”. **El País**, 30/09/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

BELL, Emily J.; OWEN, Taylor. **The platform press**: how Silicon Valley reengineered Journalism. Columbia Journalism School, 2017.

BERTOCCI, D.; CORRÊA, E. S. “O Algoritmo Curador”. In: SAAD, E. (Org.). **Curadoria digital e o campo da Comunicação**. São Paulo: ECA-USP, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/grupo-ecausp.com/docs/ebook_curadoria_digital_usp>. Acesso em: 17 Fev. 2020.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRANDÃO, Helena Nagamine. “Analisando o discurso”. **Portal da Língua Portuguesa** (mimeo), s/d.

BRESSIANI, Nathalie. “Redistribuição e reconhecimento – Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, pp. 331-352, Mai./Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n62/a07v24n62.pdf>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

BREÑA, Carmen Morán. “A quarta onda do feminismo e o mundo gay se estranham”. **El País**, 17/11/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/16/internacional/1542392343_090003.html>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

BRUNS, Axel. “Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo”. **Brazilian Journalism Research**, v.7, n.2, p.119-140, 2011.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. “Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.213-320.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano Cabral. **Mobilizações discursivas da categoria “politicamente correto”:** um mapa dos sentidos que emergem no jornalismo [Trabalho Dissertação de Mestrado]. São Paulo: ECA/USP, 2015.

_____. **Censura em pauta:** uma abordagem arqueológica dos discursos sobre o cerceamento da liberdade de expressão nas páginas da imprensa [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: ECA/USP, 2012.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-321.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d’aquém e d’além mar:** percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2008.

CHAMBERLAIN, Prudence. **The Feminist Fourth Wave:** Affective Temporality. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. “A crise do jornalismo é multidimensional, dinâmica e complexa” [entrevista]. **Observatório da imprensa**, 21/05/2019, *online*. Disponível em: <<http://observatorioidaimprensa.com.br/entrevista/a-crise-do-jornalismo-e-multidimensional-dinamica-e-complexa>>. Acesso em: 29 Fev. 2020.

CITELLI, Adilson. Comunicação e linguagem: diálogos, trânsitos e interditos. In: **Matrizes**, ano 2, n. 1. São Paulo, ECA/USP, p. 13-30, 2008. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/184>>. Acesso em: 27 Jun. 2016.

COETZEE, J. M. **Contra la censura**: ensayos sobre la pasión por silenciar. Barcelona: DEBOLSILLO, 2008.

COLETIVO VERMELHA. “Quem tem medo das mulheres no audiovisual? A resposta das mulheres”. **#AgoraÉQueSãoElas**, Folha de S. Paulo, 26/03/2016. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/03/25/resposta-das-mulheres/>>. Acesso em: 06 Jan. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. “Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-310.

COSTA, Paula Cesarino. “Beijos fora do lugar”. **Folha de S. Paulo**, 12/08/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/08/beijos-fora-do-lugar.shtml>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

_____. “‘Gênero é uma lente sobre o mundo’, diz editora em função pioneira”. **Folha de S. Paulo**, 19/11/2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/11/1936211-genero-e-uma-lente-sobre-o-mundo-diz-editora-em-funcao-pioneira.shtml>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

COSTA, Cristina. “Opinião Pública, comunicação, liberdade de expressão e censura”. In: COSTA, Cristina (Org.). **Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão**. São Paulo: Intercom, 2013.

COULDRY, Nick. “Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling”. **New, Media & Society**, v. 10, n. 3. London: Sage, 2008. p. 373-391.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DANTAS, Iuri; SUWWAN, Leila. “Lula usa em seus discursos termos vetados por cartilha”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 06/05/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0605200518.htm>>. Acesso em: 06 Dez. 2019.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. “Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades”. **Plural – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**. São Paulo, v.18.1, pp. 175-184, 2011.

DUCROT, Osvald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. “‘Political correctness’: The politics of culture and language.” **Discourse & Society** (v. 14, n. 1). London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: SAGE Publications, 2003, pp. 17-28.

FARKAS, Solange. “Bafo Queer: a desobediência sexual sempre incomoda a ordem”. **#AgoraÉQueSãoElas**, Folha de S. Paulo, 16/09/2017. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/09/16/bafo-queer-a-desobediencia-sexual-sempre-incomoda-a-ordem/>>. Acesso em: 06 Jan. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. “Com crescimento digital, Folha lidera circulação total entre jornais brasileiros”. **Folha de S. Paulo**, 21/04/2019. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/01/30/circulacao-digital-dos-grandes-jornais-cresce-no-brasil.html>>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

_____. “Folha cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28/04/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

_____. **Manual da redação** (13ª edição). São Paulo: Publifolha, 2008.

_____. **Primeira página** (5ª edição). São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância”. **Folha de S. Paulo**, 30/03/2017. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-2017/introducao.shtml>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

_____. “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância”. **Folha de S. Paulo**, 12/03/2019, *online*. Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto->

editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml?origin=folha>. Acesso em: 15 Fev. 2020.

_____. “Folha implanta o “Novo Manual da Redação””. **Folha de S. Paulo**, 01/05/1992, p. 1-8.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. “Análise de Conteúdo”. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Ditos e escritos** (v. 2). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Gênese e estrutura da antropologia de Kant; A ordem do discurso**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

FRASER, NANCY; HONNETH, AXEL. **¿Redistribución o reconocimiento?**. Madrid: Morata, 2006.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

GABLER, Neal. “A enxurrada de ideias enganosas”. **Observatório da Imprensa**, 22/08/2011, *online*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/a-enxurrada-de-ideias-enganosas/>>. Acesso em: 15 Fev. 2020.

GADET, François. “Prefácio”. In: GADET, François; HAK, Tony (Org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

GIMÉNEZ, Belén. “Mulheres on-line: um ato de resistência”. **#AgoraÉQueSãoElas**, Folha de S. Paulo, 02/05/2019. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2019/05/02/mulheres-on-line-um-ato-de-resistencia/>>. Acesso em: 06 Jan. 2020.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Mayra Rodrigues; CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. “The communication order: interdictions under the politically correct principle”. **Crises, ‘Creative Destruction’ and the Global Power and Communication Orders: Papers presented at the 2013 conference of the International Association for Media and Communication Research**. IAMCR, 2013.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker/Edusp, 2003.

_____. **Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo**. São Paulo: Ateliê editorial, 2008.

_____. **Palavras proibidas: pressupostos e subentendidos da censura teatral** [colaboradoras: Eliza Bachega Casadei, Natália Favrin Keri, Pollyana Reis da Cruz]. São José

do Rio Preto: Bluecom Comunicação, Fapesp, 2008. GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira.” In: LUZ, Madel, T. (Org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 87-106.

_____. “Racismo e sexismo na cultura brasileira.” In: SILVA, Luiz Antônio Machado et alii. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983, p. 223-44.

_____. “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social.” **Raça e Classe**. , n. 5, v. 2, nov./dez. 1988.

_____. “A categoria político-cultural da Amefricanidade”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 341-352.

GONZALEZ, Mariana. “Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos”. **El País**, 14/11/2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GRILLO, Sheila Vieira Camargo. “Discurso alheio: polifonia e apreensão”. In: SILVA, L. A. (Org.). **A língua que falamos. Português: história, variação e discurso**. 1ed. São Paulo: Globo, 2005, p. 73-104.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

HALL, Stuart. “Some ‘politically incorrect’ pathways through PC”. In: DUNANT, Sarah (ed.). **The war of the words: the political correctness debate**. London: Virago, 1994, pp. 164-183. Disponível em: <<http://www.ramwan.net/restrepo/hall/some%20politically%20incorrect%20pathways.pdf>>. Acesso em: 02 Dez. 2019.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2019.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2014.

_____. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. **Educação & Realidade**, 22(2), pp. 15-46, jul./dez.1997. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

_____. “Quem precisa da identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HENRY, Paul. “Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969)”. In: GADET, F. & HAK, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “Novos tempos”. **Labrys – Estudos Feministas**, n. 3, s./p., jan.-jul.2003. Disponível em:

<<https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/heloisa1.htm>>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

_____. (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. “Introdução”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACAN, Jacques. “A instância da Letra no Inconsciente”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes et al (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. 1ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia de gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

_____. “Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a, p. 397-409.

LEITE, Marcelo. Top models, topless, top quarks. **Folha de S. Paulo**, 05/03/1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleiteombudsman/1995/03/1520811-top-models-topless-top-quarks.shtml>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, Barbara. “Provas de respeito”. **#AgoraÉQueSãoElas**, Folha de S. Paulo, 13/11/2016. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/11/13/provas-de-respeito/>>. Acesso em: 06 Jan. 2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LORDE, Audre. “Não existe hierarquia de opressão”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 235-236.

_____. “Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a, p. 239-249.

LOURENÇO, Eduardo. “Michel Foucault ou o fim do humanismo”. In: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Lisboa: Portugalíia Editora, 1966, pp. 3-18.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo decolonial”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-377.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2008.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy; FERREIRA, Thiago. “Recontextualizações do –ismo: disputas em torno do jornalismo ‘em crise’”. **Revista Famecos**, v. 24, n. 3, Porto Alegre, p. 1-20, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/26991/15698>>. Acesso em: 04 Jan. 2019.

MARINHO, Roberto. “Julgamento da Revolução”. **O Globo**, 07/10/1984. Disponível em: <<http://www.robertomarinho.com.br/vida/opiniaio/brasil/julgamento-da-revolucao.htm>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

MATOS, Marlise. “Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências”. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333-358, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

MONDAL, Anshuman. **Islam and controversy**. The politics of free speech after Rushdie. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 2014.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2011.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. “The cultural backlash theory: eroding the civic culture”. In: NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash**: Trump, Brexit and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

O GLOBO. “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”. **O Globo**, 31/08/2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

_____. “Princípios editoriais do Grupo Globo”. **G1**, s./d. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>>. Acesso em: 28 Fev. 2020.

ORTIZ, Renato. **Universalismo e diversidade**: contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.

PAGANOTTI, Ivan. “‘Notícias falsas’, problemas reais: propostas de intervenção contra noticiários fraudulentos”. In: COSTA, Maria Cristina Castilho; BLANCO, Patrícia (Orgs.). **Pós-tudo e crise da democracia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.

PAGANOTTI, Ivan. “A discussão da visibilidade e a revisão da censura na esfera pública”. In: **Anais do II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP. Disponível em: <http://www.ffiich.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf>. Acesso em: 03 Dez. 2018.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2009.

PETLEY, Julian. **Censoring the word**. Londres/Nova Iorque/Calcutá: Seagull, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Elaine Muniz. “Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)”. **Projeto História** (n.º 35). São Paulo: PUC-SP, dez/2007, pp. 305-313. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224/1325>>. Acesso em 22 dez. 2019.

PONTES, Alfredo Vidigal. **O Estado de S. Paulo**, s./d., *online*. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>>. Acesso em: 29 Fev. 2020.

POSSENTI, Sírio. “A linguagem politicamente correta e a análise do discurso”. *Revista de Estudos da Linguagem* (v. 4, n. 2). Belo Horizonte: UFMG, 1995, pp. 123-140. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1016>>. Acesso em: 18 Dez. 2019.

_____. “Apresentação”. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto. “A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira?” **Polifonia** (v. 12). Cuiabá: UFMT, 2006, pp. 47-72. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/245.pdf>>. Acesso em: 18 Dez. 2019.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: 34, 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. “Grandeza e miséria do ‘politicamente correto’”. In: **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “Em novo ‘Manual’ leitor é consumidor, não mais cidadão”. **Folha de S. Paulo**. 24/02/2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/02/em-novo-manual-leitor-e-consumidor-nao-mais-cidadao.shtml>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

RODRIGUES, Carla. “Dossiê – a quarta onda do feminismo”. **Cult**, 06/06/2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-do-feminismo/>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

ROSSI, Marina. “Muito além do ‘pink money’: o que a militância LGBT quer das empresas”. **El País**, 18/06/2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/16/politica/1497625885_659787.html>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

SACCHITIELLO, Bárbara. “Circulação digital dos grandes jornais cresce no Brasil”. **Meio & Mensagem**, 30/01/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

SANTOS, Mario Vitor. A “polêmica das saias”. **Folha de S. Paulo**, 27/06/1993. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariovitorsantos/1993/06/1521611-a-polemica-das-saias.shtml>>. Acesso em: 30 Dez. 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SALIH, Sara. **Judith butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-80.

SCABIN, Nara Lya Cabral; GUILHERME, Sofia Franco. “Diálogo e engajamento no caso #belarecatadaedolar”. In: SERELLE, Márcio; SOARES, Rosana de Lima (Orgs.). **Mediações críticas: representações na cultura midiática**. São Paulo: Kritikos, 2017, p. 55-67.

SERELLE, M. "A ética da mediação: aspectos da crítica da mídia em Roger Silverstone". In: **Matrizes**, v.10, n. 2, maio/ago. 2016, p. 75-90. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/119986/117262>>. Acesso em: 24 Dez. 2019.

SEVCENKO, Nicolau. “O rosto do mundo”. In: FOLHA DE S. PAULO. **Primeira página**. 5 ed. São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 9-11.

SILVEIRA, Bruna; CAMELO, Pedro. “E se Jesus voltasse como uma mulher trans? Censura e virada conservadora brasileira”. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, 2019. **Anais...**, São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0799-1.pdf>>. Acesso em: 04 Jan. 2020.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPIVAK, Gayatri. “Quem reivindica alteridade?”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 251-268.

TASCHNER, Gisela Black. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto: Campos das Letras, 2005.

VEYNE, Paul. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editoria 34, 2017.

WALKER, Rebecca. “Anita Hill Woke Us Up”. **Huffpost**, 27/12/2011, *online*. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/anita-hill_b_1031311>. Acesso em: 15 Fev. 2020.

WEINBERG, David. **Too Big to Know**. Basic Book. Kindle Edition, 2012.

WITTIG, Monique. “Não se nasce mulher”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 83-92.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.

YAGUELLO, Marina. “**Introdução**”. In: BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988, pp. 11-19.

ZAMIN, Angela. “Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão”. **Revista Famecos**, v. 2, n. 3, Porto Alegre, p. 918-942, set./dez.2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551017008.pdf>>. Acesso em: 04 Jan 2019.

TEXTOS DO CORPUS CITADOS

ARREGUY, Juliana. “Parada Gay tem ‘Amar sem Temer’ e SP tomada”. **O Globo**, 19/06/2017, p. 6.

AUGUSTO, Sérgio. “Fogo de Paglia”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/1992, p. 5.

BARBOSA, Mariana. “Mulher empreendedora inova e retém mais talentos”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2011, p. B3.

BARROS, Guilherme. “Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch”. **Folha de S. Paulo**, 10/06/2007, p. B2.

BARROSO, Carmen. “Mulheres subversivas”. **Folha de S. Paulo**, 10/02/1986, p. 3.

BASTOS, Mariana. “Meu técnico dizia: ‘Você e homem’. E isso era um elogio pra mim”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2010, p. A18.

BERGAMASCO, Daniel. “Sem trios de boates, política avança na Parada Gay de São Paulo”. **Folha de S. Paulo**, 15/06/2009, p. C1.

BIANCARELLI, Aureliano. “Gays sonham com casamento tradicional”. **Folha de S. Paulo**, 13/06/2004, p. C5.

_____. “Psicólogo passará por ‘metamorfose’”. **Folha de S. Paulo**, 22/06/2003, p. C8.

BOLDRINI, Angela. “Crítica feminina é igual na direita e esquerda”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2017, p. A9.

BOTTINI FILHO, Luciano; CASTANHO, William. “Diversidade é maior entre casais gays”. **O Estado de S. Paulo**, 02/06/2013, p. A21.

CARVALHO, Laura. “Agora É Que São Elas”. **Folha de S. Paulo**, 05/11/2015, p. A24.

CARVALHO, Mario Cesar. “Região da Frei Caneca vira ‘point’ GLS”. **Folha de S. Paulo**, 22/06/2003, p. C8.

CHADE, Jamil. “Brasileiras conquistam vagas nas empresas”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2004, p. A7.

DI FRANCO, Carlos Alberto. “Totalitarismo e intolerância”. **O Globo**, 01/06/2009, p. 7.

ESTARQUE, Marina. “Mulher de números”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2018, p. B4.

FLECK, Isabel. “As lobas de Wall Street”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2014, p. B6.

FOLHA DE S. PAULO. “Debate discute a imagem da mulher no livro didático”. **Folha de S. Paulo**, 31/07/1986, p. 24.

_____. “Mulheres criticam cartaz contra Aids”. **Folha de S. Paulo**, 28/02/1988, p. A26.

_____. “No país, combate à homofobia tem pouco apoio legal”. **Folha de S. Paulo**, 28/05/2008, p. C1.

_____. “O que elas querem” [edição especial do caderno Mulher]. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2005, suplemento.

_____. “Parada LGBT de São Paulo tem faixas e gritos de ‘Fora, Temer’”. **Folha de S. Paulo**, 30/05/2016a, p. B8.

_____. “Pela 1ª vez desde 2013, Haddad não comparece”. **Folha de S. Paulo**, 30/05/2016b, p. B8.

_____. “Projeto contra a homofobia está parado no senado”. **Folha de S. Paulo**, 07/06/2010, p. C4.

_____. “Transformista tem apoio materno”. **Folha de S. Paulo**, 13/06/2004b, p. C5.

_____. “Vivo feliz com meus dois pais”. **Folha de S. Paulo**, 13/06/2004a, p. C5.

FRAGA, Érica. “Salário mais baixo para as mulheres reduz o crescimento”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2018, p. A13.

FREITAS JR, Osmar. “Os machistas reagem com as piadinhas de sempre”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/1979, p. 35.

FRY, Peter. “Não foi uma briga de bar”. **O Estado de S. Paulo**, 09/10/2011, p. J7.

FURTADO, Tatiana. “Sempre em frente”. **O Globo**, 08/03/2016, p. 27.

JORGE, Mariliz Pereira. “Ninguém volta para o armário”. **Folha de S. Paulo**, 08/11/2018, p. A2.

KLINGER, Karina. “Respeito à diversidade aprende-se na infância”. **Folha de S. Paulo**, 18/06/2001.

LACERDA, Angela. “‘Não sejam tão desaforadas’”. **O Estado de S. Paulo**, 09/03/2005, p. A16.

LAJOLO, Mariana. “Gays se organizam para tirar esporte do armário”. **Folha de S. Paulo**, 29/05/2005, p. D2.

LÁZARO, André. “Repetir enganos não cria uma verdade”. **O Globo**, 01/11/2018, p. 27.

LISBOA, Ana Paula. “Todo mundo precisa falar sobre isso”. **O Globo**, 09/05/2018, p. 8.

LUCENA, Eleonora de. “Quero ‘empoderar’ mulheres de baixa renda”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2011, p. C9.

MANDELLI, Mariana; MOURA, Rafael Moraes. “Homossexualismo: debate nas escolas é alvo de críticas”. **O Estado de S. Paulo**, 12/05/2011, p. A24.

MANSO, Bruno Paes. “Direito à família, a bandeira da parada gay”. **O Estado de S. Paulo**, 13/06/2004, p. C7.

MANSO, Bruno Paes; RAMPAZZO, Fabiano. “Parada se assume como balada”. **O Estado de S. Paulo**, 18/06/2006, p. C8.

MARQUES, Jairo. “Cultivando homofóbicos”. **Folha de S. Paulo**, 17/05/2017, p. B2.

_____. “Parada Gay chega aos 18 com apelo contra a violência”. **Folha de S. Paulo**, 04/05/2014, p. C6.

MENDES, Vannildo. “Governo lança programa Brasil sem Homofobia”. **O Estado de S. Paulo**, 26/05/2004, p. A13.

MENEZES, Maiá; FARAH, Tatiana. “Infância violentada”. **O Globo**, 09/03/2009, p. 3.

MERTEN, Luiz Carlos. “O feminino em questão”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2018, p. C4.

MONTEIRO, Tânia. “Conselho quer criminalizar assédio sexual”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/1997, p. A24.

MOURA, Rafael Moraes. “Dilma defende LGBT mas evita ataques à ‘cura gay’”. **O Estado de S. Paulo**, 29/06/2013, p. A6.

NORTHFLEET, Ellen Gracie. “Dever de todos”. **O Globo**, 08/03/2008, p. 7.

O ESTADO DE S. PAULO. “Dia da mulher, dia de avanços”. **O Estado de S. Paulo**, 09/03/1988, p. 10.

_____. “Lugar de mulher é na cozinha... E na adega, no alambique e no terreiro de café” [edição especial do caderno Paladar]. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2012, suplemento.

OGLIARI, Elder; THOMÉ, Clarissa. “Cada vez mais trabalham fora e pagam despesas”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2002, p. A14.

O GLOBO. “A imagem da mulher reformulada pelo vídeo”. **O Globo**, 18/03/1987, p. 3.

_____. “Conselho combate os preconceitos contra a mulher”. **O Globo**, 12/05/1986, p. 5.

_____. “Direitos da mulher, uma batalha de Ruth Escobar”. **O Globo**, 07/07/1985, p. 3.

_____. “Entrevistadas dizem não se arrepender”. **O Globo**, 09/03/2009, p. 3.

_____. “FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres”. **O Globo**, 09/03/1996, p. 9.

_____. “Mulheres criticam preconceito no caso”. **O Globo**, 04/04/1987, p. 13.

_____. “No Dia da Mulher, a defesa do aborto legal”. **O Globo**, 09/03/2009, p. 3.

_____. “Parada gay reúne uma multidão em São Paulo”. **O Globo**, 30/05/2005, p. 13.

PALHARES, Isabela; DIÓGENES, Juliana. “Como vivem as brasileiras pelo mundo”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2007, p. A14.

_____. “O desafio de quem quer definir seu próprio destino”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2018, p. A17.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia. “Combate à cultura da violência”. **O Globo**, 17/08/2017, p. 15.

PORTELA, Cristina. “Católica defende aborto”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/1990, p. 16.

RIBEIRO, Cristina; MENOCCHI, Simone. “Jeito feminino, o segredo do sucesso”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2004, p. A7.

RIBEIRO, Maria. “Eu não quero parabéns”. **O Globo**, 08/03/2017, p. 6.

ROCHA, André Ítalo; MONTEIRO, Tânia. “Temer polemiza ao ligar mulher e tarefa de casa”. **O Estado de S. Paulo**, 09/03/2017, p. A17.

ROSA, Vera. “Marta chama Congresso de ‘farisaico’”. **O Estado de S. Paulo**, 26/06/2000, p. A6.

SALDAÑA, Paulo. “Parada Gay de SP tem tom político e pedidos de ‘intervenção do amor’”. **Folha de S. Paulo**, 04/06/2018, p. C3.

SILVA, Sandra. “Parada gay reúne 180 mil em SP”. **O Globo**, 18/06/2001, p. 9.

SILVA, Sônia Cristina. “Mulheres superam homens em escolarização”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/1998.

SOUTO, Luiza. “Estudantes com identidade”. **O Globo**, 13/08/2017, p. 43.

SUPLICY, Marta. “Reflexões da fase pós-feminista”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/1992, p. 14.

TÓFOLI, Daniela. “Parada Gay resiste à Copa e supera recorde de público”. **Folha de S. Paulo**, 18/06/2006, p. C8.

VENTURA, Mauro. “Abaixo os clichês!”. **O Globo**, 09/03/2003.

VILICIC, Filipe; SAMPAIO, Paulo. “Política, balada e beijos na Parada”. **O Estado de S. Paulo**, 07/06/2010, p. C4.

VILLELA, Milú; GASMAN, Nadine. “Ativismo nas ruas e nas artes”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2018, p. A3.

WESTIN, Ricardo; PINHO, Márcio. “Menos cor no arco-íris”. **Folha de S. Paulo**, 07/06/2010, p. C4.

WIZIACK, Julio; ROLLI, Claudia. “Abrindo portas”. **Folha de S. Paulo**, 07/06/2009, p. B6.

ANEXO I
CATALOGAÇÃO DOS TEXTOS DO *CORPUS*

Eixo de pesquisa 1: Dia Internacional da Mulher					
Veículo: <i>O Estado de S. Paulo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Mulher_E_001	Mulheres rejeitam as leis de Khomeini	9 de março de 1979	Notas e informações	Relato	Sim
Mulher_E_002	Dia da mulher, “dia de avanços”	9 de março de 1988	Noticiário geral	Relato	Sim
Mulher_E_003	Mão feminina comanda o metrô	9 de março de 1988	Noticiário geral	Relato	Sim
Mulher_E_004	Festa para Dadá, a cangaceira	9 de março de 1988	Noticiário geral	Relato	Sim
Mulher_E_005	Italianas vão às ruas contra violência sexual	9 de março de 1988	Noticiário geral	Relato	Sim
Mulher_E_006	Funcionárias da ONU protestam	9 de março de 1988	Noticiário geral	Relato	Sim
Mulher_E_007	Feminismo festeja nos gabinetes	8 de março de 1990	Comportamento	Relato	Sim
Mulher_E_008	Obra estuda pós feminismo	8 de março de 1990	Comportamento	Comentário	Sim
Mulher_E_009	Católica defende aborto	8 de março de 1990	Comportamento	Relato	Sim
Mulher_E_010	Comemorações em São Paulo discutem violência	8 de março de 1992	Geral - Dia da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_011	Reflexões da fase pós feminista	8 de março de 1992	Geral - Dia da Mulher	Comentário	Sim
Mulher_E_01	Mulheres têm poucos	8 de março de	Geral - Dia Internacional	Relato	Sim

2	motivos para comemorar	1994	da Mulher		
Mulher_E_01 3	21% dos menores mortos em 93 eram meninas	8 de março de 1994	Geral - Dia Internacional da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_01 4	Taxa de fecundidade cai 33% no Estado	8 de março de 1994	Geral - Dia Internacional da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_01 5	Série de shows e debates comemoram o Dia da Mulher	8 de março de 1994	Caderno 2	Relato	Sim
Mulher_E_01 6	Denunciado cartel da prostituição infantil no RN	9 de março de 1994	Geral - Dia Internacional da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_01 7	Governo anuncia criação de mais três delegacias no Estado	9 de março de 1994	Geral - Dia Internacional da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_01 8	Brasileira é símbolo de campanha	9 de março de 1994	Geral - Dia Internacional da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_01 9	Aids é a principal causa de morte de mulheres em SP	8 de março de 1995	Geral - Epidemia	Relato	Sim
Mulher_E_02 0	Iniciado teste com vacina anti-Aids no País	9 de março de 1995	Geral - Saúde	Relato	Sim
Mulher_E_02 1	Relação bissexual dissemina a doença	9 de março de 1995	Geral - Saúde	Relato	Sim
Mulher_E_02 2	HIV infecta uma mulher por minuto	9 de março de 1995	Geral - Saúde	Relato	Sim

Mulher_E_02 3	Conselho quer criminalizar assédio sexual	8 de março de 1997	Geral - Dia Internacional da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_02 4	Aumento de casos de aids preocupa saúde	8 de março de 1997	Geral - Dia Internacional da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_02 5	Mulher de 101 anos chefia família em Osasco	8 de março de 1997	Geral - Dia Internacional da Mulher	Relato	Sim
Mulher_E_02 6	Mulheres superam homens em escolarização	8 de março de 1998	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_02 7	Avanços não diminuem importância da data	8 de março de 1998	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_02 8	ONU pede ampla defesa dos direitos	8 de março de 1998	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_02 9	Negras reivindicam ação contra discriminação	8 de março de 1998	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_03 0	Violência contra a mulher terá penas mais severas	9 de março de 1999	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_03 1	Data tem manifestações em todo o país	9 de março de 1999	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_03 2	Trabalho da mulher provocou solidão de idosas	9 de março de 1999	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_03 3	Na América Latina, o abuso sexual atinge 33%	9 de março de 1999	Geral - Sociedade	Relato	Sim

Mulher_E_03 4	Campanha incentivará atuação p...	9 de março de 2000	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_03 5	Mulheres tomam ruas do País para protestar	9 de março de 2001	Geral - Data	Relato	Sim
Mulher_E_03 6	O novo perfil da mulher brasileira	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_03 7	As chefes de família chegam a 24,9%	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_03 8	Cada vez mais trabalham fora e pagam despesas	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_03 9	No Nordeste são elas que comandam mais	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 0	Cresceu o número das famílias comandadas por elas	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 1	Mais filhos criados só pelas mães	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 2	Sacrifício: criar filhos sem dinheiro	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 3	Maria do Carmo que assumiu as rédeas da vida	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 4	Um trator, a Rosa Pombinho	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 5	No trabalho, conquistaram mais do que os	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim

	homens				
Mulher_E_04 6	Na política, tem propostas	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 7	Eugênia tem um problema. Como tinham Einstein, Da Vinci, Michelangelo e Van Gogh	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 8	Para a ONU, são as maiores vítimas na guerra	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_04 9	Mulheres têm menos acesso à saúde, diz Opas	8 de março de 2002	Geral - Perfil da mulher brasileira	Relato	Sim
Mulher_E_05 0	Mulheres festejam conquistas. E protestam	9 de março de 2002	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_05 1	FHC anuncia criação de secretaria da mulher	9 de março de 2002	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_05 2	Pesquisa: Missão é equilibrar carreira e família	9 de março de 2002	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_05 3	Mulheres vão às ruas contra e a favor de Chaves	9 de março de 2002	Internacional	Relato	Sim
Mulher_E_05 4	Brasileiras conquistam vagas nas empresas	8 de março de 2004	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_05 5	Jeito feminino, o segredo do sucesso	8 de março de 2004	Geral - Sociedade	Relato	Sim

Mulher_E_05 6	Governo ainda busca política para mulheres	8 de março de 2004	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_05 7	Elas querem mais direitos e menos violência	8 de março de 2004	Geral - Sociedade	Relato	Sim
Mulher_E_05 8	Mundo em conflito no Dia da Mulher	8 de março de 2004	Caderno 2	Relato	Sim
Mulher_E_05 9	Especial revela as poderosas do cinema nacional	8 de março de 2004	Caderno 2	Relato	Sim
Mulher_E_06 0	Hoje é Dia Internacional da Mulher	8 de março de 2005	Caderno 2	Comentário	Sim
Mulher_E_06 1	Agenda especial para elas	8 de março de 2005	Caderno 2	Relato	Sim
Mulher_E_06 2	Muitas conquistas e tarefas demais	9 de março de 2005	Vida&	Relato	Sim
Mulher_E_06 3	‘Não sejam tão desafortadas’	9 de março de 2005	Vida&	Relato	Sim
Mulher_E_06 4	Nem 1% das cidades dá atenção total à saúde da mulher	8 de março de 2006	Vida&	Relato	Sim
Mulher_E_06 5	Política pública para elas não sai do papel	8 de março de 2006	Vida&	Relato	Sim
Mulher_E_06 6	Emprego sobe, mas renda da mulher cai	8 de março de 2006	Economia	Relato	Sim
Mulher_E_06 7	Mulheres	8 de março de 2006	Retratos do Brasil (Especial)	Especial	Sim
Mulher_E_06	Sem-terra	9 de março de	Política	Relato	Sim

8	depredam laboratório da Aracruz	2006			
Mulher_E_06 9	Emprego para mulher cresce na AL. Renda não	8 de março de 2007	Economia	Relato	Sim
Mulher_E_07 0	‘Podemos fazer o que os homens fazem’	8 de março de 2007	Economia	Relato	Sim
Mulher_E_07 1	Jardins, onde elas são maioria	8 de março de 2007	Cidades/Metró pole	Relato	Sim
Mulher_E_07 2	Presença feminina avança com a faixa etária no bairro	8 de março de 2007	Cidades/Metró pole	Relato	Sim
Mulher_E_07 3	Eventos marcam o dia no Anhangabaú	8 de março de 2007	Cidades/Metró poles	Relato	Sim
Mulher_E_07 4	O dia é delas	8 de março de 2007	Paladar (Especial)	Especial	Sim
Mulher_E_07 5	Via Campesina destrói pesquisa da Monsanto	8 de março de 2008	Política	Relato	Sim
Mulher_E_07 6	Mulheres divulgam imagens da invasão	8 de março de 2008	Política	Relato	Sim
Mulher_E_07 7	Sem-terra agiram em 4 Estados durante a semana	8 de março de 2008	Política	Relato	Sim
Mulher_E_07 8	Centro para reabilitar agressor não sai do papel	8 de março de 2008	Vida&	Relato	Sim

Mulher_E_07 9	Mais mulheres se casam com homens mais jovens	8 de março de 2008	Vida&	Relato	Sim
Mulher_E_08 0	O mundo precisa de mulheres livres	8 de março de 2009	Internacional	Comentário	Sim
Mulher_E_08 1	PM Priscila é uma mulher de coragem	8 de março de 2012	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_08 2	Cavalia deve ter pelotão feminino até 2014	8 de março de 2012	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_08 3	Lugar de mulher é na cozinha e na adega, no alambique e no terreiro de café	8 de março de 2012	Paladar (Especial)	Especial	Sim
Mulher_E_08 4	Atos celebram Dia da Mulher em SP e no Rio	9 de março de 2015	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_08 5	Poema de Cecília Meireles dedicado a mulheres é encontrado por acaso	8 de março de 2016	Caderno 2	Relato	Sim
Mulher_E_08 6	Lançamentos revisitam as teorias feministas	8 de março de 2016	Caderno 2	Relato	Sim
Mulher_E_08 7	Defesa de Lula provoca briga em ato pelas mulheres	9 de março de 2016	Política	Relato	Sim
Mulher_E_08 8	Como vivem as brasileiras pelo mundo	8 de março de 2017	Metrópole (Reportagem especial)	Relato	Sim

Mulher_E_08 9	Faltam mulheres nos nomes de ruas	8 de março de 2017	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 0	Temer polemiza ao ligar mulher e tarefa de casa	9 de março de 2017	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 1	Denúncia ao 180 cresce e verba federal cai	9 de março de 2017	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 2	‘Temos um dia. V Exa tem todos os outros’	9 de março de 2017	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 3	Câmara promete dar mais nomes de ruas a mulheres	9 de março de 2017	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 4	O desafio de quem quer definir seu próprio destino	8 de março de 2018	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 5	Conquistas atravessam as gerações	8 de março de 2018	Metrópole	Relato	
Mulher_E_09 6	Cirurgiã já recebeu mais de 50 prêmios	8 de março de 2018	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 7	Colunistas dão voz à vítimas de violência	8 de março de 2018	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 8	Estupro coletivo pode ter pena maior	8 de março de 2018	Metrópole	Relato	Sim
Mulher_E_09 9	O feminino em questão	8 de março de 2018	Caderno 2	Comentário	Sim
Mulher_E_10 0	Protestos pelo mundo marcam Dia da Mulher	9 de março de 2018	Metrópole	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 1: Dia Internacional da Mulher					
Veículo: <i>O Globo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Mulher_G_001	Mulheres protestam contra a excessiva islamização do Irã	9 de março de 1979	O Mundo	Relato	Sim
Mulher_G_002	As feministas brasileiras	9 de março de 1980	O Globo domingo	Relato	Sim
Mulher_G_003	Duas mil mulheres debatem a fundação de sua Federação	8 de março de 1982	Grande Rio	Relato	Sim
Mulher_G_004	Câmara faz sessão solene e Ivete exalta as 'mães da democracia'	9 de março de 1983	O País	Relato	Sim
Mulher_G_005	Passeata festiva para trânsito e comércio no Rio	9 de março de 1983	O País	Relato	Sim
Mulher_G_006	Dia da Mulher para o trânsito na Rio Branco	9 de março de 1984	O País	Relato	Sim
Mulher_G_007	Sessão na Câmara celebra Dia Internacional da Mulher	9 de março de 1988	O País	Relato	Sim
Mulher_G_008	Corte de verba estraga festa do Dia da Mulher	9 de março 1989	O País	Relato	Sim
Mulher_G_009	Defesa do aborto marca comemorações	9 de março de 1989	O País	Relato	Sim

	em São Paulo				
Mulher_G_01 0	Críticas na passeata das mulheres	9 de março de 1989	Grande Rio	Relato	Sim
Mulher_G_01 1	Inaugurado o terceiro centro da LBA	9 de março de 1989	Grande Rio	Relato	Sim
Mulher_G_01 2	O bloco das mulheres sai na Rio Branco	9 de março de 1990	Grande Rio	Relato	Sim
Mulher_G_01 3	Mulheres comemoram o seu dia com protestos	9 de março de 1993	O Mundo/Ciênci a e Vida	Relato	Sim
Mulher_G_01 4	Meninas carentes são tema de campanha com apoio do Unicef	8 de março de 1994	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_01 5	Mulheres fazem passeata e reivindicações em seu dia	9 de março de 1994	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_01 6	As preocupações da Miss Brasil 2.000	9 de março de 1994	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_01 7	Mantido veto a Conselho da Condição Feminina	9 de março de 1994	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_01 8	Mulheres comemoram seu dia com protestos	9 de março de 1995	O País	Relato	Sim
Mulher_G_01 9	OMS: Aids atingirá 14 milhões de mulheres até o ano 2000	8 de março de 1996	O Mundo/Ciênci a e Vida	Relato	Sim
Mulher_G_02	OIT: mulheres	9 de março de	Economia	Relato	Sim

0	executivas são só 3% no mundo	2001			
Mulher_G_02_1	Cai diferença salarial entre os sexos	9 de março de 2001	Economia	Relato	Sim
Mulher_G_02_2	Protestos de sem terra marcam o 8 de março	9 de março de 2001	Economia	Relato	Sim
Mulher_G_02_3	Cai diferença de renda entre homem e mulher	8 de março de 2002	Economia	Relato	Sim
Mulher_G_02_4	Executiva ganha espaço nas empresas	8 de março de 2002	Economia	Relato	Sim
Mulher_G_02_5	Entre elas, o desespero é maior, diz Dieese	8 de março de 2002	Economia	Relato	Sim
Mulher_G_02_6	Mulheres brancas ganham o dobro das negras	8 de março de 2002	Economia	Relato	Sim
Mulher_G_02_7	Chefes estão sozinhas e mais velhas	8 de março de 2002	Economia	Relato	Sim
Mulher_G_02_8	Abaixo os clichês	9 de março de 2003	Segundo Caderno	Comentário	Sim
Mulher_G_02_9	Viva Eugênia	9 de março de 2003	Jornal da Família	Relato	Sim
Mulher_G_03_0	Hospitais terão de denunciar violência contra mulher	9 de março de 2004	O País	Relato	Sim
Mulher_G_03_1	Depois da agressão	9 de março de 2004	O País	Comentário	Sim
Mulher_G_03_2	Mulheres: protestos e reivindicações	9 de março de 2004	O Mundo	Relato	Sim

Mulher_G_03 3	Pró-mulheres	9 de março de 2004	Editorial	Comentário	Sim
Mulher_G_03 4	Aumenta a participação das mulheres em todos os níveis de escolaridade	8 de março de 2005	O País	Relato	Sim
Mulher_G_03 5	Presidente homenageia mãe e dona Marisa	8 de março de 2005	O País	Relato	Sim
Mulher_G_03 6	Hoje é o Dia Internacional da Mulher	8 de março de 2005	Segundo Caderno	Comentário	Sim
Mulher_G_03 7	Infância violenta	9 de março de 2009	O País	Relato	Sim
Mulher_G_03 8	No Dia da Mulher, a defesa do aborto legal	9 de março de 2009	O País	Relato	Sim
Mulher_G_03 9	Entrevistadas dizem não se arrepender	9 de março de 2009	O País	Relato (Entrevista)	Sim
Mulher_G_04 0	Polícia procura suspeito de engravidar enteada em GO	9 de março de 2009	O País	Relato	Sim
Mulher_G_04 1	As lágrimas da mulher coragem	9 de março de 2012	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_04 2	Nos EUA elas vão para casa; no Brasil, para o pré-sal	9 de março de 2012	Economia	Relato	Sim
Mulher_G_04 3	A rotina da violência contra as mulher	8 de março de 2013	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_04 4	TCU constata que rede de	8 de março de 2013	Rio	Relato	Sim

	assistência é insuficiente				
Mulher_G_04 5	‘Sabe a escrava Isaura? Era eu’	8 de março de 2013	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_04 6	Dilma ataca homem que bate em mulher	9 de março de 2013	País	Relato	Sim
Mulher_G_04 7	Após sete anos, Lei Maria da Penha ainda demanda avanços	9 de março de 2013	País	Relato	Sim
Mulher_G_04 8	Em mais de 80 anos, só 197 deputadas eleitas	8 de março de 2015	País	Relato	Sim
Mulher_G_04 9	Ministra e parlamentar defendem reformas	8 de março de 2015	País	Relato	Sim
Mulher_G_05 0	Programa de proteção à mulher só cumpriu uma meta	8 de março de 2015	País	Relato	Sim
Mulher_G_05 1	Em um mês, 582 vítimas atendidas em Campo Grande	8 de março de 2015	País	Relato	Sim
Mulher_G_05 2	Uma mancha indelével	8 de março de 2015	Opinião	Comentário	Sim
Mulher_G_05 3	Mulher, amor e revolução	8 de março de 2015	Mundo	Relato	Sim
Mulher_G_05 4	Pelo direito de serem votadas	8 de março de 2015	Mundo	Relato	Sim
Mulher_G_05 5	Conquistas sempre em frente	8 de março de 2016	Esportes	Relato	Sim

Mulher_G_05 6	Alckmin diz que só manifestação contra Dilma será na Avenida Paulista	9 de março de 2016	País	Relato	Sim
Mulher_G_05 7	No batalhão, pausa para a maquiagem	9 de março de 2016	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_05 8	Na mira de covardes	8 de março de 2017	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_05 9	No Dia Internacional delas	8 de março de 2017	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_06 0	Em tempo...	8 de março de 2017	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_06 1	Mais mulher no estádio	8 de março de 2017	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_06 2	A dor que não cabe entre quatro paredes	8 de março de 2017	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_06 3	A força está com elas	8 de março de 2017	Segundo Caderno	Relato	Sim
Mulher_G_06 4	Eu não quero parabéns	8 de março de 2017	Segundo Caderno	Comentário	Sim
Mulher_G_06 5	Dia da Mulher e gafes	9 de março de 2017	País	Relato	Sim
Mulher_G_06 6	Crimes contra mulheres no topo de queixas à PM	9 de março de 2017	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_06 7	As muitas bandeiras de uma mesma luta	9 de março de 2017	Rio	Relato	Sim
Mulher_G_06 8	A fominha do aterro	8 de março de 2018	Esportes	Relato	Sim
Mulher_G_06 9	Respeitável público? Um longo caminho	8 de março de 2018	Esportes	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 1: Dia Internacional da Mulher					
Veículo: <i>Folha de S. Paulo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Mulher_F_001	Mulheres comemoram seu dia exigindo uma transformação	8 de março de 1979	Ilustrada	Relato	Sim
Mulher_F_002	A primeira revolta	8 de março de 1979	Ilustrada	Relato	Sim
Mulher_F_003	A senhora de preto	8 de março de 1979	Ilustrada	Comentário	Sim
Mulher_F_004	Os machistas reagem com as piadinhas de sempre	8 de março de 1979	Ilustrada	Comentário	Sim
Mulher_F_005	Iranianas repelem discriminação e marcham em Teerã	9 de março de 1979	Exterior	Relato	Sim
Mulher_F_006	Mulheres fazem o 2º congresso	9 de março de 1980	Polícia - Local	Relato	Sim
Mulher_F_007	Especial - O que as mulheres tanto procuram?	8 de março de 1981	Folhetim (Especial)	Especial	Sim
Mulher_F_008	Hoje, o dia internacional da mulher	8 de março de 1982	Ilustrada	Comentário	Sim
Mulher_F_009	Conquistas de um movimento	9 de março de 1982	Ilustrada	Relato	Sim
Mulher_F_010	Dia da mulher	8 de março de 1983	Opinião	Comentário (Editorial)	Sim
Mulher_F_011	Na Sé, o Dia da Mulher reúne 500	9 de março de 1983	Local - Interior	Relato	Sim
Mulher_F_012	Deputadas discursam na tribuna da Câmara	9 de março de 1983	Local - Interior	Relato	Sim
Mulher_F_013	Cariocas levam	9 de março de	Local - Interior	Relato	Sim

	fantasias e bom humor na passeata	1983			
Mulher_F_014	Proposta será debatida por seis entidades	9 de março de 1983	Local - Interior	Relato	Sim
Mulher_F_015	Feministas vão a Montoro para pedir programa	9 de março de 1983	Local - Interior	Relato	Sim
Mulher_F_016	Pílula, o mais difundido método anticoncepcional	8 de março de 1985	Geral	Relato	Sim
Mulher_F_017	Tancredo criará conselho da mulher, garante Montoro	8 de março de 1985	Geral	Relato	Sim
Mulher_F_018	Passeata reúne cinco mil mulheres em SP	9 de março de 1988	Cidades	Relato	Sim
Mulher_F_019	Um milhão de adolescentes dão à luz por ano no Brasil, diz IBGE	8 de março de 1991	Cotidiano	Relato	
Mulher_F_020	BH faz protesto contra a indústria	8 de março de 1991	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_021	Passeata denuncia esterilização na Bahia	8 de março de 1991	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_022	ABC registra 22 casos de estupro	8 de março de 1991	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_023	Porto Alegre tem 6.336 ocorrências	8 de março de 1991	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_024	Em Recife, 4.700 denúncias em 90	8 de março de 1991	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_025	Menores prostitutas são 500 mil, diz Unicef	8 de março de 1991	Cotidiano	Relato	Sim

Mulher_F_026	Fogo de Paglia	8 de março de 1992	Ilustrada	Comentário	Sim
Mulher_F_027	Brasileiro começa a vida sexual mais cedo	8 de março de 1993	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_028	Mulheres	8 de março de 1994	Opinião	Comentário	Sim
Mulher_F_029	Mulher no poder: ainda chegando	8 de março de 1998	Opinião	Comentário	Sim
Mulher_F_030	Assédio e sedução no Brasil	8 de março de 1998	Mais!	Comentário	Sim
Mulher_F_031	Shakespeare por testemunha	8 de março de 1998	Mais!	Comentário	Sim
Mulher_F_032	Livro conta a história do estupro	8 de março de 1998	Mais!	Comentário	Sim
Mulher_F_033	Mulher se contorce no dia-a-dia, e o corpo padece	8 de março de 2001	Equilíbrio	Relato	Sim
Mulher_F_034	A preferencial é delas	8 de março de 2002	Veículos (Especial)	Especial	Sim
Mulher_F_035	Protetora das espancadas é venerada no CE	8 de março de 2003	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_036	Assassinato cresce 45% entre mulheres paulistas	8 de março de 2003	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_037	Mães na contramão	8 de março de 2003	Veículos (Especial)	Especial	Sim
Mulher_F_038	Cantoras levam 120 mil ao Ibirapuera	8 de março de 2004	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_039	Sinal fechado para o preconceito	8 de março de 2004	Veículos (Especial)	Especial	Sim
Mulher_F_040	Meninas Superfuriosas	8 de março de 2004	Folhateen	Relato	Sim

Mulher_F_041	Honestos vão pouco a gabinetes, diz Lula	9 de março de 2004	Brasil	Relato	Sim
Mulher_F_042	O que elas querem	8 de março de 2005	Mulher (Especial)	Especial	Sim
Mulher_F_043	15 mil mulheres vão às ruas por direitos	9 de março de 2005	Cotidiano	Relato	
Mulher_F_044	Emprego cresce, mas renda cai para mulher	8 de março de 2006	Dinheiro	Relato	Sim
Mulher_F_045	Por Copa, musa troca curvas por músculos	8 de março de 2006	Esportes	Relato	Sim
Mulher_F_046	Homem domina ciência no país, diz estudo	8 de março de 2006	Ciência	Relato	Sim
Mulher_F_047	Mulheres depredam fábrica de celulose no RS	9 de março de 2006	Brasil	Relato	Sim
Mulher_F_048	“Homem quer mulher como platéia”	8 de março de 2007	Ilustrada	Comentário	Sim
Mulher_F_049	Que feminismo é esse?	8 de março de 2007	Mulher (Especial)	Especial	Sim
Mulher_F_050	Será que temos o que comemorar?	8 de março de 2007	Opinião	Comentário	Sim
Mulher_F_051	Niquita e o Dia Internacional da Mulher	8 de março de 2007	Opinião	Comentário	Sim
Mulher_F_052	Mulher tem renda maior em 30% das casas	8 de março de 2009	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_053	Renda média ainda é menor que a do homem	8 de março de 2009	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_054	Marcha em São Paulo lembra excomunhão devido a aborto	9 de março de 2009	Cotidiano	Relato	Sim

Mulher_F_55	Mulheres, um mundo misturado	8 de março de 2010	Opinião	Comentário	
Mulher_F_056	Muitas barreiras a romper	8 de março de 2010	Opinião	Comentário	Sim
Mulher_F_057	Meu técnico dizia: ‘Você é homem’, E isso era um elogio pra mim	8 de março de 2010	Entrevista da 2ª	Relato (Entrevista)	Sim
Mulher_F_058	Cai diferença de jornada entre homem e mulheres, diz IBGE	9 de março de 2010	Dinheiro	Relato	Sim
Mulher_F_059	Mulher empreendedora inova e retém mais talentos	8 de março de 2011	Mercado	Relato	Sim
Mulher_F_060	Quero ‘empoderar’ as mulheres de baixa renda	8 de março de 2011	Cotidiano	Relato (Entrevista)	Sim
Mulher_F_061	Renda da mulher sobe mais que a do homem no NE	9 de março de 2011	Mercado	Relato	Sim
Mulher_F_062	Avanço depende de mudanças na relação entre homens e mulheres	9 de março de 2011	Mercado	Relato	Sim
Mulher_F_063	Mercado de trabalho, ganhos e desafios para as mulheres	9 de março de 2011	Mercado	Comentário	Sim
Mulher_F_064	Mulheres vão às ruas pelos seus direitos	9 de março de 2012	Mundo	Relato	Sim
Mulher_F_065	Em separação, mulher ficará com imóvel do Minha Casa	9 de março de 2012	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_066	Chefe da 1ª UPP leva prêmio de	9 de março de 2012	Cotidiano	Relato	Sim

	Hillary e Michelle Obama				
Mulher_F_067	Protestos no centro marcam Dia Internacional da Mulher	9 de março de 2012	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_068	ONU quer igualdade de gênero entre prioridades globais	8 de março de 2014	Mundo	Relato	Sim
Mulher_F_069	‘Não tenho medo’, diz 1ª chefe de polícia afegã	8 de março de 2014	Mundo	Relato	Sim
Mulher_F_070	As lobas de Wall Street	8 de março de 2014	Mercado	Relato	Sim
Mulher_F_071	Europa quer ampliar fatia feminina nos altos escalões	8 de março de 2014	Mercado	Relato	Sim
Mulher_F_072	Mulheres vão às ruas	8 de março de 2014	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_073	Mosaico feminista	8 de março de 2015	Ilústrissima	Comentário	Sim
Mulher_F_074	Dor secreta	8 de março de 2015	Mundo	Relato	Sim
Mulher_F_075	Sim! O pornô pode ser feminista	8 de março de 2015	Cotidiano	Relato (Entrevista)	Sim
Mulher_F_076	Não! Pornô faz da mulher um objeto	8 de março de 2015	Cotidiano	Relato (Entrevista)	Sim
Mulher_F_077	A revolução que chega via wi-fi	8 de março de 2015	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_078	Tendência publicitária trata mulheres como seres humanos, enfim	8 de março de 2015	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_079	A hora de dar o passo	8 de março de 2015	Opinião	Comentário	Sim

Mulher_F_080	O devido respeito	8 de março de 2015	Opinião	Comentário	Sim
Mulher_F_081	Justiça proíbe 12 por dia em SP de chegar perto de mulher	8 de março de 2016	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_082	1 em 3 brasileiras diz ter sido vítima de alguma violência	8 de março de 2017	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_083	Depois daquele estupro coletivo...	8 de março de 2017	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_084	Crítica feminina é igual na direita e esquerda	8 de março de 2017	Poder	Relato	Sim
Mulher_F_085	‘Tenho convicção do que a mulher faz pela casa’, afirma presidente	9 de março de 2017	Poder	Relato	Sim
Mulher_F_086	Semanas da mulher	9 de março de 2017	Ilustrada	Relato	Sim
Mulher_F_087	Greve e atos marcam ‘Dia Sem Mulheres’	9 de março de 2017	Mundo	Relato	Sim
Mulher_F_088	Islândia exigirá que empresas provejam igualdade salarial	9 de março de 2017	Mundo	Relato	Sim
Mulher_F_089	Mulheres marcham em SP contra o machismo e a reforma da Previdência	9 de março de 2017	Cotidiano	Relato	Sim
Mulher_F_090	Salário mais baixo para as mulheres reduz o crescimento	8 de março de 2018	Mercado	Relato	Sim
Mulher_F_091	Mulher de números	8 de março de 2018	Cotidiano	Relato	Sim

Mulher_F_092	Ativismo nas ruas e nas artes	8 de março de 2018	Opinião	Comentário	Sim
Mulher_F_093	Assédio sexual	8 de março de 2018	Opinião	Comentário	Sim

Eixo de pesquisa 2: Parada do Orgulho LGBT de São Paulo					
Veículo: <i>O Estado de S. Paulo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Parada_E_001	Dia do Orgulho Gay reúne 2 mil em SP	29 de junho de 1998	Geral – Saúde	Relato	Sim
Parada_E_002	Desfile em SP comemora Dia do Orgulho Gay	28 de junho de 1999	Geral – Sociedade	Relato	Sim
Parada_E_003	Marta chama Congresso de “farisaico”	26 de junho de 2000	Política	Relato	Sim
Parada_E_004	Desfile na Paulista	26 de junho de 2000	Geral – Infância	Relato	Sim
Parada_E_005	Parada do Orgulho Gay reúne 200 mil em SP	18 de junho de 2001	Geral – Sociedade	Relato	Sim
Parada_E_006	Parada Gay reúne 1 milhão na Paulista	23 de junho de 2003	Cidades – Comportamento	Relato	Sim
Parada_E_007	Direito à família, a bandeira da parada gay	13 de junho de 2004	Cidades – Comportamento	Relato	Sim
Parada_E_008	Um encontro. E a vida virou de ponta-cabeça	13 de junho de 2004	Cidades – Comportamento	Relato	Sim
Parada_E_009	Sites mostram caminhos para vencer na Justiça	13 de junho de 2004	Cidades – Comportamento	Relato	Sim
Parada_E_010	SP tem a maior parada gay do mundo	14 de junho de 2004	Cidades – Comportamento	Relato	Sim
Parada_E_011	Parada gay promete hoje uma grande festa. A última?	29 de maio de 2005	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_012	Parada Gay reúne 1,8 milhão	30 de maio de 2005	Cidades/Metrópole	Relato	Sim

Parada_E_013	Cálculo total de participantes causa polêmica	30 de maio de 2005	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_014	Parada se assume como balada	18 de junho de 2006	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_015	Com turistas, casas noturnas ficam lotadas	18 de junho de 2006	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_016	Religião foi o mote central da parada GLBT	11 de junho de 2007	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_017	‘O Brasil está menos preconceituoso’	11 de junho de 2007	Cidades/Metrópole	Relato	
Parada_E_018	Após 30 anos de luta, movimento gay quer mais que só um dia de Parada	25 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_019	Os desafios de ‘se assumir’ aos 12, 13...	25 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_020	Parada vira palanque eleitoral	26 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_021	As diferentes maneiras de contabilizar a multidão gay	26 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_022	Fecomercio-SP quer criar Selo Diversidade	26 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_023	Traficante é preso antes da festa	26 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_024	Evento teve furtos de celulares e dinheiro	26 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_025	PM usa gás pimenta para evento acabar	26 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_026	Mais de 400 passam mal e	26 de maio de 2008	Cidades/Metrópole	Relato	Sim

	são atendidos				
Parada_E_027	Parada Gay tem confusão e brigas	15 de junho de 2009	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_028	Até Obama virou fantasia	15 de junho de 2009	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_029	Paulista vira um programa para famílias inteiras	15 de junho de 2009	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_030	Senado é criticado pelos organizadores	15 de junho de 2009	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_031	Edição 2009 teve 400 mil turistas	15 de junho de 2009	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_032	Multidão faz festa para Serra e Kassab	15 de junho de 2009	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_033	Marta diz que situação dos gays está pior	15 de junho de 2009	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_034	Política, balada e beijos na Parada	07 de junho de 2010	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_035	Parada Gay usa santos e cria polêmica	27 de junho de 2011	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_036	‘É um desrespeito, um deboche’, afirma o cardeal dom Odilo	27 de junho de 2011	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_037	Parada: 3 milhões de pessoas são esperadas hoje na Paulista	10 de junho de 2012	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_038	Brasil avança em mapa gay de direitos	10 de junho de 2012	Cidades/Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_039	Tucano e petista faltam a desfile	11 de junho de 2012	Nacional	Relato	Sim
Parada_E_040	Diversidade é maior entre	2 de junho de 2013	Metrópole	Relato	Sim

	casais gays				
Parada_E_041	Concentração da Parada começa às 10h	2 de junho de 2013	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_042	Chuva, política e Daniela marcam Parada mais vazia	3 de junho de 2013	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_043	Com reforço de PMs, festa tem furtos e seis detidos por atos obsceno	3 de junho de 2013	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_044	Parada mistura festa e demanda contra homofobia	5 de maio de 2014	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_045	Por drogas e rico de ataques, PM detém seis pessoas	5 de maio de 2014	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_046	Parada Gay mira Cunha, Haddad e Alckmin	8 de junho de 2015	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_047	Houve conflitos com a política e roubos de celular	8 de junho de 2015	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_048	Após polêmica, casal se fantasia de perfume	8 de junho de 2015	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_049	Parada tem atos contra Temer e a 'cultura do estupro'	30 de maio de 2016	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_050	Elenco de série americana atrai fãs à Paulista	30 de maio de 2016	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_051	Parada põe Paulista em clima de Carnaval	19 de junho de 2017	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_052	E com gritos de 'Diretas já' e 'Fora Temer'	19 de junho de 2017	Metrópole	Relato	Sim

Parada_E_053	Parada LGBT faz festa, mas foca eleições	4 de junho de 2018	Metrópole	Relato	Sim
Parada_E_054	Camuflados ironizam pedido de intervenção	4 de junho de 2018	Metrópole	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 2: Parada do Orgulho LGBT de São Paulo					
Veículo: <i>O Globo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Parada_G_001	Parada gay reúne 180 mil em SP	18 de junho de 2001	O País	Relato	Sim
Parada_G_002	Pesquisa sobre AIDS	18 de junho de 2001	O País	Relato	Sim
Parada_G_003	Recorde de público	18 de junho de 2001	O País	Relato	Sim
Parada_G_004	Tina Turner em 2002	18 de junho de 2001	O País	Relato	Sim
Parada_G_005	Campanha por doentes	18 de junho de 2001	O País	Relato	Sim
Parada_G_006	Parada gay reúne uma multidão em SP	30 de maio de 2005	O País	Relato	Sim
Parada_G_007	Presenças políticas: O prefeito José Serra e a ex Marta Suplicy marcam presença na festa	30 de maio de 2005	O País	Relato	Sim
Parada_G_008	Mais de 3 milhões pela tolerância	11 de junho de 2007	O País	Relato	Sim
Parada_G_009	Multidão contra a homofobia	27 de junho de 2011	O País	Relato	
Parada_G_010	Parada Gay tem 'Amar sem Temer' e SP tomada	19 de junho de 2017	País	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 2: Parada do Orgulho LGBT de São Paulo					
Veículo: <i>Folha de S. Paulo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Parada_F_001	Parada Gay atrai 20 mil participantes	28 de junho de 1999	São Paulo	Relato	Sim
Parada_F_002	PT e PSTU disputam o palanque e se agrirem	26 de junho de 2000	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_003	Ato foi grito contra intolerância	26 de junho de 2000	Cotidiano	Comentário	Sim
Parada_F_004	Parada Gay registra recorde de público	18 de junho de 2001	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_005	Desfile tem muito decote e topless	18 de junho de 2001	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_006	Pirulitos e ódio	18 de junho de 2001	Cotidiano	Comentário	Sim
Parada_F_007	Marta promete semana GLBT	18 de junho de 2001	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_008	Personagem da TV inspira fantasia	18 de junho de 2001	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_009	Parada recorde reúne 320 mil pessoas em SP	3 de junho de 2002	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_010	Região da Frei Caneca vira “point” GLS	22 de junho de 2003	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_011	“Só saio daqui para a Itália”	22 de junho de 2003	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_012	Parada do Orgulho Gay terá 21 elétricos hoje	22 de junho de 2003	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_013	Psicólogo passará por metamorfose	22 de junho de 2003	Cotidiano	Relato	Sim

Parada_F_014	Parada Gay dobra e leva 800 mil à Paulista	23 de junho de 2003	Cotidiano	Relato	Sim
sParada_F_015	Gays sonham com casamento tradicional	13 de junho de 2004	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_016	“Vivo feliz com meus dois pais”	13 de junho de 2004	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_017	Transformista tem apoio materno	13 de junho de 2004	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_018	Casais lutam por direitos do parceiro	13 de junho de 2004	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_019	Parada gay reúne 1,5 milhão e bate recorde	14 de junho de 2004	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_020	Aos 70, Fábio diz que gays eram mais românticos nos anos 50	29 de maio de 2005	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_021	‘Parada pode virar Carnaval’, diz antropólogo	29 de maio de 2005	Cotidiano	Relato (Entrevista)	Sim
Parada_F_022	Parada tem início às 11h com shows dos anos 80	29 de maio de 2005	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_023	Gays se organizam para tirar esporte do armário	29 de maio de 2005	Esporte	Relato	Sim
Parada_F_024	Heróis do esporte sobem no pódio e no palanque	29 de maio de 2005	Esporte	Relato	Sim
Parada_F_025	Pesquisa mostra rejeição entre os americanos	29 de maio de 2005	Esporte	Relato	Sim
Parada_F_026	‘Escondido’, time de vôlei mira jogos	29 de maio de 2005	Esporte	Relato	Sim

Parada_F_027	“Vá à Parada Gay. Mas não me convide”	29 de maio de 2005	Ilustrada	Relato (Entrevista)	Sim
Parada_F_028	Parada Gay tem ampla presença feminina	30 de maio de 2005	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_029	Serra evita falar sobre projeto de união civil	30 de maio de 2005	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_030	Parada Gay resiste à Copa e supera recorde de público	18 de junho de 2006	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_031	Drag e barbie ornamentada disputam flash	18 de junho de 2006	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_032	Parada Gay aquece mercado de luxo	10 de junho de 2007	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_033	Estrangeiros gastam o dobro em São Paulo	10 de junho de 2007	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_034	Teste comparativo avalia pagode lésbico e frenesi gay	10 de junho de 2007	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_035	Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch	10 de junho de 2007	Dinheiro	Relato	Sim
Parada_F_036	Parada Gay cresce; diversão e problemas também	11 de junho de 2007	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_037	Parada Gay perde em glitter e ganha em diversidade	26 de maio de 2008	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_038	No país, combate à homofobia tem pouco apoio legal	26 de maio de 2008	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_039	Parada desfila	14 de junho de	Cotidiano	Relato	Sim

	na contramão sem trios de boates gays	2009			
Parada_F_040	Sem trios de boates, política avança na Parada Gay de SP	15 de junho de 2009	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_041	Brigas, furtos e até bomba prejudicam clima de festa	15 de junho de 2009	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_042	Entre os apelos “coragem” para amar idosos	15 de junho de 2009	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_043	Menos cor no arco-íris	7 de junho de 2010	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_044	Projeto contra a homofobia está parado no senado	7 de junho de 2010	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_045	Não é preciso ser diferente para ser gay	26 de junho de 2011	Opinião	Comentário	Sim
Parada_F_046	Garoa na parada	27 de junho de 2011	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_047	Parada Gay reúne 270 mil pessoas, afirma Datafolha	11 de junho de 2012	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_048	Parada Gay encolhe e leva 220 mil às ruas de São Paulo	3 de junho de 2013	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_049	Parada Gay chega aos 18 com apelo contra a violência	4 de maio de 2014	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_050	Mais jovem, Parada Gay tem clima de balada	5 de maio de 2014	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_051	Evento reuniu 100 mil pessoas, segundo a PM	5 de maio de 2014	Cotidiano	Relato	Sim

Parada_F_052	Na Paulista, algemas viram pretexto para cantada	5 de maio de 2014	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_053	Trans se dizem excluídos da Parada Gay	7 de junho de 2015	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_054	Mais rápida, Parada Gay de SP vira matinê	8 de junho de 2015	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_055	Sertanejo na boleia contrasta com bate estaca	8 de junho de 2015	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_056	Parada LGBT tenta evitar protesto em trios	29 de maio de 2016	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_057	Parada LGBT de São Paulo tem faixas e gritos de 'Fora, Temer'	30 de maio de 2016	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_058	Pela primeira vez desde 2013, Haddad não comparece	30 de maio de 2016	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_059	No sufoco, Parada Gay de SP traz olhar eleitoral	3 de junho de 2018	Cotidiano	Relato	Sim
Parada_F_060	Parada Gay de SP tem tom político e pedidos de 'intervenção do amor'	4 de junho de 2018	Cotidiano	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 3: Dia Internacional do Orgulho LGBT					
Veículo: <i>O Estado de S. Paulo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Orgulho_E_001	Juiz converte união estável em primeiro casamento civil gay no Brasil	28 de junho de 2011	Vida	Relato	Sim
Orgulho_E_002	Dilma defende LGBT, mas evita ataques à 'cura gay'	29 de junho de 2013	Política	Relato	Sim
Orgulho_E_003	Polícia usa força para reprimir marcha pelos direitos dos LGBT na Turquia	29 de junho de 2015	Internacional	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 3: Dia Internacional do Orgulho LGBT					
Veículo: <i>O Globo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Orgulho_G_001	Gays festejam nas ruas de Madureira	29 de junho de 2001	Rio	Relato	Sim
Orgulho_G_002	Violência no reduto de defesa do homossexual	29 de junho de 2003	Rio	Relato	Sim
Orgulho_G_003	O baiano que inclui o Rio no mapa das passeatas gay	29 de junho de 2003	Rio	Relato	Sim
Orgulho_G_004	Parada gay atrai público recorde em Copacabana	28 de junho de 2004	Rio	Relato	Sim
Orgulho_G_005	Gays casados: destaque em Nova York	28 de junho de 2004	Rio	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 3: Dia Internacional do Orgulho LGBT					
Veículo: <i>Folha de S. Paulo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Orgulho_F_001	Respeito à diversidade aprende-se na infância	28 de junho de 2001	Equilíbrio	Relato	Sim
Orgulho_F_002	Algumas situações da vida dura de gays	28 de junho de 2001	Equilíbrio	Relato	Sim
Orgulho_F_003	Juiz reconhece 1º casamento civil gay	28 de junho de 2011	Cotidiano	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 4: Dia Nacional de Combate à Homofobia					
Veículo: <i>O Globo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Homofobia_G_001	Na UE, 26% dos gays foram agredidos ou ameaçados (Dia Internacional...)	18 de maio de 2013	O Mundo	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 4: Dia Nacional de Combate à Homofobia					
Veículo: <i>Folha de S. Paulo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Homofobia_F_001	Cultivando homofóbicos (Dia Internacional...)	17 de maio de 2017	Cotidiano	Comentário	Sim
Homofobia_F_002	País patina no combate à homofobia e vira líder em assassinato de LGBTs (Dia Internacional...)	17 de maio de 2017	Cotidiano	Relato	Sim
Homofobia_F_003	Intolerância é tema de documentário e de Parada LGBT (Dia Internacional...)	17 de maio de 2017	Cotidiano	Relato	Sim

Eixo de pesquisa 5: Marcos – Políticas Públicas						
Veículo: <i>O Estado de S. Paulo</i>						
Código de localização	Título	Data de publicação	Marco referido	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Marcos- Conselho Mulher_E_00 1	Conselho quer criminalizar assédio sexual	08 de março de 1997	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Geral	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_E_00 2	Um dia para a mulher	08 de março de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Noticiário Geral	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_E_00 3	Uma cidade contra as mulheres	27 de novembro de 1985	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	(Editoria apagada)	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_E_00 4	Grito, defesa da mulher (nota)	07 de julho de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Noticiário Geral	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_E_00 5	Campanha incentivará atuação p...	9 de março de 2000	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Sociedade	Relato	Sim
Marcos- Conselho Mulher_E_00 6	Estudo mostra que falta até arma em 33% das delegacias da mulher	08 de agosto de 2001	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Cidades	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_E_00 7	Situação da mulher será debatida na ONU	30 de maio de 2000	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Geral	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_E_00 8	Vinte anos de luta	13 de agosto de 2005	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Feminino	Relato	Não
Marcos- Conselho	O Conselho da Mulher	26 de outubro de	Criação do Conselho	?	Relato	Não

Mulher_E_009	quer punição de crime	1985	Nacional dos Direitos da Mulher			
Marcos-Conselho Mulher_E_010	Defendida instalação de creches	27 de fevereiro de 1986	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Saúde	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_E_011	Mulheres protestam (nota)	31 de outubro de 1986	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Noticiário Geral	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_E_012	A cartilha do amor	12 de maio de 1988	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Saúde	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_E_013	Nilcéa Freire dirá hoje que impedir escolha representa um ato de violência	26 de setembro de 2008	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Vida&	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_001	Com PT, militância feminista pressiona Dilma a manter Ministérios das Mulheres	07 de dezembro de 2011	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Nacional	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_002	Pasta foi criada por Lula	07 de dezembro de 2011	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Nacional	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_003	‘Não há proposta para extinção da secretaria’	07 de dezembro de 2011	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Nacional	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_004	‘Minorias’ dizem que extinção de pastas é retrocesso	28 de julho de 2013	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Política	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_005	GCMs terão aula para lidar com violência	07 de dezembro de 2013	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Metrópole	Relato	Não

	doméstica					
Marcos-Secretaria Mulheres_E_006	3 em 10 mulheres no NE sofreram violência doméstica	9 de dezembro de 2016	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_007	Ministra vai falar sobre restrições a aborto na ONU	13 de fevereiro de 2012	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Nacional	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_008	Dilma diz que vai manter Secretaria de Mulheres	13 de dezembro de 2011	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Nacional	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_009	PT já reclama de possível fusão de pastas em reforma	15 de novembro de 2011	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Nacional	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_010	Maria, Maria	4 de agosto de 2013	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Caderno 2	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_011	Ponto para elas	8 de março de 2014	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Caderno 2	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_012	Flower... (+Power...)	04 de novembro de 2012	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Caderno 2	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_E_013	Em nome... (+Delas...)	2 de março de 2013	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Caderno 2	Relato	Não
Marcos-Brasil sem Homofobia_E_001	Não foi uma briga de bar	09 de outubro de 2011	Lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia	Aliás	Comentário	Não
Marcos-Brasil sem Homofobia_E_002	Governo lança programa Brasil sem Homofobia	26 de maio de 2004	Lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia	Sociedade	Relato	Não

Marcos- Brasil sem Homofobia_E _003	Projetos de direitos humanos. É só	26 de setembro de 2005	Lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia	Vida&	Relato	Não
Marcos- Maria da Penha_E_001	Congresso tenta mudar Lei Maria da Penha	08 de agosto de 2016	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos- Maria da Penha_E_002	3 perguntas para...	08 de agosto de 2016	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos- Maria da Penha_E_003	Poderosa demais	07 de julho de 2013	Lei Maria da Penha	Aliás	Comentário	Não
Marcos- Maria da Penha_E_004	DPs não registram agressão à mulher; medida protetiva demora até 4 meses	07 de agosto de 2016	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos- Maria da Penha_E_005	SP: 4 de cada 10 casos estão em apuração	07 de agosto de 2016	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos- Maria da Penha_E_006	Nos DPs, funcionárias desconhecem legislação	07 de agosto de 2016	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos- Maria da Penha_E_007	Rio prende 46 por violência contra mulher	08 de agosto de 2018	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos- Maria da Penha_E_008	A Lei Maria da Penha	21 de abril de 2007	Lei Maria da Penha	Espaço Aberto	Comentário	Não
Marcos- Maria da Penha_E_009	A Lei Maria da Penha	30 de maio de 2007	Lei Maria da Penha	Notas e Informações	Comentário (Editorial)	Não
Marcos- Maria da Penha_E_010	Desfazendo a colcha de retalhos da violência	26 de novembro de 2006	Lei Maria da Penha	Aliás	Relato	Não
Marcos- Maria da	Agressão contra a	26 de novembro de	Lei Maria da Penha	Aliás	Relato	Não

Penha_E_011	mulher deixa de ser assunto da vida privada	2006				
Marcos-Maria da Penha_E_0012	“Os homens estão apanhando”	26 de novembro de 2006	Lei Maria da Penha	Aliás	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_013	As duas vias da guerra doméstica	26 de novembro de 2006	Lei Maria da Penha	Aliás	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_014	STF autoriza ação criminal contra agressor mesmo sem queixa da mulher	10 de fevereiro de 2012	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Sim
Marcos-Maria da Penha_E_015	‘Maioria não tem coragem de denunciar’	10 de fevereiro de 2012	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Maria da Penha_E_016	Juizado tratará de violência contra mulher	09 de janeiro de 2009	Lei Maria da Penha	Cidades	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_017	Ressarciment o ao INSS	09 de agosto de 2012	Lei Maria da Penha	Notas & Informações	Comentário (Editorial)	Não
Marcos-Maria da Penha_E_018	Em 6 meses da Lei Maria da Penha, o número de denúncias cai 18,8%	28 de maio de 2007	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_019	Lei prevê prisão de até 3 anos para agressores	28 de maio de 2007	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Maria da Penha_E_020	Ação penal por violência doméstica para na retirada da queixa, diz STJ	25 de fevereiro de 2010	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da	Condenação com prisão só em 2,4%	31 de março de 2009	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não

Penha_E_021	dos processos					
Marcos-Maria da Penha_E_022	STF: agredir mulher causa fim de benefício	25 de março de 2011	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_023	Caem 12% denúncias de violência contra mulher	08 de março de 2016	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_024	‘Papel de juiz não é aconselhar, é fazer justiça’, diz Maria da Penha	08 de março de 2018	Lei Maria da Penha	Caderno 2	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Maria da Penha_E_025	Em dois meses, lei contra marido violento já deixa cadeias lotadas	12 de novembro de 2006	Lei Maria da Penha	Vida&	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_026	ONG cria grupo de apoio a agressores de mulheres	12 de novembro de 2006	Lei Maria da Penha	Vida&	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_027	Em Pernambuco, 60 flagrantes em 52 dias	12 de novembro de 2006	Lei Maria da Penha	Vida&	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_028	Só para mulheres	24 de abril de 2011	Lei Maria da Penha	Aliás	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_E_029	61,5% das agredidas são atacadas todos os dias	08 de agosto de 2008	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_030	Voluntárias cobram melhora no atendimento	08 de agosto de 2008	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_031	Lei Maria da Penha não reduz mortes	26 de setembro de 2013	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não

Marcos-Maria da Penha_E_032	Não adianta tratar como se fosse assaltante de rua	26 de setembro de 2013	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_033	Lei Maria da Penha também vale para enquadrar irmão agressor, diz STJ	9 de outubro de 2012	Lei Maria da Penha	Cidades	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_034	GCMs vão fiscalizar Lei Maria da Penha em SP	9 de maio de 2014	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_035	Ministro do STF pede ação contra agressor mesmo sem mulher denunciar	10 de fevereiro de 2012	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_036	‘Maioria não tem coragem de denunciar’	10 de fevereiro de 2012	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Maria da Penha_E_037	‘Onde tem violência todo mundo perde e, por esse motivo, é importante denunciar’	03 de junho de 2007	Lei Maria da Penha	Aliás	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_038	Condenação com prisão só em 2,4% dos processos	31 de março de 2009	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_039	Senado aprova mudança em Lei Maria da Penha	11 de outubro de 2017	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_040	Namorados podem ser enquadrados	01 de abril de 2009	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da	Violência contra mulher causa	08 de março de 2015	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não

Penha_E_041	17% mais processos					
Marcos-Maria da Penha_E_042	Lei Maria da Penha alcançará namorados	19 de dezembro de 2010	Lei Maria da Penha	Aliás	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_043	Por hora, há 6 casos de estupro e 25 de violência doméstica	10 de agosto de 2018	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_044	Cresce denúncia de violência doméstica	07 de agosto de 2009	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_045	Morte de mulheres negras avança 54%	08 de novembro de 2015	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_046	Cresce nº de estupros no Estado	31 de janeiro de 2009	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_047	SP registra pelo menos um estupro de mulher em condição de vulnerável por dia	2 de junho de 2016	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_048	Desde 2006, lei mudou perspectiva para vítimas	24 de abril de 2016	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_049	Grito da violência silenciada	07 de abril de 2013	Lei Maria da Penha	Aliás	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_050	Ela é 'sua', pode matar	10 de agosto de 2018	Lei Maria da Penha	Política	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_E_051	Falta de juizados afeta eficácia da lei	07 de agosto de 2008	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_052	SP terá Juizado de Violência Doméstica	16 de agosto de 2008	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não

Marcos-Maria da Penha_E_053	Triste ranking	04 de março de 2009	Lei Maria da Penha	Caderno 2	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_054	Cresce denúncia de violência doméstica	07 de agosto de 2009	Lei Maria da Penha	Cidades/Metrópole	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_055	Em nome delas	10 de julho de 2013	Lei Maria da Penha	Caderno 2	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_E_056	Morte de mulheres avança 32% no Estado	08 de agosto de 2017	Lei Maria da Penha	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Processo Transexualizador_E_001	Mudança de sexo demora até 10 anos no Brasil	29 de maio de 2016	Instituição das diretrizes nacionais para o processo transexualizador no SUS	Metrópole	Relato	Não
Marcos-Processo Transexualizador_E_002	3 perguntas para...	29 de maio de 2016	Instituição das diretrizes nacionais para o processo transexualizador no SUS	Metrópole	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Plano LGBT_E_001	Plano prevê livro com temática homossexual	15 de maio de 2009	Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT	Vida&	Relato	Não
Marcos-Plano LGBT_E_002	Homossexualismo: debate nas escolas é alvo de críticas	12 de maio de 2011	Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT	Vida	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_E_001	Para STF, leis que venham a restringir direitos de gays serão inconstitucionais	07 de maio de 2011	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade	Vida	Relato	Não

	nais		familiar			
Marcos-União homoafetiva_E_002	Perguntas e respostas	07 de maio de 2011	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Vida	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-União homoafetiva_E_003	STF começa a julgar hoje união homoafetiva	04 de maio de 2011	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Vida	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_E_004	União homoafetiva tem 1º voto favorável no STF	05 de maio de 2011	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Vida	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_E_005	União estável entre homossexuais	29 de maio de 2012	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	?	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_E_006	Vitória de uma estratégia	16 de maio de 2011	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Espaço aberto	Comentário	Não
Marcos-União homoafetiva_E_007	Um longo processo	22 de maio de 2011	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Aliás	Comentário	Não
Marcos-União homoafetiva_E_008	STF reconhece, por unanimidade, união estável entre homossexuais	06 de maio de 2011	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Vida	Relato	Não

Marcos-União homoafetiva_ E_009	Brasil avança em mapa gay de direitos	10 de junho de 2012	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cidades/Met rópole	Relato	Não
Marcos-Feminicídio_ E_001	Alcance não tão longo	15 de março de 2015	Lei do Feminicídio	Valendo	Comentário	Não
Marcos-Feminicídio_ E_002	2 de cada 3 feminicídios são na casa da vítima	2 de março de 2018	Lei do Feminicídio	Metrópole	Relato	Não

Eixo de pesquisa 5: Marcos – Políticas Públicas					
Veículo: <i>O Globo</i>					
Código de localização	Título	Data de publicação	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Marcos- Conselho Mulher_G_001	Sarney empossa Conselho da Mulher e admite desigualdade	11 de setembro de 1985	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_002	Mulheres na política	25 de janeiro de 2008	Opinião	Comentário	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_003	Direitos da mulher, uma luta de Ruth Escobar	7 de julho de 1985	Jornal da Família	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_004	Conselho da Mulher acha libertação do acusado um acidente à consciência (nota)	16 de janeiro de 1987	Rio	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_005	FH decide transformar Conselhos do Direito da Mulher em secretaria	9 de março de 2002	O Mundo	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_006	Mulheres criticam preconceito no caso	4 de abril de 1987	Rio	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_007	Mulheres vão à rua fazer campanha contra violência	26 de novembro de 1985	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_008	Conselho combate os preconceitos contra a mulher	12 de maio de 1986	Rio	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_009	Lobby feminino (nota)	14 de agosto de 1985	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho	Liberdade para o corpo	29 de março de 1987	O País	Comentário	Não

Mulher_G_010					
Marcos- Conselho Mulher_G_011	Entre mulheres (nota)	28 de fevereiro de 1988	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_012	Brasileiras levarão seus problemas a Pequim	06 de agosto de 1995	O Mundo	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_013	Igualdade nos códigos	12 de março de 1989	O País	Comentário	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_014	Bola cheia (nota)	05 de outubro de 1988	Rio	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_015	Trabalho da mulher dá prêmio no Iban (nota)	17 de setembro de 1988	Rio	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_016	Mulheres (nota)	24 de junho de 1986	Rio	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_017	Vista grossa (nota)	16 de outubro de 1986	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_018	Grupos de pressão derrotados nas subcomissões vão rever estratégias	21 de maio de 1987	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_019	Mulher pressionará Constituinte	14 de dezembro de 1986	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_020	A hora da igualdade	18 de março de 1987	O País	Comentário	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_021 <i>** Divulgação de mostra de vídeos sobre imagem da mulher</i>	A imagem da mulher reformulada pelo vídeo	18 de março de 1987	Segundo caderno	Relato	Não
Marcos- Conselho	As cores	12 de agosto de 1987	Rio	Relato	Não

Mulher_G_022					
Marcos- Conselho Mulher_G_023	Quem tem medo da criminalização do assédio?	29 de março de 1988	Jornal da Família	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_024	A nova lei pune os chefes sem distinção de sexo	29 de março de 1988	Jornal da Família	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_025	Governo vai apresentar ao Congresso um projeto contra a violência doméstica	06 de setembro de 1998	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_026	Governo vai anunciar medidas de proteção à mulher	06 de março de 1996	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_G_027	Questão maior (nota)	04 de setembro de 2001	Rio	Relato	Não
Marcos- Programa Violência_G_001	FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres	09 de março de 1996	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho LGBT_G_001	Em Manaus, presidente da Associação de Gays é assassinado	29 de setembro de 2005	O País	Relato	Não
Marcos- Conselho LGBT_G_002	Mesmo sexo (nota)	3 de abril de 2007	Segundo caderno	Relato	Não
Marcos- Conselho LGBT_G_003	Morango e chocolate (nota)	18 de maio de 2014	Rio	Relato	Não
Marcos- Conselho LGBT_G_004	Luta de LGBTs ameaçada	16 de fevereiro de 2016	Rio	Relato	Sim
Marcos- Conselho LGBT_G_005	Saia para meninos e ocupação	12 de setembro de 2017	Rio	Relato	Não
Marcos- Conselho	Estudantes com identidade	13 de agosto de 2017	Sociedade	Relato	Não

LGBT_G_006					
Marcos-Secretaria Mulheres_G_001	Por direitos iguais nas empresas	02 de outubro de 2006	Razão Social	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_G_002	Secretaria critica decisão de não proteger Eliza	15 de julho de 2010	Rio	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_G_003	Mulheres na crise	04 de abril de 2009	Economia	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_G_004	Igualdade 1 e 2	01 de dezembro de 2009	Economia	Relato	Não
Marcos-Secretaria Mulheres_G_005	Longo caminho à igualdade	09 de março de 2015	Sociedade	Relato	Não
Marcos-Brasil sem Homofobia_G_001	Pesquisa: 99% têm preconceito contra gays	08 de fevereiro de 2009	O País	Relato	Não
Marcos-Brasil sem Homofobia_G_002	Governos contra o preconceito	11 de março de 2008	Economia	Relato	Não
Marcos-Brasil sem Homofobia_G_003	‘Legislativo está aquém na discussão’	11 de março de 2008	Economia	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Brasil sem Homofobia_G_004	Nas escolas, silêncio sobre a homofobia	11 de outubro de 2009	O País	Relato	Não
Marcos-Brasil sem Homofobia_G_005	Uma cruel liderança	03 de janeiro de 2011	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Brasil sem Homofobia_G_006	Contra a homofobia	15 de julho de 2004	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da	A cada hora, um processo é	07 de agosto de	Rio	Relato	Não

Penha_G_001	aberto no Rio por violência contra mulheres	2010			
Marcos-Maria da Penha_G_002	Mulheres buscam a Justiça contra maus-tratos	01 de agosto de 2009	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_003	‘Estou juntando os cacos da minha vida’	01 de agosto de 2009	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_004	Apesar da lei mais dura, morte de mulheres caiu pouco	26 de setembro de 2013	O País	Relato	Sim
Marcos-Maria da Penha_G_005	Em Recife, mãe relata descaso policial, apesar de denúncias	26 de setembro de 2013	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_006	O fim do silêncio	25 de julho de 2016	O País	Relato	Sim
Marcos-Maria da Penha_G_007	Piora a violência contra mulheres	22 de maio de 2012	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_008	Lei Maria da Penha aumentou punições	05 de dezembro de 2006	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_009	A Lei Maria da Penha	21 de outubro de 2006	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_010	Violeta, cor que protege mulheres em perigo	14 de dezembro de 2014	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_011	Lei Maria da Penha já protege 70 mil mulheres	13 de março de 2011	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_012	Fazer a lei valer	05 de fevereiro de 2011	Segunda Página	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_013	A vontade da mulher	27 de maio de 2011	Opinião	Comentário	Não

Marcos-Maria da Penha_G_014	Maria da Penha: só 2% de agressores punidos	30 de março de 2009	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_015	Dever de todos	08 de março de 2008	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_016	ONU: Brasil é um dos primeiros em homicídio	13 de novembro de 2008	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_017	Governo vai monitorar violência contra mulher	16 de fevereiro de 2007	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_018	Lei Maria da Penha ainda é desconhecida	03 de junho de 2007	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_019	‘Pelo menos as delegadas estão cumprindo a lei’	11 de fevereiro de 2007	O País	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Maria da Penha_G_020	‘Falta criar a vara especial para julgar os casos’	11 de fevereiro de 2007	O País	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Maria da Penha_G_021	Denúncias aumentam depois da lei	11 de fevereiro de 2007	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_022	Ministra diz que lei trouxe avanços	09 de dezembro de 2007	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_023	Justiça concede mais medidas protetivas	23 de novembro de 2014	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_024	ONG faz mais de 45 mil atendimentos em 8 anos	23 de novembro de 2014	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_025	Após sete anos, Lei Maria da Penha ainda demanda avanços	09 de março de 2013	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_026	Tragédias anunciadas	03 de julho de 2018	Rio	Relato	Não

Marcos-Maria da Penha_G_027	Direito feminino adquirido	08 de março de 2016	Sociedade	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_028	‘A luta é maior que a mágoa’	08 de março e 2016	Sociedade	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_029	Silêncio rompido	18 de setembro de 2011	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_030	Mais justiça para mulheres	07 de outubro de 2008	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_031	Alerj vota projetos que cria novas leis	07 de outubro de 2008	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_032	Lei levou nome de mulher que ficou paraplégica	07 de outubro de 2008	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_033	Cidade é a segunda com mais vítimas	08 de abril de 2007	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_034	Protesto contra obras paralisadas	05 de agosto de 2007	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_035	Ministra lança campanha pelo fim da violência contra as mulheres	26 de novembro de 2007	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_036	Cresce o registro de violência contra mulheres	13 de janeiro de 2009	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_037	Número de ações disparou após Lei Maria da Penha	08 de março de 2015	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_038	STF amplia denúncia na Lei Maria da Penha	10 de fevereiro de 2012	O País	Relato	Sim
Marcos-Maria da Penha_G_039	Políticas solidárias	11 de agosto de 2012	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria	Relação difícil	09 de abril de	O Globo	Relato	Não

da Penha_G_040		2013	Amanhã		
Marcos-Maria da Penha_G_041	Onde a Lei Maria da Penha ainda não chegou	07 de junho de 2009	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_042	Registros de feminicídio crescem 10% após tipificação do crime	27 de agosto de 2017	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_043	Para evitar o retrocesso	16 de outubro de 2017	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_044	Uso da Lei Maria da Penha cresce 32% na Justiça	05 de agosto de 2016	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_045	Uma lei que pegou	11 de agosto de 2015	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_046	Violência	01 de outubro de 2008	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_047	A lei não escrita	24 de julho de 2010	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_048	Casos de agressão à mulher dobram em 3 anos	18 de setembro de 2001	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_049	Pelas mulheres	08 de março de 2008	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_050	Violência doméstica	08 de agosto de 2008	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_051	Sexo fragilizado	18 de outubro de 2008	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_052	A guerra contra as mulheres	09 de novembro de 2013	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da	Juizado especial atenderá	22 de março de 2007	Rio	Relato	Não

Penha_G_053	mulheres				
Marcos-Maria da Penha_G_054	Violência doméstica: 60 prisões em 6 meses	08 de abril de 2007	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_055	Em Pernambuco, Lei Maria da Penha faz efeito	19 de agosto de 2007	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_056	Mostra Mulher	28 de outubro de 2007	Jornais de Bairro (Niterói)	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_057	Ação afirmativa	27 de março de 2014	Segunda Página	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_058	Pega leve	01 de janeiro de 2014	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_059	Violência	06 de março de 2012	Segunda Página	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_060	Saia justa	18 de fevereiro de 2012	Segunda Página	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_061	Cruzada feminista	12 de março de 2013	Segunda Página	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_062	Ministra rebate Ipea sobre Maria da Penha	28 de setembro de 2013	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_063	Notificações de estupro aumenta nas delegacias	20 de fevereiro de 2013	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_064	Avanços na emancipação feminina	03 de dezembro de 2012	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_065	Crescem os números de crimes contra mulheres	12 de maio de 2013	Jornais de Bairro (Niterói)	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_066	Governo aumenta pena para a violência doméstica	08 de agosto de 2006	O País	Relato	Não

Marcos-Maria da Penha_G_067	Pesquisa em andamento já soma mais de 160 mil casos	08 de agosto de 2006	O País	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_068	Mulheres e eleição	08 de agosto de 2006	Segunda Página	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_069	Diálogo promove consciência sobre Lei Maria da Penha	25 de agosto de 2018	Jornais de Bairro	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_070	Tarda, mas chega	17 de maio de 2018	Segundo Caderno	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_071	Pelo fim do silêncio	10 de agosto de 2018	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_072	Para dar voz e força às mulheres	21 de julho de 2018	Jornais de Bairro (Zona Sul)	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_073	Em dois anos, processos por feminicídio crescem 51% em 13 estados do país	15 de janeiro de 2009	Sociedade	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_074	Lei Maria da Penha	06 de março de 2008	Rio	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_075	Combate à cultura da violência	17 de agosto de 2017	Opinião	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_G_076	As mais vulneráveis	09 de março de 2018	Jornais de Bairro (Niterói)	Relato	Sim
Marcos-Maria da Penha_G_077	A Lei Maria da Penha em questão	23 de julho de 2016	Segundo Caderno	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-Maria da Penha_G_078	Maria da Penha nas escolas	13 de outubro de 2016	Segundo Caderno	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_G_079	Câmara aprova projeto que criminaliza difusão de	22 de fevereiro de 2017	Sociedade	Relato	Não

	‘nudes’				
Marcos-Maria da Penha_G_080	Maria da Penha	28 de março de 2017	Rio	Relato	Não
Marcos-Processo transexualizador_G_001	A via crúcis do corpo	08 de setembro de 2016	Jornais de Bairro (Tijuca)	Relato	Não
Marcos-Processo transexualizador_G_002	Novo centro depende de recursos	08 de setembro de 2016	Jornais de Bairro (Tijuca)	Relato	Não
Marcos-Plano LGBT_G_001	Totalitarismo e intolerância	01 de junho de 2009	Opinião	Comentário	Não
Marcos-União homoafetiva_G_001	Ainda à espera do Congresso	07 de maio de 2011	O País	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_G_002	Da sociedade de fato à certidão de união	07 de maio de 2011	O País	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_G_003	A batalha continua	07 de maio de 2011	O País	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_G_004	‘Há muito tempo eu não sentia orgulho do Brasil’	08 de maio de 2011	O País	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-União homoafetiva_G_005	‘Foi uma decisão enfática, unânime e rápida’	08 de maio de 2011	O País	Relato (Entrevista)	Não
Marcos-União homoafetiva_G_006	A decisão do Supremo	08 de maio de 2011	O País	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_G_007	Um novo capítulo	16 de maio de 2011	Opinião	Comentário	Não
Marcos-União homoafetiva_G_008	Contra discriminação, direitos iguais	06 de maio de 2011	O País	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_G_009	Críticas à falta de decisão sobre o tema no Congresso	06 de maio de 2011	O País	Relato	Não

Marcos-União homoafetiva_G_010	Casamento gay	01 de outubro de 2013	Rio	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_G_011	Justiça também dificulta casamento gay em SP	24 de maio de 2012	Rio	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_G_012	Mais uma conquista gay	15 de maio de 2013	O País	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_G_013	IBGE: casamentos homoafetivos dobram na cidade em um ano	06 de dezembro de 2015	Jornais de Bairro (Niterói)	Relato	Não
Marcos- Femincídio_G_001	TJ busca acelerar resolução de crimes contra a mulher	10 de março de 2015	Sociedade	Relato	Sim
Marcos- Femincídio_G_002	Todo mundo precisa falar sobre isso	09 de maio de 2018	Segundo Caderno	Comentário	Não
Marcos- Femincídio_G_003	Política embolorada	03 de março de 2016	Segundo Caderno	Comentário	Não
Marcos- Femincídio_G_004	Na mira de covardes	08 de março de 2017	Rio	Relato	Não

Eixo de pesquisa 5: Marcos – Políticas Públicas						
Veículo: <i>Folha de S. Paulo</i>						
Código de localização	Título	Data de publicação	Marco referido	Editoria	Gênero	Chamada na capa?
Marcos- Conselho Mulher_F_00 1	Feministas condenam ataque à Isabela	22 de outubro de 1995	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	TV Folha	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_00 2	Conselho divulga parecer contra esterilização	27 de janeiro de 1990	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Cidades	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_00 3	Decisão (nota)	3 de julho de 1989	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_00 4	Candidatos querem plebiscito sobre o aborto	21 de julho de 1989	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_00 5	Brasil realiza 10% dos abortos no mundo; OMS financiará pesquisa	01 de janeiro de 1989	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Saúde	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_00 6	Sexo explícito (nota)	28 de agosto de 1988	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_00 7	Mulheres defendem (nota)	23 de julho de 1988	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_00 8	Filho do pai (nota)	17 de abril de 1988	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos- Conselho	Mulheres criticam	28 de fevereiro de	Criação do Conselho	Cidades	Relato	Não

Mulher_F_009	cartaz contra aids	1988	Nacional dos Direitos da Mulher			
Marcos-Conselho Mulher_F_010	Mulheres reunidas (Editorial)	01 de setembro de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Opinião - Editorial	Comentário	Não
Marcos-Conselho Mulher_F_011	Mulheres repudiam (nota)	08 de maio de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_F_012	Divididas, subcomissões vão ao debate de “temas marginais”	26 de abril de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_F_013	Discriminação a homossexuais já está na pauta	26 de abril de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_F_014	Constituintes assistem filme violentos sobre o aborto	24 de abril de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Cidades	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_F_015	“Lobby” feminista (nota)	22 de abril de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_F_016	Debate sobre mulher negra (nota)	26 de fevereiro de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Cidades	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_F_017	Carta das mulheres reivindica direitos iguais na constituição	19 de março de 1987	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos-Conselho Mulher_F_018	Delegacias da Mulher já receberam 14 mil queixas	18 de setembro de 1986	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Cidades	Relato	Não

Marcos- Conselho Mulher_F_01 9	Mulheres e negros debatem proposta para nova carta	27 de agosto de 1986	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_02 0	Mulheres fazem proposta para a Constituinte	17 de agosto de 1986	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Política	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_02 1	Debate discute a imagem da mulher no livro didático	31 de julho de 1986	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Educação e ciência	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_02 2	Encontro analisa atuação de conselhos da mulher	30 de julho de 1986	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Cidades	Relato	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_02 3	Mulheres subversivas	10 de fevereiro de 1986	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Opinião	Comentário	Não
Marcos- Conselho Mulher_F_02 4	Agente de transformaçã o e poder	17 de abril de 1985	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Opinião	Comentário	Não
Marcos- Secretaria Mulheres_F_ 001	Espaço e Espaço 2	25 de janeiro de 2016	Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres	Ilustrada	Relato	Não
Marcos- Conselho LGBT_F_00 1	Grávidas e mães de crianças de até 12 anos irão para prisão domiciliar	21 de fevereiro de 2018	Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminaçã o (CNCD- LGBT)	Cotidiano	Relato	Não
Marcos- Brasil sem Homofobia_ F_001	Abrindo portas	07 de junho de 2009	Lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia	Dinheiro	Relato	Não
Marcos- Maria da	Câmara aprova lei que endurece	29 de novembro de	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não

Penha_F_001	pena para feminicídio	2018				
Marcos-Maria da Penha_F_002	Avança projeto que dá poder a delegados em proteção de mulheres	15 de agosto de 2018	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_F_003	Esses moços, pobres moços	21 de maio de 2018	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Comentário	Não
Marcos-Maria da Penha_F_004	Senado aprova pena maior para feminicídio, e texto vai à Câmara	14 de março de 2018	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_F_005	Ainda é pouco e É pouco 2	8 de março de 2018	Lei Maria da Penha	Ilustrada	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_F_006	Senado aprova projeto que dá poder à delegados	11 de outubro de 2017	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_F_007	Acordo quer fortalecer lei Maria da Penha	14 de março de 2011	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_F_008	Aplicação da lei depende da leitura de cada juiz	14 de março de 2011	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_F_009	Principais polêmicas	14 de março de 2011	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_F_010	Quem não é homem?	23 de agosto de 2017	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-Maria da Penha_F_011	Crimes evidenciam relação de poder entre agressor e vítima	23 de agosto de 2017	Lei Maria da Penha	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-Processo Transsexualiz	Fila para atendimento a trans no	28 de outubro de	Instituição das diretrizes nacionais	Saúde	Relato	Não

ador_F_001	SUS impulsiona clínicas privadas	2018	para o processo transexualiza dor no SUS			
Marcos- Processo Transexualiz ador_F_002	Agora é que são elas	5 de novembro de 2015	Instituição das diretrizes nacionais para o processo transexualiza dor no SUS	Mercado	Comentário	Não
Marcos- Processo Transexualiz ador_F_003	Governo suspende novas regras sobre mudança de sexo	01 de agosto de 2013	Instituição das diretrizes nacionais para o processo transexualiza dor no SUS	Ciência + Saúde	Relato	Não
Marcos- Saúde LGBT_F_00 1	Governo lança política de saúde para LGBTs	2 de dezembro de 2011	Instituição da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT no âmbito do Sistema Único de Saúde	Saúde	Relato	Não
Marcos- União homoafetiva_ F_001	Ninguém volta para o armário	08 de novembro de 2018	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Opinião	Comentário	Não
Marcos- União homoafetiva_ F_002	Casais gays antecipam casamento com medo de perder direitos sob Bolsonaro	5 de novembro de 2018	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos- União homoafetiva_ F_003	Número de mães adolescentes no Brasil cai 24% em dezembro	01 de novembro de 2018	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos- União homoafetiva_	Casar ou unir?	11 de junho 2017	Reconhecime nto da união homoafetiva	Cotidiano	Relato	Não

F_004			pelo STF como entidade familiar			
Marcos-União homoafetiva_ F_005	Adoção unilateral	18 de abril de 2016	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_006	O Supremo e as majorias de opinião	14 de maio de 2016	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Comentário	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_007	Especialistas divergem sobre validade da polifamília	24 de janeiro de 2016	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_008	Cunha avança com pauta conservadora	01 de novembro de 2015	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Poder	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_009	É inexorável	3 de julho de 2015	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Opinião	Comentário	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_010	De Itaquera aos Jardins, SP tem 2 uniões gays por dia	27 de abril de 2014	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_011	Casamento gay representa 0,35% do total registrado no	10 de dezembro de 2014	Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF como entidade	Cotidiano	Relato	Não

	país em 2013		familiar			
Marcos-União homoafetiva_ F_012	Conselho obriga cartórios do país a registrar casamento entre gays	15 de maio de 2013	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_013	CNJ faz cumprir decisão dos tribunais superiores	15 de maio de 2013	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_014	Desejos para 2013	20 de dezembro de 2012	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Mercado	Comentário	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_015	Casamento gay coletivo reúne 92 casais no Rio	10 de dezembro de 2012	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_016	Casamento de homossexuai s divide os tribunais	03 de junho de 2012	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_017	Comissão do Senado aprova projeto que libera casamento gay	25 de maio de 2012	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-União homoafetiva_ F_018	Com placar favorável a casamento gay, STF interrompe julgamento	21 de outubro de 2011	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos-	STF aprova	06 de maio	Reconhecime	Cotidiano	Relato	Não

União homoafetiva_ F_019	união gay em sessão histórica	de 2011	nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar			
Marcos- União homoafetiva_ F_020	Há um espaço para mudar a aplicação da Constituição sem ter de emendar seu texto	06 de maio de 2011	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos- União homoafetiva_ F_021	STF começa a julgar se reconhece união gay como estável	04 de maio de 2011	Reconhecime nto da união homoafetiva pelo STF como entidade familiar	Cotidiano	Relato	Não
Marcos- Feminicídio_ F_001	Feminicídio	29 de novembro de 2017	Lei do Feminicídio	Opinião	Comentário	Não
Marcos- Feminicídio_ F_002	SP registra um caso de feminicídio a cada quatro dias	23 de agosto de 2017	Lei do Feminicídio	Cotidiano	Relato	Não

ANEXO II

QUADRO DE ANÁLISE DISCURSIVA

O Estado de S. Paulo					
Texto	Enquadramentos temáticos	Representações do eixo identitário focalizado	Marcas de intertextualidade	Modos de incorporação do discurso alheio relatado	Modos de coesão
<i>Dia da mulher, “dia de avanços”</i> 09/03/1988 Mulher_E_002	Questões trabalhistas e direitos constitucionais. Política institucional.	Resistência feminina. Mulher como força produtiva e reprodutiva. Diferença como alteridade.	Discurso político institucional (CNDM, dados do Ministério da Reforma Agrária, deputados). Imaginário democrático.	CNDM e deputados(as): DI (discurso indireto). Trecho de discurso de J. Genoíno (deputado): DD (discurso direto).	Matéria articulada a partir de debates no campo da política institucional.
<i>Mulheres superam homens em escolarização</i> (08/03/1998) Mulher_E_026	Formação e escolaridade. Mercado de trabalho. Desigualdade salarial.	Mulher como profissional qualificada. Mosaico de declarações reúne representações concorrentes. Pressuposição de papéis tradicionais de gênero.	Discurso técnico-científico (dados do INEP). Discurso econômico.	Presidente do INEP: DD. Aspas de diferentes mulheres sobre a data como legenda de fotos que acompanham a matéria: DD.	Matéria articulada a partir de pesquisa/dados recém-divulgados.
<i>Dia do Orgulho Gay reúne 2 mil em SP</i> (29/06/1998) Parada_E_001	Sentidos da Parada e do movimento LGBT. História do movimento. Apresentação para o público de um assunto ainda pouco conhecido.	Gay/homossexual. Sentidos pejorativos: “impacientes”, os manifestantes “invadiram” a rua.	Discurso político institucional. Discurso político /ativista. Memória do movimento LGBT.	Coordenador da Parada Gay: DI. Deputada: DD.	Matéria articulada a partir de evento.
<i>O novo perfil da mulher brasileira</i> (08/03/2002) Mulher_E_036	Mercado de trabalho. Estrutura familiar e casamento. Economia.	Profissional e consumidora. Mulheres como “maioria”. Pressuposição de papéis tradicionais de gênero. Tensão: diferença → apagamento da diferença.	Discurso técnico-científico (dados do IBGE). Discurso econômico.	Coordenadora do IBGE: DD.	Matéria articulada a partir de pesquisa/dados recém-divulgados.

<i>Cada vez mais trabalham fora e pagam despesas</i> (08/03/2002) Mulher_E_038	Mercado de trabalho. Estrutura familiar e casamento. Economia.	Mulher profissional e consumidora. Imagem da “mulher dividida”: profissão vs. família. Pressuposição/ reforço de papéis tradicionais de gênero. Tensão: diferença → apagamento da diferença.	Discurso técnico-científico (dados do IBGE). Discurso econômico.	Personagens: DD.	Matéria articulada a partir de pesquisa/dados recém-divulgados.
<i>Brasileiras conquistam vagas nas empresas</i> (08/03/2004) Mulher_E_054	Mercado de trabalho. Economia.	Mulher profissional. Tensão: diferença → apagamento da diferença.	Discurso técnico-científico (dados da Organização Internacional do Trabalho). Discurso econômico.	Sem incorporação de discurso alheio relatado.	Matéria articulada a partir de pesquisa/dados recém-divulgados.
<i>Jeito feminino, o segredo do sucesso</i> (08/03/2004) Mulher_E_055	Mercado de trabalho. Economia. Narrativa de sucesso individual.	Mulher profissional. Imagem da “mulher dividida”: profissão vs. família. “Mulheres empoderadas”. Oscilação entre reforço e apagamento da diferença.	Discurso corporativo (dados internos das empresas citadas). Discurso econômico.	Personagens: DD (ilustração). Diretor de RH da Embraer: DD (autoridade).	Matéria articulada a partir de personagens / história de vida e ‘empoderamento’ individual.
<i>Vinte anos de luta</i> (13-14/08/2005) Marcos_E_Con selho Mulher-008	Direitos constitucionais. Políticas públicas de gênero. Política institucional. Mercado de trabalho. Desigualdade salarial.	Mulher como cidadã.	Discurso político. Constituição Federal. Ideário democrático.	Presidenta do CNDM: DD.	Matéria articulada a partir de histórico do CNDM.

<i>Mulheres</i> (ESPECIAL) (08/03/2006) Mulher_E_067	Subjetividade. Histórias de vida. Diversidade. Empoderamento individual.	Mulher profissional/ artista. Mulher bem-sucedida. Mulher autônoma e competente.	Proliferação de campos e discursivos.	Personagens (DD).	Especial articulado a partir de perfis e histórias de vida.
<i>Parada se assume como balada</i> (18/06/2006) Parada_E_014	Política X balada. Diversão e exotismo do evento. Fantasias. Reforço da diferença como alteridade.	Gay/ homossexual como exótico, fantasiado.	Discurso político institucional. Dados da polícia.	Participantes: DD (testemunhas). Polícia: DI (autoridade). Prefeito: DD. Testemunhas não participantes da Parada: DD.	Matéria articulada a partir de evento.
<i>Após 30 anos de luta, movimento gay quer mais que só um dia de Parada</i> (25/05/2008) Parada_E_018	História do movimento LGBT. Direitos LGBT. Visibilidade.	LGBTs como ativistas e cidadãos.	Discurso político/ ativismo. Discurso acadêmico (estudos sobre o movimento LGBT). Discurso político institucional. Discurso econômico.	Personagens/ ativistas: DD. Especialista: DD. Deputado: DD. Empresário: DD.	Matéria articulada a partir de personagens / história de vida.
<i>Homossexualismo: debate nas escolas é alvo de críticas</i> (12/05/2011) Marcos-Plano LGBT_E_002	Educação. Políticas públicas. Homofobia.	Minorias sexuais como privilegiadas X minorias sexuais como discriminadas.	Discurso político institucional. Discurso jurídico. Dados da Unesco.	Deputados: DD. Jurista: DD. Coordenador de movimento social: DD. Secretário: DD. MEC: DD.	Matéria articulada a partir de debates no campo da política institucional.
<i>Lugar de mulher é na cozinha... E na adega, no alambique e no terreiro de café</i> (ESPECIAL) (08/03/2012) Mulher_E_083	Empoderamento individual. Sozinho profissional.	Mulher como profissional bem-sucedida.	Discurso corporativo-empresariais. Discurso especializado (Gastronomia).	Personagens (DD). Especialistas (DD).	Matérias articuladas a partir de personagens e depoimentos de mulheres.

<i>Lei Maria da Penha não reduz mortes</i> (26/09/2013) Marcos-Maria da Penha_E_031	Violência contra a mulher. Aspecto cultural da violência.	Mulher como vítima de violência doméstica.	Discurso técnico-científico (dados do IPEA). Discurso jurídico.	Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher: DD (especialista).	Matéria articulada a partir de pesquisa/dados recém-divulgados.
<i>Diversidade é maior entre casais gays</i> (02/06/2013) Parada_E_040	Diversidade. Comportamento. Raça, geração, classe.	Homossexual = perfil mais liberal e inclusivo.	Discurso técnico-científico (dados demográficos). Discurso acadêmico (estudos de gênero).	Pesquisadoras: DD (especialista). Personagens: DD.	Matéria articulada a partir de dados/pesquisa.
<i>Morte de mulheres negras avança 54%</i> (09/11/2015) Marcos-Maria da Penha_E_045	Violência contra a mulher negra. Aspecto cultura da violência. Diferença entre mulheres brancas e negras. Intersecção entre machismo e racismo. Valorização/visibilidade da diferença.	Mulher negra como vítima principal da violência.	Discurso técnico-científico (dados do Mapa da Violência 2015). Discurso jurídico. Discurso político/ativismo.	Representante da ONU Mulheres Brasil: DD (autoridade/especialista). Membro do coletivo Pretas Candangas: DD (especialista / protagonista).	Matéria articulada a partir de pesquisa/dados recém-divulgados.
<i>Mudança de sexo demora até 10 anos no Brasil</i> (29/05/2016) Marcos-Processo Transsexualizado r_E_001-002	Transexualidade. Redesignação sexual. Valorização/visibilidade da diferença.	Mulher trans. Mulher como construção sócio-cultural.	Discurso médico. Discurso político / ativismo sexual.	Personagens: DD (ilustração/protagonistas). Médica: DD (especialista).	Matéria articulada a partir de personagens / história de vida.
<i>DPS não registram agressão à mulher; medida protetiva demora até 4 meses</i> (07/08/2016)	Violência contra a mulher. Desvalorização do relato de mulheres. Aspecto cultural da violência.	Mulher como vítima de violência doméstica.	Discurso jurídico.	Personagens: DD (ilustração). Promotora: DD (autoridade). Advogada: DD (especialista).	Matéria articulada a partir de personagens / história de vida

Marcos-Maria da Penha_E_004					
<i>Como vivem as brasileiras pelo mundo</i> (08/03/2017) Mulher_E_088	Diversidade/ Diferença. Machismo. Categoria “gênero”. Feminismo.	Valorização da diferença (mulheres lésbicas, brancas, negras). Mulher ativista. Identidade complexificada: identidade nacional + gênero.	Discurso acadêmico e discurso político (estudos de gênero e feministas).	Pesquisadora: DD (especialista). Organizadora do 8M no Brasil: DI e DD (voz oficial e protagonista). Personagens: DD (testemunhos).	Matéria articulada a partir de personagens / história de vida.
<i>O desafio de quem quer definir seu próprio destino</i> (08/03/2018) Mulher_E_094	Mercado de trabalho e escolaridade. Diferença geracional. Sucesso individual	Mulher profissional. Valorização da diversidade (raça, classe).	Discurso acadêmico (estudos de gênero). Discurso econômico.	Personagens: DD. Pesquisadora: DD (especialista).	Matéria articulada a partir de personagens; ‘empoderamento’ individual.

O Globo					
Texto	Enquadramentos temáticos	Representações do eixo identitário focalizado	Marcas de intertextualidade	Modos de incorporação do discurso alheio relatado	Modos de coesão
<i>As feministas brasileiras</i> (09/03/1980) Mulher_G_002	Movimento feminista. Divisões do movimento. Sexualidade, aborto, creches, mercado de trabalho.	Mulher como ativista. Feminista = alteridade. Referência ao estado civil e filhos de mulheres citadas.	Discurso político/ativismo. Discurso político institucional.	Ativistas: DD e DI.	Matéria articulada em torno da história do movimento feminista no Brasil e suas reivindicações. Amplo espaço para vozes de ativistas e representantes de grupos organizados (institucionalização do feminismo).
<i>Direitos da mulher, uma batalha de Ruth Escobar</i> (07/07/1985) Marcos-Conselho-Mulher_G_003	Criação do CNDM. Saúde, educação, violência e creches.	Mulher protagonista. “Pós-feminista”.	Discurso político institucional.	Deputada: DI e DD.	Matéria articulada a partir de debates na esfera da política institucional.
<i>FHC reclama dos baixos salários pagos às mulheres</i> (09/03/1996) Marcos-Programa Violência_G_001	Desigualdade salarial. Violência contra a mulher.	Feministas como sujeitas a afetações emocionais. Mulher passiva.	Discurso da política institucional.	Presidente FHC: DD. Líder do PT na Câmara: DD.	Matéria articulada a partir de debates na esfera da política institucional.
<i>OIT: mulheres executivas são só 3% no mundo</i> (09/03/2001)	Mercado de trabalho/ desigualdade. Mulheres em posições de liderança. Economia.	Mulher como profissional.	Discurso técnico-científico (dados da OIT). Discurso econômico. Discurso corporativo/empresarial.	Economista: DD (especialista).	Matéria articulada em torno de dados/pesquisa recém divulgada.

<i>Cai diferença de renda entre homem e mulher</i> (08/03/2001) Mulher_G_023	Mercado de trabalho. Desigualdade salarial. Economia.	Mulher profissional e consumidora. Mulher dividida (trabalho vs. família) , responsável por “desfigurar” a “tradicional família brasileira”. Demarcação da diferença → superação ou reforço?	Discurso técnico-científico (dados do IBGE). Discurso econômico.	Coordenadora do IBGE: DD (especialista). Personagens: DD (ilustração).	Matéria articulada em torno de dados/ pesquisa recém divulgada.
<i>Executiva ganha espaço nas empresas</i> (08/03/2002) Mulher_G_024	Mercado de trabalho. Desigualdade salarial. Machismo.	Mulher profissional e bem-sucedida.	Discurso técnico-científico (pesquisa do grupo Catho). Discurso empresarial/ corporativo.	Coordenador da pesquisa: DD. Personagem: DD. Consultor: DD.	Matéria articulada em torno de dados/ pesquisa recém divulgada.
<i>Governos contra o preconceito</i> (11/03/2008) Marcos-Brasil sem Homofobia_G_002	Políticas públicas. Políticas de identidade.	LGBTs como cidadãos. Valorização da diversidade e da diferença.	Discurso político institucional. Discurso médico. Ideário democrático.	Autoridades ligadas à concretização de políticas públicas e MEC: DD. Personagem: DD	Matéria articulada a partir do discurso político institucional.
<i>Pesquisa: 99% têm preconceito contra gays</i> (08/02/2009) Marcos-Brasil sem Homofobia_G_001	Preconceito/ homofobia. Violência. Políticas públicas.	LGBTs como vítima de violência e preconceito. Passividade.	Discurso técnico-científico (levantamento da Fundação Perseu Abramo e Rosa Luxemburgo). Discurso político institucional. Discurso religioso.	Especialista: DD. Coordenador do Programa Brasil sem Homofobia: DD.	Matéria articulada a partir de dados/ pesquisa recém divulgada.
<i>Multidão contra a homofobia</i> (27/06/2011) Parada_G_009	Exotismo da Parada. Nudez. Crimes e violência durante o evento. Manifestações políticas.	Participantes/ LGBTs representados de forma exótica, associada a fantasias e nudez. Reforço da diferença como alteridade.	Discurso político/ ativista. Discurso político institucional. Imaginário da democracia.	Participantes: DD.	Matéria articulada a partir de evento.

<i>Ainda à espera do Congresso</i> (07/05/2011) Marcos-União homoafetiva_G_001	União civil homoafetiva. Impasses políticos. Conservadorismo religioso.	LGBTs: pouca voz na matéria. Não aparecem no texto, mas sim, em fotos e legendas: afirmação da diversidade e defesa da tolerância.	Discurso da política institucional. Discurso jurídico. Discurso religioso. Discurso técnico/burocrático.	Senadora: DD. Relatora de projeto na Comissão de Direitos Humanos: DD. Jurista: DD. Presidente da Associação dos Notários do Rio: DD.	Matéria articulada a partir de debates na esfera da política institucional e na esfera jurídica.
<i>Longo caminho à igualdade</i> (09/03/2015) Marcos-Secretaria Mulheres_G_005	Políticas públicas. Igualdade de gênero. Diferentes experiências de mulheres comuns com o feminismo.	Mulheres ativistas. Uso da palavra empoderamento. Feminismo como perspectiva acessível a todos.	Discurso da política institucional. Discurso religioso. Discurso político/ativismo.	SPM/ documento: DD. Representante da ONU Mulheres Brasil: DD. Personagens: DD. Ativistas/manif estantes: DD.	Matéria articulada a partir de dados, debates na esfera da política institucional e histórias de personagens.
<i>Sempre em frente</i> (08/03/2016) Mulher_G_2016	Mulheres no esporte. Machismo. Relação família vs. trabalho. Histórias/ trajetórias de sucesso individual.	Mulher profissional e bem-sucedida. Mulher 'empoderada'. Mulher dividida (trabalho vs. filhos). Uso da expressão "empoderar".	Discurso de superação/ heroísmo no esporte.	Personagens: DD.	Matéria articulada a partir de personagens / história de vida.
<i>O fim do silêncio</i> (25/07/2016) Marcos-Maria da Penha_G_006	Violência contra a mulher.	Mulher como vítima de violência doméstica. Mulher passiva.	Discurso técnico-científico (levantamento do Globo). Discurso jurídico. Discurso policial/ de segurança pública.	Promotora de Justiça: DD. Ativista/ representante de ONG: DD.	Matéria articulada a partir de dados. Balanço da Lei.
<i>Na mira de covardes</i> (08/03/2017) Marcos-Feminicídio_G_004	Violência contra a mulher. Feminicídio. Aspectos culturais da violência (machismo).	Mulher como vítima de violência doméstica. Passividade.	Discurso técnico-científico (levantamento da Polícia Civil do Rio). Discurso policial / de segurança pública. Discurso jurídico.	Delegada: DD. Depoimento de assassino (anônimo): DD. Diretor da Divisão de Homicídios: DD. Ativista: DD. Personagem: DD.	Matéria articulada a partir de dados/ pesquisa recém divulgada.

<i>Estudantes com identidade</i> (13/08/2017) Marcos- Conselho LGBT_G_006	Identidade de gênero. Políticas públicas. Diversidade. Valorização da diferença. Autoestima.	Trans como protagonistas. “Empoderamento”.	Discurso político institucional. Discurso médico. Discurso político/ativista. Ideário democrático.	Personagens: DD. Chefe de supervisão e orientação pedagógica: DD. Mãe de estudante trans: DD. Especialista: DD. Ativista: DD.	Matéria articulada a partir de personagens / história de vida.
---	--	---	---	---	--

Folha de S. Paulo					
Texto	Enquadramentos temáticos	Representações do eixo identitário focalizado	Marcas de intertextualidade	Modos de incorporação do discurso alheio relatado	Modos de coesão
<i>Mulheres comemoram seu dia exigindo uma transformação</i> (08/03/1979) Mulher_F_001	Reivindicações feministas na data. Ações em várias localidades do país. Enfoque político. Desigualdade homem X mulher. Desigualdade → superação da diferença. Obs.: uma submatéria traz também o histórico do feminismo e do dia internacional da mulher.	Feministas, ativistas.	Discurso político ativista.	Ativistas/ militantes: DD.	Matéria articulada a partir de dados/ levantamento; ênfase em histórias individuais.
<i>O que as mulheres tanto procuram?</i> (ESPECIAL) 08/03/1981 Mulher_F_007	Militância/ movimentos feministas. Desigualdade. Maternidade Participação política.	Mulher cidadã/ ativista. Mulher mãe.	Discurso político ativista.	Ativistas/ militantes: DD. Discurso acadêmico: DD.	Especial articulado a partir de artigos assinados por diferentes por especialistas/ ativistas.
<i>Mulheres criticam cartaz contra Aids</i> (28/02/1988) Marcos- Conselho Mulher_F_009	Representação (publicidade). Diferença como alteridade. Aids/ discriminação.	Feministas = excesso, passionalidade.	Discurso político/ institucional.	Ofício do CNDM: DD. Coordenador de comunicação social do Ministério da Saúde: DD e DI.	Matéria articulada a partir de debates na esfera política.
<i>Um milhão de adolescente dão à luz por ano no Brasil, diz IBGE</i> (08/03/2001) Mulher_F_019	Contracepção/ gravidez na adolescência. Abordagem demográfica. Enfoque médico.	Mulher/menina. Passividade.	Discurso técnico-científico (dados do IBGE). Discurso médico.	Médicos: DD e DI. Personagens: DD.	Matéria articulada a partir de dados/ levantamentos.
<i>Feministas condenam ataque a Isabela</i>	Representação (telenovela). Discriminação/ violência.	Feministas. Militância.	Discurso político/ institucional. Discurso político /ativismo.	Presidente do CNDM: DD. Representantes de grupos	Matéria articulada a partir de debates na

(22/10/1995) Marcos- Conselho Mulher_F_001	Contestação de construções culturais sobre a mulher.			feministas: DD. Críticas dos grupos feministas e conselho: DI (enumeração).	esfera política. Matéria confere espaço ao discurso dos grupos feministas e do CNDM.
<i>Respeito à diversidade aprende-se na infância</i> (28/06/1991) Orgulho_F_001	Diversidade sexual/ de gênero. Educação sexual. Formação infantil. Preconceito/ homofobia. Reconhecimento da diversidade: apagamento da diferença.	Representação da diversidade como “dato natural”.	Discurso médico (psiquiatria e psicologia).	Escritora: DD Psiquiatra: DD e DI. Psicóloga: DI. Especialista em Educação: DD.	Matéria tem início com uma citação de uma escritora alusiva à questão da homossexualidade na infância; também apresenta um “teste” para os pais.
<i>Região da Frei Caneca vira ‘point’ GLS</i> (22/06/2003) Parada_F_010	Consumo/ economia. Demarcação e reforço da diferença como alteridade.	“GLS” como grupo consumidor. Uso da expressão “GLS”. Oposição entre ocupação “rica” da Frei Caneca e seu “lado mais selvagem”, representado por “travestis, prostitutas e gays” que moram na região mais pobre da rua. Representação do GLS segunda a chave de alteridade: superintendente do shopping Frei Caneca refere-se a seu público como “esse pessoal”. Representação negativa do travesti (palavra masculina).	Discurso econômico/ comercial. Discurso historiográfico sobre urbanismo.	Personagens (corretores): DI e DD. Pesquisadora/ psicóloga: DD. Personagem (“missa São Paulo dos travestis”): DD. Superintendente do shopping Frei Caneca: DD Personagens/ frequentadores: DD.	Matéria articulada a partir de dados econômicos/ sobre consumo.

<i>Psicólogo passará por 'metamorfose'</i> (22/06/2003) Parada_F_013	Caracterização de drag queens. Fantasias/ exotismo. Contraste entre vida “comum” e a vida de drag queens quando estão montadas.	Dualidade/ ambiguidade do LGBT. Ideia de transformação/ metamorfose (verbo “virar”). Demarcação da diferença como alteridade. (exotismo).	Matéria inteiramente baseada na descrição da caracterização de drag queens e seus relatos sobre suas “fantasias”.	Personagens (drag queens): DD.	Matéria articulada a partir da descrição da caracterização de drag queens que participariam da Parada.
<i>Sinal fechado para o preconceito</i> (ESPECIAL) (08/03/2004) Mulher_F_039	Mulheres no trânsito / automobilismo. Preconceito. Segurança. Vaidade. Empoderamento individual.	Mulher como precavida, cuidadosa (= boa motorista). Mulher consumidora. Afirmção de identidades positivas da mulher.	Discurso técnico-científico. Discurso econômico. Discurso corporativo-empresarial.	Personagens (DD). Especialistas (DD).	Especial articulado a partir de reportagens sobre diferentes aspectos da relação entre mulheres e carros.
<i>O que elas querem</i> (ESPECIAL) (08/03/2005) Mulher_F_042	Emprego; formação, mercado de trabalho. Dificuldade em conciliar trabalho e família. Empoderamento individual. Desigualdade salarial.	Mulher como profissional e consumidora. Afirmção de identidades positivas da mulher.	Discurso técnico-científico. Discurso econômico. Discurso corporativo-empresarial.	Personagens (DD). Especialistas (DD).	Especial articulado a partir de reportagens que trazem dados e histórias de personagens.
<i>Gays sonham com casamento tradicional</i> (13/06/2004) Parada_F_015	Enfoque comportamental. Direitos e cidadania.	Demarcação e reforço da diferença como alteridade: antítese casais heterossexuais vs. casais homossexuais.	Discurso de direitos/ cidadania. Discurso político/ ativismo. Discurso acadêmico/ antropologia. Discurso religioso.	Presidente da Associação da Parada: DD. Bispo da Igreja Católica Ortodoxa: DD. Personagens: DD. Coordenadora geral da ONG Um Outro Olhar: DD. Representante da associação GLBT: DD. Antropólogo e fundador do Grupo Gay da Bahia: DD. Psicóloga: DD.	Matéria articulada a partir da narrativa de uma mudança de comportament al.

<i>Que feminismo é esse?</i> (ESPECIAL) (08/03/2007) Mulher_F_049	Transformações do movimento feminista. Renda e emprego. Desigualdade salarial. Falta de representatividade na política. Direitos. Denúncia de injustiças de gênero.	Mulher como cidadã, profissional e consumidora.	Discurso econômico. Discurso acadêmico. Discurso político ativista.	Especialistas (DD). Personagens (DD).	Especial reúne reportagens construídas a partir de indicadores sócio-econômicos e análises assinadas por especialistas.
<i>Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch</i> (10/06/2007) Parada_F_035	Consumo/ possibilidade de expansão para diversos setores entre o público gay. Enfoque econômico.	Público gay masculino com elevado poder aquisitivo = consumidor.	Discurso técnico-científico. Discurso econômico.	Sócio-diretor da InSearch: DI e DD.	Matéria articulada a partir de dados/ levantamento.
<i>Sem trios de boates, política avança na Parada Gay de São Paulo</i> (15/06/2009) Parada_F_040	Boates vs. militantes. Festa vs. política. Ênfase em trajes/ caracterização; referência à nudez ou pouca vestimenta em oposição a “mensagens de engajamento”.	Uso da expressão “GLS”. Deslocamento da representação do “gay” exclusivamente como “festivo”.	Discurso político/ ativismo.	Drag queen/ participante: DD. Representantes de centrais sindicais (CTB e UGT): DD. Pastor/ participante: DD.	Matéria articulada a partir de evento cotidiano.
<i>Abrindo portas</i> (07/06/2009) Marcos-Brasil sem Homofobia_F_001	Empoderamento pela via econômica. Mundo corporativo. Empoderamento individual. Diversidade. Discriminação.	LGBTs como executivos; profissionais bem sucedidos.	Discurso econômico/ corporativo. Discurso jurídico. Discurso político/ ativista.	Personagens: DD. Procurador: DD. Ministro do TST: DD.	Matéria articulada a partir de relatos e histórias de vida.
<i>Mulher empreendedora inova e retém mais talentos</i> (08/03/2011) Mulher_F_059	Empreendedorismo. Empoderamento individual. Enfoque econômico. Mundo corporativo.	Mulher profissional/ empresária /bem-sucedida.	Discurso técnico-científico (pesquisa). Discurso econômico/ corporativo.	Diretor de pesquisa da ONG Endeavor: DD. Personagens: DD e DI.	Matéria articulada a partir de dados/ levantamentos.

<i>Quero 'empoderar' as mulheres de baixa renda</i> (08/03/2011) Mulher_F_060	Estatuto do movimento feminista. Empoderamento. Desigualdade salarial. Aborto. Identidade essencializada X identidade culturalmente construída.	Feminista: mulher independente, ativa, empoderada.	Discurso político/ativismo.	Personagem: DD.	Entrevista: personalidade.
<i>As lobas de Wall Street</i> (08/03/2014) Mulher_F_070	Vida profissional/ Mercado financeiro. Desigualdade entre homens e mulheres no mercado financeiro. Dificuldades para conciliar trabalho e família.	Mulher bem-sucedida/ executiva. Mulher dividida: trabalho x família.	Discurso econômico/ corporativo. Discurso técnico-científico (dados de pesquisa do Fórum de Mulheres de Wall Street).	Personagens: DD. Fundadora do Fórum de Mulheres de Wall Street (especialista): DD. Codiretora de pesquisas de investimento na Ásia da Goldman Sachs: DD.	Matéria articulada a partir de histórias de personagens e dados de pesquisas. Foco nas personagens a partir das fotos.
<i>Trans se dizem excluídos da Parada Gay</i> (07/05/2015) Parada_F_053	Reconhecimento e afirmação da diferença. Visibilidade/ invisibilidade.	Referência à relação entre identidades: trans vs. homem gay cisgênero.	Discurso político/ativismo.	Representantes da comunidade trans: DD. Presidente da associação que organiza a Parada: DD.	Matéria articulada a partir de uma polêmica em torno do evento. O texto se estrutura a partir da contraposição visibilidade vs. invisibilidade.
<i>País patina no combate à homofobia e vira líder em assassinato de LBGTs</i> (17/05/2017) Homofobia_F_002	Visibilidade. Direitos. Políticas públicas. Ativismo. Obs.: a matéria traz também um miniglossário com palavras-chave para a representação de	Transgêneros como vítimas x transeñeras como modelos requisitadas. "Grupo mais vulnerável da comunidade LGBT".	Discurso político/ativismo (dados da Rede Trans Brasil e Grupo Gay da Bahia). Discurso técnico-científico (relatório da Associação Internacional de	Relatório da ILGA: DI. Articuladora da Rede Trans Brasil: DD. Mulher transexual: DD (personagem). Secretário de educação da	Matéria articulada a partir de dados de pesquisa; início com "nariz de cera" sobre a visibilidade de pessoas trans.

	<p>peças “trans”.</p>		<p>Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais). Discurso médico. Discurso político/ institucional.</p>	<p>Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: DD. Médico: DD. Coordenador geral de políticas LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania: DI.</p>	
<p><i>Quem não é homem?</i> (23/08/2017) Marcos-Maria da Penha_F_010</p>	<p>Violência contra a mulher. Visibilidade à violência/vítimas. Raízes culturais da violência. Educação.</p>	<p>Mulher como vítima.</p>	<p>Discurso policial. Discurso jurídico. Discurso político/ ativismo.</p>	<p>Personagens: DI e DD. Delegados: DD. Polícia: DD. Diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública: DD. Representante da ONU Mulheres no Brasil: DD.</p>	<p>Matéria articulada a partir de histórias de personagens.</p>
<p><i>Fila para atendimento a trans no SUS impulsiona clínicas privadas</i> (28/10/2018) Marcos-Processo Transexualizado r_F_001</p>	<p>Visibilidade trans. Acesso a procedimentos médicos: consumo. Aspecto econômico. Valorização da diferença. Obs.: a matéria traz também um miniglossário.</p>	<p>Pessoas trans. Pessoas trans com poder aquisitivo elevado.</p>	<p>Discurso político institucional. Discurso médico.</p>	<p>Personagem: DD. Dados do Ministério da Saúde: DI. Médico: DD. Presidente da Antra: DD.</p>	<p>Matéria articulada a partir de histórias de personagens.</p>

<i>Casais gays antecipam casamento com medo de perder direitos sob Bolsonaro</i> (05/11/2018) Marcos-União homoafetiva_F_002	Casamento/família. Discriminação. Direitos. Diferença → superação da desigualdade + valorização da diferença.	LGBTs como cidadãos. LGBTs politicamente engajados.	Discurso jurídico. Discurso técnico-científico: IBGE. Discurso político institucional. Discurso político/ativismo.	Personagens: DD. Cartórios: DI. Bolsonaro: DD. Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da OAB: DD. Advogada: DI. Ativista: DD.	Matéria articulada a partir de histórias de personagens.
<i>Salário mais baixo para as mulheres reduz o crescimento</i> (08/03/2018) Mulher_F_090	Custo para a sociedade da desigualdade de gênero. Economia.	Uso da expressão “preconceito de gênero” Intersecção gênero/raça.	Discurso econômico. Discurso técnico-científico.	Pesquisadores (autor da pesquisa e orientador): DD. Esposa do pesquisador: DD.	Matéria articulada a partir de pesquisa/dados estatísticos.
<i>Mulher de números</i> (08/03/2018) Mulher_F_091	Perfil de personagem: mulher bem-sucedida (exceção). Desigualdade homem x mulher. Preconceito/machismo.	Mulher profissional/bem sucedida.	Discurso técnico-científico (dados/estatísticas).	Personagem: DD.	Matéria articulada a partir de personagem/história de vida.